



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 23ª SESSÃO À 27ª SESSÃO DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 33 Nº 07
11 DE MARÇO A 16 DE MARÇO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2009

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Satisfação com a aprovação do Projeto de iniciativa do Senador Lobão Filho, que reabre o prazo para que os demitidos da época Collor possam novamente ter mais prazo de requerer sua reintegração no serviço público. Senadora Ideli Salvatti.	50	Registro de matéria intitulada “Trapalhada protecionista”, publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 2 de fevereiro de 2009. Senador Mário Couto. .	434
		Registro de matéria intitulada “TJ reabre apuração da morte de Toninho do PT”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , de 28 de janeiro de 2009. Senador Flexa Ribeiro.	435
AGRADECIMENTO		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Agradecimento à Câmara Municipal de Natal, por meio do Vereador Ney Lopes, que possibilitou a apresentação da emenda para beneficiar a cidade de Natal, que pretende ajudar o trabalho da Prefeitura Micarla, de drenagem e saneamento. Senadora Rosalba Ciarlini.....	137	Registro da presença de Sua Excelência no evento que se realizou em Laranjal do Jarí, com participação nas programações elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado. Senador Papaléo Paes.	455
		Registro da presença de Sua Excelência no evento que se realizou em Laranjal do Jarí, juntamente com o Senador Papaléo Paes, com participação nas programações elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado. Senador Gilvam Borges. ...	458
AGRICULTURA		BANCO	
Relato das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais da Floresta Nacional Jamanxim. Senador Flexa Ribeiro.	427		
AMAZÔNIA		Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil. Senador Arthur Virgílio.....	81
Registro de aprovação do requerimento de autoria de Sua Excelência, que visa a realização de diligência pública na Assembléia Legislativa do Amazonas. Senador Jefferson Praia.	391	Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil. Senador José Agripino.	82
ARTIGO DE IMPRENSA		Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil. Senador Renato Casagrande.	82
Registro de matéria intitulada “História à Brasileira”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 8 de março de 2009. Senador João Pedro.	425		
Registro de matéria intitulada “Humor da indústria é o pior desde 99”, publicada pelo jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de 28 de janeiro de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	430		

II

	Pág.		Pág.
Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil. Senador João Tenório.	83	denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Senador José Nery.	151
Pedido de aprovação da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil. Senador Romero Jucá.	83	Registro de participação de Sua Excelência, dos Senadores Romeu Tuma e Geraldo Mesquita, nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pedofilia. Senador Magno Malta.	405
CALAMIDADE PÚBLICA		DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Preocupação com o período das enchentes e com a falta de recursos dos Municípios do Rio Grande do Norte para enfrentá-las. Senadora Rosalba Ciarlini.	470	Preocupação com o Estado do Pará por causa da crise econômica do País. Senador Mário Couto.	56
Comentários acerca do discurso da Senadora Rosalba Ciarlini, que trata da falta de recursos dos Municípios do Rio Grande do Norte para enfrentar o período das enchentes. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Jayme Campos.	472	Defesa do projeto da autoria de Sua Excelência, que dispõe sobre a criação do programa Bolsa-Ecologia para a Amazônia Legal, como mecanismo de controle da devastação da Amazônia. Senador Gilvam Borges.	58
Comentários acerca do discurso da Senadora Rosalba Ciarlini, que trata da falta de recursos dos Municípios do Rio Grande do Norte para enfrentar o período das enchentes. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Mário Couto.	473	Apoio ao discurso do Senador Gilvam Borges, que diz respeito ao programa Bolsa-Ecologia para a Amazônia Legal, garantindo uma melhor qualidade de vida à população que vive na região e diminuindo o percentual de desmatamento. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Jefferson Praia.	59
CORREIOS		Congratulações à Rede Record de Televisão por realizar ampla reportagem sobre o Estado do Pará e a cidade de Marajó. Senador Mário Couto.	462
Preocupação com a falta de segurança postal brasileira, e pedidos de fiscalização mais rigorosa de acordo com a Lei nº 6.538, que dispõe que a Emenda Brasileira de Correios não deva aceitar nem entregar objeto contendo substâncias explosivas ou outras substâncias de uso proibido. Senador Papaléo Paes.	158	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
(CPI)		Registro da visita do Príncipe Charles, herdeiro do trono da Inglaterra, ao País, com o objetivo de falar sobre a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia e alertar para os perigos que mudanças climáticas representam para o mundo. Senador Jefferson Praia.	60
Registro da grande operação realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e o Grupo de Atuação Especial Regional de Crime Organizado – GAERCO – de São Paulo. Senador Magno Malta.	55	DROGAS	
Registro de participação de Sua Excelência na oitava da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pedofilia e ressalta que o Ministério Público tem exercido bem o seu papel nesses casos de pedofilia. Senador Magno Malta.	140	Manifestação contrária à proposta de descriminalização da maconha. Senador Romeu Tuma.	403
Registro de visita da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI ao Estado do Pará, para apurar		Manifestação desfavorável quanto à descriminalização da maconha. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Magno Malta.	404
		Contribuição ao discurso do Senador Romeu Tuma, que trata da descriminalização da maconha, voltada para o Estado do Amazonas. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Jefferson Praia.	405

	Pág.		Pág.
EDUCAÇÃO		GOVERNO FEDERAL	
Leitura de manifesto elaborado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, em favor da aprovação do projeto de lei que trata da reserva de vagas nas universidades públicas para alunos de escolas públicas. Senadora Serys Slhessarenko.	131	Críticas ao Governo Federal por sua gestão da crise econômica, em face da expressiva queda do Produto Interno Bruto - PIB - no quarto trimestre de 2008, com destaque para matérias de jornais com conteúdos sobre o assunto abordado. Senadora Marisa Serrano.	46
Defesa da importância de se investir mais em educação como forma de redução de desigualdades sociais. Senador Jayme Campos.	145	Apoio ao discurso da Senadora Marisa Serrano, que critica o Governo Federal, responsabilizando-o por não alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Papaléo Paes.	47
Parabenização ao Senador Jayme Campos pela iniciativa de construir uma Universidade Federal na Barra do Garças – Unibarças. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Cristovam Buarque.	146	Apoio ao discurso da Senadora Marisa Serrano, que critica o Governo Federal por não alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Valter Pereira.	48
ELOGIO		Apoio ao discurso da Senadora Marisa Serrano, que critica o Governo Federal por não alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Adelmir Santana.	48
Elogios ao Serviço Social do Comércio – SESC, pelo trabalho em favor do engrandecimento do Turismo Social no País e pela publicação do Relatório sobre “Turismo Social e sua Trajetória de Sucesso”. Senador Romero Jucá.	159	Críticas ao Governo Federal, destacando as matérias intituladas “União devolve ao BID US\$ 57 milhões de saneamento” e “Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de março de 2009. Senador Efraim Morais.	65
Elogios aos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, com enfoque para o último pela iniciativa de registrar a cerimônia realizada em Brasília, para ratificar o compromisso do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul com a gestão do Instituto do Coração - INCOR-DF, em substituição à Fundação Zerbini. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Romeu Tuma.	386	Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – promovido pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Jayme Campos.	67
Elogios ao Ministro Tarso Genro, por sua brilhante exposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Senador Paulo Paim.	420	Pedidos de reflexão ao Senador Efraim Morais quanto o mérito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – considerando os benefícios do mesmo para a população. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador João Pedro.	68
ESPORTE		Críticas ao excesso de gastos do Governo Federal. Senador José Agripino.	478
Defesa de que Belém seja uma das cidades escolhidas para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Senador Flexa Ribeiro.	153	Apoio ao discurso do Senador José Agripino, sobre a crítica ao excesso de gastos do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mário Couto.	479
GOVERNO ESTADUAL		Apoio ao discurso do Senador José Agripino, sobre a crítica ao excesso de gastos do Governo Federal e preocupação com os investimentos importantes que devem ser realizados no País, na área da educação e da saúde. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Gilberto Goellner.	481
Críticas à Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, na questão das obras da Transamazônica. Senador Mário Couto.	388		
Críticas à Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, pelas péssimas condições de vida da maioria do povo que vive na região. Senador Mário Couto.	462		
Críticas ao Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes.	469		

	Pág.		Pág.
HOMENAGEM			
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador João Vicente Claudino.....	1	Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Mão Santa.	150
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador José Sarney.....	3	Apresentação do requerimento de Voto de Louvor pelo transcurso do quinquagésimo aniversário da Pontifícia Universidade Católica - PUC do Paraná. Senador Flávio Arns.....	395
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Mão Santa.	6	Homenagem ao Dia do Bibliotecário, ocorrido em 12 de março de 2009. Senador Marcelo Crivella.....	410
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	11	Registro de comemoração pelo título de Capital Brasileira da Cultura concedido pelo Ministério da Cultura e o Bureau Internacional de Capitais Mundiais, à cidade de São Luís do Maranhão. Senadora Roseana Sarney.....	412
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Marcelo Crivella.....	11	Pedido de transcrição de artigo em homenagem a Osiris Lopes Filho, do Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 12 de março de 2009. Senador Eduardo Suplicy.	418
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Adelmir Santana.....	14	Homenagem ao Dia do Bibliotecário, ocorrido em 12 de março de 2009. Senador Flexa Ribeiro.	427
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Heráclito Fortes.	16	Homenagem ao Dia do Bibliotecário, destacando a matéria “O bibliotecário e a Era do conhecimento”, de Vera Lúcia Stefavon, Presidente do Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo e Levi Bucalem Ferrari, Cientista Político, Presidente da União Brasileira de Escritores. Senadora Maria do Carmo Alves.	432
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Aloizio Mercadante.....	18	Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Mão Santa.	438
Homenagem pelo transcurso dos cinquenta anos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC. Senador Osmar Dias.....	60	Relato da luta política e parabenização ao Senador José Sarney pela sua postura como Presidente do Senado Federal. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa.....	460
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Senador Eduardo Suplicy.....	125	Homenagem a Dirceu Arcoverde, médico, Secretário de Saúde. Senador Mão Santa.	465
Registro das solenidades realizadas no país, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher. Senadora Serys Slhessarenko.....	131	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Apoio ao discurso da Senadora Serys Slhessarenko, sobre o registro das solenidades realizadas no país, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Rosalba Ciarlini.....	133	Pedido de inserção em ata de Voto de Lembrança ao Senhor Vicente Favella de Macêdo. Senador João Vicente Claudino.....	43
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior,		Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Ulisses Potiguar, no Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.	470
		INFRA-ESTRUTURA	
		Considerações sobre a necessidade de agilização do processo burocrático, para que comecem	

	Pág.		Pág.
as obras de infra-estrutura na periferia de Teresina, Piauí. Senador João Vicente Claudino.....	155	nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Senadora Rosalba Ciarlini.	40
INVESTIGAÇÃO		Parecer nº 27, de 2009 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, à Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185 –35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e dá outras providências. Senador Romero Jucá.	72
Considerações sobre o flagrante em um candidato à Prefeitura Municipal de João Pessoa, que enterrou no aterro sanitário mais de oito toneladas de feijão, nos últimos quinze dias que antecederam às eleições. Senador Cícero Lucena.....	407	Parecer nº 28, de 2009 (da Comissão Diretora), que diz respeito à redação final de emendas de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008). Senadora Serys Slhessarenko. .	112
LEGISLAÇÃO		Parecer nº 29, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo. Senador Flávio Arns.	346
Apelo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Demóstenes Torres, para que dê atenção ao projeto de autoria de Sua Excelência (PLS nº 209/2005), que trata da importância de acabar com a possibilidade de pagamento de fiança ou decretação de liberdade provisória para os crimes de corrupção ativa e passiva. Senador Paulo Paim.....	130	Parecer nº 30, de 2009 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo. Senador Gerson Camata.....	350
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		Parecer nº 31, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico. Senador Hélio Costa.....	353
Comentários acerca do pedido de constitucionalidade da Confederação Nacional de Sistema Financeiro - CONSIF, para os planos econômicos vigentes de 1986 a 1991. Senador Paulo Paim.....	420	Parecer nº 32, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico. Senador Maguito Vilela.....	358
Propostas de modificações na legislação trabalhista brasileira, como forma de combater o desemprego. Senador Papaléo Paes.	455	Parecer nº 33, de 2009 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico. Senador Gerson Camata.....	361
MARINHA DO BRASIL		Parecer nº 34, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.488, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca de concursos e contratações realizados pelo Poder Executivo a partir de 2003. Senador César Borges.....	364
Elogios à Marinha do Brasil pela realização de atendimento médico e odontológico às populações ribeirinhas de Roraima e de toda Região Amazônica. Senador Augusto Botelho.	387		
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Mensagem nº 40, de 2009 (nº 154, na Origem) , que informa ao Senado Federal a ausência de Sua Excelência nos períodos de 13 a 17 de março de 2009 em visita oficial aos Estados Unidos da América.	452		
PARECER			
Parecer nº 26, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o			

	Pág.		Pág.
PECUÁRIA		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Preocupação com a decisão do Frigorífico In- dependência, de suspender o abate de bovinos em todas as suas instalações no País, e comunicado de requerimento para realização de audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de discutir os impactos da crise financeira inter- nacional na indústria frigorífica nacional. Senador Gilberto Goellner.....	475	Relato da audiência realizada com o Minis- tro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Senadora Rosalba Ciarlini.....	470
POLÍTICA AGRÍCOLA		POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
Registro da participação de Sua Excelência pela primeira vez como Presidente, na reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ressaltando a importância do trabalho dessa Co- missão para a economia brasileira. Senador Valter Pereira.....	52	Preocupação com a grave situação em que se encontra o planejamento agropecuário do País diante das inconsistências da legislação ambiental brasileira. Senador Neuto de Conto.....	376
Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Re- forma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Gilberto Goellner.....	53	Apoio ao discurso do Senador Neuto de Conto sobre a legislação do meio ambiente em consonân- cia com os trabalhadores rurais. Aparte ao Senador Neuto de Conto. Senador Augusto Botelho.	377
Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Re- forma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Raimundo Colombo.....	54	Apoio ao discurso do Senador Neuto de Conto sobre a legislação do meio ambiente em consonân- cia com os trabalhadores rurais. Aparte ao Senador Neuto de Conto. Senador Paulo Paim.	377
Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Re- forma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Osmar Dias.....	54	POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Re- forma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Magno Malta.	55	Preocupação em alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Mário Couto.	47
Registro de realização do X Congresso Na- cional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, instalado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, onde serão discutidas as alternativas propostas pelos pe- quenos agricultores, relativas ao desenvolvimento no campo. Senador José Nery.....	151	Destaque para a crise econômica do País, mas com a ressalva de que o crescimento relati- vo da economia brasileira em 2008 foi o segundo maior entre todos os países do mundo. Senadora Ideli Salvatti.	50
		Registro de participação de Sua Excelência na Frente Parlamentar Cooperativista sobre distri- buição de riquezas, de organização da sociedade e criação de novos empreendedores no País. Se- nador Arthur Virgílio.....	71
		Preocupação com a crise econômica mundial e os gastos do Governo Federal. Senador João Te- nório.....	110
		Registro de reunião da bancada do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - no Senado com os ministros Edison Lobão e Reinhold Stephanes, para debater sobre a crise econômica. Senador Renan Calheiros.	118
		Preocupação quanto à crise econômica inter- nacional e seus reflexos no Brasil. Senador Renato Casagrande.	119
		Apoio ao discurso do Senador Renato Ca- sagrande, sobre a crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil. Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senador Tasso Jereissati.....	119
		Apoio ao discurso do Senador Renato Ca- sagrande, sobre a crise econômica internacional e	

Pág.	Pág.	
seus reflexos no Brasil e discute a necessidade de reduzir os juros no País. Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senador Inácio Arruda.	121	
Apoio ao discurso do Senador Renato Casagrande, sobre a crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil e discute a necessidade de reduzir os juros no País Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senador Flávio Arns.....	122	
Comentários a respeito de requerimentos de audiências públicas aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Eduardo Suplicy.	125	
Intranquilidade por parte de Sua Excelência, sobre a aprovação dos requerimentos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos para que haja audiências públicas. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.....	127	
Registro do debate realizado no Senado Federal dos Estados Unidos com o Presidente do Banco Central para falar sobre a crise econômica do País e relato de que a crise tem invadido o Brasil. Senador Antonio Carlos Valadares.	128	
Comentário sobre a queda da taxa de juros chamada Selic do Banco Central em 1,5%. Senador Flávio Arns.....	141	
Preocupação com os efeitos da crise na economia mundial e, em especial, na economia brasileira. Senador Cícero Lucena.	407	
Comentário sobre a queda da taxa de juros chamada Sistema Especial de Liquidação de Custódia - Selic - do Banco Central em 1,5%. Aparte ao Senador Cícero Lucena. Senador Jefferson Praia.	409	
Críticas ao Governo Federal por sua gestão da crise econômica, em face da expressiva queda do Produto Interno Bruto - PIB no quarto trimestre de 2008. Senadora Marisa Serrano.	413	
Preocupação com a situação por que passam os produtores agrícolas em função da crise internacional. Senador Renan Calheiros.	416	
Preocupação com o problema da crise internacional, que aflige muitos brasileiros. Aparte ao Senador Renan Calheiros. Senador Gim Argello. .	416	
Ratificação do discurso do Senador Renan Calheiros, que trata da crise internacional que aflige muitos brasileiros. Aparte ao Senador Renan Calheiros. Senador Paulo Paim.	417	
Registro do término da reunião entre a Comissão de Acompanhamento da Crise e a Comissão de Assuntos Econômicos, acerca dos efeitos da crise econômica mundial. Senador Garibaldi Alves Filho.....	424	
Satisfação quanto a decisão do Governo Federal por ter diminuído a taxa de juros em 1,5 %. Senador José Agripino.	478	
	POLÍTICA DE EMPREGO	
	Elogios ao acordo firmado entre o Governo Federal e a Construtora Odebrecht, que prevê a capacitação profissional, a prevenção da exploração sexual nos canteiros de obra e a promoção da segurança alimentar dos trabalhadores. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	443
	Parabenização ao discurso do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que elogia o Estado de Rondônia com destaque para o Programa Acreditar, que beneficiará mais de 10 mil trabalhadores. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Valdir Raupp.	444
	POLÍTICA ENERGÉTICA	
	Considerações sobre a necessidade de substituição do diesel por fontes renováveis. Senador Gilberto Goellner.....	61
	Satisfação com a assinatura do convênio com a Odebrecht, que trata dos empreendimentos do Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	447
	Comentários sobre a importância da assinatura do convênio com a Odebrecht para o Estado de Rondônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	448
	Registro de inauguração da segunda fase da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, situada no município de Linhares, o maior em área territorial do Estado. Senador Gerson Camata.....	450
	POLÍTICA EXTERNA	
	Considerações sobre a necessidade de que o Brasil deixe de aceitar com passividade o protecionismo argentino. Senador Gerson Camata.....	432
	POLÍTICA SOCIAL	
	Anúncio da adoção da renda básica da cidadania, pelo Município de Santo Antonio do Pinhal, em São Paulo. Senador Eduardo Suplicy.	418
	POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA	
	Alerta para a existência, além da crise econômica, de crises social, ecológica e de ideias, que terão que de ser enfrentadas. Senador Cristovam Buarque.	146
	Pedido ao Senador Cristovam Buarque para que apresente sugestões ecologicamente corretas e socialmente dignas, para a comissão de Senadores	

	Pág.		Pág.
no intuito de enfrentar a crise. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador João Pedro.....	149	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009 (nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.....	174
Registro de audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que trata da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados. Senador Paulo Paim.....	378	Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2009 (nº 10/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Conversão Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005.	179
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mário Couto.	379	Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009 (nº 27/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto o revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com visitas na sua entrada em vigor no Brasil.	197
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Augusto Botelho....	380	Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2009 (nº 53/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.	268
Registro de audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que trata da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados. Senador Sérgio Zambiasi.....	384	Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2009 (nº 56/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.	278
Satisfação quanto à postura do Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, na audiência que trata da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados. Senador Mário Couto.....	388	Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2009 (nº 65/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.	290
Comentário favorável ao discurso do Senador Mário Couto, a respeito da defesa aos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Romeu Tuma.....	389	Projeto de decreto Legislativo nº 70, de 2009 (nº 132/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.....	300
Críticas pela falta de atenção do Governo com os aposentados e pensionistas brasileiros. Senador Mão Santa.	392	Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2009 (nº 133/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova	
Considerações sobre a importância da audiência realizada com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, para tratar de votações de matérias de interesse dos aposentados. Senador Paulo Paim.....	420		
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Flexa Ribeiro.....	424		
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Senador Garibaldi Alves Filho.....	424		
PRIVATIZAÇÃO			
Manifestação sobre matéria intitulada "Justiça absolve mentores da privatização das teles no Governo FHC", do Jornalista Juliano Basile, publicada pelo jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 12 de março de 2009. Senador Flexa Ribeiro.	427		

Pág.	Pág.	
va o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006.		
317	teção contra a coação moral no emprego. Senador Inácio Arruda. 36	
Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2009 (nº 201/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.	323	
Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2009 (nº 318/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.	329	
Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2009 (nº 321/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.	337	
PROJETO DE LEI DO SENADO		
Projeto de Lei do Senado nº 77 – Complementar – de 2009, que dispõe sobre requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade fechada de previdência complementar patrocinada por autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública e outras entidades públicas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.	28	
Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2009, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a duração dos estágios de estudantes. Senador Osmar Dias.	34	
Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2009, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre coação moral. Senador Inácio Arruda.	35	
Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2009, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e institui o Cadastro Nacional de Pro-		
	Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2009, que outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional. Senador Delcídio Amaral.	368
	Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2009, que cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais. Senador Raimundo Colombo.	369
	Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2009, que altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números. Senador Raimundo Colombo.	370
	Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009, que estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências. Senador Raimundo Colombo.	371
	Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2009, que estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada e dá outras providências. Senador Raimundo Colombo.	372
	Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2009, que acrescenta parágrafos à Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito. Senador Raimundo Colombo.	372
	Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2009, que acrescenta o § 4º ao art. 1º da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. Senador Renan Calheiros.	373
PROJETO DE RESOLUÇÃO		
	Projeto de Resolução nº 9, de 2009, que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada. Senador Garibaldi Alves Filho.	38
RECEITA FEDERAL		
	Solidariedade aos servidores do Senado Federal. Senador Paulo Paim.	420

	Pág.		Pág.
REFORMA AGRÁRIA			
Comentários sobre as matérias publicadas na imprensa a respeito de irregularidades nos convênios entre o Governo Federal e entidades ligadas ao Movimento Sem Terra - MST. Senador Gerson Camata.	483	altos índices de alcoolismo, consumo de drogas e suicídios entre os povos indígenas, segundo informações veiculadas no jornal <i>Diário do Amazonas</i> do dia 10 de março de 2009, página 11. Senador João Pedro.....	45
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 202, de 2009, que requer a inserção em ata, de Voto de Lembrança ao Senhor Vicente Favella de Macêdo, que, caso estivesse vivo, completaria, no dia 11 de março de 2009, 100 anos de vida. Senador João Vicente Claudino.	43	Requerimento nº 209, de 2009, o qual requer que sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, sobre as irregularidades no atendimento aos passageiros das companhias áreas GOL e TAM, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus-AM. Segundo informações da Portaria nº 15, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Diário da Justiça em 6 de março de 2009, os passageiros chegaram a aguardar até três horas pelo atendimento, sem cadeiras, com sistema “fora do ar”, poucos atendentes e espaços dos guichês reduzidos, conforme relato do jornal <i>Diário do Amazonas</i> do dia 9 de março de 2009, página 4. Senador João Pedro.....	45
Requerimento nº 203, de 2009, o qual requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) do Governo Federal. Senadora Marisa Serrano.....	43	Requerimento nº 210, de 2009, o qual requer que seja concedida licença dos trabalhos da Casa para participar da 16ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu – Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009. Senador Efraim Morais.....	45
Requerimento nº 204, de 2009, que requer licença para ausência dos trabalhos da casa, entre os dias 15 e 17 de março de 2009, para participar da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Senador Aloizio Mercadante.....	45	Requerimento nº 211, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 23 a 26 de março de 2009, para participar do “Fórum para Líderes de Governo – Américas”, a realizar-se na cidade de Washington DC – Estados Unidos da América, nos dias 24 a 26 de março de 2009 e por oportuno visitar em caráter oficial o Parlamento do Canadá em Ottawa, no dia 23 de março de 2009. Senador Eduardo Azeredo.	169
Requerimento nº 205, de 2009, que tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no “V Fórum Mundial das Águas”, a realizar-se na cidade de Istambul, Turquia, entre os dias 16 e 22 de março de 2009, requer licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 de 2009, para desempenhar a referida missão. Senador Leomar Quintanilha.	45	Requerimento nº 212, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 de 2009, para representar o Senador Federal no Fórum Mundial da Água, que será realizado na cidade Istambul, Turquia. Senadora Fátima Cleide. .	169
Requerimento nº 206, de 2009, que requer a necessária autorização para participar da Sessão do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	45	Requerimento nº 213, de 2009, que requer o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 100 de 2006, que “dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara que seguem em anexo. Senadora Serys Slhessarenko.	169
Requerimento nº 207, de 2009, que requer autorização para ausentar-se do País, no período de 16 a 22 de março de 2009, para participar do 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul, Turquia, como representante do Senado Federal e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Senador Renato Casagrande.....	45	Requerimento nº 214, de 2009, que requer que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento e, por seu intermédio, ao Senhor Luiz Antonio Pagot,	
Requerimento nº 208, de 2009, o qual requer que sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre a situação dos adolescentes e jovens indígenas do Alto Rio Negro, onde os mesmos apresentam			

	Pág.		Pág.
Presidente do DNIT, as informações anexas. Senador João Vicente Claudino.....	169	to do Mercosul, a realizar-se nos dias 15 a 18 de março de 2009. Senador Neuto de Conto.	454
Requerimento nº 215, de 2009, que requer retirada de tramitação do RQS Nº 799, de 2008, de autoria de Sua Excelência, que “Requerem, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Governo do Reino da Espanha por sua política de imigração discriminatória e incompatível com as convenções internacionais relativas á proteção dos direitos humanos fundamentais”. Senador Aloizio Mercadante.....	170	SAÚDE	
Requerimento nº 216, de 2009, que requer que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, as informações anexas referentes à utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS). Senadora Marisa Serrano.	170	Registro de aumento dos casos de dengue em vários Estados, com destaque para Bahia, que teve aumento de 200% dos casos em relação ao mesmo período de 2008, segundo relatório divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde. Senador Antonio Carlos Júnior.	134
Requerimento nº 217, de 2009, que requer Voto de Aplauso para o jurista Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, pela homenagem recebida no lançamento do livro “Transação e Arbitragem no Âmbito Tributário”. Senador Arthur Virgílio.	171	Apoio ao discurso do Senador Antonio Carlos Júnior, sobre o aumento dos casos de dengue em vários Estados e ressalta que a melhor maneira de controlar e reduzir esse problema é a prevenção, o trabalho ininterrupto e preventivo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior. Senadora Rosalba Ciarlini.	135
Requerimento nº 218, de 2009, que requer Voto de Aplauso para Luiz Carlos Trabuco Cappi, executivo que assumiu, no dia 10 de março de 2009, a presidência executiva do Banco Bradesco. Senador Arthur Virgílio.....	171	Apoio ao discurso do Senador Antonio Carlos Júnior, sobre o aumento dos casos de dengue em vários Estados e pedido de avaliação às autoridades nos três níveis, para que coordenem melhor suas ações de prevenção. Aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Eduardo Suplicy.....	136
Requerimento nº 219, de 2009, que requer Voto de Aplauso para a FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL, localizada em Manaus, pela iniciativa de pesquisar casos de epidemias causadas pelos vírus Mayaro e Oropouche, que causam doenças com sintomas parecidos com os da dengue e malária. Senador Arthur Virgílio.....	171	Apoio ao discurso do Senador Antonio Carlos Júnior, sobre o aumento dos casos de dengue em vários Estados e pedido de avaliação às autoridades nos três níveis, para que coordenem melhor suas ações de prevenção. Aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Flávio Arns.	136
Requerimento nº 220, de 2009, que requer Voto de Enaltecimento ao ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, aos ex-presidentes do BNDES, André Lara Rezende e José Pio Borges, e ao ex-presidente da Anatel, Renato Guerreiro, pelo resgate de suas honorabilidades e a correção no exercício da função pública. Senador Flexa Ribeiro.	172	Registro de cerimônia realizada em Brasília, para ratificar o compromisso do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul com a gestão do Instituto do Coração - INCOR-DF, em substituição à Fundação Zerbini. Senador Sérgio Zambiasi.	384
Requerimento nº 221, de 2009, que requer que o Senado Federal manifeste Voto de Louvor à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por ocasião de seu quinquagésimo aniversário, a comemorar-se no dia 14 de março de 2009. Senador Alvaro Dias.....	172	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento nº 222, de 2009, que solicita licença para participar da XVI Sessão do Parlamen-	172	Comentário da reportagem destacada na revista <i>Época</i> , sobre um jogo de computador que simula estupro de mulheres, produzido pela Ilusion, empresa japonesa especializada em fazer jogos pornográficos. Senador Romeu Tuma.	122
		Solicitação à Polícia Federal para que adote providências sobre o esclarecimento do episódio que envolve ameaça de assassinato à Juíza Federal, Jaiza Fraxe. Senador João Pedro.	143
		Ratificação da solicitação feita à Polícia Federal pelo Senador João Pedro, para que adote providências sobre o esclarecimento do episódio que envolve ameaça de assassinato à Juíza Federal, Jaiza Fraxe e pedido ao Ministério da Justiça para	

	Pág.		Pág.
que proteja sua vida. Aparte ao Senador João Pedro. Senador José Nery.	144	Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senadora Lúcia Vânia.....	102
Pedido de agilidade no Projeto de Lei nº 487, que trata sobre segurança pública. Senador Gilvam Borges.	458	Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Inácio Arruda.....	102
Preocupação com a segurança pública no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....	465	Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Romeu Tuma.....	102
SENADO FEDERAL			
Pedido de atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Marconi Perillo.	99	Registro de voto favorável à indicação da diretora, Maria Cecília Brito, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Senador Flexa Ribeiro.....	118
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Flávio Arns. .	100	Questionamento sobre o pagamento de hora extra no Senado Federal, referente ao mês de janeiro. Senador Pedro Simon.....	123
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Aloizio Mercadante..	100	Relato de que Sua Excelência e seus funcionários trabalharam no mês de janeiro. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	123
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Renan Calheiros..	100	Necessidade de haver um controle sobre as horas de entrada e saída dos servidores do Senado Federal, respeitando a legislação vigente para remuneração de pagamento de hora extra. Senador Renato Casagrande.	124
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senadora Rosalba Ciarlini...	100	Pedido de respeito aos oradores inscritos para que o debate seja conduzido respeitando as normas da Casa. Senador Antonio Carlos Júnior..	125
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador Adelmir Santana. .	101	Encaminhamento à Mesa de dois pronunciamentos que tratam da importância do voto secreto e o outro para comunicar que o Deputado Michel Temer receberá a comissão de Senadores para falar sobre a votação, na Câmara dos Deputados, sobre os projetos que beneficiam aos aposentados. Senador Paulo Paim.	130
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador José Agripino.....	101	Registro de que Sua Excelência tomou iniciativa de pedir aos funcionários de seu gabinete, que façam a devida devolução das horas extras referente ao mês de janeiro. Senador Paulo Paim.	378
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador João Pedro.....	101	Questionamento sobre o pagamento das horas extras e defesa de que a Mesa anule a decisão e determine que se faça o ressarcimento. Senador Jarbas Vasconcelos.	437
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador João Pedro.....	101	TRÂNSITO	
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade. Senador João Pedro.....	101	Preocupação com a informação dada pelo Diretor do Detran de Roraima, Cícero Batista, ao jornal <i>Folha de Boa Vista</i> , que ratifica que Roraima é o terceiro Estado com maior número de acidentes de trânsito no Brasil. Senador Augusto Botelho.....	64

Ata da 23ª Sessão Especial em 11 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Heráclito Fortes e João Vicente Claudino

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 28 minutos, e encerra-se às 13 horas e 32 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí, nos termos do Requerimento nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; o Senador João Vicente Claudino, autor da proposição e Senador pelo Estado; o Senador Mão Santa, 3ª Secretário e signatário da proposta; o Prefeito de Campo Maior, João Félix de Andrade Filho; o Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, Frank Aguiar; e o Professor e ex-Prefeito Raimundo Nonato Monteiro do Santana, o mais ilustre dos campo-maiorenses aqui .

Queremos, ainda, registrar as seguintes presenças: Exmº Sr. Deputado Federal Eliseu Aguiar; Deputado Estadual e Secretário de Governo do Estado Kleber Eulálio; Deputado Estadual Paulo César Vilarinho; Deputado Estadual Hélio Isaías; Deputado Estadual por Campo Maior Antônio Félix; Deputado Estadual Valério José Carvalho; Vice-Prefeito de Teresina Elmano Ferrer de Almeida; ex-Ministro dos Transportes João Henrique Souza.

Registro também a presença do Secretário de Fazenda Antônio Neto, parabenizando a sua assessoria pela celeridade da informação.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino do Estado do Piauí, interpretado pela cantora Myriam Eduardo Pereira Conde Medeiros.

(Execução do Hino do Estado do Piauí.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Registro a presença do Deputado Marcelo Castro; do Prefeito de São João, Robert Paes Landim; do Secretário do Piauí em Brasília, Roberto John; do Dr. Valter Alencar, Presidente do Sistema Clube de Rádio e Televisão.

Cumprimento a imprensa na pessoa do jornalista Pedro Alcântara. Registro a presença do Senador José Sarney, a quem convido para presidir os trabalhos. Seria uma honra para o Piauí, Sr. Presidente, ter V. Exª na Presidência dos trabalhos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Uma honra para mim, e que presto ao Piauí é ter V. Exª presidindo os trabalhos, com uma Mesa piauiense que temos hoje no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao primeiro orador e subscritor da homenagem Senador João Vicente Claudino. Registro a presença do Senador Eduardo Suplicy, que adotou o Piauí recentemente como sua segunda terra, e do Senador Inácio Arruda, piauiense compulsório, uma vez que cearense é.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney; Senador Heráclito Fortes, que preside esta sessão solene em comemoração aos 186 anos da batalha do Jenipapo, quero cumprimentar o Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; o Senador Mão Santa, 3º Secretário da Mesa do Senado; os Prefeitos aqui presentes na pessoa do Prefeito de Campo Maior, João Félix; os Deputados Federais; o ex-Deputado Frank Aguiar, atual Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo. Cumprimento os intelectuais do Piauí, na pessoa do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, ex-Prefeito de Campo Maior, ex-Presidente da Academia Piauiense de Letras e ex-Professor da UnB, um nome expressivo da classe intelectual do Piauí. Cumprimento também os Deputados Estaduais, na pessoa do Deputado Antônio Félix, de Campo Maior; os Secretários de Estado, na pessoa do Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, Antônio Neto; os vice-Prefeitos aqui presentes, na pessoa de José Chico, vice-Prefeito de Campo Maior; os Vereadores presentes nesta solenidade, na pessoa do Presidente da Câmara de Campo Maior, Vereador Edivaldo Lima; demais autoridades aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores.

O 7 de setembro de 1822, todos sabemos, marca simbolicamente o momento em que o Brasil se torna independente de Portugal, ou seja, o momento em que nosso país declara expressamente ao mundo que deixava a condição subserviente de colônia para assumir o lugar que lhe cabia no concerto das nações independentes.

Nosso olhar retrospectivo tende a simplificar e reduzir a complexidade daquele momento. Temos gravado na memória o gesto simbólico de Dom Pedro às margens do Ipiranga e, a partir dele, todo o complexo – vale dizer, confuso – processo que culminou na independência do Brasil.

Como é de nosso conhecimento todo esse processo histórico aparece organizado e orquestrado na célebre recriação pictórica de Pedro Américo do cenário do Grito do Ipiranga.

Mas a história vivida é menos cenográfica, é mais confusa e caótica do que a história contada. É, de todo modo, sempre mais rica e complexa do que podemos apreciar da nossa perspectiva distanciada.

Nossa Independência não foi uma exceção a isso. Ela não se deu apenas nos paços das cidades do sul do País, ela também inflamou os sertões. Ela não foi conduzida apenas por patriotas educados em Coimbra, mas movimentou também, em muitos momentos, o povo mais simples, que soube a tempo emprestar seu braço e dar seu sangue, movido pelo sentimento cívico que nos domina em momentos decisivos como esses.

A data que hoje comemoramos, Sr. Presidente, nos leva às margens não do Ipiranga, mas de um outro rio do interior do nosso querido Piauí, onde se deu um evento importantíssimo da luta pela Independência – um lance sem o qual, eu diria, hoje lembraríamos de forma diferente o Grito do Ipiranga. Eu estou me referindo, senhoras e senhores, ao rio Jenipapo, em Campo Maior, no Piauí, onde se desenrolou uma batalha decisiva no complexo curso de acontecimentos que levaram à consolidação da nova Nação brasileira.

Não podemos nos esquecer de que, naquela hora decisiva da história do Brasil, o que se conquistou não foi apenas a independência política. Naquele momento estava em jogo também a criação de um sentimento de unidade nacional. Mais do que isso, estava em jogo a própria integridade territorial do que hoje é o Brasil.

A batalha do Jenipapo foi um marco importante para essas duas conquistas, assim como o Grito do Ipiranga foi um marco importante para a afirmação da autonomia política da ex-colônia.

A independência, conquistada mais pacificamente no centro-sul do País, foi alcançada nas províncias do norte, com armas e sangue. Se Portugal via como

inevitável a perda de parte de seus domínios na América, fazia questão de manter sob seu domínio a parte setentrional do território brasileiro, reunindo o Grão-Pará, o Maranhão e o Piauí sob a bandeira portuguesa. Os portugueses estavam prontos a usar a força para manter vivas suas pretensões coloniais no Norte e Nordeste brasileiro.

No Piauí, a incorporação da Província ao Império começou com a adesão de Parnaíba à Independência, proclamada em 19 de outubro de 1822, pouco mais de um mês do Grito do Ipiranga. Foi esse fato que desencadeou os eventos que levaram diretamente ao confronto sangrento às margens do Jenipapo, ocorrido meses depois, em 13 de março de 1823. Essa atitude preocupou o Governo português, que decidiu sufocar a iniciativa dos parnaibanos.

Sr. Presidente, senhoras e senhoras, no dia 13 de novembro de 1822, partiram de Oeiras, a capital da Província, em direção à vila rebelde do litoral, tropas favoráveis a Portugal, comandadas pelo luso brigadeiro João José da Cunha Fidié, comandante militar do Piauí, que carregava ordens expressas de Lisboa para atuar com toda a energia que fosse necessária para manter a Província sob o domínio português. Fidié tomou posse como Comandante das Armas do Piauí no dia 9 de agosto de 1822.

Para ele, havia sido enviada uma grande quantidade de armamento e munições no ano anterior.

Não encontrou Fidié, militar experiente, veterano da guerra contra Napoleão, resistência para ocupar a Parnaíba. A presença do brigue de guerra Infante D. Miguel, vindo do Maranhão, província ainda sob a influência portuguesa, com tropas e armamento em seu auxílio, afugentou os patriotas de Parnaíba, que seguem para o vizinho Ceará na esperança de se unirem aos patriotas de lá e de juntarem forças para reagir contra os portugueses.

E é nesse contexto que se dá a importância do Piauí, uma província estrategicamente localizada entre as províncias ocidentais e orientais no meio-norte do Brasil.

Mas o ardor cívico já se espalhava por toda a Província. Logo após o pronunciamento de Parnaíba, o alferes Leonardo Carvalho Castelo Branco, que de lá havia saído rumo ao Ceará, chegou de Sobral comandando cerca de 600 homens – piauienses e cearenses – a fim de lutar no Piauí.

No dia 22 de janeiro de 1823, eles prenderam a guarnição militar portuguesa que havia sido deixada por Fidié em Piracuruca, quando de sua passagem rumo ao litoral, e, em frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Leonardo Castelo Branco declarou a independência.

Aproveitando a oportunidade, em 24 de janeiro, liderados pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, os insurgentes de Oeiras apoderaram-se da capital, depuseram a junta governistas pró-Portugal, saudaram o Imperador D. Pedro I e também proclamaram a Independência do Brasil. E, no dia 5 de fevereiro, em Campo Maior, Leonardo Carvalho Castelo Branco aclamava Dom Pedro de Alcântara como Imperador do Brasil.

Logo o novo governo organizado lança ordem a todas as vilas da Província para que aclamassem o Império, o que é atendido. Contudo, a intimidação pela força, por parte de Portugal, não tardou.

Fidié, então em Parnaíba, surpreendido com os acontecimentos na capital, resolve voltar seu exército contra Oeiras. A 13 de março, duas léguas abaixo de Campo Maior, próximo ao rio Jenipapo, encontra uma resistência inesperadamente forte.

Informados de que Fidié já estava em uma fazenda próxima, na noite do dia 12 de março, Alexandre Nery Pereira Nereu, Francisco Inácio da Costa, João da Costa Alecrim, José Antônio da Cunha Rebelo Cardoso, José Francisco Miranda Osório, José Marques Freire, Luís de Sousa Fortes Bustamante Sá e Menezes, Luís Rodrigues Chaves e Simplício José da Silva arregimentaram cerca de 2.000 homens que podiam lutar em Campo Maior. Eram escravos, negros alforriados, índios, mestiços, vaqueiros, roceiros, agregados, peões, vereadores e comerciantes, que se prepararam para barrar Fidié e impedir que ele chegasse com sua tropa à capital da província. Estavam em maior número do que os portugueses, mas não tinham armas apropriadas – apenas velhas espadas e espingardas de caça, chuços, facões, machados, foices, espetos, paus e pedras – e nenhuma experiência militar. Entretanto, estavam imbuídos de um grande sentimento de patriotismo para defender o Brasil e o Piauí.

Não restava aos patriotas outra opção se não iniciar a luta.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Permito.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Sei que estou infringindo um pouco o Regimento, que não permite que nas sessões solenes os oradores serem apartados, mas eu não poderia ficar aqui calado, sem associar-me à memória da batalha do Jenipapo, que hoje se comemora. Quero saudar o Governador do Piauí, que aqui está presente, e todas as pessoas, intelectuais piauienses que aqui se encontram, e todos nós que estamos irmanados para lembrar esse feito extraordinário da História do Brasil. Porque, se

todo o resto do País aderiu à Independência imediatamente, nós, brasileiros do Piauí e do Maranhão, tornamo-nos brasileiros independentes de uma nova nação, lutando para ser brasileiros, porque tivemos que derramar o sangue nosso, do Piauí, a batalha do Maranhão e de alguns cearenses. A batalha do Jenipapo era composta de efetivos do Maranhão, do Piauí e de alguns cearenses, que tinham proclamado a independência há pouco tempo. E lá desenrolou-se uma batalha na qual, como V. Ex^a está acentuando neste momento, eles não tinham, de nenhuma maneira, armas nem preparação para enfrentar uma batalha daquela magnitude. No entanto, foi uma batalha em que houve heroísmo de toda natureza, e embora significasse a vitória das tropas de Fidié sobre as tropas que resistiam contra ele, obrigaram que ele se dirigisse, em vez de para Oeiras, para onde ele ia, para a cidade que hoje é União. E perseguiram todo esse exército português, de tal maneira que ele teve de atravessar o Parnaíba e foi se refugiar em Caxias, onde finalmente rendeu-se, e foi proclamada a independência. Quando Cochrane chega ao Maranhão, entra no porto, em nome do Imperador, na nau Pedro I, e se proclama como tendo feito a adesão da independência do Maranhão e do Piauí ao Brasil, já o povo dos nossos Estados já tinha proclamado essa independência pelo seu sangue, pelo seu heroísmo e pela grandeza do seu patriotismo, quando lutaram nos sertões, sem armas, sem instrumento algum, apenas com o corpo, com a alma e com o coração que batia num sentimento de liberdade em favor do Brasil. Eu me recordo que meu avô, que era piauiense de Valença, dizia – não sei se a sua memória era confirmada historicamente – que seu avô fora herói da batalha do Jenipapo, onde ele tinha lutado contra as tropas de Fidié. Aqui, na nossa biblioteca, há uma raridade bibliográfica, que é um livro que Fidié escreveu, **Vária Fortuna de um Soldado Português**, em que ele conta as suas desditas nessas batalhas que perdeu. Então, hoje, nós todos, rememorando a batalha do Jenipapo, estamos rememorando um grande feito, um dos maiores feitos pela Independência do Brasil, que foi justamente daqueles homens simples do Piauí que lutaram e que morreram por essa grande causa, de que hoje nós desfrutamos que é o grande País em que vivemos. (Palmas.)

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Quero agradecer e integrar ao nosso pronunciamento, Presidente Sarney, o seu aparte, que vem enriquecer e mostrar esse sentimento da sua raiz piauiense, desde o avô ao tetravô José Lindolfo Ferreira...

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – João Leopoldino Ferreira – Leopoldino, que toda a família

guardou. Minha mãe chamava-se Kyola Leopoldina também em homenagem à descendência do Piauí dos Leopoldinos.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Então, é a raiz, pelo avô, de parte de Valença, e do tetra-vô nesse registro histórico da batalha do Jenipapo.

Não restava aos patriotas outra opção se não iniciar a luta. Durante cinco horas, fez frente a um contingente treinado e bem-armado, enfrentando de peito aberto o fogo de artilharia. Aproximadamente às 14 horas, debaixo de um sol escaldante, o combate foi encerrado. Entre os portugueses, as baixas não somaram uma centena, mas, entre os brasileiros, foram cerca de 700 homens entre mortos, feridos e prisioneiros de guerra.

Fidié vencera, mas perdera boa parte de sua artilharia. E seus homens estavam cansados após as cinco horas de intensa e ininterrupta luta com os bravos separatistas. Ainda impressionado com a valentia dos insurretos e antevendo a possibilidade de enfrentar novas batalhas com a chegada de reforços vindos de outras vilas e províncias, Fidié sentiu-se sem condições de continuar a marcha rumo a Oeiras. Perderam os patriotas a batalha, mas criaram as condições...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador João Vicente, o Presidente Sarney dá um sinal de que precisa retirar-se; e nós não poderíamos, como piauienses, deixar de agradecê-lo pela presença e pela homenagem ao Piauí.

Eu queria dar uma sugestão ao Deputado Antônio Félix para formalizar um convite para que o Presidente Sarney faça, na nossa Assembléia, uma palestra sobre a batalha do Jenipapo, que ele conhece tão bem quanto nós.

A sugestão fica feita e eu tenho certeza de que o convite, aceito.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Fora do microfone.) – Peço desculpas, mas devo me retirar porque tenho de atender agenda no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Mas o convite está aceito?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Fora do microfone.) – Perfeitamente. Jamais recusarei.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Perderam, os patriotas, a batalha – mas criaram as condições para que a guerra, no final, fosse vencida. Cansado e sem suprimentos, Fidié atravessou o rio Parnaíba e acampou no Morro das Tabocas, hoje Alecrim, em Caxias, no Maranhão, onde se aquartelou. Lá, ele foi cercado por piauienses, maranhenses e cearenses e rendeu-se no dia 31 de julho de 1823.

Penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais convidados, que o poeta Chico Buarque bem

que poderia ter se inspirado nas mulheres do meu Estado, o Piauí, ao escrever a notável música *Mulheres de Atenas*. Isso porque, a exemplo daquelas que aguardavam o retorno de seus maridos, as mulheres do Piauí tiveram papel decisivo na batalha do Jenipapo, pois empenharam seu trabalho, suor, amor, no apoio aos seus companheiros, que, mesmo caminhando para um futuro incerto, seguiam para batalhas tranquilos e confiantes em razão do suporte recebido por suas amadas esposas. Mais que isso. As mulheres piauienses tiveram a nobre atitude de dispor dos seus bens – tais como jóias e outros objetos de valor – com o intuito de converter esses recursos em armamentos para seus maridos.

Peço licença para citar trecho do livro *A Guerra de Fidié*, do ex-Senador piauiense Abdias da Costa Neves, que descreve muito bem que descreve muito bem o sentimento enraizado no coração dos bravos combatentes da batalha do Jenipapo:

Aqui peço licença ao Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana e ao Professor Chico Castro, um historiador que registra tão bem esses eventos da vida política e histórica piauiense.

É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio. Os soldados do Capitão Luís Rodrigues Chaves, com os que haviam abandonado o Tenente-Coronel, José Antônio da Cunha Rabelo, com os de Alecrim e do Capitão Nereu, elevando-se a pouco mais de 500, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do corpo. Fossem mais numerosos, mais disciplinados e aproximassem talvez essas duas mil unidades de combate.

Assim, não. E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados e foices. De nada valia, contudo, para eles a falta de armas tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila conduzindo, algemado o chefe do Exército; à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros.

E nesse entusiasmo surgira o dia do encontro. Era a 13 de março.

Estava consolidada, assim, a incorporação do Piauí ao novo Império do Brasil – e garantida, desse modo, a integridade do nosso território nacional.

O povo piauiense tem orgulho dessa sua heróica participação em um dos momentos mais cruciais para a definição do País que hoje somos – o momento da Independência, com todos os riscos e com todas as promessas que encerra.

A batalha do Jenipapo levou muitos anos para ser reconhecida. Somente em seu centenário, no ano de 1923, foi prestada uma primeira homenagem aos seus combatentes, sendo construída uma coluna comemorativa no cemitério onde estão seus mortos.

Cinquenta anos depois, em 1973, foi erguido um grande monumento ao lado do campo de batalha para que a bravura do nosso povo jamais seja esquecida. O Exército brasileiro também concedeu honrarias aos nossos heróis. O 2º Batalhão de Engenharia de Construção é conhecido como “Batalhão Heróis do Jenipapo” e a tradicional unidade de infantaria e herdeira legítima dos combatentes de 1823, o 25º Batalhão de Caçadores, foi denominado “Batalhão Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco”.

Desde 2005, nosso Estado ostenta em sua bandeira a alusão à data histórica. E há mais de dez anos temos, no local, uma encenação da batalha, espetáculo que já se tornou uma tradição no Estado.

Trazemos a comemoração dessa data para o plenário do Senado Federal, por acreditar, senhores e senhoras, que o feito daqueles bravos...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador João Vicente, permita-me mais uma vez interrompê-lo, mas a causa justifica.

Quero convidar para compor a Mesa o Prefeito Francisco Macedo, que é Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais. É uma homenagem que os Senadores do Piauí prestam aos Prefeitos piauienses.

E eu, como municipalista convicto, faço isso com muita alegria.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Que o feito daqueles bravos, há 186 anos, lá na caatinga piauiense, tem uma dimensão e uma importância que transcendem o horizonte da história local, assumindo um lugar de destaque na história da constituição do Brasil independente.

Nesse sentido, aliás, quero louvar a iniciativa do ex-Deputado Frank Aguiar, que, em 2007, apresentou Projeto de Lei na Câmara dos Deputados para inscrever o 13 de março como data histórica no calendário das efemérides nacionais. Seu projeto, Deputado, já foi aprovado na Câmara, no ano passado, e logo será a vez de examiná-lo aqui, no Senado Federal. Traba-

lharemos pela sua aprovação, eliminando esse vácuo na memória histórica da nossa independência.

Costuma-se dizer que o brasileiro não tem memória. Ora, Sr. Presidente, sem memória, é impossível construir uma identidade nacional. É a memória que nos permite olhar para trás e ver a linha contínua que nos liga aos homens e mulheres que lutaram para que fôssemos o que hoje somos. Sem essa linha – e sem a percepção de sua continuidade –, somos como que amnésicos: se não sabemos quem somos, não sabemos nada.

A recuperação e a valorização deste fato histórico de importância vital para o processo de independência brasileiro, que foi a batalha do Jenipapo, ao reforçar nossa percepção da continuidade entre nós e aqueles que lutaram para construir o Brasil independente, há 186 anos, igualmente reforça nossa consciência do que somos e do que podemos realizar. É importante lembrarmos e valorizarmos nossos heróis. Fazendo isso, lembramos de nosso próprio valor e dos valores inscritos em nossa história – valores pelos quais muitos morreram e que hoje nos constituem essencialmente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, senhores e senhoras presentes, fico muito feliz de poder estar aqui, no Senado Federal, relembando os feitos daqueles bravos guerreiros às margens do rio Jenipapo, trazendo para este cenário privilegiado da Casa da federação algo que, para nós, piauienses, é motivo de grande orgulho. Poder compartilhar esse orgulho com todos os brasileiros é uma forma de reforçar nossos laços – e foi justamente por isso, por querer manter a união e reafirmar os laços do Piauí com o destino do novo País que surgia naquele momento, que aqueles bravos arriscaram e sacrificaram as suas vidas, há 186 anos, na caatinga piauiense.

Parabéns a todos os piauienses, a quem devemos também, como brasileiros, um agradecimento especial pela contribuição que deram, naquele momento, à preservação da unidade e da integridade nacional.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Queremos registrar a presença dos Deputados *Ciro Nogueira* e *Mainha*; do Prefeito de Lagoinha, *Alcione Barbosa*; de *Tony Borges*, Prefeito de Geminiano. Estou tentando ver se avisto mais algum Prefeito por aí. Prefeita *Luciene*, de Nossa Senhora de Nazaré; e *Luiz Neto*, de Amarante. Feito o registro.

Peço à minha assessoria que me informe, à medida que os Prefeitos e as autoridades piauienses tiverem acesso a este plenário, para que eu possa fazer o registro.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, signatário do requerimento.

A Mesa tomou a decisão de, em caráter de excepcionalidade, após o pronunciamento dos Srs. Senadores, conceder a palavra ao Governador do Estado do Piauí, para os agradecimentos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, que preside esta sessão em homenagem à histórica batalha do Jenipapo, são tantas as autoridades presentes – recebi uma lista da competente Secretária Executiva da Mesa – que teria de citar todos, mas poderia esquecer alguns nomes, o que seria imperdoável. Então, peço permissão para saudar as autoridades no nome daquele que faz o Poder Executivo do Piauí, S..Ex^a o Governador do Estado; digno e honrado Prefeito de Teresina Sílvio Mendes, tão bem representado pelo digno e honrado Vice-Prefeito; o nosso Prefeito de Campo Maior, e o Prefeito, Líder de todos, o médico Dr. Francisco Macedo.

Na Câmara Federal, tão bem representada aqui, Heráclito, agora são quatro, mais do que nós na Mesa, mostrando a pujança e a grandeza dos nossos Deputados Federais. Eles são bravos. E uma homenagem toda especial ao nosso Ciro Nogueira, pela galhardia com que ele representou o Piauí nas últimas eleições da Câmara Federal. Foi assim, ô Ciro, como a batalha do Jenipapo, que vamos recordar. Estão aqui um, dois, três, quatro, o Marcelo e o Átila. E gostaríamos de falar que é com muita emoção ...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Mão Santa, eu pediria permissão a V. Ex^a para registrar a presença do quarto Senador piauiense, que é Adelmir Santana, nascido em Tucuns, no Município de Uruçuí, mas que se sofisticou colocando na certidão de nascimento como tendo nascido em Nova Iorque, no Maranhão. Apenas para dar charme, mas ele é de Tucuns, em Uruçuí.

Feito o registro, agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos falado muito em muitos lugares, mas, neste auspicioso instante, falo com muita emoção.

Quero dizer que este aqui, nesta tribuna, que tem uma afetividade, cada um de nós tem uma bela história. E a Câmara Legislativa aqui está bem representada. São tantos valorosos Deputados Estaduais. E a gente tem que decidir. E eu decidi citar Kleber Eulálio, por ele e muito mais pelo pai dele. Severo Eulálio foi um dos autênticos na história do PMDB. Eram só 17 bravos que inventaram a anticandidatura. Eles tinham que ter um piauiense. E quis Deus... E esta tribuna aqui é minha cara. Tudo é o Piauí. Nós somos a cara do Piauí, todos nós.

Votei, caro Heráclito, em João Baptista Figueiredo para Presidente da República. Petrônio Portella me colocou delegado. Eu não sei nem como. Eu acho que foi – política tem disso – para fazer uma raivazinha em Alberto Silva, porque eu não entendo por que eu era delegado. Eu era muito jovem. Não era nem Deputado. Eu sei que eu votei. E por que eu estou aqui, e é caro. Este é o 984º pronunciamento que faço desta tribuna. Falo por mim e por outro que reputo um dos mais grandiosos líderes do Piauí: Dirceu Mendes Arcoverde. Está ali o filho dele, genético. Eu sou político.

Então, Marcelo, você sabe? O João Baptista Figueiredo estava ali naquele salão preto, recebendo os cumprimentos. O Petrônio mandou votar e eu votei. Dirceu Mendes Arcoverde era o Governador, e, de repente, o Djalma Veloso, que era o vice dele, teve uma enxaqueca. O Afrânio Nunes, acho que pela idade, também. De repente, o nosso Governador estava só, com um ajudante-de-ordens. E eu não era nem Deputado Estadual. Aliás, a campanha foi com Dirceu, Senador. Não queria ser, só me candidatei para ajudar Dirceu Mendes Arcoverde, que foi contra Alberto Silva na minha cidade.

Não queria, não desejava, porque o meu mundo era a Parnaíba, os braços da Adalgisa, Fortaleza, o Rio. Todo ano ia comprar livros em Buenos Aires, porque não havia livros de Medicina em português, muito poucos. Esse era o meu mundo. No El Ateneo em Buenos Aires. Não imaginava! Meu mundo era este: Fortaleza, Rio, Buenos Aires. Não tinha nada a ver. Mas é o destino, e cedi para ajudar Dirceu Arcoverde.

Eu sei que eu com um copo de uísque... É bom não andar bêbado. O Sebastião Leal, quando era minha oposição, dizia: “Esse Mão Santa fala da gente, mas bebe também.” Eu não bebia o uísque dele, que era o Royal Salute, mas bebia nem que fosse o Old Eight.

Então, eu com um copo de uísque ali, na festa do Figueiredo, chego... Olha, falam agora do Senado, mas havia uma mordomia boa, uns tira-gosto bons! Aí, de repente, eu vi o Dirceu, daquele jeito pacato, subir essa escada e adentrar, e eu não podia deixar ele vir sozinho, ele só, o Governador, os companheiros dele tinham saído.

Ele entrou aqui, e eu ali, 9h30 da noite mais ou menos, isso, mais novo, lindo, sem nenhum funcionário. Olha o que é o destino: sem nenhum funcionário. E eu até tinha... Para quê? Ali é que está bom, está secando aqui meu copo, e lá embaixo é que tem. Eu fiquei ali, balançando o copo; aí, o Dr. Dirceu entra aqui, de noite, só nós dois. A homenagem era ali. Aí, ele, naquela maneira dele, olha para cima, para o céu, sobe aqui, e eu ali. O Marcelo, que é psicólogo, podia interpretar. Eu digo: mas você faz bem, eu quero entrar lá, eu

estava já com o copo vazio de uísque. Ele parece que não gostava de beber de jeito nenhum. Ele adentrou, subiu e pousou aqui. Eu, com meu copo balançando, vultou, nos encontramos ali, e ele olhou para cima, que é bonito, era mais bonito, isso era mais novo, de noite, só nós dois, olhou assim e disse: "Mão Santa, esse Juscelino Kubitschek era louco, né?"

Aí fomos lá, aquelas frases de letras metálicas, vai nascer... Aquelas do Juscelino. Sim, Dirceu foi eleito, eu fui eleito. E, no primeiro pronunciamento, defendendo os seus pensamentos da saúde, ele tombou nesta tribuna. Então, eu tenho que agradecer a Deus que, nesta tribuna, defendendo – e tenho aqui quatro anos – o Piauí, o Brasil, a democracia, este é o pronunciamento de nº 984 que eu faço.

Aqui, ô, João Vicente, todos os anos, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008, eu fazia pronunciamentos, muitas vezes secundados pelo bravo companheiro irmão camarada Heráclito Fortes, mas era só. E o João Vicente, aquela pessoa que o Piauí conhece, de êxito genético empresarial, mas eu quero dizer que Deus me inspirou que o fiz meu Secretário de Indústria e Comércio. Não conheço ninguém mais cuidadoso com a coisa pública que João Vicente.

E quero dizer que ele entrou e já organizou e, hoje, estamos numa festa bem mais bonita. Quer dizer eu esbravejando aqui era como Leonardo Castelo Branco, como Simplício Dias, como Tiradentes. Hoje o Senado da República busca os seus melhores filhos e aqui estamos para mostrar a este País a grandeza da nossa gente.

Então, o que eu queria dizer era o seguinte: os nossos cumprimentos ao João Vicente. Eu e o Heráclito já estávamos aqui há muito tempo lutando, e ele veio com esse idealismo e esse sangue jovem e deu essa brilhante idéia de festejar.

Mas eu já dizia no passado o seguinte: era muito fácil falar, não por mim, nós somos iguais, o Piauí era muito organizado.

O Piauí era tão organizado que nós todos ficamos bem dotados. Está ali o Professor Santana. Eu sei um bocado de história; mas não é por mim, não. Eu me lembro da Professora Maria da Penha Fontes Silva; eu me lembro do Dr. Benedito Corrêa e dos mestres. Então, sempre foi muito fácil, porque nós, piauienses, somos muito bem dotados. Eu defendia, e está aqui.

Eu me lembro que Pedro Simon – e o meu milésimo discurso vai ser sobre Pedro Simon... Eu já anunciei. O Pelé não fez mil gols? O Romário não fez mil? Pois eu vou fazer mil pronunciamentos em defesa do Brasil, da democracia, da decência, da ética, da vergonha. Aqui, aqui, aqui.

Então, Pedro Simon, porque ele foi... Mas aqui está um trabalho feito pelo Senado. Não pelo meu método, mas pela competente equipe do Senado, principalmente Pedro Rogério Moreira, um dos funcionários, que fez uma síntese. E eu hoje li. Cada ano está aqui marcado. Eles sintetizaram: "Jenipapo..." Está aqui, no dia 14, e pediram uma refinaria.

Eles fizeram a parte deles. Nós temos de fazer a nossa. Nós louvamos o exemplo. Este País – e o Brasil tem de saber. E esta é a sétima vez que eu brado aqui destes 984. Esse é o sétimo. Quero dizer que o Brasil é uno, é grande por nós.

Dom João VI – não é também como a história diz –, um homem de muita competência, de muita inteligência. Veio ao Brasil porque Napoleão ia tomar mesmo, entrou em Portugal, ia prender. Ele buscou o auxílio da Inglaterra, veio e trouxe. E mostrou a este País. Desde 1808 que nós temos grandes governantes.

É ignorância audaciosa e atrevida pensar que o Brasil começou agora. Em 1500 foi descoberto. Mas esse negócio de sesmaria, capitania hereditária já melhorou com os governadores gerais. Dom João VI foi uma bênção. Ele trouxe a cultura dos modelos civilizados da Europa. Os reis. Era isso que tinha, e ele trouxe. Abriu logo os portos. Isso é a globalização. Na Bahia, criou a Faculdade de Medicina, fez a burocracia, e treze anos de progresso.

Vou te dizer eu. Não. No Brasil, cada um teve a sua missão. E ele disse apenas o seguinte... Não é mérito meu, é dos meus professores. Todo o mundo sabe que ele disse: "filho, antes que algum aventureiro coloque a coroa na cabeça coloque". Esse aventureiro a que ele se referia era Simón Bolívar, *el libertador*, que estava libertando e derrubando tudo o que de tinha rei, espanhóis, de origem espanhola. Era ele.

Então, mas filho, fique com o sul, e o norte vai ficar comigo, com Portugal. Essa é a história. E o que aconteceu? Mandaram para cá o seu sobrinho e afilhado João Fidié, preparadíssimo.

Chegou em agosto com esta missão: dividir. O nome do país era Maranhão – Maranhão era aliado a Portugal. E Fidié, chegando, viu. Está ali o Antonio Neto, extraordinário Secretário da Fazenda do nosso Estado, como muitos o foram ao longo da vida.

Quero dizer, então – e ele sabe a história –, que, naquele tempo, Parnaíba era o maior entreposto comercial. Muito dinheiro. Havia um rico, Domingos Dias da Silva, que mandou seu filho, Simplício Dias da Silva, Simplício, estudar na Europa. Tem um livro.

Atentai bem! Ele tinha tanto dinheiro que estudou na Universidade de Porto. Ele chegou, cá pra nós, a ser expulso, porque, quando chegava a mesada dele,

era Carnaval, Porto. Mas aí ele foi para a Espanha, conheceu Simón Bolívar. Daí as ideias da época.

Está no melhor livro, que todos devem ler – temos que fugir da ignorância; “afaste de mim esse cálice”: *As Barbas do Imperador*.

Quando governei o Estado do Piauí, tive uma visão: o ensino universitário, que fiz mais crescer no País e, talvez, no mundo. E fui buscar a Fundação Getúlio Vargas para coordenar, para tomar conta, para qualificar.

Os ataques que recebemos são maldade, mas a intenção era essa. E eu estava lá, Dr. Antonio Neto.

Aí, Alberto Costa e Silva disse que esse era o melhor livro. E eu o comprei: *As Barbas dos Imperador*.

Heráclito Fortes, lá, em *As Barbas do Imperador*, Parnaíba era tão rica, tão rica que o pai de Simplício José da Silva... Meu avô era rico, mas esse era mais; João Claudino era rico, mas este era mais: Domingo Dias da Silva. Quando você à praça da Parnaíba tem duas igrejas: uma em que ele foi enterrado com a família e outra, há 50 metros, dos escravos, a Igreja do Rosário.

Três andares. Ele pegava os negros escravos e mandava-os em um dos seus cinco navios para estudar música – ó, já temos artista muito antes de você; mas muito antes, você tem que saber disto!

Então, está lá. O País só tinha quatro orquestras: uma era de Simplício Dias da Silva. Mandava os músicos. “Pode fazer mais, muito mais”. Simplício mandava.

Quero só dizer a grandeza: Fidié chegou e viu onde estava o dinheiro. E o que ele fez? Quem aqui já foi Governador? Só o Wellington; eu; tem outro aqui; o Kleber foi, devia ter sido mais, mas foi rápido! Então, esse negócio de delegado é um inferno! Todo dia é briga, e tem que prender um adversário.

Eu me lembro – são coisas boas; vou fazer um livro bonito – que, com dois que cheguei, já foi com regeneração. Nome do PMDB, está aqui o nome deste aqui: Sargento. Eu digo: “Mas por que, logo entrando aqui?”

“Porque Sargento disse que vai dar um tiro, vai dar na cara do Deputado Xavier Neto”. Era assim. Estou dizendo um quadro. “E ele é do PMDB, já foi do tempo do Alberto Silva.” Aí, olhei assim – Deus sempre me iluminou –, chamei o comandante e disse: “Qual é o melhor major que o senhor tem? O melhor mesmo, o melhor.” “Vou mandar o melhor major. Você não pode, você está pedindo o Sargento para sua cidade.”

Quero dizer que isso é velho! Então, nosso amigo, que veio com a missão, Fidié. Parnaíba tinha dinheiro? Ele veio no começo de agosto. “Vamos mudar o Delegado Joaquim Timóteo.” Mandou mudar. Os parnaibanos,

vereadores, vereadores bravos, não aceitaram. O rico era amigo do Joaquim Timóteo. Está aí a confusão!

Quer dizer, agosto é antes de setembro. Aquela ignorância, os imbecis aí, aloprados! “Vamos mudar a história do Piauí, não tem nada a ver!” Só faço esta pergunta aos aloprados: agosto não é antes de setembro? “Não. Quando Parnaíba deu 19...” Não sabiam nada.

O primeiro ato foi não aceitar a mudança do delegado, que foi em agosto. Em 7 de setembro, também a notícia não chegou, porque uns dizem: “Não! Dezenove de outubro foi depois de sete de setembro.” Não sabia, não tinha comunicação. E os vereadores fizeram.

Aí, Fidié, sabendo que era capital econômica, que tinham dinheiro... Ele matava mil bois por mês. Talvez, hoje, entraríamos em decadência. Tinha cinco navios para exportar charque! Quer dizer, lá já tem rico há muito tempo, antes do meu avô; antes do teu pai, João Vicente!

Então, é o seguinte: Fidié saiu, porque foi desobedecido. Mas eles não eram burros; eles eram preparados, eles estudaram na Europa. Quando vinha... o João Vicente disse a data. Estava ali, preocupado. Aquilo era a pé e a cavalo. A cavalo só os superiores. Demoraram a chegar à Parnaíba, para sufocar. E, em 19 de outubro, a Câmara se reuniu, independentemente de grito: a independência do Piauí. A ignorância tão audaciosa, que quer mudar os ignorantes. Isso foi feito por um Deputado Federal, José Auto de Abreu. Culto, Deputado Federal, que botou o Dia do Piauí. Não fomos nós, parnaibanos, não. Foi José Auto de Abreu.

Então, a história não se faz com uma data. Tem agosto, do delegado; tem 19 de outubro, quando a Câmara se reuniu; tem, antes disso, 24 de janeiro do nosso amigo Marcelo dos Tapetinhos, lá de Oeiras, porque, quando ele saiu de lá, o povo bravo de Oeiras tomou o Palácio. A Independência do Brasil não foi feita numa data. Tem o Dia do Fico, tem o Tiradentes, têm muitos movimentos.

Então, nossa história é bonita porque é isso. Não é um dia. A ignorância é audaciosa e atrevida.

É uma sequência, e eles se correspondiam. O 24 de janeiro Parnaíba homenageava – o melhor clube de Parnaíba era Cassino 24 de Janeiro, onde fica hoje o prédio da Telepisa –, porque reconhecia como uma data dos oeirenses. Eles tomaram o Palácio do Fidié.

Então, Fidié invadiu a Parnaíba. O homem era rico, Simplício Dias, levou os que pôde e foi para o Ceará. Granja, Viçosa, recrutou ali homens. Eu até anotei o nome. Você disse aí o Comandante, um que tinha experiência de batalha. Não! Leonardo, não. É um nome popular. Saiu aí. Mas não interessa. Um cearense eles contrataram – quem pagou foi Simplício Dias – para ter guerra. Ora, se em eleição não tem dinheiro, avalie

em guerra, não é verdade, doutor?! Então, quem tinha dinheiro era Simplício Dias da Silva.

Parnaíba foi invadida. Os maranhenses, com o brigue Infante Dom Miguel, invadiram a Parnaíba. E eles foram. Quando ele voltou com os cearenses, alguns de Piracuruca, o Leonardo Castelo Branco, houve a Batalha de Jenipapo, que – não vou mais perder tempo – V. Ex^a descreveu. Ele foi vencedor, lógico, mas senti que não tinha condições de voltar para Oeiras. O povo de Oeiras. Então, 24 de janeiro é uma data importantíssima.

Tem o 19 de outubro. Quem botou isso foi José Auto de Abreu, que não nasceu lá. Foi um homem de cultura. Tem o 24 de janeiro. Tem o 13 de março.

E vai ter esta data hoje.

O que eu entendo? Eles fizeram. Tanto o Maranhão... Ele foi para o Maranhão, para Caxias. E ele era um bravo. Quando ele voltou para Portugal, foi chefe da escola militar – o Fidié. Na sua aposentadoria, ele exigiu do Governador que colocasse lá – Antônio Neto sabe, porque ele era pagador – o pagamento da Batalha do Jenipapo, na qual tinha sido vitorioso. Está na aposentadoria de Fidié. E o Governo pagou. Essa eles fizeram – a dele. Que bela história!

Os baianos também tiveram uma batalha sangrenta. Agora, quero render uma homenagem a isso. Deus coloca assim. Está ali Antônio Araújo, bem ali, aquela figura. Petrônio foi grandioso, mas olhem o “cirineu” de Petrônio. Olhem o anjo da guarda de Petrônio: Antônio Araújo. Petrônio, extraordinário. Somos sempre os melhores. No momento da nossa ditadura militar, para cá veio Petrônio Portella mostrar nossa fibra e nossa grandeza. Eu estava do lado dele com Antônio Araújo quando mandaram fechar este Congresso. Petrônio Portella só disse uma frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Aprendi ali que autoridade é moral. Aprendi ali. Não disse nada, esbravejou:

“Este é o dia mais triste da minha vida”. Eu, do lado do Petrônio, escolhido pelo Petrônio. Ecoa, o Presidente Geisel manda abrir este Congresso e nós estamos aqui.

E, naquele período negro, não foi só ele, não. O melhor do Poder Judiciário, piauiense, Evandro Lins e Silva, é um incomparável a Rui Barbosa, presidente feliz dessa Corte Suprema, que não precisa buscar exemplo na história, noutros países. No Piauí, Evandro Lins e Silva. Na ditadura, ele soltou os presos políticos.

Eu vi, meu amigo Miguel Arraes me contou, Heráclito: Fernando de Noronha, encantadora era a cadeia. Quem leu Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, retratando a ditadura de Vargas, viu. Miguel Arraes me disse que estava na cabeça dele que ia ser comido ali

pelo tubarão, pelo peixe, que não tinha volta, quando recebeu a ordem de Evandro Lins e Silva para soltá-lo.

Desses jornalistas que estão aí, olhe a grandeza do Piauí, no momento mais difícil da ditadura, atentai bem, só um teve a coragem, a grandeza e a inteligência, Carlos Castello Branco, Castelinho, de trazer ao País, de fazer aflorar os sentimentos da liberdade. E essa é a nossa tradição. E eu quero crer que, com esse sentimento, nós todos, a Câmara Federal, os extraordinários deputados federais, querendo lamentar a ausência daquela mulher que foi a maior líder do Piauí, Trindade, que lutamos juntos, aquele que foi o mais bravo que comigo combateu o crime organizado, Afonso Gil e, por último, Mussa Demes, o conciliador. Ele era o nosso representante ao longo dos tempos. E nós continuamos e nos será fácil porque os exemplos estão aí.

Aqui estamos nós três, em uma Mesa de sete, nunca antes. A união, o respeito, unidos pelo amor e pela grandeza do Piauí. E mais, somos é maioria mesmo, nós é que mandamos mesmo. De três, tem sete e vocês dirão: o Mão Santa perdeu. O Antônio Neto é duro na matemática, nos números. Não, o Sarney está ali porque nós fizemos acordo. O avô dele é piauiense de Valência, o Assuero. Então, esse é o predomínio da nossa gente.

Mas nossas palavras vamos encerrar por aqui, mas quero dizer: Piauí terra querida, filha do sol do Equador. Pertence-te nosso sonho, nosso amor e nossa vida. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega, mas nós não fizemos a nossa parte, não. Eles fizeram. Nós estamos para homenageá-los.

Porto de Luís Correia é a maior indignidade, a maior imoralidade, a maior vergonha! Iniciado por Epitácio Pessoa. Ontem eu falava aqui e trouxe um livro de 1920. O engenheiro, em 1918, já estava lá. Olha, que vergonha, que mentiras, que demagogia!

As ZPEs, Sarney assinou há mais de 20 anos, eu prorroguei, com Heráclito e João Vicente, e já vão se acabar.

A estrada de ferro, que vergonha! Pensei; por isso, tenho minhas razões: o homem é o homem e suas circunstâncias. Deus me deu esse saber de entender as coisas, de ter visão do futuro. A estrada de ferro... Vi compromissos, promessas. Eu vi! Dois meses, Luís Correia; quatro meses, Teresina. Marcelo, não trocaram nenhum dormente. Dormente é aquele pau do trilho. É uma obra que não precisa jurema, para sucesso fazer. Até mestre-de-obras faz, porque é uma planície.

A hidroelétrica, temos meia hidroelétrica – meia! –, sonhada pelo bravo Milton Brandão. Juscelino, o Castello terminou. Faltam as eclusas. Vi a navegabilidade do rio da Parnaíba.

Uma ponte, piauiense, que é uma vergonha. Aquilo é a ponte da vergonha. E eu digo isso porque eu tive a coragem e a inspiração de Deus de buscar um engenheiro do Piauí, Lourival, uma construtora do Piauí, dinheiro do Piauí, e fiz no mesmo rio uma ponte em 87 dias, contratei. Heráclito, que me deu o exemplo – Padre Antônio Vieira disse que o exemplo –, fez uma ponte no mesmo rio em 100 dias.

Essas coisas, eu não aceito. Eu não aceito tomar casas de pobres. Não aceito, não aceito. Eu governei por seis anos, dez meses e seis dias, não tomei uma casa; fui Prefeito, e o Governo está errado. Eu votei em Luiz Inácio; eu já votei no Wellington Dias. Está errado, ninguém me compra. Eu sou como Leonardo, eu sou como os homens do Jenipapo, que apanharam, sofreram dificuldade. Mas é roubo; o que estão fazendo com os aposentados no Brasil não existe. Eu sei história. Olha, eu estudei muito. Vocês conheceram o Governador. Eu perguntei ao Tasso Jereissati, quando vínhamos, ô Heráclito. Ele disse: “Mão Santa, o que é que você está achando?” Vínhamos no corredor. Eu disse: “Rapaz, eu estou achando que isso aqui é como um pós-graduado”. Ele olhou assim... Olha, nós saímos de uma aula, era a CAE, está ali, o diretor era o Sarney, buzinando, tem presença e tal. Então, a gente está estudando aqui. E eu me preparei muito, muito, muito. E quero dizer que não aceito... Estudado, é artista? Eu também dou autógrafa. Porque eu não aceito os velinhos... Os velinhos fizeram um contrato, tiveram um sonho... Ô Frank, John Lennon é melhor do que você. John Lennon disse que a vida é o que acontece enquanto sonhamos, enquanto planejamos, enquanto fazemos um programa.

Olha, eles sonharam, pagaram, trabalharam trinta, quarenta, cinquenta anos, Deputado Kleber, e descontaram para a aposentadoria. Os que recebiam dez salários mínimos estão recebendo cinco; os que recebiam cinco, estão recebendo dois. Isso não existe, não existe. Nós somos contra isso.

Então, Marcelo – ô, Marcelo, V. Ex^a é muito inteligente, Professor de Psiquiatria, aprendi muito com V. Ex^a –, Rui Barbosa está ali porque disse: “A Pátria é a família amplificada”. A nossa família brasileira está toda destruída. Isto é importante. Deus não botou Cristo desgarrado não: botou numa família. A família está destruída sabe por que, ô Frank?

Barack Obama tem dois livros. Eu li o primeiro, da política, e ele disse que o melhor é o da vida.

Cadê o meu Zeca de Deus? Sinto saudade vendo o irmão dele...

Mas Barack Obama disse: “Eu não fui maconheiro porque fui educado por meus avós”. Barack Obama, a nossa esperança da democracia: “Eu não sou maconheiro por causa dos meus avós, que me educaram”.

Os avós brasileiros, Luiz Inácio, meu querido Presidente – ele é o nosso Presidente –, estão é se suicidando. Os avós são bons, são corretos – e digo isso porque sou avô. O Senado é para os pais da Pátria, é isso o que penso.

Eu sou muito melhor avô do que pai, e vou dizer por que penso assim. Trabalhei muito, muito, muito. Chegava em casa de madrugada. Operava dez, doze, quase todos de graça. Antônio Neto, quando eu chegava, os meninos estavam dormindo, foi Adalgisa que os criou. Agora não: o avô é mais disponível – agora mesmo arrumei para uma neta estudar no Rio Grande do Sul.

E os avós do nosso Brasil? Este Governo acabou com eles. Eles estão é se suicidando, porque são honrados, são honestos. Eles fizeram um planejamento, mas não estão podendo dar aquilo que se comprometeram a dar: o estudo do neto, a roupa do neto, o sapato do neto eles não podem comprar.

São essas as nossas palavras.

Nós temos de nos inspirar na coragem daqueles que participaram da Batalha do Jenipapo e conquistar aquilo que acreditamos ser a riqueza.

É o estudo que leva à sabedoria. Sou muito preocupado, mas muito. Antônio Neto está atento – tinha de ver, se deseja ser Governador, isso. Eu me preocupo.

Em 1990, sobre este País, o MEC apresentou uma estatística: das dez melhores universidades, sete eram públicas e três eram privadas. Em 2000, quando eu era Governador do Estado, a estatística era: das dez melhores do País, sete eram privadas e três eram públicas. Fiquei decepcionado, preocupado, mas a do Piauí era a terceira melhor universidade pública.

Atentai bem: vai sair uma aí uma estatística que mostrará que as dez melhores são privadas. Está aqui o doutor...

Eu estudei em faculdade do Governo, fiz pós-graduação em instituição do Governo. Um estudante de Medicina hoje, no Nordeste, paga R\$4 mil por mês! Eu estou preocupado com o *apartheid*: no futuro, não será negócio de negro e branco não, a Princesa Isabel resolveu isso – o mais querido aqui é o Paim; não temo. Só vai ser doutor o rico: um mês de Medicina, R\$4 mil!

Essas são as nossas preocupações.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Geraldo Mesquita, figura extraordinária do Parlamento. Nesta Casa, ele é o que mais se aproxima, na firmeza dos direitos, de Rui Barbosa.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, muito obrigado. Quero, antes de mais nada, agradecer ao Presidente Heráclito, que liberou o microfone para um rápido aparte, do qual eu não poderia fugir. No ano passado, recebi um convite generoso do Senador Mão Santa – e tenho certeza de que ele falou em nome do Senador Claudino e do Senador Heráclito – para visitar Parnaíba. O Senador Mão Santa canta em prosa e verso, quase que diariamente aqui, a Parnaíba querida dele. E, no caminho, uma emoção: ele me fez conhecer o local onde se travou a Batalha do Jenipapo. Passamos um bom momento lá: eu, o Senador Mão Santa, Dona Adalgisa e as pessoas que nos acompanhavam. O Senador Mão Santa relatava o que ali havia acontecido. Antes de mais nada, se ninguém aqui disse isso, eu gostaria de dizer que a bancada do Piauí aqui é uma das maiores bancadas. Pode parecer estranho o que eu estou dizendo, porque normalmente os Estados têm três Senadores, mas o Governador sabe disto: a bancada do Piauí é uma das maiores bancadas aqui, porque incorpora companheiros valiosos, como o Senador Adelmir. A bancada do Piauí e a bancada do Ceará são as duas maiores bancadas que nós temos nesta Casa. Como eu disse, eu não podia fugir a este aparte. E abro aqui o bem elaborado prospecto que vocês distribuíram, prospecto que traz informações preciosas acerca do ato que estamos aqui lembrando e reverenciando. E eu vejo aqui: “*A história da Independência do Brasil não se resume ao 7 de setembro de 1822*”. E eu diria mais, eu diria que não se resume àquele momento específico a história da independência deste País: ela se estende ao longo dos anos e ao longo dos séculos. Ao lado da Batalha do Jenipapo, eu coloco aqui como importantes episódios do processo de independência deste País, no mesmo grau de importância, a revolução ocorrida no meu Estado, a Revolução Acreana; eu coloco Canudos; eu coloco uma série de episódios, muitos deles sangrentos, revolucionários, que, ao longo dos séculos, ocorreram em nosso País. Esses episódios, como o ato simbólico da Independência ocorrido em 1822, significam, e significarão sempre, atos que, no seu conjunto, aí sim, construíram as bases para a independência deste País. Portanto, quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade deste rápido aparte, render as minhas mais sinceras homenagens ao povo do Piauí, povo bravo. Tive o maior prazer, a maior satisfação de conhecer o local onde se travou aquela batalha que nós hoje aqui lembramos. Tive o maior prazer. Incorporei esse fato ao rol de fatos que compõem o meu conhecimento acerca do nosso País. Que coisa bonita a gente tomar conhecimento ou travar contato pessoalmente com sítios, com regiões, com

áreas onde ocorreram esses atos heróicos, bravos, de resistência de um povo corajoso, como é o povo brasileiro, espalhado por este País afora, do Acre, do Piauí, do Rio Grande do Sul e por aí vai.

Portanto, as minhas homenagens àqueles que representam o Piauí nesta Casa, àqueles que representam o Piauí em qualquer instância. Estado que tem o bem-querer do povo brasileiro, Estado que produz incansavelmente inteligências e pessoas altamente capacitadas para participar de qualquer instituição, de qualquer atividade neste País. Parabéns ao povo do Piauí e as nossas mais sinceras e profundas homenagens à luta travada não só naquele sítio, que hoje lembramos, mas ao longo dos tempos como vem fazendo o povo do Piauí. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo todas as palavras de Geraldo Mesquita, em respeito ao Acre, que também é um Estado que não é dos grandes do Brasil, mas de uma gente brava. Eles chegaram até a ser país, mostrando a bravura de gente. Então vamos terminar mesmo.

Peço que os meus aplausos se somem aos seus aplausos em homenagem à maior data da história do Brasil, o 13 de março, a Batalha do Jenipapo, que garantiu a unidade do Brasil, o Brasil ser grandão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Quero fazer o registro da presença do jornalista Nivaldo Barbosa; do guerrilheiro che-guevariano Acelino Ribeiro; dessa extraordinária figura de homem público piauiense que é o Antônio Araújo, já aqui dissertado pelo Mão Santa; do Prefeito José Jailson Pio, de São Félix; do Prefeito de Esperantina, Chico Antônio; do Deputado Leal Júnior; do Deputado Átila Lira, que passou por aqui; e do Dr. Júlio Lopes Lima, que foi Presidente do Banco do Estado do Piauí e foi Secretário de Finanças do Município de Teresina.

Quero também registrar que esta sessão está sendo transmitida pela *TV Assembléia*, do Estado do Piauí ao vivo. Faço este registro, prestando homenagem ao Presidente Temir e ao Diretor de Jornalismo Antônio Trindade.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, Sr. Senador José Claudino, nosso companheiro ilustre que propôs esta merecida homenagem ao povo do Piauí, aos nossos heróis da Guerra da Independência.

Sr. Presidente, permita-me saudar os Ilustres convidados na Mesa, Exm^o Sr. Wellington Dias, nosso Governador do Piauí. Quero saudar também o nosso

companheiro Senador Mão Santa; quero saudar também o Exmº Sr. João Félix de Andrade Filho, Prefeito do Município de Campo Maior do Piauí; nosso Deputado Federal e agora Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, Frank Aguiar, companheiro querido. Quero saudar o Exmº Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, que também é ex-Prefeito lá de Campo Maior e hoje abrilhanta esta sessão com sua presença; o Exmº Sr. Deputado Estadual Kleber Eulálio, seja bem vindo à nossa Casa; Hélio Isaías, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Piauí; Valério José Carvalho, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Piauí; Myriam Eduardo Pereira Conde Medeiros, que foi a intérprete, aqui, do Hino do Estado do Piauí e os demais convidados. Nossos Senadores que estão aqui presentes. E sei que há muitas ilustres figuras do nosso Piauí.

Eu não poderia deixar de vir aqui fazer um breve resumo sobre essa batalha extraordinária que marca a nossa formação e engrandece a história do povo brasileiro. Eu quero ler aqui um breve relato e começar com um grande escritor mineiro, Drummond, que disse, no seu poema:

“No cemitério de Batalhão os mortos do
Jenipapo
Não sofrem chuva nem sol; o telheiro
os protege
Asa imóvel na amplidão campeira.”

Foram esses alguns dos versos com os quais o grande poeta Carlos Drummond de Andrade homenageou os anônimos heróis da Batalha do Jenipapo, provavelmente a mais sangrenta das lutas travadas pela Independência do Brasil.

Fato histórico ainda pouco conhecido pela maioria dos brasileiros, a Batalha do Jenipapo foi travada às margens do riacho do Jenipapo, perto de Campo Maior, no Piauí, a 13 de março de 1823.

Ali, cerca de dois mil homens mal armados, com umas poucas espingardas de caça, armas brancas e até mesmo paus e pedras enfrentaram a força portuguesa de 1.100 homens treinados e bem armados, inclusive com algumas peças de artilharia. Os fatos que levaram a essa luta histórica e sangrenta começaram no ano anterior. Foi a Proclamação da nossa Independência, com a imediata adesão do centro-sul do País. Então, restou à Coroa portuguesa a tentativa de manter o Maranhão, o Piauí e o Pará como suas colônias, como o Brasil do norte.

O Piauí tinha, na ocasião, importância econômica que justificava a cobiça de Portugal. Sua atividade agropecuária crescia rapidamente e, em Parnaíba – sou filho de Parnaíba, pela generosidade de Mão

Santa, que, quando Governador, me deu o título, e hoje sou filho de Parnaíba –, se abatiam 15 mil bois para abastecer o mercado de carnes dos mercados do Maranhão, Ceará e Bahia. O comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil e também havia a produção de fumo e cana-de-açúcar. Cerca de metade da renda das numerosas fazendas de gado iam para os cofres da Coroa Portuguesa, num confisco tributário injusto com o nosso povo.

Não foi por outra razão que Portugal enviou uma grande quantidade de armas ao Piauí já em 1820 e, em 1822, designou como Governador das Armas do Piauí João José da Cunha Fidié, um experimentado militar, veterano na luta contra as forças de Napoleão na Europa. Os ideais de liberdade chegavam ao Piauí por Parnaíba, cidade mais rica da Província, soprados de Portugal, França e Estados Unidos e foram rapidamente assimilados por piauienses ilustres, dentre eles Simplício Dias da Silva, Leonardo das Dores Castelo Branco e o Juiz Cândido de Deus e Silva. Eles estavam entre os que inspiraram a Câmara Provincial de Parnaíba a reconhecer a independência do Brasil em 19 de outubro de 1822, pouco depois da Independência, um mês depois. Essa foi a razão que levou João Fidié a deixar Oeiras, capital da República com suas tropas. Era seu dever conter o movimento pela Independência naquela parte do País.

Depois de longa marcha ele dominou Parnaíba sem resistência. Enquanto isso, em Oeiras, o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins também trabalhava pela Independência. Em 24 de janeiro de 1823, Oeiras declarou-se independente de Portugal, o que forçou Fidié a voltar com as suas tropas. Começava a ser selado o destino dos heróis de Jenipapo.

Ao longo do caminho que João Fidié deveria percorrer, uma estratégia de resistência foi montada. Em Lagoa do Jacaré, alguns piauienses enfrentaram os portugueses numa primeira escaramuça. Piracuruca, onde a Independência havia sido declarada por Leonardo Castelo Branco, em 22 de janeiro, foi encontrada vazia. Os habitantes tinham fugido na noite anterior à chegada dos portugueses.

O confronto principal ocorreria em Campo Maior, onde a Independência tinha sido declarada em 5 de março, pelo mesmo Castelo Branco. Era imperioso impedir que Fiedé e suas tropas chegassem a Oeiras, para que toda a luta pela Independência não tivesse sido em vão.

Liderados por João da Costa Alecrim, Luís Rodrigues Chaves, Francisco Inácio da Costa, Salvador Cardoso de Oliveira, Alexandre Nery Pereira Nereu, Pedro Francisco Martins e Simplício José da Silva, os homens que lutavam pela Independência do Brasil

esperaram os portugueses. Onde? No riacho do Jenipapo. Naquele lugar, depois de cinco horas de combate, estima-se que tenham morrido entre 200 e 400 brasileiros e mais de 100 portugueses que também tiveram cerca de 60 homens feridos.

Fidié teve ali a sua vitória de Pirro! Além do desgaste do combate, graças à bravura dos seus adversários, ele ainda perdeu mantimentos

Além do desgaste do combate, graças à bravura dos seus adversários, ele ainda perdeu mantimentos, água, armas e até mesmo valores que haviam sido saqueados em Parnaíba, levados pelos brasileiros no momento de sua retirada. Ele ainda passou dois dias em Campo Maior enterrando seus mortos. De lá seguiu para Estanhado, hoje União, para finalmente aquartelar-se em Caxias, no Maranhão. Lá foi cercado por forças compostas por piauienses, cearenses e obrigado a render-se em 31 de julho, pondo fim às esperanças portuguesas de manter uma colônia no Brasil.

Esses humildes anônimos que deram a vida pela Independência do Brasil demoraram a ter a importância de seu feito reconhecida. Apenas pedras toscas marcavam o lugar de suas sepulturas até que, em 1923, no centenário de seu sacrifício, ali se ergueu, pela primeira vez, um marco em homenagem a sua bravura.

Em 1973, cento e cinquenta anos após a Batalha, um grande monumento foi construído para prestar a justa homenagem aos que deram a vida pela Independência do Brasil. Também o Exército Brasileiro homenageou os heróis de Jenipapo, dando nomes da Batalha e de alguns de seus líderes a unidades da nossa força terrestre. Nada mais justo e necessário. É por isso que desejo me congratular também com o Senador João Vicente Claudino pela proposição desta sessão especial de homenagem àqueles valorosos brasileiros que deram seu sangue pela liberdade do nosso País.

É preciso que tenhamos muitas outras homenagens como esta, é preciso que se ensine mais nas escolas o que foi a Batalha do Jenipapo para que, conhecendo esse episódio da nossa História, possamos homenagear de maneira justa e digna esses bravos patriotas.

Senhoras e senhores, um breve relato para trazer à memória gestos heróicos de nosso povo. Aliás, as nacionalidades dependem muito da sua configuração física, dos acidentes imprevisíveis e misteriosos da sua formação; – eu diria – dos nomes e símbolos telúricos que lhe vincam a índole e a vocação.

Mas, Sr. Presidente Heráclito Fortes, não há notícias na história que nenhum povo haja se formado em nação culta, poderosa, digna, influente no mundo, sem a presença dos seus líderes sábios e generosos;

de seus condutores valentes cujas mãos viris, fortes, são capazes de amalgar, nas virtudes e defeitos de seus povos, a sua gente, para que possam nos ensolarados dias do porvir, rasgar nos horizontes a perspectiva iluminada do seu destino, e nosso destino tão glorioso é esse, o destino do povo brasileiro que passa pela honradez, pela dignidade e pela bravura do povo do nosso Piauí.

Eu ouvi aqui atentamente as palavras de um guerreiro do Piauí, que é o Senador Mão Santa, que presta um papel extraordinário às avessas a este Governo, quando faz denúncias, às vezes justas, muitas vezes injustas. A política, Sr. Governador, é isto: um dilúvio de ódios e paixões. Eu também quero ser ouvido e dizer que nosso Governo tem conquistas, tem conquistas importantes para o povo brasileiro. Eu lembro quantas vezes os políticos choravam, os sindicatos e o povo iam às ruas, pedindo que os aposentados brasileiros ganhassem US\$100; hoje, ganham quase US\$200. Se não fosse a nossa moeda ter sido desvalorizada por conta dessa crise financeira internacional em cerca de 45%, hoje nossos aposentados estariam ganhando mais de US\$200. É suficiente? Não, não é, mas não podemos deixar de reconhecer nosso esforço. É como uma mãe humilde que, morando numa comunidade carente, no dia do aniversário dos seus filhos, compra um singelo par de sapatos. Ela gostaria de comprar muito mais. Ela gostaria de revestir o seu lar com o que há de melhor, mas não podemos desprezar o esforço daquela cidadã que traz para a sua casa, na medida da sua possibilidade, o seu esforço melhor.

No nosso Governo, temos praticado a democracia – seis anos de prática ileza da democracia. Não é neste Governo que o povo chama o Procurador-Geral da República de engavetador; neste, não se engaveta nada. Pela primeira vez na história da nossa República, trinta políticos importantes, influentes, até um Ministro, foram levados às raias do Supremo Tribunal Federal para responderem sobre seus atos. Meu Deus do céu!

Cada Parlamentar tem o direito de vir aqui e dizer o que pensa, sem perseguições, sem sofrer represálias. Nossa pujante Oposição diariamente pratica a liberdade, os ventos, os sopros da liberdade que varrem os nossos campos sem que haja ninguém para impedir a sua voz.

Temos hoje um operário no poder. Ele sofre preconceitos. É difícil para uma elite reacionária entender que o povo brasileiro, como fizeram agora os americanos com Obama, se antecedeu a isso. O povo brasileiro pavimentou o caminho da democracia, e, hoje, um homem que nasceu no sertão, que veio na boléia de um caminhão com sua mãe chega à Presidência

da República depois de uma vida devotada ao sindicalismo. Essas coisas são importantes que devemos considerar. Há erros? Há, mas há acertos também. Temos 300 mil jovens no ProUni.

Que conquista ver nossos meninos e meninas que não tinham antes dinheiro para pagar uma universidade estudando! Têm bolsa do Governo. São 300 mil.

Não podemos nos esquecer do Programa Pró-Luz, que levou para famílias pobres do nosso interior a alegria. Lembro-me de, várias vezes, ouvir Ministros e o Presidente falando que havia mães que ficavam de noite acendendo e apagando a luz daquela sua casa humilde, daquela choupana perdida no vasto território brasileiro, porque diziam: “Eu nunca vi meu filho dormindo à noite”. Então, ficavam acendendo a luz para ver se estava tudo bem. Essas coisas nos comovem.

O PAC não é apenas uma ilusão. Nós já realizamos: 90 quilômetros da Rodovia Norte–Sul, já estão prontos para ser entregues. A transposição das águas do Rio São Francisco são obras demoradas. Não é fazer um canal apenas. Ali, à frente, vai um batalhão de bandeirantes. São biólogos que vão colecionando toda espécie viva. São também geólogos que vão vendo os *sites*. Eles vão antes de as obras chegarem. Isso demora, leva um tempo para que não se afete em nada o sagrado meio ambiente, a riqueza maior do povo brasileiro e das gerações que nos sucederão.

Temos agora um programa que é um desafio: um milhão de casas! As pessoas dizem assim: “É obra eleitoreira. Está aí o Presidente preocupado em reeleger seu sucessor, lançando uma utopia e enganando os corações brasileiros”. Meus amigos, falo aqui como engenheiro. Não tenho a honra de ser médico, como Mão Santa, e vou já concluir, porque estou ficando fastidioso. Meu Deus do céu, Mão Santa, somos a terra do calcário e da argila. Você sabe o que é o cimento? É uma farofa de calcário e argila com um pouquinho, uma pitadinha, de gesso para regulação da pega.

O que mais temos nesta terra senão calcário e argila? Polo petroquímico, para nos dar tintas, vernizes, plásticos, borrachas, alumínio. Produzimos duzentos milhões de toneladas por ano. Exportamos mais da metade. Não temos gasto isso, que podem ser janelas e portas do nosso povo. Nós temos madeira, temos mão-de-obra abundante esperando ser treinada e empregada, como um vigia ansioso aguarda a aurora.

Lembram os americanos, que saíram da recessão de 1929 e construíram oitocentos mil quilômetros de estrada? New Deal! Franklin Delano Roosevelt! V. Ex^a fala nesse nome aqui, nesta tribuna, quase toda semana. Franklin Delano Roosevelt! Pois é, oitocentos mil quilômetros de estradas, 170 mil prédios públicos, 85 mil pontes e viadutos! Eles construíram o

New Deal e lançaram infraestrutura para ser a maior nação do mundo logo no pós-guerra nos anos de ouro do capitalismo.

Falta-nos essa pujança? Não, não. Nós temos engenheiros, temos técnicos, temos todo o material para resgatar nosso povo da maior vergonha, que é ver esses monumentos hediondos, que estão se transformando em monumentos perpétuos, essas favelas brasileiras, que nos envergonham a todos.

Então, estamos ainda com o mesmo ardor cívico daqueles homens que, na terra seca do Piauí, lutaram pela independência para ver a nação brasileira de pé. Para rasgar nesses horizontes infinitos da esperança dessa terra, repito, a perspectiva iluminada e gloriosa do nosso destino, que não é da corrupção, de jeito nenhum, ou daqueles que se envergonham de ter nascido brasileiros porque passam fome. O nosso destino é de país, eu diria, maravilhoso, pujante, gigante, que se levanta para ocupar seu espaço no cenário das Nações do mundo.

Seja homenageado, então, pelas palavras desse obscuro e anônimo Senador, o povo do nosso Piauí, que aqui tem representantes tão ilustres; seja homenageado o nosso Governador, altivo, que está lá labutando diuturnamente. E olha como é difícil governar hoje em dia, com tantas interferências: é o Ministério Público, são as coisas dos tribunais, é isso, é aquilo, é a Imprensa! É, como disse, um dilúvio, meu Deus, de ódios e paixões. Outros teriam desistido. Só mesmo aqueles movidos pelo interesse público são capazes de vencer todas essas batalhas e construir um futuro melhor.

Muito obrigado. Muito agradecido. Parabéns ao povo do nosso Piauí. Parabéns. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador João Vicente Claudino, autor do requerimento, que deverá, evidentemente, anunciar V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, quarto piauiense do Senado Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Claudino, Sr^s e Srs. Senadores, senhores convidados, permitam-me não nominar todas as autoridades. Cito, em nome do Governador Wellington Dias, todos os convidados e participantes desta sessão.

Eu não vou aqui fazer um histórico da Batalha do Jenipapo, até porque, provavelmente, iria incorrer em alguns erros históricos e porque isso foi muito bem dissertado pelo Senador João Vicente Claudino e pelo Senador que me antecedeu na tribuna.

Não vou também me posicionar nem como um Senador do Governo, para elogiar a série de projetos, como fez agora meu antecessor, nem de oposição, como fez o Senador Mão Santa, ao tecer considerações sobre algumas deficiências de obras públicas no Estado do Piauí.

Mas vim a esta tribuna exatamente porque, ao presidir a sessão, o Senador Heráclito Fortes me colocou na condição de o quarto Senador piauiense. Eu não estava aqui, estava em uma reunião do Sebrae nacional, mas ligado lá no meu computador, ouvindo o pronunciamento do Senador João Vicente Claudino. Não me preparei para esta sessão. Entretanto, na condição em que fui colocado pelo Presidente da sessão, como quarto Senador piauiense, achei por bem vir aqui para me associar a essas homenagens.

E por que me colocam nessa situação de quarto Senador Piauiense? O Heráclito diz que eu nasci em Tucuns, no Município de Uruçuí. Orgulho-me muito. Meus avós de parte de mãe são de Tucuns, meus avós e pai são de Nova Iorque, no Estado do Maranhão. E, talvez, por uma questão machista, eu sendo o primeiro neto e o primeiro filho, o registro saiu de Nova Iorque. Gostaria muito que o meu registro tivesse saído Tucuns, Uruçuí, Piauí.

O meu coração é piauiense, e a minha formação ginásial até o primeiro ano científico se deu na cidade de Teresina. Eu já tinha um veio político, talvez por questões familiares. Sou de uma família de políticos lá no meu Município, Neiva Santana, que é até um Município que eu costumo dizer que tem uma história interessante, tão pequenininho, mas já deu um Governador de Estado, Prefeito da Capital, dois Senadores da República, Deputado Federal, Deputado Estadual. Parece que é a água represada de Boa Esperança. Então, por que me sinto piauiense? Ao estudar em Teresina, além dessa formação familiar, eu, muitas vezes, ia à praça Deodoro no horário de almoço, entre as aulas regulares da escola industrial e o curso técnico que se fazia à tarde, e ficava observando a qualidade dos políticos piauienses. Eu tinha apenas 14 anos, 15 anos. Quantas vezes, fiquei horas e horas ouvindo Severo Eulálio, Celso Barros, Temístocles, não este de hoje, o Temístocles lá de Esperantina, Sebastião Leal, lá do meu Uruçuí – está aqui o Lealzinho –, e tantos outros. E isso, certamente, me sedimentou a formação política, pois sou muito ligado e focado nas questões piauienses.

Aqui, no Senado, tenho sempre destacado essa posição, daí receber essa alta nomeação. Diferentemente de todos os Estados brasileiros, o Piauí tem quatro Senadores. Aqui é a Casa da Federação, mas o Piauí se diferencia: em vez de três tem quatro. E uma coisa interessante: elastecemos a Mesa do Senado de sete titulares para onze, incluindo os suplentes, com mais um piauiense, porque eu também faço parte da Mesa. Então, é um fato inusitado. O Senado não funciona hoje, administrativamente, sem os piauienses, que têm a 1ª Secretaria, a 2ª Secretaria, a 3ª Secretaria e uma suplência da Mesa. Então, o Piauí tem, nesta Casa Federativa, uma força maior do que qualquer outro Estado brasileiro – não incluindo a colocação que fez o Senador Mão Santa de que o Presidente José Sarney só alcançou a presidência por ter um veio de descendência do Piauí.

O Piauí tem me sido muito grato, tem me dado muitas alegrias. O Governador Wellington, em recente encontro aqui em Brasília comemorando datas piauienses, concedeu-me o mérito da Medalha Renascença, em solenidade grandiosa na Praça dos Três Poderes, com a presença de muitas autoridades. Ele me honrou com essa medalha que eu guardo com muito prazer.

Eu tenho também o título de Cidadão de Uruçuí, dado pela Prefeitura local, pelos Vereadores, o que também me engrandece muito, e o título de Cidadão Piauiense, concedido pela Assembléia Legislativa. Portanto, meus vínculos com o Piauí, além desse apreço especial, dessa questão familiar, extrapolam outros acontecimentos.

Assisto aqui, como disse, à paixão dos Senadores piauienses pelo seu Estado.

Não ia tecer considerações históricas ou posições políticas nem da Base de Governo, nem de Oposição, mas falar um pouco dessa fleuma, desse poder, dessa vontade e desse interesse que têm os piauienses pela sua terra natal. Isso é um fato que nós percebemos em qualquer movimento. Aqui mesmo, no Distrito Federal, há uma série de associações de piauienses. E a gente sente a paixão pela difusão da cultura, da arte do povo piauiense. Mesmo alguns com mais de trinta ou quarenta anos residindo no Distrito Federal ainda estão impregnados pela força pátria do seu Estado.

Essa é uma qualidade incontestável: o amor que têm os piauienses por sua terra. E é esse aspecto que eu gostaria de lembrar. Não é apenas a força que foi demonstrada pela liberdade na questão da Batalha de Jenipapo, mas pelo amor que a gente percebe, pela dedicação e pelo apreço que os piauienses têm em defesa da sua terra natal, das suas culturas e da sua cidadania.

Então queria me associar, como quarto Senador piauiense, como piauiense de fato, como piauiense de direito, a esta comemoração, desejando sinceramente que esse espírito de liberdade, que esse espírito de luta seja permanente na nação piauiense, entre todos aqueles que constituem aquele Estado vigoroso, Estado que dá demonstração de apreço por essas liberdades.

Eu me sinto, portanto, um piauiense de verdade e quero estar junto nesta comemoração, declarando o meu amor, a minha dedicação às coisas do Piauí.

Estive agora recentemente mais uma vez no Piauí, onde tive oportunidade de ver companheiros meus da área do comércio, dez presidentes de federações do comércio da Região Norte e Região Centro-Oeste do Brasil, da Região Amazônica, homenageando os três Senadores do Piauí com a Medalha do Mérito Amazônico. E, coincidentemente – talvez eles não tenham mensurado isso –, convidaram a mim, como companheiro deles, talvez pela luta do Sebrae em defesa da micro e pequena empresa e outras coisas mais, para também ser homenageado junto com os Senadores piauienses. Mais uma vez, historicamente, eu estava ali entre os três Senadores do Piauí, compondo portanto a bancada que se diferencia das demais com quatro Senadores.

Parabenizo a todos, ao João Claudino, pela iniciativa desta homenagem, deixando a certeza de que temos que cultuar batalhas como essa que demonstram o apreço, a luta e a vontade por liberdade do povo piauiense. E eu me sinto honrado em estar incluído entre os cidadãos daquela pátria.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a falou como autêntico representante do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino; Sr. Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; Sr. Senador Mão Santa; Sr. Senador Aloizio Mercadante, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado; Vice-Prefeito Frank Aguiar; Francisco Macedo, Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais; João Félix, Prefeito de Campo Maior; professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana; quero registrar, Sr. Presidente, a presença do Prefeito de José de Freitas, que acaba de chegar a este plenário.

Quero, antes de iniciar as minhas palavras relativas ao feito da Batalha do Jenipapo, abrir um parêntese.

Mas, antes de abrir esses parênteses, eu gostaria de pedir desculpas ao Líder Mercadante e ao Governador Wellington Dias. Não gostaria, de maneira nenhuma, que, numa solenidade desta natureza, houvesse a politização.

Causou-me espécie o sempre educado e lhanos Senador Crivella, ao tentar responder pronunciamento feito pelo Senador Mão Santa, após ter feito um brilhante histórico sobre a batalha, de maneira improvisada, naturalmente atendendo a algum apelo, agredir um governo a que eu pertenci.

Quero dizer que todo governo tem suas mazelas, tem seus defeitos. Do mesmo jeito que um Procurador pode levar, na sua biografia, a fama de engavetador, um governo pode também levar a fama de não permitir que se apurem escândalos. Vale para os aloprados, para os sanguessugas, para as ONGs, para os fundos de pensão. Não aceito e não admito comparativos éticos, até porque não o faço, entre o Governo de que eu participei e o atual Governo, até porque, diferentemente do que disse Crivella, nós somos uma Oposição responsável, nós somos uma Oposição que reconhece os acertos do País, mas somos uma Oposição que critica os erros, com a intenção e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, que não é responsável e que, portanto, não pode pagar as conseqüências das nossas divergências internas ou lutas políticas.

Esse discurso não caberia numa sessão como esta. Eu lamento e peço desculpas, mas eu não poderia deixar passar a oportunidade de fazer esse registro, porque, ao atingir o Governo em que eu fui, como Líder, participante das suas execuções, e de maneira injusta, eu não poderia de maneira nenhuma me calar.

Hoje é um dia destinado a outro fato, é um dia destinado à batalha dos heróis do Jenipapo e foi para isso que esta sessão foi convocada e é por isso que nós estamos aqui.

Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, pedir a V. Ex^a que, para poupar o tempo dos companheiros, considerasse como lido o meu discurso formal, que ele fosse para os Anais da Casa como registro das minhas modestas impressões sobre o que foi a batalha do Jenipapo. Sei que ela se perderá diante de discursos brilhantes e mais bem elaborados que me antecederam, mas eu quero apenas que fique o registro para a posteridade do que eu penso sobre esse momento e sobre esse feito histórico em solos piauienses.

Dito isso, peço agora a permissão a V. Ex^a e aos presentes para deixar de lado o formal e falar com o coração. Falar com o coração para dizer a vocês que eu venho de longe no tempo, mas venho bem de perto no

espaço. Bem de perto no espaço, professor Santana, porque este plenário se confunde, pelas presenças majoritárias de piauienses, com o santuário do Jenipapo, às margens daquele rio com o mesmo nome.

E é para falar dos heróis e do heroísmo que representaram a época em que o Estado talvez mais pobre da Federação deu, com o seu grito de resistência e, acima de tudo, de rebeldia, uma demonstração ao Brasil de amor à liberdade. E é isso que temos que cantar acima de tudo, pelo que representou para a Nação brasileira a batalha do Jenipapo. Os homens saíram das suas casas com as armas de que dispunham naquele momento. E os que não as possuíam usavam pedra, pau, seja lá o que fosse. E as mulheres, no momento em que se exalta o seu dia, deram suas jóias, seus pertences pessoais para financiar a luta desses brasileiros.

É para isso e é por isso que estamos aqui, e esta é uma data que tem que ser enaltecida. E tem que ser enaltecida por todos: os que cassaram no passado e os que foram cassados, os que defendem cassação no futuro e os que são vítimas das acusações. Temos que reunir aqui todos, porque todos são piauienses, todos são brasileiros e todos têm o direito de cantar a sua terra.

E é para cantar a nossa terra, Prefeito Joãozinho Félix, que nós estamos aqui, nesta manhã. Como municipalista convicto, meus caros Prefeitos, eu quero dizer que o solo sagrado de Campo Maior, berço dessa batalha, representa para todos nós um marco de bravura, mas, acima de tudo, um selo de esperança.

Eu me lembro muito bem, criança, e aí fiz uma opção de vida. Prefeito de José de Freitas, Robert, aqui presente, meu parente, minha família toda tem ligações com José de Freitas. Meus pais, meus avós nasceram em José de Freitas. Mas, por circunstâncias, meu pai e meus irmãos foram morar em Campo Maior, e eu adotei Campo Maior como minha segunda terra, depois de Teresina.

Embora querendo muito bem, amando José de Freitas, eu transformei, nos sonhos da infância, Campo Maior na cidadela dos meus sonhos, e o que me motivava era exatamente ver aquela cruz, ainda de homenagem remota, uma cruz maior circundada por cruzeiros menores, mostrando que ali se derramou sangue para se defender a Pátria.

Lembro-me bem que nós íamos de bicicleta, a pé, muitas vezes, procurar, naquele cenário, de maneira vã e sem nenhuma possibilidade de encontrar, balas perdidas, pertences dos guerreiros que participaram daquela luta sangrenta. E ali foi exatamente onde aprendi o que é brasilidade. Foi ali exatamente onde aprendi a amar o Piauí, mas, acima de tudo, amar o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Jenipapo, o seu exemplo, a sua história seja mais divulgada pelo Brasil afora. É uma injustiça que se comete contra os nossos heróis!

Sr. Governador, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós temos o dever e a obrigação de transformar esta data em uma data nacional. Nós temos a obrigação de fazer com que a história da participação do Piauí na nossa independência seja reconhecida e nossos homens finalmente recebam a justiça dos irmãos brasileiros.

Dito isso, quero me congratular com o Senador João Vicente Claudino pela iniciativa. Louvá-lo pelos detalhes, como a publicação desse *folder* onde o Senador, diferentemente da prática comum hoje, – e até reclamei dele – não fez sequer uma alusão à sua iniciativa no feito. Fiquei sem saber de onde partiu a iniciativa.

E ele modestamente me disse – aliás, foi até o Governador que me disse – que tinha sido o Senador João Vicente. Quero louvá-lo pela iniciativa e pelo desinteresse na promoção pessoal. V. Ex^a, Senador João Vicente, está dando um exemplo de como se contribui para fazer história, até porque a história não pertence a ninguém. A história tem heróis. A história tem mártires, mas a história tem, acima de tudo, o seu exemplo, o exemplo dos que sofreram, o exemplo dos que lutaram e dos que marcaram as suas presenças no conflito. E é para isto que nós estamos aqui: para cantar, para exaltar e, acima de tudo, para agradecer os que se imolaram em defesa da nossa Pátria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, congratulo-me com o Senador João Vicente Claudino, com cada piauiense e, por fim, com cada brasileiro, pela celebração da passagem desta data que remonta a tempos tão longínquos e que, contudo, não perdeu sua significância para a nação brasileira.

O Brasil tem imensa dívida com aqueles milhares de homens que lutaram pela integração de nosso território e pela unidade de nossa Nação. Caso não houvessem ocorrido os confrontos à margem do Jenipapo, a configuração de nosso território provavelmente seria bem diferente da que temos hoje e, possivelmente, teríamos tido uma grande colônia lusófona nos avizinhandos por muito tempo, o que certamente seria uma ameaça à estabilidade do País recém-constituído.

Celebrar a Batalha do Jenipapo, contudo, não tem relação alguma com a lusofobia. Antes, representa nosso orgulho pela brava luta de nossos ancestrais pela independência de suas terras. Representa o nosso não à sujeição colonial que voltava a ameaçar o Brasil de então, que já se acostumara à condição de Nação e dela não desejava mais abrir mão.

Assim, todo esforço é válido para fazer conhecer, às gerações atuais e às vindouras, a ocorrência deste evento que enche de orgulho primeiro o piauiense e, depois, todo o povo brasileiro.

Por conta disso, em lugar de discorrer sobre o brio dos heróis que lutaram e morreram na batalha que hoje rememoramos, desejo trazer à tona a situação precária em que se encontra hoje o sítio histórico onde se deu o fato.

O lugar foi originalmente tombado, em 30/11/1938, com o título de Cemitério do Batalhão, situado às margens do Rio Jenipapo, no Município de Campo Maior – PI e inscrito no Livro Histórico sob o n 113; e no Livro de Belas Artes, sob o n 232.

Esse tombamento baseou-se no Decreto-Lei n 25, de 30 de novembro de 1937, legislação pioneira para a proteção do patrimônio histórico. Pelo instrumento que *organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*, estão incluídos nessa categoria os bens cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Sem dúvida alguma, o sítio referente à Batalha do Jenipapo merece essa classificação. Sua relevância para a nossa História reside, principalmente, sobre o fato de que se trata de uma das mais sangrentas e importantes batalhas pela independência do Brasil. Ademais, seu reconhecimento é de ainda maior relevância quando lembramos que a batalha é pouco conhecida nos demais estados da nação.

Como efeito, desse tombamento havido em 1938, esperava-se que houvesse proteção contra *destruição, demolição* ou *mutação* (art. 17 do DL n. 25, de 1937). Era de se esperar, ainda, que a instituição responsável pelo tombamento se encarregasse da vigilância e inspeção do local (art. 20). Entretanto, essas providências nunca foram tomadas.

Quase quatro décadas depois, em 1973, o então Governador do Piauí, Alberto Silva, fez erguer o monumento em homenagem aos heróis sertanejos que lutaram pela independência.

Com a Constituição de 1988, novo alento foi dado à proteção dos bens históricos, com as determinações contidas em seu art. 216 e em outros dispositivos relativos a essa proteção. Dispõe a Carta Magna, por exemplo, que a proteção de tais bens é concorrente

para as três esferas da administração pública – União, Estados, Municípios – (art. 23, III). E que a essas instâncias cabe impedir a destruição e a descaracterização dos bens de valor histórico e cultural (art. 23, IV).

Em 7 de março de 1990, por meio do Decreto n 99.058, o Presidente José Sarney reconheceu aquele sítio como Monumento Nacional. Determinou, o mesmo Decreto, que o Ministro de Estado da Cultura ficaria incumbido de *iniciar e concluir o respectivo processo, valendo-se das informações que puder recolher, após o devido pronunciamento da Fundação Nacional Pró-Memória*.

Desafortunadamente, nos últimos anos, esse sítio tem sido degradado por contumaz falta de atenção por parte das autoridades municipais, estaduais e federais, a despeito de seu relevante valor histórico-cultural para o País.

Por causa disso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, faço, desta tribuna, apelo às autoridades executivas em nível federal, estadual e municipal, para que tomem as providências necessárias à preservação e conservação daquele importantíssimo sítio histórico.

Dirijo especial pedido ao Ministério da Cultura, notadamente, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a fim de que constitua aquele sítio em museu e engendre esforços a fim de torná-lo conhecido e acessível ao público.

Após 186 anos de um dos eventos mais importantes da História do Brasil, a Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Piauí, no dia 13 de março de 1823, rendo minhas homenagens à memória dos heróis que ali combateram, ao povo piauiense e a todos que lutaram pela independência do Brasil, luta que deve manter-se acesa em nossa memória a fim servir de farol para todas as nossas ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A sua solicitação, Senador Heráclito Fortes, será atendida, ou seja, o registro do pronunciamento, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhoras, queria inicialmente saudar meu amigo de tantas décadas, companheiro de tanto valor, que faz um grande Governo no Piauí, Wellington Dias, com quem fui Deputado por um bom período; João Vicente Claudino, a quem parabeno pela iniciativa e pelo mandato; nosso 3º Secretário do Senado, Senador Mão Santa; o 1º Secretário do Senado, Senador Heráclito Fortes; Francisco de Macedo Neto, Prefeito de

Bocaina, Presidente da Associação dos Municípios do Piauí; João Félix de Andrade, Prefeito do Município de Campo Maior, que é uma referência histórica em nosso País; o meu querido companheiro, hoje Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, o nosso Frank Aguiar, e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, ex-Prefeito do Município de Campo Maior.

A construção da nossa identidade nacional, o que nós somos como Nação, como sociedade, como povo, tem passagens heroicas, a contribuição de grandes brasileiros e brasileiras que não tiveram, ao longo da História, o reconhecimento, a valorização, a divulgação que merecem. E recordar essas passagens, daqueles que foram decisivos em momentos difíceis da História, seguramente é uma forma, não apenas de reparar um equívoco, mas é uma forma também de reafirmar valores.

A Batalha de Jenipapo, em Campo Maior, em 13 de março de 1823, foi parte de uma grande mobilização, de um sentimento nacional que ia se constituindo de que nós já éramos um grande País e deveríamos nos transformar em uma grande Nação independente.

Foi ali em Jenipapo que escravos, ex-escravos, trabalhadores rurais, sertanejos, pequenos produtores se levantaram contra as tropas portuguesas e, associando-se a todo o movimento de D. Pedro I, reafirmaram a identidade nacional. Portanto, aquele foi um momento de ruptura, foi um momento de coragem, foi um momento de heroísmo e foi um momento que deve ser lembrado exatamente com significado histórico e com a importância que tem na construção da nossa identidade nacional.

Acho que Campo Maior representa exatamente a libertação e a independência de uma área muito importante do Brasil. Poderíamos ter tido ali uma fratura na nossa Nação. Não seríamos esta grande Nação, este grande território e um País, hoje, que não tem problemas étnicos, não tem conflitos regionais, que tem assimetrias, que tem desigualdades, mas que é uma grande Nação, que vai se firmando ao longo do processo da História.

Eu jamais subiria numa sessão de homenagem como esta para atacar quem que quer seja. Acho que seria pequeno demais diante do significado desse momento. Mas quero dizer que, com grandes dificuldades, dificuldades que nós herdamos, dificuldades que essa crise internacional impõe, dificuldades que fazem parte do que é o Estado brasileiro, com todas as suas insuficiências e deficiências, acho que o Piauí esteve e está em boas mãos. Wellington fez um grande governo e, mais do que as minhas palavras, o voto do povo é o reconhecimento. Uma reeleição com 61% dos votos e um Presidente da República que é reeleito no Piauí com 78% dos votos falam por si só.

Falam, porque a estrada que liga Parnaíba a Teresina está lá, e o povo sabe que está. Falam, porque o hospital de alta complexidade que foi construído ajuda a melhorar uma situação tão difícil que ainda é a saúde pública no Brasil. Falam, porque o Samu, que complementa a capacidade de atendimento da população, está lá presente nesse Município e em outras partes desse Estado tão querido ao Brasil e tão carente. Falam, porque conseguimos implantar o Prouni, o Bolsa-Família, que atende aos mais pobres, e melhorar o salário mínimo. Falam, enfim, porque ampliamos as vagas da universidade federal, inclusive na tão querida Parnaíba, que tantas vezes e recorrentemente é sugerida neste plenário.

É verdade que o porto ainda não andou. Mas não andou porque, infelizmente, o parecer da autorização ambiental não foi dado, e a lei não permite que a obra se inicie sem essa exigência. E precisamos superar, eu diria, algumas burocracias públicas que não têm a agilidade que o momento econômico exige. Espero que, em abril, isso seja feito e que a obra possa se iniciar.

Mas o aeroporto vai ser entregue em julho, uma pista de 2.500 metros, uma pista que vai ajudar a alavancar o turismo, porque o Piauí está um pouco mais de seis horas de Lisboa. E hoje o fluxo de turismo é muito grande, o Piauí pode disputar um lugar diferenciado no tráfego aéreo, valorizando e gerando valor agregado não apenas para o turismo, mas também para a economia, porque empresas de ponta poderão estar presentes exatamente por esses equipamentos estratégicos, por projetos estruturantes que mudarão economicamente o Piauí.

Mas eu queria, sobretudo, agradecer ao Piauí, agradecer as vezes que lá estive, agradecer o apoio que deu o Governo Wellington, agradecer o apoio que tem dado ao Presidente Lula.

E saibam que é uma crise muito grave que nós enfrentamos, mas o Brasil não apenas conseguiu, mas conseguirá amenizar o impacto dessa crise, que tem um aspecto devastador no sistema financeiro americano, nas grandes empresas americanas. O maior banco do mundo, como o Citibank, a maior empresa automotiva, como a GM, hoje estão na lista de empresas inadimplentes, com risco de falência, que acaba de ser lançada hoje pela Moody's – 283 grandes empresas americanas. A Europa vive uma recessão dramática. Os Estados Unidos já tiveram 4,5 milhões de desempregados. No Japão, o PIB cai 5%.

Por isso, o Brasil tem um grande desafio, mas, diferentemente de crises menores do que essa, o impacto dessa grande crise será menor do que foi no passado, porque temos US\$200 bilhões de reservas cambiais; porque as finanças públicas melhoraram

muito, a dívida pública caiu significativamente; porque os outros países já reduziram os juros até onde podiam, e o Brasil tem espaço para reduzir a taxa de juros – seguramente, teremos uma boa notícia hoje do Copom, porque os juros estão atrasados, têm de cair mais rápido e seguramente cairão, o que ajudará a amenizar o impacto da recessão; e porque temos um Programa de Aceleração de Crescimento, que faz parceria republicana com governos, prefeituras, de investimentos estruturantes que avançam no sentido do desenvolvimento.

Por isso, o Piauí foi fundamental na história com o Jenipapo e seguramente será fundamental na história moderna do Brasil quanto mais formos capazes de superar as nossas diferenças político-partidárias e tivermos um discurso mais construtivo, mais positivo, mais parceiro, mais republicano entre prefeituras, Governos de Estado e Governo Federal e, sobretudo, entre a sociedade civil e o Poder Público em todas as suas instâncias.

Parabéns ao Piauí pela história e pelo momento.

Parabéns Governador Wellington, que seguramente representa aqui o sentimento do povo de nacionalidade, de esperança e de mudança.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Como, regimentalmente, a sessão especial concede excepcionalidades, concedo a palavra ao Exmo. Governador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS – Saúdo, com muita alegria, nesta sessão, todo o Senado Federal na pessoa desse grande piauiense que nos orgulha muito, Senador João Vicente. Quero, de pronto, pelos piauienses, agradecer-lo por esta iniciativa. Confirmo aqui que, a cada ano, temos, tanto na Câmara quanto no Senado, nossos Parlamentares. No dia 13 de março, quando não cai num sábado ou num domingo, é possível ter um espaço nos pronunciamentos para registrar esse fato.

Creio que, hoje, também vivenciamos aqui, meu querido Senador João Vicente, um momento histórico, esta oportunidade do Senado Federal de podermos tratar não só com os que aqui estão, mas com o Brasil, pelo poder que tem a TV Senado e pela repercussão de um momento como este nesta Casa, uma sessão que abre mais um passo para que o Brasil possa conhecer sua própria história.

Assim, quero saudar também os Senadores piauienses Heráclito Fortes e Mão Santa, que também registraram aqui, a seu modo, sua visão sobre o Estado e o País, mas, principalmente, sobre este momento histórico da Batalha do Jenipapo. Quero dizer do orgulho de termos tido aqui a presença – sei como é a agenda de um Presidente de uma

Casa como esta – do Senador Sarney, do Senador Crivella, do Senador Mesquita, do Senador Adelmir Santana, que nos orgulhou bastante também com sua fala, assim como o Senador Crivella, e o Líder Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, que também estiveram aqui presentes.

Quero saudar também as autoridades aqui presentes, como o Prefeito João Félix, de Campo Maior; o nosso querido Macedo, Prefeito de Bocaina, Presidente da Associação dos Prefeitos do Piauí; nossa bancada federal, me permitam, saudando o Deputado Marcelo Castro, o Deputado Mainha. Estiveram aqui o Deputado Ciro Nogueira, o Deputado Elizeu Aguiar, o Deputado Átila Lira.

Quero saudar também a bancada estadual, que seguramente não deu quórum na sessão da Assembleia Legislativa do Piauí, em razão da presença, o que demonstra a importância deste ato para o nosso Estado: Deputado Kléber Eulálio, Deputado Valério, Deputado Antonio Félix, filho de Campo Maior, Deputado Hélio Isaias, Deputado Paulo César Vilarinho, Deputado Fernando Monteiro, Deputado Leal Júnior. Todos nos alegram com a sua presença.

Quero saudar com carinho especial esse grande piauiense, que nos orgulha muito, como artista e como político, Deputado Frank Aguiar. Quero aqui, Sr. Presidente do Senado Federal, registrar a importância que tem a aprovação dessa iniciativa do Deputado Frank Aguiar pela Câmara e que está tramitando nesta Casa. Ainda quando Deputado Federal, por iniciativa da Bancada do Piauí, por unanimidade, aprovamos e foi incorporada pelo Ministério da Educação a presença de livros que possam relatar a história do Brasil tratando da Batalha do Jenipapo. Mas creio que a criação, como o 21 de abril e como tantas outras datas importantes, o próprio 7 de setembro, para a história do Brasil é algo que, definitivamente, cria uma condição de dar o valor adequado a esse importante momento da história brasileira.

Não se trata apenas da história do norte do Brasil, como era chamado antes, trata-se da história brasileira que precisa ser resgatada.

E quero aqui louvar a iniciativa hoje, já na condição de Vice-Prefeito de São Bernardo... Leve o abraço do povo piauiense ao nosso querido ex-Ministro Marinho e a toda sua equipe. Registro aqui inclusive que ainda ontem o Presidente Lula dizia da animação com o seu governo naquele Município.

Saúdo aqui todos os intelectuais, todos aqueles que, de várias formas, buscam a condição de escrever ou de buscar publicar, a partir de pesquisas de autores, os primórdios da história que tinham mais elementos para trabalhar. Saúdo o professor Raimundinho Santana e o jornalista Chico Castro, autores de livros que

hoje são referências para a nossa história e falo da importância desse trabalho.

Aqui também quero registrar, pela APPM, o Norberto Marreiros, a Prefeita Luciene, Robert Freitas, Robert Paes Landim, o Prefeito Jailson, o Prefeito Tony, o Prefeito Alcione, o Francisco Antônio, enfim, os que estiveram ou que estão participando desta sessão; meu querido Manoel Gayoso; Vereador Lima, Presidente da Câmara de Campo Maior. Quero saudar aqui também as autoridades aqui presentes, todos os piauienses e os de outros Estados que participam desta sessão.

Eu gostaria de saudar também a imprensa piauiense, que tem tido um papel relevante dentro do Estado no resgate dessa história. Destaco, inclusive, um trabalho feito pela Cidade Verde, que, creio, de grande importância. O João Vicente me dizia que há uma iniciativa da bancada aqui no sentido de que a TV Senado possa aproveitar esse material que resgata a história. A equipe foi a Portugal, ao Rio de Janeiro, a vários pontos do Brasil, buscando contar, de modo completo, essa história.

Na pessoa do Valtinho Alencar, da TV Clube; do Rômulo, da TV Meio Norte; do Pedro Alcântara, da TV Antena 10; do Elivaldo Barbosa, da TV Cidade Verde; do Portal da PPM, através do Portela, do Mauro Sampaio, do Portal Acesse Piauí; do Chaguinha, do João Paulo, do Jornal de Picos; enfim, em nome de cada uma dessas pessoas – perdoem-me se, por alguma razão, esqueci alguém –, saúdo todos.

Eu queria começar registrando um fato que também é desconhecido do Brasil.

Cientistas do mundo inteiro hoje já reconhecem que, há pelo menos 50 mil anos – 50 mil anos –, já se registrava a presença do homem nas Américas, a partir de pesquisas feitas principalmente no Parque Nacional da Serra da Capivara. As pesquisas ali foram comandadas por vários cientistas, mas destaco a figura da Dr^a Niède Guidon, recentemente homenageada por entidades da área da arqueologia e da arte rupestre, em Portugal, na cidade de Mação, juntamente com homenagem feita ao Brasil e ao Piauí.

Esses estudos revelam que ali morava também, há muito tempo, uma das mais modernas civilizações. Eles usavam instrumentos que eram mais modernos, usados anteriormente ao que se conhecia de outras regiões do planeta ou de regiões já consideradas mais desenvolvidas para aquela época.

Aproveito, inclusive, para registrar que, entre 29 de junho e 3 de julho, estaremos sediando, com uma responsabilidade tremenda – fiz questão de ir agora a Portugal, para explicar o que é a região de São Raimundo Nonato –, um evento que ocorre a cada cinco anos. E é a primeira vez que vem para o Brasil um

congresso global de arqueologia e arte rupestre, com 43 entidades de 43 países de todos os continentes. O Piauí, nesse evento, possivelmente estará colocando sua marca na história do planeta. A pretensão é buscar uma pactuação, para que se tenha uma unificação dos posicionamentos sobre a história da ocupação do planeta Terra. Por exemplo, o que aprendemos ainda hoje nos livros é que a ocupação das Américas se deu há cerca de 9 mil anos a partir do Estreito de Bering. Essas revelações, ocorridas no Piauí, no Chile, na Austrália, em diversas áreas, demonstram que essa tese está vencida.

Mas, cito isso, para dizer que o Piauí, ao longo da sua história, marcou importantes momentos. Quando os portugueses aqui chegaram, trataram inicialmente o Piauí e o Brasil como parte de uma colônia – o Brasil, como colônia; e o Piauí, como parte dela –, mas devemos aos portugueses nossa colonização. É bem verdade que, muitas vezes, com matança de índios e com tantas outras formas de colonização que hoje condenamos, mas foram os portugueses que desbravaram o Brasil e desbravaram nosso Estado.

Ocorre que, por conta da ocupação de Portugal por Napoleão Bonaparte, D. João VI teve que se deslocar para o Brasil como forma de refúgio estratégico enquanto se dava o enfrentamento dessa ocupação. Mais à frente, Napoleão Bonaparte é derrotado. O Senador João Vicente fez uma belíssima exposição; passa agora para a história dos historiadores do nosso Estado com seu discurso. Quero, inclusive, registrar a importância desse documentário, que ajudará na propagação, não só nesta Casa, mas para onde ele chegar, da nossa história.

O fato é que ali, naquele momento, participou da derrota de Napoleão Bonaparte, o Comandante Fidié, um major bem conceituado, bem preparado e que saiu daquela batalha como herói.

Foi esse comandante que, com mais 7 mil homens, como o Senador Mão Santa lembrou aqui, bem antes mesmo do 7 de setembro, veio ao Brasil, instalando-se principalmente em Belém, em São Luís do Maranhão e, a partir daí, no interior do Norte do Brasil mais destacadamente, porque, quando aqui chegaram, o movimento de adesão à independência já crescia e era muito forte no Ceará. Já consideravam inevitável segurar o Ceará.

Vieram 7 mil homens em navios, e, hoje, documentos em Portugal – historiadores têm acesso a eles – dão conta de que, por não confiarem nas tropas dos nativos, consideravam necessário ter legítimos portugueses, na linguagem ali contada. Por quê? Porque Dom João VI, ao voltar para Portugal, já percebia que era insustentável manter o Brasil

como colônia. Documentos – e outros historiadores também reconhecem – mostram que a Independência do 7 de setembro foi um acerto entre pai e filho e que, nesse acerto, ele pedia que a parte norte do Brasil, aquela que, além de abastecer outras regiões do Brasil também servia a Portugal com madeira, com charque – é daí que vem nossa carne de sol, que é um destaque em Campo Maior; é a terra da carne de sol e do capote, além da carnaúba, além de tantas outras riquezas.

Vejam que o Piauí era, naquela época, o sexto maior exportador brasileiro para outros Estados e também para Portugal. A música que se conhece no Brasil, “o meu boi morreu [não tenho a voz do Frank Aguiar, vou apenas recitar], o que será de mim? Manda buscar outro, meu bem, lá no Piauí”.

Essa música muita gente pensa que é de origem piauiense. Na verdade, ela era cantada em Minas Gerais, porque abastecíamos ali as minas de ouro, que eram exploradas etc., assim como outras regiões do Brasil. Eram cerca de 15 mil bois – na verdade, chegamos a atingir 15 mil bois por mês. Imaginando o que era a população do Piauí naquela época, era algo extraordinário! Ainda hoje é um número expressivo de animais por mês.

Deputado Julio César, também quero saudá-lo.

O fato concreto é que, por razões diversas, e era a partir do porto de Parnaíba, Porto da Amarração, que, com pequenas embarcações, chegava-se a outras regiões, onde se consolidava com embarcações em direção ao Norte – meu querido Manoel Gayoso!

E, ali, por essa dependência, o Rei Dom João VI disse: “Deixa essa parte comigo”. Não só o Piauí, claro, como o Maranhão, o Grão-Pará, que abarcava toda a outra parte norte.

Era essa a riqueza que estava em jogo. Oeiras, então capital do Piauí, era considerada pelos portugueses, na faixa de divisa com o Ceará, Pernambuco e Bahia, que já tinham proclamado sua adesão à independência, a linha divisória dessa parte norte. Por isso que para ali se estabeleceu o comando do major Fidié. Por isso que para ali veio a maior parte de armamentos pesados para a época. Canhões, que hoje só servem para enfeitar museu, eram armamentos modernos para aquela época.

Então, quando ocorre o 7 de setembro, isso tudo já estava preparado. E 19 de outubro – e aí quero registrar, Senador Mão Santa – é o momento, sim, do marco da independência do Piauí. E eu fico imaginando a coragem de Simplício Dias e de tantos outros da Parnaíba no momento em que sabiam que tudo isso estava preparado e tiveram a coragem de, com a Câmara Municipal, na praça e em outros pontos daquela cidade, recentemente reconhecido também como

patrimônio histórico nacional e assumido pelo Iphan... Ali se deu a primeira adesão do Piauí à independência do Brasil.

Sabendo disso, dias depois, certamente pela dificuldade de comunicação, Fidié se desloca em direção a Parnaíba.

E, ao tomar conhecimento da quantidade de pessoas que vinham, preferiram esses líderes se deslocarem para o Ceará e juntaram-se também com outras lideranças do Ceará para montarem a sua estratégia. Enquanto isso acontecia, começava o movimento até a efervescência em Campo Maior, começava o movimento de efervescência em Piracuruca e começava também a crescer em Oeiras.

Há um momento histórico que passamos a comemorar a partir de dois anos atrás, que é o 22 de fevereiro, onde se tem também um momento ainda com poucas informações, em Piracuruca, lá nas margens da Lagoa do Jacaré, onde estamos inclusive providenciando um singelo monumento, enquanto buscamos mais informações para esse momento histórico.

E, logo em seguida, em 24 de janeiro há essa ocorrência... E em 24 de janeiro, dois dias depois, em Oeiras, comandado por Visconde da Parnaíba e tantas outras lideranças, temos ali a oficialização, porque ali era a sede do Poder, da tomada do Poder; é uma outra data importante. O dia 19 é o dia do Piauí, o dia 24 de janeiro está no brasão do Estado do Piauí e o 13 de março, por iniciativa do Deputado Homero Castelo Branco, aprovado pela Assembléia Legislativa.

Lembro que causou a polêmica porque, como se tratava de um tema muito complexo para a discussão da época, eu me permiti não sancionar para que a própria Assembléia pudesse homologar, considerando que se tratava de um marco que precisava ser sacramentado na Casa da representação de todas as forças políticas, que era o Parlamento.

E foi isso que externei lá na Assembléia e lá em Campo Maior, quando estive no primeiro momento da comemoração na Câmara Municipal de Campo Maior.

Mas o fato é que ali, naquele momento, nós tivemos a oficialização. E o Comandante Fidié se deslocava – esse é um registro que não pode passar sem percepção – para ir abafar o movimento lá em Oeiras. Ele não saiu de Parnaíba para Campo Maior; ele saiu para Oeiras. E, ao chegar na cidade de Piracuruca, teve esse primeiro enfrentamento. Mas também, estrategicamente, se recolheram e se juntaram com cearenses e tivemos em Campo Maior, exatamente nesse dia 13 de março – próxima sexta-feira estaremos lá, como todos os Governos todos os anos fazemos para esta comemoração –, ocorreu a Batalha do Jenipapo, uma batalha que já foi tão bem relatada aqui. Desigual: ca-

nhão contra foice, espingarda bate-bucha no máximo. Imagino o que é que não foi aquela batalha.

Uma batalha onde, do ponto de vista de uma batalha, nós fomos derrotados. Mas uma batalha que tornou-se vitoriosa pelo que ela representou. Primeiro, aí há controvérsias entre os historiadores, mas eu quero crer que isso realmente é confirmação, porque ela é mais com fatos contados e não com fatos fotografados, filmados, porque não havia essas possibilidades na época. Ali, quando a batalha termina, já é noite, já é o entardecer, como, inclusive, é ressaltado por alguns de nossos poetas.

É um lugar bellissimo essa área onde se deu esse campo sangrento. Cerca de 600, 700 mortos do nosso lado, cerca de 600 mortos e presos atingidos do outro lado português, o que mostra o tamanho da desigualdade.

Uma iniciativa dos legítimos brasileiros permitiu que se tivesse o desarmamento. Eles teriam ido ao acampamento, pegado parte ou uma quantidade significativa de armas e jogado no rio Jenipapo.

É bom lembrar, o Senador João Vicente lembrava aqui há pouco, 13 de março deve ter sido um ano de seca, porque senão ele não teria atravessado tão fácil o Parnaíba – ele lembrava aqui. O fato é que, com isso, soltando os animais, os cavalos, com mais todo um receio de que outras batalhas ocorreriam logo em seguida – conta isso Fidié, em suas memórias – ele tem de se deslocar para o Marvão, tem que se deslocar via próximo de União em direção a Caxias. Por quê? Porque tinha reforço português, era assim que ele esperava, na cidade de Caxias. E atravessa o rio Parnaíba, chega em Caxias, e aí se tem um novo enfrentamento, porque a essa altura a Batalha do Jenipapo já tinha corrido o mundo, como se diz. A Batalha do Jenipapo tinha incendiado as forças libertárias naquela região. E os maranhenses se somam a cearenses e a piauienses e derrotam exatamente na cidade de Caxias e prendem o comandante Fidié.

Acho inclusive – e eu queria dizer isso aqui ao Senador Sarney – da importância de se ter no Maranhão também uma forma nacional de registro desse momento importante. É isso que registramos aqui. Não se trata de uma história apenas do Piauí. A idéia é a de que essa parte importante da história do Brasil seja integrada à história brasileira, porque, senão, a história estará incompleta.

É a partir dessa batalha que se tem, em várias regiões do Brasil, a consolidação. Eu sei que tivemos enfrentamento na Bahia, tivemos em Pernambuco, tivemos em outras áreas. Mas, normalmente, entre soldados e soldados; entre soldados e pessoas que se rebelavam. Mas nessa era uma batalha de portugueses contra brasileiros.

Houve um fato interessante. No começo do meu mandato, nós fomos para uma comemoração do 13 de março na Embaixada Portuguesa. E ali a gente estava comemorando a independência de Portugal, o que mostra a maturidade no mundo. Então, hoje, há documentos importantes. Os historiadores têm buscado, e é possível que ainda tenhamos novas descobertas a fazer. Pessoalmente, eu não sabia desse relato feito aqui hoje pelo Senador Sarney. E, com certeza, há outros documentos importantes.

O que representou isso? Representou a unidade nacional. É bom lembrar que a América do Sul, ainda por muitos anos, continuou com várias colônias ligadas a outros países. As Guianas, como colônias francesas, holandesas, e assim várias outras regiões da América do Sul.

E o Brasil teve, naquele ano de 1823, a consolidação deste Continente, cuja importância é do conhecimento de todos, como foi registrado aqui pelo Senador Aloizio Mercadante e por outros Senadores – o Senador Heráclito citava isso aqui –, um Continente em que falamos uma mesma língua, um continente em que temos diversas coisas em comum. Isso é algo espetacular.

Sempre que eu vou à Europa, vejo o sentido da criação da Comunidade Européia e do Parlamento Europeu, vejo a importância que é termos uma Europa do Sul falando uma língua só, tendo uma cultura muito assemelhada, enfim, uma história como essa.

Então, o que queremos é que o Brasil perceba que não foi só o levantar de espada de Dom Pedro I que garantiu a independência do Brasil. Nós nos somamos aos nossos irmãos do Acre, aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul e de tantos outros lugares, que sabem que a independência foi garantida pelo sangue de brasileiros. E, aí, registro com muito orgulho a atuação de Leonardo Castello Branco, expressiva liderança intelectual para aquele movimento, além de tantas outras aqui já citadas, para a consolidação dessa nossa independência.

Por que comemoramos? Quero registrar aqui uma opinião. Eu acho que um povo que não tem orgulho de sua história terá sempre muita insegurança na construção do seu presente e do seu futuro. A comemoração de um ato como esse, um ato não do Piauí, mas do Brasil, é algo que nos ajuda na elevação da nossa autoestima, na incorporação de um fato verdadeiro à história do nosso País, que amamos e que ajudamos, de diversas formas, a construir. Esse é o sentido deste momento.

E esse orgulho da nossa história certamente amplia a nossa responsabilidade, a responsabilidade de fazer com que essa luta, esse derramamento de sangue não tenha sido em vão. O que queriam? Que-

riam liberdade, queriam democracia, queriam condições melhores de vida para o seu povo. Esses eram os ideais ali colocados, ideais que vêm sendo consolidados ao longo da história, ainda hoje continuamos construindo essa história.

Uma batalha como essa nos dá uma animação muito grande, e é por isso que eu quero aqui também reconhecer: esse esforço de todos no meu Estado, no nosso Estado, é que nos permitiu várias conquistas ao longo do tempo.

Quero aqui reconhecer, neste período em que estou Governador – é um momento passageiro –, meu prezado Antonio Neto, um conjunto de avanços que tivemos, fruto do esforço de todos, meu prezado Antonio Félix, fruto dessa integração de pessoas de diferentes partidos, de diferentes linhas de pensamento, do cidadão mais simples, do agricultor, da dona de casa, do Vereador, do líder na sua associação, no seu sindicato ou na sua empresa, do Prefeito de uma cidade, do Vice-Prefeito, dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, de líderes partidários, de Senadores.

Semana passada, a **Gazeta Mercantil** publicava um estudo das Federações da Indústria e do Comércio segundo o qual, no ano de 2008, o Piauí foi um dos Estados brasileiros cuja economia mais cresceu: ficamos atrás apenas de Pernambuco. Claro que isso dependeria da confirmação dos dados do IBGE, que, às vezes – nos Estados pelo menos –, somente oito meses depois é que divulga o PIB de dois anos atrás – às vezes, nós trabalhamos com o PIB de 2006.

O fato é que o Piauí vem crescendo acima da média do que cresce o Nordeste, que tem crescido acima do Brasil, e muito acima do que cresce o Brasil. Entre 2003 e 2006, a nossa economia saiu de cerca de sete bilhões para algo em torno de doze bilhões e, segundo estudos adicionais, até o ano passado, o PIB do Piauí já havia dobrado – não há nenhum Estado brasileiro onde isso tenha ocorrido. Isso tem a ver, é verdade, com um atraso muito grande que tínhamos; não é tão difícil alterar onde a economia tem grandes potenciais, como é o caso do nosso Estado. Mas isso se dá também graças a esse esforço comum.

Esse crescimento de nossa economia se dá em função de um conjunto de ações que faz também o setor privado, mas também em função de iniciativas do Poder Público, seja ele municipal, estadual ou federal.

O Piauí deverá comemorar, este ano, uma produção de aproximadamente dois milhões de toneladas de grãos. Não faz muitos anos, o Piauí comemorava cem mil toneladas de grãos; há pouco tempo, nós comemoramos o primeiro milhão de toneladas de grãos. E trata-se também de alimentos, cresce não só a pro-

dução de soja, mas a de arroz, de feijão e de tantas outras coisas. Estamos produzindo alimentos para o povo brasileiro.

Nós somos primeiro lugar no Brasil, registramos recorde em produtividade de soja. Está aqui o Deputado Léo Júnior, que é da região dos cerrados, mais outros Parlamentares que sabem disso. Nós temos a maior produtividade do Brasil de algodão, reconhecida nacionalmente: cerca de 330 arrobas por hectare; temos a maior produtividade de mel – disputamos com o Rio Grande do Sul o posto de maior produtor de mel do Brasil –; somos a maior área preservada de canaúba do planeta, e Campo Maior é uma das bases mais representativas, uma das bases mais avançadas nessa área. Também nos destacamos na produção de babaçu, na pesca e em muitas outras áreas.

Destacamo-nos na mineração desde a opala à produção de mármore, à produção de fósforo, à produção de calcário, à produção de diamantes. Esses dias, exportamos oficialmente a primeira leva de diamantes do Piauí – normalmente essa produção era contrabandeada, assim como a de opala. Estamos agora trabalhando – espero contar com o apoio da bancada federal mais uma vez – para fazer com que o beneficiamento se dê dentro do Piauí, ele não pode se dar em outro Estado, como ocorre com outros produtos. Junto com a produção, trabalhamos a industrialização.

A Agência Nacional de Petróleo divulgou recentemente o resultado de pesquisas feitas desde 2005: foi comprovada a existência de gás na Bacia do Parnaíba, pelo lado do Maranhão e pelo lado do Piauí, e a existência de petróleo – agora já com blocos em nosso litoral, entre Parnaíba e Barreirinhas, no Maranhão, já da oitava rodada, e agora devemos entrar em território.

O Piauí tem também um grande potencial na área do turismo, por tudo o que representa a região do Delta do Parnaíba. Antes mesmo da Lei do Consórcio, fizemos o primeiro consórcio brasileiro de turismo para unificar os esforços do Maranhão, do Ceará e do Piauí. Por meio de lei, determinou-se a unificação dos esforços de doze municípios, a criação de uma agência única para trabalhar a região de Jeriquaçu, Camucim, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses.

Temos um potencial gigantesco na área da Arqueologia. A nossa capital, Teresina, tem potencial para se tornar um grande polo de negócios e serviços; Teresina é um grande entreposto comercial e de serviços para o Brasil – está aqui o nosso Prefeito Elmano, que trabalha lá com o Prefeito Sílvio todo esse potencial. E isso acontece também com um conjunto de outros resultados.

Investimentos. Tem razão o Senador Mão Santa e tem razão o Senador Heráclito Fortes de aqui cobra-

rem agilidade na obra do porto. Devo dizer aqui que também me doem as dificuldades que a gente tem, muitas vezes, para ter licença para tocar uma obra inacabada, uma obra em que já se investiu cerca de cento e cinquenta, cento e sessenta milhões de reais. Com mais cinquenta milhões de reais se conclui e bota em funcionamento essa obra que está parada há 23 anos. A gente precisa de toda essa discussão e de mais ou menos um ano e meio para ter o licenciamento. Agora temos aí o compromisso, por uma intervenção do próprio Presidente da República, de a gente poder dar andamento, em abril, a uma obra que tem recursos da bancada, que, por unanimidade, colocou e empenhou aqui no Congresso Nacional.

Mas já estão prontos, como lembrou o Senador Mercadante, algumas obras. Cito apenas as obras dessa região. Vamos ter três aeroportos internacionais. Em julho, receberemos completamente pronto o de Parnaíba, a seis horas de Lisboa, como eu disse há pouco ao Senador Mercadante. É o aeroporto mais próximo da Europa, e isso nos abre um potencial muito grande. O aeroporto de Teresina está em processo de licitação. Infelizmente, teve de ser cancelada uma licitação anterior. O de São Raimundo Nonato, cuja pista fica pronta para esse evento no mês de junho, será concluído completamente até o mês de dezembro.

Estamos trabalhando ainda as condições de melhoria nessa área de transportes para ter uma marina. Nesse porto, está prevista também uma marina para o acesso de turistas pelo mar. A Ferrovia Transnordestina, que começará no mês de maio, já foi restaurada de Teresina em direção a Fortaleza. Enfim, há hoje a recuperação de várias rodovias. São 101 Municípios novos com novas estradas asfaltadas. Realizamos um conjunto de investimentos na área de energia elétrica. Em Parnaíba, inauguramos agora a primeira base eólica do Piauí e uma das poucas do Brasil onde há grande potencial.

Relativamente à energia, são grandes os investimentos na área de carga elétrica, em que havia essa dificuldade. Sabe o Prefeito Robert Paes Landim dos investimentos já feitos na sua região de São João do Piauí em cerca de R\$700 milhões que também contribuem para a circulação de recursos naquela área. Sabe o Prefeito Joãozinho Félix da obra que está sendo feita para reforço na região de Campo Maior. Cito esses dois exemplos apenas para dizer que estávamos atrasados com carga elétrica, mais os problemas decorrentes da Cepisa, nossa empresa (com sua indefinição), que, graças a Deus, foram resolvidos. Agora também se acelera o Programa Luz para Todos para o cumprimento de metas, como estabelecido, até o próximo ano. O Piauí sairá de 70% da população que vivia na

lâmpada para ter todas as comunidades com energia elétrica. Isso marcará profundamente o Estado.

Na área de educação, há ampliação de vagas. Somos o Estado brasileiro que, proporcionalmente, mais ampliou o número de vagas na área federal. Em Parnaíba, tivemos ampliação, mas também em Picos, em Floriano, em Teresina e em Bom Jesus, que não dispunha de uma base da universidade federal. É a cidade que mais tem doutores proporcionalmente ao número de habitantes do Brasil (para percebermos o que isso representa para um Estado como o nosso). O Senador Mão Santa recebeu o Piauí contendo apenas 35 Municípios com escolas de ensino médio de um total de 222. Alcancei 145 e agora chegamos a 500 escolas de ensino médio. O Presidente Lula teve de criar um "Fundebinho" para viabilizar isso antes do Fundeb, aprovado por esta Casa e que nos ajuda a dar segurança a partir deste ano, quando entram 100% nessa área. Fazemos uma grande aposta na educação.

Os resultados eu começo pela educação. O Piauí é o Estado que mais reduziu o analfabetismo nesse período no Brasil. O Piauí é o que mais ampliou o número de alunos no ensino médio, pelas razões que eu disse aqui; o Piauí foi o que mais ampliou o ensino profissionalizante.

Registro aqui que o Senador Mão Santa teve coragem – e eu destaco aqui o seu reitor, Jonathas Nunes, que se incorpora à minha equipe de Governo – de ampliar a presença da universidade estadual, inclusive de criar o curso de Medicina. E hoje nós estamos buscando estruturá-lo com bibliotecas, com um conjunto de outras coisas, mas continuamos sua ampliação. São 70 Municípios do Piauí, hoje, que já têm ensino superior. Numa cidade como Alegrete do Piauí (e eu sempre cito Alegrete), na região de Picos, na região próxima da Bocaina (e a Bocaina também terá), uma cidade com aproximadamente cinco mil habitantes, ali qualquer pessoa que não possa se deslocar para outro lugar hoje pode fazer a alfabetização, o pré-escolar, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior.

É nisso que estamos trabalhando. E a bancada, mais uma vez, ano passado, aprovou aqui duas emendas, uma rubrica do PAC. Por isso estamos cobrando, com qualquer restrição que tenha a economia, que seja priorizada para completarmos 100% os Municípios do Piauí com ensino superior, no modelo da universidade aberta ou presencial, para que possamos ter condições de ter ensino técnico profissionalizante.

Esse é um atraso nosso, justificado pela educação. Por que tanta riqueza somada com tanta pobreza? A educação é a base de tudo mesmo, como dizemos muitas vezes nos discursos e nas afirmações. E é nisso que estamos apostando fortemente.

O Piauí foi o Estado que mais reduziu a mortalidade infantil. Disputamos hoje com o Ceará a melhor situação no Nordeste – e éramos uma das piores. Piauí foi o que mais teve ampliação da média da expectativa de vida. Isso mostra um conjunto de investimentos: comida (aqui está a importância do Bolsa-Família), água, Pronaf, seguro-safra e um conjunto de projetos, meu querido Inácio Arruda, que sei que muitas vezes são questionados, mas quem é pobre, quem vive lá, que não tem um dinheirinho para pagar a bodega, sabe da importância de todos esses programas juntos.

Trabalhar, enfim! Tivemos um forte destaque na redução da desnutrição, uma excelente base no tratamento de pessoas com deficiência e também qualidade na educação. O Brasil, creio, para muitos que não conheciam, se surpreendeu em ver, no Piauí, a melhor escola do Brasil na avaliação do Ideb. E o Piauí foi o Estado que mais melhorou no Ideb, desde a sua primeira avaliação. Saímos de uma nota de 2,6 para uma nota de 3,2; e isso não é fácil em tão pouco tempo. A média desejada para isso seria em 2014 e alcançamos agora em 2008.

Quero ainda destacar que esses feitos da área social também se refletem em outras áreas. E isso somente é possível por uma maturidade política, uma maturidade capaz de integrar os esforços, independentemente de quem seja Governo, de quem seja Oposição, em qualquer esfera do Governo ou qualquer força política resultante. Mas não posso deixar de registrar que isso também não seria possível se não tivéssemos, no Brasil, um Governo que tivesse um projeto semelhante, um projeto que tem por objetivo criar uma rede de proteção aos mais pobres, de criar uma infraestrutura para o desenvolvimento de todo o País. É por isso que o Piauí é priorizado muitas vezes com uma quantidade proporcionalmente maior do que outros Estados. Muitas vezes, vejo o debate: “Ah, de tantos por cento, o Piauí recebeu não sei quantas vezes mais que São Paulo, proporcional à população”. Acho que tem que se trabalhar para todo o Brasil. Mas a democracia só tem sentido se a gente olhar primeiro para os que mais precisam. Esse é o centro, o miolo central desse projeto. A educação, todas essas coisas, nada disso seria possível se não fosse o apoio do Presidente Lula. O Presidente tem dado todo apoio; não atende a tudo, é claro, até porque a gente pede muito mesmo, e vamos continuar pedindo muito. Mas, sem essa integração, isso não seria possível.

Então, são essas as coisas que reflito aqui para dizer que temos muitas coisas a fazer, muitas coisas a fazer. E, com toda a liberdade de crítica, de apresentações de sugestões, de iniciativas, vamos caminhar. Vamos caminhar porque temos a obrigação de honrar nossos antepassados, como eu disse no começo, para

que não tenha sido em vão o 13 de março, para que não tenha sido em vão o 19 de outubro, ou o 22, ou o 24 de janeiro, para que possamos olhar para trás, olhar para nossa história, e nos sentirmos encorajados, fortes! E, de cabeça erguida, termos orgulho do nosso Estado, termos orgulho pelo que várias pessoas do nosso Estado representaram, pelas nossas riquezas, pelo nosso potencial. Mas, principalmente, porque é possível, sim, ter o Piauí como um lugar desenvolvido. E acho que é essa fatura que nós temos que quitar com os nossos antepassados.

Então, quero, assim, Senador João Vicente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades, encerrar minha fala agradecendo por este momento; agradecendo e repetindo essa sugestão: que a gente possa ter a aprovação desse projeto que tramita aqui, oficializando o dia 13 de março como uma data comemorativa nacional, meu prezado Inácio Arruda. Que a gente possa, com isso, ter dentro do calendário brasileiro, como ocorre com outras datas, esta comemoração. Sou grato ao Senado Federal, sou grato a V. Ex^a pela iniciativa. Temos muito orgulho do seu trabalho, temos muito orgulho da nossa bancada aqui. Que Deus os abençoe e que o Piauí possa crescer cada vez mais!

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Quero registrar a presença do Deputado Federal Júlio César, do Piauí, e do Prefeito José Medeiros, do Município de Manoel Emídio.

Seria imperdoável não registrarmos que, no ano de 1973, quando foi construído o Monumento da Batalha do Jenipapo, era Governador o ex-Senador Alberto Silva, idealizador da construção desse monumento, político e um homem com uma folha de trabalho grandiosa prestada ao Estado do Piauí em diversos mandatos e hoje, ainda, aos 90 anos, com a sua vitalidade, servindo ao Estado do Piauí como Deputado Federal. (Palmas)

A minha convicção é a de que a solenidade deixará marcados os 186 anos da Batalha do Jenipapo, mostrando que na história da Independência do Brasil foi no Piauí que verdadeiramente se lutou pela independência, que se deu o sangue, que vidas humanas foram sacrificadas para consolidar o País que nós temos e a unidade nacional.

Quero agradecer aos convidados e às convidadas, aos que residem em Brasília e aos que se deslocaram do Piauí para esta sessão solene.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 32 minutos.)

Ata da 24ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo,
da Sra. Serys Slhassarenko, e dos Srs. Heráclito Fortes, Mão Santa,
Jefferson Praia, Augusto Botelho, Jayme Campos e Cristovam Buarque*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às
22 horas e 6 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/3/2009 07:33:16 até 11/3/2009 22:07:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVÉLLA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 77, DE 2009 (COMPLEMENTAR)**
(Do Senador Aloizio Mercadante (PT/SP))

Dispõe sobre requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade fechada de previdência complementar patrocinada por autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública e outras entidades públicas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os art. 12, **caput**, 13, inciso V, 14, 15, 18, e 20, da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. O mandato dos membros do conselho deliberativo será de quatro anos, garantindo-se ao empregado estabilidade até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.” (NR)

“Art. 13.
V – contratação, a expensas da entidade fechada, de auditor independente atuário e avaliador de gestão, indicado pela patrocinadora, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;” (NR)

“Art. 14. O conselho fiscal é órgão de controle da entidade.” (NR)

“Art. 15. O conselho fiscal será composto por quatro membros, sendo dois representantes do patrocinador e dois indicados pelo órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.” (NR)

“Art. 18. Aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal, respectivamente, os mesmos requisitos previstos nos incisos I a IV e II a V do art. 20 desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 20 Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – ser empregado ou servidor vinculado ao patrocinador, participante de plano de benefício por esse instituído, ou assistido;

II – comprovada experiência no exercício, no mínimo por cinco anos, de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

III – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

IV – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive complementar, do sistema financeiro ou como servidor público; e

V – ter formação de nível superior.”
(NR)

Art. 2º O art. 21 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 21.

Parágrafo único. Ao longo do exercício do mandato, o membro da diretoria-executiva vinculado ao patrocinador:

I – terá o seu contrato de trabalho suspenso, se empregado, asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, na sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa, garantindo-se-lhe estabilidade até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei;

II – será licenciado sem remuneração, se servidor, contando-se o tempo de afastamento para todos os efeitos, exceto promoção por merecimento.”

Art. 3º Sem qualquer prejuízo, o empregado ou servidor investido em mandato de membro de conselho deliberativo ou fiscal de entidade fechada de previdência complementar poderá ausentar-se do serviço para participar de atividades inerentes ao órgão que compõe.

Art. 4º O § 3º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 35.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo, que deverão ser empregados ou servidores vinculados ao patrocinador, participantes de plano de benefício por esse instituído, ou assistido, e os membros do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício, no mínimo por cinco anos, de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive complementar, do sistema financeiro ou como servidor público.” (NR)

Art. 5º As entidades de previdência complementar terão o prazo de um ano para adaptar sua organização estatutária ao disposto nesta Lei Complementar, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o § 1º do art. 23 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 e o § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Justificação

A presente proposição tem por escopo modificar os requisitos legalmente exigidos para a composição das diretorias-executivas, dos conselhos deliberativos e dos conselhos fiscais das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entes vinculados à Administração Pública.

O que orienta a propositura é o reconhecimento de que quem melhor pode definir a política geral de administração dos chamados “fundos de pensão” e geri-los é o próprio participante ou assistido; e que a fiscalização das entidades deve ser promovida sob o prisma da neutralidade, em face dos interesses, nem sempre coincidentes, dos participantes e assistidos, do patrocinador e do público em geral, que, em última instância é a razão do próprio Estado instituidor dos patrocinadores. O que aqui se sustenta, portanto, é a necessidade de inversão da polaridade na gestão dos negócios dessas entidades fechadas de previdência complementar:

fecha-se o gerenciamento e exterioriza-se a fiscalização.

Como se sabe, as entidades fechadas de previdência complementar respondem por significativa parcela da poupança interna. Seus ativos são cobiçados e, por isso, é preciso garantir que a gestão de seus investimentos e o plano de aplicação de seus recursos não sejam contaminados por forças que se movem por interesses políticos ou financeiros, que podem implicar prejuízo para os participantes e assistidos ou do grave comprometimento do erário público.

É importante assinalar que as inovações introduzidas no ordenamento jurídico pátrio pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, no que diz respeito às entidades fechadas de previdência complementar, lançaram por terra qualquer insinuação de que, nesses entes, se leva a efeito a apropriação de recursos públicos por corporações de empregados de estatais ou servidores públicos. Com efeito, desde então, observa-se que, à luz do § 3º do art. 202 da Constituição Federal, “é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do seu segurado”.

Não há motivo razoável a justificar qualquer impedimento à escolha de participantes ou assistidos para os referidos órgãos diretivos dos fundos de pensão. Nos quadros funcionais das patrocinadoras podem ser encontrados, à saciedade, profissionais competentes, que preenchem os requisitos exigidos. O interesse público, ademais, não fica comprometido pela gestão do negócio pelos próprios interessados. A uma, porque há travas constitucionais no que diz respeito ao aporte de recursos; a duas, porque ao patrocinador se assegura a escolha do conselheiro presidente, no órgão deliberativo, dotado da prerrogativa de voto de qualidade; a três, porque a legislação confere ao poder público o eficaz exercício de funções de regulação e fiscalização, como se verifica pelo teor do art. 74 da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Além desse aspecto, o projeto de lei inova ao aditar ao requisito de “comprovada experiência no exercício de atividade financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria”, a exigência objetiva de cinco anos de dedicação à atividade de suporte ao requisito. Da mesma forma, parece-nos necessário acrescentar aos impedimentos de que trata essa normativa ter o interessado sofrido penalidade administrativa por infração do sistema financeiro. De fato, as entidades fechadas de previdência privada configuram instituições financeiras por equiparação, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8.177, de 1991 e no art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 7.492, de 1986, bem como em face da própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (v. RHC nº 85.094/SP, Relator: Ministro Gilmar Mendes, DJU 08 de abril de 2005). Dessa maneira, cremos ser pertinente a adição preconizada.

Corolário lógico da tese ora advogada é a modificação do art. 21 da Lei Complementar nº 108, de 2001.

Não haveria mais vedação de vinculação do diretor de fundo de pensão ao patrocinador. Mas é preciso ter em conta a observância dos institutos da suspensão do contrato de trabalho, se empregado, e licença sem remuneração, se servidor. A estabilidade está assegurada, no caso do empregado, com rigorosa observância da estatuta complementar da legislação, conforme dispõe o art. 7º, inciso I, e, no caso de servidor, nos termos do art. 41, ambos da Constituição Federal.

Tal como já ocorre nos conselhos fiscais, em virtude de previsão legal (art. 16 da Lei Complementar nº 108, de 2001), propomos que seja vedada a recondução de membro do conselho deliberativo das entidades em referência, a fim de se proporcionarem maior oxigenação gerencial, transparência dos negócios e envolvimento dos participantes e assistidos nas atividades dos fundos de pensão.

Outras inovações importantes dizem respeito ao expediente de auditoria e a composição do conselho fiscal.

A contratação de auditoria para avaliação atuarial e de gestão, nos termos do inciso V do art. 13 da Lei Complementar nº 108, de 2001, fica subordinada a indicação de auditor independente pela patrocinadora, devendo os custos da contratação ser arcados pela entidade. Não é despidendo lembrar que os patrocinadores não se eximem da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 2001 e art. 41, § 2º da Lei Complementar nº 109, de 2001.

Já as alterações promovidas na composição do conselho fiscal visam a deixar marcada a mudança de paradigma. A fiscalização deve ser exercida pela patrocinadora e pelo órgão de regulação e fiscalização. Daí suprimir-se a expressão “interno”, constante do art. 14 da Lei Complementar nº 108, de 2001.

As revogações do § 1º do art. 23 da Lei Complementar nº 108, de 2001 e do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001 são consequências da nova diretriz que se busca pela presente proposição, a impor ao legislador a tarefa de harmonizar como um todo sistêmico a legislação pertinente à matéria.

Pelas razões expostas, confiamos na aprovação da presente proposição por nossos eminentes Pares.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante** (PT/SP).

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I Introdução

Art. 1º A relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas, a que se referem os §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 202 da Constituição Federal, será disciplinada pelo disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º As regras e os princípios gerais estabelecidos na Lei Complementar que regula o **caput** do art. 202 da Constituição Federal aplicam-se às entidades reguladas por esta Lei Complementar, ressalvadas as disposições específicas.

CAPÍTULO II Dos Planos de Benefícios

Seção I Disposições Especiais

Art. 3º Observado o disposto no artigo anterior, os planos de benefícios das entidades de que trata esta Lei Complementar atenderão às seguintes regras:

I – carência mínima de sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador, para se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada; e

II – concessão de benefício pelo regime de previdência ao qual o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador, quando se tratar de plano na modalidade benefício definido, instituído depois da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para tais benefícios.

Art. 4º Nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, a proposta de instituição de plano de benefícios ou ade-

são a plano de benefícios em execução será submetida ao órgão fiscalizador, acompanhada de manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador.

Parágrafo único. As alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no **caput**.

Art. 5º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas o aporte de recursos a entidades de previdência privada de caráter complementar, salvo na condição de patrocinador.

Seção II Do Custeio

Art. 6º O custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos.

§ 1º A contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.

§ 3º É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Art. 7º A despesa administrativa da entidade de previdência complementar será custeada pelo patrocinador e pelos participantes e assistidos, atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Parágrafo único. É facultada aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, desde que ressarcidos os custos correspondentes.

CAPÍTULO III

Das Entidades de Previdência Complementar Patrocinadas pelo Poder Público e suas Empresas

Seção I Da Estrutura Organizacional

Art. 8º A administração e execução dos planos de benefícios compete às entidades fechadas de pre-

vidência complementar mencionadas no art. 1º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As entidades de que trata o **caput** organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

Art. 9º A estrutura organizacional das entidades de previdência complementar a que se refere esta Lei Complementar é constituída de conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

Seção II

Do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal

Art. 10. O conselho deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

Art. 11. A composição do conselho deliberativo, integrado por no máximo seis membros, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§ 1º A escolha dos representantes dos participantes e assistidos dar-se-á por meio de eleição direta entre seus pares.

§ 2º Caso o estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de conselheiros de que trata o **caput** e a participação paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, preveja outra composição, que tenha sido aprovada na forma prevista no seu estatuto, esta poderá ser aplicada, mediante autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Art. 12. O mandato dos membros do conselho deliberativo será de quatro anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.

§ 1º O membro do conselho deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

§ 2º A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades no âmbito de atuação do conselho deliberativo da entidade fechada, poderá determinar o afastamento do conselheiro até sua conclusão.

§ 3º O afastamento de que trata o parágrafo anterior não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.

§ 4º O estatuto da entidade deverá regulamentar os procedimentos de que tratam os parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 13. Ao conselho deliberativo compete a definição das seguintes matérias:

I – política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

II – alteração de estatuto e regulamentos dos planos de benefícios, bem como a implantação e a extinção deles e a retirada de patrocinador;

III – gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos;

IV – autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores;

V – contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;

VI – nomeação e exoneração dos membros da diretoria-executiva; e

VII – exame, em grau de recurso, das decisões da diretoria-executiva.

Parágrafo único. A definição das matérias previstas no inciso II deverá ser aprovada pelo patrocinador.

Art. 14. O conselho fiscal é órgão de controle interno da entidade.

Art. 15. A composição do conselho fiscal, integrado por no máximo quatro membros, será paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

Parágrafo único. Caso o estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de conselheiros de que trata o **caput** e a participação paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, preveja outra composição, que tenha sido aprovada na forma prevista no seu estatuto, esta poderá ser aplicada, mediante autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Art. 16. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.

Art. 17. A renovação dos mandatos dos conselheiros deverá obedecer ao critério de proporcionalidade, de forma que se processe parcialmente a cada dois anos.

§ 1º Na primeira investidura dos conselhos, após a publicação desta Lei Complementar, os seus membros terão mandato com prazo diferenciado.

§ 2º O conselho deliberativo deverá renovar três de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal dois membros com a mesma periodicidade, observada a regra de transição estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 18. Aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal os mesmos requisitos previstos nos incisos I a III do art. 20 desta Lei Complementar.

Seção III

Da Diretoria-Executiva

Art. 19. A diretoria-executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo conselho deliberativo.

§ 1º A diretoria-executiva será composta, no máximo, por seis membros, definidos em função do patrimônio da entidade e do seu número de participantes, inclusive assistidos.

§ 2º O estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de diretores de que trata o parágrafo anterior, deverá prever a forma de composição e o mandato da diretoria-executiva, aprovado na forma prevista no seu estatuto, observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

Art. 20. Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e

IV – ter formação de nível superior.

Art. 21. Aos membros da diretoria-executiva é vedado:

I – exercer simultaneamente atividade no patrocinador;

II – integrar concomitantemente o conselho deliberativo ou fiscal da entidade e, mesmo depois do término do seu mandato na diretoria-executiva, enquanto não tiver suas contas aprovadas; e

III – ao longo do exercício do mandato prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro.

Art. 22. A entidade de previdência complementar informará ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do **caput** pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

Art. 23. Nos doze meses seguintes ao término do exercício do cargo, o ex-diretor estará impedido de

prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas do sistema financeiro que impliquem a utilização das informações a que teve acesso em decorrência do cargo exercido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

§ 1º Durante o impedimento, ao ex-diretor que não tiver sido destituído ou que pedir afastamento será assegurada a possibilidade de prestar serviço à entidade, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu ou em qualquer outro órgão da Administração Pública.

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-diretor que violar o impedimento previsto neste artigo, exceto se retornar ao exercício de cargo ou emprego que ocupava junto ao patrocinador, anteriormente à indicação para a respectiva diretoria-executiva, ou se for nomeado para exercício em qualquer órgão da Administração Pública.

CAPÍTULO IV Da Fiscalização

Art. 24. A fiscalização e controle dos planos de benefícios e das entidades fechadas de previdência complementar de que trata esta Lei Complementar competem ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 25. As ações exercidas pelo órgão referido no artigo anterior não eximem os patrocinadores da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. Os resultados da fiscalização e do controle exercidos pelos patrocinadores serão encaminhados ao órgão mencionado no artigo anterior.

CAPÍTULO V Disposições Gerais

Art. 26. As entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos subordinam-se, no que couber, às disposições desta Lei Complementar, na forma estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 27. As entidades de previdência complementar patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar de 16 de dezembro de 1998, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e seus respectivos patrocinadores responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 28. A infração de qualquer disposição desta Lei Complementar ou de seu regulamento, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física ou jurídica responsável, conforme o caso e a gravidade da infração, às penalidades administrativas previstas na Lei Complementar que disciplina o caput do art. 202 da Constituição Federal.

Art. 29. As entidades de previdência privada patrocinadas por empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que possuam planos de benefícios definidos com responsabilidade da patrocinadora, não poderão exercer o controle ou participar de acordo de acionistas que tenha por objeto formação de grupo de controle de sociedade anônima, sem prévia e expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo ente controlador.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às participações acionárias detidas na data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 30. As entidades de previdência complementar terão o prazo de um ano para adaptar sua organização estatutária ao disposto nesta Lei Complementar, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 31. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revoga-se a Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990 .

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, José Gregori, Pedro Malan, Roberto Brant.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**. de 30-5-2001

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....
Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.

§ 2º Na composição dos conselhos deliberativo e fiscal das entidades qualificadas como multipatrocinadas, deverá ser considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo ou do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público.

§ 4º Os membros da diretoria-executiva deverão ter formação de nível superior e atender aos requisitos do parágrafo anterior.

§ 5º Será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

§ 6º Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do parágrafo anterior pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 31 desta Lei Complementar, os membros da diretoria-executiva e dos conselhos deliberativo e fiscal poderão ser remunerados pelas entidades fechadas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 8º Em caráter excepcional, poderão ser ocupados até trinta por cento dos cargos da diretoria-executiva por membros sem formação de nível superior, sendo assegurada a possibilidade de participação neste órgão de pelo menos um membro, quando da aplicação do referido percentual resultar número inferior à unidade.

.....
Art. 78. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 79. Revogam-se as Leis nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e nº 6.462, de 9 de novembro de 1977.

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori – Pedro Malan – Roberto Brant.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 30-5-2001

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2009

(Do Senador Osmar Dias)

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a duração dos estágios de estudantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder quatro anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No final do ano passado, foi promulgada a chamada Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), que trouxe profundas modificações à estrutura dos estágios de estudantes.

A lei atendeu a antigas demandas dos estagiários, tais como: a concessão de recesso, redução de carga horária no período de provas e a fixação de carga horária compatível com o horário de estudos.

Além disso, ao definir que o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para a vida profissional, fixou a lei de forma clara e inequívoca os deveres e direitos tanto do estagiário quanto da instituição de ensino e da parte concedente.

Merecedora de elogios é, em geral, a legislação. Todavia, uma questão ficou mal solucionada para o estudante e, também, para a parte concedente do estágio: a limitação do prazo do estágio em dois anos na mesma parte concedente.

A experiência mostra que, muitas vezes, esse prazo é exíguo demais, fazendo que o estagiário deixe o local de aprendizado profissional no momento em que aprendia mais, justamente por já dominar o ambiente em que atuava.

Atendemos, com o presente projeto de lei, a um anseio dos próprios estagiários, que vêm sofrendo com esse limitador temporal, o qual chega a ser impeditivo da construção de um vínculo forte o suficiente que lhes garanta, no futuro, oferta de um posto de trabalho naquele mesmo local onde foram aprendizes.

Essas as razões que me motivaram a apresentação do presente projeto de lei, para cuja aprovação peço o apoio dos meus pares.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Osmar Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Da Definição, Classificação
e Relações de Estágio

Art. 1º

CAPÍTULO IV
Do Estagiário

Art. 10.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2009

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre coação moral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

“Art. 483.

h) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele, coação moral, através de atos ou expressões que tenham por objetivo ou efeito atingir sua dignidade e/ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade que lhe conferem suas funções.

§ 3º Nas hipóteses das letras **d**, **g** e **h**, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até decisão final do processo. (NR)”

Art. 484-A. Se a rescisão do contrato de trabalho foi motivada pela prática de coação moral do empregador ou de seus prepostos contra o trabalhador, o juiz aumentará, pelo dobro, a indenização devida em caso de culpa exclusiva do empregador.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A evolução recente das condições de trabalho tem se dado sob o influxo de condições nem sempre favoráveis ao trabalhador.

O problema do chamado, na França, “assédio moral” e, nos EUA, “tirania no local de trabalho”, e que aqui preferimos denominar pela expressão menos equívoca de coação moral, vem se agravando nessas novas circunstâncias, constituindo-se hoje em fenômeno existente em larga escala, que coloca em risco a sanidade física e mental dos trabalhadores.

Segundo a União Geral dos Trabalhadores portuguesa, uma pesquisa realizada no âmbito da União Européia, em 1996, constatou que 4% dos trabalhadores (seis milhões de trabalhadores) tinham sido submetidos a violência física no ambiente de trabalho no ano precedente, 2% a assédio sexual e 8% a intimidações e a coação moral.

Em parecer dado a Projeto de Lei em tramitação no Congresso de Portugal, essa entidade define a violência moral desencadeada costumeiramente contra trabalhadores no local de trabalho como o comportamento vexatório/persecutório sistemático por parte da empresa ou dos seus representantes, que implica na degradação das condições de trabalho, com a finalidade de forçar a cessação da relação de trabalho ou a modificação do *status* do trabalhador, e assim a descreve:

De facto... o terrorismo psicológico ou assédio moral se corporiza por considerações, insinuações ou ameaças verbais e em atitudes que se traduzem numa degradação deliberada das condições físicas e psíquicas dos trabalhadores nos locais de trabalho que visem a sua desestabilização psíquica com o fim de provocar o despedimento, a demissão forçada, o prejuízo das perspectivas de progressão na carreira, o retirar injustificado de tarefas anteriormente atribuídas, a penalização do tratamento retributivo, o constrangimento ao exercício de funções ou tarefas desqualificantes para a categoria profissional, a exclusão da comunicação de informações relevantes para a actividade do trabalhador, a desqualificação dos resultados já obtidos.

O art. 7º, I, da Constituição Federal, assevera que é direito do trabalhador uma “*relação de trabalho protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa*”, prevendo a estipulação legal de indenização compensatória, com essa finalidade.

Nada mais arbitrário e injusto do que forçar o trabalhador a pedir sua própria demissão, por lhe ter sido tornado insuportável o ambiente de trabalho, seja pela perseguição sistemática, seja pela sua submissão a

comportamentos vexatórios, humilhantes e degradantes, razão pela qual estamos convencidos da necessidade de aprovação, neste Parlamento, de normas que protejam o trabalhador dos efeitos deletérios desses atos dos patrões ou de seus prepostos.

A Constituição Federal já prevê, também, no seu art. 114, inciso VI, a competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos oriundos do dano moral, o que evidencia a necessidade de uma melhor conceitualização sobre o tema.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Inácio Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República. – **GETÚLIO VARGAS, Alexandre Marcondes Filho**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 9-8-1943

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I Introdução

Art. 1º Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e

internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV – os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2009

Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e institui o Cadastro Nacional de Proteção contra a coação moral no emprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se inciso V ao art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 27.
.....

VI – comprovação de que não há registros de condenação por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos.”

Art. 2º Fica instituído o Cadastro Nacional de Proteção contra a Coação Moral no Emprego a ser gerido por órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Cadastro a que se refere o caput deste artigo conterá informações atualizadas sobre as empresas condenadas por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O chamado “assédio moral”, expressão cunhada na França, e que para efeitos deste projeto de lei denominamos coação moral, consiste em um dos problemas comumente encontrados no ambiente de trabalho e que põe risco a sanidade mental e a dignidade e honra dos trabalhadores.

A coação moral não é, de forma alguma, um fenômeno novo, porém a reflexão e o debate sobre o tema ainda são recentes. Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países desenvolvidos, como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. Segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde, as perspectivas não são boas, pois nas próximas décadas predominarão vários danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho.

O assédio ou coação moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s). Tal atitude, além de constranger, desestabiliza o empregado durante sua permanência no ambiente de trabalho e fora dele, forçando-o muitas vezes a desistir do emprego, acarretando prejuízos para o trabalhador e para a organização.

Dessa maneira, exigir que a empresa não permita práticas degradantes em seu ambiente de trabalho é um instrumento de defesa dos trabalhadores. A lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enumera em seu artigo 27 os requisitos necessários para a habilitação dos interessados em participar das licitações promovidas pelo poder público, a saber: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal

e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

A presente proposta amplia esse rol para incluir entre esses requisitos a comprovação de que não há registros de condenação da empresa participante do processo licitatório por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos. Para melhor atender a esse fim, o projeto também institui um Cadastro Nacional de Proteção contra a Coação Moral no Emprego, para subsidiar os gestores públicos com informações qualificadas a respeito da atuação dos licitantes no cumprimento de obrigações assumidas.

O fato de se impedir, por determinado período de tempo, que empresas condenadas por práticas de coação moral no ambiente de trabalho venham a licitar com a Administração Pública constitui-se importante medida para prevenir e combater a incidência de tais casos.

Diante do exposto, contamos com a atenção dos nobres Pares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Inácio Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção II Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigirse-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I – habilitação jurídica;
- II – qualificação técnica;
- III – qualificação econômico-financeira;
- IV – regularidade fiscal.

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2009

Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 4º O cálculo do comprometimento a que se refere o inciso II do **caput** será feito pela média anual, de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida até 31 de dezembro de 2027, da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução nº 43, de 2001, dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. O art. 7º, inciso II, estipula que o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da receita corrente líquida. O § 4º desse mesmo artigo, com redação dada pela Resolução nº 47 de 2008, por sua vez, determina que o cálculo do comprometimento será feito pela média anual, de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida, da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.

No mérito, a proposta de alteração visa amenizar os efeitos decorrentes dos critérios de projeção do serviço da dívida de contratos amparados pela Lei nº 9.496/97. Os critérios adotados para a referida Lei prevêem um desembolso limitado a 13% da RLR nos 360 meses posteriores a assinatura dos contratos. Tomando como exemplo alguns Estados, este período irá a até fevereiro de 2028, com acúmulo do resíduo decorrente da diferença entre o valor calculado e o efetivamente pago a ser refinanciado.

Tal resíduo será refinanciado em 120 parcelas a partir dessa data, sem obedecer ao limite previsto na citada Lei de 13% da RLR ou quaisquer outros parâmetros.

Assim, para os Estados que se enquadram nesta situação e estão atualmente abaixo do limite de 11,5% da RCL previsto na Resolução nº 43 do Senado Federal, a projeção do serviço da dívida decorrente do resíduo a ser pago a partir de 2028, não fica mais condicionado ao limite da RLR em vigor até 2027, podendo ultrapassar o percentual de 11,5% da RCL; o que, na prática, pode inviabilizar a contratação de operações

cujas condições de pagamento ultrapassem 2027, pois o cálculo da média deste limite tenderá a se elevar em função do impacto decorrente da inclusão de período posterior a 2027, tendo em vista a previsão de aumento do serviço da dívida.

Portanto, a proposta para contratações pleiteadas até o exercício de 2027, exclui do cálculo os efeitos dessa projeção.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____, DE 2009, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PROJETO NA REUNIÃO DE 10/03/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPPLY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTE (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROLSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-PAPALÉO PAES (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 9, de 2009**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.



É lido o seguinte:

PARECER Nº 26, DE 2009

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta, realizada em 11 de março de 2009, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, sobre a Mensagem (SF) nº 037, de 2009, opina pela aprovação da indicação da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

 ,Presidente
 ,Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flávio Arns**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à consideração dos membros do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 37, de 2009 (Mensagem nº 74, de 16-2-2009, na origem), na qual está incluído o Curriculum vitae da indicada.

A Senhora Maria Cecília Martins Brito é brasileira, tem formação superior em Farmácia e Bioquímica, pela Universidade Federal de Goiás, e é especialista

em Saúde Pública, pela Universidade Estadual de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Participou de inúmeros cursos de aperfeiçoamento profissional, a maioria dos quais nas áreas de medicamentos, exames laboratoriais, gestão em saúde e vigilância sanitária.

Ministrou e coordenou diversos cursos, direcionados a profissionais de saúde, nos Estados de Goiás e São Paulo, além de proferir palestras em congressos e conferências sobre temas de interesse para saúde pública.

Sua experiência profissional inclui a de servidora da Secretária de Saúde do Estado de Goiás desde 1984, atuando como chefe do Laboratório Regional de Análises Clínicas do Município de Ceres; farmacêutica do Ambulatório Geral de Anápolis; inspetora de vigilância sanitária, e chefe da Divisão de Controle de Qualidade da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás.

Entre 1999 e 2005, ocupou o cargo de Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretária de Estado da Saúde de Goiás, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de saneamento, saúde do trabalhador, alimentos, medicamentos, cosméticos e correlatos, bem como em estabelecimentos de saúde.

A Sra. Maria Cecília possui, ademais, uma produção científica relevante para seu campo de atuação, sob a forma de trabalhos e estudos apresentados em congressos e eventos científicos no País e no exterior, tendo sido premiada algumas vezes, em função da qualidade e da importância desses trabalhos.

Em dezembro de 2005, teve seu nome aprovado por esta Casa e passou a exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cargo para o qual é proposta sua recondução. Nessa posição, supervisionou as áreas de vigilância sanitária de alimentos; descentralização das ações de vigilância sanitária; gestão do conhecimento técnico-científico; farmacopéia brasileira e tecnologia da informação, daquela agência.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução da Senhora Maria Cecília Martins Brito ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.

, **Presidente**

 ,Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / 2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (ÁS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI *Rosalba Ciarlina*

RELATOR: SENADOR FLÁVIO ARNS *Flávio Arns*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
FLÁVIO ARNS (PT) <i>(relator)</i>	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>[assinatura]</i>	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) <i>[assinatura]</i>	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>[assinatura]</i>	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR) <i>[assinatura]</i>	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>[assinatura]</i>	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB) <i>[assinatura]</i>	7- JOSÉ NERY (PSOL) <i>[assinatura]</i>
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PT)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB) <i>[assinatura]</i>	1- LOBÃO FILHO (PMDB) <i>[assinatura]</i>
GILVAM BORGES (PMDB) <i>[assinatura]</i>	2- ROMERO JUCÁ (PMDB) <i>[assinatura]</i>
PAULO DUQUE (PMDB) <i>[assinatura]</i>	3- VALDIR RAUPP (PMDB) <i>[assinatura]</i>
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB) <i>[assinatura]</i>	4- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
MÃO SANTA (PMDB)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM) <i>[assinatura]</i>	1- HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>[assinatura]</i>
ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>[assinatura]</i>	2- JAYME CAMPOS (DEM) <i>[assinatura]</i>
EFRAIM MORAIS (DEM) <i>[assinatura]</i>	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM) <i>[assinatura]</i>	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	5- EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>[assinatura]</i>
MARISA SERRANO (PSDB) <i>[assinatura]</i>	6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB) <i>[assinatura]</i>	7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO <i>[assinatura]</i>
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
JOÃO DURVAL <i>[assinatura]</i>	1- (vago)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, aviso do Ministro das Comunicações que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES**

– Nº 33/2009, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.114, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A informação foi encaminhada, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 85/08**, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo/SP, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006.

O expediente será juntado ao processado do referido Projeto, que retorna à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2009** (nº 7/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.106/2006-6, que trata de assunto relativo ao Requerimento nº 1.486, de 2004, do Senador Alvaro Dias.

A matéria será juntada ao processado do referido Requerimento, que vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Cópia do Aviso foi encaminhada ao autor do requerimento.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 65/2009

Brasília, 11 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges – PMDB/AP, para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, como membro suplente, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência designa o Senador Gilvam Borges para integrar, como suplente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do expediente encaminhado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero que V. Ex^a me inscreva para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrita para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente desta Casa.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Solicito também a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrita.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Jefferson Praia, V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pela ordem de chegada, Senadora Ideli, Senador Jefferson e Senadora Serys. Pela Liderança da Minoria, Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em Ata de voto de lembrança do Sr. Vicente Favella de Macêdo, que, se estivesse vivo, completaria hoje 100 anos de vida.

Ele foi líder político e empresarial na região do Cariri, no Ceará, o Vereador mais votado da história, até hoje, de Lavras da Mangabeira, um dos fundadores do PTB cearense. Foi Juiz de Paz de Lavras da Mangabeira, Secretário da Conferência Vicentina da Paróquia de São Vicente Ferrer, e faleceu, em 1970, na cidade de Salvador, Bahia.

Homem firme em suas convicções, líder nato e político exponencial dessa região cearense, foi exemplo para muitos pelo que representou como figura humana e por suas atividades em prol do desenvolvimento de sua região.

Casado com D. Alayde Aquino de Macêdo, teve dez filhos, dentre os quais minha mãe. É meu avô materno, de quem descendo, e, no sangue que corre nas veias, a linhagem política.

Então, eu queria fazer este requerimento deste voto de lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Lembrança ao Sr. Vicente Favella de Macêdo, que, caso estivesse vivo, completaria hoje 100 anos de vida.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da Sra. Maria do Socorro de Macêdo Claudino, sua filha e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

Vicente Favella de Macêdo, cearense, Líder Político e Empresarial da região do Cariri, no Ceará, foi o vereador mais votado da história – e mantém esse recorde de votação até hoje – de Lavras da Mangabeira/CE, além de ter fundado o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cearense.

Juiz de Paz de Lavras da Mangabeira, Secretário da Conferência Vicentina da Paróquia de São Vicente

Ferrer, nasceu em 11 de março de 1909 e faleceu em 1970, na cidade de Salvador/BA.

Homem firme em suas convicções, líder nato e político exponencial na Região do Cariri cearense, foi exemplo para muitos pelo representou como figura humana e por suas atividades em prol do desenvolvimento de sua região.

Casado com Alayde Aquino de Macedo, teve 10 filhos, dentre os quais, minha mãe. Tenho orgulho do meu avô e incluo-me no rol de pessoas que seguiram seus passos e ensinamentos.

Por estas razões, Vicente Favella de Macêdo é merecedor desta homenagem pelo Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **João Vicente Claudino**, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento de V. Ex^a, Senador João Vicente Claudino, será atendido na forma regimental.

À Secretaria, para providências.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2009

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as seguintes informações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) do Governo Federal, sob a coordenação daquela Pasta:

a) Listagem de todos os convênios, contratos de repasse e termos de parceria registrados no SICONV desde a sua instituição, com a discriminação das seguintes informações, sem prejuízo de outras que entender convenientes:

- nome e CNPJ do órgão ou entidade concedente ou contratante;

- nome e CPF/CNPJ da pessoa física ou jurídica conveniente ou contratada ou parceira;

- nome e CPF do gestor público responsável pelo convênio, contrato de repasse ou termo de parceria;

- valores totais dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, detalhando as parcelas, quando for o caso;

- prazos dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria;

- objetos dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria.

b) Quais os critérios de acesso às informações do Portal de Convênios adotados no âmbito do SICONV?

c) Quais as semelhanças e diferenças entre os critérios de acesso adotados no âmbito do SICONV e do Sistema de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal?

d) Quais os motivos que impedem o SICONV de estar disponível aos senhores parlamentares, de forma similar ao acesso existente para o SIAFI?

e) Segundo o art. 13 c/c art. 19, III, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no SICONV, **que será aberto ao público**, via Portal dos Convênios, a partir de 1º de setembro de 2008. Entretanto, é sabido que o Portal possui imperfeições graves e não apresenta todas as informações devidas.

Nesse sentido, desejamos saber quais medidas o Governo Federal implementou, está implementando ou planeja implementar para aperfeiçoar o SICONV, cumprindo o determinado no Decreto nº 6.170, de 2007, para conferir ao sistema maior grau de transparência e efetividade.

Justificação

Tendo em vista que uma das atribuições precípuas do parlamento, além de legislar, é fiscalizar as ações governamentais, manifestamos nossa preocupação com o funcionamento do Portal dos Convênios, página eletrônica de acesso aos dados do SICONV, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal.

A ferramenta foi criada, em tese, para aumentar o grau de transparência na gestão dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, por meio da divulgação dos dados a eles relativos, o que possibilitaria melhor controle e fiscalização dos referidos instrumentos, colocando à disposição da sociedade civil, dos parlamentos e dos entes públicos usuários (estados, municípios, entre outros) ferramenta mais ágil e confiável para elaboração de convênios e ajustes congêneres.

Ocorre que seu acesso e operacionalização ainda têm muito a evoluir, notadamente se comparado ao SIAFI, este sim, um sistema que possibilita o exercício do controle e fiscalização das ações do governo, prática que se insere entre as características principais das modernas democracias.

No dia-a-dia, infelizmente, o que se observa é um funcionamento precário do SICONV, com restrições ao acesso, procedimentos confusos e excessivamente complexos, além de dados incompletos, pouco claros ou mal estruturados. Tal situação dificulta e, às vezes, impede o acesso pleno às informações sobre os convênios federais (área que sabidamente movimenta quantias enormes de recursos estatais), alienando a sociedade civil de um de seus direitos mais caros: saber quanto e onde estão sendo aplicados os recursos públicos.

O próprio Governo Federal, após editar o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, determinando que a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios deveriam ser registrados no SICONV e publicamente divulgados via Internet, exarou a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, estabelecendo normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 2007. No endereço eletrônico “www.convenios.gov.br/portal/manuais/orientacoes_”, do Governo Federal, está registrado que

“para o efetivo atendimento da legislação vigente, faz-se necessário que todas as ações de celebração, execução e prestação de contas sejam realizadas por meio do Portal dos Convênios. Neste sentido, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais tem investido na sistematização das rotinas e procedimentos destinados a melhorar a eficiência e a qualidade na utilização do sistema.”

Aqui, o próprio Governo Federal admite a precariedade do SICONV, dando satisfações à sociedade e aos usuários do sistema, sem, no entanto, esclarecer o que tem sido feito para o seu aperfeiçoamento.

Em decorrência de tais problemas, muitas prefeituras recorrem a nós, parlamentares, solicitando ajuda no preenchimento de informações e acompanhamento de convênios e contratos de repasse, além de providências para aperfeiçoamento urgente no sistema. Por isso, sensíveis a tal realidade, e cumprindo o dever constitucional do Congresso Nacional de fiscalizar as ações governamentais, é que encaminhamos a Sua Excelência o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será

despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2009

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da casa, entre os dias 15 e 17 de março de 2009, quando participarei da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 15 a 17 de março do corrente ano.

Senado Federal, 11 de março de 2009 – Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2009

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no “**V Fórum Mundial das Águas**”, a realizar-se na cidade de Istambul, Turquia, entre os dias 16 e 22 de março de 2009, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 do corrente, para desempenhar a referida missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 13 a 22 de março de 2009.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Leomar Quintanilha**.

REQUERIMENTO Nº 206, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Sessão do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009.

Informo que estarei ausente do País no período de 15 a 17 de março do corrente ano para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB – AC).

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 39, inciso I, combinado com o artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento

Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do País, no período de 16 a 22 de março do corrente, para participar do **5º Fórum Mundial da Água**, em Istambul, Turquia, como representante do Senado Federal e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2009

Requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea **a**, sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre a situação dos adolescentes e jovens indígenas do Alto Rio Negro, onde os mesmos apresentam altos índices de alcoolismo, consumo de drogas e suicídios entre os povos indígenas, segundo informações veiculadas no jornal **Diário do Amazonas** do dia 10 de março de 2009, página 11. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

REQUERIMENTO Nº 209, DE 2009

Requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea **a**, sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, sobre as irregularidades no atendimento aos passageiros das companhias áreas GOL e TAM, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus-AM. Segundo informações da Portaria nº 15, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Diário da Justiça em 6 de março de 2009, os passageiros chegaram a aguardar até três horas pelo atendimento, sem cadeiras, com sistema “fora do ar”, poucos atendentes e espaços dos guichês reduzidos, conforme relato do jornal **Diário do Amazonas** do dia 9 de março de 2009, página 4. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do inciso II, a do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da 16ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu – Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009.

Informo que estarei ausente do país no período de 15 a 17 de março de 2009

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Com a palavra, como primeira oradora inscrita no Período do Expediente de hoje, a ilustre Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Hoje a tarde não é muito satisfatória; acredito que não é um dia muito bom para todos os brasileiros. Em 18 de dezembro de 2008, final do ano, escrevi artigo que foi publicado em alguns jornais do meu Estado que tinha o seguinte título: “Um olhar ‘sem ilusões’ sobre a crise”. E nesse artigo, uma frase que leio aqui: “Governo é sempre mais eficaz à medida que sabe gerenciar a escassez e transformar seus recursos em oportunidades criativas de investimentos sociais.”

Hoje, fomos abrindo todos os jornais, e eu trouxe aqui alguns que quero mostrar: *Correio Braziliense*: “Choque e pressão. Queda brutal do PIB no último trimestre de 2008. Aumenta a tensão no Banco Central para reduzir a taxa básica de juros. Tombo de 3.6% surpreende a equipe econômica.” *Jornal O Globo*: “A marolinha que virou Tsunami. Indústria desaba. Consumo cai e já se teme 2009 com recessão. Queda do PIB no 4º trimestre, maior que prevista, aumenta a pressão por redução de juros.” *O Estado de S. Paulo*: “PIB desaba no quarto trimestre e risco de recessão aumenta. Queda de 3.6 foi a maior em doze anos, mesmo com freada, economia cresceu 5.1 em 2008.

Eu quis fazer esse preâmbulo, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, para falar da história, que ficou marcada, da marolinha.

A minha pergunta, depois do que vimos ontem, do que estamos sentindo hoje neste País, é saber quem vai dar o rumo para o Brasil. Alguém tem que dar. Eu disse há alguns dias aqui, Sr. Presidente, logo depois que o Presidente Obama tomou posse, que foi ao Congresso americano e que deu rumo ao país, dizendo:

“Nós estamos numa crise profunda aqui nos Estados Unidos, mas o rumo é este...” E colocou, inclusive, alguns itens como prioritários que, à primeira vista, poderiam parecer incríveis. Estabeleceu uma reforma da educação como prioridade, disse a que veio e que o país podia ter segurança e esperança, porque o país tinha alguém que daria o rumo.

Agora, quero colocar aqui para o nosso Brasil o que está acontecendo: a riqueza encolheu, o emprego está sumindo também. Acho que, se nós perguntarmos, todo mundo, aqui ou fora daqui, sabe de alguém que está desempregado – alguém da família – ou conhece alguém que está perdendo o emprego. No meu Estado, está uma lástima. O consumo das famílias também caiu: menos comida na mesa. O Governo vendeu o sonho de que era para todo mundo comprar: comprem, gastem, invistam. E agora?

O pequeno empresário não tem mais crédito, o grande também não. O Governo está intervindo pontualmente. É esse o caminho?

Quero lembrar aqui uma fábula que todo brasileiro conhece – aliás, o mundo todo conhece –, “A Cigarra e a Formiga”, do francês La Fontaine, que fala de previdência. Fala de uma formiga que carrega uma folha pesada, trabalha o ano inteiro para garantir seu sustento no inverno. E a cigarra, com seu violão, só canta. É ótimo cantar. Quem não gosta de otimismo, Presidente? Quem não gosta? Quem não gosta de uma boa cantoria? Todo mundo. Imagine o Brasil, que é um País musical. Todo mundo adora, do nordeste ao sul do País e também de leste a oeste, no meu Mato Grosso do Sul.

Mas, Sr. Presidente, para gerenciar um país, governar um país pressupõe-se que haja um presidente para dar o rumo, que tenha seriedade, que não mande todo mundo comprar, que não diga que isso aqui é uma marolinha. Eu quero um presidente que possa dar serenidade, competência ao País. A não ser que tenha mais gente governando o País do que o Presidente.

Falei da fábula do La Fontaine, mas, como católica, queria lembrar aqui algo que todos que são cristãos conhecem, que é o texto bíblico de Jacó. Quando ele foi decifrar os sonhos do faraó do Egito, falou das sete vacas gordas que, depois, sucediam as sete vacas magras; das espigas mirradas e das espigas robustas. E isso deu ao faraó condições de se prevenir, porque ele interpretou os sonhos, dizendo que isso era necessidade de previdência, que as vacas magras iam chegar. E é por isso que falamos tanto em vaca gorda e em vaca magra, em época de vacas magras. Por que época de vacas magras? Porque a Bíblia nos conta isso. E que previdência estamos tomando e tomamos neste País? Li não sei bem onde, num jornal, numa revista – todos

no País leram – o que o Presidente Lula disse, o que a Ministra da Casa Civil disse ano passado: era uma marolinha, era uma gripezinha. Imagine! “Não vai chegar aqui”. Era uma gripezinha, uma marolinha! E agora nós estamos vendo que não era mesmo.

E o que podemos pensar? O Governo está olhando isso com seriedade? Não, pelo menos na minha ótica. Porque um governo que começa, num momento como este, a abrir embaixadas em um monte de lugares neste mundo, em ilhazinhas da América Central, que, por mais bonitas que sejam, agora não é o momento.

Gente, dar dinheiro para invasor de terra agora? Neste momento? Criar mais ministério? Gente, eu adoraria ter o ministério da mulher – eu acho que nós merecemos isso –, mas não neste momento. Pensar em aumento de salário agora? Essas são as minhas angústias e eu as quero dividir com todos os brasileiros.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senadora Marisa Serrano, quero parabenizar V. Ex^a pela brilhante exposição, séria. Séria porque este assunto tem que ser levado com seriedade por todos nós. E o Governo é um dos grandes responsáveis de não estar transmitindo ao povo a realidade, de não estar transmitindo a realidade aos seus comandados, fazendo com que continuemos a ter um País que já mostra graves sinais de crise, um País agindo pelo seu Poder Executivo de maneira irresponsável. Hoje, o Presidente da República, que tem popularidade – vamos reconhecer –, poderia, com muita responsabilidade, aumentar sua popularidade se fosse para a televisão pronunciar um discurso sério, sem aquele tom de – desculpe-me o termo; não encontro outra palavra – brincadeira, dizendo que foi uma “marolinha” que está passando, uma “gripe fraca”. Marolinha mata; gripe fraca, ou forte, pode matar também. Então, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que, hoje, o Governo está direcionando todas as suas forças para já uma campanha política antecipada. Está fazendo isso de uma maneira irresponsável, porque nós queremos que o Brasil, que o Governo, dê milhões e milhões de moradia. Está, irresponsavelmente, prometendo um milhão de casas no seu último ano de governo, para quê? Para enganar o povo, a população, quando sabemos que construir não é só pegar tijolo e botar um em cima do outro, não? Precisamos ter projeto e área para construir. Está prometendo trem-bala. Só o projeto, para se pensar no trem-bala, leva dois, três anos, porque há que se levar em consideração vários fatores de engenharia, de meio ambiente e tudo mais. Então, fazer festa em fim de governo em cima de um programa chamado PAC? No meu Estado, não existe PAC.

Coletaram todas as obras em andamento há não sei quantos anos e chamaram de PAC. Somente 9,5% da verba prevista foi liberada, ou seja, construíram uma sigla, e, se o povo não prestar atenção, ele vai atrás mesmo da sigla, não tenha dúvida nenhuma. O Senhor Presidente anda com sua Ministra da Casa Civil, apresentando-a como mãe do PAC – não diz quem é o pai – e isso nos faz ficar numa situação de muita preocupação. Então, queremos mostrar a nossa preocupação, não como Oposição, mas como brasileiros que somos, e chamar a atenção dos homens que fazem parte da direção executiva deste País, para que eles olhem com responsabilidade esta crise – da qual o Brasil não iria de forma nenhuma ficar isento, porque é uma doença contagiosa e contagiou o mundo inteiro. É claro que quem tiver menos resistência vai quebrar mais rápido. Então, desculpe o tempo, mas quero parabenizar V. Ex^a e dizer que V. Ex^a tem a postura de uma Senadora que leva credibilidade para quem está nos assistindo. Obrigado.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Senador. V. Ex^a colocou aqui muito do que eu penso a respeito de tudo o que está acontecendo neste País. Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senadora Marisa, primeiro eu quero deixar bem claro um pensamento particular – um pensamento meu e que acho que é seu também. Eu quero deixar bem claro à população brasileira, àqueles que nos escutam hoje de que rogamos para que o País seja forte, produtivo, de paz e de tranquilidade. É isso que nós queremos! Que a sociedade esteja feliz – é isso que nós desejamos. Jamais passa pela cabeça da Senadora Marisa, do Senador Papaléo, do Senador Mário Couto, que nós estejamos, neste momento de crise, desejando que o País afunde. Ao contrário. As suas atitudes, as nossas atitudes, nesta tribuna, são para alertar a população, alertar o Governo, pedindo para que não erre. Por exemplo, Senadora, dar dinheiro para a Faixa de Gaza? Dar dinheiro para a Bolívia? Dar dinheiro para Angola? Bater recordes em gastos correntes? O ano passado foi o recorde de diárias, de viagens. Nunca na história do Brasil se gastou tanto com diárias. Não se diminuiu nada de despesas correntes, Senadora. Então é esse o alerta que fazemos. Nós queremos o bem do Brasil, queremos o bem do povo brasileiro, queremos o bem da nossa Pátria. E é isso o que a senhora está fazendo hoje aí. Meus parabéns.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Mário Couto. Queria confirmar aquilo que disseram V. Ex^a e o Senador Papaléo. Longe de o povo pensar que a Oposição está querendo quebrar o País ou que pode estar feliz com a crise.

Ouvi gente da Situação dizer que a Oposição quer isto mesmo, quer a crise, está feliz com a crise. Gente, como é que alguém pode estar feliz vendo o semelhante perder emprego e não ter como sustentar família, ver pequenos empresários perdendo tudo? Quem pode estar feliz com isso? Será que nós somos monstros para estarmos felizes com uma situação como essa? Podemos estar felizes com a quebra do País? Claro que não!

É absurdo pensar que nós possamos estar felizes com o que está acontecendo neste País. Agora, alertar o Governo? Isso temos de fazer e estamos fazendo há muito tempo, como eu disse nesse artigo que escrevi em dezembro do ano passado, começo de dezembro do ano passado. E alerta nós demos muitos, Senador Mário Couto, não é de agora. Agora, felizes, não estamos.

Senador Valter Pereira, com muito prazer.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a, mais uma vez, desperta o orgulho de todos nós que somos seus conterrâneos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Uma intervenção muito feliz e que merece só aplausos de quem faz política com seriedade. E quero dizer a V. Ex^a que a Oposição cumpre um papel tão importante – ou às vezes até mais importante – quanto o dos Parlamentares do Governo. Militei anos a fio, como V. Ex^a sabe, na Oposição e só posso dizer a V. Ex^a que ai do governo que não tem oposição; é um governo que descarrila, é um governo que descamba. A oposição é o freio que todo governo democrático precisa ter porque, nas ditaduras, aí sim, a oposição é desnecessária, é incômoda, é sempre prejudicial. Por quê? Porque, efetivamente, os donos do poder são os donos da verdade. Como, na democracia, a verdade está espalhada por todos os cantos, é na democracia que a oposição ganha corpo, credibilidade, importância e imprescindibilidade. Saiba V. Ex^a que nós sempre respeitamos a Oposição e compartilhamos com a inquietação de V. Ex^a quando a Oposição é acicatada, é criticada e é desprezada por segmentos que gostariam tanto de viver sem ela e que vivem da saudade, da saudade de vinte anos que certamente não vão voltar mais. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Valter. Também concordo com V. Ex^a, porque lutamos tanto para ter uma democracia, e democracia pressupõe que os contrários possam se manifestar.

Neste caso, eu acredito, Senador Valter, que a angústia, a preocupação por que estamos passando é nossa, da Oposição. Mas tenho certeza de que V. Ex^a

e tantas outras pessoas, Parlamentares, estão com a mesma preocupação, a mesma angústia que estamos manifestando hoje nesta tribuna.

Quero, ainda, dizer que o meu Partido, o PSDB, lançou ontem a ideia de um gabinete de crise. Por que o meu Partido, que é de oposição, lançou essa ideia? Para garantir isto, para dizer ao Governo que precisamos fazer algo mais sólido; para que não fique um atirando para um lado e outro, para o outro. Precisamos que todos pensem globalmente. Há uma estratégia global necessária neste momento. E também deve haver um líder, uma liderança neste País para enfrentar essa estratégia global.

Aquilo que eu falei, do Presidente Obama, eu quero repetir: é este o momento em que nós estamos precisando de alguém que tenha uma estratégia, que saiba o que fazer e que assuma, como líder, condições de fazê-lo.

E o meu partido, o PSDB, propôs saídas. Ele quer um gabinete de crises. Por quê? Para encontrar saídas para discutir a questão econômica. Precisamos baixar os juros? Temos que discutir isso. E o problema de crédito? E o problema no câmbio, como fica? Alguém tem que discutir. Não é coisa isolada. E o Senador Adelmir, que trabalha na área, sabe disso. E ainda, redução da carga tributária, será que é necessária neste momento? Mais para um, mais para outro? Só a indústria automobilística? E os frigoríficos?

Olha Senador Adelmir, no meu Estado, há grandes frigoríficos de pessoas que trabalham, e muito, quebrando, desempregando! Quer dizer, não merecem também? Como é que nós vamos sair da crise se não houver uma estratégia efetiva e que o povo brasileiro acompanhe?

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Marisa, eu vinha, no trajeto até o plenário, ouvindo o discurso de V. Ex^a, tecendo considerações inclusive sobre a posição oposicionista. Eu acho que este é o momento em que o discurso de todos nós tem que ser um discurso em defesa do País. Todos nós temos que nos compenetrar de que estamos efetivamente vivendo um momento difícil, haja vista as publicações estatísticas com relação ao PIB e com relação à economia nacional. Tenho reafirmado, aqui e em outros fóruns, que, primeiro, foi uma crise de credibilidade, de confiança; depois, uma crise voltada para a questão do crédito e do emprego. A senhora fez referência a grandes empresas que estão demitindo, que estão diminuindo seus quadros em razão da crise que se instala. Na minha visão, é necessário, é importante que entendamos que, no Brasil, mais de 95% das empre-

sas brasileiras são constituídas de micro e pequenas empresas. Portanto, lá está o emprego. Se cada uma dessas pequenas empresas, a cada dia, demitir um ou dois empregados, isso significa 10%, 15% ou 20% da força de trabalho daquela empresa e significará, portanto, muitas Embraers, muitos frigoríficos e muitas empresas grandes no contexto da somatória desses empregos perdidos. Daí a minha luta e estar sempre dizendo que é necessário que se busque a solução da questão creditícia, a questão do crédito, porque, de modo geral, temos visto o Governo, através dos bancos oficiais, do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, falar na questão da abertura de créditos especiais para que chegue à ponta, aos consumidores e às micro e pequenas empresas. Na verdade, isso não tem chegado, até porque, ao se fechar a possibilidade dos créditos internacionais, as grandes empresas estão indo com garantias reais muito mais fortes, muito mais seguras, em busca desses créditos. Por outro lado, também, hoje, poderemos ter surpresas – espero, agradáveis – na reunião do Copom, com uma taxa de juros, uma taxa Selic acima de dois dígitos, nos preços de hoje, no valor de hoje, certamente, os banqueiros que, em um primeiro momento, empossaram a devolução dos recursos que eram depositados no Banco Central sob a forma compulsória, – empossaram e também não chegou –, porque é muito mais seguro aplicar esses recursos em títulos da dívida pública. É preciso, portanto, que tenhamos a coragem, que as autoridades econômicas tenham a coragem de fazer como fez o México, por exemplo, que reduziu drasticamente – lá não é Selic, tem outro nome – a taxa interbancária, a taxa de juros, para que sobrasse mais recurso no sistema bancário, que é a sua própria mercadoria, o dinheiro, para que empreste para os pequenos, para as médias e para o consumidor em geral. Então, Senadora, eu queria me associar às suas colocações. O discurso nosso não deve ser um discurso compreendido apenas como um discurso de oposição, mas um discurso que busque a solução dos problemas que nos afligem hoje. E não devemos tentar mascarar uma situação que reconhecidamente se implanta no País como um momento de crise. Imagine se, neste primeiro trimestre, que ainda não vencemos, tivermos resultados tão ruins quanto o último trimestre do ano anterior – o que é provável. Aí se caracterizará uma situação de recessão. Então, quero me congratular com V. Ex^a e dizer que um dos caminhos é a redução drástica das taxas de juros. Aliás, isso tem sido dito sempre na Comissão de Assuntos Econômicos. As autoridades possuem armas e possuem munição para resolver a questão da crise, mas temo que não se use essa munição no momento certo e que a guerra termi-

ne, ficando nós com a munição guardada. A munição certamente, na minha visão, é uma redução drástica das taxas de juros praticadas no Brasil.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Adelmir. Justamente o que V. Ex^a colocou é aquilo que eu penso. Mas só diminuir a taxa de juros talvez não seja o suficiente em um momento como este. Por isso que eu disse que se trata da questão dos juros, do câmbio, do crédito. Temos que achar o caminho necessário. É por isso que nós falamos que o meu Partido propôs aqui um gabinete de crise, que é realmente para pensar como um todo. E esperamos mesmo que o Copom hoje olhe com os olhos um pouco mais sensíveis para o povo brasileiro e para a produção brasileira.

Mas, Senador Adelmir, será que alguém aqui ou no Governo, um iluminado vai dizer que temos de investir nisso para dar naquilo. Acho que tem de ser muito mais socializada essa questão. Por isso é que pensamos de uma forma macro, de juntar as pessoas que pensam, que têm ideias, para sairmos da crise. Por exemplo, é investir na produção? Há um tipo, uma área que é mais vulnerável? Vamos investir na educação para podermos sair da crise e o Brasil caminhar? Quer dizer, o que é que nós vamos fazer? É isso que nós temos de começar a pensar com serenidade e com seriedade neste País.

Termino aqui dizendo a V. Ex^a e a todos que estão me ouvindo que temos de olhar a crise de várias maneiras. E podemos olhar a crise de várias maneiras. Ela pode ser útil para uma autocrítica: ver onde erramos. Pode ser útil para isso. Por exemplo, no caso do Brasil, acho que o Governo errou na hora em que, lá atrás, começou a crise. O Presidente deveria ter dito à Nação que estava acontecendo uma crise mundial, mas que não sabia se chegaria aqui, mas que poderia chegar e, por isso, começaria a cortar gastos supérfluos no País. Quer dizer, começar a segurar, que é o que todo mundo faz.

Duvido que haja uma família, Senador, uma família que, na hora da crise, quando o dinheiro aperta, na hora em que a angústia aperta, não comece a conter despesa. O supérfluo sai da casa. É assim que o povo brasileiro faz. É assim que qualquer pessoa faz. Era assim que o Governo deveria ter feito na hora em que começou a crise. E nós falamos sempre nisso.

Além do mais, o Governo deve tratar a sociedade brasileira como adulta e não como criança. E não de brincadeira, como disse o Senador Papaléo Paes. O povo brasileiro é maduro o suficiente para aguentar uma crise que vem aí. As mãos dos brasileiros são calejadas. O brasileiro está acostumado às adversidades.

Quando se pensa no povo brasileiro, fala-se que é um povo alegre, risonho, mas que, quando cai, consegue levantar e dar a volta por cima. Portanto, o povo brasileiro não merece viver de ilusões. Nós queremos seriedade deste Governo, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A senhora dispõe de mais três minutos para encerrar.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Se eu disponho de mais três minutos para encerrar – obrigada pela lembrança –, quero ainda colocar uma última questão aqui que me parece muito importante. E o Senador Sarney, Presidente desta Casa, antecipou este momento. Ele instalou aqui uma comissão da crise, para analisa-la e monitorá-la, presidida pelo Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro. E acho que foi a ideia de previdência, de mostrar para o País que o Senado brasileiro não está parado. E V. Ex^a, como nosso 1º Vice-Presidente, sabe disso. Esta Casa aqui mostrou ao País que está preocupada, sim, que vai ajudar a achar soluções. Isso, sim, é responsabilidade, é saber que há uma crise, que a crise chegou e que nós temos aqui a obrigação de mostrá-la ao povo brasileiro e achar um rumo que devemos tomar, já que o Governo, até agora, não o fez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à ilustre Senadora Ideli Salvatti, ex-Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, o que me traz à tribuna é um outro assunto, mas, tendo em vista o pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, eu não poderia deixar de me reportar ao assunto que, eu tenho certeza, será – e cada vez mais e é necessário que assim seja – o assunto desta Casa, que é a questão da crise, as suas consequências e, principalmente, como enfrentá-la, como superá-la.

É claro que ninguém tem o direito de comemorar a crise, e eu acho que nenhuma pessoa sensata, de bom senso, nenhuma pessoa que tenha sensibilidade e espírito público pode estar comemorando a crise, que se agrava, traz consequências, coloca pessoas e obviamente todos em situação extremamente delicada. Mas, ao mesmo tempo em que a gente não pode esperar de jeito nenhum que alguém tenha um comportamento com essa insanidade – eu diria assim –, o que a gente escuta, o que a gente vê, eu que tive a oportunidade de acompanhar um pouco o noticiário, são determinadas formas e expressões utilizadas e tal

que mostram que tem gente que pode não estar dizendo, mas que está comemorando tem. Infelizmente, tem; infelizmente, tem. Se pegarem as manchetes dos grandes jornais, então, é assustador.

Eu acho interessante porque o jornal que tem uma tradição reconhecida por todos de ser um jornal voltado para os homens de negócios, Senador Valter Pereira, que é a *Gazeta Mercantil*, se compararem todas as manchetes, com todos os outros jornais, talvez tenha a manchete mais adequada, uma manchete que chama a atenção, que coloca a questão, que chama a responsabilidade, mas não entra na lógica do alarmismo e do segurem-se todos porque o barco afundou.

Quero ler a manchete e a primeira frase da *Gazeta Mercantil*.

A *Gazeta Mercantil* diz o seguinte: “O PIB cresce 5,1% no ano, mas cai no quarto trimestre”.

Portanto, essa é a notícia. Nós tivemos um crescimento em 2008 de 5,1% e uma queda, uma forte queda no quarto trimestre.

Continua a *Gazeta Mercantil*: “O crescimento de 5,1% do Produto Interno Bruto, PIB, em 2008 foi o segundo maior da história econômica brasileira, superado apenas pelos 5,7% registrados em 2004 e 2007. No *ranking* mundial, a expansão da economia no ano passado perde somente para a China, apesar do desempenho positivo, o *baque sofrido no último trimestre do ano mostra que o país será menos industrial e mais sustentado pelos serviços em 2009*”.

Portanto, essa é uma manchete realista.

Essa é uma manchete que coloca pingos nos is; manchete, Senador Valter Pereira, que diz que nos tivemos a capacidade de fazer o segundo melhor resultado de crescimento – só perdemos para o crescimento da China – e alerta que “está aí o problema”. Vamos ver como é que nós vamos enfrentá-lo e resolvê-lo.

É interessante porque nós temos, também nos resultados apresentados pelo PIB, três fatores que nos dão a segurança de que é possível enfrentar, superar e retomar o crescimento rapidamente. Quais são esses fatores? O primeiro deles, indiscutivelmente, é de que o Brasil foi um dos últimos a ser atingido. Quem é atingido por último sofre menos do que quem vem sendo atingido desde 2007. E há setores, há países que vêm sendo atingidos desde 2007.

Segundo, nós temos um sistema financeiro sólido. O sistema bancário brasileiro não está podre, não está na condição lamentável de tantos outros países. Mesmo a queda do consumo das famílias, que cresce há 19 trimestres consecutivos, a queda do consumo das famílias não foi algo além, maior do que a questão da

queda do PIB e nem da questão industrial. Portanto, esses três fatores – setor financeiro sólido, termos sido um dos últimos e o consumo das famílias, o que é responsável por nada mais nada menos do que 60% do PIB – efetivamente nos dão a condição de resolver.

Se não fosse só por isso, Senador Valter Pereira, nós temos instrumentos para agir, temos bancos públicos que, felizmente, não foram privatizados, porque houve resistência à privatização da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES. Temos um superávit. O superávit primário no ano passado, 2008, foi de nada mais nada menos do que 4,3%, maior do que em qualquer outro governo antes do Presidente Lula.

Portanto, temos gordura, podemos diminuir o superávit primário, podemos diminuir – em vez de fazer 4,3%, como fizemos no ano passado, podemos baixar para 3,8%, 3,5%, 3% – e manter o ritmo de investimento. Espero, todos nós esperamos, que o corte na taxa Selic hoje seja, efetivamente, de 2%. Se possível, que cortem mais, porque, aí, o pagamento dos juros da dívida, esse pagamento que, ano passado, consumiu nada mais nada menos do que 162 milhões, que esse recurso, diminuindo a taxa Selic, em vez de ir para pagamento da dívida, possa ser aplicado nos investimentos.

Portanto, temos instrumentos, o Brasil tem condições de enfrentar, superar e sair da crise. Vai abalar? Ah, vai abalar. Abalou? Abalou. Agora, comparar isso com os demais países é o que faz toda a diferença.

Portanto, temos que ter todo o cuidado, e considero mais ainda que a gente tem que ter o bom senso de agir da mesma forma que um jornal voltado para os homens de negócios, para os empresários, que coloca: “Crescemos, mas tivemos uma queda. Vamos cuidar, porque, no quarto trimestre, tem um sinal delicado”.

Agora, se o Presidente me permitir, o que me trazia à tribuna era...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a agora terá os cinco minutos para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bom. Eu lhe agradeço muito.

Cabe às mulheres, normalmente, aquelas tarefas de limpeza e arrumação. Historicamente nos cabe limpar e arrumar o que ficou meio confuso, meio atrapalhado, meio conturbado. Hoje, acho que tive a oportunidade de exercer uma tarefa feminina de limpeza e arrumação em dois episódios cujos registros eu gostaria de fazer.

Um deles foi o seguinte: fui Relatora do Projeto nº 372, de iniciativa do Senador Edison Lobão Filho, que reabre o prazo para que os demitidos da época Collor possam novamente ter mais prazo de requerer sua reintegração no serviço público. Fizemos o relatório, que foi aprovado por unanimidade. Os demitidos estavam lá, comemorando, até porque foram nada mais, nada menos do que 108 mil funcionários públicos que, entre 1990 e 1992, foram demitidos, afastados, exonerados, retirados das funções, causando um problema gravíssimo às famílias desses servidores e funcionários, que sofreram ao longo desse tempo.

Foi aprovada uma lei de anistia em 1994. Essa lei de anistia – passou 1995, 2000 – não foi cumprida. Só passou a ser cumprida agora, no período do Governo do Presidente Lula. Já temos mais de sete mil requerimentos apreciados pela comissão especial, e mais de seis mil já tiveram aprovação para sua reintegração. Ainda temos em torno de seis a oito mil requerimentos para serem apreciados. E, pela aprovação e pelo entusiasmo das pessoas que estavam na Comissão de Constituição e Justiça, com certeza, se for aprovado na Câmara o projeto de lei que aprovamos, teremos ainda mais alguns milhares de funcionários que, naquela época, quando imperava a história do Estado mínimo, de desmonte do Estado – o Estado não serve pra nada, aquela história: o bom é o mercado... Está aí o bom mercado, o exemplo claro do que o mercado, sem qualquer regulação e sem qualquer controle, acaba provocando no País.

Então, isto me deu muito prazer hoje: pode reaprovar o projeto – os Parlamentares que estiveram lá sabem disso.

A outra coisa é que quero reproduzir a conversa que tive há poucos minutos com o Presidente da Funai, Dr. Mário Meira. Todos sabem que temos uma dívida. O Brasil tem uma dívida com as populações indígenas. Demoramos muito, tivemos sempre muita dificuldade em demarcar as áreas indígenas e temos esse débito. É fundamental que aconteça a demarcação e que se deem condições para a população indígena ter sua condição de sobrevivência e respeito à sua cultura, à sua maneira de viver e poder sobreviver inclusive nesta civilização tão opressiva, como é a nossa, para com os diferentes, para aqueles que não atuam, e agem, e vivem no padrão tradicional.

E lá, em Santa Catarina, temos uma situação extremamente delicada, porque temos áreas indígenas, que o Governo vem tentando demarcar, em que os agricultores, ludibriados há 40, 50, 60 anos, compraram a terra. Eles têm a escritura pública. Ou seja, governos estaduais, há dezenas de anos, entregaram terra que

não era do governo do Estado, era terra da União, para empresas colonizadoras, que venderam a terra.

Os agricultores, de boa fé, compraram, têm escritura, se instalaram, investiram, e agora aquela área, está comprovado, é área indígena. A União não pode comprar a terra, que é dela mesma. Ela pode indenizar a benfeitoria, mas não pode comprar a terra.

Então, há uma situação extremamente delicada. É o seguinte: o governo do Estado de Santa Catarina, apesar de haver uma legislação aprovada – porque temos várias áreas nessa situação, inclusive, no ano passado, foi obtido recurso do Incra, que seria repassado para o Governo do Estado, que indenizaria as terras dos agricultores, para poder fazer a demarcação, atendendo o interesse e o direito dos dois grupos sociais, tanto o dos índios como o dos agricultores –, não quis, mesmo não tendo que colocar um tostão, Senador Marconi, o que é um absurdo, resolver o problema, beneficiar os agricultores. Então, pedi ao Dr. Márcio, ele ficou de verificar a possibilidade de fazer esse repasse do recurso do Incra para as Prefeituras poderem indenizar a terra e as benfeitorias, tudo direitinho, para que os agricultores possam ter sua reivindicação atendida. Ou seja, a hora em que se for resolver o problema, resolva-se o problema na sua totalidade, de índios e de agricultores, porque só resolver o dos índios vai dar guerra. Aí, vai ter uma confusão, cujas ameaças a gente já conhece. Estamos preocupadíssimos. E se não se resolver o problema dos índios e ficar atendendo os agricultores, também a gente sabe que dá guerra.

Então, é muito importante a solução, e volto a dizer que acabei me sentindo na condição feminina de tentar ajeitar, de tentar arrumar, de tentar resolver problemas antigos, como esse da terra, que foi vendida indevidamente. Venderam inclusive o que não lhes pertencia, e, hoje, temos que, para poder resolver o problema histórico, encontrar uma solução.

Era isso o que eu queria aqui comunicar e agradecer muito ao Presidente por ter me dado a oportunidade não só de fazer o debate econômico, mas também de poder comunicar, nessas duas questões de “arrumação das casas”, tanto o problema dos funcionários públicos quanto o dos índios e o dos agricultores familiares em Santa Catarina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valter Pereira como orador inscrito. Logo após, pela Liderança da Minoria, de forma alternada, o ilustre Senador Mário Couto.

Convido o Senador Jefferson Praia para presidir, por alguns minutos, esta sessão.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, tive oportunidade de comandar, pela primeira vez, uma reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa.

Ao fazer este registro, quero reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelos colegas daquela Comissão que me antecederam e por aqueles novos que me agraciaram com seu voto para a presidência daquele órgão técnico do Senado Federal.

O Relatório de Atividades 2007/2008, que resumiu a intensa atividade dessa importante Comissão, demonstra quanto esse colegiado se dedicou à agricultura brasileira sob a batuta do eminente Senador Neuto de Conto.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui deixar o registro dos meus cumprimentos, especialmente a esse valoroso companheiro de Partido, que se dedicou, de forma exemplar, a um dos setores mais importantes da economia brasileira.

Já nesse primeiro evento, senti o peso dos desafios que pesam sobre minha responsabilidade e sobre os ombros dos colegas que fazem parte desse importante órgão. Afinal, é um órgão que tem a função de socorrer um pedaço da economia que responde por 40% das exportações brasileiras e detém nada menos que 34% do PIB nacional. Além do exuberante desempenho na balança comercial, o agronegócio é fonte de 37% dos empregos oferecidos neste País.

No ambiente desta gigantesca crise que a todos assusta, o agronegócio enfrenta uma situação paradoxal: de um lado, a previsível queda de estoque de alimentos, estoque de comida de todo o Planeta, em razão desta crise que se mostra avassaladora; de outro, uma infinidade de incertezas e indefinições que põem em risco as chances do agronegócio de 2009. Depois de bater sucessivos recordes de produção e receita em 2007 e 2008, a colheita de grãos deste ano corre sérios riscos de recuar. E essa inquietação está na fala do próprio Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A escassez dos créditos, a impontualidade nas liberações e a elevada remuneração dos financiamentos são fortes ingredientes que aumentam significativamente esse risco. Os preços dos fertilizantes e a pesada carga tributária, que ultrapassa 35% do PIB, também desestimulam o plantio, induzem e achatam as estimativas da safra 2009.

Em seu quinto levantamento da safra 2008/09, divulgado semana passada, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) prevê uma colheita de 134,9 milhões de toneladas de grãos. É uma redução de

6,5%, comparado ao ciclo anterior, 2007/2008, que foi de 144,1 milhões de toneladas.

Menos produção, Sr. Presidente, menos renda. Segundo esse mesmo inquérito social, o campo poderá empobrecer nada menos que 8,4%. De 163,4 bilhões de toneladas, em 2008, para 149,6 bilhões, em 2009. Em 2003, para que V. Ex^a tenha uma idéia, sua renda foi de 148,5 bilhões. Portanto, a concretizar essa estimativa, a renda do campo estará praticamente voltando seis anos atrás.

Se o Governo apostar no agronegócio e agir com determinação, especialmente nesses gargalos da produção, poderá ter surpresas muito agradáveis nesse setor. Do contrário, o freio da produção será inevitável e com ele a redução das exportações. Além dos aspectos creditícios, além dessa questão tributária a que me referi, ainda é preciso lidar com outro problema que é tão preocupante quanto os demais: a violência no campo. Transformar a luta pela reforma agrária em ações de guerrilha é atentar contra a economia do País. Despida de segurança jurídica, qualquer atividade econômica põe o pé no freio. Na agricultura, especialmente, essa é uma ameaça concreta.

Lamentavelmente, empresas rurais com elevados índices de produção e de produtividade têm sido invadidas, materiais de pesquisas genéticas têm sido confiscados e propriedades invadidas injusta e violentamente. É um vandalismo que nem sequer distingue se é um patrimônio público ou uma propriedade particular.

A Comissão que passo a presidir, ao lado do meu colega Senador Gilberto, do Mato Grosso, é responsável também pelo estudo, pelos debates sobre a reforma agrária. E nós vamos cobrar, sim, a realização de reforma agrária, Sr. Presidente. Vamos cobrar. Afinal de contas, a reforma agrária, mais do que um ideal, do que um sonho, é uma necessidade. E é sobretudo uma das fontes da agricultura familiar. Mas vamos cobrar realização da reforma agrária sem essa onda de violência, sem a truculência que impede o desenvolvimento normal da agricultura de nosso País.

Honra-me, Senador Gilberto.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Valter Pereira, cumprimento-o pela diretriz que o senhor está imprimindo na Comissão de Agricultura, analisando a situação da agropecuária brasileira, mostrando todos os projetos, as prioridades que deverão ser eleitas dentro dos projetos prioritários que deverão ser analisados, as audiências públicas, a questão da reforma agrária e, principalmente, a questão da renda da agropecuária brasileira. A situação toda converge para a renda. Ainda ontem, tivemos aqui em Brasília uma reunião em que a Federação dos Trabalhadores

na Agricultura (Fetag), com todas as regionais do País, estiveram reunidas e de que participaram o Ministro Cassel, o Ministro Minc, o Ministro Lupi e todas as federações. O que ficou? O clamor desses produtores. A atividade agrícola do País precisa de renda. O Ministro Guilherme Cassel fala da luta pela terra, da luta da agricultura familiar, mas ele não sabe que o essencial é que o pessoal está pedindo, falou na imprensa, é a renda da atividade. Isso em todos os setores. Hoje há uma situação de clamor devido à alta dos custos, dos fertilizantes, dos insumos, do óleo diesel, tudo o que o senhor já colocou como prioridade de se discutir, a dificuldade, os custos financeiros do crédito agrícola do País, a escassez de crédito. Enfim, isso tudo...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A imp pontualidade.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Claro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Porque o agricultor trabalha com um calendário, que é o calendário da natureza. Se desobedecer esse calendário da natureza, automaticamente se inviabiliza ou põe em alto risco a produção.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – E o crédito oficial não cobre as necessidades dos produtores. Veja a agricultura familiar, os assentamentos. O pessoal está sem a regularização fundiária dos seus lotes. Isso de que V. Ex^a trata: nós precisamos cobrar a efetivação da reforma agrária no País. Ela se inicia pela regularização fundiária e é pré-requisito da proteção ao meio ambiente. Estão agora a cobrar o desmate que o assentado fez. Veja a situação em que ele se encontra! Ele não vai poder se justificar. Ele já retirou o cerrado ou as árvores maiores que havia lá. Por quê? Por falta de estrutura, de educação ambiental, por diversos fatores. Precisamos renovar, precisamos reeducar o agricultor, precisamos dar-lhe condições, precisamos dar-lhe ferramentas para produzir com respeito ao meio ambiente. Eu vejo que, na Comissão que V. Ex^a preside e da qual sou Vice-Presidente, vamos estar atuando juntos, com esse mesmo propósito. Nós precisamos dignificar essa atividade que, como V. Ex^a colocou, representa hoje 34% do PIB brasileiro. E o realce que se deu na análise dos números do último trimestre foi novamente para a agricultura, que se manteve em pé e permitiu o superávit nas relações internacionais. Foi principalmente a atividade agrícola, com toda a sua cadeia produtiva, que sustentou isso aí. O pessoal que está sem terra, que faz o vandalismo aqui em Brasília e em outros pontos do País, fala do agronegócio, que estaria prejudicando o Brasil, estaria criando pobreza e fome em todo o Brasil. Isso é uma inverdade. Nós não precisamos confrontar as duas agriculturas. Nós precisamos, sim, é dignificar e dar o devido respeito

à atividade agrícola, e o Governo precisa dar as condições para que essa atividade tenha renda e tenha sustentabilidade tanto ambiental quanto econômica. Nós vamos trabalhar com isso dentro da Comissão e esperamos que, fechando o ano, tenhamos um balanço favorável na nossa Comissão. Meus parabéns, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Gilberto.

E veja o seguinte: quando nós discutimos a necessidade da renda é para os dois segmentos, tanto para o agronegócio como para a agricultura familiar. Ambos têm de buscar renda. Não se concebe, num sistema capitalista, que se desenvolva qualquer atividade sem esse objetivo na frente.

E hoje semeia-se um equívoco dos mais graves entre aqueles segmentos que lutam pela reforma agrária: o de que o agronegócio é incompatível, tem uma inimizade nata com a reforma agrária, com a agricultura familiar.

Ora, a partir do momento em que a família se imite na posse, ela passa a ser produtora. A partir do momento em que ela recebe o seu título de domínio, ela passa a ser uma produtora. Portanto, ela, embora limitada no seu tamanho, em um determinado mercado, é uma produtora que busca os mesmos objetivos que busca o agronegócio.

Honra-me o seu aparte, Senador Raimundo Colombo.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Valter Pereira, quero cumprimentar V. Ex^a pela abordagem que faz, pela forma como apresenta suas idéias, desenvolve seu raciocínio e constrói a proposta. O senhor, que é o nosso Presidente na Comissão de Agricultura, já mostrou a competência e o dinamismo que vai emprestar a essa Comissão nas duas primeiras reuniões. Ontem, aliás, fiquei muito satisfeito com o encaminhamento que V. Ex^a deu. Realmente, o que mantém o homem no campo é a renda. Os Estados Unidos, por exemplo, são os maiores produtores de grãos do mundo e têm 2% de sua população apenas no campo, mas se relaciona e produz. Então, a nossa produção é essencial. Essa crise se abate sobre a produção agrícola de forma muito dura. Em Santa Catarina, por exemplo, estamos vivendo uma fase terrível. Abaixou enormemente o preço do gado, a procura e o preço do frango. A suinocultura, então, vive um quadro de catástrofe, porque o preço do suíno vivo, em outubro, era R\$3,00 o quilo, mas, hoje, é R\$1,60, com preço de produção a R\$2,50. O setor está entrando em colapso, inclusive as indústrias e o próprio integrado. Então, isso também é muito ruim para o Brasil no todo. Temos que construir com o Governo uma proposta

pronta, concreta, real, que proteja o agricultor, que dê meios à indústria para se desenvolver. Os estoques estão em níveis elevadíssimos porque o mercado internacional está trancado. E o senhor, de fato, aborda bem a questão. Vemos que o setor metalúrgico, que é importante, que tem sindicatos fortes, uma representação política expressiva, vem obtendo sucesso: o Governo abaixou o IPI do carro, está emprestando dinheiro para as revendedoras. Só em Santa Catarina, trezentas mil pessoas vivem diretamente das atividades do agronegócio, e temos um modelo muito voltado para exportação. No mercado interno, até que as coisas ainda estão andando bem, o preço está baixando e tal, mas a produção está sendo absorvida. Agora, no mercado externo, a coisa realmente está muito complicada. Então, V. Ex^a fortalece a sua voz, ela está em sintonia com a sociedade. Eu o cumprimento por isso e desejo me associar ao seu trabalho na Comissão de Agricultura para que possamos representar bem e tornar esse setor cada vez mais forte, produtivo, de forma a fazer com que quem trabalha, e trabalha muito nele, possa viver bem e sustentar seus filhos. Parabéns a V. Ex^a e muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado a V. Ex^a. O depoimento que presta é da mais alta significação, dada a dedicação que V. Ex^a tem demonstrado a esta causa que é a causa do povo brasileiro.

Honra-me, Senador Osmar Dias, o seu aparte.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Agricultura, assume num momento crítico. Teremos muito trabalho – sou membro da Comissão que V. Ex^a preside – neste semestre especialmente. A queda do PIB anunciada – já se previa essa queda – tem muito a ver com a queda dos preços dos produtos agrícolas. Se compararmos um produto só, a soja por exemplo, veremos que, hoje, ela está com preço 40% mais baixo do que há um ano, em valores reais – os valores nominais são praticamente os mesmos –, apenas se seguiu o câmbio. E assim é com o milho, assim é com a carne bovina.

O Estado de V. Ex^a é muito dependente do sucesso da pecuária.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – E passa por uma quebradeira de frigoríficos que nós vamos ter de discutir na Comissão.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – É. Isso também tem de ser, realmente, uma das prioridades da Comissão que V. Ex^a preside. E há o custo de produção. Eu já falei várias vezes aqui, e V. Ex^a também já disse: não é possível que a Petrobras, com o lucro que está obtendo, com o preço do barril do petróleo tendo caído para um quinto do que era há um ano, mantenha o preço do

óleo diesel, que tem uma importância muito grande na composição do custo de produção dos produtos agrícolas. E os fertilizantes? Não dá para suportar essa escalada de preços dos fertilizantes, que hoje pegam, mais ou menos, 40% do custo de produção de uma lavoura, não é, Senador Gilberto? Não é possível que a gente transfira tanta renda assim para um setor que depende da agricultura. Os agricultores vêm sustentando essa fome desse setor de fertilizantes. Nós vamos ter muito trabalho, e eu estarei na Comissão para apoiar V. Ex^a nessas diretrizes que está anunciando que vai adotar na Comissão. Parabéns!

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a é uma das mais abalizadas autoridades para falar em agricultura aqui no Senado Federal. Tenho certeza de que nós vamos nos ajudar reciprocamente e ajudar a agricultura brasileira, que espera que o Senado cumpra um papel importante para afastá-la desses riscos que ela enxerga de frente, bem de perto.

Mas eu estava falando, Senador Osmar Dias, sobre a agricultura familiar, que também é uma das grandes responsabilidades dessa Comissão. E ela representa cerca de 10% do PIB nacional. É a agricultura familiar responsável por 77% dos empregos do campo e 70% dos alimentos. Portanto, ao iniciar esses nossos trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, queremos enfatizar todos os campos de atuação sem nos preocuparmos, sem nos ater apenas, Sr^a Presidente, à questão dos interesses do agronegócio. É o agronegócio, a agricultura familiar, a reforma agrária. Enfim, é a produção com a paz no campo.

Antes de encerrar as minhas palavras, honra-me com um aparte o Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Valter, V. Ex^a faz com dedicação, denodo e conhecimento de causa todas as demandas colocadas à sua mão. V. Ex^a, sem dúvida alguma, à frente dessa Comissão já deu mostras e provas disso, até porque foi apartado por quem conhece o assunto muito mais que eu e o referenciou melhor do que eu poderia fazer. Mas fico feliz. As suas colocações – eu estava ouvindo em meu gabinete – são de alguém que realmente quer colaborar e tem como colaborar para a agricultura brasileira e para o País, neste momento em que necessitamos tanto. Por isso, parabenizo a sua eleição e a sua visão dessa matéria.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

Ao encerrar minhas palavras, Sr^a Presidente, quero dizer aqui que voltarei a abordar, com mais profundidade, esta questão delicada pela qual o Brasil está passando, que é a violência, violência no campo, vio-

lência na cidade. Veja o episódio que aconteceu nesta semana, na frente do Ministério da Agricultura: invadiram uma propriedade pública, depredaram-na, como tem acontecido em vários outros estabelecimentos do Governo, num desatino que só prejudica a imagem desses próprios movimentos, como também causa um prejuízo que acaba sendo arcado pela sociedade. Quem paga os prejuízos no Ministério da Agricultura é o próprio contribuinte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Marconi Perillo, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Jefferson Praia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko, 2^a Vice-Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero fazer um registro. Hoje, mais precisamente a partir das seis horas da manhã, houve uma grande operação realizada pela CPI da Pedofilia, juntamente com a Gaerco de São Paulo, no interior. V. Ex^a está acompanhando a barbaridade de Catanduva: 50 crianças abusadas. E só o Zé da Pipa preso, o consertador de bicicletas que, na verdade, é um abusador de crianças, um aliciador, um cafetão dos mais tristes. E há gente da classe média alta envolvida que nem sequer foi ouvida.

A CPI tomou a deliberação de convidar o Gaerco para dentro dessa investigação, porque entendeu que há uma rede no interior de São Paulo. Tanto que hoje as prisões se deram em São Paulo, Bauru, Catanduva e São José do Rio Preto. Algumas pessoas se evadiram, embora estejam com mandado de prisão. Às 16 horas, Sr^a Presidenta, o Gaerco de São Paulo dará uma coletiva. Eu deveria lá estar com o Senador Romeu Tuma, que é vice-Presidente da Comissão, e o Senador Demóstenes Torres, que é Relator, mas não tivemos como nos locomover e ir a Catanduva agora a tarde para participar desta coletiva. Neste momento, falo à Nação exatamente porque essa notícia já chegou aos meios de comunicação: não foi uma operação cheia de estardalhaço, com televisão atrás como se fazia, mas uma operação para acontecer de verdade.

São predadores, são abusadores de crianças, desgraçados, pedófilos que precisam ser punidos.

A CPI irá, no próximo dia 17, terça-feira, à noite, a Catanduva, abrir uma audiência pública; em seguida, na quarta ou na quinta-feira, nós ficaremos para audiências públicas, em que ouviremos os que já estão presos, ouviremos os candidatos e os convocados, os donos do primeiro inquérito, do segundo inquérito, ouviremos a juíza, Dr^a Sueli, que é uma benção de Deus para aquela cidade, uma mulher corajosa, determinada. Não fora esse inquérito ter caído na mão dela nós não estaríamos onde estamos hoje.

Então, eu quero parabenizá-la, parabenizar o Ministério Público local, parabenizar o Gaerco por essa operação. Está mais que patente que a CPI da Pedofilia necessitará do Gaerco no Brasil inteiro para que possamos tomar posições como a que foi tomada na madrugada de hoje após dez dias de investigação.

De maneira que eu faço este registro à Nação, quero voltar a falar sobre este assunto da tribuna do Senado porque nós não deixaremos impunes os predadores das crianças de Catanduva, das crianças do interior de São Paulo.

Era esse o registro, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Magno Malta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT assim que for possível. Evidentemente, depois do Senador Mário Couto; antes não.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Estamos intercalando, Senador, uma inscrição, uma comunicação inadiável e uma Liderança.

Com a palavra, pela Liderança da Minoria, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, volto a esta tribuna, na tarde de hoje, com a preocupação voltada ao meu Estado. Iria hoje falar sobre a nossa audiência com o Presidente da Câmara em relação aos aposentados. Vou deixar para amanhã.

Preocupa-me muito, neste momento, a situação do Estado do Pará, do meu querido Estado do Pará. Vi, há pouco, alguns oradores que me antecederam. O Senador Jefferson Praia, a Senadora Marisa Serrano falou sobre a crise que se instala definitivamente neste País, infelizmente, e observei a angústia da Senadora.

Naquele momento em que a S. Ex^a falava da preocupação dela em relação ao País, eu pensava, ali, em minha cadeira, a situação do meu Estado. É lógico que nenhum brasileiro deseja que o País seja maltratado pela crise; aquele que pensa assim não é brasileiro; quem deseja o mal do seu País não é brasileiro; assim como quem deseja o mal do meu Pará não é paraense. Faço eu aqui o meu dever. Há pouco, a Senadora fez o seu dever de mostrar para a Nação a realidade dos fatos. Não podemos esconder em hipótese alguma! O que devemos fazer é mostrar à Nação a dificuldade em que vive este País.

Brincar com a crise é irresponsabilidade; brincar com o que acontece no meu Estado é irresponsabilidade. Ser otimista é uma coisa; ser irresponsável é outra. Dizer que não tem crise é irresponsabilidade; dizer que é marolinha é irresponsabilidade; dizer que não tem violência no Pará é irresponsabilidade; dizer que os aposentados deste País estão bem é irresponsabilidade; dizer que a economia do meu Estado cresce é irresponsabilidade, não é otimismo.

Ninguém deve ser pessimista. Ninguém! Criatura pessimista é uma criatura morta, é uma criatura sem vida. O alarme traz desgraça, mas a realidade é coisa séria. A realidade deve ser dita a qualquer preço.

Sr^a Presidente, há no Pará, hoje, uma intervenção pedida pela Confederação Nacional dos Agricultores, pela Confederação Regional do Pará. Vários são os pedidos ao Ministério Público de tomada de providências. A violência alastra-se no meu Estado. Não existe Capital tão violenta neste País, quiçá no mundo, como Belém.

Tenho um balanço em mão de um dos maiores jornais da capital que mostra – agradeço se a TV Senado puder mostrá-lo à Nação – a violência no meu Estado. Isso já virou rotina nos jornais da Capital do Estado.

Mensalmente, os jornais vêm publicando um balanço de mortes violentas no meu Estado. Mostra o jornal, inclusive, detalhes das mortes. Mostra os assassinos – pasmem, senhoras e senhores, paraenses, brasileiros e brasileiras! – e, inclusive, com detalhes, os assassinatos. Mostra que os bandidos estão ficando cada vez mais competentes em matar pessoas no meu Estado e que agora as balas estão indo mais certas do que nunca para o lugar desejado. Não erram! Atiram nos olhos, na boca, no coração! E aqui é mostrado, detalhe por detalhe, o massacre em que vive a população paraense.

A economia do meu Estado desaba. O meu Estado entra em caos. É pedida a intervenção no meu Estado. A CPI da Pedofilia, que há pouco esteve lá, ouviu um bispo, o Arcebispo de Marajó, dizer:

“Tenham pena das crianças que vivem no Marajó! Elas são trocadas por alimentos!”

Às vezes, o próprio pai, a própria mãe troca o sexo com aquela criança por alimento. E onde está, Senador Magno Malta, a autoridade do meu Estado do Pará?

Aqui, não faço de propósito para aborrecer ninguém. Aqui, cumpro o meu dever – me entendam, me entendam! –, o meu dever constitucional, o meu dever perante aqueles que confiaram em mim, aqueles que acreditaram em mim.

Sr^a Presidenta, não vou me alongar tanto.

E vou fazer sempre isso pelo bem daquela população, daquela população sofrida. Eu repito aqui muitas vezes, vou repetir novamente ao meu povo, vou repetir novamente ao meu Estado, vou repetir novamente àqueles Municípios do meu Estado que vivem na deplorável situação da criminalidade: drogas, assassinatos, pedofilia. A economia do meu Estado está desabando, o minério desabou, a exportação do minério, a exportação da madeira. Quem quer investir no Estado do Pará? Quem quer investir no Estado do Pará hoje? Os empresários correm do meu Estado, as pessoas saem do meu Estado, as pessoas abandonam o meu Estado, as pessoas não querem mais investir no meu Estado.

Isso é triste, Senador Magno Malta. Eu não posso conviver com essa realidade. Dói no fundo do meu coração, Senador, quando recebo uma correspondência de um cidadão da minha terra.

Vou ler, Senador, vou ler essa correspondência. Dói o coração de qualquer paraense. O sexto maior exportador do Brasil cai. O sexto maior exportador, Senador Jefferson Praia, desaba.

Desaba a sua economia: comércio falido, desemprego em massa – desemprego em massa no meu Estado.

Vou encerrar, Sr^a Presidente.

Ouçã o que diz um paraense, ouçã o que diz um paraense, veja a realidade do abandono da Capital paraense:

Caro Senador, quero parabenizá-lo pelo discurso de 05/03/2009, no qual V. Ex^a versou sobre o estado lastimável da segurança pública no Pará. Gostaria de dizer que sou nascido e criado em Belém, local onde cresci, estudei, criei muitos amigos, mas hoje falo com muita tristeza: não volto para Belém por causa da violência instalada principalmente nesses dois últimos anos.

Saí de Belém em novembro de 2007, depois de uma tentativa de assalto com a minha filha, na qual a sua colega levou um tiro. Foi

um susto muito grande para nós, sem falar que já levaram o carro da minha esposa, do meu cunhado e assassinaram um vizinho nosso por que ele reagiu a um assalto na saída de uma casa lotérica.

Aproveitei que havia sido convidado por um amigo para lecionar em uma faculdade de Juiz de Fora e de Petrópolis, mudei com a minha família para Juiz de Fora onde a preocupação com a violência é quase zero.

Outros amigos meus que puderam também saíram de Belém. Tenho muitos amigos aí, Senador, inclusive na polícia, que estão todos desmotivados, pois o salário é péssimo [R\$800,00 líquido, para enfrentar a bandidagem no Pará. É isso que se paga], e a Governadora proíbe ações da polícia que a prejudicam politicamente, como incursões em aglomerados, combate ao jogo de bicho e caça-níqueis, prisão de usuários de drogas, etc.

Caro Senador, continue denunciando as mazelas dessa Governadora. Ela está acabando com o Pará. Está acontecendo muita coisa e pouca gente tem coragem de denunciar. Recebo notícias de meus amigos sobre a situação em Belém, e cada dia me pergunto: quando isto vai acabar?

Senador, temos somente o senhor para nos defender. Confiamos em vossa pessoa. Denuncie! Fale na tribuna! Divulgue nos jornais! Não vamos deixar essa Governadora continuar esfacelando o Pará.

Esta é a realidade, Senador Magno Malta: todos querem sair do meu Pará. Todos querem sair da minha Belém com medo de morrerem, com medo de serem assaltados.

Paraenses, confiem em Deus! Confiem em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro! Confiem na sua padroeira, na nossa padroeira, a maravilhosa Nossa Senhora de Nazaré, a nossa Santa Filomena!

Confiem, paraenses, as coisas vão melhorar. Eu não quero desejar, nunca, o mal do meu Estado, eu quero o bem do meu Estado, mas eu não posso mais conviver com esta situação deplorável em que vivem os meus queridos amigos do Pará. Confiem. Confiem em Deus, confiem em Cristo, que nós vamos mudar a situação deplorável do meu Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, a Sr. Serys Slhassarenko, 2^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de registrar a presença de um membro importante da nossa Bancada, aqui, no plenário desta Casa, o Deputado Antônio Feijão, que nos honra e nos abrilhanta.

Semana passada, Sr. Presidente, ocupei esta tribuna para falar aos meus Pares, ao Amapá e ao Brasil a respeito do projeto de lei de minha autoria que autoriza o Governo Federal a criar o Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal. A idéia principal é transferir renda para que famílias que residem nas proximidades de Unidades de Conservação passem a ter condições econômicas de continuar habitando o local sem o degradar.

A história mostra que o bioma constituído pela Floresta Amazônica permaneceu quase intocado até a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970.

Desde então, os índices de desmatamentos na região vêm aumentando de forma praticamente contínua, com pequenos períodos de estabilização ou retração do processo. É evidente que parte das estratégias para desacelerar esse processo inclui a repressão por meio de procedimentos de licenciamento ambiental, monitoramento e aplicação de multas.

Também é importante, mas não suficiente, a delimitação de Unidades de Conservação, conforme prevê a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Todavia, ao acionar mecanismos de normatização, fiscalização e controle, o Poder Público cumpre apenas parte de sua tarefa.

A verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, na Amazônia, a ameaça à biodiversidade é decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado e de um quadro de exclusão, associado a um elevado nível de pobreza da população.

Entre as causas primordiais de desmatamento na região, inclui-se a falta de apoio aos amazônidas para que possam viver dignamente, em harmonia com o ambiente. Nesse sentido, a criação pura e simples de Unidades de Conservação não garante o tão desejado desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O problema, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Brasil ainda não foi capaz de criar uma política pública que preserve a Floresta Amazônica e que, ao mesmo tempo, permita o desenvolvimento sustentável da região.

Ainda esta semana, a revista *Veja* traz matéria intitulada “Quanto custa salvar a Amazônia”, que se reporta a um estudo feito por uma empresa de con-

sultoria estrangeira, que estima em 17 bilhões de reais ao ano o volume de investimentos necessários para preservar a floresta ao longo de duas décadas.

Eu entendo que o planeta se preocupe com a Amazônia, que é o pulmão do mundo, e se volte sobre alternativas para preservá-la, a fim de evitar, inclusive, o aquecimento global.

A reportagem da revista *Veja* garante que as queimadas na Amazônia significam mais de dois bilhões de toneladas de gás carbônico que o Brasil lança na atmosfera a cada ano, deixando o País num constrangedor posto de quarto maior emissor de gases do planeta – atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Indonésia.

A certa altura da reportagem, o diretor do trabalho de consultoria afirma:

O desafio para a Amazônia não está simplesmente em deter o desmatamento. É preciso incentivar o desenvolvimento de atividades formais, para dar empregos àqueles que hoje vivem da exploração predatória e também elevar o padrão de vida dos 25 milhões de pessoas que habitam a região [...]

O Ministro José Américo de Almeida, escritor que inaugurou o gênero regionalista na literatura brasileira, cunhou uma frase que é perfeita para ilustrar e descrever a situação do povo amazônida: “Meio dia já é tarde para quem tem fome”.

Uma das principais causas do desmatamento da região é a falta de apoio para que a população local viva de forma digna e em harmonia com o meio ambiente. Então, a partir do momento que o Governo estimular agricultores e ribeirinhos a conservar a floresta, a forma de pensar de quem mora nela mudará.

O meu projeto não institucionaliza tão-somente uma ajuda oficial e assistencialista. Para garantir o benefício, o ribeirinho ou o agricultor deverá morar há pelo menos três anos no local e deverá comprovar a renda mensal de, no máximo, um salário mínimo. E prevê, ainda, que o programa deverá fornecer capacitação às populações para a preservação da fauna e da flora amazônicas. Ou seja, para ter direito à Bolsa Ecologia, o projeto exige a participação de pelo menos um dos membros da família beneficiada em cursos de capacitação e treinamento ambiental ou de turismo ecológico, ministrados por organismos de educação ambiental.

É isto o que quer o meu projeto: conscientizar o ribeirinho, o agricultor, o amazônida, acerca da importância da preservação da floresta, mas dar-lhe também um meio de sobrevivência, a fim de que a fome não

o leve a promover queimadas, derrubar árvores, caçar e pescar indiscriminadamente.

Devo lembrar que não apenas sugeri uma despesa ao Governo Federal. O projeto determina que os recursos para a concessão da Bolsa Ecologia serão provenientes do Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que conta com recursos das seguintes fontes: dotações orçamentárias da União, doações; contribuições em dinheiro; valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas; e 20% dos valores arrecadados em pagamentos de multas aplicadas pelo órgão ambiental federal – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme prevê o Decreto de nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

O Projeto Tamar é um exemplo de que essa ideia pode dar certo. As tartarugas marinhas já haviam sido incluídas numa lista de espécies ameaçadas de extinção, mas estavam desaparecendo rapidamente, por causa da captura incidental em atividades de pesca, da matança das fêmeas e da coleta dos ovos na praia.

O Tamar surgiu com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas. Com o tempo, porém, percebeu-se que os trabalhos não poderiam ficar restritos às tartarugas, pois uma das chaves para o sucesso da missão seria o apoio ao desenvolvimento das comunidades costeiras, de forma a oferecer alternativas econômicas que amenizassem a questão social, reduzindo, assim, a pressão humana sobre as tartarugas marinhas.

O resultado dessa parceria com a população pesqueira é fantástica: oito milhões de filhotes de tartarugas foram protegidos e hoje são os próprios pescadores que protegem os animais no período de desova.

Isto é o que eu proponho: que o ribeirinho seja um “soldado da floresta”.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Permito um aparte a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Quero apenas parabenizá-lo quanto à preocupação de V. Ex^a em relação à qualidade de vida da nossa gente. Não conheço ainda o projeto que V. Ex^a chama de Bolsa Ecologia, mas entendo que a direção é essa. Nós temos que, na verdade, preservar e conservar a Amazônia, dando condições para que as pessoas vivam na nossa região. E proporcionar essas condições significa alocarmos recursos para que as pessoas possam comprar o que precisam para ter uma melhor qualidade de vida.

É dessa forma que nós vamos manter aquela região com menor percentual de desmatamento. Entendo a importância da questão fundiária, do zoneamento econômico e ecológico, mas nada disso vai resolver, se não estivermos voltados para a questão de como podemos proporcionar uma melhor qualidade de vida para a nossa gente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Peço ao Presidente que possa me dar três ou quatro minutos para concluir.

Se V. Ex^a se mantiver disposto, eu continuarei. Se não, encerro imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Ex^a tem três minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Obrigado.

Sou Senador por um Estado onde 70% da área são de preservação ambiental. Tenho absoluta convicção de que, para conseguir um efetivo controle sobre o desmatamento, o Poder Público precisa estimular os agricultores, os ribeirinhos e as populações tradicionais a manterem a floresta em pé.

Para tanto, é preciso garantir às famílias locais a renda mínima necessária à sua sobrevivência, de forma a compensar o esforço por elas realizado em prol da conservação da floresta.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que os meus Pares haverão de me ajudar a aprovar esse projeto com a urgência que o assunto merece.

Sr. Presidente, nós temos que olhar com carinho e atenção, porque as populações ribeirinhas da Amazônia vivem sob a algema da estagnação e isso os faz viver uma situação de clandestinidade, em que são utilizados pelas forças econômicas para proceder à devastação que nós tanto queremos deter.

E, para deter, não há mecanismo melhor do que a educação. E a educação deve vir num processo pelo qual pequenos subsídios possam ser fornecidos a essas famílias que vivem na Amazônia. Esses subsídios, com certeza, serão bolsas que o próprio Governo oferece em vários estágios, apostando na educação, apostando na conscientização.

E tenho certeza de que esse é o mecanismo mais seguro. Que o Presidente Lula, a Ministra Dilma e o Ministro do Meio Ambiente tomem as providências na educação de base, para transformar os nossos ribeirinhos em verdadeiros soldados da floresta. Aí, com certeza absoluta, nós haveremos de garantir uma política segura. Que seja uma bolsa para a educação, para a manutenção do homem na Amazônia, dando-lhe estímulo para extrair seus recursos em atividades como a apicultura e outras atividades de criação, para poder manter a floresta.

Presidente Lula, quando tivermos oportunidade de discutir com os sete países mais ricos sobre a Amazônia, V. Ex^a tem que propor um fundo internacional para salvar a grande Floresta Amazônica, mantendo de pé principalmente os que nela vivem para proteger a flora e a fauna.

Será esse um mecanismo verdadeiro de controle da devastação da Amazônia. Por isso, Sr. Presidente, apresentei esse projeto para trabalhar na base, na origem, no cerne. E aí o Ministro que faz um bocado de confusão por aí e não resolve nada... É melhor parar porque vou logo esculhambar com ele...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Para encerrar, Senador.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Então eu agradeço. Como sou um homem disciplinado e assim eu me comprometi, eu o faço, encerro o meu pronunciamento e deixarei para falar, na próxima oportunidade, dessas firulas aí do Ministro do Meio Ambiente: muita conversa e pouca ação.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Jefferson Praia deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de dizer que esta Casa se sente honrada com a presença do Deputado Feijão, do PSDB, aqui no nosso plenário, e um dos nossos defensores da Amazônia. O Deputado Feijão tem-se destacado lá na Amazônia como um defensor dos ideais amazônidas.

Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Jefferson Praia.

Em seguida, pela Liderança, falará o Senador Osmar Dias.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Quero apenas registrar a visita do Príncipe Charles, herdeiro do trono da Inglaterra, que faz uma visita ao nosso País. O Príncipe Charles, acompanhado por sua esposa, Camila Parker, Duquesa da Cornuália, irão também a Manaus, onde conhecerão, *in loco*, não só os problemas daquela região, mas também o potencial que temos para desenvolver sustentavelmente a região amazônica.

O motivo da visita do Príncipe é de vital importância para nós brasileiros. Ele vem falar sobre a necessidade de promovermos o desenvolvimento sustentável da Amazônia e alertar para os perigos que mudanças climáticas representam não só para o nosso País como para o mundo inteiro.

Isso vem, mais uma vez, corroborar que nós brasileiros temos a imensa tarefa de cuidar da Amazônia. Nós sabemos disso, pois consideramos a Amazônia o pulmão do mundo. E os olhos dos outros países estão voltados para nós, assim como estamos também com os olhos voltados para os outros países, pois entendo, Sr. Presidente, que todos os países devem dar a sua contribuição no contexto de evitarmos a intensificação do aquecimento global.

A contribuição dos países desenvolvidos deve ser a de assumirem metas de redução na emissão de CO² e de apoiar financeiramente os países em desenvolvimento nas iniciativas de combate à emissão de CO², além de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos e cidadãs.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

Nós estamos fazendo alternância entre uma Liderança e um inscrito. Pela alternância, o próximo a falar, depois do Senador Osmar, será o Senador Gilberto Gollner; depois, o Senador Efraim, pelo Democratas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PUC do Paraná completará, no dia 14, cinquenta anos.

A PUC é a maior universidade privada do Estado do Paraná. Ela tem uma história muito importante e participou, sem nenhuma dúvida, do desenvolvimento do Estado do Paraná. Quero aqui cumprimentar, portanto, o Professor Clemente Ivo Juliatto, e o Presidente da Associação Paranaense de Cultura, Professor Dario Bortolini.

A PUC foi criada em 1959, no dia 14 de março, por Dom Manuel da Silveira D'Elboux, que era, na época, Arcebispo de Curitiba. A PUC foi administrada até 1974 pela Arquidiocese. Depois, os Irmãos Maristas, a pedido de Dom Pedro Fedalto, já Arcebispo na época, assumiram a administração da Pontifícia Universidade Católica.

A universidade conta, hoje, com 27 mil alunos, 62 cursos de graduação e mais de 150 cursos de pós-graduação espalhados em cinco *campi*, incluindo o de Curitiba. Ela está localizada também em São José dos Pinhais, Londrina, Maringá e o mais novo *campus* em Toledo. Leva, portanto, oportunidade, com essa descentralização de cursos superiores, que são ofertados no interior do Estado também, já que a grande reclamação da Universidade Federal é de que ela concentra demais o seu contingente de alunos e cursos na capital. E a PUC, com esse sentimento de ofertar um serviço de qualidade à comunidade levou, estendeu seus cursos para essas cinco cidades.

Isso é importante, porque aqueles que moram em Toledo, na região oeste, Maringá, na região norte, aqueles que estão em Londrina e em São José dos Pinhais têm à sua disposição uma universidade da mais alta qualidade, do mais alto conceito, que tem feito até um trabalho muito importante na área de biotecnologia, por intermédio do Professor Valdomiro, nosso grande companheiro, nosso amigo, que coordena, juntamente com outros professores, essa área de extrema importância para a saúde humana.

Nós aprovamos aqui, recentemente, um relatório de minha autoria que autorizou o uso de células-tronco e de células embrionárias para a pesquisa.

E a PUC, evidentemente por ser uma universidade católica, limita-se a fazer as pesquisas na área de células-tronco adultas, mas já tem relevantes serviços prestados no Paraná, avançou demais nessa tecnologia e poderá, dentro de muito pouco tempo, oferecer os seus serviços para salvar muitas vidas – é o que nós desejamos.

A Pontifícia Universidade Católica tem cinco *campi* avançados. Em Curitiba, os alunos graduados na área de saúde dão suporte ao Hospital Universitário Cajuru, que é referência em trauma. O HUC tem o maior pronto-socorro do Paraná e atende a todas as especialidades médicas.

O *campus* de Curitiba conta com o Parque Tecnológico, com cem laboratórios e unidades especiais em um espaço de 16 mil m². Há também em Curitiba o Sistema Integrado de Bibliotecas, que integra ainda as bibliotecas do Hospital Universitário Cajuru e dos *campi* de Maringá, Londrina e Toledo. O acervo, permanentemente integrado, oferece 235 mil títulos e 670 mil exemplares.

O *campus* da PUC-PR, em São José dos Pinhais, oferece cursos de graduação nas áreas agrárias, ambientais e Ciências Sociais Aplicadas. A Fazenda Experimental Gralha Azul promove o ensino e a pesquisa em contato com as mais novas tecnologias agropecuárias em uma área de cerca de 876,7 ha. Em São José dos Pinhais, há também o Hospital Veterinário e o Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito.

Em Londrina, a PUC-PR oferece os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção, Sistemas de Informação e Teologia.

Em Maringá, a PUC-PR está presente desde 2004. Lá são ofertados os cursos de Enfermagem, Filosofia e Nutrição.

E em Toledo, a PUC conta com o Hospital Veterinário de referência, modernos laboratórios e auditórios. Na unidade do oeste a PUC oferece os cursos de Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia de Produção, Filosofia, Medicina Veterinária e Psicologia.

O Reitor da PUC, Professor Clemente Ivo Juliatto, será o anfitrião, ao lado do Presidente da Associação Paranaense de Cultura, Professor Dario Bortolini, das comemorações do cinquentenário da PUC-PR, que tem início amanhã, dia 12, e termina no dia 15; é uma comemoração justa de uma Universidade exemplar, orgulho para o Paraná, orgulho para o Brasil e que, formando profissionais de nível superior, tem dado uma grande contribuição ao desenvolvimento de cada região do Estado com projetos, com novas tecnologias, com conhecimento, com o saber.

Por isso, quero registrar aqui, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, o meu orgulho de pertencer a um Estado que tem uma Universidade dessa magnitude, de uma Universidade que tem nos ajudado a construir um Estado que é nosso orgulho, o Estado do Paraná.

Parabéns à PUC pelos 50 anos de muita eficiência, muita qualidade e sobretudo pelo que ela fez para que o Paraná fosse o Estado que é hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado. Parabéns ao Paraná por ter a PUC lá também.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao nobre Gilberto Goellner, com alternância com Paulo Duque. A seguir, o Senador Efraim Moraes, pela Liderança do Democratas.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que nos traz a debater aqui no Senado é o dos biocombustíveis, originários de óleo vegetal. Os biocombustíveis foram uma política instalada no País pelo Governo Lula, que incentivava com um selo ecológico, social, aquela aquisição de produtos originários da agricultura familiar, da agricultura dos assentamentos, enfim, de oleaginosas que pudessem colaborar com a matriz energética brasileira.

Este é um assunto de extrema relevância, tanto econômica quanto agrícola, energética e ambiental, e que tem suscitado um debate que precisa ser acelerado. São os biocombustíveis.

A crescente escassez de oferta de petróleo no mundo e a frequente oscilação de seu preço tem tornado o nosso mercado de consumo energético muito vulnerável. Já se percebe isso há décadas. Mesmo em 1975, quando foi instituído o ProÁlcool, o que se objetivava era, justamente, dar ao Brasil uma matriz energética mais segura, do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Os biocombustíveis prosperaram em todo o globo, ora substituindo a gasolina pelo etanol, ora o diesel, por via do biodiesel, ou até o óleo vegetal *in natura*.

Sobre o etanol, penso que todos já estamos familiarizados com o sucesso do Programa ProÁlcool. É uma matriz que, realmente, deu a contribuição necessária ao País. Ainda há muito o que se falar sobre ele, é verdade. A **Folha de S. Paulo** de ontem trouxe matéria mostrando, por exemplo, que, em alguns centros, o etanol chega às bombas dos postos de abastecimento, custando o dobro do preço pago às usinas de açúcar e álcool, uma distorção que precisa ser corrigida urgentemente. O alto preço do produto, junto ao consumidor final, decorrente de uma política equivocada de impostos e de monopólio na distribuição do produto, associado a uma logística complicada e, portanto, ininteligível, diminui o consumo do produto e faz aumentar nossa demanda por combustíveis fósseis.

Sr. Presidente, por hora, não me deterei na análise dessa questão. Voltarei a esta tribuna para tratar das questões relacionadas ao etanol. Porém, o ponto a que quero me deter hoje é a urgente necessidade de substituir, no País, o diesel de petróleo por combustíveis renováveis. Não somos autossuficientes, em diesel. Ainda precisamos exportar o petróleo bruto e importar o óleo diesel, pagando muito mais caro por isso.

Não obstante esse ônus à nossa balança comercial, o diesel do petróleo é totalmente agressivo ao meio ambiente. Como exemplo, podemos citar a frota da cidade de São Paulo, cujos veículos alimentados por diesel, representam apenas 10% dela. Mesmo assim, esses veículos são responsáveis por 45% das emissões de fumaça na atmosfera da capital paulista. Isso fez elevar em muito os níveis de partículas finas no ar, que, na capital paulista, é três vezes superior ao limite recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Então, trata-se de 300% acima do limite tolerável pela OMS.

Esses índices de emissão de partículas finas estão diretamente relacionados com os teores de enxofre contidos no óleo diesel mineral, que, no caso brasileiro, é de até 50 vezes maior do que o comercializado na Europa e nos Estados Unidos. Aqui no Brasil são toleradas 500 partes por milhão, sendo que, em países da Europa, são apenas 15 partes por milhão.

Sr. Ministro Minc, do Meio Ambiente, o País precisa urgentemente normatizar esse setor, atualizando as indústrias, fazendo com que a Petrobras faça as adaptações necessárias para diminuir o índice de enxofre que vai ser emitido para padrões toleráveis internacionalmente, que são de 15 partes por milhão.

Em nada resolveria importarmos motores de última geração, porque o problema não está nas máquinas, mas no combustível que utilizamos. Temos de substituir essa matriz energética.

Em outra matéria, veiculada em 5 de março, a **Folha de S. Paulo** apresenta-se que a poluição acelerou a morte de 20 pessoas por dia naquela cidade.

As soluções para esses inconvenientes econômicos e, principalmente, ambientais do diesel de petróleo passam pela adoção integral do biodiesel e do óleo vegetal *in natura* como matrizes energéticas.

Temos aqui no Brasil o ambiente mais adequado para a produção de biocombustíveis. A Agência Estado noticia que 20% das usinas de biocombustíveis nos Estados Unidos podem pedir concordata em 2009. Na Europa, um terço dos planos de investimento na Espanha, na Itália e na Alemanha está paralisado. Para especialistas, a crise pode explicar algo que muitos já sabiam: a indústria do biocombustível nos países ricos não é competitiva nem sustentável sem a existência de subsídios bilionários.

Nos Estados Unidos mesmo, em apenas um ano, 9% de todas as plantas industriais de etanol fecharam suas portas. No Brasil, o programa do biodiesel, que está apenas no começo, mostrou-se muito promissor e acabou levando muitos empresários a investir nesse negócio, que, agora, também mostra-se uma verdadeira arapuca.

O País possui atualmente 64 indústrias de biodiesel autorizadas para operação, com capacidade instalada para produzir 3,6 bilhões de litros de biodiesel por ano. A demanda atual pelo produto, contudo, é de apenas um terço desse total, perto de 1,2 bilhão de litros por ano, o que faz surgir, portanto, capacidade ociosa nesse setor agroindustrial.

Não bastasse isso, esses investidores, que construíram usinas, médios empresários, pequenos, na sua maioria, ganharam um forte concorrente inesperado: a própria Petrobras. A estatal passou a operar nos leilões de venda. Propagandeou, recentemente, que tencionava investir R\$2,4 bilhões para produzir 650 milhões de litros por ano até 2013. A Petrobras compra numa ponta, no leilão, e vende na outra. Isso tem feito desses leilões de biodiesel uma concorrência predatória da estatal Petrobras com todas as outras empresas que se constituíram e que produzem biodiesel no País.

O último leilão de compra do produto realizado pela ANP para aquisição de 315 milhões de litros de biodiesel aconteceu em duas etapas. Na primeira, foram leiloados contratos para a compra de pouco mais de 250 milhões de litros, sendo que só poderiam participar desse certame empresas que tivessem o chamado selo combustível social, ou seja, aquelas adquirem certa quantidade de matéria-prima – no Centro-Oeste, são 10%; no Norte-Nordeste, são 30% de propriedades reconhecidas como de agricultura familiar. Nessa primeira etapa, apenas empresas de grande porte puderam participar e acabaram por conseguir o preço de R\$2,28 o litro, preço médio.

Na segunda fase do leilão, que tinha por objeto contratos para aquisição de 63 milhões de litros, a Petrobras ofertou biodiesel ao preço de R\$1,70, para

ser vendido, para ser objeto de compra dessas indústrias fabricantes, preço que não se ajusta a nenhuma planilha do custo do produto em questão, ainda mais se considerarmos que suas indústrias de biodiesel – da Petrobras – estão situadas em lugares distantes dos fornecedores de matéria-prima: em Montes Claros, Candeias e Quixadá. Resultado: todos os demais produtores de biodiesel ficaram sem vender o seu produto, que está estocado, aguardando um novo leilão daqui a 90 dias.

As plantas industriais do Mato Grosso, e creio também de outros Estados do País, estão parando suas atividades. Centenas de trabalhadores perdendo seu emprego. Soubessem esses investidores que a Petrobras seria concorrente deles, nesse nível de concorrência predatória, jamais teriam imobilizado capital, financiamento, tempo na construção dessas indústrias.

Naturalmente, estamos numa economia aberta, em que todos têm liberdade de investir. Contudo, se não temos aumento da demanda que justifique os investimentos que a Petrobras tenciona fazer, qual a razão desse investimento, então? Para que produzir mais biodiesel se nossas plantas industriais atualmente estão ociosas?

Como solucionar essa questão? Sugiro aqui a adoção de algumas a respeito do biodiesel.

Primeiro, é preciso fazer aumentar a demanda pelo produto, a fim de que a capacidade instalada de nossa planta industrial de biodiesel não fique mais ociosa. A princípio, o Governo poderia determinar a progressão do atual B-3, que é a mistura de 97% de diesel fóssil com 3% de biodiesel, diretamente para B-5, ou seja, 5% de biodiesel misturada a 95% de óleo diesel. Aliás, essa era a meta para 2013. Teríamos que antecipar e não passar ainda pelo intermediário B-4, já que há uma informação de que o Governo intenciona já passar para o B-4, mas também não vai atender a oferta de biodiesel que existe no País.

Cada 1% de mistura de biodiesel no diesel mineral, nos níveis de consumo que temos atualmente, corresponde a 450 milhões de litros. Em outras palavras, a progressão imediata do B-3 para o B-5 faria a demanda subir dos atuais 1,2 bilhão de litros para 2,1 bilhões de litros do produto por ano.

Só essa medida já desafogaria o setor e não traria qualquer problema de abastecimento, nem oneraria os leilões, posto que o deságio médio, no último certame, foi de 8,64%, com empresas vendendo abaixo do custo de produção, numa verdadeira “operação suicida”, financeiramente falando.

Além dessa medida, poder-se-ia determinar, ou permitir, a utilização específica do B-100, biodiesel sem mistura, em frotas cativas, como os ônibus que realizam transporte público municipal em grandes

centros urbanos. Para que essa medida se tornasse economicamente viável, no entanto, necessário se faria a redução de impostos sobre o biodiesel com essa destinação e uma eventual subvenção do custo para essas empresas que o processam.

Ainda temos a possibilidade de utilizar o óleo vegetal *in natura*. O produto já é consumido como combustível na Europa. Na Alemanha, por exemplo, é cada vez mais comum encontrarem-se postos de abastecimento com três tipos bomba: uma de diesel mineral, uma de biodiesel B-100 e outra de óleo vegetal puro. Já são 1.500 postos com biodiesel naquele país. Já se encontram em trafegabilidade mais de 20 mil carros movidos a óleo vegetal *in natura*.

Há um projeto de lei de minha autoria, o qual eu gostaria de participar a toda esta Casa, a todos os Senadores: trata-se do PLS nº 81, de 2008, que está na Comissão de Agricultura e aguarda a realização de uma audiência pública para discutir a questão. Esse projeto versa sobre a utilização do óleo vegetal em motores a diesel, a liberação do mesmo pela ANP e a utilização desse combustível por toda a frota do País e também por ônibus rodoviários, principalmente os da cidade.

Com essa audiência pública, haverá esclarecimentos dos pontos técnicos ambientais, análises de todos os órgãos envolvidos – ANP, Embrapa, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda –, que nos levarão a discernir melhor sobre essa questão da matriz energética que precisamos e queremos para o País.

Srs. Senadores, esta crise financeira fará surgir um novo modelo de sociedade humana. Os valores serão alterados – os comportamentos de consumo, inclusive. Não duvido que qualquer país que queira encaixar-se na nova ordem mundial que surgirá tenha de estabelecer suas fontes energéticas dentro dos padrões mínimos de sustentabilidade.

A nós, no Senado Federal, compete conduzir esse debate de maneira que, democraticamente, todas as vozes sejam ouvidas, e o progresso possa surgir da evolução dialética desses debates e resultem em melhor qualidade de vida para o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Goellner, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Com os nossos cumprimentos pelo brilhante pronunciamento.

O Senador Gilberto Goellner é do Partido Democratas do Estado do Mato Grosso do Sul, orientando suas preocupações para o desenvolvimento de sua região.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Augusto Botelho, do Estado de Roraima, do Partido dos Trabalhadores, médico.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a estava inscrito como orador. Olhei, chamei, e V. Ex^a não estava. Estão os dois.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Aguardo o Senador Botelho desde que V. Ex^a me garanta a palavra em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está garantida.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Terei o maior prazer em ouvir o Senador Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anuncio V. Ex^a em seguida.

O Senador Efraim Moraes está como Líder do Democratas e representa, com grandeza, seu Estado da Paraíba.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei muito preocupado por uma informação dada pelo Diretor do Detran de Roraima, Cícero Batista, ao jornal *Folha de Boa Vista*: meu Estado, Roraima, é o terceiro Estado com maior número de acidentes de trânsito no Brasil, por cada 100 mil habitantes – somos uma população só de 400 mil habitantes.

Segundo o Diretor do Detran, esse número está relacionado à grande quantidade de motocicletas existentes no trânsito, principalmente na capital do Estado, Boa Vista.

Sr. Presidente Mão Santa, a frota de Roraima é pequena, quando comparada com outros Estados, mas o número de acidentes é muito grande, é preocupante. Atualmente, nossa frota é composta aproximadamente por 100 mil veículos, dos quais a metade é de motocicletas.

Além disso, enfrentamos em Roraima também problemas com o sistema de transporte coletivo, além da baixa formação dos condutores – principalmente dos táxis e lotações –, o que contribui e muito para esse *ranking* negativo no meu Estado.

Sr. Presidente, é preciso combater a má educação no trânsito, principalmente em Roraima, para que possamos reduzir o número de acidentes no meu Estado e, conseqüentemente, também no Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando a passagem do Dia Mundial da Mulher, trago um dado interessante sobre o assunto “trânsito”. Uma pesquisa do Denatran revela que, dos condutores envolvidos em acidentes de trânsito com vítimas, ocorridos no período de 2004 a 2007 em todo o Brasil, apenas 11% envolviam mulheres condutoras. De acordo com o levantamento do

Denatran, 1,7 milhão de condutores de veículos estiveram envolvidos em 1,5 milhão de acidentes de trânsito com vítimas registrados nesse período de 2004 a 2007. Se formos considerar a média de condutores envolvidos, identificou-se assim: 71% eram homens, 11% eram mulheres, e, em relação a 18%, não foi informada a questão de gênero.

De acordo com o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação, até dezembro de 2008, o Brasil tinha registrado 45 milhões de condutores, sendo que 36% desse total são do sexo feminino. Em 2004, eram 10 milhões de mulheres habilitadas. Já em dezembro de 2008, esse total chegou a 14 milhões, um crescimento de 44% em quatro anos.

Na categoria “A”, necessária para a condução de motocicletas, um dos veículos que exige mais habilidade e cuidado no trânsito, são 2,5 milhões de mulheres habilitadas – quase 50% mais do que em 2004.

Sr. Presidente Mão Santa, quero fazer um alerta para todos os motoristas de Roraima e do Brasil: os custos anuais dos acidentes de trânsito, estimados pela Associação Nacional dos Transportes Públicos, ficam em R\$28 bilhões. Gastamos muito dinheiro – que poderia ser investido em saúde pública, em saneamento, por exemplo – por causa da imprudência de motoristas, que insistem em andar em velocidade alta, acima da permitida, fazer ultrapassagens perigosas, dirigir embriagados ou simplesmente em não aceitar usar o cinto de segurança obrigatório, nem usar nem obrigar os passageiros, tanto os da frente como os de trás, a usarem o cinto.

De acordo com dados da ANTP, com base na média entre os anos de 2003/2006, o trânsito brasileiro deixa por ano 34 mil mortos – 34 mil mortos; no meu Estado, acho que só dois Municípios, além da capital, têm esse número de pessoas –, 100 mil pessoas com deficiências temporárias ou permanentes e 400 mil pessoas feridas em acidentes de trânsito. Esses números estão no estudo *Trânsito no Brasil, Avanços e Desafios*.

Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos, o quadro do trânsito brasileiro se traduz em mais uma enorme fonte de instabilidade emocional e social. Para a Associação, grande parte da sociedade e seus governantes ainda preferem aceitar que esses acidentes são decorrências naturais de um conjunto de fatalidades. Mas, lentamente, a minoria vai entendendo que os acidentes são, na realidade, fatos programados e, como tais, conseqüências diretas da nossa visão sobre o assunto, diz o estudo. Nós precisamos que todos os governantes deste País, os prefeitos de Municípios, todos as pessoas do Legislativo, atentem que os acidentes de trânsito são evitáveis, principalmente com educação.

Para a associação, o Código de Trânsito Brasileiro é um código de comportamento, de civilidade, de exercício da promoção do bem-estar social.

O que se espera da sociedade e dos governantes, Sr. Presidente Mão Santa, é que compreendam o sentido socioeducativo da lei, pois o não entendimento desse fator custa muito caro ao País. São 35 mil mortes no trânsito no período compreendido, no estudo, entre 2004 e 2007.

Sr. Presidente, o cadastro de condutores registra, aproximadamente, 45 milhões de motoristas no Brasil e a tendência é que esse número cresça cada vez mais. Anualmente, 1 milhão e 700 mil pessoas obtêm a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), grande parte de jovens com idade entre 18 e 24 anos, e cerca de um milhão de condutores renovam a sua carteira de habilitação.

Em 2008, Sr. Presidente, o Conselho Nacional de Trânsito definiu como tema da Semana Nacional de Trânsito de 2008 a criança no trânsito. A escolha do tema teve por objetivo sensibilizar mães, pais, educadores, para adoção de ações que promovam a segurança das crianças no trânsito.

De acordo com estatísticas do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), 21.199 crianças entre 0 e 12 anos foram vítimas em acidentes de trânsito ocorridos no País, só em 2006. Desse total, 818 morreram – foram vítimas fatais do trânsito. Em 2006, o trânsito brasileiro matou 816 crianças e feriu outras 21 mil.

Em 2008, quase 3% das vítimas de acidentes de trânsito que aconteceram no meu Estado de Roraima eram crianças com idade entre 0 e 12 anos. Desse total, 8% das vítimas foram fatais. Oito por cento dessas crianças morreram.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre os óbitos por acidentes envolvendo crianças de 0 a 14 anos, os relativos ao trânsito aparecem em primeiro lugar. Em 2004, 41,1% das mortes por acidentes foram no trânsito seguidas por afogamento (26%), sufocação (13,4%), queimaduras (6,6%) e outros (12,9%).

Esses dados mostram, Sr. Presidente Mão Santa, que um trânsito melhor pode e deve ser construído por todos nós. Por isso, faço um apelo para que as novas regras de trânsito, como a Lei Seca, sejam seguidas de verdade pelos nossos motoristas, para que consigamos reverter essa triste realidade e diminuir o número de crianças e adultos que morrem em decorrência de imprudência no trânsito.

Recentemente, o jornal **Folha de S. Paulo** divulgou o perfil de mortalidade no Brasil, emitido pelo Ministério da Saúde, mostrando as doenças decorrentes do aparelho circulatório, alcoolismo, tabagismo, hábitos sedentários, como primeira causa de morte no Brasil, com 32% dos casos de morte. Em segundo lugar, pas-

mem, senhores, estão as doenças relacionadas com o câncer e outras doenças degenerativas. Em terceiro lugar, não são as infecções, as diarreias etc. Em terceiro lugar, estão os acidentes em decorrência do trânsito, com índice de mortalidade de cerca de 14%.

Segundo o Ministério da Saúde, morrem, em consequência do trânsito também – por isso aumenta a estatística para 40 mil pessoas... Essas 35 mil que falei são as que morrem imediatamente após o acidente, mas, se formos fazer um estudo mais prolongado, passa-se para 40 mil pessoas morrendo por ano em consequência do trânsito. É como se estivéssemos em uma guerra, e a arma usada para matar são os veículos e seus motoristas imprudentes. No Iraque, acho que não morreu tudo isso; de americano, nem se diga, não morreu nem um décimo disso na guerra.

Espero, Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que com este discurso eu tenha conseguido sensibilizar algum motorista. Sei que essa luta não termina aqui, mas quero reiterar a importância de fazer alertas constantes para que possamos nos unir para lutar em favor da redução da violência no trânsito, da violência de maneira geral em nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de fazer esse alerta.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos ao Senador Augusto Botelho, que mostra as suas preocupações com a violência no trânsito, advertindo o Governo.

Está inscrito como Líder, está aqui o documento do Democratas, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos ouvido, durante toda esta semana, uma propaganda fácil, porém não verdadeira, do Governo Federal, quando vai, por intermédio dos principais meios de comunicação, relacionando a construção de um milhão de casas populares no País, falando do sucesso do PAC e de outros projetos de repercussão, muitas vezes eleitoreiros, para promover a candidatura da Ministra Dilma Rousseff.

Eu queria aqui deixar claro, Sr. Presidente, que hoje, pela manhã, surpreendeu-me, lendo a imprensa nacional, ver na página A4 de **O Estado de S. Paulo**, o Estadão, uma matéria de responsabilidade da jornalista Lisandra Paraguassú, nos seguintes termos: *União devolve ao BID US\$57 milhões de saneamento*.

Essa é uma matéria que choca, eu tenho certeza, toda a população brasileira.

Eu peço permissão, primeiro, para fazer a leitura dessa matéria, para, em seguida, comentarmos esse assunto que, eu tenho certeza, precisa ser esclarecido pelo Ministro Márcio Fortes.

Diz, na matéria, a jornalista Lisandra Paraguassú:

Apesar de o País ter 47,5 milhões de brasileiros sem acesso a coleta de esgoto e 19 milhões viverem sem água tratada, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu na semana passada devolver R\$134 milhões (US\$57 milhões) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acabar com o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

Quantas vezes nós não ouvimos aqui a base do Governo elogiando o programa PASS, programa de saneamento que ia acabar com os esgotos que correm nas ruas das cidades deste País? Resolveu o Presidente acabar com esse programa.

Assinado em 2004, o contrato de financiamento previa – com a contrapartida do Orçamento brasileiro – investimentos totais de R\$224,4 milhões (US\$95,5 milhões), para atender 129 municípios. Em quatro anos [prestem atenção], o governo conseguiu usar o dinheiro do BID em uma única cidade, Limoeiro do Norte (CE), e realizar licitações em apenas outras duas.

A história do fim do PASS e a devolução do empréstimo tomado no BID medem bem a distância entre as metas estabelecidas pelos governos e os objetivos efetivamente alcançados. É também um retrato do funcionamento precário da burocracia que não consegue viabilizar os investimentos públicos, mas está renovando as promessas dessas obras no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), redimir o País nas áreas de habitação e saneamento.

Vejam bem, o Governo acabou com o PASS, devolveu o dinheiro e agora garante que essas obras vão ser feitas pelo PAC.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o programa vai redimir o País com esses recursos nas áreas de habitação e saneamento.

Os R\$224,4 milhões do PASS eram para obras de esgoto e tratamento de água e, também, para estruturar empresas de gerenciamento, fiscalização e manutenção nos municípios.

Um ano foi gasto [um ano todo, 365 dias] para que a União realizasse licitação para contratação de empresa que iria gerenciar o programa, uma exigência do BID. Em 2006 começou a seleção dos municípios – que precisariam ter entre 15 mil e 75 mil habitantes, estarem localizados nas Regiões Norte, Nordeste, no Espírito Santo ou norte de Minas

Gerais e ter baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas 2007 foi gasto em um debate sobre manter o programa independente ou vinculá-lo ao PAC.

No ano passado, 2008, a conclusão foi deixar o PASS com apenas seis cidades [Resumiu de 129 para seis cidades. Quais foram elas?] – além de Limoeiro do Norte (CE), Quixeramobim (CE), Assu (RN), Ipojuca (PE), Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Surubim (PE). Uma obra foi iniciada, duas licitações realizadas, o restante dos editais preparado. Mas, mais uma vez, tudo foi suspenso [suspende-se tudo]. A decisão, tomada em conjunto pela equipe econômica e o staff do ministro das Cidades, Márcio Fortes – responsável pelo PASS –, foi a de encerrar o contrato com o BID e passar tudo para o PAC, inclusive as obras em andamento.

Sr. Senador, passaram-se quase cinco anos. O Governo fez reuniões, definiu reuniões, definiu os Municípios, tomou o dinheiro emprestado e, agora, resolve zerar tudo, Senador Jayme Campos: “Não precisamos mais fazer saneamento nessas cidades. Vamos devolver o dinheiro ao BID e vamos colocar na campanha da Ministra Dilma. Vamos transferir tudo para o PAC, para que a Ministra possa andar pelo Brasil, dizendo o que já disse, falando o que já falou.” Ou seja, enganando principalmente o nosso Nordeste, Centro-Oeste, o norte de Minas, ou seja, os Estados e as Regiões mais pobres deste País.

Quando se vê na televisão aquelas máquinas perfurando, colocando aqueles tubos, imaginamos que realmente é verdade.

E se foram cinco anos, começaram uma obra, fizeram duas licitações e depois mandou parar tudo.

Mas, Sr. Presidente, para se ter uma idéia, só a escolha da empresa que gerenciaria o projeto levou um ano – um ano para escolher a empresa que gerenciaria e não a que faria as obras.

Eu, daqui a pouco, terei o prazer de ouvir o Senador Jayme Campos.

Continua a jornalista: “Depois de todo esse tempo, o governo concluiu que seria caro manter o empréstimo para fazer o trabalho em apenas seis cidades.”

Ele decidiu que seriam só as seis cidades. Eram, primeiro, as 129; o Governo decidiu que seriam seis e, agora, acha caro manter o empréstimo para fazer em apenas seis cidades.

“Oficialmente, diz que o Brasil não precisa mais de empréstimos para construir infraestrutura e pode arcar com a despesa”.

Olha o que disse o Governo do PT. Ele diz exatamente que não precisa mais de empréstimos para fazer o trabalho em apenas seis cidades. É o que diz oficialmente.

Eu queria saber se é possível tomar dinheiro emprestado, deixar aplicado e depois devolver. Isso é possível? Você toma o dinheiro emprestado, passa cinco ou seis anos com ele, depois, diz: “Não, não quero mais o seu dinheiro, pode levar. Ele ficou aqui parado, mas estava guardadinho.” Quero saber se isso é possível ou se o Governo pagou juros sobre esse empréstimo. E não se fez nada.

Continua:

Compromisso [aí vem o compromisso de campanha. Vejam bem!]

Nos quatro anos em que o Brasil manteve o empréstimo com o BID, foram retirados apenas US\$2,5 milhões. O problema é que o dinheiro tem custo – há uma taxa de compromisso cobrada pelo BID quando o crédito é contratado, mas não é usado.

“No caso do Banco Interamericano, essa taxa representa 1% do valor do financiamento ao ano – foram pagos de taxa de compromisso US\$570 mil a cada ano. [É o que diz a matéria da jornalista Lisandra Paraguassú. A cada ano: se foram cinco anos, cinco vezes US\$570 mil dá quase US\$3 milhões que foram pagos por taxa de compromisso].

Os seis municípios que estavam na meta do PASS já têm recursos garantidos no PAC [é o que garante, é o compromisso]. Os outros 123 ainda não estão nem mesmo definidos e a possibilidade de atendimento perde-se no horizonte. Um dos temores dos técnicos é que nada do que foi feito até agora seja aproveitado, como as licitações, e tudo atrase ainda mais.

O Ministério das Cidades afirma que o programa foi encerrado porque o contrato expiraria nesta semana – na verdade, poderia ser prorrogado pelo menos mais dois anos – e as obras foram então repassadas para o PAC, “sem prejuízo do cronograma”.

O Estado [O Estadão] questionou o Governo sobre a falta de interesse em usar recursos contratados e disponíveis, mas o Ministério disse que o responsável pela área (de saneamento) não estava disponível para responder”.

Portanto, Sr. Presidente, acho que o que nós estamos vendo aqui é um verdadeiro absurdo com o dinheiro público, com o dinheiro do País, e, nesta manhã, tive a oportunidade, na Comissão de Assuntos

Sociais, ao lado de todos os nossos Pares, de apresentar requerimento, que foi aprovado e, ao ser aprovado, foi convidado o Ministro Márcio Fortes para oferecer essas explicações naquela Comissão.

Portanto, o Ministro está convidado, a Senadora Rosalba Ciarlini ficou de marcar a data para que ele venha exatamente, Senador Mão Santa que preside esta sessão, venha exatamente tratar desse assunto.

Antes de continuar, peço permissão para ouvir o Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a fala, na tarde de hoje, sobre um assunto muito interessante, até porque, já de algum tempo, o Governo Federal criou esse hábito. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, o Programa Habitar-BID, que contraiu financiamento do próprio Banco Mundial ficou seis anos com os recursos parados, o Governo pagando juros, e lamentavelmente esses recursos não foram aplicados em toda a sua plenitude. Falo isso como Prefeito de Várzea Grande; já saí da Prefeitura, já sou Senador da República, e, lamentavelmente, em um projeto que iniciei seis anos atrás, praticamente quase nada foi liberado em virtude da incompetência e, sobretudo, do descaso que o Governo Federal faz em relação à aplicação desses recursos para as obras de infraestrutura. Contudo, meu caro Senador Efraim, o mais importante que temos de chamar atenção aqui é em relação ao PAC. O PAC virou uma peça de ficção. Tudo o que se fala neste País aqui é PAC – PAC vai, PAC vem –, e de concreto você não vê nada realizado. Falo com muita cátedra e com muito conhecimento de causa em relação ao meu Estado de Mato Grosso. Há pouco tempo atrás, ou seja, há mais de um ano, a Ministra Dilma Rousseff veio aqui à Comissão de Infraestrutura e falou praticamente 10 horas de relógio das realizações que o PAC faria por todo o território nacional. Entretanto, no meu Estado de Mato Grosso, o *folder* que eu recebi, como imagino V. Ex^a deve ter recebido um livrinho lá, anunciava algumas dezenas de obras em Mato Grosso – no setor rodoviário, no setor elétrico, no setor de saneamento etc e etc. Senador Efraim, não tem uma obra sequer. É o maior engodo, a maior tapeação e a maior mentira que existe na história republicana deste País! Lamentavelmente, o Governo está usando de truques de palavras, tentando enganar toda uma população que está à mercê, como V. Ex^a bem disse, de obras de saneamento. Hoje, lamentavelmente, grande maioria da população brasileira não tem acesso à água tratada, não tem acesso ao esgotamento sanitário, etc. Portanto, V. Ex^a quando vem a essa tribuna fazer um comentário em relação à matéria jornalística que, tenho certeza, é verídica, nós temos que nos preocupar muito. O povo brasileiro tem que acordar. A mentira tem perna curta, e nós temos

que aqui, todos os dias, meu Líder José Agripino, denunciar a farsa que está sendo construída neste País em relação aos anúncios mentirosos, inescrupulosos por parte do Governo Federal que quer, de uma maneira ou de outra, enganar o povo para ganhar as eleições no futuro, com certeza. Portanto, V. Ex^a está de parabéns em relação a essa matéria que traz à Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, ao mesmo tempo em que quero parabenizar a jornalista...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Efraim!

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ...Lisandra, exatamente pela matéria que ela escreve e traz aqui – encontra-se hoje nos jornal *O Estadão*, uma matéria com destaque. Uma matéria que li na íntegra e acho muito importante. E como acho muito importante, vou procurar a jornalista para que possamos dar continuidade a esse entendimento, já que o próprio Ministro já está convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais, por requerimento deste Senador, na próxima semana. É interessante que o Ministro Márcio Fortes – tenho boas informações do seu trabalho – venha esclarecer isso aqui ao País. **O Estadão** presta um grande serviço, através da sua jornalista, sobre a questão do saneamento e dessa farsa que está acontecendo no nosso País.

Pois não, Senador João Pedro. Com muito prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a, evidentemente, está repercutindo uma matéria. Não li a matéria, mas estou ouvindo aqui V. Ex^a. Mas V. Ex^a não aborda um aspecto que eu gostaria de colocar para a sua reflexão. V. Ex^a conhece a minha posição, posição de Governo, e quero me contrapor a este discurso de que o PAC é uma farsa, de que é uma mentira. Não tem isso. Agora, no mérito, V. Ex^a sabe que esses recursos de instituições internacionais, como no caso o BID, quando o dinheiro fica disponibilizado... Eu gostaria de fazer este aparte para V. Ex^a fazer uma reflexão, porque eu não sei se tem isto na matéria: a contrapartida. Por que o dinheiro volta? Porque os Estados, quando é o caso, ou os Municípios não oferecem a contrapartida. Voltam recursos, porque eles não se complementam. E muitos recursos, com esse recurso internacional para saneamento, voltaram por conta da falta da contrapartida. Não sei se a matéria aborda esse aspecto. Agora, nada melhor para o Senado do que fazer esse debate com o Ministro Márcio Fortes. Espero que a vinda do Ministro no âmbito da Comissão seja um debate esclarecedor e que a gente possa fazer com que o debate provoque a aplicabilidade desses recursos. Quando a obra é para saneamento... Não tem obra

mais importante de infraestrutura do que saneamento, porque vai na direção da qualidade de vida do nosso povo. É lamentável que recursos para o saneamento público voltem. Agora, quando voltam, em muitos casos, eles se refletem em função da falta da contrapartida de Prefeitos e Governadores. Essa é a verdade. Por isso eu gostaria que V. Ex^a refletisse sobre isso. Quero parabenizar o debate que vai haver com a presença do Ministro e dos Senadores. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Senador João Pedro, entendo perfeitamente a posição de V. Ex^a como homem de Governo. É claro que, nesse caso, V. Ex^a, por mais inteligente que seja... E conheço sua inteligência, conheço a sua sabedoria, sei o quanto V. Ex^a vive o Governo, mas, perdoe-me V. Ex^a: é impossível se justificar isso aqui. V. Ex^a joga a culpa, e tem sido costume do PT e do Governo transferir responsabilidade para os Governos e para os Municípios, até porque quando não se realiza a obra a culpa é do Prefeito, lá na ponta, que não tem contrapartida.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, veja bem: o início do projeto, setembro de 2004, valor inicial US\$95 milhões, sendo 60% do BID e 40% restante da União. Então, o Governo está sem dinheiro e dizendo que tem dinheiro. Se não houve contrapartida, foi do Governo, foi do Governo Federal! Está aqui e não é brincadeira, não. Se houve um compromisso, e há que se pagar o recurso como compromisso, sabe quanto tempo o Governo levou para escolher a empresa que iria gerenciar o projeto? Levou um ano, um ano para gerenciar!

Então, é isso que nós não queremos que aconteça, e V. Ex^a, tenho certeza, também não. A parte técnica falha aqui e, se falha aqui, prejudica na ponta. Quem escolheu os 129 Municípios não foram os Governadores dos Estados, não. E é bom que se diga aqui que a maioria dos Municípios são Estados da base do Governo. A maioria dos Municípios, dos seis Municípios que foram escolhidos, são da base do Governo, aliás todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pernambuco tem Surubim, Santa Cruz do Capiberibe, Ipojuca; o Ceará tem Limoeiro do Norte, Quixeramobim; e o Rio Grande do Norte tem Açu. Todos da base do Governo! Não tem ninguém da Oposição, não. Nenhum desses Municípios pertence a Estado que é da Oposição, pelo contrário, é da base do Governo.

Se houve a demora para que se iniciassem as obras, isso é exclusivamente da parte Governo. Se V. Ex^a quiser transferir a responsabilidade, tem de transferi-la aos Governos que são da base do Governo. Quero dizer aqui, bem claro, que a culpa é da União, a culpa

é do Governo do Partido de V. Ex^a, o PT. A culpa é da União, que está sem condições de executar aquilo que promete, fazendo a propaganda...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ... fácil, dizendo aqui o que não está fazendo e enganando a população brasileira. Essa é a verdade.

Senador Sérgio Guerra, escuto V. Ex^a, com a permissão da Mesa, para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vai pedir a palavra pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Só um minuto ao Senador e encerrarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vai pedir pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Ele vai pedir a palavra pela ordem? Então, depois o Presidente lhe dará a palavra, Senador Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Efraim, eu gostaria de comentar o seu discurso.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – V. Ex^a falará em seguida. Terei o maior prazer, já que será pela ordem. Eu já tinha dado o aparte, mas o Presidente pede que eu conclua.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aparte, segundo o Regimento...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Mas eu queria concluir, Sr. Presidente, e precisaria de um pouco mais de tolerância.

Hoje o *Estadão*, em sua página nacional, traz matérias que têm de ser debatidas nesta Casa. Além da matéria de Lisandra Paraguassú, vem a matéria de Lu Aiko Otta, que é também da sucursal de Brasília.

“Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”. E o Governo passou a semana toda, a Ministra foi dizer que iria fazer um milhão de casas e que as daria de graça e, depois, recuou. Agora, está aqui, o Governo deixou de repassar, ano passado, R\$202 milhões.

Está no Siafi, está no Orçamento da União. E o Governo diz que vai construir casa onde não gasta sequer o dinheiro do Orçamento para construção de casas populares.

Então, é preciso que se esclareça, que se traga o feito à ordem para que não se fique, em rádio, televisão, jornais, mentindo para a população, tentando levantar uma candidatura com promessas falsas e obras inexistentes.

Por isso, Sr. Presidente, está a matéria aqui:

“O ritmo frenético de reuniões do Palácio do Planalto para discutir as medidas do pacote da habitação sugere que construir moradias populares é prioridade absoluta do governo. Os

números da execução do Orçamento de 2008, porém, mostram uma realidade diferente. No ano passado, sobraram R\$ 202,4 milhões das verbas reservadas para subsidiar habitações de interesse social.

Esse é justamente um dos programas que, turbinado, vai permitir à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, virtual candidata à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, entregar casas a mutuários que pagarão prestações de R\$15,00 a R\$20,00”.

Está aqui, Senador. Não investiram R\$202 milhões em casas populares. E, agora, devolvem mais R\$134 milhões de saneamento. E o Governo diz que tudo anda em paz, que o PAC é a grande revelação. É a grande mentira, lamentavelmente, deste Governo, porque o PAC tenta levantar uma candidatura que não existe.

O que nós queremos é combater a crise, o que nós queremos é exatamente ajudar o Governo.

Agora, precisamos mostrar à sociedade o que está acontecendo através da própria imprensa. E, aqui, eu peço a V. Ex^a que seja registrado, na íntegra, nos Anais desta Casa, a reportagem de Lisandra Paraguassú, intitulada “União devolve ao BID US\$57 milhões de saneamento”, o que equivale a R\$134 milhões e, também, da jornalista Lu Aiko Otta, sob o título “Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”. Todos os dois, matéria...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ...da página A-4. Eu peço que seja registrado, na íntegra, para que, amanhã, baseado nessas informações e outras mais que procuraremos ter, uma vez que no dia de hoje, pela manhã, com apoio unânime na Comissão de Assuntos Sociais, nós chegamos a um entendimento.

Convidamos o Ministro Márcio Fortes – e foi aprovado requerimento da minha autoria –, para que S. Ex^a, de acordo com a Assessoria da Comissão de Assuntos Sociais, que é presidida pela Senadora Rosalba Ciarlini, possa vir – e eu espero que seja na próxima semana – para que possamos discutir esse assunto. E espero que ele esclareça e dê o caminho para que todos nós possamos entender e, acima de tudo, o motivo de o Brasil, em plena crise mundial, devolver dinheiro para bancos estrangeiros.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

A4 QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2009
O ESTADO DE S. PAULO

NACIONAL

GOVERNO

União devolve ao BID US\$ 57 mi de saneamento

Financiamento previa atendimento a 129 municípios, mas em quatro anos só uma cidade foi beneficiada

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Apesar de o País ter 47,5 milhões de brasileiros sem acesso a coleta de esgoto e 19 milhões viverem sem água tratada, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu na semana passada devolver R\$ 134 milhões (US\$ 57 milhões) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acabar com o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS). Assinado em 2004, o contrato de financiamento previa - com a contrapartida do Orçamento brasileiro - investimentos totais de R\$ 224,4 milhões (US\$ 95,5 milhões) para atender 129 municípios. Em quatro anos o governo conseguiu usar o dinheiro do BID em uma única cidade, Limoeiro do Norte (CE), e realizar licitações em apenas outras duas.

A história do fim do PASS e a devolução do empréstimo formam o BID mede bem a distância entre as metas estabelecidas pelos governos e os objetivos efetivamente alcançados. É também um retrato do funcionamento precário da burocracia que não consegue viabilizar os investimentos públicos, mas está renovando as promessas de, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), redimir o País nas áreas de habitação e saneamento. Os R\$ 224,4 milhões do PASS eram para obras de esgoto e tratamento de água e, também, para estruturar empresas de gerenciamento, fiscalização e manutenção nos municípios.

Um ano foi gasto para que a União realizasse licitação para a contratação de empresa que iria gerenciar o programa, uma exigência do BID. Em 2006 começou a seleção dos municípios - que precisariam ter entre 15 mil e 75 mil habitantes, estarem localizados nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, no Espírito Santo ou norte de Minas Gerais e ter baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas 2007 foi gasto em um debate sobre manter o programa independente ou vinculá-lo ao PAC.

No ano passado, a conclusão foi deixar o PASS com apenas seis cidades - além de Limoeiro do Norte (CE), Quixeramobim (CE), Assu (RN), Ipojuca (PE), Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Surubim (PE). Uma obra foi iniciada, duas licitações realizadas, o restante dos editais preparado. Mas, mais uma vez, tudo foi suspenso. A decisão, tomada em conjunto pela equipe econômica e o staff do ministro das Cidades, Márcio Fortes - responsável pelo PASS -, foi a de encerrar o contrato com o BID e passar tudo para o PAC, inclusive as obras em andamento.

Só escolha de empresa que iria gerenciar projeto levou um ano

Depois de todo esse tempo, o governo concluiu que seria caro manter o empréstimo para fazer o trabalho em apenas seis cidades. Oficialmente, diz

que o Brasil não precisa mais de empréstimos para construir infraestrutura e pode arcar com a despesa.

COMPROMISSO

Nos quatro anos em que o Brasil manteve o empréstimo com o BID, foram retirados apenas US\$ 2,5 milhões. O problema é que o dinheiro tem custo - há uma taxa de compromisso cobrada pelo BID quando o crédito é contratado, mas não é usado. No caso do Banco Interamericano, essa taxa representa 1% do valor financiado ao ano - foram pagos de taxa de compromisso US\$ 570 mil a cada ano.

Os seis municípios que estavam na meta do PASS já têm recursos garantidos no PAC. Os outros 123 ainda não estão nem mesmo definidos e a possibilidade de atendimento perde-se no horizonte. Um dos temores dos técnicos é que nada do que foi feito até agora seja aproveitado, como as licitações, e tudo atrase ainda mais.

O Ministério das Cidades afirma que programa foi encerrado porque o contrato expiraria nesta semana - na verdade, poderia ser prorrogado por pelo menos mais dois anos - e as obras foram então repassadas para o PAC "sem prejuízo do cronograma". O Estado questionou o governo sobre a falta de interesse em usar recursos contratados e disponíveis, mas o ministério disse que o responsável pela área (de saneamento) não estava disponível para responder.

O CASO

● **Início do projeto:**
setembro de 2004

● **Valor inicial:**
US\$ 95,5 milhões, sendo 60% do BID e o restante da União

● **Meta inicial:**
atender 129 municípios, sendo 41% do semiárido nordestino

● **Final do projeto:**
março de 2009

● **Valor usado do BID:**
US\$ 2,5 milhões

● **Municípios atendidos:**
1 - Limoeiro do Norte (CE)

● **População com acesso a água tratada:**
90% - 19 milhões de pessoas não têm água tratada

● **População com acesso a coleta de esgoto:**
75% - 47,5 milhões de pessoas não têm coleta de esgoto

Sem-terra causam perda de R\$ 2,8 mi à Aracruz

Mulheres ligadas à Via Campestina prosseguem até o fim da semana com invasões pelo País

Habitação teve R\$ 202 milhões perdidos no Orçamento

Lu Aiko Otta
BRASÍLIA

O ritmo frenético de reuniões de Palácio do Planalto para discutir as medidas do pacote da

habitação sugere que construir moradias populares é prioridade absoluta do governo. Os números da execução do Orçamento de 2008, porém, mostram uma realidade diferente. No ano passado, sobraram R\$ 202,4 milhões das verbas reservadas para subsidiar habitações de interesse social.

Esse é justamente um dos programas que, turbinado, vai permitir à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, virtual candidata à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, entregar casas a imigrantes que pagam prestações de R\$ 15 a R\$ 20. As mensalidades serão baixas graças ao subsídio que sairá do Orçamento.

No entanto, dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram que não houve pressa em entregar esses subsídios às famílias de baixa renda. Há R\$ 450 milhões disponíveis para isso. Desses, R\$ 247,6 milhões foram

empenhados, ou seja, foram atrelados a obras em andamento.

O restante, R\$ 202,4 milhões, permaneceu intocado. Na virada para 2009, essa sobra virou superávit primário, ou seja, foi usado para pagar juros da dívida pública. O dinheiro não está mais à disposição do Ministério das Cidades, responsável pelo programa.

Técnicos da área reconhecem que o governo tem dificuldade em executar obras com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A lei que criou esse mecanismo foi aprovada em junho de 2005. A regulamentação só saiu um ano depois.

Integrantes dos movimentos sociais em prol da moradia popular alertaram Dilma para o fato de que, nessa velocidade, será difícil cumprir a meta de contratar 1 milhão de moradias até o fim de 2010.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª será atendido na forma regimental.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador Efraim, eu queria somente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Infelizmente, o Senador já tinha terminado o discurso e nós já estamos com a Ordem do Dia atrasada em uma hora. De maneira que, eu pediria a compreensão da Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não. Não faltará tempo para nós discutirmos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu quero me desculpar perante a Casa, porque nós estamos com um atraso de quase uma hora na Ordem do Dia, em decorrência da visita do Príncipe Charles e sua esposa ao Senado. Nós tivemos oportunidade, então, alguns Senadores, de recebê-los e essa audiência demorou até este instante. Mas eu quero, então, abrir a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá

Eu dou a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem, e convoco o Relator da matéria, Senador Romero Jucá, para comparecer ao plenário.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, de maneira bastante breve, quero anunciar a V. Exª que hoje tive a honra de passar a integrar a Frente Parlamentar Cooperativista e presenciei a belíssima reunião, muito organizada e muito representativa, da entidade chefe,

líder das cooperativas, com a presença de inúmeros Senadores e Deputados com assento neste Congresso; anunciar com muita alegria a eleição do Deputado Zonta como Presidente da Frente Parlamentar e a reeleição de Márcio Lopes Freitas para a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil); e anunciar ainda, Sr. Presidente, para encerrar, que uma parlamentar do Norte, a única parlamentar do Norte, Deputada Rebecca Garcia, do meu Estado, representa nossa Região como Subsecretária-Geral da Frente Parlamentar. Portanto, nós imaginamos que será um trabalho muito profícuo e muito intenso, que haverá de dar frutos para uma perspectiva que é a de distribuição de riqueza, de organização da sociedade e de criação de novos empreendedores neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Romero Jucá, para proferir o seu parecer.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, porque teremos votação de duas medidas provisórias e votação de autoridade.

PARECER Nº 27, DE 2009-PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – AP. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer da medida provisória é pela constitucionalidade.

No mérito, estamos apresentando doze emendas. Algumas, de certa forma, corrigem o texto que veio da Câmara dos Deputados, e outras emendas ampliam o processo de renegociação da dívida agrícola de setores que não foram atendidos no final do ano passado. No meu relatório, agreguei onze emendas; e, posteriormente, apresentei também uma décima segunda emenda, Sr. Presidente, que visa exatamente à equalização da armazenagem do álcool brasileiro. É uma emenda que autoriza a subvenção para equalização de taxa de juros nas operações contratadas de 2009 a 2010, para financiamento de estocagem do álcool, exatamente para enfrentar mais esse desafio da comercialização do álcool.

Então, o relatório é pela aprovação, com as mudanças que faço.

Estou à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 27, DE 2009

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, à Medida Provi-

sória nº 445, de 6 de novembro de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 31, de 2008, à Medida Provisória (MPV) nº 445, de 6 de novembro de 2008, que tem por objetivo autorizar que se dispense a Caixa Econômica Federal (CEF) do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que seriam devidos à União, referentes aos exercícios de 2008 a 2010, em montante a ser definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitado o recolhimento mínimo de vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado.

O montante a ser definido pelo Ministro de Estado da Fazenda será utilizado para a cobertura de trinta e cinco por cento do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil, que tenham por objeto a construção habitacional, cabendo ao Conselho Monetário Nacional regulamentar a MPV.

No seu texto original, a MPV tinha apenas artigos o segundo definia a cláusula de vigência. À Medida foram oferecidas 18 emendas na Comissão Mista, instalada conforme o **caput** do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que aprovou o relatório do Deputado Paulo Pimenta.

A Emenda de nº 1, do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, inclui como beneficiários de empréstimos de capital de giro os prestadores de serviços turísticos. A Emenda de nº 2, do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, objetiva constituir um fundo de aval que seria remunerado por taxa de juros equivalente à taxa de juros do Serviço Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). A Emenda de nº 3, do Deputado Bruno Araújo, objetiva garantir que a CEF efetue, até o final de 2011, o recolhimento do saldo não utilizado corrigido pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. A Emenda de nº 4, do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, além de constituir um fundo de aval, determina que em 2011 os recursos e os haveres do fundo de aval sejam transferidos ao Tesouro Nacional, incluindo juros equivalentes ao período. A Emenda de nº 5, também do Deputado Antônio Carlos

Magalhães Neto, determina as condições contratuais para os termos de recuperação do capital pelo fundo de aval. A Emenda de nº 6, do Deputado Fernando Coruja, determina que cada operação de empréstimo da CEF, com garantia dos recursos do Tesouro Nacional no âmbito da MPV, seja publicada na página daquela empresa pública na internet. A Emenda de nº 7, do Deputado Gustavo Fruet, determina que a CEF encaminhe relatório trimestral ao Congresso Nacional sobre as operações amparadas pela MPV. A Emenda de nº 8, do Deputado Hugo Leal, autoriza a Casa da Moeda do Brasil a adquirir participação no capital de empresas públicas ou privadas. A Emenda de nº 9, também do Deputado Hugo Leal, autoriza o Poder Executivo a operacionalizar o Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH). A Emenda de nº 10, do Deputado Sandro Mabel, prorroga o prazo de recadastramento de propriedade de armas de fogo para 31 de dezembro de 2009. A Emenda de nº 11, do Deputado Nelson Pellegrino, estabelece novos prazos para a renegociação dos financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação sem a cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). A Emenda de nº 12, do Deputado Arnaldo Jardim, destina-se a estabelecer condições para que o Poder Executivo, no âmbito de todos os entes federados, possa receber projetos com vistas a concessões de obras públicas. A Emenda de nº 13, do Deputado Gustavo Fruet, autoriza a União a abrir linha de crédito para o setor do agronegócio. A Emenda de nº 14, do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, determina que a CEF encaminhe relatório semestral ao Congresso Nacional sobre as operações amparadas pela MPV. A Emenda de nº 15, do Senador Romero Jucá, tem por finalidade estender o prazo para 31 de dezembro de 2012 dos benefícios tributários da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil. A Emenda de nº 16, do Deputado Milton Monti, prorroga a autorização legal para que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) possa utilizar recursos para executar obras para fins de apoio à transferência definitiva da malha rodoviária aos estados. A Emenda de nº 17, do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, reabre o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Finalmente, a Emenda de nº 18, também do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para garantir linha de crédito para o financiamento de capital de giro pela CEF.

O relatório do Deputado Paulo Pimenta concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das emendas apresentadas; pela adequação financeira e orçamentária da MPV e pela inadequabilidade das Emendas de nº 8 (participação de órgão público em empresas públicas ou privadas sem a correspondente dotação orçamentária), de nº 13 (emissão de títulos da dívida mobiliária), de nº 15 (extensão de prazo de privilégio tributário) e de nº 17 (parcelamento de tributos), que repercutem negativamente sobre os orçamentos da União, não cabendo pronunciamento acerca da adequação financeira e orçamentária das demais; e, no mérito, pela aprovação da MPV, com acolhimento das Emendas de nºs 9, 10, 11, 12, 14 e 16, na forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV) de nº 31, de 2008, que foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados no último dia 3 de dezembro. Cabe ainda esclarecer que foi aprovada a Emenda Aglutinativa de Plenário que fundiu a Emenda de nº 4 com o texto do art. 1º do PLV; que, a despeito da rejeição da Emenda de nº 6, foi incluída a exigência de publicação na internet pelo valor total das operações; e que a Emenda de nº 16 sofreu pequena alteração para especificar que as ações do DNIT se farão nos limites de sua dotação orçamentária.

Além disso, foi introduzido dispositivo que altera a MPV nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para abrir novo prazo de dois anos, contados da conversão em lei da MPV em análise, para os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenha avaliação positiva da agência financiadora, no BNDES e na CEF, e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

II – Análise

II.1 – Da admissibilidade

Consoante dispõe o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito de Medida Provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

Quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, afirma a Exposição de Motivos nº 185, de 2008, do Ministério da Fazenda, que a relevância e urgência se justificam, não só pela iminente paralisação de obras, diante do consequente descumprimento dos contratos de compra e venda firmados com dezenas de milhares de famílias que adquiriram

imóveis em construção, que seriam profundamente afetadas, como também pela própria confiabilidade do mercado da construção, que teria seu crescimento futuro comprometido.

Cabe sempre observar que a urgência e a relevância são requisitos de avaliação discricionária, de apreciação estritamente política, permeada pelos critérios de oportunidade e conveniência. Dessa forma, consideramos plenamente justificável a relevância e urgência da MPV.

II.2 – Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

O ato normativo em exame enquadra-se nas previsões constitucionais. O Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, ao editar e submeter à deliberação do Congresso Nacional a MPV nº 445, de 2008. Destaque-se que o objeto da MPV não trata das restrições impostas pelo § 1º daquele dispositivo, nem tampouco atenta contra os requisitos impostos pelo art. 246 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, é adequado o tratamento da matéria por lei ordinária, de iniciativa do Presidente da República.

O texto também atende às exigências da boa técnica legislativa, impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Em razão dos acréscimos feitos ao texto original da Medida Provisória nº 445, de 2008, foi adotado projeto de lei de conversão, conforme previsto no art. 62, § 1º, da Constituição Federal.

II.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Dessa forma, no que diz respeito à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, que ora apreciamos, em especial com as limitações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entendemos que o cumprimento da meta de superávit primário, conforme a Lei nº 11.768, de 2008, que dispõe sobre

as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009, de iniciativa do Poder Executivo, já proporciona condição suficiente para ser admitida a adequação orçamentária e financeira da MPV. Além disso, pelos valores arrecadados pela União, em 2007, de dividendos e juros sobre o capital próprio da CEF no total aproximado de R\$1,1 bilhão para um lucro líquido ajustado de aproximadamente R\$2,2 bilhões, ou seja, cerca de 50%, deduz-se que, respeitando-se o limite mínimo de 25% do lucro líquido na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, não haverá impacto orçamentário significativo a ponto de comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à não-apresentação pelo Poder Executivo de estimativas sobre a repercussão na despesa pública da União, devem ser considerados alguns aspectos supervenientes. A Lei nº 11.768, de 2008, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, ao estimar a receita de dividendos da União, destina os recursos, em sua totalidade, para o abatimento da dívida pública. Além disso, deve-se considerar o aspecto autorizativo no a, pois sua efetividade dependerá de decisões posteriores do Poder Executivo.

II.4 – Do mérito

Quanto ao mérito, a justificativa do Poder Executivo é a de que o agravamento da crise financeira internacional tem imposto sérias restrições no acesso ao crédito para diversos agentes econômicos. Sem apresentar dados, a Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda diz que as restrições de acesso ao crédito são notadamente para aqueles que atuam no ramo da construção civil.

Sendo assim, a iminente paralisação de obras e consequente descumprimento dos contratos de compra e venda firmados com dezenas de milhares de famílias que compraram imóveis em construção constitui-se em fator relevante para que haja ação para a manutenção do nível de atividade econômica e emprego no setor de construção habitacional.

Cabe esclarecer que a Medida Provisória prevê que o montante será definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, devido ao fato de que não há elementos suficientes para saber quais os lucros da CEF no período de 2008 a 2010, nem o grau de extensão da demanda dos recursos.

A CEF é, de acordo com o Decreto nº 759, de 1969, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

De acordo com o art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.673, de 1998, para as empresas públicas, o recolhimento ao Tesouro Nacional de dividendos ou juros será feito

no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União de proposta sobre a destinação do lucro do exercício, após a aprovação do Ministro de Estado da Fazenda.

Ao afirmar que o montante será utilizado para a cobertura de 35% do risco de crédito, a MPV estima que, ao garantir, por meio de seguro de crédito, 35% do montante e dos juros de uma operação de crédito, a União estará cobrindo boa parte do risco de inadimplência, pois o risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não-cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A CEF, por exemplo, opera com recursos de fundos parafiscais e dos trabalhadores como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isso significa que a CEF se obriga com a devolução dos recursos aos fundos, mesmo no caso de inadimplência do tomador de empréstimo.

A presente MPV consiste em mais uma dessas medidas contracíclicas de incentivo ao crédito. No caso específico, com o objetivo de estimular o setor habitacional. Enfim, também quanto ao mérito não há o que reparar, pois são fundadas as razões apresentadas pelo Poder Executivo de que a falta de capital de giro das empresas de construção civil poderá resultar em paralisação de obras e descumprimento de contratos de compra e venda firmados com os promitentes compradores.

Com relação às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, entendemos que elas vêm no sentido do aperfeiçoamento da proposição e do seu objetivo de sustentar o nível de crédito.

Todavia, por meio de algumas emendas, temos o intuito de aperfeiçoar o PLV nº 31, de 2008, no que será mais uma colaboração do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento legal do País.

As Emendas de nºs 1, 3 e 4 tratam dos contratos de financiamento habitacional e se justificam diante da necessidade de não se onerar indevidamente o FCVS, pois a assunção do financiamento pelo atual ocupante do imóvel não pode considerar a garantia do FCVS originalmente dada ao primeiro mutuário.

A negativa de cobertura do FCVS para o primeiro contrato nem sempre é irreversível, pois há casos de reversão da negativa pelos agentes financeiros e mutuários, por meio administrativo ou judicial. No entanto, ao conceder ao atual ocupante do imóvel as mesmas condições do contrato original, a Lei não pode permitir que os contratos que perderam a cobertura do FCVS tornem a adquiri-la pela simples substituição do mutuário. Por essa razão, para a segunda operação de financiamento,

em nome do atual ocupante, é importante determinar que ela não contará com a cobertura do Fundo.

A Emenda de nº 2 trata de condicionar a renegociação dos contratos de financiamento habitacional sem a cobertura do FCVS, de que trata o caput do art. 3º do PLV, fruto da Emenda de nº 11, do Deputado Nelson Pellegrino, à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais também pelo agente financeiro.

A Emenda de nº 5 suprime o art. 10 do PLV nº 31, de 2008, pois entendemos que o dispositivo caracteriza um incentivo à inadimplência, o que resulta em penalizar o bom pagador e em risco moral para o sistema.

A Emenda de nº 6 suprime o § 6º do art. 1º do PLV nº 31, de 2008. A justificativa para a proposição da Emenda é a de que a autorização proposta no art. 1º da MP 445, refere-se à constituição de uma reserva no patrimônio líquido da Caixa, que será composta, de acordo com autorização do Ministro de Estado da Fazenda, por parte do lucro líquido ajustado no período. No entanto, o valor dessa reserva não se configura como dividendos retidos pela Caixa em favor da União. A supressão do § 6º do art. 1º evita o registro da reserva como uma obrigação no passivo de longo prazo perante a União, bem como o registro mensal da despesa financeira decorrente da aplicação de taxa de juros sobre esses mesmos valores, o que traria impactos negativos no resultado e no Patrimônio de Referência da Instituição.

Cabe ressaltar que o montante destinado à constituição dessa reserva não se configurará em obrigação perante o Tesouro, mas, considerando que a União detém a totalidade do capital social da Caixa, a reserva será revertida em favor daquela, a título de aumento do seu investimento, e retomará via dividendos futuros.

Adicionamos a Emenda de nº 7 para acrescentar artigo à Lei nº 8.427, de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. A legislação que dispõe sobre o preço de exercício a ser utilizado pelo governo para lançamento de Contratos de Opção Pública ou Privada de Venda não apresenta os custos que podem ser agregados ao preço mínimo na definição desse preço. Entretanto, em muitos casos, para que esses contratos tenham efetivo impacto no mercado e contribuam para a elevação dos preços para os produtores, é importante que possam garantir, além do preço mínimo, dos custos de carregamento com a estocagem e do possível custo com frete, nos casos de deslocamento do produto para armazém credenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) localizado em outras unidades da federação, uma margem a ser

definida pelo governo em função das expectativas de mercado futuro e da necessidade de estímulo à comercialização do referido produto. Pela proposta, a Lei deverá prever essas possibilidades, cabendo ao CMN a definição dos limites e da metodologia para o cálculo do preço de exercício no lançamento desses contratos, os quais, poderão contar com a subvenção de preços pelo governo.

A Emenda de nº 8, acrescenta artigo à Lei nº 11.775, de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, em razão de a Lei atribuir ao CMN, para alguns programas de crédito rural, a tarefa de definir os prazos para a renegociação das dívidas, para o pagamento de parcelas vencidas ou ainda para o pagamento de percentuais mínimos exigidos para a renegociação. Entretanto, para outros programas, especialmente para as operações com risco da União ou dos Fundos Constitucionais, a referida Lei estabeleceu o ano de 2008, como prazo final para a renegociação das dívidas, para o pagamento de parcelas vencidas ou, ainda, para o pagamento de percentuais mínimos exigidos para a renegociação.

Devido às dificuldades dos agentes financeiros, especialmente os bancos públicos federais, para recalcular os valores devidos em cada uma das operações ou à dificuldade que muitos produtores enfrentaram para efetuar os pagamentos ainda em 2008, por causa da crise financeira internacional, o CMN prorrogou, em janeiro último, os prazos para as renegociações dos programas para os quais a Lei não estabeleceu prazos. Dessa forma, pretende-se dar tratamento isonômico a todos os programas.

A Emenda de nº 9, visa a corrigir o prazo da primeira parcela de renegociação de dívida concedida pela Lei nº 11.775, de 2008.

A Emenda de nº 10, altera vários artigos da Lei nº 11.775, de 2008, para corrigir prazos no Funcafé Dação, devido ao atraso pelos agentes financeiros no recálculo das operações, fruto do grande número e complexidade das operações, que não permitiu à grande maioria dos produtores, mesmo tendo aderido ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo CMN, efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos pela Lei. Além disso, são feitas alterações nas prestações anuais e para permitir a conversão da dívida em produto.

Além disso, a Emenda visa a ampliar o prazo para a renegociação das operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, bem como a explicitar que as operações efetuadas com risco dos bancos públicos também podem ser renegociadas;

incluir a carcinocultura e a fruticultura entre as atividades excetuadas na vedação à realização de novos investimentos, no âmbito do Pronaf e dos Fundos Constitucionais, pelos mutuários que renegociarem suas dívidas de investimento; permitir a conversão para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste de operações de crédito rural efetuadas com recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT) quando realizadas em operações mixadas com o FNE; ampliar o prazo de suspensão das execuções judiciais enquanto durarem os processos de renegociação, desde que os mutuários tenham solicitado a adesão à renegociação; e permitir a renegociação de dívidas rurais de mutuários que estão inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) em decorrência de dívidas com um dos bancos públicos federais, mas que possuem dívidas de crédito rural em outro banco público.

A Emenda de nº 11 visa a alterar datas em anexos da Lei nº 11.775, de 2008, devido à mudança de datas de renegociação de dívidas.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, à Medida Provisória nº 445, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 19 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

.....
§ 1º

.....

II – ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 20 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

.....

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, pelos

agentes financeiros ou por ambos, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro às condições da renegociação estabelecidas nesta Lei, anuência essa caracterizada pela assinatura de seu representante legal no aditivo contratual de renegociação da dívida.

EMENDA Nº 21 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se o seguinte § 4º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º.....

§ 4º Na renegociação de que trata o **caput**, para efeito de reconhecimento da cobertura do FCVS, não há alteração do mutuário original.

EMENDA Nº 22 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 5º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 5º.....

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 23 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o art. 10 do PLV nº 31, de 2008, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 24 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o § 6º do artigo 1º do PLV nº 31, de 2008.

EMENDA Nº 25 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, o seguinte artigo:

Art. 3-A. O Conselho Monetário Nacional definirá os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo por base o preço mínimo do produto, as estimativas de custos para o carregamento dos estoques, inclusive os custos financeiros, e do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para a entrega do produto, podendo, ainda, incluir uma margem adicional sobre o preço mínimo estipulado em função

das expectativas de mercado e da necessidade de estímulo à comercialização.

Parágrafo único. O preço de exercício para cada produto será definido em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.

EMENDA Nº 26 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, o seguinte artigo:

Art. 59-A. As operações de crédito de que tratam os artigos 1º, 2º, 5º, 14 e 18 desta Lei, cujos mutuários manifestarem interesse formal em aderir aos respectivos processos de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, terão as datas de vencimento das parcelas referentes a 2008, da amortização mínima exigida para renegociação e de liquidação total do saldo devedor em 2008 prorrogadas para até 30 de junho de 2009, data final para que os agentes financeiros concluem os processos de recálculo dos valores devidos.

EMENDA Nº 27 – RELATOR REVISOR

O art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

§ 5º.....

II – a parcela do saldo devedor apurado na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela até 31 de outubro de 2009, observado o seguinte:

.....(NR)

EMENDA Nº 28 – RELATOR REVISOR

Os arts. 6º, 7º, 15, 29, 30, 31, 33 e 34 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º.....

I –

b)

1 – permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

II –

b)

3 – permissão do reescalonamento do saldo devedor ajustado remanescente, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

§ 1º Fica facultado aos mutuários adimplentes o pagamento de cada parcela das operações referidas no **caput** deste artigo em sacas de café, até a data do vencimento pactuado, sendo a quantidade do produto definida pela divisão do valor da parcela atualizada pelo Preço Mínimo vigente na data do pagamento da respectiva parcela.

§ 2º O mutuário adimplente que optar pelo pagamento da parcela em produto na forma do § 1º deverá entregar a quantidade de produto devida ao Funcafé, até a data do vencimento da respectiva parcela, nos locais, condições e com as características do produto definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

§ 3º O custo dos descontos concedidos neste artigo e de eventual diferença em face de liquidação com base nos parágrafos 1º a 2º será, suportado pelo Funcafé.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional definirá as demais condições e os prazos para implementação do disposto neste artigo. (NR)

Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Ca-

caueira Baiana, cujo risco parcial ou integral da operação seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A, desde que não tenham sido renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

II –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

III –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

IV –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

V –

e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídas as garantias do Tesouro Nacional e do Tesouro da Bahia.

§ 1º As operações de que trata este artigo, cujo risco seja integral dos agentes financeiros, podem ser renegociadas nas condições definidas neste artigo, desde que os agentes financeiros assumam o ônus com os custos dos descontos das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, podendo o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, ser liquidado por meio da contratação de nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput**.

§ 2º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional, quando se tratar de operações realizadas com recursos do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia.

§ 4º Fica o FNE, quando se tratar de operações realizadas com recursos desse Fundo, autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à

Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (DESENBAHIA). (NR)

Art. 15.

§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

Art. 29. (NR)

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR (NR).

Art. 30.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação

do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

Art. 31.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2009, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III, observando que:

.....

§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006 com recursos do FAT pelos agentes financeiros gestores destes Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverão ser consideradas como uma nova operação de crédito rural;

II – a nova operação de que trata o inciso 1 ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo;

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO;

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta lei para a renegociação de dívidas;

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte:

a) as operações que tenham “cédulas-filhas” serão enquadradas na regra geral;

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao **del-credere** a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da operação renegociada, sem perder de vista o limite previsto no inciso II do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.(NR)

.....

Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestaram formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 12 de dezembro de 2008.

.....

§ 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 12 de dezembro de 2008. (NR)

Art. 34.

Parágrafo único. A autorização para a renegociação de dívidas de que trata o **caput**, bem como para a contratação de operações de que tratam os arts. 2º, 7º e 31 desta Lei, estendem-se também às pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN – em decorrência do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (NR)

EMENDA Nº 29 – RELATOR REVISOR

Os títulos dos anexos III, V, VII e IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapas 1 e 2: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO V

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO VII

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União: Descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2009.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**, Relator-revisor.

Emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 31/2008 (MP nº 445 de 6 de novembro de 2008) que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124/2005; altera a Medida Provisória nº 2.185-35/2001; e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826/2003, e dá outras providências.”

EMENDA Nº 30 – RELATOR REVISOR

Inclua-se, onde couber, este artigo.

Art. xx Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações a serem contratadas em 2009 e 2010, para financiamento de estocagem de álcool etílico combustível para usinas, destiladas e cooperativas de produtores de álcool etílico combustível, e nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

§ 1º Os empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União serão realizados com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º O pagamento da equalização de que trata este artigo será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º A equalização de juros de que trata este artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN, estabelecerá as atividades agroindustriais beneficiárias e as demais condições dos financiamentos de que trata este artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda definir a metodologia para a concessão da equalização das taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, e, no mérito, é pela aprovação do projeto de lei de conversão, com as Emendas nºs 19 a 20, do Relator revisor.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira. Em seguida, votaremos o mérito.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, dou como aprovados.

Vamos passar à discussão do mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 445 dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinando, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.

O PSDB julga que é uma medida acertada, que compõe um item de enfrentamento à crise financeira que está aí. Um item insuficiente, pois entendo que o Governo tem sido tímido no enfrentamento dessa crise, começando pela falta de realismo de não aceitar o

fato de que a crise é de uma gravidade extrema, que ela mal começou. A meu ver, infelizmente, ela tomará o tempo restante do Governo do Presidente Lula e pelo menos dois anos do próximo mandatário. Essa é a opinião que, lamentavelmente, tenho que revelar à Nação, a partir da minha convicção pessoal, longe do meu desejo. Mas o PSDB não poderia deixar de apoiar uma medida que vem, ainda que timidamente, enfrentar a crise econômica que aí está.

Essa medida possibilita o incremento de recursos para capital de giro para o setor da construção civil, que é um dos mais afetados por este momento da crise. O automobilístico recebeu, recentemente, um certo alento. Esse, não. Esse está paralisado e os jornais televisivos mostraram a realidade vivida pelo setor da construção civil no Brasil, que é a mais desalentadora.

Mas, muito bem. Então, a medida possibilita o incremento de recursos para o capital de giro, de modo que a União passe a compartilhar com até 35% do risco dessas operações no âmbito da Caixa Econômica Federal, garantindo a continuidade de inúmeros projetos habitacionais que estão em construção no País e que poderiam, de alguma forma, sofrer descontinuidade por conta da escassez de crédito no mercado.

A medida pode ser de grande importância para a manutenção do nível de atividade econômica e emprego nesse setor da construção civil. A falta de capital de giro das empresas desse setor, eu repito, Sr. Presidente, poderá resultar em paralisações de obras e descumprimentos de contratos de compra e venda firmados com os compradores, em prejuízo da confiabilidade do mercado de construção.

Na Câmara dos Deputados, essa medida provisória recebeu alterações, permitindo a renegociação de contratos de financiamentos habitacionais.

No Senado, o ilustre Relator acrescentou um conjunto de emendas de sua própria autoria, permitindo também a renegociação de dívidas rurais para atender aos produtores de café, cacau, frutas e criadores de camarões, o que igualmente julga justa a bancada do PSDB.

O prazo de vencimento seria 16 de abril, mas nós entendemos que essa requer pressa e, portanto, o PSDB, falando inclusive pouco aqui, diz que no mérito votará a favor dessa matéria, depois de tê-la julgado relevante, urgente e, portanto, constitucional também, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador José Agripino, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos concordar com a aprovação dessa matéria. Já concordamos com a urgência, relevância e constitucionalidade, e aprovamos a sua admissibilidade, mas queremos fazer um comentário rápido sobre o mérito, que é apropriado, principalmente para o momento.

O mundo inteiro vive uma enorme carência de crédito. A origem dessa medida provisória é incorporar ao disponível da Caixa Econômica para empréstimos aquilo que a Caixa iria pagar de dividendos à própria União. A União, portanto, abre mão de um lucro para reinvesti-lo na Caixa Econômica, a fim de que ela possa financiar setores da atividade econômica do País, com vistas a gerar emprego e a retomar a economia.

Entraram, num segundo momento, na minha opinião de forma esconsa, mas recomendável: renegociação de dívidas do crédito rural voltados para a carcinicultura, a cultura do camarão, que diz muito a respeito ao meu Estado, a cafeicultura e a cacauicultura; e, por último, a adequação de recursos para prover a estocagem de álcool etílico, em grande medida produzido no Nordeste e no Sul, num combustível que se associa ao petróleo.

Por essas razões e por entender que a medida provisória é apropriada, que ela, de certa forma, contém assuntos urgentes, porque você socorrer a carcinicultura, a cafeicultura e a cultura do cacau, que estão em dificuldades, já justifica a aprovação da matéria. Por essa razão, o nosso voto será favorável à aprovação da MP no seu mérito.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero parabenizá-lo pela solenidade de que acabamos de participar no seu gabinete. Acho que a preocupação do Príncipe Charles com a questão ambiental e com questões climáticas é fundamental para a definição de uma política em nível mundial.

Mas, com relação à medida provisória, projeto de lei de conversão, a minha posição é favorável ao relatório. De fato, é uma injeção de recursos a mais pela Caixa Econômica Federal com relação à disponibilidade de crédito.

Tivemos, ontem, a publicação do Produto Interno Bruto do último trimestre de 2008. Verificamos a queda de 3,6% do PIB comparado com o trimestre anterior, mas um crescimento de 1,3% comparado com o mesmo período do ano anterior. Tivemos uma grande queda, mas estamos na expectativa de que as medidas adotadas pelo Governo a partir do fim do ano passado tenham condições de promover e causar efeitos agora, a partir do início deste ano, no primeiro e segundo trimestre deste ano. Compreendo que o último trimestre do ano passado foi o pior trimestre que vivenciamos. A expectativa é que, neste ano, as medidas já tenham causado algum tipo de resultado positivo para a economia brasileira. Ninguém, efetivamente, sabe estabelecer uma perspectiva daquilo que vai acontecer com a economia mundial e com a economia brasileira, mas essa é a expectativa nossa.

Hoje, estamos tendo um evento importante, que é a reunião do Copom. Um instrumento importante que o Governo tem para que possamos aumentar consumo, incentivar investimentos e incentivar produção é a redução da taxa Selic. Portanto, a minha esperança é que, hoje, o Conselho de Política Monetária possa tomar uma decisão mais avançada, progressista, audaciosa de um corte mais profundo da taxa de juros, porque existem países que não têm nem mais esse instrumento – as suas taxas básicas já chegaram a zero –, mas, aqui, no Brasil, temos instrumentos, podemos cortar, temos condições de cortar e não temos razão para não fazê-lo. Então, que façamos um corte profundo, porque isso também pode colaborar no incentivo ao consumo e no investimento no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador João Tenório, para discutir a matéria.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a nossa avaliação do momento oportuno dessa medida provisória, sobretudo essa Emenda nº 12, que diz respeito à presença e à assistência que o BNDES dará à produção e à estocagem de álcool no Brasil.

Convém lembrar uma coisa importante: diferentemente das *commodities* minerais, que são produzidas e comercializadas normalmente em 12 meses – há um fluxo de caixa adequado para tanto –, as *commodities* agrícolas, de um modo geral, e particularmente aquelas que dizem respeito à atividade alcooleira, são produzidas em seis meses e comercializadas em 12 meses.

Isso demanda um volume muito grande de capital de giro, exatamente no momento em que os grandes fornecedores de capital de giro do setor trancaram as suas fontes e não existe uma possibilidade de buscar recursos para financiar essa formação de estoque.

Então, chega num momento oportuno essa decisão do Governo de disponibilizar recursos do BNDES a custo financeiro razoável para financiar a formação de estoque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou submeter à votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos votar agora as Emendas do Relator de nºs 19 a 29.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, as 11 emendas têm parecer favorável. São exatamente as emendas que expliquei aqui e às quais alguns dos Senadores e Senadoras se referiram. E, além das 11 emendas do meu relatório, existe sobre a mesa uma emenda específica, que é a Emenda nº 12, que trata da questão da estocagem do álcool.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a, então, precisa dar parecer sobre a emenda...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A emenda é da minha autoria, Sr. Presidente. Os pareceres são favoráveis. Portanto, peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a tem que...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já está no processado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É que V. Ex^a numerou diferente, de acordo com que temos aqui, dando o número 1, quando, na realidade, as 11 emendas são de nº 19 a 29.

Terminada a discussão. Não havendo quem queira se manifestar, submeto as emendas à deliberação do Plenário. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, estão aprovadas.

Ficam prejudicadas as outras emendas apresentadas ao projeto de lei de conversão.

A matéria, emendada, volta à Câmara dos Deputados.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, referentes aos exercícios de 2008 a 2010, que lhe seriam devidos, em montante a ser definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitado o recolhimento mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

§ 1º O montante a ser definido na forma do caput deste artigo será utilizado para a cobertura de 35% (trinta e cinco por cento) do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil.

§ 2º A cobertura de risco de que trata o § 1º deste artigo será destinada somente para operações que tenham por objeto a construção habitacional.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo.

§ 4º A Caixa Econômica Federal, com relação às novas operações de empréstimos de que trata o § 1º deste artigo, à medida que essas forem efetuadas, deverá disponi-

bilizar em seu sítio na internet o valor total das operações realizadas.

§ 5º A Caixa Econômica Federal deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente, relatório semestral sobre as operações contratadas.

§ 6º A partir de 2011, os recursos não oferecidos em garantia deverão ser transferidos ao Tesouro Nacional, com taxa de juros a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Ficam os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios autorizados a estabelecer normas para regular procedimento administrativo, visando a estimular a iniciativa privada a apresentar, por sua conta e risco, estudos e projetos relativos à concessão de serviços públicos, concessão de obra pública ou parceria público-privada.

Art. 3º Os contratos de financiamento habitacional formalizados até 5 de setembro de 2001, no âmbito do SFH, sem a cobertura do FCVS bem como os contratos de financiamento que originariamente contavam com esta cobertura mas que a tenham perdido ou vierem a perdê-la, que apresentem o desequilíbrio financeiro de que trata o art. 4º desta Lei, poderão ser renegociados, de comum acordo entre as partes contratantes, nas condições desta Lei, no prazo de:

I - 12 (doze) meses contado da data da entrada em vigor desta Lei, no caso dos contratos sem a cobertura do FCVS e dos que originariamente contavam com esta cobertura mas que já a tenham perdido até a data da entrada em vigor desta lei;

II - 180 (cento e oitenta) dias contado da data da comunicação formal, pelo agente financeiro ao mutuário,

a ser enviada pelo correio, para o endereço do imóvel financiado, com aviso de recebimento, informando da possibilidade de renegociação do saldo devedor remanescente, no caso dos contratos que originariamente contavam com a cobertura do FCVS mas que vierem a perdê-la em data posterior à da entrada em vigor desta Lei.

§ 1º A renegociação de que trata o caput deste artigo fica facultada:

I - aos mutuários adimplentes ou não;

II - ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor;

III - aos mutuários cujos contratos tenham sido objeto de execução já concluída com procedimento judicial que inviabilize a transferência ou a venda do imóvel.

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro, aceitando-se todas as condições da renegociação estabelecidas nesta lei, caracterizando-se esta aceitação pela simples assinatura por parte de seu representante legalmente constituído, no aditivo contratual de renegociação da dívida.

§ 3º A transferência de que trata inciso II do § 1º deste artigo fica condicionada ao atendimento pelo cessionário dos requisitos exigidos para a assunção do financiamento, inclusive capacidade de pagamento e idoneidade cadastral.

Art. 4º Considerar-se-á em desequilíbrio financeiro, para efeito desta Lei, o contrato cujo valor da prestação de amortização e juros, na data da renegociação, atualizada desde a data do último reajuste contratual, com base nos mesmos índices de correção dos saldos devedores, for insuficiente para quitar o saldo devedor do financiamento, também atualizado até a data da renegociação, considerando-se a taxa de juros, o prazo remanescente da operação e o sistema de amortização pactuados em contrato.

Parágrafo único. Para efeito da constatação de eventual desequilíbrio financeiro do saldo devedor de que trata o caput deste artigo, serão expurgadas as incorporações de débitos em atraso que tenham ocorrido ao longo do prazo contratual.

Art. 5º A renegociação prevista nesta Lei será formalizada mediante a assinatura de aditivo contratual que obedecerá às seguintes condições:

I - o saldo devedor constante do aditivo contratual, que constituirá o novo valor de financiamento do mutuário e servirá de base para a apuração da prestação de amortização e juros, será apurado mediante aplicação do percentual obtido entre o valor do financiamento e o valor de avaliação do imóvel, ambos na data da concessão original do empréstimo, sobre o valor de avaliação atual do imóvel, a ser apurado na forma desta Lei, desconsiderando-se, na apuração da avaliação atual, eventuais melhorias ou ampliação no respectivo imóvel posteriores à assinatura do contrato original, e deduzindo-se do novo saldo apurado as amortizações extraordinárias positivas;

II - a adoção de plano de reajustamento da prestação e de sistema de amortização do financiamento que as-

segure a quitação integral do saldo devedor constante do aditivo contratual de que trata o inciso I do caput deste artigo, respeitado o novo prazo de amortização ajustado na renegociação e observados o limite máximo de 30% (trinta por cento) de comprometimento da renda familiar apurada na data da renegociação para definição do valor inicial do encargo mensal, a idade máxima para efeito de cobertura securitária e o prazo de validade da garantia hipotecária anteriormente constituída;

III - quando o prazo de validade da hipoteca relativa ao financiamento original não for suficiente para a aplicação do disposto no inciso II do caput deste artigo, nova contratação, a critério das partes, poderá ser efetuada, com a prorrogação do prazo da hipoteca ou sua substituição pela alienação fiduciária, cabendo ao mutuário os respectivos custos;

IV - manutenção das coberturas securitárias do contrato original;

V - taxa de juros do financiamento renegociado limitada a do financiamento original, admitindo-se, a critério dos agentes financeiros, a sua redução;

VI - manutenção dos critérios de atualização monetária do saldo devedor previstos no contrato original de financiamento.

§ 1º Na renegociação, a garantia da operação será a mesma adotada no contrato original do financiamento imobiliário, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo.

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original.

§ 3º Ao saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput deste artigo poderão ser incluídos os encargos em atraso acrescidos de atualização monetária, juros contratuais e das cominações previstas contratualmente, o valor das custas judiciais e dos honorários advocatícios de responsabilidade do mutuário, quando da existência de ação judicial que envolva a operação, e os custos relativos à nova contratação de que trata o inciso III do caput deste artigo, quando for o caso.

Art. 6º A avaliação do imóvel de que trata o inciso I do caput do art. 5º desta Lei será realizada pelo agente financeiro ou por quem este designar.

§ 1º Quando o mutuário não concordar com o valor de avaliação do imóvel apresentado pelo agente financeiro, poderá contratar, às suas custas, avaliador independente para a realização de nova avaliação.

§ 2º No caso de valores divergentes entre as avaliações efetuadas pelo agente financeiro e pelo avaliador independente, uma nova avaliação será realizada pela Caixa Econômica Federal, a pedido do agente financeiro, cujo valor será adotado em definitivo para fins da renegociação de que trata esta Lei.

§ 3º O custo das avaliações de que trata este artigo, com exceção da referida no § 1º deste artigo, poderá compor o saldo devedor do aditivo contratual, limitado o valor de cada uma dessas avaliações ao valor usualmente cobrado para as operações de concessão de financiamento imobiliário.

Art. 7º Fica dispensado o registro de averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Tí-

tulos e Documentos do aditivo contratual de que trata o art. 5º desta Lei.

Art. 8º Os contratos renegociados, nos termos desta Lei, poderão ser transferidos, mediante acordo entre as partes, com anuência expressa da instituição financeira credora, mediante a simples substituição do devedor.

Art. 9º As alterações necessárias ao ajustamento das posições de direcionamento obrigatório dos recursos captados em depósitos de poupança, quando houver redução dos saldos das aplicações habitacionais em decorrência dos descontos concedidos na renegociação prevista nesta Lei, bem como os mecanismos necessários para a compensação dos valores relativos aos descontos concedidos em decorrência da aplicação desta Lei serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme atribuição dada pela Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Art. 10. Os imóveis residenciais, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, adjudicados ou arrematados, quando recolocados à venda pelos agentes financeiros, serão preferencialmente ofertados ao ex-mutuário, pelo preço de mercado, com a possibilidade de financiamento pelo SFH e nas mesmas condições de revenda regularmente utilizadas pelos agentes financeiros para venda a terceiros, ficando os agentes financeiros públicos, apenas para o disposto neste artigo, desobrigados de cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º O preço de mercado de que trata o caput deste artigo será obtido mediante avaliação promovida pelo agente financeiro ou por quem este designar.

§ 2º O ex-mutuário poderá exercer o direito de preferência de que trata o caput deste artigo uma única vez para o mesmo imóvel.

§ 3º Para efeito do caput deste artigo, o ex-mutuário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da adjudicação ou arrematação do imóvel, deverá formalizar perante o agente financeiro seu interesse na recompra do imóvel, informando, necessariamente, nessa ocasião, o endereço onde poderá vir a ser notificado conforme o disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Antes de recolocar o imóvel à venda para terceiros, o agente financeiro notificará o ex-mutuário, mediante, no mínimo, correspondência, com aviso de recebimento, dirigida ao endereço de que trata o § 3º deste artigo e, também, caso não seja o mesmo, para o endereço do respectivo imóvel, informando-o do seu direito de preferência, em função desta Lei, para a recompra, das condições e exigências básicas para a negociação, e solicitando a sua presença em local claramente definido, em prazo não inferior a 10 (dez) dias corridos, contado da data do recebimento desta comunicação, para a concretização do negócio sob pena de perda do direito de preferência de que trata este artigo.

§ 5º A revenda de que trata o caput deste artigo somente será formalizada se o ex-mutuário se enquadrar nas condições do SFH, e se comprovar, inequivocamente, renda familiar suficiente para a nova aquisição, a inexistência de restrições cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito, bem como a inexistência de qualquer outra ação ou execução judicial ou extrajudicial contra a sua pessoa, com exceção

da que lhe foi movida pelo próprio agente financeiro com vistas na retomada do imóvel que financiou.

§ 6º Tendo o ex-mutuário formalmente se interessado pela recompra do imóvel mas não podendo realizá-la exclusivamente pela sua incapacidade financeira de arcar com o preço de mercado estipulado na forma do § 1º deste artigo, ainda assim permanecerá com o direito de preferência, a ser exercido na forma do disposto neste artigo, caso o agente financeiro, posteriormente, para viabilizar a venda do respectivo imóvel a terceiros, entenda necessária a redução do seu preço inicialmente estipulado.

Art. 11. Os índices, para fins da atualização monetária de que trata esta Lei, serão os mesmos utilizados para a atualização do saldo devedor do contrato de financiamento.

Art. 12. O art. 24-A da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24-A. O Poder Executivo operacionalizará o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, segundo os termos da Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004."(NR)

Art. 13. Para fins de apoio à transferência definitiva do domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, poderá o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, no limite de sua dotação orçamentária, até 31 de dezembro de 2010, executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, adequação e sinalização das rodovias transferidas e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários.

Parágrafo único. A execução de serviços de que trata o caput deste artigo independerá de solicitação prévia dos respectivos Governos Estaduais ou da natureza regular ou emergencial, caso exigidas.

Art. 14. O inciso II do § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º.....

§ 1º.....

.....

II - os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados no prazo de 2 (dois) anos contado a partir da publicação da Lei de conversão da Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento;

....." (NR)

Art. 15. Ficam prorrogados para 31 de dezembro de 2009 os prazos de que tratam o § 3º do art. 5º e o art. 30, ambos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 19 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

§ 1º

II – ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 20 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, pelos agentes financeiros ou por ambos, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro às condições da renegociação estabelecidas nesta Lei, anuência essa caracterizada pela assinatura de seu representante legal no aditivo contratual renegociação dada dívida.

EMENDA Nº 21 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se o seguinte § 4º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

§ 4º Na renegociação de que trata o **caput**, para efeito de reconhecimento da cobertura do FCVS, não há alteração do mutuário original.

EMENDA Nº 22 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 5º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 5º

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 23 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o art. 10 do PLV nº 31, de 2008, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 24 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o § 6º do artigo 1º do PLV nº 31, de 2008.

EMENDA Nº 25 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, o seguinte artigo:

Art. 3-A. O Conselho Monetário Nacional definirá os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo por base o preço mínimo do produto, as estimativas de custos para o carregamento dos estoques, inclusive os custos financeiros, e do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para a entrega do produto, podendo, ainda, incluir uma margem adicional sobre o preço mínimo estipulado em função das expectativas de mercado e da necessidade de estímulo à comercialização.

Parágrafo único. O preço de exercício para cada produto será definido em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.

EMENDA Nº 26 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, o seguinte artigo:

Art. 59-A. As operações de crédito de que tratam os artigos 1º, 2º, 5º, 14 e 18 desta Lei, cujos mutuários manifestarem interesse formal em aderir aos respectivos processos de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, terão as datas de vencimento das parcelas referentes a 2008, da amortização mínima exigida para renegociação e de liquidação total do saldo devedor em 2008 prorrogadas para até 30 de junho de 2009, data final para que os agentes financeiros concluem os processos de recálculo dos valores devidos.

EMENDA Nº 27 – RELATOR REVISOR

O art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 5º

II – a parcela do saldo devedor apurada na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela até 31 de outubro de 2009, observado o seguinte:

..... (NR)

EMENDA Nº 28 – RELATOR REVISOR

Os arts. 6º, 7º, 15, 29, 30, 31, 33 e 34 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

I –

b)

1 – permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

II –

b)

3 – permissão do reescalonamento do saldo devedor ajustado remanescente, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em

aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

§ 1º Fica facultado aos mutuários adimplentes o pagamento de cada parcela das operações referidas no **caput** deste artigo em sacas de café, até a data do vencimento pactuado, sendo a quantidade do produto definida pela divisão do valor da parcela atualizada pelo Preço Mínimo vigente na data do pagamento da respectiva parcela.

§ 2º O mutuário adimplente que optar pelo pagamento da parcela em produto na forma do § 1º deverá entregar a quantidade de produto devida ao Funcafé, até a data do vencimento da respectiva parcela, nos locais, condições e com as características do produto definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

§ 3º O custo dos descontos concedidos neste artigo e de eventual diferença em face de liquidação com base nos parágrafos 1º e 2º, será suportado pelo Funcafé.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional definirá as demais condições e os prazos para implementação do disposto neste artigo. (NR)

Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, cujo risco parcial ou integral da operação seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A, desde que não tenham sido renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e

consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
II –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

III –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

IV –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

V –

.....

e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídas as garantias do Tesouro Nacional e do Tesouro da Bahia.

§ 1º As operações de que trata este artigo, cujo risco seja integral dos agentes financeiros, podem ser renegociadas nas condições definidas neste artigo, desde que os agentes financeiros assumam o ônus com os custos dos descontos das operações renegociadas

ou liquidadas com base neste artigo, podendo o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, ser liquidado por meio da contratação de nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput**.

§ 2º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional, quando se tratar de operações realizadas com recursos do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia.

§ 4º Fica o FNE, quando se tratar de operações realizadas com recursos desse Fundo, autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (DESENBAHIA). (NR)

.....
Art.15.

.....
§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

Art. 29.

.....

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR (NR).

Art. 30.
.....

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

Art. 31.
.....

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2009, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III, observando que:

.....

§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006, com recursos do FAT pelos agentes fi-

nanceiros gestores destes Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverão ser consideradas como uma nova operação de crédito rural;

II – a nova operação de que trata o inciso I ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo;

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO;

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta lei para a renegociação de dívidas;

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte:

a) as operações que tenham “cédulas-filhas” serão enquadradas na regra geral;

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao **del-credere** a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da operação renegociada, sem perder de vista o

limite previsto no inciso II do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.(NR)

.....
 Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestaram formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 12 de dezembro de 2008.

.....
 § 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 12 de dezembro de 2008. (NR)

Art.34.

.....
 Parágrafo único. A autorização para a renegociação de dívidas de que trata o caput, bem como para a contratação de operações de que tratam os arts. 2º, 7º e 31 desta Lei, estendem-se também às pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN – em decorrência do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (NR)

EMENDA Nº 29 – RELATOR REVISOR

Os títulos dos anexos III, V, VII e IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapas 1 e 2 desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO V

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO VII

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União: Descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2009.

Emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 31/2008 (MP 445 de 6 de novembro de 2008) que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124/2005; altera a Medida Provisória nº 2.185-35/2001; e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826/2003, e dá outras providências.”

EMENDA Nº 30 – RELATOR REVISOR

Inclua-se, onde couber, este artigo.

Art. xx Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações a serem contratadas em 2009 e 2010, para financiamento de estocagem de álcool etílico combustível para usinas, destilarias e cooperativas de produtores de álcool etílico combustível, e nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

§ 1º Os empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União serão realizados com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º O pagamento da equalização de que trata este artigo será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º A equalização de juros de que trata este artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN estabelecerá as atividades agroindustriais beneficiárias e as demais condições dos financiamentos de que trata este artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda definir a metodologia para a concessão da equalização das taxas de juros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, a última emenda, além das 11 do relatório, também foi votada agora?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Na forma como V. Ex^a acaba de apresentar, que consta do seu relatório já distribuído no plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Emenda nº 12 é um adendo ao relatório. Portanto, precisa ser votada separadamente.

Eu gostaria que fosse votada agora...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Foi por isso que pedi o parecer de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2009
(*Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que específica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).*

Relator revisor: Senador Augusto Botelho.

O relatório foi distribuído ao plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esta matéria tem uma questão que trata do Funrural, que a posição do Governo ainda é de orientação contrária, mas eu gostaria de pedir prazo de 24 horas, porque vou tentar fechar o entendimento para que possamos votá-la.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu pediria a V. Ex^a que consultasse o Senador Augusto Botelho, que é quem pode pedir o prazo que V. Ex^a está solicitando.

Com a palavra, o Senador Augusto Botelho, para proferir o parecer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo com o prazo de 24 horas para nós discutirmos mais a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Relator concorda com o prazo pedido de 24 horas para a votação da matéria, que fica transferida para a Ordem do Dia de amanhã.

A pauta continua trancada, mas temos uma matéria a votar, que é o Parecer nº 26, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator Flávio Arns, com a apresentação da Sr^a Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida no cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 26, DE 2009
(*Escolha de Autoridade*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 26, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Sr^a Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências de nossa Casa que venham ao plenário, porque vamos submeter a matéria à votação, que será secreta, na forma do Regimento.

A Secretaria da Mesa está preparando o painel.

Com a palavra, o Senador Marconi Perillo, enquanto aguardamos os Srs. Senadores.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer aqui um apelo ao Líder da minha Bancada, Senador Arthur Virgílio, ao Líder do Democratas, Senador José Agripino, e a todos os parlamentares da oposição, no sentido de que dessem total atenção à Dr^a Maria Cecília Brito, indicada para a Anvisa, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade, da mais alta competência.

Embora indicada pelo Governo Federal, gostaria de respaldar aqui o seu nome. Tive o privilégio de tê-la trabalhando como Superintendente de Vigilância Sanitária do meu Governo durante quase oito anos, pe-

ríodo em que ela se revelou efetivamente uma mulher de altíssimas qualidades morais e técnicas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, Relator da matéria.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, da minha parte, como Relator da matéria, reforçar o argumento trazido pelo Senador Marconi Perillo dizendo que a Dr^a Maria Cecília foi sabatinada, nesta manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, e o nome dela foi aprovado por 21 votos a favor e nenhum voto contrário.

Ela tem um trabalho fundamental na Anvisa de acompanhamento, entre outras coisas, de toda a situação de alimentação no Brasil, dos medicamentos, também todo o processo de descentralização da Anvisa para Estados e Municípios.

A continuidade do trabalho na sabatina que se realizou na Comissão de Assuntos Sociais é fundamental para consolidação, para continuidade, para tramitação de projetos em andamento, razão pela qual ela, com a competência que demonstrou e o trabalho realizado no decorrer desses anos, obteve 21 votos a favor na Comissão de Assuntos Sociais e, como já disse, nenhum voto contrário.

Então, esse é o relato que eu gostaria de fazer aqui no plenário neste sentido da indicação da Dr^a Maria Cecília para a Anvisa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu quero me associar à oportuna intervenção do Senador Marconi Perillo e do Relator Flávio Arns.

A Dr^a Maria Cecília tem formação profissional, competência, vem de uma longa carreira exitosa no setor da vigilância sanitária no Estado de Goiás e, depois, já era Diretora da Anvisa, onde, juntamente com o Dr. Dirceu Raposo, Dr. Dirceu Barbano e Agnelo, faz um conjunto que tem ajudado não apenas na vigilância, na preservação do interesse da saúde pública, mas também impulsionando os genéricos.

O Brasil está ganhando mais tecnologia, mais capacidade de produção, barateando o custo dos medicamentos, gerando pesquisa, e nós estamos substituindo importações. E a Anvisa, portanto, tem um papel muito importante para que a gente possa crescer nesse segmento que tem muito peso deficitário no balanço de importações. É o setor que gera muita pesquisa, muita mão-de-obra qualificada e é fundamental para a qualidade de vida do povo.

Portanto, a experiência dela de modernização, especialmente em tecnologia da informação na Anvisa, foi reconhecida hoje por unanimidade na Comissão e tenho certeza de que o será por este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PcdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros que a pediu antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo aos Senadores do PMDB para que venham ao plenário. É importante que nós tenhamos quórum para votarmos hoje o nome da Dr^a Maria Cecília Martins Brito para a Anvisa.

Ela, mais uma vez, foi sabatinada pelo Senado Federal, e o seu nome foi aprovado hoje por unanimidade. E tudo isso, Sr. Presidente, em consequência do relevante trabalho que ela tem prestado à frente da vigilância pública. Ela, como disse aqui o Senador Aloizio Mercadante, é do Estado de Goiás, e todos os Partidos políticos fizeram questão de comparecer à Comissão. O Senador Flávio Arns foi o Relator da matéria, e é muito importante que o PMDB compareça agora ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de levar a todos os nossos colegas, Srs. e Sr^{as}. Senadores, exatamente uma palavra de conhecimento do trabalho e da competência da Dr^a Maria Cecília Martins Brito.

Esse trabalho hoje foi bem avaliado na Comissão de Assuntos Sociais, quando ela foi sabatinada.

Tivemos a oportunidade de presidir aquela reunião e, naquele momento, disse do meu conhecimento prévio do seu trabalho na fiscalização sanitária e dos grandes avanços que conseguimos com a Anvisa, avaliando a importância da aprovação do seu nome para dar continuidade a esse grande trabalho, importante para a saúde do Brasil, importante para que possamos ter todo o sistema de controle e de fiscalização nas mais diversas áreas, mas que fala de vida e de saúde para o nosso povo.

Faço aqui um apelo para que todos os nossos companheiros de bancada do Partido Democratas venham votar e aprovar o nome da Dr^a Maria Cecília Martins Brito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem de inscrição, Senador Adelmir Santana.

V. Ex^a já está inscrito também, Senador João Pedro.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar a todas as colocações das lideranças a respeito da Dr^a Maria Cecília. Como bem colocou o Senador Mercadante, é um processo de recondução, pois S. S^a já faz parte, hoje, do grupo diretivo da Anvisa. Eu, que me posicionei aqui, em alguns momentos, contra a forma como a Anvisa legisla, muitas vezes avançando sobre o processo legislativo, por meio de resoluções que nem sempre atendem aos interesses do setor produtivo, digo, entretanto, que a Dr^a Maria Cecília tem representado um equilíbrio nessa direção e merece de todos nós apoio incontestável. Lamentavelmente, eu não pude estar na Comissão para participar do processo de arguição, apenas votei, mas quero aqui externar o meu apoio à indicação desse nome e convocar, fazer um apelo a todos para que tenhamos um quórum elevado na aprovação do seu nome.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para fazer um apelo aos meus companheiros de bancada para virem ao plenário para votar, até pela recomendação feita no depoimento prestado pelo Senador Marconi Perillo, de modo que a Dr^a Maria Cecília tenha a votação que merece. Desejo ainda fazer o registro, o que faço com muito orgulho, Sr. Presidente, da presença, neste plenário, do Juiz Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, meu conterrâneo, que vai ser empossado, no próximo dia 30 de março, como

Presidente do TRF da 5^a Região, com sede em Recife. Ele, ao lado do Dr. Marcelo Navarro, também meu conterrâneo, serão empossados como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal, com sede em Recife. Assim, registro, com muito orgulho, a presença, no plenário do Senado, do Juiz Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, a quem saúdo e cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, só uma informação: nós ainda temos mais alguma votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não temos mais nenhuma votação nominal.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Temos uma votação que demanda quórum qualificado em seguida.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Mas já é o suficiente. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Perdão, Senador Efraim Morais. Peço a atenção de V. Ex^a para um esclarecimento que vou dar. Eu disse que a pauta tinha uma matéria com quórum qualificado. Esqueci-me de que está trancada em razão de não termos votado a Medida Provisória nº 2.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu vou votar acompanhando a relatoria do Senador Flávio Arns, mas gostaria de dialogar com esse legítimo representante de Goiás, o Senador Marconi Perillo, quando ele fala do currículo da Sr^a Maria Cecília, quanto ao qual não tenho nenhuma dúvida. De qualquer modo, quero dialogar quando ele disse “embora indicado pelo Governo”. Este é um Governo sério, que tem responsabilidade e, por isso, está indicando o nome da Sr^a Maria Cecília, em quem voto favoravelmente, porque, primeiro, conheço a importância da Anvisa para o Brasil; segundo, não tenho nenhuma dúvida acerca do currículo dessa competente gestora da Anvisa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou terminar o encaminhamento.

V. Ex^a, sendo um *gentleman*, vai ceder a vez para a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Claro que a minha preferência é a de que, pela ordem, fale a Senadora Lúcia Vânia, uma Senadora de Goiás, legítima representante daquele povo. E fico para falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa havia anunciado primeiro a Senadora Lúcia Vânia, quando era V. Ex^a. Muito obrigado.

A Senadora Lúcia Vânia tem a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de externar a minha satisfação em ver o nome da Dr^a Maria Cecília, já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais hoje pela manhã. O Estado de Goiás se sente honrado com a sua presença na Anvisa.

Aproveito também para cumprimentar o Dr. Dirceu, Presidente da Anvisa, que tem feito um trabalho, sem dúvida nenhuma, brilhante naquela instituição. Portanto, deixo ao Dr. Dirceu e à Dr^a Maria Cecília meus cumprimentos pela nova gestão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Inácio Arruda com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero dizer que o Ceará também se sente honrado, Senadora Lúcia Vânia, por poder indicar o nome da nossa amiga Maria Cecília Martins Brito.

Eu fui instado pelo Vereador Fábio Tokarski, de Goiânia, que me disse: “Inácio, você tem que ir lá para votar na Maria Cecília”. Eu disse: “Eu vou com certeza, mas eu tenho quase certeza de que não poderei votar porque toda a bancada do bloco vai estar presente com seus titulares para votar”. Foi exatamente isto o que ocorreu: todos os nossos titulares votaram, e a indicada pelo Presidente Lula teve uma votação unânime na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República na manhã de hoje.

Isso é muito importante para a Anvisa, que é uma instituição com grande responsabilidade no Brasil – muito grande, não é pequena – porque trata dos medicamentos, trata da saúde humana, trata da saúde dos animais, do controle; a Anvisa certifica e, inclusive, é responsável por investimentos no Brasil, porque muitas unidades fabris vêm para o Brasil produzir medicamen-

tos e só podem fazê-lo com a certificação da Anvisa. Então, é um grau de responsabilidade imenso.

A Dr^a Cecília conhece isso muito bem e deu um *show* na sua apresentação na Comissão de Assuntos Sociais. O nosso partido respalda sua indicação, apoiando seu nome. Estou na qualidade daqueles que, como já votaram, talvez nem devessem falar mais. Dizem que, no Brasil, depois que você vota, não há mais o que dizer. Mas era preciso fazer esse registro no nome do Partido Comunista do Brasil, para que a gente pudesse não só respaldá-la, não só votar, mas dizer da importância da sua indicação pelo Presidente Lula para ocupar esse importante posto na Agência de Vigilância Sanitária do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu vou encerrar a votação em seguida...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Só um minuto, Presidente, vamos votar ainda.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, V. Ex^a deu a palavra a mim?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Marcelo Crivella está votando ainda.

Senador Tuma com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar a Dr^a Maria Cecília Martins Brito, até pela recomendação do Senador Marconi Perillo, que foi Governador, oportunidade em que a Dr^a Maria Cecília foi sua auxiliar. Então, a recomendação do Marconi Perillo, para mim, sempre traz uma tranquilidade em votar nas pessoas por ele indicadas.

Eu sei da importância da Anvisa. Vi crescer a Anvisa desde a sua formação. E ela tem uma importância vital na proteção daqueles que precisam fazer uso de medicamentos, pela sua fiscalização, enfim, com a sua informatização, buscando evitar a fraude na produção de medicamentos.

Peço a Deus que abençoe a Dr^a Maria Cecília e que tenha sucesso na administração.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Presidente...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 26, DE 2009 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. MARIA CECILIA MARTINS BRITO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **11/3/2009**

Num.Votação: **1**
Hora Sessão: **14:00:00**

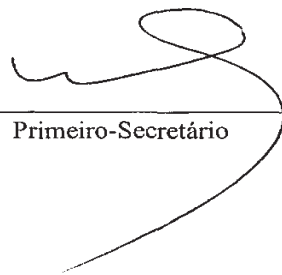
Abertura: **11/3/2009 17:13:20**
Encerramento: **11/3/2009 17:29:05**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BÓTELHO	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JUNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUJÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **56**
Votos NÃO : **08** **Total : 64**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 56 Senadores; NÃO, 8.

Não houve abstenção.

Total: 64 votos.

Aprovada a indicação do nome da Sr^a *Maria Cecília Martins Brito*.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas, neste momento em que nós consagramos o nome da Maria Cecília Martins Brito na sua recondução para a Anvisa, fazer aqui um apelo – que não é só meu e do meu partido, mas tenho certeza de que é do Brasil – para que ela possa, com sua experiência, ajudar-nos a implantar neste País a venda de remédios a granel, Sr. Presidente, comprimido a comprimido, de maneira avulsa. Muitos países do mundo, inclusive todos da África onde vivi, adotam esse critério. No Brasil, as pessoas recebem uma receita para tomarem, por exemplo, antibiótico de oito em oito horas, são três comprimidos ao dia; durante oito dias, são 24 comprimidos, e acabam tendo que comprar duas caixas com vinte comprimidos cada, e depois aquele remédio fica em casa, sem uso. Isso tudo poderia ser, Sr. Presidente, evitado se nós tivéssemos o medicamento a granel.

Então, é uma luta da Anvisa, é uma luta da Maria Cecília, é uma luta do Ministro, é uma luta nossa do Congresso, e eu gostaria de chamar a atenção da Nação neste momento que estamos reconduzindo essa Diretora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Será feita a devida comunicação ao Sr. Presidente da República.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revo-

ga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.02.2009)

Prazo final prorrogado: 26.04.2009

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

4

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões – Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto

nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

18**EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.* Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virgínio de Carvalho.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão*

do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mis-

ta Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP)

– Voltamos à lista de oradores, e o primeiro orador inscrito é o Senador João Tenório.

V. Ex^a vai falar? (Pausa.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após concluir as eleições para Presidências e Vice-presidências das suas comissões permanentes na semana passada, finalmente, o Senado Federal começa a retomar os seus trabalhos.

O ano de 2009 apresenta inúmeros desafios para o nosso País, e esta Casa não pode furtar-se de debatê-los e enfrentá-los. Vivemos grandes dificuldades internas e externas de caráter econômico, político, institucional e ético.

Estamos diante da pior crise econômica dos últimos tempos, que assola praticamente o mundo inteiro, com efeitos nefastos na produção, no emprego e na renda da Nação.

Nos últimos dias, aliás, contrapondo-se ao otimismo irreal do Governo Federal, a crise demonstrou

com números extremamente negativos o quão presente está na economia nacional. Infelizmente, não se trata de marola como previa o Presidente Lula.

Diferentemente da previsão, também irreal, do Ministro Mantega de crescimento econômico da ordem de 4% em 2009, o PIB brasileiro recuou quase esse montante no último trimestre de 2008, caindo precisamente 3,6%.

Outros números referentes à atividade econômica também assustam: a redução do consumo das famílias, a queda abrupta da produção industrial e, naturalmente, a elevação significativa da taxa de desemprego apontam 2009 como um ano de enormes dificuldades para o povo brasileiro.

No âmbito do Congresso Nacional, sobretudo aqui no Senado Federal, paralelamente vivenciamos, já há algum tempo, um período de grande questionamento em sua conduta e lógica de funcionamento por parte da sociedade nacional. O fato mais recente decorre originalmente de uma entrevista concedida pelo Senador Jarbas Vasconcelos a uma grande revista nacional, em que apresentou várias críticas ao modelo de política vigente no País.

Sem entrar no mérito das acusações apresentadas pelo nobre Senador, o fato é que passou da hora de esta Casa resgatar efetivamente o respeito que perdeu junto à população do País. Para tanto, temos a obrigação de nos debruçar sobre todos os temas que nos afligem e apresentar soluções. Caso contrário, continuaremos aprofundando este processo de distanciamento da sociedade brasileira.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem outros desafios tão importantes quanto a moralização da política nacional e que também merecem toda a atenção do Congresso Nacional. Afinal, estamos diante de uma crise sem precedentes e esta Casa tem o dever de aprofundar o debate econômico e auxiliar o Poder Executivo no enfrentamento dos problemas.

Os números recentes da economia nacional atestam que, mesmo tendo tomado algumas medidas indispensáveis, a ação do Governo Federal em conter a crise tem sido aquém do necessário.

Aparentemente, o rigor da política monetária está em descompasso com a necessidade de retomada do crescimento econômico. Em contrapartida a falta de rigor no controle dos gastos decorrentes demonstra que o Governo do Presidente Lula ainda pode e deve fazer muito mais para enfrentar a situação.

Penso que, tão deletério quanto a corrupção, neste momento em que as dificuldades econômicas travam a produção e geram grande desemprego no País e no mundo, é continuarmos convivendo com uma das maio-

res cargas tributárias do planeta, devida, em grande parte, ao tamanho demasiado do nosso Estado.

É reconhecido por quase todos nesta Casa que o Estado brasileiro é grande demais, é burocrático demais e, por isso, custa caro demais. Em contrapartida também é notório que a prestação dos serviços públicos está bastante aquém das necessidades da população nacional.

O pior é que, nos últimos cinco anos, o Estado brasileiro não parou de crescer. E o fez de forma exagerada, superando muito o crescimento do PIB no mesmo período.

Recentemente foram publicados, em reportagem da revista *Veja*, números – cuja fonte é atribuída ao Tesouro Nacional e ao Banco Central – estarrecedores. De 2003 a 2008, o PIB do Brasil cresceu 28%, enquanto o aumento com custeio ficou em 74%.

Para se ter uma idéia, a despesa total do Estado brasileiro saiu de R\$335,4 bilhões em 2003 para quase R\$500 bilhões em 2008. Se neste período o volume total dos gastos tivesse crescido na mesma proporção do PIB, o País poderia ter economizado em impostos ou aplicado em investimentos mais de R\$68 bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Este montante, Sr^{as} e Srs. Senadores, supera todo o investimento do Governo Federal previsto em infraestrutura no âmbito do PAC, entre os anos de 2007 e 2010, segundo o programa original.

A apresentação do PAC, em janeiro de 2007, apontava um investimento total em infraestrutura da ordem de R\$503,9 bilhões, entre 2007 e 2010, sendo R\$219 bilhões provenientes das estatais, R\$217 bilhões do setor privado e R\$67,8 bilhões do Orçamento da União.

Sr^{as} Srs. Senadores, o aumento do gasto público no atual Governo foi superior ao investimento previsto pelo próprio Governo no seu grande motivo de orgulho, sua principal peça publicitária, o PAC.

Uma das principais conquistas deste País, talvez a principal delas, aprovada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se da normatização das finanças públicas através da imposição de limites adequados para os gastos e para o endividamento da União, dos Estados e Municípios. Cuida-se, entre outras coisas, de garantir que os gestores atuais não comprometeram as gestões futuras.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, terminarei em dois minutos.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, o rigor com a qual o Tesouro Nacional e mesmo o Senado exigem o cumprimento da Lei por parte dos demais entes subnacionais não procede em relação em relação ao Poder Executivo Federal.

Além da demora na regulamentação dos limites de endividamento da União, que só ocorreu no ano passado, a sua efetiva implementação não parece uma prioridade do atual Governo.

Mesmo as poucas reformas realizadas pela administração Lula não têm demonstrado o resultado satisfatório na contabilidade oficial. No caso da Previdência, por exemplo, os gastos saltaram de R\$140 bilhões, em 2003, para R\$200 bilhões, em 2008, com um déficit de cerca de R\$38 bilhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fez bem o Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ... Sarney em criar uma comissão especial para acompanhamento da crise econômica, mas isso não deve impedir que todos os membros da Casa debatam, estudem e analisem esse assunto ao longo do ano.

Quanto maior o esforço realizado por todos no sentido de dotar o País de mecanismos eficientes de combate à crise, melhor será para a sociedade brasileira e maiores serão as possibilidades de que o Brasil saia numa posição ainda melhor no novo cenário mundial, mas, para isso, temos de ter a ousadia e a coragem de tratar dos verdadeiros problemas, sem demagogia e sem objetivos eleitoreiros, pensando exclusivamente no interesse maior da sociedade brasileira. Para tanto, urge redefinir o formato, o tamanho e o funcionamento do Estado brasileiro, para, aí sim, termos condições efetivas de promover a tão importante redução na carga tributária.

Concluo, Sr. Presidente,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ... agradecendo a V. Ex^a e registrando que a cada dia que passa mais economistas acreditam que redução da carga tributária tem impacto muito maior do que redução das próprias taxas de juros no crescimento da economia nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Regimento permite que, durante esta parte, ainda possamos votar redação final.

Quero submeter ao Plenário a redação final das emendas do Senado ao **Projeto de Lei de Conversão nº 31**, de 2008 que votamos na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final às emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 28, DE 2009

(Da Comissão Diretora)

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008), que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de março de 2009.

ANEXO AO PARECER Nº 28, DE 2009

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008).

Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 24 – Relator-revisor)

Suprima-se o § 6º do art. 1º do Projeto.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 19 – Relator-revisor)

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º do art. 3º do Projeto:

“Art. 3º
.....
§ 1º

II – ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor, exceto quanto à cobertura do FCVS;

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 20 – Relator-revisor)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do Projeto:

“Art. 3º

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, pelos agentes financeiros ou por ambos, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro às condições da renegociação estabelecidas nesta Lei, anuência essa caracterizada pela assinatura de seu representante legal no aditivo contratual de renegociação da dívida.

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 21 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 3º do Projeto:

“Art. 3º

§ 4º Na renegociação de que trata o caput, para efeito de reconhecimento da cobertura do FCVS, não há alteração do mutuário original.”

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 22 – Relator-revisor)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 5º do Projeto:

“Art. 5º

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 23 – Relator-revisor)

Suprima-se o art. 10 do Projeto, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 25 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. A Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

‘Art. 3º-A. O Conselho Monetário Nacional definirá os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de contratos de opção pública e privada de venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo por base o preço mínimo do produto, as estimativas de custos para o carregamento dos estoques, inclusive os custos financeiros, e do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para a entrega do produto, podendo, ainda, incluir uma margem adicional sobre o preço mínimo estipulado em função das expectativas de mercado e da necessidade de estímulo à comercialização.

Parágrafo único. O preço de exercício para cada produto será definido em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.”

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 27 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. O art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º

§ 5º

II – a parcela do saldo devedor apurada na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela até 31 de outubro de 2009, observado o seguinte:

.....’ (NR)”

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 28 – Relator-revisor)

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. Os arts. 6º, 7º, 15, 29, 30, 31, 33 e 34 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º

I –

b)

1 – permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuadas em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

.....

II –

b)

3 – permissão do reescalonamento do saldo devedor ajustado remanescente, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

.....

§ 1º Fica facultado aos mutuários adimplentes o pagamento de cada parcela das

operações referidas no **caput** deste artigo em sacas de café, até a data do vencimento pactuado, sendo a quantidade do produto definida pela divisão do valor da parcela atualizada pelo preço mínimo vigente na data do pagamento da respectiva parcela.

§ 2º O mutuário adimplente que optar pelo pagamento da parcela em produto na forma do § 1º deverá entregar a quantidade de produto devida ao Funcafé, até a data do vencimento da respectiva parcela, nos locais, condições e com as características do produto definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

§ 3º O custo dos descontos concedidos neste artigo e de eventual diferença em face de liquidação com base nos §§ 1º e 2º será suportado pelo Funcafé.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional definirá as demais condições e os prazos para implementação do disposto neste artigo.’ (NR)

‘Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, cujo risco parcial ou integral da operação seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A., desde que não tenham sido renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....

II –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....
 III –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
 c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
 IV –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso;

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

V –

e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídas as garantias do Tesouro Nacional e do Tesouro da Bahia.

§ 1º As operações de que trata este artigo, cujo risco seja integral dos agentes financeiros, podem ser renegociadas nas condições definidas neste artigo, desde que os agentes financeiros assumam o ônus com os custos dos descontos das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, podendo o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, ser liquidado por meio da contratação de nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput**.

§ 2º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo,

condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional, quando se tratar de operações realizadas com recursos do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia.

§ 4º Fica o FNE, quando se tratar de operações realizadas com recursos desse Fundo, autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (Desenbahia).’ (NR)

‘Art. 15.

§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

.....’ (NR)
 ‘Art. 29.

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que

não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.' (NR)

'Art. 30.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

'Art. 31.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2009, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III, observando que:

§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006, com recursos do FAT pelos agentes financeiros gestores destes Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverá ser considerado como uma nova operação de crédito rural;

II – a nova operação de que trata o inciso I ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo;

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO;

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta Lei para a renegociação de dívidas;

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte:

a) as operações que tenham 'cédulas-filhas' serão enquadradas na regra geral;

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao del-credere a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da Operação renegociada, sem perder de vista o limite previsto no inciso II do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.' (NR)

'Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestaram formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 12 de dezembro de 2008.

§ 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 12 de dezembro de 2008.' (NR)

‘Art. 34.’

Parágrafo único. A autorização para a renegociação de dívidas de que trata o **caput**, bem como para a contratação de operações de que tratam os arts. 2º, 7º e 31 desta Lei, estendem-se também às pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) em decorrência do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.’ (NR)

EMENDA Nº 10

(Corresponde à Emenda nº 26 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 59-A:

‘Art. 59-A. As operações de crédito de que tratam os arts. 1º, 2º, 5º, 14 e 18 desta Lei, cujos mutuários manifestarem interesse formal em aderir aos respectivos processos de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, terão as datas de vencimento das parcelas referentes a 2008, da amortização mínima exigida para renegociação e de liquidação total do saldo devedor em 2008 prorrogadas para até 30 de junho de 2009, data final para que os agentes financeiros concluam os processos de recálculo dos valores devidos.’

EMENDA Nº 11

(Corresponde à Emenda nº 29 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. Os títulos dos Anexos III, V, VII e IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘ANEXO III

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapas 1 e 2: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.’ (NR)

‘ANEXO V

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.’ (NR)

‘ANEXO VII

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.’ (NR)

‘ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União: descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2009.’ (NR)”

EMENDA Nº 12

(Corresponde à Emenda nº 30 – Relator-revisor)

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações a serem contratadas em 2009 e 2010, para financiamento de estocagem de álcool etílico combustível para usinas, destilarias e cooperativas de produtores de álcool etílico combustível, e nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

§ 1º Os empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União serão realizados com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º O pagamento da equalização de que trata este artigo será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º A equalização de juros de que trata este artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN estabelecerá as atividades agroindustriais beneficiárias e as demais condições dos financiamentos de que trata este artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda definir a metodologia para a concessão da equalização das taxas de juros.”

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Se todos estiverem de acordo com a redação final, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande, que é o segundo orador inscrito após a Ordem do Dia, mas, antes, dou a palavra, pela ordem, para o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente José Sarney, peço a V. Ex^a que registre o voto favorável à indicação da diretora da Anvisa.

O painel foi encerrado e eu estava a tarde toda numa reunião no Instituto Chico Mendes, com produtores, pequenos produtores, que estão na Flona Jamanxim, no Município de Novo Progresso e parte de Altamira, no Estado do Pará. Eu estava acompanhando essa comitiva de pequenos produtores, discutindo a formulação de um termo de ajuste de conduta, que vai permitir que eles possam, por dois anos, continuar produzindo naquelas terras, enquanto se discute a nova demarcação da Flona Jamanxim, no Estado do Pará.

O Senador Romero Jucá tem sido, também, um batalhador, para que possa ser definida uma nova demarcação para a Flona, de tal forma que não prejudique milhares de pessoas, de brasileiros, de paraenses que estão naquela situação de dificuldade para continuar produzindo em suas terras, que não foram regularizadas e quando foi criada uma Flona totalmente em descon sideração com a situação daquela população.

Então, peço a V. Ex^a que registre o voto Sim, pela indicação da diretora da Anvisa.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, eu quero apenas que registre a minha intenção de voto na votação da diretora da Anvisa, já que eu estava na recepção oficial na Embaixada da Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Eu agradeço, porque também eu estava ausente, então tenho dois votos a registrar. Eu não votei na hora, eu estava ausente. Somos três, com Flexa Ribeiro e Azeredo, favoráveis.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Presidente, aproveite e consigne, também, Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Lobão Filho. Quatro eleitores de última hora, com voto positivo: Flexa Ribeiro, Lobão Filho, Azeredo e Mão Santa.

A Ata registrará.

O Líder do PMDB pede pela ordem.

Senador Renan Calheiros, que representa o Estado de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, amanhã, vou ter a oportunidade de falar mais detalhadamente sobre um assunto que quero comunicar à Casa e ao Brasil.

A Bancada do PMDB no Senado reuniu-se, hoje, com o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, e com o Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, para, Sr. Presidente, superar essa debateração e para que o Senado coloque saídas para a crise econômica, que começa a preocupar o País.

É fundamental que a agricultura não seja penalizada, nós temos de discutir o impacto que o custo de produção está sofrendo, sobretudo com a elevação de preço de fertilizante, do diesel, e nós vamos, Sr. Presidente, apresentar uma proposta tanto ao Ministro das Minas e Energia, quanto ao Ministro da Agricultura, no sentido de resolver esses problemas. É fundamental que o Governo continue a cumprir esse papel. Nós precisamos manter o crédito para a agricultura, garantir dinheiro novo e precisamos resolver alguns problemas cuja solução, Sr. Presidente, exige a participação desses dois Ministérios.

O PMDB, a exemplo do que fez no passado, propôs, e o Governo aceitou, a desoneração dos produtos da cesta básica. O Presidente Lula desonerou os produtos da cesta básica com relação aos impostos federais e o mesmo precisa ser feito com relação aos impostos estaduais, ao ICMS, sobretudo.

É muito importante que possamos construir uma agenda positiva, propor saídas para o Brasil, alternativas, situando o Senado nesse quadro preocupante da vida nacional, quando nós precisamos, mais do que nunca, dar respostas à agricultura e dar respostas à nossa economia.

Os fundamentos estão intactos, mas o Brasil não pode ter a diminuição do crescimento econômico, a elevação do desemprego, a retração da geração de renda. Para que isso não aconteça, é fundamental que não só o PMDB – o PMDB está fazendo a sua parte –, mas que todos os Partidos com assento no Senado Federal proponham saídas para o Brasil, e é obrigação de todos nós levá-las ao Presidente da República.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós o ouvimos e queremos lembrar a V. Ex^a que Napoleão Bonaparte disse que o francês é tímido, mas, com um grande comandante, ele vale por dez ou por cem. V. Ex^a está comandando o nosso Partido.

Com a palavra o Senador, como Líder do seu Partido, Casagrande, que tem muita paciência.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Tenho paciência, sim, Sr. Presidente, porque foram todas comunicações importantes para esta Casa e para a população brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar continuidade ao debate que comecei a fazer no momento em que votamos a Medida Provisória nº 445, com relação à crise que nós estamos vivenciando.

Temos debatido com frequência a crise e, neste ano, o Senado tomou a decisão de formar uma comissão de Senadores para que façam o acompanhamento permanente dela. É lógico que não vai ser só função desses cinco Senadores, porque o debate deste momento que estamos vivendo, econômico e financeiro, é um debate que interessa a todos os Parlamentares. Eu, naturalmente, como um Parlamentar que acompanha a atividade econômica brasileira, preciso me manifestar sobre o tema.

Estamo-nos manifestando com mais veemência desde ontem, diversos Parlamentares, porque nós já sabíamos que a crise era uma crise forte e foi-se tornando, para nós, cada vez mais forte com o decorrer dos acontecimentos que observamos, especialmente nos Estados Unidos – uma crise forte, intensa, que ontem ficou medida em números aqui no Brasil. Nós já tínhamos as medidas em números em outros países, mas ontem ela ficou medida em números aqui no Brasil.

Na hora em que o PIB do último trimestre de 2008 fechou num percentual negativo de 3,6% – importante que a gente use as referências corretas –, comparado com o do trimestre anterior, imediatamente anterior, tivemos uma redução de 3,6%; mas, comparado o último trimestre de 2008 com o último trimestre de 2007, o PIB cresceu 1,3%. Mas, qualquer que seja a avaliação, é a de uma queda abrupta na economia brasileira.

Essa é uma realidade que talvez tenha surpreendido até pessoas do Governo. Sabemos que o último trimestre de 2008 foi o momento mais crítico da crise. Foi a hora em que a crise, de fato, se tornou visível para a população mundial. Foi o momento em que o setor produtivo começou a pisar no freio, a desacelerar. Foi o momento em que todos paralisaram para poder observar, e ainda não tínhamos as medidas da Administração Pública. Então, tenho a expectativa de que

aquele momento foi o momento mais crítico da crise que estamos vivenciando.

É importante a gente observar que, apesar de todas as medidas adotadas ainda pelo Governo Bush, depois da posse do Presidente Barack Obama, de lá para cá, a crise, que iniciou com intensidade maior nos Estados Unidos, desconheceu a posse do Presidente Obama. Eu achava até que, após a posse do Presidente Obama, a confiança retornaria ao mercado financeiro, ao mercado imobiliário americano, ao setor financeiro americano e mundial. Mas a crise não tomou conhecimento da posse do novo presidente americano. E aí a crise perdura, permanece, apesar de todas as medidas adotadas pelos governos. É lógico que, se nenhuma medida tivesse sido adotada, a situação seria ainda muito pior.

O Governo brasileiro, do final do ano até o presente momento, tem adotado medidas. Eu tenho confiança nos indicadores econômicos e nos dados econômicos que vamos acompanhando dia a dia pelo Ministério da Fazenda, pelo Banco Central. Diz-se que há uma retomada de crédito. Anuncia-se que houve uma retomada nas vendas de automóveis com a redução dos tributos sobre a indústria automobilística. Com as decisões tomadas pelo Governo para a liberação do compulsório, o presidente do Banco Central anuncia que houve uma retomada de crédito.

Temos alguns setores que respondem às medidas do Governo, outros setores não têm ações do Governo, e outros setores não respondem às medidas do Governo. Então, não temos condições seguras de fazer uma projeção. Mas todos avaliam que as medidas adotadas começarão a aparecer neste início de ano. Este primeiro trimestre, na avaliação de muitos, foi muito difícil, mas dizem que as medidas começarão a aparecer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Antes de dar continuidade a essa reflexão, darei o aparte ao Senador Tasso Jereissati, para, após a fala de S. Ex^a, prosseguir na minha avaliação, até porque vou falar de medidas importantes que o Governo tem tomado; também vou me referir ao Programa de Habitação Popular do Governo.

Ouçõ o aparte do Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Renato Casagrande, muito obrigado pelo aparte. Gostaria de fazer algumas colocações diante do que foi aqui exposto por V. Ex^a. Queria lembrar a V. Ex^a que, cerca de quatro meses atrás, vim à tribuna desta Casa fazer um discurso, para pedir ao Governo, especificamente ao Presidente Lula – não sei se V. Ex^a estava

presente, são muitos os discursos, evidentemente V. Ex^a não tem como se lembrar de todos os discursos aqui proferidos –...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas lembro-me do de V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...e ao Ministro da Fazenda que parassem de fazer piadas diante da crise, que parassem de fazer chacotas e gozações diante da crise, que diziam ser do Bush; eu dizia que a crise era séria e que ela já havia chegado ao Brasil, e que estava na hora de tratarmos disso com a devida seriedade, com a devida gravidade que o assunto merecia por parte do Governo. Queria dizer a V. Ex^a que, apesar de o discurso ter mudado – mudado relativamente -, de lá para cá, continua o Governo não tendo – vou usar uma palavra que talvez não seja a exata – a coragem necessária para assumir a crise, dizendo, até ontem, até a divulgação do IBGE, que a crise era pequena, que o crescimento era de 4%.

O Brasil inteiro, todos os economistas, todas as empresas, todos os analistas apresentavam já um crescimento, na melhor das hipóteses, entre 1% e 1,5%, e o Governo, apesar de as piadas terem parado, apesar de se ter tomado uma série de iniciativas, ainda falava que o crescimento era de 4% e que o Brasil era melhor do que os outros países, fazendo comparações que não são importantes nem essenciais neste momento. E, a meu ver, continua errando o Governo até agora, pois faz muito mais *marketing* no combate à crise do que combate a crise realmente. Ainda não há, primeiro, essa assunção clara e definitiva do Governo sobre a crise. Existe uma crise, e vamos ter de enfrentá-la, vamos ter de tomar medidas duras e medidas boas para enfrentá-la. Entre as medidas duras, está a diminuição drástica, por que necessário, das despesas correntes, que estão aumentando de maneira completamente descontrolada, ao mesmo tempo em que a receita está caindo. As receitas dos Estados e dos Municípios – e já houve discursos sobre isso aqui ontem – caem drasticamente. Alguns Municípios – com certeza, V. Ex^a conhece isso, pois, no Espírito Santo, isso deve estar acontecendo – estão literalmente quebrados, e as despesas correntes estão com o custeio aumentando. Nós não temos visto a preocupação do Governo de segurar essas despesas para aumentar os investimentos. Por outro lado, os investimentos, até hoje, na sua grande maioria, são meros anúncios, anúncios muito mais irrealistas, porque fazem mais crescer a falta de credibilidade, do que anúncios realmente que dão à população e aos agentes econômicos a consciência de que agora o Governo vai fazer algo e de que as coisas vão acontecer. Foi anunciada a construção de um milhão de casas, e, no dia seguinte, a nossa can-

didata à Presidência da República, a nova candidata à Presidência da República – que, aliás, está presente em todos os anúncios –, misturou a questão da crise, que é gravíssima, com o lançamento da nova candidata. A nova candidata, que está presente em todos os momentos, que se confunde com os anúncios, já no dia seguinte, anuncia que vai dar casa de graça para todo mundo. Isso está tirando totalmente a credibilidade do Governo, trazendo uma ineficácia muito grande às medidas tomadas até agora. O Governo não apresentou ao País, Senador Casagrande, um projeto de combate à crise, uma estratégia, dizendo: “É essa nossa estratégia, fincada nisso e nisso. E vamos investir naqueles setores, para alcançar tais e tais objetivos a curto e a longo prazo”. Era esse o aparte que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, agradecendo-lhe, mais uma vez, a sua gentileza.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Tasso, pelo seu aparte, que enriquece meu pronunciamento.

Dizem que “a beleza está nos olhos de quem a vê”. Naturalmente, as medidas adotadas pelo Governo, vistas por quem apoia o Governo, são medidas importantes e poderão ter efeito. Essas medidas, vistas por Parlamentares da Oposição, não têm tanto efeito assim.

Também há um componente político que precisa ser avaliado por todos nós e por toda a população brasileira. Fico a refletir, caso V. Ex^a fosse Presidente da República ou qualquer Parlamentar fosse Presidente da República, sobre qual seria o melhor comportamento frente a uma situação como essa.

Pareceu-me que o Presidente Lula tomou essa decisão por que ele, pessoalmente, como Presidente de um País importante como o Brasil – que, como todos os outros países, está sofrendo os efeitos da crise e assim estará por um bom tempo ainda –, não queria criar um ambiente mais negativo do que aquele que a crise já provoca naturalmente, com redução dos investimentos. Houve uma diferença entre o comportamento do Presidente e as medidas adotadas pelo Governo. Foram medidas adequadas.

Poderiam tomar outras medidas. A única avaliação que faço – e, com isto, coloco mais um ponto para reflexão neste momento – é a de que as medidas para disponibilizar crédito para o mercado interno; as medidas para disponibilizar moeda estrangeira, dólar americano, para as operações externas; as medidas de redução de tributos em alguns setores; as medidas adotadas para dar segurança ao setor financeiro, com possibilidade de bancos públicos adquirirem bancos menores, comprarem carteiras de crédito recebíveis de outros bancos menores; essas são medidas adequadas,

assim como os investimentos no setor da agricultura. Esses investimentos têm de continuar a ser feitos.

Eu falava dali do microfone de aparte que, hoje, há outra possibilidade, Senador Tasso, que é a reunião do Conselho de Política Monetária (Copom). É necessário que o Copom possa de fato... É lógico que não é por pressão política que isso acontece. Mas já existe uma redução de demanda desde o fim do ano passado, já existe uma redução de inflação, naturalmente pela redução de demanda. Desde dezembro, já era perfeitamente perceptível esse comportamento do mercado interno. Houve uma redução dos valores das *commodities*. Assim, temos todas as condições para que o Conselho possa tomar uma decisão efetiva de redução da taxa básica, porque, na hora em que se reduz a taxa básica, também se gasta menos com o pagamento da dívida mobiliária, disponibilizam-se mais recursos para investimentos.

Então, concordo com que o Governo deva ter muito critério no seu gasto corrente.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Senador Casagrande...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Concordo plenamente com a necessidade do controle efetivo dos gastos correntes do Governo. Cada vez mais, deve haver esse controle. Não discordo desse pronunciamento, desse discurso, mas sabemos que o Governo deve estar muito bem equilibrado, para que não provoquemos um ambiente mais negativo do que esse que já existe.

Hoje, o Copom tem a oportunidade de tomar uma decisão numa área, usando um instrumento que o Brasil pode usar, porque temos uma das maiores taxas básicas do mundo. Isso permite que o Brasil reduza essa taxa, porque isso pode incentivar o consumo e os investimentos.

Concedo o aparte ao Senador Inácio Arruda.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Farei o aparte em trinta segundos. Quero aproveitar a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a e registrar que, pela primeira vez, as centrais sindicais acamparam – e há muitos acampamentos sendo feitos no plenário do Senado – à porta do Banco Central. A crise ajuda também a elevar a consciência do povo e do movimento sindical, que se uniu, que fez uma reunião com o setor patronal e que acampou à porta do Banco Central, para exigir o que V. Ex^a levanta agora, no seu pronunciamento, que é a redução drástica dos juros em nosso País. Não podemos deixar aqueles que são os principais responsáveis pela crise comandando a saída da crise, que é a banca nacional e também a de fora do País. Por isso, ressalto o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda.

Então, Sr. Presidente, para concluir meu pronunciamento, quero só destacar o Programa de Habitação Popular. A meta é audaciosa: a construção de um milhão de casas até o final do ano que vem, até o início de 2011. É uma meta audaciosa. Mas, quando se estabelece uma meta, trabalha-se para atingir essa meta. Isso é correto por parte do Governo, desde que haja os instrumentos para que possamos fazer essa construção. É importante que se reduza mais IPI de material de construção. É importante que os governos possam reduzir ICMS, que os Municípios reduzam ISS, para que possa haver um consumo nessa área da construção civil, que é uma área que gera muito emprego e que pode manter a economia bastante ativa. Então, expressei meu apoio ao programa.

Quero só lembrar que fizemos um pedido – e o Senador Marcelo Crivella também já fez esse pedido – ao Presidente Lula, à Ministra Dilma, ao Ministro Edison Lobão, para que as casas construídas nesse Programa pudessem usar o aquecimento de água por meio da energia solar. Com os chuveiros elétricos, há um gasto de 25% de energia, de eletricidade, na habitação popular. Então, é fundamental que possamos popularizar essa tecnologia, que possamos debater a necessidade do uso, cada vez mais intenso, de energias renováveis e alternativas. A energia solar está aí disponível, a tecnologia está disponível, o custo é compatível. Se o Governo der esse exemplo, vamos reduzir ainda mais o custo e aumentar a produção desses equipamentos, desses materiais, dessas placas. O Governo tem uma oportunidade de ouro nas mãos, para que possamos incentivar o aquecimento de água por meio de placas solares.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço mais um minuto a V. Ex^a, para que eu possa concluir meu pronunciamento.

A crise vem na hora em que se tem de refletir o modelo de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento, hoje, exige que usemos energia renovável, energia alternativa, energia solar.

Amanhã, a Comissão de Meio Ambiente debaterá a questão do edital da energia eólica. O Governo vai fazer seu primeiro edital. Esse é um avanço fenomenal. A Região Nordeste, especialmente, tem um potencial gigantesco na área de energia eólica, e temos de aproveitar isso, para que possamos criar um mercado. Mercado se cria com a certeza, com a garantia de que vai haver os investimentos.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, quero fazer um aparte ainda, se V. Ex^a me permitir. Concordo inteiramente com o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Casagrande, sobre a importância de haver caminhos alternativos na questão da energia no Brasil. Inclusive, é preciso debruçarmo-nos sobre a questão tributária, sobre a isenção tributária para, por exemplo, placas solares e para captação de água. É preciso que haja diminuição das taxas públicas para quem se utilizar disso. Já apresentamos um projeto de isenção do IPI para o desenvolvimento de carros elétricos no Brasil. Isenção não é renúncia fiscal, mas incentivo à produção de carros elétricos. V. Ex^a tem toda a razão. Esse é o caminho que tem de ser percorrido. Devemos nos debruçar sobre isso. Energia alternativa para um conjunto de iniciativas no Brasil seria fundamental. Parabéns a V. Ex^a! Inclusive, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, pode fazer um trabalho extraordinário nessa direção na Comissão. Parabéns!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, V. Ex^a permitiria uma palavrinha de uns segundos?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, queria cumprimentar os três Senadores do Piauí pela dignidade com que representam o seu Estado aqui, notadamente, hoje pela manhã, com a homenagem à Guerra do Jenipapo, que foi uma extensão do Sul para a manutenção da Independência brasileira. Lá, muitos heróis vieram a falecer na luta contra a tentativa de manutenção do domínio português. Cumprimento V. Ex^a e o povo do Piauí pela luta heróica na Batalha do Jenipapo.

Presidente Heráclito, meu querido amigo, grande Senador, o que me traz a falar dois minutos é um jogo de computador que simula o estupro de mulheres.

Fiquei estarecido ao ler na revista semanal *Época* deste final de semana que um jogo de computador simula o estupro de mulheres. No jogo virtual “Rape-Lay”, que está causando polêmica nos Estados Unidos,

o jogador deve estuprar mulheres no metrô e ganha pontos quem mais praticar o crime.

No momento em que o Brasil luta para combater a pedofilia, em particular o Senado, onde funciona uma CPI criada para esse fim, é inadmissível que crimes sexuais sejam banalizados em jogos que podem chegar às mãos de crianças e adolescentes e mesmo alimentar a fixação doentia de muitos adultos.

Produzido pela Illusion, empresa japonesa especializada em fazer jogos pornográficos, o “simulador de estupro” é comercializado naquele país desde 2006. Mas desde o mês passado o jogo atravessou fronteiras e chegou a várias partes do mundo, por meio do site de venda norte-americano Amazon. A descrição do jogo é estarecedora, Sr. Presidente.

Diz o seguinte: “No jogo, você é um perturbador da ordem pública que, agora, longe da prisão, busca novas metas. Você encontra uma mãe solteira e suas duas filhas e começa a caçá-las, uma a uma”.

Diante da repercussão negativa, os sites da Amazon e o de leilões eBay retiraram o produto de seus catálogos. Mas o estrago já está feito. Cópias piratas podem ser baixadas pela Internet.

Esta não é a primeira vez que jogos de computador estimulam a prática de crimes. Em 1997, o jogo Carmageddon causou polêmica em todo o mundo. Nele, o jogador participava de uma corrida em que quanto mais pessoas atropelasse com seu carro virtual, mais pontos ganhava. As vítimas eram crianças, velhinhas, freiras e mulheres grávidas.

Por isso, alerta aos pais para que fiquem atentos aos jogos que são instalados nos computadores de casa.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, Senador Eduardo Suplicy, comunico aos colegas Senadores que recebemos o parecer da Advocacia-Geral do Senado sobre o pagamento do serviço extraordinário durante o mês de janeiro.

Como já se sabia de antemão, não existe a ilegalidade formal com relação ao pagamento.

Amanhã, portanto, levarei para a reunião da Mesa este parecer e, juntamente com ele, sugestões para o pagamento de horas extras no futuro; ou seja, a aplicação e o uso de um ponto eletrônico para a verificação de horas extras. E enquanto isso não acontece, por conta de processo licitatório, o uso da lista de presença, adotada na Câmara dos Deputados.

Com relação ao caso presente, estamos remetendo ao gabinete de cada um dos Srs. Senadores questionário sobre a devolução ou não das horas ex-

tras pagas no mês de janeiro. Por que estamos fazendo isso? Vários Senadores já manifestaram a intenção de que seus funcionários façam a devolução.

A Mesa e a Diretoria-Geral da Casa não têm mecanismos justos para exercer tal tarefa, até porque a presença ou não dos servidores é subjetiva. Não há, após o fato realizado, como verificar cada caso. E não seria recomendável cometer injustiças, uma vez que se sabe que existem servidores que trabalharam e existem servidores, conforme confissão na própria imprensa, que não trabalharam.

Então, caberá ao gabinete de cada um dos Srs. Senadores decidir sobre a devolução ou não.

No caso de decisão pela devolução, obedecendo estritamente o que diz a lei, poderá ser feita em até dez parcelas. Agora, não temos a menor condição de realizar uma verificação de quem faz jus ou não a essa gratificação de hora extra. Punir quem trabalhou não é o objetivo dos que fazem esta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com todo respeito, e tenho muito respeito por V. Ex^a – V. Ex^a sabe disso –, a informação que entendi é que, no mês de janeiro, quando o Senado esteve em recesso, foram pagas horas extras. Com toda sinceridade, digo o seguinte: o Senado estava em recesso. Eu, Pedro Simon, por exemplo, não vim um dia, no mês de janeiro, a Brasília. Não houve uma reunião extraordinária, não houve nenhuma reunião ordinária e não houve nenhuma prorrogação de reunião. Sinceramente, não entendo como receber horas extras. O que são horas extras? Horas além das horas normais. Se não houve nem sessão ordinária, nem sessão extraordinária, nem sessão normal, acredito, com todo respeito, que não há por que se falar em horas extras. Perdoe-me, mas penso assim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – O gabinete de V. Ex^a, portanto, não recebeu hora extra? Quero entender.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou lhe dizer com toda sinceridade – e é boa a sua pergunta: que eu soubesse, não. Eu não assinei nada nem me pediram para assinar nada. Eu vou ver agora, porque eu não assinei nem me pediram. Se depender de mim, ninguém recebeu. Agora, não posso lhe responder porque...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Exatamente. Senador Pedro Simon, o grande problema é este: é porque damos delegações para os chefes de gabinete.

Agora, o caso de V. Ex^a é um pouco diferente, por exemplo, do meu caso. Eu presidi a Comissão de Relações Exteriores, em que tínhamos, por exemplo, a questão Battisti e outras questões que exigiam acompanhamento constante. Eu tive o cuidado de fazer uma verificação, e um número limitado de funcionários do meu gabinete – um número limitado – trabalhou, e eu atesto que trabalhou.

Por isso, precisamos examinar caso a caso, para que não se cometa, Senador, injustiça com os funcionários que trabalharam.

Por exemplo, seria uma injustiça o Senador Tião Viana obrigar os funcionários do seu gabinete a devolverem as horas extras, uma vez que o Senador Tião Viana trabalhou efetivamente no mês de janeiro. O Senador Wellington Salgado já declarou que os servidores trabalharam. Temos vários casos que aqui já declararam. E temos outros, de Senadores que afirmam que os funcionários não trabalharam. Aí, é uma questão para ser decidida caso a caso. É a única solução que podemos adotar, sem cometer injustiças, e tomar providências para que sejam corrigidos procedimentos futuros.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente Heráclito, também Secretário desta Casa, eu queria dizer o seguinte: durante o período de janeiro, eu trabalhei aqui, fazendo uma série de eventos, e todos os funcionários do meu gabinete trabalharam comigo. Se chegarmos ao ponto absurdo de ter que devolver o dinheiro, vou dizer o seguinte: eu vou pagar da minha parte para os meus funcionários, porque não vou deixar que eles paguem. Se eu autentiquei que eles trabalharam, eles trabalharam.

Eu fiquei aqui em janeiro, usando o gabinete, como outros também ficaram. Ou, durante o período de janeiro, independentemente dos trabalhos políticos que fazemos, não houve todos aqueles acordos para tudo o que aconteceu em fevereiro? Cansei de vir aqui, inclusive alguns Senadores procuravam até passar perto do gabinete dos outros com o “ouvido ligado”, para tentar ouvir o que estava acontecendo lá dentro. O mês de janeiro foi um mês que ferveu aqui dentro.

Agora, se tivermos que tomar alguma atitude, não vou deixar que meus funcionários de gabinete sejam descontados de algo pelo que trabalharam e que eu avalizei. Vou fazer um empréstimo com um irmão meu, com alguém, ou com V. Ex^a, e vou depositar na conta do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Sua mãe não vai deixá-lo passar por esse vexame. Ela vai resolver o problema de imediato. Mamãe resolve.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou pedir à minha mãe, então. Vou pedir à minha mãe. Eu vou pedir, então, emprestado a ela. O que eu não posso é deixar meus funcionários... Todo dia, quando entro no gabinete, estão todos esperando o que vai acontecer. Até já somei quanto isso dá. Já somei quanto dá. Olhei, meu cheque especial dá para...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Mamãe já sabe?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Banco do Brasil já tem um cheque especial à disposição. Eu vou depositar na conta que V. Ex^a mandar, se isso tiver que acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador, V. Ex^a tem razão.

Por isso é que eu estou dizendo – vou passar a palavra ao Senador Renato Casagrande – que o espírito é este: temos situações diferenciadas em cada gabinete. V. Ex^a está dando o seu testemunho, que, para nós, tem todo o respeito.

Os Senadores que entenderem que houve erro no pagamento das horas extras terão a liberdade de se manifestar através de seus gabinetes ou do Departamento de Pessoal, para que se tomem as devidas providências. Não será a Mesa que tomará essas providências, até porque não quer cometer injustiças com funcionários que trabalharam.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Heráclito, é bom que o senhor esteja presidindo esta sessão. Eu ia até comentar sobre o tema “hora extra” no meu pronunciamento, mas não tive tempo, porque acabamos fazendo um bom debate sobre a situação econômica e a crise econômico-financeira.

Acho que é bom, porque agora o senhor está na Presidência, é o 1º Secretário e tem responsabilidade direta, é o responsável direto pela gestão da Casa. Até imagino que, na hora em que se definiu um teto para pagamento de hora extra para servidores nos gabinetes, foi para disciplinar, porque deveria ser pior do que na verdade se apresenta neste momento. Mas está claro que, ainda, o método utilizado precisa também de uma reflexão.

Por isso, compreendo que temos de resolver o passado, mas, mais do que isso, Sr. Presidente Heráclito, acho fundamental que resolvamos o futuro. Que se estabeleça o controle – o ponto, a entrada de funcionários. Que se pague hora extra de acordo com a legislação vigente. Há legislação vigente para remuneração e pagamento de hora extra. Não temos de inventar nada, não temos de inovar em nada, temos só de controlar a presença, a carga horária do trabalho de cada servidor, de cada funcionário, e quem trabalhar mais do que a legislação determina poderá receber um percentual de hora extra. Não se pode passar de um percentual também, pode-se receber horas extras no máximo de duas horas por dia. Então, há uma legislação.

Acho que V. Ex^a tem a oportunidade de aproveitar essa crise, porque a hora extra não pode virar complementação salarial, nem pode existir a rotina de que, independentemente da hora, do tempo de trabalho do servidor, as pessoas recebam essa hora extra. Acho que o Senado depende dessa gestão competente, eficiente, transparente, em que aposto e confio. Não estou fazendo nenhum questionamento ao Secretário anterior, porque a cultura, a prática às vezes leva a equívocos, leva a se estabelecerem métodos que não são adequados de gestão.

V. Ex^a está começando agora, com essa crise. Tenho certeza de que, dessa crise, V. Ex^a vai tirar uma boa maneira, transparente, eficiente e econômica, para que possamos dar um bom exemplo para outras instituições.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Quero apenas esclarecer que o Secretário Efraim Morais, nessa questão, apenas comunicou aos gabinetes, oficiou aos gabinetes a possibilidade de indicarem funcionários para o recebimento de hora extra. Porém, a escolha dos funcionários e a determinação de quem faria jus a receber caberia a cada unidade, a cada gabinete. De forma que o Senador Efraim Morais não gerou as despesas; as despesas foram geradas ou pelos gabinetes ou pelos devidos departamentos.

Há uma situação muito fácil de ser resolvida daqui para frente, com relação às segundas-feiras e às quintas-feiras, por exemplo, pois o Senador Mão Santa presidindo é garantia para os servidores de que a sessão passará das 20 horas. Nesse caso, já está equacionado, não é, Senador Mão Santa?

Já temos, então, um ponto a menos. Agora, V. Ex^a tem razão: temos...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas nem todo mundo, mesmo quando a sessão passa das 20 horas, nem todo mundo fica aqui no Senado, Sr. Presidente. Então, não pode ser uma coisa genérica, geral, generalizada, porque ou se controla

cada um individualmente ou senão vamos cometer injustiças, e o Senado vai ficar dando a cara para a população bater.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Claro! E essa injustiça é que queremos evitar.

E temos de começar não cometendo injustiça com os servidores que trabalharam, porque, se houve erro, os funcionários que trabalharam e que receberam não contribuíram para o erro. De forma que o fato é o seguinte: essa questão só será resolvida com a atuação individual de cada gabinete, com a manifestação individual de cada gabinete, e faremos as correções para o futuro, como V. Ex^a bem disse.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, só mais uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, Senador, só uma pergunta para V. Ex^a. Por exemplo, estou andando, pego meu telefone, preciso falar com V. Ex^a, não tenho o número do telefone, ligo para o meu funcionário e digo assim: “Localize o Senador Heráclito”. Ele tem de achá-lo, não importa a hora. O meu assessor está com o telefone ligado 24 horas por dia. Então, queria dizer a V. Ex^a que, para mim, ele está à disposição o tempo inteiro – esses que trabalharam. Só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que os oradores inscritos têm de ser respeitados. Da forma como estão sendo conduzindo os debates, da forma como está sendo conduzido o debate, os oradores inscritos acabam não falando. Os oradores inscritos merecem respeito. O debate prolonga-se, prolonga-se, prolonga-se, e os oradores inscritos não falam. O tempo tem de ser, de certa forma, controlado, para que aqueles que estão inscritos tenham o direito de falar. Faça esse meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Antonio Carlos Júnior, concordo com V. Ex^a, mas quero dizer apenas o seguinte: eu tinha a obrigação de prestar os esclarecimentos e não tinha como me furtar das manifestações, por meio de questão de ordem, dos companheiros Senadores.

O que me parece é que o assunto está esgotado, e passo, então, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Ex^a iniciar seu pronunciamento, a Presidência prorroga a sessão por mais uma hora.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a tem direito a dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, quero também cumprimentar V. Ex^a, o Senador Mão Santa e o Senador João Vicente Claudino pela bonita manifestação ocorrida hoje, em homenagem à Batalha de Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823, inclusive com a presença do Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

Quero afirmar que V. Ex^{as} propiciaram a todos nós, Senadores, e também ao povo brasileiro e ao Congresso Nacional a oportunidade de conhecerem melhor a história do Brasil, aquilo que aconteceu no Piauí, no Pará e no Maranhão. Eu próprio aprendi com o episódio de Jenipapo, cujos detalhes não conhecia tão bem; hoje, tive a oportunidade de aprender.

Quero também cumprimentar V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, como 1º Secretário, por essa atitude de tornar transparentes as questões administrativas. Quero transmitir a V. Ex^a que, quando tive a oportunidade de presidir a Câmara Municipal de São Paulo, senti-me muito confortável quando adotei o lema de que a transparência em tempo real é a melhor maneira de prevenir irregularidades. Portanto, V. Ex^a, com a atitude de colocar esclarecimentos prontos, inclusive debatendo com os Senadores questões como essas que foram objeto de reflexão, de notícia em toda a imprensa nacional, faz bem. Isso é saudável.

Quero, Sr. Presidente, aqui cumprimentar a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Garibaldi Alves, que ontem aprovou inúmeros requerimentos de audiências públicas, muitos sobre a crise econômica, para chamar as principais autoridades econômicas do País, seja o Ministro Guido Mantega, seja o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e outras autoridades.

Um dos requerimentos que apresentei é sobre a crise que se deu com os produtores de laranja, sobretudo no interior do Estado de São Paulo, onde estão os maiores produtores de laranja e de suco de laranja do Brasil e do mundo, diante inclusive do fechamento da fábrica Citrosuco, ocorrido em Bebedouro. Foi aprovado o requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos para uma audiência com os quatro Presidentes das grandes empresas produtoras de suco, com o Presidente da Associação dos Citricultores, com a participação do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, do Estado de São Pau-

lo, bem como com representantes dos sindicatos de produtores de laranja em diversas regiões do Estado de São Paulo e do Brasil, inclusive com a participação dos conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria de Direito Econômico.

Também foi aprovado, e eu cumprimento meus pares da Comissão de Assuntos Econômicos, o requerimento para que haja uma audiência pública acerca da instabilidade econômico-financeira por que vem passando a Embraer, que levou a empresa a demitir mais de 4,3 mil trabalhadores, além de provocar a dispensa de diversos outros trabalhadores nas empresas da cadeia produtiva...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, lamento interrompê-lo, mas, regimentalmente, tenho que prorrogar a sessão por mais uma hora, para que todos os inscritos possam usar a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

São convidados para essa audiência pública o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; o Ministro da Defesa, Nelson Jobim; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Luciano Coutinho; o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Adilson dos Santos.

Quero dizer que, como hoje e amanhã haverá eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região do Vale do Paraíba, onde três chapas disputam – a chapa do Sindicato, Conlutas; a chapa Oposição Metalúrgica, CUT; e a chapa Alternativa Metalúrgica, Força Sindical –, naturalmente, a partir da eleição desta semana, haverá a eleição de um novo Presidente. Os três candidatos a Presidente são, respectivamente: Vivaldo Moreira Araújo, da chapa Conlutas; Valdo Rodrigues Soares Ferreira, da chapa da CUT; e Luiz Carlos Mattias, da chapa da Força Sindical. Obviamente, sendo eleito um novo Presidente, quem sabe possam vir até os dois Presidentes: aquele que hoje é Presidente, o Sr. Adilson dos Santos, e aquele que irá sucedê-lo.

Por outro lado, também estamos convidando o Presidente da Embraer, Frederico Fleury Curado.

Quero aqui relatar que, na segunda-feira, fiz uma visita à direção da Embraer, onde o Vice-Presidente de Assuntos Institucionais, Sr. Horácio Forjaz, me recebeu com todo respeito e gentileza e fez uma exposição.

Eu estava acompanhado inclusive do Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, e de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Campos. Foi feita uma exposição para nós,

por parte do Sr. Horácio Forjaz, sobre a evolução tão positiva da indústria Embraer, inclusive nesses últimos anos e a partir da privatização, uma vez que a Embraer se tornou a segunda maior exportadora brasileira, depois da Vale do Rio Doce. Sua força de trabalho total, no mês de dezembro, chegou a 23.509 funcionários, dos quais 20.680 lotados no Brasil.

A Embraer tem um papel estratégico militar para o Brasil, forneceu 50% da Força Aérea Brasileira, e é uma das maiores fabricantes de aviões comerciais do mundo, atrás das gigantes Boeing e Airbus, e é a líder global em jatos de pequeno e médio portes, posição em que rivaliza com a canadense Bombardier.

Em 2002, a Embraer faturava R\$5 bilhões; em 2004, R\$9,984 bilhões; em 2007, R\$9,983 bilhões; e, até o mês de setembro de 2008, R\$7,648 bilhões.

É muito provável que o faturamento de 2008, aguardando-se a publicação do balanço, venha a ser também muito positivo, em que pese a diminuição da demanda que se está prevendo e do que aconteceu no final do ano, no último trimestre, e a previsão de diminuição da produção ou da demanda por aviões que, em princípio, era da ordem de 270 aviões que seriam produzidos em 2009. Mas, justamente agora, a empresa estima entregar 242 aeronaves, o que significa um aumento na produção de aeronaves em 2009, em relação a 2007, da ordem de 21%, o que leva os trabalhadores a se perguntarem, afinal de contas: se a empresa contou com um financiamento muito significativo por parte do BNDES nos anos muito positivos – e inclusive agora o BNDES continua apoiando a empresa –, por que não haver um diálogo para que se repartam melhor os ônus de um momento de dificuldade?

Ali, na Embraer, eu conheci, mais uma vez, alguns dos modelos de aviões de altíssima tecnologia que lá são produzidos – mostro aqui para os Srs. Senadores. Trata-se de uma empresa muito moderna, onde os trabalhadores estão tendo oportunidades de formação profissional tecnológica muito significativas. Contou-me o Sr. Horácio Forjaz sobre a instituição de ensino que é apoiada pela Embraer, que em São José dos Campos dá oportunidade a mais de 600 jovens de se formarem e, muitas vezes, ingressarem em instituições de ensino superior públicas, com grande oportunidade de progresso.

No que diz respeito aos benefícios, aos pagamentos aos trabalhadores, esclareceu-me o Sr. Horácio Forjaz, quando perguntado sobre qual é o tipo de remuneração, não apenas por salários, mas por participação nos resultados, que, por exemplo, em 2004, que foi o ano de excepcionais resultados, os trabalhadores chegaram a receber cerca de sete salários, além dos 13, como participação nos resultados. No ano que

passou, de 2007 a 2008, a remuneração variável foi da ordem de 11%, 12%, o que é bastante significativo. Explicou-me que a parte paga de remuneração variável, em geral, é distribuída de tal forma que 30% é igual para todos os que ali trabalham e 70% em proporção ao que cada um ganha, algo que os trabalhadores, por seu sindicato, gostariam que fosse modificado, para que esse resultado fosse mais amplamente e democraticamente distribuído.

Eu faço votos de que a reunião que se realizará amanhã, quinta-feira, na Justiça do Trabalho em Campinas, seja a mais produtiva possível, com um diálogo de grande respeito. Faço votos também de que as três chapas que, hoje e amanhã, concorrem – Conlutas, CUT e Força Sindical – mostrem a grande importância da vida sindical democrática em nosso País. Numa hora como esta, as três chapas estão tendo o objetivo comum de preservar as oportunidades de emprego.

E é essa também a vontade do Presidente Lula, que transmitiu ao Presidente da Embraer...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O Presidente Lula, quando recebeu o Presidente da Embraer e também os trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, procurou estimular o melhor entendimento entre as partes.

Por que considerei importante realizar aqui, na CAE, audiência pública entre os trabalhadores, a Presidência da Embraer, os próprios Ministros de Estado e o Presidente do BNDES? Porque será uma oportunidade para que, exemplarmente, uma grande empresa de tamanho sucesso no Brasil possa dar, inclusive, exemplos de como compartilhar melhor os resultados e as dificuldades nos momentos difíceis.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Suplicy, ontem, à tarde, abordei esse seu pedido, a sua solicitação de audiência pública. Quero confessar a V. Ex^a que me causa intranquilidade a proposta de V. Ex^a. Sabe que essa crise que a Embraer enfrenta não é uma crise isolada. É uma crise conjuntural. Basta ver a queda nas suas vendas. Essas demissões, tenho certeza, são temporárias, até porque a Embraer, quanto mais funcionários tenha, mais aviões produz e mais lucro obtém. O perigo da audiência pública fica no fato de que o presidente, aqui, e os convidados poderão ser submetidos a perguntas envolvendo temas que,

tendo em vista a natureza da indústria e do negócio, são sigilosos. E temos uma concorrência, que em determinado momento chegou a ser predatória,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...com alguns produtores de aviões, basicamente o Canadá. Os jornais canadenses já comemoram como vitória a conquista que tiveram por intermédio de V. Ex^a. A minha preocupação é que essa audiência pública prejudique a Embraer. Como sei que V. Ex^a não tem a intenção de prejudicar a Embraer, externo aqui a V. Ex^a essa preocupação, porque, num momento como este, uma audiência pública pode submeter uma empresa como a Embraer a questionamentos que são inconvenientes, tendo em vista a natureza do negócio. Aliás, comuniquei dessa preocupação – e me deu razão – com o Líder de V. Ex^a, ontem, Senador Mercadante. Ele me disse inclusive que ia conversar com V. Ex^a sobre esse fato. Como eu sei que seu objetivo é ajudar a Embraer, mas ajudar também sindicalistas – da origem de V. Ex^a –, funcionários e os servidores demitidos, eu tenho a impressão de que teríamos outros caminhos, uma conversa em outro fórum. Agora, a audiência pública pode expor uma empresa que é o orgulho dos brasileiros. O Presidente Lula recentemente defendeu essa empresa, inclusive conclamando as pessoas a que adquirissem aviões nacionais e investissem nessa empresa. Daí por que eu faço este aparte a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Quero transmitir a V. Ex^a que não será a primeira vez que o Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos, faz audiência com a participação dos trabalhadores e da direção da Embraer. Nos anos 90, quando eu já era Senador, e nos anos 2000, mais de uma vez, quando inclusive foi debatida aqui a questão...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. Só para responder.

Quando foi debatida a própria privatização da Embraer, lembro que foi proposto e foi aprovado que, no Conselho de Administração da Embraer, houvesse a representação dos trabalhadores, à qual se asseguraram, portanto, as informações sobre os dados econômicos e financeiros.

Como a Embraer é uma empresa que recebe e tem quotas – inclusive há uma ação que o Ministério da Defesa detém que é uma ação de natureza especial, e também o BNDES tem participação, inclusive como instituição financeira que empresta muito –, há uma responsabilidade de natureza pública.

Então, da mesma maneira que eu há pouco tanto elogiei a sua postura de querer transparência e praticá-la para os atos da Mesa Diretora do Senado, um órgão público, para mim, a Embraer é quase como uma empresa que tem a característica de dever ser transparente nos seus atos. E eu, ademais, sou muito favorável a que haja nas empresas privadas transparência dos dados econômicos e financeiros. Aliás, está havendo um grande debate a respeito daquelas empresas que têm suas ações na Bolsa de Valores, no mercado de capitais, para que a sua contabilidade se torne cada vez mais transparente no que diz respeito à remuneração...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a há de me permitir, mas, se há falta de transparência na contabilidade da Embraer, V. Ex^a está na obrigação e no dever de denunciá-la. Não foi isso que eu disse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O que eu falo, Senador Suplicy, é que, tendo em vista a natureza das atividades da Embraer...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...tendo em vista o momento de crise que nós vivemos, inclusive tendo em vista as concorrências que a Embraer trava com algumas empresas, mais especificamente com a Bombardier canadense, nós corremos o risco de expor essa empresa neste momento de crise. Louvo V. Ex^a pelas convocações anteriores, porque as circunstâncias eram completamente diferentes. Refiro-me à crise, até porque eu faço isso baseado na sinceridade das palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu que se ajudasse essa empresa. Acho que o caminho da audiência pública neste momento não é o ideal para que se alcancem os objetivos, tendo em vista os dados estratégicos e os segredos comerciais que uma empresa privada, nas circunstâncias da Embraer, é obrigada a conservar no seu negócio. Mas V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tenho a convicção, encerrando, Sr. Presidente, de que o diálogo aqui será feito nos termos os mais adequados e que os próprios trabalhadores, por sua representação, saberão discernir sobre qualquer informação que possa eventualmente prejudicar a empresa. Eles são os primeiros interessados em fortalecer a Embraer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fiquei contente pela Comissão de Assuntos Econômicos ter aprovado, por unanimidade, o requerimento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB. Ele representa com grandeza o Estado de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, terei 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É a nota que V. Ex^a merece.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

Sr. Presidente, os últimos dados da economia mundial e, notadamente, os oferecidos pela imprensa nacional a respeito da economia do nosso País têm suscitado comentários, os mais diversos, aqui desta Casa. E, considerando o teor dos debates, verificamos que há uma preocupação de que a crise internacional, a crise financeira, realmente invadiu os mercados emergentes e, como não podia deixar, está invadindo o Brasil, mas não na proporção tão apregoada por aqueles que, do ponto de vista político, criticam, de forma a mais radical possível, a política monetária e econômica do Governo do Presidente Lula.

Mas o que eu queria falar, Sr. Presidente, é que, na última semana, chamou a atenção da imprensa do mundo inteiro uma reação inusitada de parte do presidente do Banco Central norte-americano.

Na verdade, a reação do presidente do Banco Central dos Estados Unidos, o Sr. Ben Bernanke, foi furiosa: no Senado Federal dos Estados Unidos, ele esbravejou para quem quisesse ouvir, que, após enterrar centenas de bilhões de dólares do contribuinte em companhias financeiras falidas – como é o caso da AIG e outras – sem conseguir recuperá-las, tudo o que a equipe econômica consegue propor é entregar mais dinheiro aos executivos, aos grupos financeiros.

Em audiência no Comitê de Orçamento do Congresso do Senado, o Presidente do Banco Central norte-americano se confessou furioso com a seguradora AIG, que já recebeu ajuda de 180 bilhões de dólares e não saiu do vermelho.

Segundo suas palavras: *“Não consigo pensar em nada que tenha me deixado mais furioso nos últimos 18 meses do que as apostas irresponsáveis da AIG. Mas a quebra da maior seguradora do mundo seria catastrófica para a estabilidade do sistema financeiro mundial. Nós realmente não tínhamos opção a não ser*

resgatá-la”, disse ele em resposta a Senadores insatisfeitos com o novo programa de socorro.

Como se sabe, em 2008, o governo deu 150 bilhões de dólares para a AIG e assumiu 80% do seu capital, o que não foi suficiente para evitar que a empresa tivesse perdas de quase 100 bilhões no ano, o maior prejuízo registrado na história das corporações dos Estados Unidos. No dia anterior, o Tesouro anunciou que doaria mais 30 bilhões à companhia.

Todos nós que temos acompanhado essa crise histórica da economia mundial, sabemos que, no conceito do mercado, a seguradora AIG está na lista de companhias que “são grandes demais para quebrar”, pelo potencial que carregam de arrastar todo o sistema financeiro se vierem a ruir. O Bank of América e o Citigroup – que já receberam 45 bilhões de dólares cada um – também fazem parte dessa lista.

Uma das coisas que mais chama a atenção nesse fato é que estamos diante do presidente do mais poderoso banco central do mundo, da nação mais rica do mundo, e o que se vê é que estão completamente enredados, reféns quase, dessa verdadeira montanha-russa em que os grandes especuladores transformaram a economia mundial, notadamente a economia produtiva.

É uma crise histórica do capitalismo. Por conta do cassino global, por conta das montanhas de empréstimos, de financiamentos de toda uma cascata de financiamentos, de empréstimos que levam a empréstimos sem nenhuma finalidade, sem nenhum lastro, de papéis ancorados em papéis, o resultado final é que os maus negócios do sistema financeiro, dos bancos, emprestando trilhões para quem não pode pagar, chegou-se a este ponto: as companhias conhecidas como peso pesados da economia global, a exemplo daquelas que mencionei mais atrás, mostraram que estavam montadas em bolhas, em bolhas que estão implodindo uma após a outra, enquanto verdadeiras instituições-zumbis continuam de pé, funcionando como esponjas que absorvem centenas e centenas de bilhões de dólares do contribuinte.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o governo norte-americano pensa se assume ou não o controle dessas caixas-pretas que, quanto mais sugam, menos mostram solidez, a economia não para de nos brindar com más notícias: recessão no Japão, na Inglaterra, recessão na Europa Oriental, na Espanha e em vários cantos do mundo. E o crédito não aparece. Mesmo baixando os juros a zero ou a quase zero, continua a seca creditícia na Europa e nos Estados Unidos.

A economia não tem dado sinais de superação da crise e, pelo contrário, cresce o desemprego global, o mundo parece marchar para uma nova onda

de protecionismo, contra a qual o Presidente Lula já protestou. A sensação que nós temos aqui é como se a economia global estivesse marchando para a desglobalização.

Nosso País ainda não se encontra no olho da crise, mas é preciso que fiquemos atentos.

Segundo a *Gazeta Mercantil* de ontem, a Confederação Nacional da Indústria – CNI avalia que a atividade industrial tende a apresentar queda em 2009. Em duas semanas, a CNI divulgará novas projeções para a economia brasileira. A indústria caiu a sua atividade industrial cerca de 17%. “Deveremos revisar o crescimento do PIB para algo perto de zero”, disse o economista-chefe da entidade Flávio Castelo Branco.

Crescimento perto de zero! Portanto, por mais que estejamos ainda não completamente impactados pela crise global, não sairemos imunes ou ilesos dela; nossa economia ainda é vulnerável, basta que se considere neste sentido o crescimento da dívida interna. O tamanho da dívida interna já chega próximo do tamanho do próprio PIB brasileiro e não para de crescer. O Brasil está inegavelmente inserido nos fluxos financeiros internacionais.

É por isso, Sr. Presidente, que a presença aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e em outras comissões instaladas no Senado Federal é da maior importância, bem como o Sr. Ministro da Economia para explicar esses dados últimos que foram divulgados recentemente.

Não podemos ignorar nem os juros altos e nem a questão da valorização da moeda. Seis meses após o acirramento da crise internacional, as torneiras do crédito continuam emperradas no mercado brasileiro. O prazo médio do capital de giro em janeiro encolheu em quase um quarto, para 384 dias, o último dado disponível. O juro médio subiu 3,2 pontos percentuais, para 36,8% ao ano, afetando pequenas e médias empresas.

Praticamente secou o crédito mais longo e barato para as pessoas físicas, como o financiamento de veículos e o consignado. As pessoas estão se socorrendo do cheque especial, que apresenta taxas de 172%. Quase seis vezes maior do que com desconto em folha. Esta é a situação atual.

E nos Estados Unidos nem se fala. Estamos assistindo, como citei acima, o próprio Ben Bernanke em estado de perplexidade diante do poder do capital especulativo e do *hot money* sobre o mais poderosa economia do mundo.

No caso do Brasil, temos que agir. Nós, todos os políticos, todos os que nos preocupamos com o nosso povo, temos que ter propostas claras, discuti-las democraticamente.

Estamos de acordo com a estratégia do Governo em investir em infraestrutura, em especial para as regiões mais pobres, em particular o meu Nordeste.

Estamos de acordo em que o Governo abra uma prioridade total para emprego, frentes de trabalho, para colocar a saúde e o sistema escolar no nível que a população precisa, ainda mais agora que a renda popular diminui. Muito mais saúde, muito mais educação temos que agir nesta direção. Estou convencido, diante da crise que não para de crescer, que o Governo ponha todo o foco na produção, desonerando-a e reduzindo a carga tributária e, também, a pesada incidência dos juros sobre ela.

Se é verdade que países como os Estados Unidos consumiram demais e consumiram além da sua capacidade, é também um fato que nós, o povo brasileiro, consumimos de menos, produzimos alimentos, víveres e bens essenciais de menos. Com essa carga tributária e o peso dos juros (dos ganhos financeiros sobre os produtivos) a nossa produção industrial ficou em desvantagem em relação aos ganhos da agiotagem. Temos que ter isto bem claro. O produtor está em desvantagem em relação ao agiota.

É preciso reverter essa situação o mais rapidamente possível e mudar as nossas políticas públicas antes que a crise global nos pegue no contrapé. Essa é a nossa urgência.

Faço minha analogia do Presidente Lula: jogar mais e mais dinheiro no Sistema Financeiro é como colocar água em panela quente. Quanto mais se põe água, mais ela evapora. No caso dos Estados Unidos, foi como argumentou Lula, é preciso uma mão firme do Estado. No caso brasileiro, precisamos de menos tributos, menos juros, prioridade total para a geração de empregos, frentes de trabalho, escola e assistência sanitária.

Junto com isso precisamos do PAC na construção de casas populares, estradas e saneamento básico para todos. A prioridade nacional tem que ser o combate à pobreza e não o resgate de quem não apenas lucrou...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mais um parágrafo e termino.

... e engordou enormemente com a crise, antes da crise, mas está também por trás da própria crise.

Nos jornais de ontem, dia 9 de março, o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, defendeu que a taxa de juros Selic pode ficar entre 2 e 4% em 2009. Tudo bem. Temos, então, que promover um grande debate nacional em torno dessas e de outras questões.

Por isso, Sr. Presidente, louvo a Comissão do Senado, instituída pelo Presidente José Sarney, para avaliar a crise, como também a Comissão de Assuntos Econômicos, ambas vão ouvir as autoridades responsáveis pelo setor de crescimento da economia e do combate a essa crise avassaladora que invadiu o mundo e o Brasil.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo brilhante pronunciamento sobre a crise econômica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, por cessão do Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para encaminhar à Mesa dois pronunciamentos: um fala sobre a importância do fim do voto secreto; o outro comunica à Casa que amanhã, às 11h, o Presidente Michel Temer receberá uma comissão de Senadores para dialogar sobre a importância da votação, na Câmara, dos projetos que beneficiam os aposentados, entre eles, o do fim do fator previdenciário.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apunhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, recebi no dia de hoje, em meu gabinete, uma surpreendente visita de uma aposentada de 73 anos.

Dona Ivone Garcia Pancich viajou três dias de ônibus, de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, até Brasília, percorrendo cerca de 2.365 quilômetros.

A “vovó guerreira” veio especialmente para agradecer a nossa luta em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas.

Ela me disse que não gastou em passagem, pois foi beneficiada pelos artigos 39 e 40 do Estatuto do Idoso.

Dona Ivone está com muita esperança de que a Câmara dos Deputados aprove os três projetos que o Senado já aprovou.

Falo do fim do fator previdenciário, da recomposição das perdas salariais e da concessão do mesmo percentual de reajuste dado ao salário-mínimo para aposentadorias e pensões.

Amanhã, senhor Presidente, às 11 horas, vamos nos reunir na presidência da Câmara com o deputado Michel Temer, para tratar da votação desses projetos que beneficiam cerca de 25 milhões de aposentados e pensionistas em todo o país.

O encontro foi acertado pelo deputado federal Darcisio Perondi e contará com a participação de senadores, deputados e representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Para finalizar, senhoras e senhores, agradeço ao Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), Sr. José Augusto da Silva Filho, que disponibilizou a hospedagem da dona Ivone aqui em Brasília.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria de fazer um apelo ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Demóstenes Torres, para que dê atenção à projeto de minha autoria (PLS 209/2005) que acaba com a possibilidade de pagamento de fiança ou decretação de liberdade provisória para os crimes de corrupção ativa e passiva. A relatoria é do senador Valter Pereira.

Este projeto é um dos destaques do livro Quem mandamos para a prisão – Visões do Parlamento Brasileiro sobre a Criminalidade, de autoria da socióloga Laura Frade, lançado no final do ano passado. A obra é resultado do trabalho de doutorado em sociologia na Universidade de Brasília (UnB).

Sr. Presidente, a proposta do PLS 209/05 é simples: tornar inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva. Vários crimes em nosso ordenamento jurídico são inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória, como os crimes hediondos, o tráfico de entorpecentes, o terrorismo, o crime de lavagem de dinheiro, entre outros.

Por que o crime de corrupção não deve ser punido tão rigorosamente quanto esses?

A resposta é igualmente simples: porque ele ofende diretamente o contrato social celebrado entre o Governo e a Sociedade Civil.

O crime de corrupção é tal que vem retirando de milhões de brasileiros a satisfação de necessidades vitais básicas, a materialização de direitos de segurança social, de ensino fundamental, de saúde pública, de proteção e acolhimento contra a orfandade etc.

O crime de corrupção ofende todo o planejamento feito para dotar o orçamento público com recursos

mínimos para as áreas sociais, aumenta o risco-País, aumenta a seletividade das políticas públicas, reduz o número de beneficiários, faz cair a qualidade do atendimento estatal, força o governo a deslocar recursos de áreas prioritárias, contribui para que no ano seguinte o aumento do salário mínimo seja menor do que o desejado, reduz o poder de compra do cidadão e, enfim, adia o desenvolvimento nacional.

Portanto, senhoras e senhores, reitero a importância deste projeto e a sua aprovação por esta casa.

Mas, Sr. Presidente, outra proposta de minha autoria é o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional.

A democracia brasileira necessita desse ajuste, afinal, o homem público não tem o direito de votar secretamente.

A população tem o direito de saber de que forma os seus representantes estão votando.

A PEC 50/06 já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e atualmente está pronta para ser votada no Plenário do Senado. Temos a obrigação de perseguir esse objetivo ou seremos cobrados pelas futuras gerações.

O homem público não deve ter receio da votação aberta na escolha de embaixadores, ministros, perdas de mandato, mesas, agências, etc.

É um absurdo, um verdadeiro contra-senso a votação ser aberta para a aprovação de projetos de lei e secreta para manter o veto.

O fim do voto secreto no Congresso dá transparência e propicia que todos votem de acordo com suas convicções, fortalecendo assim a relação de eleitos e eleitores, mas, essencialmente, com o poder Legislativo, que deve ser o espaço de ressonância das vozes das ruas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido. Sinto-me convidado a acompanhá-lo na defesa de seus projetos de lei que minimizam o sacrifício dos aposentados.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside a nossa sessão neste momento.

Antes de fazer a minha fala, já que ainda estamos na semana do Dia Internacional da Mulher, eu gostaria de ler um breve documento que a Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) nos entregou. Eu acho que é extremamente importante essa mobilização dos estudantes secundaristas no nosso País.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas foi a primeira entidade brasileira a hastear a bandeira de reserva de 50% das vagas das universidades públicas para estudantes oriundos das escolas públicas por entender que a universidade é um espaço que deve ser ocupado pelo conjunto da sociedade, principalmente por essa parcela que historicamente é marginalizada, ficando fora da universidade.

Hoje, devido ao novo momento que vive a educação brasileira, várias medidas paliativas têm sido criadas, como, por exemplo, a criação do ProUni, que já colocou cerca de 500 mil estudantes das escolas públicas nas universidades privadas com bolsas de 50% e até bolsas integrais. A Ubes valoriza essa grande vitória que foi o ProUni [que, aliás, é um grande programa de autoria do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva], mas não achamos que deva parar por aí, [diz a Ubes]. Consideramos fundamental que o Senado da República aprove o PL da Reserva de Vagas que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e falta apenas essa etapa para ser sancionada pelo Presidente Lula. Por isso, a Ubes estará de olho no Senado [hoje passou a manhã toda em mobilização aqui], solicitando a todos os Senadores que apoiem esse projeto colocando um cartaz em seu gabinete, assinando o abaixo-assinado [que eles estão passando] e, principalmente, votando pelo avanço da educação brasileira e aprovando a reserva de vagas.

Eu gostaria de completar este escrito da Ubes, dizendo que sou Relatora do projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a questão de reservas de vagas para os alunos provenientes do ensino secundário da escola pública, alunos que têm o corte de renda – aqueles que têm renda de 1,5 salário mínimo **per capita** na família – e também para aqueles que se enquadram em um critério de etnia, ou seja, para indígenas, negros ou pardos. Então, são esses os três critérios que estão sendo considerados. O nosso parecer está sendo favorável, mas existe uma discussão na CCJC que é totalmente plausível: alguns Senadores dizem que existe necessidade de esclarecimento e de melhor redação de determinados artigos do projeto. É claro, é óbvio que estamos abertos a essa discussão, pois o que importa é realmente conseguirmos a aprovação do projeto.

Dito isso, aproveito esta semana do Dia Internacional da Mulher, comemorado no domingo passado, dia 8 de março – e o mês de março é o mês em que a luta das mulheres mais se aproxima da sociedade e consegue maior visibilidade –, para registrar que o dia 8 de março é uma data para reflexões, seja sobre conquistas, problemas ou desafios. Para tanto, venho fazer minha contribuição.

Subo a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, para falar de alguns eventos que frequentei em homenagem a nós mulheres nestes últimos dias. Aproveito para refletir o quanto temos progredido e o quanto ainda temos a caminhar para conquistar a igualdade e a isonomia que tanto almejamos.

Pude presenciar e ser testemunha de diversas homenagens a pessoas que lutam pela causa feminina em nosso País, como foi durante a sessão solene em homenagem às mulheres realizada aqui neste plenário e do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que foi concedido a cinco personalidades de nosso País e um **in memorian**, concedida a Sr^a Ruth Cardoso. Mulheres guerreiras, que prestaram diversos serviços à nossa sociedade em prol da igualdade de gênero, da justiça social, da educação e da não violência.

Particpei também de uma caminhada de mulheres, “A Marcha das Violetas”, em Cuiabá, na minha cidade, no meu Estado de Mato Grosso. As mulheres matogrossenses se vestiram de lilás e se mobilizaram para lembrar à sociedade que é tempo de buscar “a justiça, a equidade e a paz”, em prol do fim da desigualdade entre homens e mulheres. Elas se juntaram aos homens pelas ruas do centro histórico de Cuiabá, sob a liderança da companheira professora Jaci Proença. Essa é uma tradição em meu Estado que perdura e ganhou esse nome para resgatar a importância da revista **A Violeta** na construção da cidadania das mulheres cuiabanas. A revista foi fundada em 1916, Senadora Rosalba Ciarlini, lá no meu Mato Grosso, por um grupo de jovens das escolas do antigo curso Normal e de senhoras da sociedade cuiabana, sendo editada pelo Grêmio Literário Júlia Lopes.

Ouvi também, nesses últimos dias, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva falando sobre a ascendência da mulher em seu Governo. Nas palavras dele: “terei como legado a honra de poder dizer: no meu Governo, as mulheres subiram um degrau a mais na conquista dos seus direitos e da sua liberdade”.

Lula informou também – e esta é uma informação para o Brasil inteiro da maior relevância – que irá transformar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério, garantindo a liberdade orçamentária, ajudando na elaboração e na execução das políticas públicas para as mulheres. Um grande avanço para nosso País;; um grande avanço para nós, mulheres; um avanço muito significativo – e eu estava presente, no Memorial JK, no momento em que o Presidente Lula anunciou o envio do projeto de lei para transformar essa Secretaria em Ministério. Afinal de contas, nós somos 52% da sociedade. Eu acredito que ninguém queira se posicionar contra. Eu vi, naquele momento, a Ministra Nilcéa Freire derramar lágrimas,

lá no Memorial JK, quando ela ouviu esse anúncio do Presidente Lula. Realmente, Nilcéa Freire vem fazendo história, no nosso País, na luta pelas mulheres, hoje com *status* de Ministra à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

O Presidente Lula falou algo que eu já falo há algum tempo. Ele sente falta das mulheres na política do nosso País, assim como eu, que faço parte da política do Brasil, assim como nós, Senadoras. Eu anuncio sempre, Senadora Rosalba Ciarlini, por onde ando, no meu Estado de Mato Grosso, no Brasil – estive, em Furnas, no Rio de Janeiro, segunda-feira passada, fazendo uma palestra para mais de 300 mulheres –, que, quando chega algum projeto no Parlamento com políticas públicas de interesse das mulheres, nós, Senadoras dos mais variados partidos, fechamos questão na bancada feminina. E lutamos... Aliás, não lutamos, porque tem sido muito fácil a unidade dos Senadores e das Senadoras para aprovação de políticas para as mulheres.

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senadora Serys, mais uma vez, gostaria de cumprimentá-la, porque a senhora tem sido incansável e determinada na luta que é de todas nós – de todos nós, de homens e de mulheres. Na sessão especial em que estavam presentes as mulheres homenageadas com o diploma Bertha Lutz, a senhora frisou que nós somos 52% da população, mas que todos os outros 48%, os homens, têm, com certeza, no seu coração, uma rosa, que é sua mãe, aliás, muitas rosas, não é só a mãe, tem as filhas, tem a esposa. Então, é muito importante esta luta, que é de todos nós, por mais igualdade. E a senhora nos traz boas notícias, quando diz que o próprio Governo Federal, na pessoa do Presidente Lula, reconhecendo a importância das políticas públicas para as mulheres, passará a Secretaria Especial a Ministério, fortalecendo, reforçando e dando melhores condições para que possamos ampliar ainda mais toda essa nossa caminhada. Parabéns, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba.

Nós sabemos que hoje, ao todo, no Congresso Nacional do Brasil, somos 8,9%, cerca de 12% nas Assembleias Legislativas e 12% nas Câmaras Municipais. Entre as Prefeitas, apenas 9% são mulheres. No entanto, esses dados contrastam...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – (...) com a estimativa do IBGE, que informa que as mulheres compõem 52% da população brasileira.

E não é somente nosso Presidente que está vendo que as mulheres poderiam ser mais presentes nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Uma pesquisa realizada, Srs. Senadores, Sr. Presidente, pelo Instituto Ibope, Instituto Patrícia Galvão e Cultura Data, divulgada ontem, aponta que, para 83% dos entrevistados, a presença de mulheres no poder melhora a política nesses espaços. Na opinião de 74% dos entrevistados, elas – nós, as mulheres – trariam mais compromisso com os eleitores. A pesquisa revelou ainda que oito em cada dez brasileiros são favoráveis às medidas legislativas que promovam igualdade política de gênero.

Sr. Presidente, isso é uma ótima notícia em pleno mês das mulheres. Um avanço para comemorarmos. Mais de 90% dos entrevistados na pesquisa Ibope, divulgada ontem, afirmaram que votariam em uma mulher e, nesse grupo, cerca de 60% dariam o voto a uma candidata independentemente do cargo em disputa, Senadora.

Acredito que esses dados trazem avanços no pensamento do brasileiro e da brasileira, mas é a nossa hora de começar a aparecer no quadro político brasileiro. Mulheres nos cargos executivos deste País: Prefeitas, Governadoras e Presidente da República. Vamos preencher a cota de 30% dentro dos Partidos. Vamos preencher de maneira engajada e determinada, mostrando que somos capazes de representar o povo brasileiro, mostrando nosso lado feminino, nosso lado forte, enfim, mostrando que fazemos a diferença no poder.

E, como disse o nosso Presidente Lula, “quando todos os Governos do mundo tiverem coragem de criar um Ministério para a mulher, quando as pessoas tiverem coragem de não ter medo de as mulheres se organizarem”, venceremos o desafio e teremos conquistado direitos iguais. E esse desafio certamente o Brasil está vencendo, pois, no Governo Lula, nós, mulheres, estamos conquistando muitos direitos e certamente conquistaremos outros mais.

É preciso que mulheres sérias e preparadas sejam inseridas na vida pública. E sei que temos muitos exemplos em todos os Estados deste País. A mulher brasileira é uma lutadora, mãe, esposa, trabalhadora. Busca oportunidades, é forte, combativa. Nós, mulheres, precisamos conquistar a igualdade de direitos com a participação dos companheiros homens nessa construção. Não tenho dúvida disso. Não podemos admitir que mulheres firmes, determinadas e competentes sejam tituladas como mulheres duras. Por isso, concordo com a frase da Ministra Dilma Rousseff, quando ela disse “sou tida como uma mulher dura, cercada, porém, de um grupo

grande de homens meigos e suaves”. E muitas vezes, Senadora Ciarlini, eu também me vejo assim.

Então, precisamos, sim, conquistar a igualdade de direitos, com a contribuição dos companheiros homens. Só assim construiremos a sociedade justa e a sociedade igualitária. Homens e mulheres juntos por uma sociedade melhor, com direitos absolutamente iguais – nem mais, nem menos, apenas iguais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko, convidamos para usar da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, que representa o Democratas da Bahia, abençoado pelo Senhor do Bonfim.

E, sobretudo, quero reconhecer que, na história deste Parlamento, o seu pai, a meu ver, foi o homem de mais coragem. E eu aprendi que, faltando a coragem, acabam-se todas as virtudes. Ele foi o único Senador que teve a coragem – e é para isto o Poder Legislativo – para frear o Judiciário, para frear o Executivo. Mas o Senador que deu um freio no Poder Judiciário foi Antonio Carlos Magalhães. Ele descobriu para esta Nação os “lalaus”.

V. Ex^a poderá usar da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas referências ao Senador Antonio Carlos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em maio do ano passado, desta tribuna, eu reclamava ações do Poder Público para o combate à dengue no meu Estado. Reclamava ações e apontava causas para a epidemia de dengue que grassava na Bahia. Naquela vez, como agora, o diagnóstico se mantém: faltam recursos, mas principalmente bons gestores.

O que acontece na Bahia é de estarrecer. Segundo relatório divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, no último dia 4, o Estado contabiliza um aumento de 200% nos casos em relação ao mesmo período de 2008!

Só para V. Ex^a ter uma idéia, no Piauí, houve uma redução de 82% nos casos; no Rio Grande do Norte, da Senadora Rosalba, a queda foi de 96%; na média, no Nordeste, caiu 80%, e, na Bahia, subiu 200%.

Ora, lembro-me de que, no ano passado, ouvi o Secretário Estadual da Saúde, o Sr. Jorge Solla, reconhecer que o Estado vivia uma epidemia da doença! Que nome se daria ao que acontece agora, então?

Pois hoje, Sr. Presidente, o mesmo Secretário sequer admite a gravidade do problema.

Pior! Tenta minimizar o avanço da dengue Estado afora, dizendo que o problema é localizado – o que não é verdade –, ao mesmo tempo em que procura

esquivar-se da responsabilidade pelo caos, culpando os Municípios que, segundo ele, não teriam implementado corretamente as políticas de combate ao mosquito.

Como é possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, tamanha insensibilidade?

Como é possível, Sr. Presidente, tamanha incompetência?

Um ano para se preparar, e nada!

Em 2008, Salvador chegou a estar sob “estado de emergência no âmbito da saúde”, Srs. Senadores.

Muitos dos senhores que trazem para esta Casa a experiência de administradores estaduais e municipais – entre nós, cito V. Ex^a, Senadora Rosalba, e temos mesmo a honra de contar com a presença de dois ex-Presidentes da República – sabem que os problemas precisam ser resolvidos.

Vejam o caso de Itabuna. As medidas que estão sendo tomadas incluem desde a criação de centros de hidratação (um exemplo trazido do Rio de Janeiro), o fortalecimento das equipes de combate (Itabuna trabalha com 200 agentes combatendo os focos nas ruas e mais de 300 com a educação da população), o uso de helicóptero para mapear as áreas com possíveis focos e até mesmo a ajuda de estudantes de Enfermagem e Medicina no atendimento de doentes.

Já em outros Municípios, como Floresta Azul, o hospital está fechado e há apenas dois postos de saúde, oito agentes de combate aos focos de dengue, e duas pessoas trabalham com a educação da população.

O fato irrefutável é que a situação é, sim, muito grave na Bahia.

Ainda de acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a Bahia é o Estado que registrou o maior número de casos de dengue no País em 2009.

E vejam: enquanto a dengue avança no Estado, a incidência da doença no resto do País apresenta uma queda de 40% – e a média do Nordeste foi de 80%. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, o número de ocorrências na Bahia supera as notificações feitas em toda a Região Centro-Oeste.

O caso é grave e continua piorando: até a primeira semana de fevereiro, haviam sido notificados pouco mais de seis mil casos, número que subiu para nove mil na segunda semana e para doze mil na terceira semana. Os dados mais recentes falam em quinze mil casos em todo o Estado, com quinze mortes confirmadas e mais vinte e cinco outras suspeitas. No Estado, 160 Municípios (38%) já notificaram a doença. Apenas dez deles concentram 73% dos casos. São os Municípios de Jequié, Porto Seguro, Itabuna, Itororó, Jacobina, Ipiauí, Presidente Dutra, Barreiras, Salvador e Andaraí.

E vem o Secretário Solla dizer que o problema é localizado? Só se for localizado no Estado da Bahia!

Sr. Presidente, há problema de toda ordem a ser equacionado.

Vejam este caso, em Salvador, em que fica evidente a falta de sintonia entre os Poderes Públicos: uma das dez cidades mais infestadas na Bahia, a nossa capital, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, conta com centenas de imóveis fechados ou abandonados, dificultando o combate ao mosquito. Destes, muitos estão no Centro Histórico. E, por falar no Centro Histórico, vou fazer um pequeno parêntese para chamar a atenção do Sr. Governador Jaques Wagner, que anda com um discurso de que ele vai mudar o Centro Histórico, fazer um Centro Histórico para baianos, dizendo que as gestões anteriores faziam um Centro Histórico elitista.

Sr. Jaques Wagner, desde 1991 até 2006, durante 15 anos, os Governos de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges recuperaram todo o Centro Histórico, fizeram um investimento enorme com recursos próprios do Estado, e V. Ex^a nada fez. Então, V. Ex^a não tem autoridade para falar sobre Centro Histórico e criticar as gestões que o antecederam, porque foram as gestões que o antecederam que fizeram toda a remodelação do Centro Histórico, a partir da era do Governador Antonio Carlos Magalhães, que começou o projeto, em 1991. V. Ex^a não tem nenhuma autoridade para falar sobre esse assunto! Então, é melhor que fale sobre outro assunto, porque, desse assunto, V. Ex^a não tem a mínima autoridade para falar!

Vamos voltar ao caso da dengue. Pois vejam: a Prefeitura precisou acionar a Justiça para poder entrar nos imóveis. Mesmo assim, teve que aguardar duas semanas, até a decisão judicial sair.

Se falta sintonia, faltam também condições mínimas de trabalho: agentes de combate a endemias reclamam da falta de material de trabalho. Muitos temem a leptospirose, por serem obrigados a trabalhar sem luvas.

Senadora Rosalba, a senhora conhece bastante, a senhora é médica; o Senador Mão Santa também é médico e conhece bastante quando não se tem condições de trabalho. Um agente entrevistado pelo jornal *Correio da Bahia* chegou a dizer que há anos não recebia um único *kit* de trabalho. A maioria trabalha sem uniforme e sem identificação oficial.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Antonio Carlos, o senhor traz a esta tribuna uma questão gravíssima, porque trata de vidas humanas. A dengue já não é mais novidade no nosso Brasil, não é novidade

de mais em nenhum Estado, Senador Mão Santa, em nenhum Município. E os governantes, os governadores, os administradores sabem que só existe uma forma de fazer com que a dengue seja controlada e reduzida: é a prevenção, é o trabalho ininterrupto e preventivo. Então, fico realmente estarelecida com as informações que o senhor nos traz, que já estão na mídia nacional: os casos graves na Bahia. A Bahia é um Estado que orgulha a todos nós, onde temos o início de toda a nossa História. A Bahia tem no turismo um ponto forte na sua economia, e a dengue vem prejudicando essa atividade, principalmente nesse momento de crise, em que não podemos perder empregos. Esse é mais um fator para agravar ainda mais a atual crise, que já chega a todos os recantos do Brasil. Parabéns a V. Ex^a por essa preocupação, por trazer aqui a denúncia de questões tão graves, mostrando, como o seu pai, um amor maior por sua terra e por sua gente; que os seus governantes têm de saber que, independentemente de cores partidárias ou de quaisquer questões menores, a vida do cidadão está acima de qualquer coisa. Têm que se unir todas as esferas, têm que todos dar a sua colaboração. E mais: o governante é o condutor, quem governa tem que conduzir as ações. Eu fico indignada também quando escuto, Senador, quando ouço algum governante dizer: “Não, não fiz isso porque estou esperando que cheguem recursos, que o convênio com o Ministério seja assinado”. Vá fazendo a sua parte e vá cobrando do Ministério a parte dele, mas não deixe que isso venha a acontecer, porque são vidas que estão sendo perdidas, inclusive. O caso é muito grave. Eu quero aqui me solidarizar com a sua preocupação, com a sua angústia, que sei que é muito grande, pelo bem que sei que o senhor tem à sua terra e à sua gente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Senadora Rosalba, eu agradeço a manifestação de V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– E V. Ex^a levantou um ponto fundamental: num momento de crise, claro que o setor industrial baiano produz matérias-primas e tem também a indústria automobilística e os produtos de exportação; mas, no momento em que há uma retração industrial muito forte, o turismo teria que ser a mola mestra da economia. A senhora levantou um problema muito grave: a dengue vai afastar, vai prejudicar o turismo, que seria uma atividade que poderia remanescer, que poderia sobreviver aos impactos maiores da crise. Então, V. Ex^a levantou um ponto fundamental dessa questão.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Eu queria, só para complementar, falar sobre o Centro Histórico, que conheci antes do trabalho que foi realizado pelo Senador Antonio Carlos e pelos governadores que o sucederam. Lembro como estava a situação da Bahia e lembro do Centro Histórico depois que foi feito todo aquele trabalho de revitalização, o quanto isso foi importante para a vida e para o turismo, principalmente da cidade de Salvador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Antonio Carlos Magalhães, avalio que V. Ex^a trata de um assunto de extrema gravidade, que constitui um alerta tanto para o Ministro José Gomes Temporão, da Saúde, como para o nosso querido Governador Jaques Wagner. E, obviamente como a prevenção à dengue se faz sobretudo de maneira descentralizada, com ações do Ministério da Saúde, do Governo de Estado e sua Secretaria de Saúde e das prefeituras municipais, avalio constitui um alerta muito importante para que todas as autoridades, nos três níveis, coordenem melhor as suas ações para prevenir o alastramento da dengue. Permita-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque muitas vezes V. Ex^a tem tratado desse assunto – praticamente todos os Senadores estão interessados –, mas felizmente houve uma boa nova há pouco. Refiro-me à decisão do Copom de diminuir em 1,5%, de 12,75% para 11,25% a taxa de juros Selic. Permita-me dizê-lo, apenas para que V. Ex^a possa também saudar essa decisão e transmiti-la a todos que nos assistem.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Com certeza, Senador Suplicy, agradeço suas manifestações em relação à questão da dengue. Realmente, falta entrosamento das três esferas de Governo,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – ...federal, estadual e municipal. Está havendo falta de entrosamento, V. Ex^a tem total razão.

Em relação à questão da Selic, nós saudamos realmente a queda de 1,5%. Inclusive, era o meu palpite para a reunião de hoje a queda de 1,5%, e V. Ex^a acaba de anunciar essa boa nova para a economia. Só que é importante também que caíam os *spreads* bancários.

Ouço o Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Eu quero saudar também o pronunciamento de V. Ex^a. É muito importante para toda a sociedade que esse debate sobre a dengue aconteça, por pelo menos três aspectos que eu sempre costumo levantar. Primeiro, porque

a dengue é totalmente evitável, como V. Ex^a colocou, e afeta a saúde da população de maneira dramática, implicando doença, morte, desesperança e, principalmente, indicando a falência de cuidados que deveriam ser tomados. O segundo aspecto que a gente sempre tem que levantar, e que já foi levantado, é que a dengue afeta também, particularmente no caso da Bahia, a área do turismo: renda, emprego, geração de oportunidades. Isso traz outras consequências, particularmente num momento de crise. Mas há um terceiro aspecto que eu quero levantar. V. Ex^a colocou que os agentes de saúde não estão recebendo os *kits* há muito tempo e não têm os equipamentos para trabalhar, tendo dificuldades, então, nesse sentido. Já fizemos uma audiência pública na Comissão de Assunto Sociais há algum tempo, hoje presidida pela Senadora Rosalba, na Subcomissão de Saúde do Senador Papaléo Paes, onde se mostrou que a utilização dos materiais para o combate à dengue pelos agentes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – ...de saúde, sem os equipamentos de proteção e também sem a instrução e a orientação necessária, acarretou a morte de agentes de saúde e problemas neurológicos em agentes de saúde. Inclusive, eu gostaria de alertar, por este pronunciamento, que o agente de saúde não utilizasse o material de combate à dengue se não tiver o equipamento de proteção e as orientações necessárias, porque isso implica risco à vida e à saúde. Mas quero destacar tudo isso dentro do oportuno pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns, pela sua oportuna manifestação. Esses cuidados merecem ser levados em consideração, inclusive porque uma campanha preventiva mais forte precisa ser empreendida tanto pelo Governo Federal quanto pelo Estadual...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – ...para que se mude isso.

A insegurança urbana e rural, Sr. Presidente, também é um obstáculo muitas vezes intransponível, pois a ação de criminosos acaba por impedir a entrada dos agentes em áreas consideradas de risco.

Agora, pergunto aos senhores: são problemas novos?

Se a Bahia já tivesse sido vítima da dengue no ano passado, nada sendo feito, não seria grande a probabilidade de a doença retornar este ano com virulência ainda maior?

Se, na média, em todo o País a doença regride, por que na Bahia ela recrudesce?

Não pretendo nem vou politizar um problema que é, basicamente, de gestão – ou pior, de má gestão –, mas é evidente que o Governo Estadual do PT repete, no quesito saúde, o mesmo péssimo desempenho apresentado no ano passado.

Por enquanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, resta-nos fiscalizar essas administrações e ajudá-las. Ajudá-las, sim, porque, fazendo isso, estaremos ajudando o povo baiano.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Ajudar com nossas ações parlamentares; ajudar apresentando emendas ao Orçamento voltadas às ações de saúde e saneamento, cobrando e fiscalizando a sua execução; ajudar colaborando para a aprovação de proposições legislativas que beneficiem o nosso Estado; e ajudar fiscalizando, cobrando ações federais, estaduais e municipais. Não apenas as ações urgentes, essenciais para que se amenize essa situação, que está insustentável e que maltrata especialmente a população baiana menos favorecida, mas também ações de longo prazo.

Serão essas ações de longo prazo, de que até agora não vi sequer esboço em meu Estado, planejadas, integradas e estruturantes, que vão tirar a Bahia dessa condição medieval, constrangedora, de assistir assustada ao seu povo, periodicamente, ser ameaçada por doenças como a dengue.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após contundente pronunciamento do Senador Antonio Carlos Júnior, denunciando a dengue, cujo quadro se agrava cada vez mais no Estado da Bahia, é com muita honra que anunciamos a presença, nesta sessão plenária, na nossa tribuna de honra, do Prefeito Municipal de Amarante, no Piauí, o grande líder Luiz Neto, de perspectiva invejável na política do Piauí.

Amarante não é uma cidade comum. Entre seus filhos ilustres está o poeta maior Da Costa e Silva, aquele que escreveu o Hino do Piauí:

Piauí, terra querida,

Filha do sol do Equador,

Pertencem-te a nossa vida,

Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, o seu filho é o primeiro que chega.

Assim foi a luta da Independência; foram os piauienses que, em 13 de março, construíram a unidade deste País, expulsando os portugueses na primeira batalha sangrenta.

Convidamos para usar da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, ela que representa os Democratas do Rio Grande do Norte, extraordinária Prefeita por

três vezes de Mossoró, encantador Município do Nordeste. Rosalba Ciarlini é médica, faz da ciência médica a mais humana das ciências; é uma benfeitora da humanidade, com perspectivas invejáveis na política do Rio Grande do Norte, e acaba de ser agraciada cidadã de Natal.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Eu lhe pediria permissão para prorrogar a sessão por mais meia hora, para ouvirmos os oradores inscritos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, entre alguns pontos que eu gostaria de abordar nesta oportunidade, está o meu agradecimento à Câmara Municipal de Natal, por meio do Vereador Ney Lopes Jr., que foi o proponente da matéria, por ter aprovado, por unanimidade, Senador Mão Santa, o título de Cidadã Natalense. Isso me deixa bastante feliz. Posso dizer que esse foi um presente, Senador Flávio Arns, que recebi na semana em que estávamos comemorando o Dia Internacional da Mulher.

Natal é uma cidade que aprendi a amar como estudante. Foi naquela cidade que realizei o grande sonho de ser médica, o sonho que eu trazia desde menininha. Foi em Natal que me formei, onde tive a oportunidade também de ver meus filhos crescerem. Natal é uma cidade linda, é a cidade do sol, do Morro do Careca, do Forte dos Reis Magos. Natal tem, principalmente no seu povo, uma força muito grande, uma forma de receber que cativa todos nós. Essa cidade é a cidade espacial, porque lá também foi onde, no Brasil, começamos a fazer lançamentos de foguetes, na Barreira do Inferno. Natal tem praias lindas e dunas maravilhosas. Para falar de Natal, eu iria, Senador Mão Santa, precisar de muitas e muitas horas, e ainda seria pouco para dizer o quanto admiro a cidade de Natal e o quanto agradeço à cidade de Natal, porque estou aqui, como Senadora do Rio Grande do Norte, também pela vitória que obtivemos naquela cidade, pela confiança que os natalenses tiveram no meu nome.

Foi pensando nisso, exatamente, que, neste ano, apresentamos uma emenda para beneficiar a cidade de Natal, para ajudar o trabalho que a Prefeita Micarla pretende realizar, de drenagem e de saneamento. Apresentamos uma emenda de R\$15 milhões para a cidade de Natal, como contribuição, como colaboração. Esse é o dever de quem aqui está para trabalhar por todo o Rio Grande do Norte e também pela nossa querida capital.

Esse título realmente me engrandece. Foi uma coisa que me sensibilizou bastante. Fico grata não somente ao Vereador Ney Lopes Júnior e a todos os Vereadores que o aprovaram, mas também ao povo de Natal, que eles representam.

Eu queria também, aqui, Senador Mão Santa, falar da homenagem que recebi, na sexta-feira à noite, na cidade de Natal, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Recebi o Troféu Colibri, ao lado de mais duas mulheres norte-rio-grandenses da cidade de Mossoró. Pela luta de todas nós, trabalhadoras, recebemos esse troféu como homenagem maior. Essa é uma reflexão, é um incentivo na luta pela igualdade e pela oportunidade para todas as mulheres.

Parabenizo também a Prefeita Micarla, com quem, na segunda-feira, tivemos a oportunidade, também dentro das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, de participar da inauguração do início dos trabalhos do Hospital da Mulher Professor Leide Morais, localizado na zona norte de Natal. É um hospital que trata especificamente das questões da mulher. Coincidentemente, enquanto estávamos na solenidade que dava por iniciadas as atividades no Hospital da Mulher Professor Leide Morais, em Natal, nascia a primeira criança naquele hospital. Esse, realmente, é um ponto importantíssimo. O Hospital da Mulher tem uma importância maior por que cuida, de forma humanizada, de todas as questões relacionadas à saúde da mulher, para que a mulher possa cuidar também da prevenção do câncer de mama, do câncer ginecológico, enfim, de todas as questões.

Essa ação acontece na cidade de Natal, mas eu gostaria, aqui, também de dizer que, na cidade de Mossoró, a Prefeita Fafá já tem projetos, já estamos junto ao Ministério da Saúde tratando dessa questão, para que nossa cidade também tenha um hospital da mulher para cuidar das questões maternas e também da criança no primeiro ano de vida. São questões relacionadas diretamente à mãe e à sua criança.

Parabéns, Prefeita Micarla! Parabéns a todas as mulheres natalenses, que, agora, podem contar com o Hospital da Mulher Professor Leide Morais! Por falar nisso, Leide Morais foi meu professor. Era diretor da Maternidade Januário Cicco, maternidade-escola, um homem que lutou e que deixou passos realmente marcantes como grande humanista, grande médico e grande professor, de quem tive a oportunidade de receber muitos ensinamentos.

Eu gostaria também, aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de falar da alegria que tivemos na sexta-feira, à tarde, na cidade de Angicos, quando tivemos a oportunidade de participar – a Senadora Rosalba, o Senador Garibaldi, o Deputado Betinho,

enfim, vários outros representantes da Bancada federal do Rio Grande do Norte – da aula inaugural da Universidade Federal do Semi-Árido (Ufesa), que, agora, está na cidade de Angicos, em um *campus* avançado. Esse núcleo foi uma luta nossa e de todos que formam a Bancada federal. Por meio de emendas que apresentamos, Senador Magno Malta, foi possível a Ufesa expandir e implantar mais um núcleo no Estado do Rio Grande do Norte.

A Ufesa é a antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam). Foi federalizada, num trabalho persistente e determinado, que teve início com o Deputado Betinho Rosado, lá da cidade de Mossoró, da nossa região. Com a federalização, foi possível novos cursos surgirem. Nossa luta é para que a universidade chegue também a outros recantos do Rio Grande do Norte, como aconteceu, agora, na cidade de Angicos.

Na realidade, por se tratar do semi-árido, fizemos nosso esforço para viabilizar também um *campus* para a cidade de Pau dos Ferros, que fica no Alto Oeste, e também para a cidade de Apodi, pela oportunidade, com a barragem de Santa Cruz e com o potencial que tem a Chapada do Apodi para a irrigação, de que a escola pudesse ali, com o núcleo, estimular ainda mais a atividade técnica agrícola com ensinamentos importantes em nível universitário. Mas, como tanto na cidade de Pau dos Ferros como na cidade de Apodi está sendo implantada a Escola Técnica Federal, por decisão do próprio Ministério e também pelo fato de a cidade de Angicos – que fica na região central e que, por uma feliz coincidência, é a cidade-mãe da família do Senador Garibaldi Alves – ficar numa região de muitas dificuldades, numa região central, muito árida, a universidade iniciará seus trabalhos na cidade de Angicos, onde já estão matriculados, iniciando os cursos tecnológicos, 180 alunos. No próximo semestre, serão mais 300 alunos e, no próximo ano, mais 600 alunos. Assim, a universidade irá levando.

Essa é uma alegria muito grande, porque, para mim, como política, nada é mais gratificante do que ver chegar à minha região uma escola, uma universidade, a educação, o ensinamento, o que propicia o desenvolvimento e as oportunidades.

Eu gostaria de dizer que vamos continuar nossa luta para expandir ainda mais a Ufesa. Não se trata somente do *campus* de Angicos, mas também do *campus* do oeste, do médio-oeste, do alto-oeste, numa cidade que venha a beneficiar muitos outros lugares, como Angicos vai beneficiar, agora, mais 36 cidades. Vamos continuar essa luta, para implantarmos uma universidade no oeste, seja na cidade de Caraúbas, que também já se coloca como pretendente à chegada de um *campus*, seja, se possível, em Apodi ou em Pau dos Ferros.

A luta vai continuar, e é bom que, cada vez mais, possamos ficar unidos, como esteve toda a Bancada, para conseguir dar esse primeiro passo na expansão da Ufesa no nosso Estado. Que possamos continuar todos unidos, Parlamentares do Rio Grande do Norte, em defesa da Ufesa, da sua expansão e da implantação de novos *campi*!

Eu gostaria, então, para finalizar, Sr. Presidente, de falar, mais uma vez, da nossa preocupação com a situação das prefeituras, com relação, Senador Flávio Arns, à queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que vem acontecendo de forma gritante, trazendo inúmeras dificuldades para os prefeitos honrarem com os compromissos que são obrigatórios e que não podem deixar de ser cumpridos numa cidade.

Sabemos que as cotas do FPM estão reduzidas em função de o seu cálculo, o IPI, ser algo importantíssimo. E o Governo Federal, nessa crise, para dar um incentivo, um apoio, à indústria automobilística, resolveu isentar a cobrança do IPI. Com isso, esqueceu-se de que estava prejudicando os Municípios brasileiros e, conseqüentemente, toda a população brasileira, porque os Municípios, na hora em que deixam de ter condições de prestar uma boa assistência, de pagar suas energias, de ter mais recursos para a educação e para a saúde, passam a enfrentar mais dificuldades.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, que foi Prefeito, e nós, que fomos “prefeitinhos”, como V. Ex^a sempre diz, sabemos que, quando a prefeitura passa a ter menos recursos e deixa de honrar seus compromissos com os credores e quando os funcionários, porventura, não recebem seus salários, menos recursos circulam, e o prejuízo é imenso, é grande, tanto no comércio como em toda a cidade.

Então, fica aqui, mais uma vez, nosso apelo, para que o Governo Federal faça uma reflexão e traga uma solução de como fazer uma compensação com relação às perdas que os Municípios vêm passando.

Além disso, temos também um problema muito sério. No início do mês passado, o Presidente convidou todos os Prefeitos para uma reunião – Prefeitos que estavam começando seus novos mandatos – e anunciou que haveria uma medida provisória para que houvesse o parcelamento simplificado das dívidas do INSS, que, aliás, é outra coisa gravíssima e que tem trazido muitos transtornos aos Prefeitos, principalmente àqueles que estão iniciando agora seus mandatos e que pegaram débitos, que vêm de muitas e muitas outras administrações, impagáveis, difíceis. Mas o INSS, na parcela do dia 10, de forma truculenta, fez a retenção dos recursos. Isso continua acontecendo, apesar de o Presidente haver garantido isso na Medida Provisória nº 457, que foi editada. Mas, infelizmente, tanto

a Receita Federal como os próprios órgãos do INSS informam que “o sistema ainda não está adaptado”. O que está acontecendo?

Vou, aqui, dar o exemplo do Prefeito de Nova Cruz, com quem estive hoje. Essa é uma cidade de 40 mil habitantes, que recebeu, nessa primeira parcela, R\$580 mil de FPM, dos quais R\$380 mil o INSS reteve. Só que ele ainda não pôde fazer o parcelamento e, em consequência disso, não pôde receber recursos da saúde, porque estava sem a certidão negativa. Mas ele está em busca de fazer o parcelamento e vem bater à porta da Receita e do INSS, sempre recebendo como resposta que “o sistema ainda não está adequado à nova medida provisória”. Isso é inadmissível! Quanto a programas como Merenda Escolar, Transporte Escolar, AABB Comunidade, ele está sem poder receber recursos. Ele quer fazer o parcelamento que o Presidente garantiu, tanto que já fez a medida provisória, mas essa inoperância do sistema está trazendo um grande prejuízo, pois, além da queda do FPM, ainda está enfrentando todas essas dificuldades.

Então, isso precisa de uma solução urgente, porque se trata dos Municípios brasileiros, trata-se da nossa gente, do povo brasileiro nos mais diversos recantos deste País, que está passando por essas dificuldades. Fica faltando, com certeza, a assistência necessária e as condições para que os Municípios possam se somar a essa luta, que deve ser de todos nós, para podermos superar essa difícil fase, que é a crise que chegou não como uma marolinha, mas que chegou e está chegando com ondas muito fortes e trazendo muitas angústias e preocupações ao povo brasileiro.

Fica aqui, então, mais uma vez, nosso apelo para que a medida provisória seja realmente adequada ao sistema e para que os Prefeitos possam fazer, imediatamente, os parcelamentos simplificados, para poderem receber os recursos. O Governo dá com uma mão e tira com outra, Senador Mão Santa. Vai haver o parcelamento simplificado, mas, ao mesmo tempo, o Governo garfa, na primeira parcela, um montante que é superior a mais da metade do que o Município deveria receber para pagar sua energia, para pagar sua água, para pagar o combustível que movimenta as ambulâncias. Enfim, nas questões do dia-a-dia, continuam enfrentando essas dificuldades.

Infelizmente, isso acontece não somente de agora, porque, há muito tempo, os Municípios estão sendo penalizados, quando da criação de mais e mais contribuições que não são colocadas no cálculo do FPM. No cálculo do FPM, as contribuições não entram. As contribuições são impostos, sim. É a mesma coisa de imposto: sai do povo brasileiro para o Governo Federal. E o que vemos? Hoje, de toda a receita, de tudo o que

é arrecadado, apenas 18% vão para os Municípios; em torno de 25%, para os Estados; e o restante fica para o Governo Federal.

Em um País tão grande, em um País de quase seis mil Municípios, fica muito difícil, Senador, os Prefeitos continuarem de pires na mão, tendo de vir a Brasília, saindo dos recantos mais distantes, gastando, inclusive, o que não podem, para baterem à porta dos Ministérios e à porta dos Parlamentares. Não! Temos, na reforma tributária, de conseguir que os recursos e as contribuições entrem também no cálculo, que os recursos para os Municípios aumentem e que essa pirâmide injusta seja invertida. Com Municípios mais fortes, com mais recursos, com certeza, o Brasil será mais forte, proporcionando ao povo mais justiça social!

Muito obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Apenas peço permissão para, com muita honra, anunciar a presença do professor Francisco Soares, que é Presidente da Fundação do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí. Ele é um ambientalista por excelência, um amante da natureza e tem batalhado pela defesa da natureza no Piauí e no Brasil.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fazer um breve comunicado.

No final de semana próximo passado, estive, na quarta, quinta e sexta-feiras, juntamente com o Senador Nery e com o Senador Geraldo Mesquita, em Belém, em uma oitiva da CPI da Pedofilia, Sr. Presidente. Fomos ouvir dois casos emblemáticos: ouvimos o Deputado Estadual Luiz Sefer, com cinco mandatos, médico, de família tradicional do Pará, que, lamentavelmente, havia sido denunciado por abuso a criança; a despeito de tudo, nós o ouvimos; e ouvimos o irmão da Governadora Ana Júlia, que é uma mulher de bem, respeitadíssima e que nada tem a ver com os deslizes de seu irmão.

Nós enfrentamos, juntamente com o Senador Nery, todo e qualquer tipo de pressão. E aí registro que a CPI não entende, não vê, não respeita cor, nem sexo, nem dinheiro no banco, nem quantos mandatos o indivíduo teve. Abusou de criança, há uma denúncia posta, terá de se assentar para que a CPI possa explicar à sociedade brasileira. E assim o fizemos.

Veja, Sr. Presidente, quero parabenizar o Ministério Público local, pela maneira como tem se portado nesse caso e em outros casos – falo dos emblemáticos –, e a Assembleia Legislativa. A CPI local – que

ro abraçar o seu Presidente, o seu Relator e os seus membros –, uma vez convivendo com a CPI nacional, encorajada, vai continuar o trabalho. São denúncias diversas que chegam à CPI. Certamente eles o farão com muita força, com muita garra, para responder à sociedade do Pará. Ouvimos o Bispo de Marajó, que, lamentavelmente, sempre traz denúncias, sem que soluções aconteçam.

Temos proposta a ser feita ao Governo Federal: que coloque o Sivam em Marajó, de maneira a minimizar o tráfico de crianças do Brasil para as Guianas, para o Suriname, através daquelas fronteiras.

Nós estamos tomando uma série de providências. Segui para o Maranhão, estive em Açailândia – e quero abraçar aqui o padre local, o apóstolo Antonio Pereira de Sousa, as ONGs, as igrejas, as organizações sociais, o Conselho Tutelar. Estive, na segunda-feira à noite, na Câmara de Vereadores, lotada. Havia lá um grupo de mulheres intitulado “O Bom Samaritano”, que se reuniu para lançar um desafio, um fórum de combate às drogas. Participei também, porque por 31 anos da minha vida retirei drogados das ruas, conheço um pouco esse assunto, Sr. Presidente. Participei, quero parabenizá-los e me comprometi.

Aconteceu no Maranhão uma CPI estadual. Lá, há dois casos emblemáticos a respeito dos quais estou enviando uma petição ao Secretário de Segurança Pública para tratar de um inquérito de anos que ainda não foi concluído ainda. Questiono a Justiça sobre o motivo por que esses inquéritos que tratam de abusos de crianças não andaram ainda.

Abraço as pessoas do Maranhão.

Encerro, cumprimentando o Gaeco, de São Paulo, que realizou uma operação nesta madrugada, às 6 horas. Foi a CPI da Pedofilia, juntamente com o Gaeco, em São Paulo, por causa do caso emblemático de Catanduva, em São Paulo. Há uma rede de exploração, de abuso de crianças de 3 anos, de 4 anos, de 6 anos de idade. Há crianças de 8 anos com doença venérea. E só o borracheiro está preso! O borracheiro é um depredador, é um abusador, é um pedófilo, mas também é um contumaz cafetão, aliciador, cooptador de crianças, com pipas, docinhos, *playstation*, para levar para a classe média alta abusar.

Nessa operação, há um médico muito rico da cidade e um usineiro que estão foragidos, com mandados de prisão expedidos pela Dr^a Sueli, e quero parabenizá-la aqui da tribuna do Senado Federal. Parabenizo também o Gaeco.

Na próxima terça-feira à noite, a CPI chega a Catanduva, no interior de São Paulo. Ficaremos terça, quarta, quinta e sexta, se necessário for. Vamos ouvir os depoimentos das cinquenta crianças novamente. A

assessoria da CPI toda está-se dirigindo para lá. Vamos ouvir as mães e fazer novamente o reconhecimento, porque as crianças de catorze anos que levavam os irmãos e os priminhos menores, de três e quatro anos, para identificar os culpados não foram ouvidos, nem levados para fazer a identificação. Nós vamos recompor isso tudo novamente, vamos ouvir os presos, os que têm mandado de prisão, porque os que estão foragidos certamente serão pegos e nós trataremos dessa questão no interior de São Paulo, com todo respeito ao Brasil, com todo respeito a São Paulo.

Reafirmando: já na primeira semana de abril, nós iremos para Manaus, para a cidade do Senador João Pedro, para o Estado dele. As pessoas que estão convocadas serão ouvidas. Senador João Pedro, não vou citar nomes, mas tenho ouvido apelos reiterados de pessoas que, por vias diversas, chegam a mim – não sei, chegam –, pedindo para que o Prefeito de Coari não seja ouvido. Eu quero avisar que ele vai ser ouvido, sim. Está convocado e vai ser ouvido, vai ser ouvido pela CPI. A CPI dispõe de denúncias, dispõe de documentação, e nós vamos ouvi-lo, sim, como vamos ouvir outras pessoas que estão denunciadas na CPI. Nós temos um compromisso com a Amazônia, temos um compromisso com Manaus, e para lá a CPI irá.

A minha palavra, Sr. Presidente, é de felicitação ao Gaeco, abraços para o povo de Açailândia e de Imperatriz, no Maranhão, abraços para o apóstolo Antônio Pereira de Souza, o padre da cidade. Por causa de uma causa tão importante, combate à pedofilia no Brasil, no mesmo lugar, sentados à mesma mesa, o padre, o pastor, as lideranças comunitárias, o poder político. Por interesse. Ninguém quer conviver com abuso de criança, ninguém quer conviver com degradação, com desmoralização de criança no seu mais íntimo, no seu moral, no seu ético, nas suas emoções.

Eu conclamo a sociedade. Aliás, eu gostaria, Sr. Presidente, de passar para a sociedade brasileira o *site* www.todoscontraapedofilia.com.br, que se pode acessar para ter todas as informações sobre essa movimentação nacional. Vai-se conhecer a legislação, o que estamos fazendo. Pode-se adicionar ao *site* o *link* www.todoscontrapedofilia.com.br, para continuarmos fortalecendo essa grande corrente no Brasil.

Agradeço ao senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos e, em nome do País, a nossa gratidão.

Isso eu faço testemunhando. Quis Deus estar ao nosso lado o Senador João Vicente, que fez parte do nosso governo numa época difícil, em que havia o crime organizado. V. Ex^a, comandando a CPI do Crime Organizado, foi fundamental para que o nosso governo

afastasse o comandante do crime organizado no Piauí, Coronel Correia Lima, Afonso Gil, que foi Deputado Federal e deve ter ido para o céu.

Então, a nossa gratidão, e a certeza e convicção de que V. Ex^a vai livrar a nossa sociedade desta vergonha e desta nódoa, a pedofilia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex^a, cumprimentando João Cláudio Moreno, que é amigo comum de nós três e é o maior humorista deste País. Gostaria de vê-lo novamente na mídia nacional, o maior humorista do Brasil. Tive a felicidade, neste final de semana, de ver V. Ex^a num DVD. Estive num hotel vendo o DVD do João Cláudio Moreno, aquele *show* gravado em que ele homenageia V. Ex^a o tempo todo, com as suas imitações. É o maior imitador do País.

O Senador Nery e o Senador Geraldo Mesquita tiveram oportunidade de falar com ele, achando que estavam falando com V. Ex^a. Ele convidou o Senador Nery para ir ao lançamento do livro, elogiou o Senador Nery, e ele achou que estava falando com V. Ex^a. Depois, mais tarde, eu disse a ele: “Você não falou com Mão Santa. Você falou com João Cláudio Moreno”. Ele imita com muita perfeição V. Ex^a, e eu quero abraçar esse piauiense, que orgulha a todos nós com a sua capacidade artística. Não tenho por que rasgar seda para ele, mas acho que, artisticamente, como humorista, ele é o maior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Realmente, ele é um dos melhores artistas deste País.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns. Aqui está inscrito, já ia chamá-lo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aliás, era minha vez, mas eu ia ceder para V. Ex^a.

Então, vamos consultar aqui a lista. Tinha Mão Santa; Paulo Paim, que não está aqui; Flávio Arns.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a. Quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras também e fazer alguns comentários. O primeiro deles é em relação àquilo que os meios de comunicação já vêm noticiando a respeito da queda da taxa básica de juros, chamada taxa Selic, em 1,5 pontos percentuais. E isso vem sendo comemorado.

Eu, por outro lado, diria o seguinte. É uma pena que este 1,5 não tenha sido 4% ou 5%, porque, de fato, acho que o Banco Central perdeu uma grande oportunidade de baixar significativamente as taxas de juros em nosso País. As altas taxas de juros jun-

tamente com outros fatores é que impedem, de fato, que o Brasil se desenvolva, que mais empregos sejam gerados, que a área de trabalho seja valorizada. Basta dizer que, não baixando em 4% ou 5%, estaremos passando para as grandes fortunas deste País, que são as detentoras da dívida pública do Brasil, 30 bilhões, 40 bilhões, 50 bilhões, que é o dinheiro ou o recurso que vai faltar neste momento de crise para a infraestrutura, para a geração de emprego, para a melhoria das condições do povo brasileiro, inclusive para o combate à pedofilia, que tem envergonhado toda a sociedade brasileira e tem que ser um objetivo combatido por todas as pessoas.

Então, que pena, novamente, que o Brasil festeje a diminuição de 1,5% das taxas básicas de juros e que os juros estejam a mais de 11% em nosso País, quando poderíamos hoje estar festejando algo como 9%, 8% ou 7% e dizendo: olhe, que esses 40 bilhões, em vez de irem para todo esse pessoal que aplica na dívida pública do Brasil, e aposta nisso, e ganha dinheiro com isso, que esse dinheiro, na verdade, estivesse sendo destinado para aquilo que o País necessita: infraestrutura, apoio para as necessidades sociais, saúde melhor, educação melhor, ensino profissionalizante, apoio para crianças, tanta coisa que seria importante.

Sr. Presidente, destaco também que, hoje, na Comissão de Educação, que tenho a honra de presidir sucedendo o grande companheiro Cristovam Buarque, que fez uma gestão extraordinária à frente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, recebemos, com muita alegria, a Presidente do Conselho Nacional de Educação, Dr^a. Clélia Brandão, e também o Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, Dr. Cesar Callegari. Foi uma conversa, um diálogo muito bom, muito proveitoso, muito interessante, com a disposição do direcionamento para uma ação coordenada, uma ação corresponsável, com a participação do Conselho Nacional de Educação, que tem tanto a contribuir com este Senado Federal, com o Congresso Nacional e com a sociedade. Que busquemos uma ação articulada, com um sistema de comunicação que flua de maneira clara e tranquila.

O encontro foi na direção de que possamos, no dia 31, quando terá início o debate no Conselho Nacional sobre o Plano Nacional de Educação, que deve ser revisto, ser reavaliado, fazer uma análise dos pontos positivos, dos pontos críticos em 2011. No dia 31, o Conselho inicia esse debate. Estarei lá representando a Comissão de Educação, mas, na sequência, a própria Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal também irá se debruçar sobre o tema.

Haverá um entrosamento, uma abertura para experiências bem-sucedidas no Brasil e no mundo.

Destaco também, para todos que nos acompanham pela TV Senado, as grandes linhas que já vinham sendo seguidas e que estão sendo enfatizadas pela Comissão no sentido da aprovação da legislação, através da participação sempre intensa das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. E sugiro principalmente às pessoas, instituições e comunidades organizadas que participem, com sugestões de encaminhamentos de uma filosofia, de uma legislação participativa para os desafios que o Brasil apresenta.

Não há necessidade de a sociedade seguir pelo único caminho de coletar um milhão de assinaturas para apresentar um projeto de lei. Temos aqui outra possibilidade, temos a legislação participativa. O problema, a dificuldade de uma pessoa, se bem encaminhada – por exemplo, alguém que tem um problema com o Fies, que também é um fundo de financiamento da educação – pode servir como subsídio para uma reflexão sobre a legislação. Então, é bom escrever, comunicar-se com a Comissão de Educação, ou através de uma associação que também pense, como os artistas e os produtores, na área da cultura.

Na semana que vem, por exemplo, estaremos recebendo representantes do Ecad e também cantores, como Zezé Motta. Precisamos discutir, fazer um grande debate sobre direitos autorais, arrecadação e distribuição de direitos autorais, a Lei do Direito Autoral, refletir sobre a distribuição de percentuais e as dificuldades que vêm sendo enfrentadas no Brasil. Então, tudo isso pode servir de reflexão para que a sociedade brasileira contribua com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no caso do exemplo dado, para que a Comissão avance ainda mais.

Queremos acompanhar a execução do Orçamento do Governo Federal, mês a mês, em termos da destinação de recursos orçamentários para as três áreas, de maneira simples, concreta, de forma que a sociedade possa realmente acompanhar. E qualquer pessoa no Brasil pode perguntar onde o dinheiro está sendo gasto, como está sendo gasto, quais as prioridades, como isso pode orientar a elaboração do Orçamento que acontecerá no segundo semestre, para que haja o acompanhamento e a fiscalização do Orçamento, mês a mês.

Cada programa dos três Ministérios será acompanhado também. Queremos saber os avanços, as dificuldades, em que melhorou a vida do povo, como esses programas podem ser ainda mais aprimorados. Então, cada um dos aspectos será acompanhado. Que as dificuldades dos prefeitos do Brasil, que foram levantadas em vários pronunciamentos aqui no plenário, passem a fazer parte das preocupações da Comissão de Educação. Por exemplo, todos os prefeitos, quando vêm a

Brasília, levantam algumas situações relacionadas, por exemplo, à falta de recursos para a educação infantil, para as séries iniciais do ensino fundamental.

Vamos discutir, na Comissão de Educação, no caso, como isso pode ser alterado.

Os prefeitos falam muito também, discutem sempre, sobre esporte recreativo, esporte de lazer, esporte educacional. Esse debate também pode ser promovido perfeitamente na Comissão de Educação, assim como a avaliação dos programas existentes, por exemplo, o Bolsa Atleta, quais as dificuldades, como a Lei Agnelo/Piva está sendo colocada em ação, para que possamos acompanhar todos os programas; o transporte escolar, um desafio para todos os municípios, como está sendo esse programa no BNDES, como está sendo a participação do Ministério da Educação e das prefeituras. Esse debate tem que, de fato, ser promovido permanentemente, a vida toda, em todas as comissões, mas, particularmente, na de Educação, Cultura e Esporte.

Nessas reuniões, nessas discussões – semana que vem, estaremos com o Conselho Federal de Biblioteconomia também –, a sociedade realmente apresenta suas sugestões, seus encaminhamentos, para que a Comissão, com a participação dos Senadores, Senadoras, do Conselho Nacional, dos Ministérios e da sociedade, possamos, em conjunto, visualizar os desafios que o Brasil enfrenta nessa área e que possam também ser achadas soluções e caminhos adequados para a construção de uma sociedade melhor, através de muitos aspectos, mas também através da educação, da cultura, do esporte.

E almejamos que, numa próxima reunião do Copom, do Banco Central, a diminuição da taxa de juros Selic seja muito maior para que o dinheiro não vá para os financiadores da dívida pública, mas para a educação, desde a educação infantil até a pós-graduação, para o esporte e para a segurança, para afastar a criança e o jovem das drogas, para identificar talentos, e para a cultura, para escrevermos, em conjunto, a memória do nosso povo.

Agradeço, Sr. Presidente, e faço este apelo a todos para que, juntos, façamos uma caminhada muito bonita na construção da cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo pela dedicação total à Comissão de Educação, que V. Ex^a preside com brilho igual ao do professor Cristovam Buarque, quando exerceu a Presidência daquela Comissão. Igualam-se a Pedro Calmon, João Calmon e a Darcy Ribeiro. Essa é uma das razões por que admiro e digo que este é um dos melhores Senados da história da República do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Expediente.

Em votação os **Requerimentos n^{os} 204, 206 e 210, de 2009**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos n^{os} 201, 205 e 207, de 2009**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Sr^{os}. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, consultando a lista de oradores inscritos, o Senador João Pedro, que ocupa a posição de número 24 na aludida lista. Ainda inscritos, Cristovam Buarque, José Nery, João Vicente Claudino e eu próprio, Mão Santa.

O Senador Wellington Salgado vai querer usar da palavra? (Pausa.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Hoje, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, então, o Senador João Pedro, trabalhador do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Quero, Sr. Presidente, nesta noite de trabalho aqui no Senado, registrar um fato lamentável que a imprensa de Manaus vem abordando: a ameaça de assassinato a uma juíza federal amazonense, que vem desempenhando sua função. A Juíza Jaiza Fraxe, mulher, mãe, membro da Justiça Federal do nosso País, pela segunda vez, Senador José Nery, por enfrentar, por fazer o enfrentamento nos marcos da Justiça, essa juíza, essa senhora é ameaçada de morte.

Estou encaminhando, Presidente Mão Santa, um expediente ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que a Polícia Federal adote todas as providências para que esse episódio seja esclarecido, porque, além do desrespeito a um ser humano, a um profissional, a uma juíza, a uma mulher, é muito grave o acinte da bandagem contra pessoas que exercem, de forma rigorosa, a sua função.

A denúncia veio à baila há cerca de quinze dias. Todos os veículos de comunicação – jornais, televisão, rádio – em Manaus, no Amazonas, vêm tratando desse fato.

Trata-se do relato de um preso conhecido popularmente como Moa – o ex-policial militar Moacir Jorge Pessoa da Costa. Ele fez um relato que merece ser apurado, porque, além de envolver o nome da juíza numa trama, numa articulação para assassiná-la, também envolve o de um Deputado Estadual, o Deputado Wallace Souza e o seu filho.

É abominável isso, primeiro porque envolve o nome de um homem público, que faz um programa de televisão muito popular, muito conhecido. O programa justamente combate o crime, a ilegalidade. O Deputado Wallace tem todo um perfil de combater a ilegalidade.

E a imprensa de Manaus publicou, então, uma foto do Deputado, que faz o programa de televisão, ao lado do Sr. Moacir, do ex-policial, numa piscina, tomando banho, “trocando figurinhas”, como se diz. Isso é uma foto.

Espero que a Assembleia Legislativa do meu Estado tome as providências. Espero que a Secretaria Estadual de Segurança Pública adote providências rigorosas. O que não pode é o Estado de direito se intimidar frente à ilegalidade, à covardia, ao crime.

Todos estão estarecidos no meu Estado, acompanhando o relato da imprensa, dos jornais, nesses últimos 15 dias.

Apresento aqui um requerimento, um expediente ao Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal adote as providências cabíveis frente a relatos terríveis segundo os quais há uma agenda de atividades desse grupo. Mas quero que a Polícia Federal assuma uma investigação para coibir essa tentativa de assassinar uma juíza que não fez outra coisa senão exercer sua função profissional, cumprindo seu dever como magistrada.

Então, a Dr^a Jaiza Fraxe merece a nossa solidariedade, a atenção desta Casa. Quero dizer que acompanho – mesmo de Brasília, mas atento – essa investida de criminosos que tentam intimidar a Justiça. Desejo que a Dr^a Jaiza...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador João Pedro, um breve aparte.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – (...) continue na sua caminhada, na sua convicção. E que nós, que as instituições possamos fazer um enfrentamento correto. É inaceitável a ameaça de assassinato de uma juíza que cumpre com as suas obrigações.

“V. Ex^a pode dizer: “Mas, Senador João Pedro, é muito perigoso tocar nesses assuntos”. Ao que digo: esse é o ônus do homem público.

Eu não aceito esse tipo de intimidação, porque não é só contra a juíza, a instituição, o Ministério Pú-

blico Federal, a Justiça Federal; é contra todos nós, que não calamos frente às injustiças, às ilegalidades.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador João Pedro, é triste constatar que, em nosso País, aqueles que se dedicam e lutam para o cumprimento de suas obrigações, baseados em princípios éticos, na busca da verdade, da justiça, sejam tratados com ameaças, com execuções, com assassinatos. É triste verificar que criminosos que devem pagar por seus crimes fiquem impunes, ameaçando uma juíza federal. No caso, solidarizo-me com a Dr^a Jaiza Fraxe, que V. Ex^a apresenta neste momento ao Brasil, pedindo providências enérgicas do Ministério da Justiça no sentido de proteção da sua vida, reivindicação que corroboramos, assinamos embaixo...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – (...) e reforçamos o pleito, junto ao Ministro Tarso Genro, de medidas imediatas para não permitir que uma vida seja ceifada, porque, para nós, o valor da vida é o valor supremo. Não importa que seja uma juíza; todo e qualquer ser humano, com um cargo, uma função ou um trabalhador mais simples, analfabeto, desprezado e oprimido, todos têm direito à vida. E aqueles e aquelas que se dedicam à defesa e à busca da verdade e da justiça merecem proteção, merecem apoio, merecem estímulo, merecem todo nosso incentivo para não se calar, para não retroceder um milímetro na busca pelo cumprimento de seus deveres para com a justiça, para com o nosso povo. Portanto, parabenizo V. Ex^a pela coragem e determinação com que, em vários episódios, utiliza o seu mandato, a tribuna do Senado, o seu trabalho como Senador representando o grandioso povo do Amazonas para levantar a voz denunciando as injustiças e cobrando providências de quem de direito, pelo que faz jus ao nosso apoio na busca da verdade, na busca da justiça. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. Esperamos que o seu apelo, a sua exigência, que é a exigência de todos nós nesta Casa, seja ouvida pelo Ministro Tarso Genro, com certeza, e que a Juíza continue o seu trabalho, destemido e corajoso, na busca de inclusive punir, rigorosamente, todos aqueles que estão envolvidos com crimes, especialmente que os seus detratores sejam também pegos pela Justiça, para que justiça, de fato, seja feita. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador.

Sem abusar do tempo que vai terminando, quero dizer, Sr. Presidente, que encerro esse registro, solidificando do Ministro Tarso Genro as providências ca-

bíveis. Penso que a Polícia Federal precisa agir com celeridade para garantir a vida da Juíza Jaiza Fraxe e para imprimir uma investigação rigorosa, ir a fundo nesta questão contra a intimidação, para defender a vida da Juíza e para punir os envolvidos neste acinte, nesta trama, nesta covardia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após corajoso pronunciamento do Senador João Pedro, convidamos, para usar da palavra, o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Consulto V. Ex^a, na ordem de inscrição, se ainda me encontro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a está no meu coração, estou ouvindo aqui: “É Jayme, Jayme, Jayme Campos”.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Após as palavras que serão, na certa, proferidas pelo ilustre Senador e ex-Ministro Cristovam, imagino que será a minha vez, não é?

Sr. Presidente, por permuta, o Professor Cristovam Buarque está me cedendo a vez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Está permutando com V. Ex^a?

Tem a palavra o Senador Jayme Campos, do Democratas do Estado do Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, ilustres Senadores aqui presentes, procurarei ser o mais breve possível em minha fala de hoje. Antes de qualquer coisa, agradeço a bondade do ilustre Senador Cristovam de haver me cedido a vez.

Quem constrói uma universidade está alicerçando a confiança e a independência de uma comunidade. Está fundando as bases da liberdade e da prosperidade de toda uma geração. Investir em educação significa reduzir desigualdades sociais, combatendo a miséria, a ignorância e a violência. Como sabiamente entou a poetisa inglesa Eliza Cook, ainda no século 19, “é melhor construir escolas para o menino, do que celas e patíbulos para o homem”.

Proféticas palavras, que anteviam o cenário caótico e desesperador para o futuro. Se naquela época uma intelectual já alertava para a necessidade de aplicação de dinheiro público no ensino, de lá para cá, tais investimentos tornaram-se imprescindíveis para a descompressão das tensões sociais do mundo contemporâneo.

O aumento da criminalidade em nossos tempos tem relação direta com a queda na destinação de recursos para o setor educacional. Segundo revela a publicação *Financiamento da Educação no Governo Lula*, elaborada pela Campanha Nacional pelo Direito da Educação e lançada recentemente no Fórum Social Mundial, em Belém, Senador José Nery, entre 2003 e 2006, houve uma diminuição repetida e significativa dos investimentos com ensino no quadro de despesas da União.

Conforme cálculo, em 2003, o índice de recursos alocados para a educação ficou na casa de 2,88% dos gastos gerais do Estado brasileiro; caindo para 2,67% em 2004 e 2005; e para 2,44% em 2006. Somente no balanço de 2007 é que os investimentos em educação retomaram o patamar de quatro anos anteriores, com 2,87% do total das despesas da União.

Imagino que o Senador Cristovam Buarque, como professor emérito, ex-reitor e ex-governador, conhece bem, naturalmente, os números. Aqui é para testemunhar os números que estou citando aqui.

O resultado dessa equação de baixos investimentos e pouca qualificação dos profissionais dessa importante área é que, vergonhosamente, para cada 1.560 brasileiros, existe apenas uma vaga disponível nas universidades federais.

Outra conclusão do mesmo estudo alerta para a existência de uma enorme disparidade entre as chamadas prioridades do Governo Federal, um abismo político que separa a educação de outros segmentos. Isso se reflete nos números que demonstram que em 2006, por exemplo, os encargos da dívida consumiram R\$176 bilhões do Orçamento, enquanto a educação contabilizou apenas R\$23 bilhões.

Contudo, em 2007, o setor obteve um ganho absoluto, com a destinação de R\$27 bilhões para as ações no setor educativo. Desejo firmemente que essa retomada na aplicação de verbas coroe uma nova atitude da República nos investimentos na educação, que é, em última análise, o principal insumo na busca da justiça, da paz e do desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, semear educação é produzir consciências. É comungar da esperança... É acender um farol de lucidez em meio às trevas do ódio e da intolerância!

Por isso, nobre Senador Cristovam Buarque, patrono do ensino nesta Casa, sinto-me especialmente gratificado porque ontem a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, em caráter terminativo, projeto de minha autoria criando a Universidade Federal de Barra do Garças – Unibarças, na região do Araguaia, atendendo a um quadrante de Mato Grosso que se autodenomina o “Vale dos Esquecidos”.

Mesmo não contando com as obras de investimentos relevantes tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal, esse território detém o maior crescimento da área plantada do País nos últimos três anos. As culturas do milho, da soja, do arroz, do algodão estão em ascensão. Também está se formando um polo sucroalcooleiro na região, onde se estima algo parecido com 20 milhões de litros de álcool/ano.

Contudo, a precariedade nas vias de acesso a essa área ainda continua sendo um obstáculo para o seu pleno crescimento econômico. A BR-158, espinha dorsal do transporte nessa região, ainda sem pavimentação em grande parte de sua malha, representa um entrave aos planos do empresariado e da classe política, que investem recursos e sonham com dias melhores.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, eu quero citar o Senador Mão Santa, que costuma dizer aqui muitas vezes que o Thomas Jefferson, um dos pais da Pátria dos Estados Unidos, um dos primeiros Presidentes dos Estados Unidos, em sua lápide, no seu túmulo, não colocou “Presidente dos Estados Unidos”; ele colocou “Fundador da Universidade de Virgínia”. Mão Santa costuma lembrar isso aqui. Eu creio que o senhor pode, hoje, dizer que tem o orgulho de ter tomado as medidas legislativas necessárias para criar uma universidade. Poucas coisas, a meu ver, ficam mais fortemente do que isso. O homem que chegou pela primeira vez ao Himalaia, Hillary, escreveu uma biografia em que ele conta que chegou a quase todas as dez mais altas montanhas do mundo, inclusive o Himalaia, em 52. Ele esteve nos dois polos – deve ser um dos únicos seres humanos que esteve nos dois polos. Ele percorreu os grandes rios, e disse o seguinte: “O que mais me orgulha não é de nada disso; é de ter construído escola no Nepal”. Então, eu quero parabenizá-lo pela sua iniciativa....

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...e, ao mesmo tempo, dizer que fico contente que seja em Barra do Garças, porque é um lugar onde fui muitas vezes. Muitos anos atrás, a Universidade de Brasília tinha um *campus* avançado, e eu fui um dos que trabalhou muito naquele *campus* avançado. Ficava num casarão grande que tinha lá e que diziam que era mal-assombrado. Realmente, a gente tinha medo que fosse, mas era um trabalho muito bom, muito sério e que deixou uma marca. Eu tenho até muita vontade de voltar lá – isso faz 20 anos – para ver agora não apenas a cidade como está, mas ver o espírito que

vai estar bulindo por lá, por haver o projeto de uma universidade. Parabéns ao senhor, parabéns a Barra do Garças, porque, quando se põe uma universidade numa cidade, até a conversa no boteco melhora.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador. Incorporo o seu aparte ao meu discurso, até porque V. Ex^a é o nosso mestre aqui, é o nosso patrono da educação nesta Casa e, para minha alegria, V. Ex^a conhece também Barra do Garças. E, certamente, essa universidade não vai ser só para Barra, mas para toda a região do baixo e do médio Araguaia do nosso Estado, porque ali moram algo em torno de 330 mil habitantes, nesse território que compreende 31 municípios mato-grossenses. E a implantação dessa nova universidade, a Unibarças, representará o estímulo para que a atual geração que vive ali olhe com mais confiança para o futuro, apagando o sentimento de que foram esquecidos, para edificar prosperidade e bem-estar.

Uma universidade significa a ampliação do debate, a antecipação tecnológica, e vai inserir a Região do Araguaia no conceito mais puro de inclusão de sua sociedade no universo do conhecimento nacional.

Fico particularmente feliz, pois o Parlamento Brasileiro ajuda, aprovando a criação de mais essa entidade de ensino superior, a cultivar a confiança de um País revigorado em sua geografia humana. E, assim, reforça a identidade cultural de nossa gente, fazendo da ciência um compromisso verdadeiro do Estado com as futuras gerações.

Tenho certeza de que, com sua universidade, o Araguaia não será mais o Vale dos Esquecidos, mas, sim, a planície da Esperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito feliz o Professor Cristovam Buarque, buscando a imagem de Jefferson, mas complementar, ao Professor Cristovam e ao Jayme Campos, que o que mais me impressionou, além de Jefferson, foi visitar Heidelberg. Heidelberg é a primeira universidade da Europa, na Alemanha. A Alemanha sofreu duas guerras mundiais, perdeu as duas, as cidades foram tombadas, mas o mundo respeitou, Professor Cristovam Buarque, Heidelberg, o mundo. O mundo não soltou bomba em Heidelberg, porque de lá saíram luzes, porque lá tinham estudado e fizeram respeitar a cidade universitária; entre eles, Einstein, estudante de lá.

Convidamos, para usar da palavra agora, o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o grande destaque, desde ontem à noite, no

noticiário brasileiro, é a queda de 3,4% no Produto Interno Bruto (PIB) no último quadrimestre. De fato, é extremamente preocupante perceber que um País entra num processo de depressão, num processo de recessão, num processo de recuo da sua riqueza, em vez de num processo de avanço da sua riqueza.

O Presidente Lula, imediatamente depois, reconheceu que, de fato, há uma crise, e que vamos trabalhar muito para sairmos dela. Quero dizer aqui que não basta trabalhar muito para sair da crise; é preciso sabermos qual Brasil vai haver depois, para quem vai ser o Brasil que virá depois e como é que a gente vai construir esse Brasil que segue. Pela análise das propostas que vemos, para retirar o Brasil da crise, a sensação que se tem, Senador Nery, é que a gente quer retomar o mesmo de antes. Se for isso, não basta, porque o Brasil não estava bem. Estamos reclamando de 3,4% de recessão, de 1%, de 2%, mas não nos esqueçamos de que, durante o regime militar, crescíamos a 10%, e o Brasil mantinha o analfabetismo, o Brasil mantinha a desigualdade que aumentava, o Brasil era dependente. Tem de se mudar a mentalidade de que o único problema deste País é recuperar o crescimento.

Não nos esqueçamos de que todos reclamam hoje da crise ecológica. Quanto mais crescer da maneira anterior, pior fica a crise ecológica. Não basta crescer, é preciso saber crescer para onde, como e para quem. E sobre isso a gente não vê discussão; sobre isso, a gente não vê reflexão por parte dos Ministros, nem do Governo brasileiro. Para quem crescer, como crescer e para onde crescer? O simples crescer não vai resolver as outras crises que temos: a crise ecológica, que pode até se agravar; a crise social da desigualdade, que pode não diminuir, mas que pode se agravar; e a crise financeira e econômica. Temos de trabalhá-las em conjunto, e, hoje, a dificuldade de trabalhar essas três crises em conjunto, Senador Pedro, deve-se ao fato de que há uma quarta crise: a crise de ideias, de propostas, de busca de alternativa. O País não está só em recessão econômica, o País está em uma profunda recessão de ideias, de propostas, de debate ideológico. A verdade é que houve um retrocesso ideológico neste País nos últimos anos, por um lado, pelo acomodamento e, por outro lado, por um conservadorismo muito grande. Quer ver um exemplo?

Fico feliz de que os dois Senadores estejam aqui, porque vão concordar comigo. Cito a ideia de fechar escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa é uma posição reacionária, conservadora. Este País devia exigir que os latifundiários abrissem escolas neste País ao invés de fechar as escolas que o MST cria. Se o Estado cumprisse seu

papel, não precisava haver escola do MST, como não precisava haver escolas, por exemplo, do Bradesco. O Bradesco tem uma fundação, que, no Brasil, tem 56 excelentes escolas gratuitas para meninos e meninas que estudam em escola de qualidade. O Banco colocou dinheiro ali. O ideal era que não precisasse fazer isso, mas fizeram isso. O MST fez também.

Provavelmente, o MST deve ter uma linha ideológica da qual muitos podem discordar. Qual é o problema? Este é um País livre, este é um País onde se deve ter o direito de apresentar ideias alternativas. Mas a gente, pelo reacionarismo, pelo conservadorismo e pela paralisia ideológica, está aceitando, comodamente, essa ideia de que se devem fechar escolas por que são do MST. Se o MST recebe dinheiro do Estado e não o aplica direito, não comprova, aí, sim, tem de se tratar com dureza o MST, como tem de se tratar com dureza qualquer entidade que usa, de maneira errada, os recursos públicos. Mas, se usa bem os recursos, vamos parabenizar.

Então, são estas quatro crises, a crise social, a crise ecológica, a crise econômica e a crise de ideias, que temos de enfrentar. E vou começar pela última. É essa crise de ideias que está fazendo com que o Brasil procure sair da crise, Senador, usando o velho keynesianismo de 80 anos atrás, que dizia o seguinte: “Se está havendo desemprego por que a renda caiu e as pessoas não compram – e, por isso, as fábricas não produzem e desempregam –, o governo joga dinheiro na economia, porque esse dinheiro na economia vai fazer com que as pessoas comprem coisas e, aí, o emprego volte”. Não é uma má ideia, mas é velha, de 80 anos atrás. A gente tem de ajustar essa ideia, o que significa dizer: vamos jogar dinheiro, sim, na economia, para que volte a produção, mas vamos dizer qual produção a gente quer, vamos dizer na mão de quem a gente vai colocar o dinheiro. Hoje, o dinheiro está saindo para viabilizar a indústria automobilística para vender carros privados que vão engarrafar ainda mais as ruas e poluir ainda mais o ar. Por que o Governo, em vez disso, não faz uma linha de crédito para comprar veículos para transporte escolar ou uma linha de crédito para comprar ambulâncias ou uma linha de crédito até para comprar carros para a segurança pública? Por que não financia a indústria de automóvel, para que comece a produzir tratores pequenos, implementos agrícolas?

O keynesianismo de 80 anos atrás colocou as indústrias de automóveis para fabricar tanques de guerra, porque havia guerra. Felizmente, não temos guerra, mas temos uma guerra contra a ignorância, contra a deseducação, contra a falta de cultura. A gente pode gastar o dinheiro para melhorar a cultura. Isso

seria uma espécie de keynesianismo social, diferente do keynesianismo tradicional, puramente econômico. É incrível que, nos Estados Unidos, a gente está vendo o Presidente atual fazendo coisas como essa. Dos US\$800 bilhões que o governo americano vai jogar na economia para recuperá-la, quase US\$200 bilhões são destinados para a educação, para a ciência e para a tecnologia. Dinamiza tanto o emprego vender computadores para as pessoas como o governo comprar computadores para as escolas. O Presidente Obama chegou ao ponto, pelos jornais de hoje, de dar um aumento de salário aos professores como forma de promover a demanda. Essa é uma maneira de promover a demanda, melhorando a educação. É claro que ele fez uma vinculação: o aumento de salário será dado nas escolas que demonstrarem capacidade de bons resultados no aproveitamento dos alunos. E, provavelmente, os sindicatos, em geral, não gostam que haja professores que ganham mais que outros. Mas é uma solução. É uma solução de retomar a crise da economia com a crise social sendo recuperada, sendo enfrentada, e usando ideias novas. Precisamos fazer isso, Senador, no Brasil.

O Senado tem uma Comissão para analisar e trazer propostas. Não vi ainda quais são os nomes dos membros dessa Comissão, mas creio que essa Comissão não pode ficar dentro dos limites amarrados de apenas querer fazer com que volte o crescimento. Tem de se preocupar com as seguintes questões: saber crescer para fazer o quê, crescer para beneficiar quem, crescer para que Brasil a gente vai ter depois. Tenho a impressão de que é perfeitamente possível haver um programa substancial de gastos de dinheiro público não apenas para criar a demanda, mas também para produzir aquilo de que o povo precisa, criando, ao lado disso, a demanda, para dinamizar a economia.

Vamos pegar um exemplo, Senador João Pedro. A Bolsa-Escola, quando vinculada à educação, Senador Mão Santa, é uma maneira de colocar dinheiro no bolso da família, de gerar, portanto, uma demanda e de fazer com que a criança fique na escola, gerando, portanto, uma transformação social. Esse é um keynesianismo social. A Bolsa-Família, quando não exige frequência às aulas – às vezes, exige isso; às vezes, não –, está apenas dando a renda, não está fazendo a transformação social que vem da educação. Construção de escolas e de hospitais gera emprego, mas também gera resultado, não só emprego.

Passou por esta Casa um Senador chamado Lauro Campos, um dos homens mais brilhantes que já existiram. Ele usava a expressão “não-mercadoria”, que é aquele dinheiro que a gente dá a alguém para nada fazer ou para fazer o que não serve, como armas. Um

tanque de guerra, dizia Lauro, que foi Senador aqui, é uma não-mercadoria. Por que temos de fabricar não-mercadorias? Vamos fabricar as mercadorias de que o povo precisa.

Veja bem: a gente fala em criar dois mil ou três mil empregos. Há um desespero hoje por que a Embraer desempregou 2,4 mil pessoas, se não me engano. Foram quatro mil pessoas. Realmente, é uma tragédia, porque são pessoas de alta qualificação que, se ficarem desempregadas por um ano, vão perder a qualificação. Se quiséssemos erradicar o analfabetismo no Brasil em quatro anos, empregariamos 120 mil pessoas. Cento e vinte mil pessoas seriam empregadas! Qual indústria brasileira gera 120 mil empregos? E a que custo? A um salário de R\$600,00 ou de R\$700,00 para cada um, que vai trabalhar dez horas por semana. Jovens que terminaram o Segundo Grau, com um pequeno treinamento, viram alfabetizadores. A gente conseguiria enfrentar a crise social que se manifesta no analfabetismo e ajudar a resolver a crise econômica, colocando dinheiro nas mãos desses jovens alfabetizadores.

Aumentar o salário dos professores é uma maneira de se conseguir dinamizar a economia e resolver o problema social. Um grande programa de reflorestamento nas margens...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peço-lhe um pouco de tempo mais, Sr. Presidente.

Um grande programa de reflorestamento nas margens do São Francisco é uma maneira de empregar mão-de-obra e de recuperar essa maravilha da riqueza natural brasileira, que é o São Francisco. Além disso, colocar água e esgoto em todas as cidades ribeirinhas do São Francisco é uma maneira de empregar a população desempregada que ali está e de evitar a poluição do rio. Aí, sim, estamos resolvendo a crise econômica e estamos resolvendo a crise ecológica.

É diferente contratar gente para plantar árvores e contratar gente para fabricar automóveis. Quando você liga o carro, vai o dióxido de carbono lá para cima. Você resolve a crise econômica aumentando a crise ecológica. Temos de combinar as questões. E isso precisa de um exercício de formulação de ideias novas.

Não acho e ninguém deve achar que a gente vai sair dessa crise implantando o socialismo, apesar de as grandes revistas americanas estarem dizendo que o socialismo já chegou.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Barack Obama já está sendo carimbado lá mais como socialista.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Barack Obama é chamado de socialista. A *The Economist* e *Time*, todas estão falando nisso.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Por quê? Porque os bancos...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede um pequeno aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo-lhe o aparte, Senador João Pedro, com o maior prazer.

Colocaram dinheiro público para comprar títulos podres dos bancos quebrados. Isso não é socialismo. Isso é o antissocialismo por meio da estatização. Isso é tirar dinheiro do povo para salvar banqueiros. Isso não é socialismo. Não está em jogo, hoje, implantar o socialismo, até porque, nessa crise de idéias, a gente não sabe definir o socialismo – eu, pelo menos, não sei. Mas é possível dar um salto grande na estrutura social por meio da educação, por meio do emprego de mão-de-obra para habitação, por meio de emprego para produzir aquilo de que o povo precisa e, ao mesmo tempo, criar uma demanda para vender os produtos que a indústria faz. Isso poderíamos chamar de keynesianismo social ou de qualquer outra coisa, mas é diferente do tradicionalismo que se está implantando de olhar a crise apenas pela ótica da economia e, aí, correr o risco de resolver o problema da recessão, de retomar o crescimento e de, depois, descobrir que destruímos o mundo inteiro, que desigualamos a sociedade, que pioramos o mundo, embora este esteja mais rico.

Passo, com o maior prazer, a palavra ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Serei rápido. O tempo está curto. Parabéns a V. Ex^a, que faz um pronunciamento com muita responsabilidade, como um homem de Estado, frente a uma crise internacional que chega ao Brasil. Não é o professor, mas é o Senador que acumulou uma experiência de vida, e nós todos, brasileiros, precisamos de ideias. V. Ex^a faz uma discussão qualificada. Essa é uma crise do capitalismo, de regras internacionais. Estamos aqui sofrendo as consequências. Os trabalhadores estão sofrendo em nível internacional. Sofrem milhões de brasileiros no Japão, em São Paulo, na Embraer, questão tocada por V. Ex^a. Mas, para finalizar, quero parabenizá-lo pelas ideias, pela conduta, pela seriedade que a conjuntura exige em fazer uma abordagem da crise e de saídas para a crise. Considero a Comissão importante no Senado, e ela pode, sim, e deve trabalhar as ideias de V. Ex^a. A sugestão é esta: V. Ex^a poderia apresentar sugestões ecologicamente corretas e socialmente

dignas para a comissão de Senadores, para enfrentar a crise. E é uma grande contribuição que V. Ex^a dá ao Senado e ao Brasil. Apresente suas propostas para a Comissão! Parabéns pelo pronunciamento, Senador Cristovam!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu lhe agradeço. Quero dizer que vou oferecer, sim, essas propostas. Lamentavelmente, não posso estar na reunião de amanhã, às 14 horas. O Senador Tasso Jereissati, inclusive, convidou-me, mesmo eu não sendo membro.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil é o País que mais tem condições, hoje, de oferecer uma proposta alternativa neste momento de crise da civilização industrial, não é só do capitalismo, inclusive porque o socialismo já entrou em crise também. É a civilização industrial que está em crise, porque, quando ela cresce, ela destrói. A gente tem de descobrir um jeito de crescer sem destruir, e vai ser dentro do capitalismo, não será em outro sistema. Mas o sistema terá de ser adaptado.

O Brasil, Senador Flexa Ribeiro, é o País que tem mais condições de fazer isso. O Brasil é a média do mundo. Se observarmos a renda *per capita* do mundo, veremos que é a mesma renda *per capita* do Brasil. Se observarmos a esperança média de vida do mundo, veremos que é a mesma do Brasil. O Brasil é o País que tem todos os problemas graves do mundo e todos os recursos. Os Estados Unidos e a Europa têm os recursos, mas não têm os mesmos problemas. A África tem os problemas, mas não têm os recursos. Temos os recursos. Temos uma massa crítica de pensadores.

Nosso Presidente, queiramos ou não – embora eu faça minhas restrições, minhas críticas, e costume dizer que esperava mais do ponto de vista de transformação social –, é um Presidente que sucede a outro que deixou uma marca de construção de estabilidade. Esses dezesseis anos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, com uma evolução – essa é a verdade –, poderia nos deixar em condições de trazer uma proposta que serviria para orientar os caminhos que o mundo vai seguir. O Presidente Lula não está percebendo a chance que ele tem ou, talvez, não consiga perceber a dimensão de uma solução que vai além dos próximos meses, talvez prisioneiro de 2010, talvez prisioneiro do processo eleitoral, talvez prisioneiro de ver o Brasil pelas corporações, não pelo conjunto da Nação inteira. Creio que ele está perdendo uma grande chance.

O Presidente Obama parece ter a sensação de que sabe qual é o rumo, mas ele não vai conseguir por que o país dele é muito diferente do mundo. A proposta que ele fizer ainda será específica do país dele. É aqui que poderíamos fazer. Lá ele não pôde contratar cem

mil pessoas para alfabetizar norte-americanos, porque lá eles já resolveram isso. Lá ele não pode contratar milhares e milhares para colocar água e esgoto, porque eles já têm água e esgoto. Lá ele não tem como investir para resolver a crise ecológica, porque esse é um problema, sobretudo, nosso. Nós deveríamos ocupar a posição que hoje nos cabe no mundo: um País com recursos, com problemas, com uma estabilidade democrática, com uma estabilidade monetária, construída ao longo de dezesseis anos, não só no período do Governo Lula – é preciso dizer isso e insistir, como eu sempre digo.

Assim, teríamos as condições de gerar uma proposta alternativa. Lamentavelmente, falta uma mudança de mentalidade, para que comecemos a pensar além do econômico, para que comecemos a pensar além da recessão econômica, para que saíamos da prisão de pensar o mundo com os olhos de financistas e olhemos o mundo com olhos de humanistas, de cidadãos do mundo, num País chamado Brasil, que é o retrato do planeta.

Isso é possível, e vou continuar falando isso. E quem sabe essa Comissão, Senador Mão Santa, não seja capaz, a partir do Senado, de dar uma contribuição, que sinto que o Governo está resistindo em adotar!

Isso, Sr. Presidente, é o que eu tinha a falar, agradecendo-lhe o tempo extra que me deu.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador Cristovam Buarque! Certamente, com essa mestria que sempre tem na tribuna desta Casa, dá uma lição de como o Brasil pode melhorar, investindo sobretudo na questão da educação, que é fundamental para buscarmos a verdadeira cidadania da nossa sociedade.

Parabéns, Senador Cristovam Buarque!
Concedo a palavra ao ilustre Senador...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, gostaria de saber a ordem das inscrições, porque eu estava inscrito após o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Na verdade, a Secretária da Mesa me informou que, pela ordem de inscrição, era S. Ex^a o próximo orador. Com certeza, será também prazeroso ouvir V. Ex^a daqui a pouco.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que espero que cumpra o horário para que possamos ouvir o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Vou fiscalizar os dez minutos do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com certeza, o Senador Mão Santa será bondoso, generoso e cumprirá os dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jayme Campos, parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, serei breve.

Não há ninguém do Partido dos Trabalhadores.

Hoje, comemoramos a Batalha do Jenipapo. O Líder do Partido dos Trabalhadores anunciou umas obras.

A estrada entre Teresina e Parnaíba. Senador Jayme Campos, essa estrada foi construída no regime revolucionário. Alberto Silva era o Governador da Revolução.

Falou-se em um aeroporto. Esse aeroporto também foi inaugurado pelo regime revolucionário quando era Ministro o parnaibano João Paulo dos Reis Velloso.

Foi bom, porque recebi muitos *e-mails* de lá. É bom que o Líder do Governo, o Senador Mercadante, tome conhecimento das coisas.

Nesse intervalo – e vou só ler, não vou analisar as obras, para não perder tempo e para que os outros... Enviaram-me, por *e-mail*, 20 obras inacabadas. O Jayme Campos disse-me, comentando, que no Estado dele há mais. Mas não foi uma pesquisa. Foram daquelas afirmativas do Líder do Governo, Senador Mercadante, estradas construídas no tempo da revolução, e aeroporto, sinalizando como obra de Luiz Inácio.

1. Porto de Luís Correia. Foi iniciado em 1918. Epitácio Pessoa.

2. Estrada de Ferro Central do Piauí. A estrada, os trens foram prometidos e não circulam mais. Obra federal. Eles prometeram.

3. ZPE – Zona de Processamento de Exportação.

4. Universidade do Delta. O *campus* avançado, aprovado pelo Senado, um projeto meu, que teve o parecer aqui de Alvaro Dias e, lá, do mais ilustre educador, o Ministro da Educação Paulo Renato.

5. Ponte de Luzilândia.

6. BR Gilbués–Santa Filomena, chamada a Estrada da Soja. Parada.

7. Trans-cerrado, para transportar os grãos que são produzidos no cerrado.

8. Aeroporto internacional, que eles falam. Está lá, foi em 70, não tem mais nem teco-teco, não tem linha nenhuma. É na minha cidade. Só tem mentira. E o de São Raimundo Nonato, na última vez em que visitei

aquela cidade, onde está a Serra da Capivara, berço do homem americano, havia dois jumentos na pista.

9. Hospital Universitário de Teresina. Tem um ambulatório, não tem um hospital. Parado.

10. Ponte do Sesquicentenário, que seria para comemorar 150 anos de Teresina. Jayme Campos, Teresina vai fazer 158 anos. Faz 8 anos. No mesmo rio, construí uma ponte, chamada Wall Ferraz, em 87 dias. Esse Governo está há 8 anos. Heráclito fez, no mesmo rio, uma ponte em 100 dias.

Não é obra, mas é fundamental, Jayme Campos, V. Ex^a que é um produtor:

11. Aftosa, risco desconhecido, de tal maneira que o nosso gado, que os nossos caprinos têm o valor de um quarto do resto do Brasil, que não aceita comercializá-los.

12. A conclusão da hidrelétrica. Foi iniciada por Juscelino. Castelo Branco terminou. Falta a eclusa, não tem navegabilidade. Então, não foi concluída essa obra federal. Enquanto isso, o Governador garganteia que vai fazer cinco hidrelétricas e não termina a que tem lá. Temos só a metade, falta a eclusa para ter navegabilidade.

13. Os tabuleiros. Tanto o do litoral, na cidade de Parnaíba e do vizinho Estado do Maranhão, quanto o de Guadalupe estão parados.

14. A Transnordestina está parada.

15. O aeroporto de Teresina está totalmente defasado. A última obra que teve foi a torre para controle de voo, que foi feita no nosso Governo.

16. O metrô de superfície. Anos e anos e anos parado.

17. E a ponte Santa Filomena/Alto-Parnaíba, que liga o sul do Piauí ao sul do Maranhão, importante para o transporte de grãos, para que possam chegar à ferrovia e ao Porto de São Luís.

Então, citei essas obras, listadas em *e-mails* que recebi, com a única intenção de levar a verdade ao Presidente Luiz Inácio. Os aloprados de lá mentem, mentem e mentem. Então, nós queríamos dar, como Senador da República, esta advertência ao Presidente Luiz Inácio, que sempre foi consagrado nas eleições no Piauí, para que conclua essas obras. Nós já vamos terminar o sétimo ano de Governo, e estão aqui 20 obras federais inacabadas.

Então, essas são as nossas solicitações em nome do povo do Piauí, para que esse Governo diminua a propaganda, a mentira, porque palavras sem obra e a fé sem obra já nascem mortas. É esse Governo. As obras estão aqui, inacabadas.

Nós viemos fazer este apelo em nome do povo do Piauí para o Governo Federal deixar de cacarejar obras. Estão aqui: 20 obras inacabadas no nosso Piauí.

Nós acreditamos, está escrito que “a esperança é a última que morre”. Então, Presidente Luiz Inácio, não deixe morrer a esperança do bravo povo do Piauí.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT-DF) – Passo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, que deixa a Presidência, e Sr. Presidente Mão Santa, que assume a Presidência, a marcação do tempo não foi feita, mas eu estava aqui contando, e V. Ex^a fez seu pronunciamento em nove minutos, mas, se passasse dos dez minutos, eu iria fazer um grande questionamento em relação ao respeito do tempo, pois aqui, muitas vezes, se passa da medida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero fazer referência à realização do X Congresso Nacional da Contag, instalado, ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reunindo, Senador Flexa Ribeiro, 3.100 delegados de todo o País, mobilizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de ontem até o dia 14 de março.

Serão discutidas as alternativas propostas pelos pequenos agricultores do nosso País, relativas ao desenvolvimento no campo, à luta por reforma agrária, crédito e assistência técnica. Discutirão, sobretudo, projetos de desenvolvimento rural que contemplem a necessidade de ampliar a nossa capacidade de produzir alimentos, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento do País, a partir da garantia do direito à terra. Essa questão tem se transformado, em nossa longa história de 500 anos, em fonte de conflitos, disputas e mortes.

Foi uma solenidade muito importante. Saudamos, aqui da tribuna do Senado, todas as trabalhadoras e os trabalhadores rurais reunidos nesse importante congresso, onde esteve presente uma grande representação do Senado Federal, com os Senadores João Pedro, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Valdir Raupp, além de uma delegação de Deputados Federais, saudando, testemunhando esse importante evento.

Na oportunidade, entreguei ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura uma manifestação de saudação ao congresso e uma convocação, Sr. Presidente, no sentido do empenho e participação mais direta, mais incisiva da Contag na Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e pela aprovação da PEC n^o 438, de

2001, que prevê o confisco de terras onde for comprovadamente constatado o crime de trabalho escravo.

Mas muito importante, Sr. Presidente, foi ouvir as vozes uníssonas de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil naquele Centro de Convenções, saudando a abertura do encontro, cantando uma das canções que mais retratam a luta dos trabalhadores rurais por terra, liberdade, direito de produzir, distribuição de renda:

Este é o nosso país

Esta é a nossa bandeira

É por amor a esta pátria Brasil

Que a gente segue em fileira!

A nossa saudação especial aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, que nos dão um grande exemplo de organização e, neste momento, realizam seu X Congresso Nacional em Brasília.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema principal do meu pronunciamento no dia de hoje é relativo à CPI do Senado que apura denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, que esteve, entre quarta-feira e sexta-feira da semana passada, no meu Estado, o Pará, colhendo importantes depoimentos.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o empenho do nosso Presidente, Senador Magno Malta, um baluarte na luta em defesa dos direitos das crianças, da nossa infância e da nossa juventude. Quero agradecer também ao Senador Geraldo Mesquita, que esteve presente nessa jornada que por todos, e por justo motivo, está sendo considerada como histórica, pois, certamente, não estaremos exagerando ao afirmar que foi um momento decisivo, tanto por ter dado um grande impulso às investigações locais, a cargo de uma CPI formada no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado, como também por ser a primeira vez em que uma personalidade com alto poder de influência foi ouvida na condição de investigada.

Nunca é demais lembrar que, a cada dia, duas crianças são vítimas de abuso sexual no Pará. Sr. Presidente, de 2004 a 2008, o Pró-Paz, um programa de apoio e atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso no Estado do Pará, registrou 3.558 casos, o que deve ser apenas, talvez, menos da terça parte dos casos que efetivamente ocorrem em nosso Estado.

Senador Flexa Ribeiro, tristemente, a coordenadora do Pró-Paz informou à CPI que, em menos de dois meses e meio de 2009, já foram registrados quase 200 casos de crimes de violência e abuso contra crianças e adolescentes no nosso Estado.

Números terríveis como esses jamais podem ser esquecidos. Precisamos não perder a capacidade de indignação diante desta triste realidade,

que, infelizmente, parece não ter fim. Quanto mais investigamos, mais atrocidades vêm à tona. Não seria exagero dizer que nenhum de nós que integramos a CPI não seremos mais os mesmos depois de ter acesso aos inúmeros documentos obtidos e fatos constatados. Os relatos, aterradores e abomináveis, revelam que a pedofilia não escolhe faixa etária, classe ou posição social. É uma chaga social amplamente disseminada. E pior: em permanente estado de proliferação.

A pedofilia movimentava bilhões de dólares a cada ano. O Brasil ocupa a primeira posição em pedofilia veiculada pelo Orkut e já é o terceiro maior “consumidor” mundial. Hoje, sabemos que um vídeo de três ou quatro minutos pode ser vendido por até seis mil dólares. O sistema capitalista, que transforma tudo em mercadoria, parece ter atingido seu mais alto grau de degradação humana. A pedofilia virou um grande e lucrativo negócio! Se não houvesse mercado para esse tipo de crime, talvez os casos pudessem se restringir à patologia, mas não é isso que estamos constatando. O que vemos são crianças na mais tenra idade sendo oferecidas por suas mães e pais como mercadoria. Tudo em troca de um punhado de dinheiro. Se não encararmos a questão em sua totalidade, não construiremos soluções duradouras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre os ouvidos em Belém estão o Sr. João Carlos de Vasconcelos Carepa, irmão da Governadora Ana Júlia, e o Deputado Estadual Luiz Afonso Sefer, recentemente desligado do DEM. E, se o DEM pediu o seu desligamento, certamente, igualmente como fez o Ministério Público, está convencido do envolvimento do Deputado com o crime denunciado. O depoimento do Deputado foi cheio de contradições e só serviu para agravar sua situação. Sefer é acusado de abusar e violentar uma menina que viveu em sua casa dos nove aos treze anos. O Deputado foi indiciado por atentado violento ao pudor e estupro. O amplo direito de defesa que a CPI assegurou ao investigado, em sua oitiva pública, serviu também para reforçar a forte certeza de que são efetivamente muito sólidos os indícios de culpabilidade...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – (...) contra ele constantes dos autos, inclusive, ensejando ao Ministério Público Estadual a formalização de denúncia criminal contra o Deputado, com o pedido de sua prisão preventiva – infelizmente já negada pelo TJE por conta do instituto da imunidade parlamentar, que seria, nesse caso, mais fácil e mais correto afirmar como impunidade parlamentar.

A sociedade paraense, alertada, num primeiro momento, pelas candentes denúncias de Dom José Luiz Azcona, bispo do Marajó, está chocada com a dimensão do problema.

Precisamos estar atentos para evitar qualquer tentativa de obstaculizar as investigações ou amenizar as punições. Os movimentos sociais organizados, a sociedade em geral e as entidades de defesa dos direitos humanos e da criança e do adolescente acompanham, vigilantes, os trabalhos da CPI.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – É chegada a hora de mostrarmos que a punição virá, não importando a classe social dos criminosos ou sua eventual investidura em cargo eletivo. Afinal, a imunidade parlamentar jamais deverá servir de apanágio à impunidade.

Foi dado um primeiro e importante passo. Investido na honrosa condição de Relator na CPI dos casos relativos ao Pará, aproveito para reiterar nosso firme compromisso de levar as investigações às últimas consequências. É isso que a sociedade do Pará e os homens e mulheres de bem do nosso País esperam e cobram de todos nós. Estou certo de que este Senado Federal dará sua contribuição para que possamos ter, num futuro não muito distante, nosso País livre da tragédia representada pela cotidiana violação sexual de crianças e adolescentes.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante os trabalhos da CPI em Belém, recebemos trinta novas denúncias, o que significa dizer que a presença da CPI na capital do meu Estado do Pará serviu de encorajamento para que as pessoas viessem denunciar novos fatos, novos casos, e a CPI do Senado, bem como a CPI da Assembleia Legislativa, que tem como Presidente o Deputado Estadual Adamor Aires e como Relator o Deputado Arnaldo Jordy, têm a enorme e grandiosa tarefa, a responsabilidade de apurar com coragem e determinação todos os fatos aqui denunciados e de conhecimento da população do Estado do Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador João Vicente Claudino. (Pausa.)

Ele cedeu, gentilmente, ao Senador Flexa Ribeiro, que está inscrito, mas tinha cedido gentilmente para a Senadora Serys Slhessarenko. Flexa Ribeiro é do PSDB, do grandioso Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, quero, primeiramente, agradecer o Senador Claudino por ter permutado comigo a sua vez de usar a tribuna.

Senador João Claudino, ainda há pouco, eu conversava com V. Ex^a e parabenizava V. Ex^a, o Senador Mão Santa e o Senador Heráclito Fortes, que integram a bancada do nosso querido Estado do Piauí, pela sessão comemorativa hoje dos 166 anos da Batalha do Jenipapo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 186.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Economizei vinte, mas retorno os vinte a esta justa homenagem que a bancada do Piauí fez àquele Estado.

Venho à tribuna, hoje, Senador Mão Santa, Senador José Nery, para anunciar que tomei conhecimento há pouco de que a Fifa (Federação Internacional de Futebol) adiou o anúncio da escolha das 12 subsedes para a Copa de 2014. Essa data estava prevista para 20 de março próximo, quando a Fifa ia definir quais as 12 subsedes da Copa de 2014 no Brasil. E o noticiário de há pouco, à tarde, nos informa que o anúncio foi adiado para final de maio.

Então, venho à tribuna até porque o meu Estado, pela sua capital Belém, disputa para uma das subsedes da Copa. São 17 cidades brasileiras para a definição de 12 subsedes. Algumas já estão definidas, evidentemente, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre. Mas eu diria que a Amazônia brasileira tem hoje, Senador Cristovam Buarque, uma importância internacional. Todo o mundo tem a sua visão, correta ou incorretamente, voltada para a nossa Região Amazônica.

A Amazônia Legal representa 60% do território brasileiro. E nós ficamos discutindo se a subsede da Copa vai ser em Belém ou em Manaus. Eu acredito que o Presidente da Fifa, Joseph Blatter, com certeza absoluta tem um entendimento maior com relação à importância dessa região no contexto mundial e vai atender Belém, com certeza absoluta, e pode atender também Manaus, as duas cidades como subsedes, e complementar evidentemente com todas as outras. Eu até gostaria que pudessem ser 17 subsedes, para não excluir nenhuma das cidades que, com esforço, estão se colocando para sediar a Copa.

É evidente que eu torço, não só eu, mas os mais de sete milhões de paraenses, para que Belém seja escolhida. Não há dúvida disso. Afinal, será uma vitória de todo o povo do Pará. Nosso povo é apaixonado por futebol. Temos um Campeonato Paraense que completou, agora em 2008, seu primeiro centenário.

Temos times conhecidos em todo o País e até fora dele. Cito o Remo, o Paysandu, a Tuna, vários outros no meu Estado, conhecidos por seus feitos, dentro e fora de campo, com a emocionante empolgação de suas torcidas apaixonadas. Uma prova disso é a média de público. E isso é importante também como uma variável a ser considerada para a escolha da subsede. Não há de ser escolhida uma cidade onde a população não gosta do futebol.

E aqui quero dar alguns dados. E farei isso também, Presidente Mão Santa, encaminhando uma correspondência com esses dados ao Presidente da Fifa, Joseph Blatter, e ao comitê encarregado da escolha que visitou todas essas cidades que se colocaram à disposição para ser subsede da Copa de 2014. É lógico, vou pleitear que Belém seja escolhida, mas vou também pedir a ele que olhe a Amazônia sob outra visão, pela importância que essa região, como disse, tem no contexto mundial.

Os dois maiores times, Paysandu e Remo, ficaram com a quinta e a sexta posição total de público em âmbito de Brasil – isso disputando com meu Flamengo, com meu Corinthians, com Palmeiras, Botafogo, Vasco, grandes times, Grêmio, de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, Colorado. Os dois clubes chegaram a 90 mil torcedores, mesmo não tendo chegado às finais. O Águia de Marabá, em décimo, teve mais de 37 mil torcedores em seus jogos, superando outros clubes.

Quando levantamos a média de público, o Pará nos enche de orgulho. O Remo teve a segunda melhor média e o Paysandu ficou com a terceira média de treze mil e de nove mil torcedores por jogo. E, repito, os dois clubes nem mesmo foram às fases finais.

Outro detalhe: era Campeonato Brasileiro da Terceira Divisão. O futebol paraense amarga uma fase ruim, com seus clubes jogando na terceira divisão. Mas, nas arquibancadas – e é isso que interessa à Fifa e ao sucesso da Copa em Belém –, o Pará dá *show*. Remo e Paysandu também lideram a lista das maiores arrecadações. Isso na fase inicial de uma série C. Mais um dado: dos dez maiores públicos em jogos pela série C, quatro envolvem times do Pará. Por último: das dez maiores arrecadações, nove envolvem jogos com clubes paraenses.

Esses recordes não são fatos isolados de 2008, Senador Mão Santa. É uma história, um fato normal no Pará ter sempre casa cheia.

Em 2007, o Remo, na série B, teve a sétima melhor média de arrecadação e de público, mesmo tendo várias partidas jogadas com portões fechados por conta de punição da CBF.

Nesse mesmo ano, o Paysandu disputou a série C e passou por momentos difíceis, não passando

nem mesmo da primeira fase, tendo realizado apenas três jogos. Ainda assim, teve a oitava melhor média de arrecadação, na frente de vários clubes que tiveram até 16 jogos.

No ano de 2006, com Remo e Paysandu na Segunda Divisão, a torcida paraense também deu *show*. Remo e Paysandu tiveram a quarta e quinta melhores médias de público. Na arrecadação, os dois clubes paraenses só perderam para o Atlético Mineiro na média dos jogos.

Aliás, no *ranking* de público e renda, nosso Mangueirão ficou na segunda posição, em nível de Brasil, atrás apenas do Mineirão, que também lotava para os jogos do Atlético Mineiro.

Em 2005, na Série C, foi a torcida azulina, do Remo, que deu esse *show* de público. O Leão, como é conhecido o clube do Remo, liderou todos os *rankings* de público e renda. Dos dez maiores públicos naquele ano, o Remo foi o responsável por todos. O maior foi com o Mangueirão lotado por mais de 42 mil torcedores. A média de público foi de 30 mil torcedores...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... no Mangueirão, no ano de 2005. O segundo colocado naquele ano teve a média de nove mil torcedores – de trinta para nove. É, sem dúvida, uma marca incrível, uma marca exclusivamente dos torcedores.

Fiz esse retrospecto para mostrar que o Pará tem um hábito, o costume de lotar estádios. Quem não se lembra do último amistoso da seleção brasileira, disputado em Belém? Um simples treino levou mais de 40 mil pessoas para as arquibancadas.

Se quisermos lembrar, podemos voltar ao ano de 2003, quando o Paysandu disputou a Libertadores da América, fazendo uma belíssima campanha e apenas sendo eliminado pelo Boca Juniors, da Argentina, que mais tarde foi o campeão daquele ano.

Senador Mão Santa, vou abrir um parêntese, aqui, só para...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...relembrar um fato importante: o Paysandu foi o segundo time a vencer o Boca Juniors no La Bombonera, dentro de Buenos Aires. Há numa placa lá no estádio. Lamentavelmente, o time perdeu em Belém, tendo sido desclassificado pelo Boca Juniors, que foi o campeão da Libertadores naquele ano.

Os clubes brasileiros sem dúvida se lembram que, em 2002, Belém sediou a última edição da Copa dos Campeões, realizada em conjunto com Fortaleza, e todo o País conheceu, naquele ano, a força da nossa torcida e o calor do nosso povo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como atletas de outros países saíram encantados com a nossa cidade e o nosso povo, creio que os jogadores das maiores seleções do mundo...

(Interrupção do som)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) –...vão ficar com essa sensação também.

O Pará realiza no Mangueirão, nosso estádio olímpico do Pará, o Gran Prix de Atletismo, lotando o Mangueirão com mais de 45 mil pessoas e batendo recorde de público nesse tipo de modalidade. Também recebemos outros eventos esportivos, como o Mundial de Saltos Ornamentais e o Campeonato Brasileiro de Ginástica, entre tantos outros que tiveram sempre casa cheia.

Felizmente, o nosso Estado teve o que mostrar ao Comitê da Fifa: um estádio, o nosso Mangueirão, moderno, um dos mais modernos do Brasil. Temos um aeroporto eficiente, um centro de convenções como o Hangar, talvez o mais moderno do nosso País – não o maior, mas o mais moderno –, uma Estação das Docas, que é o nosso Porto madeira, um Mangal das Garças. Enfim, temos plenas condições para acreditar que podemos, sim, garantir uma vaga entre as doze.

Belém, hoje, é credenciada a sediar a Copa do Mundo graças ao Governo do PSDB, já que o atual não conseguiu produzir nenhuma obra que desse ainda mais apoio e força à candidatura de Belém.

Quando o Comitê da Fifa, Senador Mão Santa, esteve em Belém, a Governadora Ana Júlia recepcionou o Comitê levando-o às obras, para que qualificasse Belém como subsede, obras feitas – todas, sem exceção – pelos Governos do PSDB, de Almir Gabriel e de Simão Jatene.

Mas acredito que é possível. Assim como é possível mostrar qualidade dentro de campo...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) –...força nas arquibandas, o Brasil aproveitar a oportunidade de uma Copa do Mundo para mostrar que, extracampo, o País avança e pode dar exemplos.

E concluo, Senador Mão Santa, dizendo que, com tranquilidade, faço hoje este pronunciamento, porque, como eu disse, Belém está preparada, preparada pela infraestrutura construída nos três Governos do PSDB, e pode, hoje, ser apresentada ao Comitê da Fifa, dizendo que a Copa pode ir para Belém.

Belém, como eu disse, está preparada, com infraestrutura e logística, para receber dezenas de milhares de torcedores de todo o mundo e para mostrar a todos não só a paixão do paraense pelo futebol, mas mostrar a todos o calor humano, que é marca regis-

trada da cortesia, da fidelidade, da forma carinhosa, eu diria, até, da forma bastante fraterna com que os paraenses recebem os seus convidados.

Que venha a Copa, porque, com certeza, Belém será uma das subsedes!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, defendendo o seu Estado do Pará para ser sede da Copa do Mundo, chamamos, como último orador de hoje, 11 de março, o Senador João Vicente Claudino, do PTB do Estado do Piauí.

Hoje, ele recebe os aplausos de todo o Piauí e do Brasil, quando tivemos nós a oportunidade de homenagear o nosso Estado, aqueles que tiveram coragem de fazer a primeira batalha sangrenta que garantiu a unidade deste País.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

Esta é a razão pela qual estou na Mesa Diretora: para garantir a voz do Senador João Vicente Claudino, de perspectivas invejáveis na democracia do nosso Brasil.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, ficamos até às 9h47 da noite porque o problema que trago aflige, sobremaneira, a população de residentes de Teresina. É um problema de muito tempo e tem-se agravado principalmente no tempo mais recente.

Há vários anos, as comunidades da periferia da capital piauiense, Teresina, vêm envidando esforços para solucionar alguns problemas graves que afetam a vida dos habitantes do subúrbio.

As lideranças comunitárias da zona sul de Teresina já encaminharam –inclusive tenho cópia – documento ao Presidente Lula, no dia 27 de julho de 2007, por meio do qual solicitavam algumas obras importantes de infraestrutura, especialmente, e eu destaco aqui, em trechos da BR-316, que é a saída sul de Teresina, que leva a Picos, à Bahia, a Pernambuco, e da BR-343, que liga o nosso litoral e o Estado do Ceará, principalmente porque essas duas BRs passam no perímetro urbano de nossa capital.

Esse ofício foi respondido pela assessoria do Presidente Lula, a contento, e foi-lhe dado encaminhamento, principalmente enviando-o ao Ministro dos Transportes.

Com relação ao trecho da BR-316, que passa pela zona sul da cidade, as associações de moradores reivindicam a duplicação das pistas de rolamento desde o balão da Casa de Custódia, que o senhor conhece tão bem, no fim do hoje conhecido Anel Viá-

rio de Teresina, até após o Polo Empresarial Sul, que construímos quando fomos Secretário do seu Governo, em parceria com o Prefeito Firmino Filho, para criar um novo distrito industrial para as indústrias que se instalavam em Teresina.

Além dessa duplicação, também se faz necessária a construção de um viaduto para travessia da BR-316, nas imediações da “Rodoviária dos Pobres”, que fica próxima à Casa de Custódia – Rua Inácio Costa –, para tráfego de ônibus e demais veículos que cruzam perigosamente essa rodovia federal.

Sr. Presidente, é necessário esclarecer que esse trecho é de apenas dez quilômetros, entre os quilômetros sete e dezessete da BR-316, beneficiando vários bairros, uma área, hoje, muito populosa de Teresina. Entre elas, destaco Santa Clara, Parque Jacinta, Mário Covas, Sete Estrelas, Santo Antônio, Dagmar Mazza, São Francisco, Vila da Conquista, Vamos Ver o Sol, Loteamento Porto Alegre I, Loteamento Porto Alegre II, Vila da Glória, Esplanada, Irmã Dulce, Promorar, Parque Piauí, Vila Santa Rita, Lourival Parente, Bela Vista, Tiradentes, Vila Palitolândia, Vila Morada Nova, entre tantas outras.

Para maior segurança do anel viário que circunda Teresina, a capital do Estado do Piauí, que aqui temos a honra de representar, faz-se necessário que, além da rodovia denominada BR-316, que é a saída sul da cidade, também seja duplicada a BR-343, que se constitui na saída norte de Teresina. As duas se encontram sobrecarregadas pelo intenso tráfego urbano, e, por se tratar de rodovias federais, é inadiável a duplicação e melhoramento dos referidos trechos, através de uma ação efetiva do Dnit.

A população que habita nas proximidades dessas rodovias vem fazendo protestos e reivindicações, buscando sensibilizar o Poder Público para a necessidade de duplicação delas, na tentativa de pôr fim à perda de vidas humanas, observadas continuamente e em número sempre crescente, devido aos acidentes ocorridos, conforme dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal.

Em função disso, encaminhei – e foi muito bem recebido pelo Ministro Alfredo Nascimento, que tem dado atenção a esse caso –, no dia 18 de abril de 2007, e reiterei no dia 18 de setembro, Senador Presidente Mão Santa, colocando justamente os protestos que estavam sendo realizados pelos moradores daquela região, para que fosse dada ainda maior celeridade e prioridade a essa obra.

Nas áreas urbanas cortadas pela BR-316, os protestos e o fechamento da rodovia pelos moradores já estão se tornando um fato comum.

Quero deixar claro que, na minha condição de representante do Estado do Piauí no Senado da República, já reiterei ofícios ao Ministro dos Transportes – e ele tem me atendido, tanto é que, em agosto de 2007, no Orçamento do Ministério do Turismo, o Ministro liberou recursos para que fossem elaborados projetos de viabilidade econômica, projetos executivos técnicos, tanto da BR-316 quanto da BR-343 –, encarecendo a necessidade de duplicação dos trechos urbanos dessas duas rodovias, o que diminuiria significativamente o risco de acidentes na região citada. Exponho, também, no documento, que a Procuradoria da República no Estado do Piauí – que tem documentos que tratam a ação do Ministério Público – já vinha acionando o Dnit/Piauí, com vistas a se buscar uma solução para o problema.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no Estado do Piauí, cumprindo o seu papel de defender os cidadãos, soma seus esforços aos da população, na busca de uma solução que elimine, de uma vez por todas, o perigo que ronda o cotidiano das pessoas, aliás, mais de 100 mil pessoas que habitam aquela área.

No dia 8 de janeiro de 2008, realizou-se uma reunião no edifício do Ministério da Fazenda em Teresina, conduzida pelo Dr. Wellington Luís de Sousa Bonfim, Procurador da República, com representantes do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes), da Polícia Rodoviária Federal, da empresa encarregada na manutenção da rodovia e de membros das associações de moradores de vários bairros da região sul de Teresina. Naquela reunião, em relação às intervenções necessárias na BR-316 para a saída sul, foi definido, está aqui registrado, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O Termo de Ajustamento de Conduta, por sua vez, foi assinado nesse mesmo dia pelo representante do Ministério Público Federal, pelo Superintendente Regional do Dnit no Piauí e pelo representante da empresa.

No caso desse TAC, trata-se de medidas urgentes, mas paliativas, como a instalação de quebra-molas, que não excluem a necessidade da duplicação da via no menor tempo possível.

O prazo definido no TAC para a execução das exigências foi de 30 dias. E caberia ao Dnit acompanhar a elaboração do projeto, autorizar e fiscalizar a realização dos serviços previstos no Termo de Ajustamento de Conduta.

Ocupo esta tribuna para tratar desse assunto, porque tenho me deparado com muitos entraves burocráticos absurdos para a realização das obras citadas, que evitariam a perda de vidas e mais vidas humanas.

A cada ano que passa, as estatísticas apontam o aumento do número de acidentes. É fácil ver a progressão dos números e concluir que não é possível continuar fazendo de conta que tudo vai bem. Solicitei à Polícia Rodoviária Federal uma relação desde julho de 2005 até dezembro de 2008, que tenho em mãos, Senador Mão Santa, dos acidentes nesse trecho rodoviário de dez quilômetros.

Em 2005, 34 acidentes, com 4 vítimas fatais; em 2006, 103 acidentes, com 8 vítimas fatais; em 2007, 142 acidentes, com 12 mortos; em 2008, mesmo com a instalação de quebra-molas e com serviço competente de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e de obras, 171 acidentes, com 15 mortos. São 39 mortos e 455 acidentes registrados nesse trecho, de acordo com as estatísticas.

Aliás, repito, cumpre acrescentar a informação de que, em 2008, apesar da construção de todos esses redutores de velocidade, uma medida de baixo custo e apenas paliativa, houve um total de 171 acidentes, com 15 mortos na região. Apesar da instalação dos redutores, observou-se o crescimento do número de mortes em relação ao ano anterior, o que demonstra cabalmente que não adianta mais apelar para soluções paliativas.

Portanto, a única medida que se nos apresenta como efetiva seria a pronta duplicação das BRs nos trechos apontados.

Continuo minha luta em prol desta causa, o que pode ser comprovado nos reiterados ofícios de minha responsabilidade para o Dnit. Em 2007, foram os Ofícios n°s 39 e 99, o que possibilitou ainda, no mesmo ano, a liberação de recursos no valor de R\$1,5 milhão para a realização de estudos de viabilidade econômica, técnica e ambiental para a realização das obras.

É inaceitável, porém, que o Poder Público continue fazendo ouvidos de mercador a tanto sofrimento e desgraça. Sr. Presidente, é difícil acreditar que as autoridades responsáveis não se mostrem sensibilizadas por esses dados provenientes das próprias estatísticas oficiais e pelos problemas que os acidentes acarretam na vida das pessoas envolvidas.

Destinei, na qualidade de Parlamentar, emendas ao Plano Plurianual. Inclusive, Presidente Mão Santa, colocamos no PPA a construção de mais uma ponte entre a Polícia Rodoviária e a cidade de Demerval Lobão, para que esse tráfego pesado possa sair diretamente da BR-316 para a BR-343, na busca de uma solução, no menor espaço de tempo possível, para essa situação que transmite a ideia de total insensibilidade e descaso do Dnit do Estado do Piauí para com a população.

Essa inércia é totalmente incompreensível para quem conhece e sente o drama vivido pela população local. Entretanto, pelo menos uma notícia alvissareira nos chegou, e foi a incorporação dessas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – Lei n° 11.768, de 15 de agosto de 2008. Nós colocamos na LDO de 2009 recurso para ambas as obras. Esse instrumento legal contempla as duas obras pelas quais venho me empenhando: a duplicação dos trechos urbanos da BR-316 e da BR-343, na cidade de Teresina.

Esperamos que o inexplicável silêncio e demora demonstrados até agora pelo Dnit do nosso Estado na resolução desse problema não se constitua mais um entrave para a execução das obras importantes para o povo trabalhador e sofrido que habita as duas áreas próximas da rodovia. Os benefícios que a melhoria da infraestrutura trará a essas comunidades são imensuráveis.

Nesse sentido, Sr. Presidente, aproveito este momento para encaminhar à Mesa do Senado um requerimento de informação ao Presidente do Dnit, Luiz Antonio Pagot, ao qual aguardo resposta ansiosamente.

Senador Mão Santa, este aqui é o *Jornal Meio Norte* de segunda-feira, 9 de março. Aqui, em uma página, há uma ação da Prefeitura de Teresina, do Prefeito Municipal de Teresina. A manchete da matéria diz "Silvio entra com ação contra o Dnit", referindo-se a essa obra. A Assembleia Legislativa deve realizar esta semana uma audiência pública, convocada por Deputados, para tratar desse mesmo assunto, dada a sua gravidade.

Por isso, conto com a compreensão e com a agilidade do Governo para a realização da obra, que já era urgente há vários anos.

Esse é o assunto que me traz à tribuna, um assunto para o qual temos de estar atentos. Nós, Senador Mão Santa, que compomos a Bancada do Senado Federal que representa o povo do Piauí, temos de cobrar, para que possamos resolver esse problema num tempo o mais curto possível.

Aproveito a oportunidade, Senador Mão Santa, para falar de assuntos mais agradáveis. Quero agradecer à Senadora Kátia Abreu pela presença no Estado do Piauí, visitando os produtores. É a primeira vez na história que um Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) visita os produtores do Piauí, um Estado que tem crescido sobremaneira na produção de grãos. Tenho certeza de que nosso Presidente, Carlos Augusto, o Caú, nosso guerreiro querido, ficou feliz com a presença dela, e nós mais ainda. Tenho a certeza de que ela fará um grande trabalho à frente da CNA. Houve também uma visita a Batalha, onde foi recebida pelo

Prefeito Amaro Melo, que estava fazendo aniversário ontem, para a implantação de um programa pioneiro no Brasil, o de levar a responsabilidade social da CNA no combate ao câncer de colo no útero.

Registro também a medalha que recebemos da Ordem do Mérito Comercial da Amazônia, representada por dez Estados, pertencente à Confederação Nacional do Comércio (CNC). V. Ex^a, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Adelmir Santana e eu recebemos tão importante comenda! Quero agradecer ao Presidente da Fecomercio do Piauí, Valdeci Cavalcante, e ao Presidente da Fecomercio do Maranhão, que é o Presidente do Conselho da Ordem, o Sr. José Arteiro.

Quero registrar também que, na sexta-feira passada, estivemos na sede da Associação de Municípios da Microrregião de Picos (Ampicos), com representantes de mais de quarenta Municípios. Ali presenciamos a posse do Prefeito Tony Borges, de Geminiano, e do Vice-Presidente da Ampicos, o Prefeito Ademar Bezerra, de São José do Piauí. Tenho a certeza de que farão um grande trabalho à frente daquela importante entidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino, que mostrou suas preocupações pela morosidade das ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em obras essenciais e fundamentais para o trânsito e o tráfego de Teresina. Essa Capital já está com mais de 800 mil habitantes. Juntando-se a população da Capital com a da cidade vizinha de Timon, que tem quase duzentos mil habitantes, a população total é de um milhão de habitantes.

Sem dúvida, estamos a estranhar, porque, quando governei o Estado do Piauí, tivemos muito apoio por parte dos órgãos federais e do Dnit, por parte do ex-Ministro Eliseu Padilha e do ex-Ministro João Henrique. Para aquela época, houve um grande avanço, justamente na estrada de Teresina, um centro urbano, para o sul, em Picos. Foram construídos anéis viários, viadutos, túneis, passarelas. Agora, com o crescimento dessa cidade, o nosso Senador João Vicente Claudino denuncia a morosidade do Dnit.

Hoje, o calendário nacional comemora o Dia do Bibliotecário. Lamentamos o fato de não haver bibliotecas em algumas cidades brasileiras. Outro dia, no Estado do Piauí, constatou-se que, em 78 pequenas cidades, não havia bibliotecas.

Queremos homenagear a Biblioteca Luiz Viana Filho, uma das maiores do País. É a nossa do Senado. Que receba a nossa homenagem a Diretora Simone Bastos Vieira!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o que mais causa incômodo, revolta, insatisfação ao cidadão comum é saber que as autoridades governamentais deste País não se importam com seus problemas cotidianos. Tive esse pensamento quando assisti, em meu gabinete, a um pequeno vídeo, de pouco mais de 6 minutos, enviado pela FENTECT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares.

Fiquei particularmente estarelecido porque o vídeo traz algumas informações bastante preocupantes a respeito da segurança postal, ou, em outras palavras, da falta de interesse e de disposição da administração dos Correios em relação ao que é transportado em cartas ou pacotes que transitam em nosso sistema postal.

De acordo com o vídeo, sistemas como o de Raios-X não são mais suficientes para que se possa saber, com precisão, o que está contido dentro de um determinado pacote. Diante da capacidade dos bandidos de enganar o aparelho de Raio-X, houve a necessidade de adquirir um novo equipamento que fosse capaz de informar aos funcionários dos Correios se haveria produto perigoso, nocivo ou ilegal dentro de uma embalagem.

Pois bem, em 2001, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os Correios adquiriram espectrômetros de massa, aparelhos mais potentes do que os de Raios-X e que, portanto, permitem uma maior percepção do que efetivamente está sendo transportado em nosso sistema postal. No entanto, ao longo do atual Governo, as sucessivas administrações dos Correios foram simplesmente deixando de dar a manutenção necessária aos aparelhos.

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, dos 135 espectrômetros existentes, apenas 33 – segundo os dados da FENTECT e da Empresa Brasileira de Correios – estariam em funcionamento.

O resultado é que, diariamente, 32 milhões de envelopes e embalagens são entregues aos destinatários sem que tenham passado por qualquer tipo de exame de segurança.

Ou seja, drogas, armas, munições, venenos e outras substâncias perigosas ou ilícitas podem estar sendo transportados pelos Correios, com grave risco para os empregados da ECT e para a população em geral.

Repetirei. É bastante provável que drogas, armas, munições, venenos e outras substâncias perigosas ou ilícitas estejam sendo transportadas pelos Correios, com grave risco para os empregados da ECT e para a população em geral.

A culpa, ou melhor, a responsabilidade, evidentemente, é da administração da Empresa. Em 2008, os Correios realizaram licitação para adquirir insumos químicos para a operação desses equipamentos. No entanto, a compra não se efetivou porque o presidente da ECT ainda não tomou as medidas necessárias para finalizar a licitação.

O resultado? Os Correios têm sido utilizados como ferramenta para os criminosos. O Sedex, tão útil e tão necessário à agilidade dos serviços postais de nosso País, tem sido chamado, de acordo com notícias de jornais, de “Maconhex”!

Mais do que isso!

Sítios na Internet anunciam que vendem drogas sintéticas e que entregam esses entorpecentes, tanto pelo Sedex, quanto pelo Sedex 10; e fazem questão de afirmar que garantem a entrega no prazo de 24 a 48 horas!

Em outra situação, bastante grave por sinal, uma encomenda enviada dos Estados Unidos explodiu em agência dos Correios na cidade de Valinhos, no interior do Estado de São Paulo.

Tratava-se de munição ilegal!

Os funcionários, obviamente, não são culpados. Os culpados, reitero, são os administradores dos Correios, assim como o próprio Poder Executivo, que gasta milhões em fóruns sem sentido, enquanto permanece passivo em relação às ações de criminosos.

Os funcionários dos Correios ficam, assim, à mercê de serem feridos, como aconteceu com a explosão na cidade de Valinhos.

Por isso, venho em nome dos milhares de funcionários dos Correios, e do povo brasileiro, pedir que o Governo Federal apenas cumpra a lei.

Não peço nada além do cumprimento da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe que a Empresa Brasileira de Correios não deve aceitar nem entregar objeto contendo substâncias explosivas, cocaína, morfina, demais estupefacientes e outras substâncias químicas de uso proibido.

Além disso, ainda de acordo com essa mesma Lei, a ECT deve manter serviços de vigilância para zelar, dentre outras coisas, pela segurança postal e pela garantia do tráfego postal-telegráfico e dos bens e haveres da Empresa ou confiados a sua guarda.

Enfim, concluo, exigindo que os Correios cumpram a lei e adquiram os insumos necessários para

que ponham em funcionamento os equipamentos de espectrômetro de massa.

Saibam todos, que o Senado Federal está atento a essa grave irregularidade e irresponsabilidade com a segurança do nosso serviço postal, e que estamos aqui, a postos, nós do PSDB, para zelar pelo bem do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Serviço Social do Comércio (Sesc), entidade sem fins lucrativos, mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços, e que tem como finalidade a melhoria do bem-estar social dos seus associados, publicou recentemente importante Relatório sobre: “Turismo Social e sua Trajetória de Sucesso”.

Desde o início da década de 1950, o Sesc dedica boa parte de sua atuação ao incentivo do Turismo Social. Para o Sesc, o apoio ao Turismo Social e ao seu crescimento é de grande importância para a promoção do desenvolvimento social que é a sua maior preocupação. Prova disso é o seu empenho nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura e assistência, buscando ao mesmo tempo a defesa da cidadania, o amor à liberdade, à democracia e a ampliação do apoio aos menos favorecidos.

O Sesc trabalha o Turismo Social espelhado nessas questões e em total sintonia com o conceito do Bureau International du Tourisme Social (BITS) que diz o seguinte, abro aspas: “o Turismo Social é o conjunto das relações e fenômenos resultantes da participação no turismo de camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas, mas que implicam um predomínio da idéia e serviço e não do lucro”, fecho aspas.

Todos os anos, milhares de trabalhadores do comércio, da área de serviços e brasileiros que são empregados em outras atividades, usufruem dos benefícios oferecidos pelo Sesc e viajam com suas famílias para aproveitar férias em outros centros de atração turística do País. Em 2007, por exemplo, mais de 5 milhões de pessoas beneficiaram-se do conjunto das ações sociais oferecidas pelo Sesc. Dessa forma, em todas as cidades de pequeno, médio e grande porte, encontramos a mão estendida do Sesc aos mais carentes que oferece, em parceria com o Poder Público, empresas privadas, sindicatos e associações de moradores, múltiplas possibilidades de lazer e de viagem pelo País inteiro. Com esse trabalho, o Sesc soma o compromisso de ser um agente direto da produção cultural, das boas amizades, do intercâmbio de co-

nhcimentos, do desenvolvimento do turismo social, da integração, de novas relações interpessoais, e um incentivador da consciência ecológica e da preservação ambiental.

O Turismo Social é abrangente e reúne duas modalidades básicas: o Turismo Emissivo e o Turismo Receptivo. Nessa divisão considerada pelo Sesc, o Turismo Emissivo abrange excursões e passeios de curta, média e longa duração. Essa modalidade de turismo permite que o Sesc leve seus clientes em trajetos rodoviários por todo o Brasil. Os guias são cadastrados; o seguro-viagem é garantido e os roteiros são variados. De acordo com o Sesc, o Turismo Emissivo é de grande importância porque destaca os aspectos sociais, naturais e culturais dos lugares a serem visitados. Por fim, o Turismo Emissivo engloba ainda vários outros tipos, tais como: o de lazer, o educacional, o cultural, o de eventos, o rural e o ecológico. O Turismo Receptivo, por sua vez, oferece passeios locais, leva as pessoas a lugares com atrativos naturais e culturais e é responsável por uma permanência maior dos grupos nos locais a serem visitados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como acabei de mencionar, o Turismo Social do Sesc respeita os interesses dos viajantes e o estabelecimento de novos padrões éticos, morais, ambientais, culturais e sociais. Com isso, desde meados de 1948, o Sesc concentra esforços para ampliar cada vez mais a capacidade inclusiva da atividade turística. Nesse sentido, a proposta da entidade é que o turismo seja, antes de tudo, uma via de inclusão social, um meio de integração sem qualquer discriminação. Para isso, toda a sua atenção está voltada para os jovens, os idosos, as mulheres, os trabalhadores de uma maneira geral, para as organizações sociais e para as pessoas portadoras de deficiência. Trata-se, portanto, de uma opção pela valorização da pessoa e pela implantação de uma nova mentalidade que seja capaz de respeitar as diferenças. Um turismo que tem esse propósito certamente não será confundido com o turismo que visa unicamente o lucro.

Lamentavelmente, a chamada indústria do turismo vem perdendo, ao longo o tempo, o respeito aos valores éticos, morais, ambientais, culturais e sociais, deixando-se levar pelo consumismo.

Precisamos resgatar essas dimensões do turismo, pois sabemos da relevância da atividade turística para a economia, gerando anualmente trilhões de dólares em todo o mundo e ocupando lugar de destaque na balança comercial de muitos países!

Nesse sentido, o Turismo Social possui uma importante contribuição a dar, pois concentra-se no inte-

resse da coletividade, não visa lucros e oferece atrações turísticas de qualidade a milhares de pessoas que são pouco consideradas pelos cálculos econômicos de rentabilidade.

Por isso, Senhor Presidente, considero que o Turismo Social seja uma forma mais viável de conduzir a atividade turística para o terreno da igualdade de oportunidades, para a solidariedade e para o exercício da cidadania na perspectiva de inclusão.

Apesar dos grandes obstáculos, podemos dizer que o Turismo Social vem se afirmando cada vez mais no Brasil e no mundo. Sem dúvida alguma, no Brasil, a conquista desse espaço vem acontecendo graças ao trabalho do Sesc que em nenhum momento deixou de cumprir a sua agenda e de lutar por seus objetivos.

Nobres Senadoras e Senadores, hoje, em diversos plenários mundiais, em congressos, seminários, encontros internacionais, escolas e universidades do mundo inteiro já está aberta uma ampla discussão sobre a importância do Turismo Social como agente impulsionador do desenvolvimento social e como estimulador da viagem de férias do trabalhador, do estudante, do idoso, do aposentado, das pessoas com deficiência e com mobilidade restrita.

Em todos esses auditórios, o debate mais importante é o de possibilitar cada vez mais ao público menos favorecido, que representa a maioria em qualquer sociedade, o acesso ao turismo de qualidade, ao turismo saudável e ao turismo com preços justos, formas de pagamento e épocas adequadas às condições de cada grupo. Vale dizer que, na França, na Espanha, na Itália, na Grécia, no México, no Chile e na Argentina, os lucros com essa atividade são significativos. Só na França, em 2005, o retorno foi de mais de 1 bilhão de euros, graças à introdução do Cheque-Vacance, que é recebido anualmente por mais de 2 milhões de franceses.

Ao terminar este pronunciamento, gostaria de elogiar o trabalho do Sesc em favor do engrandecimento do Turismo Social em nosso País e aplaudir a luta que trava, desde 1948, para fortalecer essa modalidade de lazer entre nós. Em minha opinião, por sua trajetória em defesa de uma das causas sociais mais importantes do Brasil, o Sesc deve merecer o aplauso de todo o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 1, DE 2009***(Proveniente da Medida Provisória
nº 447, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador Augusto Botelho

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.02.2009)

Prazo final prorrogado: 26.04.2009

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62

da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº

1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.*

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 –*

Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

Pareceres sob nºs 495, de 2004, e 488, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004): ratificando seu parecer anterior.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005,

na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

29

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

30

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virgínio de Carvalho.

31

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ζ Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras*

providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta*

dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista

Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada esta sessão de 11 de março de 2009, à qual compareceram 78 Senadores.

Está encerrada a presente sessão deliberativa do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 6 minutos.)

Ata da 25ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney,
Mão Santa, Augusto Botelho e Romeu Tuma*

(Inicia-se à sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 10 minutos)

(É o seguinte o registro de comparecimento)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/3/2009 07:38:48 até 12/3/2009 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALCIZIO MERCADANTE	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Há número regimental. Declaro aberta a sessão do Senado da República.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2009

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para participar do “Fórum para Líderes de Governo – Américas”, a realizar-se na cidade de Washington DC – Estados Unidos da América, nos dias 24 a 26 de março de 2009 e por oportuno visitar em caráter oficial o Parlamento do Canadá em Ottawa, no dia 23 de março do corrente ano, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 23/03 a 26/03 do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 21/03 a 26/03 de 2009.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. –
Eduardo Azeredo.

REQUERIMENTO Nº 212, DE 2009

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizada por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Fórum Mundial da Água, que será realizado na cidade Istambul, Turquia, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 do corrente, para desempenhar mencionada missão.

Comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mencionado período.

Sala das Sessões, – Senadora **Fátima Cleide.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 213, DE 2009

Requeiro o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 100 de 2006, que “dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público” que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 2008; 45, de 2006; 105, de 2005; com os Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2005; 12, de 2003; 120, de 2007; 219, de 1999; 271, de 2006; 289, de 2003; 334, 350 e 357, de 2004; 366; de 2003; e 367, 501 e 669, de 2007, por tratarem de matérias diversas.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. –
Serys Silhessarenko, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 214 , DE 2009

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento e, por seu intermédio, ao Senhor Luiz Antonio Pagot, Presidente do DNIT, as seguintes informações:

a) Qual a situação atual dos Estudos de Viabilidade Técnica e Ambiental para realização das obras, nas BRs 316 saída sul da cidade de Teresina e 343 saída norte de Teresina;

b) Após a finalização do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental, quanto tempo demandará para a realização do Projeto de adequação de capacidade da travessia urbana do Município de Teresina – duplicação e melhoramentos das BR 316 e da BR 343;

c) Após a finalização dos Estudos de Viabilidade Técnica e Ambiental e conseqüentemente os projetos das mesmas, qual o prazo estimado para realização da licitação das referidas BRs.

Justificação

Há vários anos, as Associações de Moradores de bairros da zona sul e da zona norte da capital piauiense, Teresina, vêm envidando esforços para solucionar alguns problemas graves que afetam a vida dos habitantes do subúrbio. A duplicação dos trechos urbanos da BR 316 e da BR 343.

A cada ano que passa, as estatísticas apontam o aumento do número de acidentes com vítimas fatais. São vidas humanas que se perdem devido à periculosidade e à inadequação dos caminhos que precisam ser trilhados pelas pessoas diariamente.

Estou solicitando estas informações porque tenho me deparado com muitos entraves burocráticos absurdos para a realização das obras citadas, que evitariam a perda de vidas e mais vidas humanas.

Só os gastos impingidos à saúde pública por esses acidentes, provavelmente, significam um volume maior de recursos do que a execução pura e simples das obras, que, além do mais, evitaria tanta dor e sofrimento.

De acordo com as estatísticas de acidentes de trânsito da própria Polícia Rodoviária Federal, de julho de 2005 até dezembro de 2008 foram registrados 455 acidentes.

Os feridos em acidentes nessas rodovias foram: 34 em 2005 (13 feridos leves e 21 graves); 79 em 2006 (40 feridos leves e 39 graves); e 124 em 2007 (78 feridos leves e 46 graves). É visível e inegável o crescimento dos números!! Só os gastos impingidos à saúde pública por esses acidentes, provavelmente, significam um volume maior de recursos do que a execução pura e simples das obras, que, além do mais, evitaria tanta dor e sofrimento.

Até aqui, citei apenas os números relativos às vítimas não fatais. O número de vítimas fatais é igualmente alarmante. 04 mortos de julho a dezembro de 2005; 08 em 2006; 12 em 2007. São vidas humanas que se perdem devido à periculosidade e à inadequação dos caminhos que precisam ser trilhados pelas pessoas diariamente.

Aliás, cumpre acrescentar a informação de que, em 2008, apesar da construção de redutores de velocidade, uma medida de baixo custo e apenas paliativa, houve um total de 171 acidentes com 15 mortos na região. Apesar da instalação dos redutores, observou-se um crescimento no número de mortos em relação ao ano anterior, o que demonstra cabalmente que não adianta mais apelar para soluções paliativas.

Continuo minha luta em prol dessa causa, por isso, apresento o presente requerimento com o intuito de coletar informações sobre a matéria, em conformidade com as competências fiscalizadoras do Congresso Nacional, estabelecidas na Constituição Federal. – Senador **João Vicente Claudino**, 2º Secretário

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 215, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada de tramitação do RQS Nº 799, de 2008, de minha autoria, que “Requerem, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Governo do Reino da Espanha por sua política de imigração discriminatória e incompatível com as convenções internacionais relativas à proteção dos direitos humanos fundamentais.”.

Sala das Sessões, – Senador **Aloizio Mercadante**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 216, DE 2009

Nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro das Cidades, as seguintes informações referentes à utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS):

Se são procedentes as notícias, veiculadas pela imprensa nos últimos dias, de que a União devolveu ao BID importância equivalente a US\$ 57 milhões (cinquenta e sete milhões de dólares americanos), destinada a projetos de saneamento em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);

Qual o valor original do empréstimo e o do montante efetivamente utilizado;

Sendo procedente o mencionado noticiário, quais as justificativas para a não utilização dos recursos devolvidos.

Justificação

É de todos sabido que os esforços governamentais no sentido de dotar as cidades brasileiras de padrões adequados de saneamento não podem tardar. Nada menos que 19 milhões de brasileiros ainda não dispõem de acesso a redes de água tratada e 47,5 milhões vivem em áreas desprovidas de serviços de coleta de esgotos.

A despeito desse quadro nada meritório, o noticiário dos últimos dias estampou a preocupante informação de que o governo federal teria devolvido ao BID, sem utilização, a importância de US\$ 57 milhões, destinada a redes de saneamento a serem imple-

mentadas em pequenos municípios, com população entre 15 e 75 mil habitantes, localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no Espírito Santo ou no norte de Minas Gerais, justamente as parcelas do território nacional mais carentes em relação a esses serviços básicos.

Desse modo, em face da relevância social da matéria, bem como da evidente suspeita de inoperância da máquina governamental, importa ao Senado Federal, no exercício da função fiscalizadora que lhe foi atribuída pela Constituição Federal, perquirir as causas dessa atitude aparentemente injustificável.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. – Senadora **Marisa Serrano**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2009.

Requeiro Voto de Aplauso para o jurista Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, pela homenagem recebida no lançamento do livro “Transação e Arbitragem no Âmbito Tributário”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso para o jurista Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, pela homenagem recebida no lançamento do livro “Transação e Arbitragem no Âmbito Tributário”.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e sua família.

Justificação

O jurista Carlos Velloso recebeu, no último dia 10 de março, uma homenagem no lançamento do livro “Transação e Arbitragem no Âmbito Tributário”, ocorrido na biblioteca do Supremo Tribunal Federal. A obra, que reúne artigos de diversos tributaristas, foi dedicada ao jurista, um dos maiores especialistas do país no assunto, e pretende discutir o uso da arbitragem para resolver pendências envolvendo matéria tributária.

Sala das sessões, 12 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder de PSDB.

REQUERIMENTO Nº 218, DE 2009.

Requeiro Voto de Aplauso para Luiz Carlos Trabuco Cappi, executivo que assumiu, no último dia 10 de março, a presidência executiva do Banco Bradesco.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para Luiz Carlos Trabuco Cappi, executivo que assumiu, no último dia 10 de março, a presidência executiva do Banco Bradesco.

Requeiro, ademais, que este voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado, bem como à diretoria daquela instituição.

Justificação

Luiz Carlos Trabuco Cappi conhece bem a filosofia do Banco, tendo passagens bem-sucedidas por várias áreas. Foi diretor de marketing e presidente da área de previdência e já anunciou que sua estratégia será conciliar continuidade com renovação.

Com 40 anos de Banco, a serem completados no próximo mês de abril, Trabuco Cappi substituirá Márcio Cypriano, que deixa o cargo por ter atingido a idade limite prevista no Estatuto Social do Banco para cargo de diretor-presidente, mas que continuará como membro do conselho de administração.

Sala das sessões, 12 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 219, DE 2009

Requeiro VOTO DE APLAUSO para a FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL, localizada em Manaus, pela iniciativa de pesquisar casos de epidemias causadas pelos vírus Mayaro e Oropouche, que causam doenças com sintomas parecidos com os da dengue e malária.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO para a FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL, localizada em Manaus, pela iniciativa de pesquisar casos de epidemias causadas pelos vírus Mayaro e Oropouche, que causam doenças com sintomas parecidos com os da dengue e malária. Requeiro, ademais, que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Fundação.

Justificação

A Fundação de Medicina Tropical do Amazonas, considerada centro de referência nacional e mundial para o tratamento de enfermidades tropicais, desde o ano passado, passou a investigar casos de doenças causadas pelos vírus Mayaro e Oropouche, que causam doenças com sintomas parecidos com os da dengue e malária, e o hantavírus. Nenhum desses vírus já havia sido estudado no Amazonas.

O Voto de aplauso que ora proponho se justifica pela oportunidade e necessidade de se fazer um diagnóstico diferenciado para essas doenças.

Sala das Sessões, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 220, DE 2009

Requeiro VOTO DE ENALTECIMENTO ao ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, aos ex-presidentes do BNDES, André Lara Rezende e José Pio Borges, e ao ex-presidente da Anatel, Renato Guerreiro, pelo resgate de suas honorabilidades e a correção no exercício da função pública.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE ENALTECIMENTO ao ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, aos ex-presidentes do BNDES, André Lara Rezende e José Pio Borges, e ao ex-presidente da Anatel, Renato Guerreiro, pelo resgate de suas honorabilidades e a correção no exercício da função pública.

Requeiro, ademais, que este Voto de Enaltecimento seja encaminhado aos homenageados.

Justificação

Os meios de comunicação do país divulgaram, no dia de hoje, ampla matéria que veio fazer justiça aos formuladores do exitoso plano de privatização das teles no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A notícia diz respeito à decisão do juiz titular da 17ª Vara Federal de Brasília, Moacir Ferreira Ramos,

dez anos depois do início da tramitação do processo, onde ele absolveu os integrantes do alto escalão do governo da acusação de terem privilegiado o Banco Opportunity e outras empresas durante o leilão de venda da Telebrás em 1998. O relatório exime, explicitamente, o então ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros de qualquer culpa. O caso envolve dois ex-presidentes do BNDES – André Lara Resende e José Pio Borges – assim como o ex-presidente da Anatel, Renato Guerreiro, todos igualmente inocentados pela Justiça.

A conclusão é que eles não atuaram para interferir na concorrência de modo a favorecer alguns participantes do leilão. Segundo o juiz aconteceu justamente o contrário: eles teriam é viabilizado o certame. As empresas também não sofreram qualquer advertência por parte do juiz. O juiz Ramos fundamentou a sua conclusão num parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisou as denúncias de interferência no leilão da Telebrás. Esse parecer concluiu que os atos praticados pelos réus “não resultaram em dano ao Erário posto que não restringiram o caráter competitivo da licitação e tampouco a isonomia do certame”.

Por essas razões Senhor Presidente requeiro que seja consignado Voto de Enaltecimentos aos senhores Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Lara Rezende, José Pio Borges e Renato Guerreiro.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste voto de Louvor à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por ocasião de seu quinquagésimo aniversário, a comemorar-se no dia 14 de março de 2009. Maior instituição de ensino privado do Estado, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná é uma instituição de ensino superior que conquistou, através do trabalho sério e dedicado em benefício do ensino superior brasileiro, o merecido reconhecimento por parte da sociedade paranaense, figurando entre as melhores Universidades do País. A universidade oferece 62 cursos de graduação, 21 programas de pós-graduação **stricto sensu**, e mais de 150 cursos

de pós-graduação **lato sensu**, distribuídos em seus 5 campi. A PUC-PR mantém convênio com 60 instituições de ensino superior em 13 países, sendo que 80% de seus docentes são mestres e doutores. Tendo como missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura, a partir de princípios éticos, cristãos e maristas, e promover a formação integral e permanente dos cidadãos e profissionais comprometidos com a vida e com progresso da sociedade, a Pontifícia Universidade do Paraná serve de exemplo e modelo de valorização universitária para todas as Universidades brasileiras.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. – Senador **Alvaro Dias** – Senador **Flávio Arns** – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 7, de 2009**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera os arts. 120 e 126 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de determinar a redistribuição de proposição na hi-*

pótese de o relator não apresentar o relatório no prazo de que dispõe a comissão para se manifestar.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está publicado no Diário do Senado Federal que veicula a presente sessão, o **Parecer nº 4, de 2009-CN**, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, concluindo favoravelmente ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008**, que *aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.*

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2009
(nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA RELATIVO AO INTERCÂMBIO
DE ESTAGIÁRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina
(doravante denominados "Partes"),

Com o desejo de manter o desenvolvimento dos laços de amizade e entendimento mútuo entre seus povos,

Levando em consideração que a simplificação de normas para admissão de estrangeiros no âmbito de cooperação profissional e técnica entre empresas situadas em ambas as Partes constitui meio idôneo para desenvolver a adequada capacitação de profissionais e peritos, e

Conscientes do caráter altamente proveitoso que reveste a cooperação e a compreensão mútua entre as Partes, o desenvolvimento de intercâmbio de pessoas que venham a exercer temporariamente em território da outra Parte uma atividade de aperfeiçoamento profissional remunerada,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As disposições do presente Acordo serão aplicadas a profissionais nacionais de uma das Partes, doravante denominados "estagiários", que ingressem no território da outra Parte, a convite para realizar um estágio, por um período limitado, em entidade pública ou privada legalmente constituída, doravante denominada "entidade", para aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais e do idioma local.
2. Todas as profissões cujo exercício para os estrangeiros não seja objeto de restrições legais, poderão ser exercidas pelos estagiários. Se o exercício da profissão estiver subordinado a uma autorização ou registro especial, a entidade deverá solicitar esta, previamente, à autoridade local competente.

ARTIGO 2

O estagiário deverá ter mais de 18 anos de idade e possuir pelo menos um título profissional, universitário ou de professor de língua portuguesa ou espanhola.

ARTIGO 3

1. Toda autorização de estágio deverá ser concedida pela autoridade que cada Parte designe para este fim, independentemente da situação do mercado de trabalho existente na Parte receptora.
2. A duração do estágio será de no máximo 12 meses, improrrogáveis.

ARTIGO 4

O estagiário não terá direito a exercer atividade em entidade distinta daquela para a qual foi autorizado.

ARTIGO 5

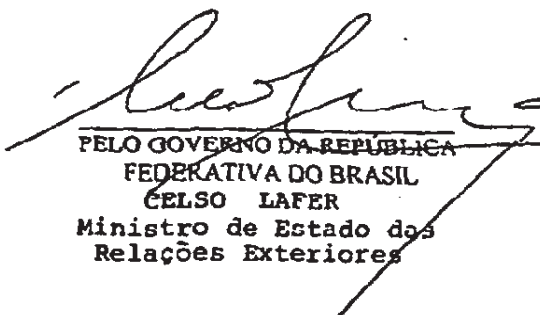

1. O estagiário gozará dos mesmos direitos e deveres aplicáveis aos nacionais da Parte em cujo território se realize o estágio.
2. As condições que regulam o estágio deverão estar de acordo com as normas vigentes no território da Parte onde este seja realizado.

ARTIGO 6

1. O presente Acordo entrará em vigor a partir da data da última notificação em que as Partes comunicarem o cumprimento de seus respectivos requisitos internos necessários para sua vigência.
2. O presente Acordo terá duração indeterminada, salvo se uma das Partes comunicar a sua intenção de denunciá-lo, por escrito, pela via diplomática, com seis meses de antecedência.

3. Em caso de denúncia, as autorizações concedidas em virtude do presente Acordo manterão sua validade pelo lapso de tempo para o qual foram outorgadas.

Feito em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

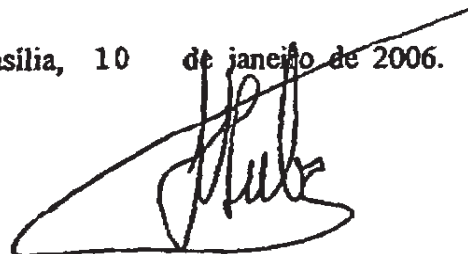
 PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CELSO LAFER Ministro de Estado das Relações Exteriores	 PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA ADALBERTO RODRIGUEZ GIAVARINI Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto
--	--

Mensagem nº 17, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Brasília, 10 de janeiro de 2006.



EM Nº 00486/DIM/DAI/DAM-1 - MRE - CVIS

Brasília, em 21 de dezembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem pela qual se submete ao referendo do Congresso Nacional o texto do Acordo Relativo ao Intercâmbio de Estagiários entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

2. O mencionado Acordo foi assinado com o objetivo de reforçar os laços de amizade e o entendimento mútuo, na medida em que a simplificação de normas, para admissão de estrangeiros no âmbito da cooperação profissional e técnica entre empresas situadas em ambas as Partes, é um instrumento idôneo que visa a desenvolver a adequada capacitação de profissionais e peritos.

3. O Acordo facilitará o desenvolvimento do intercâmbio de estagiários, pessoas que venham a exercer temporariamente, no território da outra Parte, atividade remunerada de aperfeiçoamento profissional, reforçando as possibilidades de incremento nas relações bilaterais, de modo a consolidar a posição da Argentina como destacado parceiro do Brasil no continente sul-americano.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, conforme prevê o inciso VIII do Artigo 84 da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência cópias autenticadas do Acordo, juntamente com projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

(À Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e, posteriormente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 65, DE 2009

(nº 10/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear

Os Estados Partes nesta Convenção,

Tendo em mente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas relativos à manutenção da paz e segurança internacionais e a promoção das relações de boa vizinhança e amizade e cooperação entre os Estados,

Recordando a Declaração por Ocasão do Cinquentenário das Nações Unidas, de 24 de outubro de 1995,

Reconhecendo o direito de todos os Estados a desenvolver e utilizar a energia nuclear com fins pacíficos e seus interesses legítimos nos potenciais benefícios advindos do uso pacífico da energia nuclear,

Tendo em mente a Convenção sobre a Proteção Física de Materiais Nucleares, de 1980,

Profundamente preocupados com a multiplicação em todo o mundo dos atentados terroristas em todas as suas formas e manifestações,

Recordando a Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, que consta do anexo da Resolução 49/60 da Assembleia Geral, de 9 de dezembro de 1994, na qual, entre outras disposições, os Estados membros das Nações Unidas reafirmam solenemente que, em termos inequívocos, condenam como criminosos e injustificados todos os atos, métodos e práticas terroristas, onde quer que sejam cometidos e independentemente de quem sejam seus autores, incluindo os que põem em perigo as relações de amizade entre os Estados e os povos e ameaçam a integridade territorial e a segurança dos Estados,

Observando que a Declaração também insta os Estados a examinar com urgência o alcance das disposições jurídicas internacionais existentes sobre prevenção, repressão e eliminação do terrorismo em todas as suas formas e manifestações, a fim de assegurar a existência de marco jurídico abrangente que aborde todos os aspectos da questão,

Recordando a Resolução 51/210 da Assembleia Geral, de 17 de dezembro de 1996, e a Declaração Complementar à Declaração de 1994 sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, que consta do anexo dessa Resolução,

Recordando também que, conforme a Resolução 51/210 da Assembleia Geral, foi estabelecido um comitê *ad hoc* encarregado de elaborar, entre outras disposições, uma convenção internacional para a supressão dos atos de terrorismo nuclear, a fim de complementar os instrumentos internacionais correlatos existentes,

Observando que os atos de terrorismo nuclear podem acarretar consequências da máxima gravidade e constituir ameaça à paz e à segurança internacionais,

Observando também que as disposições jurídicas multilaterais existentes não são suficientes para enfrentar adequadamente esses atentados,

Convencidos da necessidade urgente de intensificar a cooperação internacional entre os Estados com vistas a conceber e adotar medidas eficazes e práticas para prevenir esses atentados terroristas e para processar e punir seus autores,

Observando que as atividades das forças militares dos Estados são regidas por normas de direito internacional situadas fora do contexto desta Convenção e que a exclusão de certos atos do âmbito desta Convenção não justifica nem torna legais atos que de outro modo seriam considerados ilícitos, nem prejudica a realização de processos judiciais com base em outras leis,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

Para os propósitos desta Convenção:

1. **“Material radioativo” significa material nuclear e outras substâncias radioativas que contêm nuclídeos que sofrem desintegração espontânea (processo acompanhado da emissão de um ou mais tipos de radiação ionizante, como as partículas alfa, beta e de nêutron e os raios gama) e que, devido a suas propriedades radiológicas ou fisséis, podem causar morte, lesões corporais graves ou consideráveis danos materiais ou ao meio ambiente.**

2. **“Material nuclear” significa o plutônio, exceto aquele cuja concentração isotópica de plutônio-238 é superior a 80%; o urânio-233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; o urânio que contém a mistura de isótopos que ocorre na natureza, exceto na forma de minério ou de resíduos de minério; ou qualquer material que contém um ou mais dos elementos mencionados acima;**

“Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233” significa o urânio que contém os isótopos 235 ou 233, ou ambos, em quantidade tal que a razão de abundância entre a soma desses isótopos e o isótopo 238 seja maior que a razão entre o isótopo 235 e o isótopo 238 que ocorre na natureza.

3. **“Instalação nuclear” significa:**

a) **Todo reator nuclear, incluindo os reatores instalados em navios, veículos, aeronaves ou artefatos espaciais para uso como fonte de energia propulsora em tais navios, veículos, aeronaves ou artefatos espaciais, assim como para qualquer outra finalidade;**

b) Toda instalação ou meio utilizado para produção, armazenamento, processamento ou transporte de material radioativo.

4. “Dispositivo” significa:

a) Todo dispositivo nuclear explosivo; ou

b) Todo dispositivo dispersador de material radioativo ou emissor de radiação que, devido a suas propriedades radiológicas, pode causar morte, lesões corporais graves ou consideráveis danos materiais ou ao meio ambiente.

5. “Instalação pública ou governamental” significa toda instalação ou veículo, permanente ou temporário, utilizado ou ocupado por representantes de um Estado, membros de um Governo, do Poder Legislativo ou Judiciário, funcionários ou agentes de entidade estatal ou administrativa, ou funcionários ou agentes de organização intergovernamental no desempenho de suas funções oficiais.

6. “Forças militares de um Estado” significam as forças armadas de um Estado que são organizadas, treinadas e equipadas de acordo com a legislação nacional tendo como finalidade primordial a defesa ou a segurança nacionais e as pessoas que agem em apoio a essas forças armadas e que estão formalmente sob seu comando, controle e responsabilidade.

Artigo 2º

1. Comete crime nos termos da presente Convenção toda pessoa que ilícita e intencionalmente:

a) possuir material radioativo ou produzir ou possuir um dispositivo:

i) com o propósito de causar morte ou lesões corporais graves; ou

ii) com o propósito de causar consideráveis danos materiais ou ao meio ambiente;

b) utilizar de alguma maneira material radioativo ou um dispositivo, ou utilizar ou danificar instalação nuclear de forma tal que provoque a emissão ou traga risco de provocar a emissão de material radioativo:

i) com o propósito de causar morte ou lesões corporais graves; ou

ii) com o propósito de causar consideráveis danos materiais ou ao meio ambiente; ou

iii) com o propósito de obrigar pessoa física ou jurídica, organização internacional ou Estado a realizar ou abster-se de realizar uma ação.

2. Também comete crime toda pessoa que:
 - a) ameaçar, em circunstâncias que indiquem ser a ameaça verossímil, cometer um crime nos termos definidos na alínea b) do parágrafo 1º do presente artigo; ou
 - b) exigir ilícita e intencionalmente a entrega de material radioativo, de dispositivo ou de instalação nuclear mediante ameaça, em circunstâncias que indiquem ser a ameaça verossímil, ou mediante o uso da força.
3. Também comete crime toda pessoa que tentar cometer um crime nos termos definidos no parágrafo 1º do presente artigo.
4. Também comete crime toda pessoa que:
 - a) participar como cúmplice em um crime nos termos definidos nos parágrafos 1º, 2º ou 3º do presente artigo; ou
 - b) organizar ou induzir terceiros a cometer um crime nos termos definidos nos parágrafos 1º, 2º ou 3º do presente artigo; ou
 - c) contribuir de outro modo para a execução de um ou mais crimes nos termos definidos nos parágrafos 1º, 2º ou 3º do presente artigo por um grupo de pessoas que atuam com propósito comum; essa contribuição deve ser intencional e feita com o objetivo de promover os fins ou a atividade criminosa geral do grupo, ou com conhecimento da intenção do grupo de cometer o crime ou os crimes em questão.

Artigo 3º

Salvo o disposto nos artigos 7º, 12, 14, 15, 16 e 17, quando apropriado, esta Convenção não deve ser aplicada quando o crime é cometido em um único Estado, o suposto autor e as vítimas são nacionais desse Estado, o suposto autor está no território desse Estado e nenhum outro Estado pode exercer jurisdição de acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 9º desta Convenção.

Artigo 4º

1. Nada nesta Convenção deve afetar outros direitos, obrigações e responsabilidades de Estados e indivíduos segundo o direito internacional, em particular os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional humanitário.
2. As atividades das forças armadas durante um conflito armado, da forma como esses conceitos são entendidos no direito internacional humanitário, que são regidas por

esse direito não são regidas por esta Convenção, e as atividades realizadas pelas forças militares de um Estado no exercício de suas funções oficiais, quando regidas por outras normas do direito internacional, não são regidas por esta Convenção.

3. O disposto no parágrafo 2º do presente artigo não justifica nem torna legais atos que de outro modo seriam considerados ilícitos, nem prejudica a realização de processos judiciais com base em outras leis.

4. A presente Convenção não concerne nem pode ser interpretada como concernente, de modo algum, à questão da legalidade do uso ou ameaça do uso de armas nucleares pelos Estados.

Artigo 5º

Cada Estado Parte deve adotar as medidas necessárias para:

- a) tipificar, de acordo com a legislação nacional, os crimes previstos no artigo 2º;
- b) punir esses crimes com penas adequadas levando em consideração a sua gravidade.

Artigo 6º

Cada Estado Parte deve adotar as medidas necessárias, incluindo, quando apropriado, a adoção de legislação interna, que assegurem que os atos criminosos compreendidos nesta Convenção, em particular aqueles planejados ou concebidos para provocar estado de terror na população em geral, em um grupo de pessoas ou em determinadas pessoas, não possam ser em nenhuma circunstância justificados por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outra similar e sejam reprimidos com penas compatíveis com sua gravidade.

Artigo 7º

1. Os Estados Partes devem cooperar mediante:
 - a) a adoção de todas as medidas cabíveis, incluindo, se necessário, a adaptação de sua legislação nacional, para impedir e combater em seus respectivos territórios os preparativos para cometer os crimes previstos no artigo 2º, dentro ou fora de seus territórios, incluindo medidas para proibir em seus territórios atividades ilegais de pessoas, grupos ou organizações que incentivem, estimulem, organizem, conscientemente financiem ou conscientemente forneçam assistência técnica ou informações ou participem da execução desses crimes;

b) o intercâmbio de informações precisas e confirmadas, de acordo com sua legislação nacional e em conformidade com as condições e com os termos aqui estabelecidos, e mediante a coordenação de medidas administrativas e de outra natureza adotadas quando apropriado para detectar, impedir, suprimir e investigar os crimes previstos no artigo 2º e também para estabelecer processo criminal contra as pessoas acusadas de terem cometido esses crimes. Um Estado Parte deve tomar, em particular, as medidas adequadas para informar sem demora aos demais Estados relacionados no artigo 9º a respeito da execução dos crimes previstos no artigo 2º, assim como os preparativos para cometer esses crimes de que tenha tomado conhecimento, e também para informar, quando apropriado, às organizações internacionais.

2. Os Estados Partes devem tomar as medidas adequadas compatíveis com sua legislação nacional para proteger o caráter confidencial de toda informação que recebam com esse caráter de outro Estado Parte de acordo com o disposto nesta Convenção, ou pela participação em atividade destinada à aplicação desta Convenção. Se os Estados Partes fornecerem de modo confidencial informações a organizações internacionais, medidas devem ser tomadas com vistas a assegurar que a confidencialidade dessas informações seja protegida.

3. Em conformidade com esta Convenção, não deve ser exigido dos Estados Partes que forneçam informações que não estejam autorizados a divulgar em observância a suas respectivas legislações nacionais ou cuja divulgação possa comprometer a segurança do Estado em questão ou a proteção física de material nuclear.

4. Os Estados Partes devem informar ao Secretário-Geral das Nações Unidas suas autoridades competentes e pontos de contato encarregados de enviar e receber as informações referidas no presente artigo. O Secretário-Geral das Nações Unidas deve comunicar as informações relativas às autoridades competentes e pontos de contato a todos os Estados Partes e à Agência Internacional de Energia Atômica. Tais autoridades e pontos de contato devem estar permanentemente acessíveis.

Artigo 8º

Com o objetivo de impedir que se cometam os crimes previstos nesta Convenção, os Estados Partes devem fazer todo o esforço para adotar medidas adequadas a assegurar a proteção de material radioativo, levando em consideração as recomendações e funções relevantes da Agência Internacional de Energia Atômica.

Artigo 9º

1. Cada Estado Parte deve adotar as medidas necessárias para exercer sua jurisdição no que se refere aos crimes previstos no artigo 2º quando forem cometidos:

a) no território desse Estado; ou

b) a bordo de navio com a bandeira desse Estado ou em aeronave registrada sob as leis desse Estado no momento em que o crime é cometido; ou

c) por nacional desse Estado.

2. Um Estado Parte poderá também exercer sua jurisdição no que se refere a esses crimes quando forem cometidos:

a) contra nacional desse Estado; ou

b) contra instalação pública ou governamental desse Estado no exterior, incluindo embaixada ou outra propriedade diplomática ou consular desse Estado; ou

c) por apátrida que tenha residência habitual no território desse Estado; ou

d) na tentativa de obrigar esse Estado a realizar ou abster-se de realizar determinada ação; ou

e) a bordo de aeronave operada pelo Governo desse Estado.

3. Cada Estado Parte, ao ratificar, aceitar ou aprovar a Convenção, ou a ela aderir, deve notificar o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a jurisdição que estabeleceu nos termos de sua legislação nacional de acordo com o parágrafo 2º do presente artigo. Na eventualidade de alguma alteração, o Estado Parte deve notificar imediatamente o Secretário-Geral das mudanças que forem feitas.

4. Da mesma forma, cada Estado Parte deve tomar as medidas necessárias para estabelecer sua jurisdição no que se refere aos crimes previstos no artigo 2º nos casos em que o suposto autor estiver em seu território e o Estado não extraditar a pessoa para qualquer dos Estados Partes que tenham estabelecido sua jurisdição em conformidade com o parágrafo 1º ou 2º do presente artigo.

5. A presente Convenção não exclui o exercício de qualquer jurisdição penal estabelecida por Estado Parte em conformidade com sua legislação nacional.

Artigo 10

1. O Estado Parte que receber informação que indique que em seu território tenha sido ou esteja sendo cometido qualquer dos crimes previstos no artigo 2º, ou que em seu território possa estar o autor ou suposto autor de qualquer desses crimes, deve tomar imediatamente as medidas necessárias em conformidade com sua legislação nacional para investigar os fatos informados.

2. O Estado Parte em cujo território se encontre o autor ou suposto autor, caso estime que as circunstâncias assim o justifiquem, deve tomar as medidas adequadas previstas na sua legislação nacional com vistas a assegurar a presença dessa pessoa para fins de processo ou extradição.

3. Toda pessoa a respeito da qual sejam tomadas as medidas mencionadas no parágrafo 2º do presente artigo deve ter direito a:

a) comunicar-se sem demora com o mais próximo representante pertinente do Estado do qual seja nacional ou que por outras razões tenha competência para proteger os direitos dessa pessoa ou, se a pessoa for apátrida, do Estado em cujo território reside habitualmente;

b) Ser visitada por representante desse Estado;

c) Ser informada de seus direitos conforme as alíneas (a) e (b).

4. Os direitos previstos no parágrafo 3º do presente artigo devem ser exercidos em conformidade com as leis e os regulamentos do Estado em cujo território está o autor ou suposto autor, sob a condição de que essas leis e esses regulamentos permitam o pleno cumprimento dos propósitos dos direitos dispostos no parágrafo 3º.

5. O disposto nos parágrafos 3º e 4º do presente artigo deve ser interpretado sem prejuízo do direito de todo Estado Parte que possa reivindicar o estabelecimento de sua jurisdição com fundamento na alínea (c) do parágrafo 1º ou da alínea (c) do parágrafo 2º do artigo 9º a convidar o Comitê Internacional da Cruz Vermelha a comunicar-se com o suposto autor e visitá-lo.

6. O Estado Parte que, em observância ao presente artigo, detiver uma pessoa, deve, diretamente ou por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, notificar imediatamente, da detenção e das circunstâncias que a justificam, os Estados Partes que tiverem estabelecido sua jurisdição em conformidade com os parágrafos 1º e 2º do artigo 9º e, se considerar conveniente, quaisquer outros Estados Partes interessados. O Estado que proceder à investigação prevista no parágrafo 1º do presente artigo deve prontamente informar suas conclusões aos Estados Partes mencionados e deve indicar se pretende exercer sua jurisdição.

Artigo 11

1. Nos casos em que se aplica o artigo 9º, o Estado Parte em cujo território se encontra o acusado, se não extraditá-lo, deve estar obrigado a submeter o caso, sem demora indevida, a suas autoridades competentes para fins de processo, segundo procedimento previsto na legislação desse Estado, sem exceção alguma, tenha sido o crime cometido em seu território ou não. Essas autoridades devem tomar suas decisões nas mesmas condições em que o fariam em qualquer outro crime de natureza grave, em conformidade com o direito desse Estado.

2. Quando a legislação de um Estado Parte somente permitir a extradição ou a entrega de outro modo de um de seus nacionais sob a condição de que a pessoa seja devolvida para esse Estado para cumprir a pena que lhe foi imposta como resultado do julgamento ou procedimento para o qual foi pedida sua extradição ou entrega, e esse Estado e o Estado que solicitou a extradição estiverem de acordo com essa opção e com outras condições que considerem apropriadas, essa extradição ou entrega condicional será suficiente para o cumprimento da obrigação enunciada no parágrafo 1º do presente artigo.

Artigo 12

Toda pessoa que se encontre sob custódia ou sobre a qual recaírem quaisquer outras medidas ou procedimentos em observância a esta Convenção deve ter a garantia de receber tratamento justo, incluindo o gozo de todos os direitos e garantias em conformidade com a legislação do Estado em cujo território se encontra e com as disposições cabíveis do direito internacional, incluindo o direito internacional em matéria de direitos humanos.

Artigo 13

1. Os crimes previstos no artigo 2º devem ser considerados como passíveis de extradição em todos os tratados de extradição existentes entre os Estados Partes antes da entrada em vigor desta Convenção. Os Estados Partes se comprometem a incluir esses crimes como passíveis de extradição em todos os tratados sobre a matéria que forem posteriormente firmados entre si.

2. Quando um Estado Parte que condiciona a extradição à existência de tratado sobre a matéria receber pedido de extradição de outro Estado Parte com o qual não tenha firmado tratado sobre a matéria, o Estado Parte requerido poderá, a seu critério, empregar esta Convenção como base legal para a extradição no que diz respeito aos crimes previstos no artigo 2º. A extradição deve se sujeitar às demais condições exigidas pela legislação do Estado requerido.

3. Estados Partes que não condicionam a extradição à existência de tratado sobre a matéria devem reconhecer os crimes previstos no artigo 2º como crimes passíveis de extradição entre si, sujeitos às condições estabelecidas pela legislação do Estado requerido.

4. Se necessário, os crimes previstos no artigo 2º devem ser tratados, para fins de extradição entre Estados Partes, como se tivessem sido cometidos não somente onde ocorreram mas também no território dos Estados que tenham estabelecido sua jurisdição em conformidade com os parágrafos 1º e 2º do artigo 9º.

5. As disposições de todos os tratados e acordos de extradição vigentes entre Estados Partes no que diz respeito aos crimes previstos no artigo 2º, devem ser consideradas modificadas entre esses Estados na medida que sejam incompatíveis com a presente Convenção.

Artigo 14

1. Os Estados Partes devem prestar a maior assistência mútua em relação a investigações, processos penais ou de extradição relativos aos crimes previstos no artigo 2º, incluindo a assistência para a obtenção de provas à sua disposição necessárias para os processos.

2. Os Estados Partes devem cumprir suas obrigações em observância ao parágrafo 1º do presente artigo em conformidade com todos os tratados e outros acordos de cooperação jurídica internacional que existam entre eles. Na ausência desses tratados ou acordos, os Estados Partes devem prestar assistência uns aos outros em conformidade com sua legislação nacional.

Artigo 15

Para fins de extradição ou de cooperação jurídica internacional, nenhum dos crimes previstos no artigo 2º deve ser considerado crime político, crime associado a crime político ou crime inspirado em motivos políticos. Em consequência, um pedido de extradição ou de cooperação jurídica internacional relativo a algum desses crimes não poderá ser recusado simplesmente sob a alegação de se referir a crime político, crime associado a crime político ou crime inspirado em motivos políticos.

Artigo 16

Nada do disposto nesta Convenção deve ser interpretado como imposição de obrigação de extraditar ou de prestar cooperação jurídica internacional se o Estado Parte requerido tiver motivos substanciais para crer que o requerimento de extradição com base nos crimes previstos artigo 2º ou de cooperação jurídica internacional em relação a esses crimes tenha sido formulado com o propósito de processar ou punir uma pessoa por motivos de raça, religião, nacionalidade, origem étnica ou opinião política, ou que o atendimento do pedido possa prejudicar essa pessoa por algum desses motivos.

Artigo 17

1. A pessoa que estiver detida ou cumprindo pena no território de um Estado Parte e cuja presença for solicitada em outro Estado Parte para fins de prestar testemunho ou identificação, ou para ajudar a obter provas para investigação ou processo de crimes previstos nesta Convenção poderá ser transferida se as seguintes condições forem atendidas:

- a) a pessoa consentir livremente;
- b) As autoridades competentes de ambos os Estados estiverem de acordo, sujeito às condições que os Estados envolvidos considerarem apropriadas;

2. Para os propósitos do presente artigo:

a) O Estado para o qual a pessoa for transferida deve ter autoridade e obrigação de mantê-la sob custódia, a não ser quando outro procedimento for requerido ou autorizado pelo Estado de onde a pessoa foi transferida;

b) O Estado para o qual a pessoa for transferida deve implementar sem demora sua obrigação de devolvê-la à custódia do Estado de onde a pessoa foi transferida conforme o que tiver sido antecipadamente acordado, ou de outro modo acordado, entre as autoridades competentes de ambos os Estados;

c) O Estado para o qual a pessoa for transferida não deve exigir do Estado de onde a pessoa foi transferida o início de procedimentos de extradição para sua devolução;

d) O tempo que a pessoa permaneceu sob custódia do Estado para o qual foi transferida será contado para efeito de cumprimento da pena imposta no Estado de onde a pessoa foi transferida.

3. A menos que o Estado Parte do qual a pessoa for transferida em conformidade com o presente artigo concorde, essa pessoa, independentemente de sua nacionalidade, não deve ser processada, detida ou sujeita a qualquer outra restrição de sua liberdade pessoal no território do Estado para o qual for transferida em relação a atos ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado de onde foi transferida.

Artigo 18

1. O Estado Parte que se apoderar ou de alguma forma assumir o controle de material radioativo, dispositivos ou instalações nucleares, em decorrência de ter sido cometido um delito enunciado no artigo 2, deve:

a) Tomar medidas para neutralizar o perigo oferecido pelo material radioativo, os dispositivos ou as instalações nucleares;

b) Garantir que todo material nuclear seja armazenado em conformidade com as salvaguardas aplicáveis estabelecidas pela Agência Internacional de Energia Atômica;

c) Observar as recomendações sobre proteção física e os padrões de saúde e segurança publicados pela Agência Internacional de Energia Atômica.

2. Ao concluir qualquer procedimento relacionado com um delito enunciado no artigo 2, ou antes de sua conclusão, se assim o exigir o direito internacional, todo material radioativo, dispositivo ou instalação nuclear deve ser devolvido, após consultas (em particular, sobre as modalidades de devolução e armazenamento) com os Estados Partes envolvidos, ao Estado Parte a que pertence, ao Estado Parte do qual a pessoa, física ou jurídica, possuidora do material radioativo, dispositivo ou instalação, é nacional ou residente, ou ao Estado parte de cujo território foi roubado ou obtido por qualquer outro meio ilícito.

3. a) Quando um Estado Parte for proibido pelo direito interno ou pelo direito internacional de devolver ou aceitar tal material radioativo, dispositivo ou instalação nuclear, ou quando os Estados Partes envolvidos concordarem, sujeitos à alínea (b) do parágrafo 3 do presente artigo, o Estado Parte de posse do material radioativo, do dispositivo ou da instalação nuclear, deve continuar a tomar as medidas descritas no parágrafo 1 do presente artigo; tal material radioativo, dispositivo ou instalação nuclear deve ser utilizado somente para fins pacíficos;

b) Nos casos em que a lei não permitir ao Estado Parte a posse do material radioativo, dos dispositivos ou das instalações nucleares que estiverem em seu poder, esse Estado deve garantir que sejam entregues o mais breve possível a um Estado cuja posse seja legalmente permitida e que, quando apropriado, tenha proporcionado garantias consistentes com as exigências do parágrafo 1 do presente artigo, em consulta com aquele Estado, com o propósito de neutralizar o perigo por eles oferecido; tais materiais radioativos, dispositivos e instalações nucleares devem ser utilizados somente para fins pacíficos.

4. Se o material radioativo, os dispositivos ou as instalações nucleares referidos nos parágrafos 1 e 2 do presente artigo não pertencerem a nenhum dos Estados Partes nem a nacional ou residente de um Estado Parte, nem tiverem sido roubados nem obtidos por outro meio ilícito do território de um Estado Parte, ou se nenhum Estado estiver disposto a receber esses itens em observância ao parágrafo 3 do presente artigo, deve ser tomada decisão em separado sobre sua destinação, de acordo com a alínea (b) do parágrafo 3 do presente artigo, após consultas entre os Estados envolvidos e quaisquer Organizações Internacionais pertinentes.

5. Para os propósitos dos parágrafos 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, o Estado Parte que tiver em seu poder o material radioativo, o dispositivo ou a instalação nuclear, poderá solicitar a assistência e cooperação dos demais Estados Partes, em particular dos Estados Parte envolvidos, e de quaisquer Organizações Internacionais pertinentes, em particular a Agência Internacional de Energia Atômica. Os Estados Partes e as Organizações Internacionais pertinentes são incentivados a fornecer a maior assistência possível em observância a esse parágrafo.

6. Os Estados Partes envolvidos na destinação ou retenção do material radioativo, do dispositivo ou da instalação nuclear, em observância ao presente artigo, devem informar o Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica da forma como o item foi destinado ou retido. O diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica deve transmitir as informações aos demais Estados Partes.

7. Em caso de emissão de material radioativo relacionada a algum delito enunciado no artigo 2, nada do disposto no presente artigo deve afetar de forma alguma as normas do direito internacional que regem a responsabilidade por danos nucleares, nem outras normas de direito internacional.

Artigo 19

O Estado Parte onde o suposto autor é processado deve, de acordo com seu direito interno ou com os procedimentos aplicáveis, comunicar o resultado final do processo ao Secretário Geral das Nações Unidas, que deve transmitir a informação aos demais Estados Partes.

Artigo 20

Os Estados Partes devem formular entre si consultas diretas ou intermediadas pelo Secretário Geral das Nações Unidas, com o apoio de Organizações Internacionais quando necessário, para assegurar a aplicação eficaz desta Convenção.

Artigo 21

Os Estados Partes devem cumprir suas obrigações em observância a esta Convenção de maneira condizente com os princípios da igualdade soberana e da integridade territorial dos Estados e da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

Artigo 22

Nada do disposto nesta Convenção faculta a um Estado Parte exercer sua jurisdição sobre o território de outro Estado Parte nem realizar funções reservadas exclusivamente às autoridades desse outro Estado Parte por sua legislação nacional.

Artigo 23

1. As controvérsias que surgirem entre dois ou mais Estados Partes a respeito da interpretação ou aplicação desta Convenção e que não puderem ser resolvidas por negociação dentro de prazo razoável devem, por solicitação de um dos Estados Partes, ser submetidas a arbitragem. Se, no prazo de seis meses contados a partir da data da solicitação de arbitragem, as partes não chegarem a acordo quanto à organização da arbitragem, qualquer uma das partes poderá submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, mediante petição apresentada em conformidade com o Estatuto da Corte.

2. Cada Estado, no momento da assinatura, ratificação, aceitação ou aprovação desta Convenção ou adesão a ela, poderá declarar que não se considera obrigado pelo parágrafo 1º do presente artigo. Os demais Estados Partes não estarão obrigados pelo parágrafo 1º com relação a nenhum Estado Parte que tenha feito essa reserva.

3. O Estado que tiver feito a reserva prevista no parágrafo 2º do presente artigo poderá retirá-la a qualquer momento mediante notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 24

1. Esta Convenção estará aberta para a assinatura de todos os Estados de 14 de setembro de 2005 a 31 de dezembro de 2006 na Sede das Nações Unidas em Nova York.

2. Esta Convenção está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação devem ser depositados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

3. Esta Convenção estará aberta à adesão de qualquer Estado. Os instrumentos de adesão devem ser depositados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 25

1. Esta Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data de depósito do vigésimo-segundo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

2. Para cada Estado que ratificar, aceitar ou aprovar a Convenção ou a ela aderir depois do depósito do vigésimo-segundo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que esse Estado depositar seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 26

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas à presente Convenção. As emendas propostas devem ser submetidas ao depositário, que deve comunicá-las imediatamente a todos os Estados Partes.

2. Se a maioria dos Estados Partes requererem ao depositário que convoque conferência para examinar as emendas propostas, o depositário deve convidar todos os Estados Partes a participar dessa conferência, a qual começará em não menos de três meses a partir da data de emissão dos convites.

3. Na conferência, todo esforço possível deve ser feito para que as emendas sejam adotadas por consenso. Caso não seja possível, as emendas devem ser adotadas por maioria de dois terços de todos os Estados Partes. Toda emenda aprovada na conferência deve ser prontamente comunicada pelo depositário a todos os Estados Partes.

4. A emenda adotada em observância ao disposto no parágrafo 3º do presente artigo deve entrar em vigor para cada Estado Parte que depositar seu instrumento de ratificação, aceitação, adesão ou aprovação da emenda no trigésimo dia a partir da data em que dois terços dos Estados Partes tiverem depositado seus instrumentos pertinentes. Em seguida, a emenda deve entrar em vigor para qualquer Estado Parte no trigésimo dia após a data de depósito de seu instrumento pertinente.

Artigo 27

1. Todo Estado Parte poderá denunciar esta Convenção mediante notificação por escrito dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

2. A denúncia deve surtir efeito um ano após a data em que o Secretário Geral das Nações Unidas receber a notificação.

Artigo 28

O original desta Convenção, cujas versões em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticas, será depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que enviará cópias certificadas a todos os Estados.

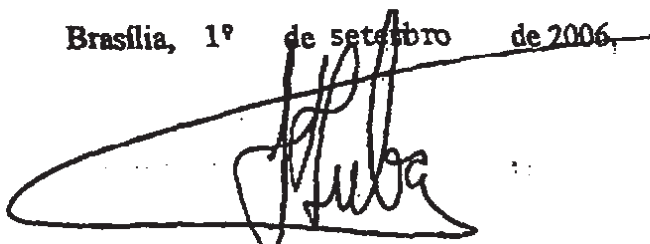
EM TESTEMUNHO DO QUAL, os subscritos, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram esta Convenção, aberta para assinaturas na Sede das Nações Unidas em Nova York, em 14 de setembro de 2005.

Mensagem nº 748, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova York, no dia 14 de setembro de 2005.

Brasília, 1º de setembro de 2006,



EM Nº 00296 COCIT/DNU/DDS/DAI - MRE - ASEG

Brasília, em 20 de julho de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência a anexa "Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear", assinada pelo Brasil em Nova York, no dia 14 de setembro de 2005. O instrumento, adotado, por aclamação, em 13 de abril de 2005, constitui um dos treze tratados elaborados no âmbito da Organização para a criminalização de diferentes aspectos do fenômeno do terrorismo internacional.

2. Os três principais objetivos do tratado são: a) determinar a tipificação da posse e do uso ilegais e intencionais de materiais radioativos, dispositivos e instalações nucleares por indivíduos para práticas terroristas, bem como assegurar a sua pronta punição; b) fortalecer a cooperação judicial entre os Estados no âmbito da Convenção; e c) uniformizar procedimentos a serem adotados em caso de apreensão ou tomada de material radioativo ou de dispositivos nucleares.

3. A posição do Brasil em matéria de desarmamento e não-proliferação tem sido favorável ao controle do emprego da tecnologia nuclear, sendo resguardado o direito ao uso da tecnologia para fins pacíficos. O terceiro parágrafo preambular da Convenção reconhece "o direito de todos os Estados a desenvolver e utilizar a tecnologia nuclear com fins pacíficos e seus interesses legítimos nos potenciais benefícios advindos do uso pacífico da energia nuclear". Atividades das forças armadas, em conflitos armados, ficam expressamente fora do escopo da Convenção.

4. Tendo presente o disposto no art. 5º da Convenção, será necessário elaborar legislação interna adequada para a criminalização das condutas descritas no art. 2º da Convenção, bem como para a fixação das penas aplicáveis. O aperfeiçoamento da legislação brasileira referente a crimes relacionados ao terrorismo tem sido objeto de estudos por parte do Grupo Técnico de Contraterrorismo estabelecido pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), do Conselho de Governo. O assunto é também objeto da meta nº 19 da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA-2006), que preconiza "elaboração de projeto de lei que aperfeiçoe a tipificação dos crimes de terrorismo e de financiamento ao terrorismo conforme recomendações e tratados internacionais".

5. O Brasil deverá exercer jurisdição em todos os casos relacionados no art. 9º da Convenção, em face do art. 5º caput, do Código Penal, que consagra o princípio da territorialidade o determinar que se aplica a lei brasileira aos crimes cometidos no território

nacional, e do art. 7º, II, a, do Código, que acolhe o princípio da extraterritorialidade, ao estabelecer que ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

6. O Secretário-Geral das Nações Unidas tem instado os Estados Membros a ratificarem os tratados sobre terrorismo dos quais ainda não façam parte, em conformidade com o disposto na Resolução 1373 (2001), do Conselho de Segurança. O Brasil ratificou todos os demais tratados internacionais sobre o combate ao terrorismo. A ratificação da presente Convenção confirmará perante a comunidade internacional o inequívoco compromisso do Estado, Governo e sociedade brasileiros com a cooperação para o combate ao terrorismo.

7. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, conforme prevê o inciso VIII do artigo 84 da Constituição Federal, submeto à Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com o texto da Convenção.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 66, DE 2009

(nº 27/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil, efetuando-se as correções a seguir especificadas na tradução do texto autêntico em inglês para o português:

I - compatibilize-se com o texto original em inglês a tradução para o português do algoritmo do Anexo 2, incluindo-se os termos, as notas de rodapé e a seta faltantes;

II - substitua-se, na tradução para o português, a expressão de interesse internacional por de importância internacional no título do Anexo 2 e exemplos;

III - substitua-se, na tradução para o português, a expressão *certificado de dispensa de saneamento por certificado de dispensa sanitária* no Anexo 3;

IV - substitua-se, na tradução para o português, a expressão *certificado de controle de sanidade ou certificado de controle e saneamento por certificado de controle sanitário* nos Anexos 3, 4 e 5;

V - substitua-se a expressão *veículo por meio de transporte* nos Anexos 4 e 5;

VI - substitua-se, na tradução para o português, a expressão *sanitária por de saúde* nos Anexos 4, 5 e 9.

Art. 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Regulamento Sanitário Internacional, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS
58ª ASSEMBLÉIA MUNDIAL DE SAÚDE
Item 13.1 da Agenda

Revisão do Regulamento Sanitário Internacional

A Quinquagésima-oitava Assembléia Mundial de Saúde, após considerar o projeto de *revisão do Regulamento Sanitário Internacional*;¹

Observando os artigos 2(k), 21(a) e 22 da Constituição da OMS;

Recordando referências à necessidade de revisar e atualizar o Regulamento Sanitário Internacional, contidas nas resoluções WHA48.7 sobre a revisão e atualização do Regulamento Sanitário Internacional, WHA54.14 sobre a segurança mundial em saúde: alerta e resposta frente a epidemias, WHA55.16 sobre a resposta mundial em saúde diante de ocorrência natural, liberação accidental ou uso deliberado de agentes químicos e biológicos ou de materiais radionucleares que afetem a saúde, WHA56.28 sobre a revisão do Regulamento Sanitário Internacional, e WHA56.29 sobre a síndrome respiratória aguda grave (SARS), com vistas a responder à necessidade de garantir a saúde pública mundial;

Acolhendo a Resolução 58/3 da Assembléia Geral das Nações Unidas, referente ao fortalecimento do desenvolvimento de capacidades no campo da saúde pública mundial, que sublinha a importância do Regulamento Sanitário Internacional e insta a que se dê alta prioridade à sua revisão;

Afirmado a contínua importância do papel da OMS no alerta mundial de surtos e na resposta a eventos de saúde pública, em conformidade com seu mandato;

Acentuando a contínua importância do Regulamento Sanitário Internacional como o instrumento chave mundial de proteção contra a propagação internacional de doenças;

Louvando o sucesso da conclusão das atividades do Grupo de Trabalho Intergovernamental para a Revisão do Regulamento Sanitário Internacional,

1. ADOTA o Regulamento Sanitário Internacional revisado, anexo à presente resolução, doravante denominado "Regulamento Sanitário Internacional (2005)";
2. CONCLAMA os Estados Membros e o Diretor-Geral para que implementem plenamente o Regulamento Sanitário Internacional (2005), em conformidade com o propósito e a abrangência declarados no Artigo 2º e com os princípios enunciados no Artigo 3º;
3. DECIDE, para os fins do parágrafo 1º do Artigo 54 do Regulamento Sanitário Internacional (2005), que os Estados Partes e o Diretor-Geral deverão apresentar seu primeiro relatório a sexagésima-primeira Assembléia Mundial de Saúde, e que a

¹ Veja o documento A58/4.

Assembléia deverá, nessa ocasião, revisar o cronograma para a apresentação desses relatórios e para a primeira revisão do funcionamento do Regulamento, em conformidade com o parágrafo 2º do Artigo 54;

4. **DECIDE AINDA** que, para os fins do parágrafo 1º do Artigo 14 do Regulamento Sanitário Internacional (2005), as outras organizações intergovernamentais ou órgãos internacionais competentes com quem a OMS deve cooperar e coordenar suas atividades, conforme apropriado, incluem as seguintes: Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Agência Internacional de Energia Atômica, Organização Internacional da Aviação Civil, Organização Marítima Internacional, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Associação Internacional do Transporte Aéreo, Federação Internacional de Navegação, e Organização Internacional de Saúde Animal;

5. **INSTA** os Estados Membros a:

(1) desenvolver, fortalecer e manter as capacidades exigidas nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e a mobilizar os recursos necessários para esse fim;

(2) colaborar ativamente entre si e com a OMS, em conformidade com as disposições relevantes do Regulamento Sanitário Internacional (2005), de modo a garantir sua implementação efetiva;

(3) apoiar países em desenvolvimento e países com economias em transição, caso assim o solicitarem, no desenvolvimento, fortalecimento e manutenção das capacidades de saúde pública exigidas nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005);

(4) tomar todas as medidas adequadas para favorecer os propósitos e a eventual implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005), antes de sua entrada em vigor, incluindo o desenvolvimento das capacidades de saúde pública e dos dispositivos legais e administrativos necessários, e, em particular, iniciar o processo para introduzir o uso do instrumento de decisão contido no Anexo 2;

6. **SOLICITA** ao Diretor-Geral que:

(1) notifique prontamente a adoção do Regulamento Sanitário Internacional (2005), em conformidade com o parágrafo 1º do seu Artigo 65;

(2) informe a outras organizações intergovernamentais ou organismos internacionais competentes quanto à adoção do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e, conforme apropriado, coopere para a atualização de suas normas e padrões e coordene com eles as atividades da OMS, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005), com vistas a garantir a aplicação de medidas adequadas para a proteção da saúde pública e o fortalecimento da resposta mundial em saúde pública quanto à propagação internacional de doenças;

- (3) transmita à Organização Internacional de Aviação Civil (OACI) as alterações recomendadas na Parte de saúde da Declaração Geral de Aeronave² e, depois que a OACI tiver completado sua revisão da Declaração Geral de Aeronave, informe a Assembléia de Saúde e substitua o Anexo 9 do Regulamento Sanitário Internacional (2005) pela Parte de saúde da Declaração Geral de Aeronave revisada pela OACI;
- (4) desenvolva e fortaleça as capacidades da OMS para desempenhar integral e efetivamente as funções a ela confiadas nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005), particularmente por meio de operações de saúde estratégicas que apoiem os países na detecção e avaliação e resposta às emergências em saúde pública;
- (5) colabore com os Estados Partes do Regulamento Sanitário Internacional (2005), conforme apropriado, inclusive por meio do fornecimento ou facilitação de cooperação técnica e apoio logístico;
- (6) colabore, na medida do possível, com os Estados Partes na mobilização de recursos financeiros para apoiar países em desenvolvimento na criação, fortalecimento e manutenção das capacidades exigidas nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (2005);
- (7) elabore, em consulta com os Estados Membros, diretrizes para a aplicação de medidas de saúde em passagens de fronteira terrestres, em conformidade com o Artigo 29 do Regulamento Sanitário Internacional (2005);
- (8) estabeleça o Comitê Revisor do Regulamento Sanitário Internacional (2005), em conformidade com o Artigo 50 do Regulamento;
- (9) adote medidas imediatas para a preparação de diretrizes para a implementação e avaliação do instrumento de decisão contido no Regulamento Sanitário Internacional (2005), incluindo a elaboração de um procedimento para revisar seu funcionamento, que serão submetidas à consideração da Assembléia de Saúde, em conformidade com o parágrafo 3º do Artigo 54 do Regulamento;
- (10) adote medidas para estabelecer um Cadastro de Peritos do RSI e para solicitar candidaturas para o mesmo, em conformidade com o Artigo 47 do Regulamento Sanitário Internacional (2005).

A presente é uma cópia fiel autenticada do Regulamento Sanitário Internacional (2005).

(assinado) Gian Luca Burci, Advogado

15 de junho de 2005

(carimbo)

Organização Mundial da Saúde

² Documento A58/41 Ad. 2.

REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL (2005)

PARTE I – DEFINIÇÕES, PROPÓSITO E ABRANGÊNCIA, PRINCÍPIOS E AUTORIDADES RESPONSÁVEIS

Artigo 1 Definições

1. Para os fins do Regulamento Sanitário Internacional (doravante denominado “RSI” ou “Regulamento”):

“aeronave” significa uma aeronave em viagem internacional;

“aeroporto” significa todo aeroporto de origem ou destino de vôos internacionais;

“afetado” significa pessoas, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais ou restos humanos infectados ou contaminados, ou que portem em si fontes de infecção ou contaminação, de modo a constituírem um risco para a saúde pública.

“área afetada” significa uma área geográfica para a qual a OMS recomendou especificamente medidas de saúde, nos termos deste Regulamento;

“autoridade competente” significa uma autoridade responsável pela implementação e aplicação das medidas de saúde nos termos deste Regulamento;

“bagagem” significa os objetos pessoais de um viajante;

“carga” significa mercadorias transportadas num meio de transporte ou num contêiner;

“chegada” de um veículo significa:

(a) no caso de uma embarcação marítima, a chegada ou fundeio na área determinada para esta finalidade em um porto;

(b) no caso de uma aeronave, a chegada a um aeroporto;

(c) no caso de uma embarcação de navegação de interior numa viagem internacional, a chegada a um ponto de entrada;

(d) no caso de um trem ou veículo rodoviário, a chegada a um ponto de entrada;

“contaminação” significa a presença de uma substância ou agente tóxico ou infeccioso na superfície corporal de um ser humano ou de um animal, no interior ou na superfície de um produto preparado para consumo, ou na superfície de outro objeto inanimado, incluindo meios de transporte, que possa constituir risco para a saúde pública;

“contêiner” significa um equipamento para transporte de carga:

(a) de caráter permanente e, por conseguinte, suficientemente resistente para permitir seu emprego repetido;

(b) especialmente projetado para facilitar o transporte de mercadorias por um ou mais meios de transporte, sem necessidade de operações intermediárias de carga e descarga;

(c) com dispositivos que facilitam seu manejo, particularmente durante a transferência de um modo de transporte para outro; e

(d) projetado especialmente para facilitar seu enchimento e esvaziamento;

“dados pessoais” significa quaisquer informações relativas a uma pessoa física identificada ou identificável;

“descontaminação” significa um procedimento pelo qual são tomadas medidas de saúde para eliminar uma substância ou agente tóxico ou infeccioso presente na superfície corporal de um ser humano ou animal, no interior ou na superfície de um produto preparado para consumo, ou na superfície de outro objeto inanimado, incluindo meios de transporte, que possa constituir risco para a saúde pública;

“desinfecção” significa o procedimento pelo qual são tomadas medidas de saúde para controlar ou matar agentes infecciosos na superfície corporal de um ser humano ou animal, no interior ou na superfície de bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais, mediante exposição direta a agentes químicos ou físicos;

“desinsetização” significa o procedimento pelo qual são tomadas medidas de saúde para controlar ou matar insetos que sejam vetores de doenças humanas, presentes em bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais;

“desratização” significa o procedimento pelo qual são tomadas medidas de saúde para controlar ou matar roedores que sejam vetores de doença humana, presentes nas bagagens, carga, contêineres, meios de transporte, instalações, mercadorias e encomendas postais, no ponto de entrada;

“Diretor-Geral” significa o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde;

“doença” significa uma doença ou agravo, independentemente de origem ou fonte, que represente ou possa representar um dano significativo para seres humanos;

“embarcação” significa um barco/embarcação de navegação marítima ou de interior em viagem internacional;

“emergência de saúde pública de importância internacional” significa um evento extraordinário que, nos termos do presente Regulamento, é determinado como:

(i) constituindo um risco para a saúde pública para outros Estados, devido propagação internacional de doença e

(ii) potencialmente exigindo uma resposta internacional coordenada;

“**encomenda postal**” significa um artigo ou pacote com endereço do destinatário, transportado internacionalmente por serviços postais ou por serviços de transporte de encomendas;

“**evento**” significa uma manifestação de doença ou uma ocorrência que apresente potencial para causar doença;

“**evidência científica**” significa informações que fornecem um nível de prova com base em métodos científicos estabelecidos e aceitos;

“**exame médico**” significa a avaliação preliminar de uma pessoa por um profissional de saúde autorizado ou por uma pessoa sob a supervisão direta da autoridade competente, a fim de determinar o estado de saúde da pessoa e seu potencial de risco para a saúde pública para terceiros, podendo incluir o exame minucioso de documentos sanitários, bem como um exame físico quando as circunstâncias do caso assim o justificarem;

“**infecção**” significa a introdução e o desenvolvimento ou multiplicação de um agente infeccioso no interior do organismo de seres humanos ou animais que possa constituir um risco para a saúde pública;

“**inspeção**” significa o exame, pela autoridade competente ou sob sua supervisão, de áreas, bagagens, contêineres, meios de transporte, instalações, mercadorias ou encomendas postais, incluindo dados e documentação relevantes, a fim de determinar se existe risco para a saúde pública;

“**intrusivo**” significa causador de possível desconforto por meio de contato próximo ou questionamento íntimo;

“**invasivo**” significa a perfuração ou incisão na pele ou a inserção de um instrumento ou substância estranha no corpo, ou o exame de uma cavidade corporal. Para os fins do presente Regulamento, são considerados como não invasivos o exame médico de ouvido, nariz e boca, a verificação de temperatura por meio de termômetro auricular, oral ou cutâneo, ou imagem térmica; a inspeção médica; a ausculta; a palpação externa; a retinoscopia; a coleta externa de amostras de saliva, urina ou fezes; a aferição externa da pressão arterial; e a eletrocardiografia;

“**isolamento**” significa a separação de pessoas doentes ou contaminadas ou bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas de outros, de maneira a evitar a propagação de infecção ou contaminação;

“**livre prática**” significa autorização para que uma embarcação possa entrar em um porto, embarcar ou desembarcar, carregar ou descarregar carga ou suprimentos; para que uma aeronave, ao aterrissar, possa embarcar ou desembarcar, carregar ou descarregar carga ou suprimentos; e para que um veículo de transporte terrestre, ao chegar, possa embarcar ou desembarcar, carregar ou descarregar cargas ou suprimentos;

“medida de saúde ” significa os procedimentos aplicados para evitar a propagação de contaminação ou doença; uma medida de saúde não inclui medidas policiais ou de segurança;

“meio de transporte” significa uma aeronave, embarcação, trem, veículo rodoviário, ou outro modo de transporte numa viagem internacional;

“mercadorias” significa produtos tangíveis, incluindo animais e plantas, transportados numa viagem internacional, incluindo aqueles para uso a bordo de um meio de transporte;

“observação de saúde pública” significa o monitoramento do estado de saúde de um viajante ao longo do tempo, a fim de determinar o risco de transmissão de doença;

“operador de meios de transporte” significa uma pessoa física ou jurídica responsável por um meio de transporte, ou seu agente;

“Organização” ou **“OMS”** significa a Organização Mundial da Saúde;

“passagem de fronteira terrestre” significa um ponto de entrada terrestre num Estado Parte, incluindo aqueles utilizados por veículos rodoviários e trens;

“pessoa doente” significa um indivíduo sofrendo ou afetado por um agravo físico que possa constituir um risco para a saúde pública;

“Ponto de Contato da OMS para o RSI” significa a unidade da OMS que estará permanentemente acessível para comunicação com o Ponto Focal Nacional para o RSI;

“Ponto Focal Nacional para o RSI” significa o centro nacional, designado por cada Estado Parte, que estará permanentemente acessível para comunicação com os Pontos de Contato da OMS para o RSI, nos termos deste Regulamento;

“porto” significa um porto marítimo ou em águas interiores, onde chegam e saem embarcações em viagens internacionais;

“ponto de entrada” significa um local para entrada ou saída internacional de viajantes, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais, bem como as agências e áreas que prestam serviços a eles na entrada ou saída do território nacional;

“princípios científicos” significa as leis fundamentais e os fatos naturais aceitos e conhecidos mediante os métodos científicos;

“quarentena” significa a restrição das atividades e/ou o separação de pessoas suspeitas de pessoas que não estão doentes ou de bagagens, contêineres, meios de transporte ou mercadorias suspeitos, de maneira a evitar a possível propagação de infecção ou contaminação;

“recomendação” e **“recomendado”** referem-se a recomendações temporárias ou permanentes emitidas nos termos deste Regulamento;

“recomendação permanente” significa uma orientação de natureza não-vinculante emitida pela OMS consoante o Artigo 16, com referência a riscos para a saúde pública específicos existentes, e relativa às medidas de saúde apropriadas, de aplicação rotineira ou periódica, necessárias para prevenir ou reduzir a propagação internacional de doenças e minimizar a interferência com o tráfego internacional;

“recomendação temporária” significa uma orientação de natureza não-vinculante emitida pela OMS consoante o Artigo 15, para aplicação por tempo limitado, baseada num risco específico, em resposta a uma emergência de saúde pública de importância internacional, visando prevenir ou reduzir a propagação internacional de doenças e minimizar a interferência com o tráfego internacional;

“reservatório” significa um animal, planta ou substância onde um agente infeccioso normalmente vive e cuja presença pode constituir um risco para a saúde pública;

“residência permanente” possui o significado estabelecido na legislação nacional do Estado Parte em questão;

“residência temporária” possui o significado estabelecido na legislação nacional do Estado Parte em questão;

“risco para a saúde pública” significa a probabilidade de um evento que possa afetar adversamente a saúde de populações humanas, com ênfase naqueles que possam se propagar internacionalmente, ou possa apresentar um perigo grave e direto;

“safda” significa, no caso de pessoas, bagagens, carga, meios de transporte ou mercadorias, o ato de deixar um território;

“suspeito” significa pessoas, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais consideradas pelo Estado Parte como tendo sido efetiva ou possivelmente expostas a um risco para a saúde pública e que possam constituir uma possível fonte de propagação de doenças;

“pátio de contêineres” significa um local ou instalação reservado para contêineres utilizados no tráfego internacional;

“tráfego internacional” significa o movimento de pessoas, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais através de uma fronteira internacional, incluindo o comércio internacional;

“tripulação” significa as pessoas a bordo de um meio de transporte que não sejam passageiros;

“veículo rodoviário” significa um veículo de transporte terrestre, com exceção de trens;

“veículo de transporte terrestre” significa um veículo automotor para o transporte terrestre numa viagem internacional, incluindo trens, ônibus, caminhões e automóveis;

"verificação" significa o fornecimento de informações por parte de um Estado Parte à OMS, confirmando a situação de um evento no território ou territórios daquele Estado Parte;

"vetor" significa um inseto ou outro animal que normalmente é portador de um agente infeccioso que constitui um risco para a saúde pública;

"viagem internacional" significa:

(a) no caso de um meio de transporte, uma viagem entre pontos de entrada nos territórios de mais de um Estado, ou uma viagem entre pontos de entrada no território ou territórios do mesmo Estado, caso nesse trajeto o veículo entre em contato com o território de qualquer outro Estado, porém apenas em relação a esses contatos;

(b) no caso de um viajante, uma viagem envolvendo a entrada no território de um Estado distinto daquele Estado em que o viajante iniciou a viagem;

"viajante" significa uma pessoa física que realiza uma viagem internacional;

"vigilância" significa a coleta, compilação e a análise contínua e sistemática de dados, para fins de saúde pública, e a disseminação oportuna de informações de saúde pública, para fins de avaliação e resposta em saúde pública, conforme necessário.

2. Salvo especificação em contrário ou quando assim determinado pelo contexto, a menção a este Regulamento inclui os seus anexos.

Artigo 2 Propósito e abrangência

O propósito e a abrangência do presente Regulamento são prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública contra a propagação internacional de doenças, de maneiras proporcionais e restritas aos riscos para a saúde pública, e que evitem interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio internacionais.

Artigo 3 Princípios

1. A implementação deste Regulamento será feita com pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas.

2. A implementação deste Regulamento obedecerá à Carta das Nações Unidas e a Constituição da Organização Mundial da Saúde.

3. A implementação deste Regulamento obedecerá a meta de sua aplicação universal, para a proteção de todos os povos do mundo contra a propagação internacional de doenças.

4. Os Estados possuem, segundo a Carta das Nações Unidas e os princípios de direito internacional, o direito soberano de legislar e implementar a legislação a fim de cumprir suas próprias políticas de saúde. No exercício desse direito, deverão observar o propósito do presente Regulamento.

Artigo 4 Autoridades responsáveis

1. Cada Estado Parte deverá designar ou estabelecer um Ponto Focal Nacional para o RSI e as autoridades responsáveis, em suas respectivas áreas de jurisdição, pela implementação de medidas de saúde, em conformidade com este Regulamento.

2. Os Pontos Focais Nacionais para o RSI deverão estar permanentemente acessíveis para comunicação com os Pontos de Contato da OMS para o RSI, a que faz referência o parágrafo 3º deste Artigo. As funções dos Pontos Focais Nacionais do RSI incluem:

(a) enviar aos Pontos de Contato da OMS para o RSI, em nome do Estado Parte em questão, comunicações urgentes relativas à implementação deste Regulamento, em especial referentes aos artigos de 6 a 12; e

(b) disseminar informações aos setores administrativos relevantes do Estado Parte, assim como consolidar as informações deles oriundas, incluindo os setores responsáveis pela vigilância e notificação, pontos de entrada, serviços de saúde pública, clínicas e hospitais e outras repartições públicas.

3. A OMS designará Pontos de Contato para o RSI, os quais estarão acessíveis permanentemente para comunicações com os Pontos Focais Nacionais para o RSI. Os Pontos de Contato da OMS para o RSI deverão enviar comunicações urgentes referentes à implementação deste Regulamento, em particular ao previsto nos artigos de 6 a 12, aos Pontos Focais Nacionais para o RSI dos Estados Partes em questão. Os Pontos de Contato da OMS para o RSI podem ser designados pela OMS em sua sede ou no nível regional da Organização.

4. Os Estados Partes deverão fornecer à OMS informações detalhadas de contato com seu respectivo Ponto Focal Nacional para o RSI, da mesma forma como a OMS fornecerá instruções detalhadas de contato com os Pontos de Contato da OMS para o RSI. Essas instruções detalhadas de contato deverão ser atualizadas permanentemente, e confirmadas anualmente. A OMS colocará à disposição de todos os Estados Partes os detalhes de contato dos Pontos Focais Nacionais para o RSI que receber, consoante os termos deste Artigo.

PARTE II – INFORMAÇÃO E RESPOSTA EM SAÚDE PÚBLICA

Artigo 5 Vigilância

1. Cada Estado Parte deverá desenvolver, fortalecer e manter, o mais breve

possível, no mais tardar dentro de cinco anos a contar da entrada em vigor deste Regulamento para este Estado Parte, as capacidades para detectar, avaliar, notificar e informar eventos de acordo com este Regulamento, conforme especificado no Anexo 1.

2. Após a avaliação mencionada na parte A, parágrafo 2º do Anexo 1, um Estado Parte poderá notificar à OMS, fundamentado numa necessidade justificada e num plano de implementação, e, assim fazendo, obter uma extensão de dois anos para o cumprimento das obrigações constantes do parágrafo 1º deste Artigo. Em circunstâncias excepcionais, e fundamentado num novo plano de implementação, o Estado Parte poderá solicitar uma nova extensão, de no máximo até dois anos, ao Diretor-Geral, que tomará a decisão levando em consideração o parecer técnico do Comitê estabelecido nos termos do Artigo 50 (doravante denominado "Comitê de Revisão"). Após o período mencionado no parágrafo 1º deste Artigo, o Estado Parte que obtiver uma extensão deverá apresentar relatório anual à OMS acerca do progresso alcançado com vistas a sua implementação plena.

3. A OMS fornecerá assistência aos Estados Partes, se assim solicitada, para o desenvolvimento, fortalecimento e manutenção das capacidades referidas no parágrafo 1º deste Artigo.

4. A OMS coletará informações relativas a eventos através de suas atividades de vigilância e avaliará o seu potencial para causar a propagação internacional de doenças e possível interferência com o tráfego internacional. As informações recebidas pela OMS nos termos deste parágrafo serão manuseadas em conformidade com os artigos 11 e 45, quando apropriado.

Artigo 6 Notificação

1. Cada Estado Parte avaliará os eventos que ocorrerem dentro de seu território, utilizando o instrumento de decisão do Anexo 2. Cada Estado Parte notificará a OMS, pelos mais eficientes meios de comunicação disponíveis, por meio do Ponto Focal Nacional para o RSI, e dentro de 24 horas a contar da avaliação de informações de saúde pública, sobre todos os eventos em seu território que possam se constituir numa emergência de saúde pública de importância internacional, segundo o instrumento de decisão, bem como de qualquer medida de saúde implementada em resposta a tal evento. Se a notificação recebida pela OMS envolver a competência da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a OMS notificará imediatamente essa Agência.

2. Após uma notificação, o Estado Parte continuará a comunicar à OMS as informações de saúde pública de que dispõe sobre o evento notificado, de maneira oportuna, precisa e em nível suficiente de detalhamento, incluindo, sempre que possível, definições de caso, resultados laboratoriais, fonte e tipo de risco, número de casos e de óbitos, condições que afetam a propagação da doença; e as medidas de saúde empregadas, informando, quando necessário, as dificuldades confrontadas e o apoio necessário para responder à possível emergência de saúde pública de importância internacional.

Artigo 7 Compartilhamento de informações durante eventos sanitários inesperados ou incomuns

Caso um Estado Parte tiver evidências de um evento de saúde pública inesperado ou incomum dentro de seu território, independentemente de sua origem ou fonte, que possa constituir uma emergência de saúde pública de importância internacional, ele fornecerá todas as informações de saúde pública relevantes à OMS. Nesse caso, aplicam-se na íntegra as disposições do Artigo 6º.

Artigo 8 Consultas

No caso de eventos ocorrendo em seu território que não exijam notificação, conforme estabelecido pelo Artigo 6º, especialmente eventos sobre os quais as informações disponíveis são insuficientes para completar o instrumento de decisão, ainda assim um Estado Parte poderá manter a OMS informada a respeito do evento, por meio do Ponto Focal Nacional para o RSI, e consultar a OMS acerca de medidas de saúde apropriadas. Essas comunicações serão tratadas em conformidade com os parágrafos 2º a 4º do Artigo 11. O Estado Parte em cujo território ocorreu o evento poderá solicitar à OMS assistência para avaliar quaisquer evidências epidemiológicas obtidas por esse Estado Parte.

Artigo 9 Outros informes

1. A OMS poderá levar em conta informes de outras fontes, além das notificações ou consultas, e avaliará tais informes de acordo com princípios epidemiológicos estabelecidos, transmitindo a seguir informações acerca do evento ao Estado Parte em cujo território supostamente está ocorrendo o evento. Antes de tomar qualquer medida com base nesses informes, a OMS realizará consultas no intuito de obter verificação junto ao Estado Parte em cujo território supostamente está ocorrendo o evento, em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 10. Para tanto, a OMS disponibilizará as informações recebidas aos Estados Partes, e somente em caso que esteja devidamente justificado poderá a OMS manter a confidencialidade da fonte. Essas informações serão utilizadas em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 11.

2. Na medida do possível, os Estados Partes informarão à OMS, dentro de um período de até 24 horas a contar do recebimento de evidências, qualquer risco para a saúde pública identificado fora de seu território que possa causar a propagação internacional de doenças, manifestado pela importação ou exportação de:

- (a) casos humanos,
- (b) vetores portadores de infecção ou contaminação, ou
- (c) mercadorias contaminadas.

Artigo 7 Compartilhamento de informações durante eventos sanitários inesperados ou incomuns

Caso um Estado Parte tiver evidências de um evento de saúde pública inesperado ou incomum dentro de seu território, independentemente de sua origem ou fonte, que possa constituir uma emergência de saúde pública de importância internacional, ele fornecerá todas as informações de saúde pública relevantes à OMS. Nesse caso, aplicam-se na íntegra as disposições do Artigo 6º.

Artigo 8 Consultas

No caso de eventos ocorrendo em seu território que não exijam notificação, conforme estabelecido pelo Artigo 6º, especialmente eventos sobre os quais as informações disponíveis são insuficientes para completar o instrumento de decisão, ainda assim um Estado Parte poderá manter a OMS informada a respeito do evento, por meio do Ponto Focal Nacional para o RSI, e consultar a OMS acerca de medidas de saúde apropriadas. Essas comunicações serão tratadas em conformidade com os parágrafos 2º a 4º do Artigo 11. O Estado Parte em cujo território ocorreu o evento poderá solicitar à OMS assistência para avaliar quaisquer evidências epidemiológicas obtidas por esse Estado Parte.

Artigo 9 Outros informes

1. A OMS poderá levar em conta informes de outras fontes, além das notificações ou consultas, e avaliará tais informes de acordo com princípios epidemiológicos estabelecidos, transmitindo a seguir informações acerca do evento ao Estado Parte em cujo território supostamente está ocorrendo o evento. Antes de tomar qualquer medida com base nesses informes, a OMS realizará consultas no intuito de obter verificação junto ao Estado Parte em cujo território supostamente está ocorrendo o evento, em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 10. Para tanto, a OMS disponibilizará as informações recebidas aos Estados Partes, e somente em caso que esteja devidamente justificado poderá a OMS manter a confidencialidade da fonte. Essas informações serão utilizadas em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 11.

2. Na medida do possível, os Estados Partes informarão à OMS, dentro de um período de até 24 horas a contar do recebimento de evidências, qualquer risco para a saúde pública identificado fora de seu território que possa causar a propagação internacional de doenças, manifestado pela importação ou exportação de:

- (a) casos humanos,
- (b) vetores portadores de infecção ou contaminação, ou
- (c) mercadorias contaminadas.

Artigo 10 Verificação

1. Em conformidade com o Artigo 9º, a OMS solicitará a verificação, por um Estado Parte, de relatos recebidos de outras fontes, além de notificações ou consultas, quanto a eventos que possam constituir uma emergência de saúde pública de importância internacional que supostamente estejam ocorrendo no território desse Estado. Nesses casos, a OMS informará o Estado Parte em questão acerca dos relatos que procura verificar.

2. Consoante os termos do parágrafo anterior e do Artigo 9º, todo Estado Parte, quando assim solicitado pela OMS, verificará e fornecerá:

(a) num prazo de 24 horas, uma resposta inicial à solicitação da OMS, ou acusação de seu recebimento;

(b) num prazo de 24 horas, as informações de saúde pública disponíveis sobre a situação dos eventos mencionados na solicitação da OMS; e

(c) informações à OMS no contexto de uma avaliação realizada nos termos do Artigo 6º, incluindo informações relevantes, conforme descrito naquele Artigo.

3. Ao receber informações sobre um evento que possa constituir uma emergência de saúde pública de importância internacional, a OMS oferecerá sua colaboração ao Estado Parte em questão para avaliar o potencial de propagação internacional de doenças, possível interferência com o tráfego internacional, e adequação das medidas de controle. Tais atividades podem incluir a colaboração com outras organizações normativas, bem como a oferta de mobilização de assistência internacional, com o propósito de apoiar as autoridades nacionais na condução e coordenação de avaliações nos locais afetados. Quando solicitado pelo Estado Parte, a OMS fornecerá informações referentes a tal oferta.

4. Se o Estado Parte não aceitar a oferta de colaboração, a OMS poderá, quando assim justificada pela magnitude do risco sanitário, compartilhar as informações de que dispõe com outros Estados Partes, ao mesmo tempo em que incentiva o Estado Parte a aceitar a oferta de colaboração da OMS, levando em consideração a posição do Estado Parte em questão.

Artigo 11 Fornecimento de informações pela OMS

1. Sujeito aos termos do parágrafo 2º deste Artigo, a OMS enviará a todos os Estados Partes e, quando apropriado, a organizações intergovernamentais relevantes, assim que possível e pelos mais eficientes meios disponíveis, confidencialmente, as informações de saúde pública que tiver recebido em conformidade com os Artigos 5 a 10, inclusive, e que sejam necessárias para permitir que os Estados Partes respondam a um risco sanitário. A OMS fornecerá a outros Estados Partes ~~informações que possam auxiliá-los a evitar a ocorrência de incidentes similares.~~

2. A OMS utilizará informações recebidas em conformidade com os Artigos 6 e

8 e com o parágrafo 2º do Artigo 9 para os fins de verificação, avaliação e assistência, nos termos do presente Regulamento e, exceto quando acordado de outra forma com os Estados Partes referidos nessas disposições, não tomará essa informação amplamente disponível a outros Estados Partes, até o momento em que:

(a) ficar determinado que o evento constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional, em conformidade com o Artigo 12; ou

(b) informações evidenciando a propagação internacional da infecção ou contaminação forem confirmadas pela OMS, segundo princípios epidemiológicos estabelecidos; ou

(c) houver evidências de que:

(i) as medidas de controle contra a propagação internacional provavelmente não terão sucesso, devido à natureza da contaminação, agente patológico, vetor ou reservatório; ou

(ii) o Estado Parte não possui capacidade operacional suficiente para realizar as medidas necessárias para prevenir maior disseminação da doença; ou

(d) a natureza e abrangência do movimento internacional de viajantes, bagagens, carga, contêineres, meios de transporte, mercadorias, ou encomendas postais que possam ser afetados pela infecção ou contaminação exigem a aplicação imediata de medidas internacionais de controle.

3. A OMS consultará o Estado Parte em cujo território está ocorrendo o evento sobre sua intenção de disponibilizar as informações, nos termos deste Artigo.

4. Quando as informações recebidas pela OMS em conformidade com o parágrafo 2 deste Artigo forem disponibilizadas aos Estados Partes, nos termos deste Regulamento, a OMS também poderá disponibilizá-las à população em geral, caso outras informações sobre o mesmo evento já tiverem sido divulgadas e houver necessidade de disseminar informações independentes e atualizadas.

Artigo 12 Determinação de uma emergência de saúde pública de importância internacional

1. O Diretor-Geral determinará, com base nas informações recebidas, em especial as enviadas pelo Estado Parte em cujo território está ocorrendo o evento, se o evento constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional, em conformidade com os critérios e os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

2. Caso considerar que está ocorrendo uma emergência de saúde pública de importância internacional, com base numa avaliação realizada nos termos do presente Regulamento, o Diretor-Geral consultará o Estado Parte em cujo território surgiu o evento acerca dessa determinação preliminar. Caso o Diretor-Geral e o Estado Parte estiverem de acordo quanto a tal determinação, o Diretor-Geral

solicitará, em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 49, um parecer do Comitê estabelecido nos termos do Artigo 48 (doravante denominado "Comitê de Emergências") acerca de recomendações temporárias apropriadas.

3. Se, após a consulta de que trata o parágrafo 2º acima, o Diretor-Geral e o Estado Parte em cujo território surgiu o evento não chegarem a um consenso, num prazo de até 48 horas, sobre se o evento constitui ou não uma emergência de saúde pública de importância internacional, a determinação será realizada em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 49.

4. Ao determinar se um evento constitui ou não uma emergência de saúde pública de importância internacional, o Diretor-Geral considerará:

- (a) as informações fornecidas pelo Estado Parte;
- (b) o instrumento de decisão apresentado no Anexo 2;
- (c) o parecer do Comitê de Emergências;
- (d) os princípios científicos, bem como as evidências científicas e outras informações relevantes disponíveis; e
- (e) uma avaliação do risco para a saúde humana, do risco de propagação internacional da doença e do risco de interferência com o tráfego internacional.

5. Caso o Diretor-Geral, após consultas com o Estado Parte em cujo território ocorreu a emergência de saúde pública de importância internacional, considerar terminada a emergência de saúde pública de importância internacional, o Diretor-Geral tomará uma decisão, em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 49.

Artigo 13 Resposta de saúde pública

1. Cada Estado Parte desenvolverá, fortalecerá e manterá, o mais rapidamente possível e no máximo num prazo de cinco anos a contar da entrada em vigor do presente Regulamento em seu território, as capacidades para responder pronta e eficazmente a riscos para a saúde pública e a emergências em saúde pública de importância internacional, conforme estabelecido no Anexo 1. Em consulta com os Estados Membros, a OMS publicará diretrizes para apoiar os Estados Partes no desenvolvimento de capacidades de resposta de saúde pública.

2. Após a avaliação mencionada no Anexo 1, parte A, parágrafo 2º, um Estado Parte poderá enviar um informe à OMS, fundamentado numa necessidade justificada e num plano de implementação, e assim obter uma extensão de dois anos para o cumprimento das obrigações constantes do parágrafo 1º deste Artigo. Em circunstâncias excepcionais, e fundamentado num novo plano de implementação, o Estado Parte poderá solicitar uma nova extensão, de no máximo até dois anos, ao Diretor-Geral, que tomará a decisão levando em consideração o parecer técnico do

Comitê de Revisão. Após o período mencionado no parágrafo 1º deste Artigo, o Estado Parte que obtiver uma extensão deverá apresentar um relatório anual à OMS acerca do progresso alcançado na implementação plena.

3. Mediante solicitação de um Estado Parte, a OMS colaborará na resposta a riscos para a saúde pública e a outros eventos, fornecendo orientações e assistência técnicas e avaliando a eficácia das medidas de controle implementadas, incluindo a mobilização de equipes internacionais de peritos para assistência no local, quando necessário.

4. Se a OMS, em consulta com os Estados Partes interessados, conforme estipulado no Artigo 12, determinar que esteja ocorrendo uma emergência de saúde pública de importância internacional, poderá oferecer, além do apoio indicado no parágrafo 3º deste Artigo, assistência adicional ao Estado Parte, incluindo uma avaliação da gravidade do risco internacional e da adequação das medidas de controle. Tal colaboração poderá incluir a oferta de mobilizar assistência internacional, a fim de apoiar as autoridades nacionais na condução e coordenação das avaliações locais. Quando solicitado pelo Estado Parte, a OMS fornecerá informações referentes a tal oferta.

5. Quando solicitado pela OMS, os Estados Partes fornecerão, na medida do possível, apoio às atividades de resposta coordenadas pela OMS.

6. Quando solicitado, a OMS fornecerá orientação e assistência apropriadas a outros Estados Partes afetados ou ameaçados pela emergência de saúde pública de importância internacional.

Artigo 14 Cooperação da OMS com organizações intergovernamentais e organismos internacionais

1. Na implementação do presente Regulamento, a OMS cooperará e coordenará suas atividades, conforme apropriado, com outras organizações intergovernamentais ou organismos internacionais competentes, incluindo por meio da celebração de acordos e outros arranjos similares.

2. Quando a notificação ou verificação de um evento, ou a resposta ao mesmo, for primariamente da competência de outras organizações intergovernamentais ou organismos internacionais, a OMS coordenará suas atividades com tais organizações ou organismos, a fim de garantir a aplicação de medidas adequadas para a proteção da saúde pública.

3. Não obstante os termos acima, nada no presente Regulamento impedirá ou limitará o fornecimento de orientação, apoio, ou assistência técnica ou de outra natureza por parte da OMS, para fins de saúde pública.

PARTE III – RECOMENDAÇÕES

Artigo 15 Recomendações temporárias

1. Caso se determinar, em conformidade com o Artigo 12, a ocorrência de uma emergência de saúde pública de importância internacional, o Diretor-Geral publicará recomendações temporárias, segundo o procedimento estabelecido no Artigo 49. Tais recomendações temporárias poderão ser modificadas ou prorrogadas, segundo as circunstâncias, mesmo depois de ter sido determinado o término da emergência de saúde pública de importância internacional, ocasião em que outras recomendações temporárias poderão ser emitidas, conforme as necessidades, a fim de evitar ou detectar prontamente sua recorrência.

2. As recomendações temporárias poderão incluir medidas de saúde que deverão ser implementadas pelo Estado Parte vivenciando a emergência em saúde pública de importância internacional, ou por outros Estados Partes, em relação a pessoas, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e/ou encomendas postais, a fim de evitar ou reduzir a propagação internacional de doenças e evitar interferências desnecessárias com o tráfego internacional.

3. As recomendações temporárias podem ser rescindidas a qualquer momento, de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 49, e expirarão automaticamente três meses após sua publicação. Podem ser modificadas ou prorrogadas por períodos adicionais de até três meses. As recomendações temporárias não podem estender-se além da segunda Assembléia Mundial de Saúde subsequente à determinação da emergência em saúde pública de importância internacional à qual se referem.

Artigo 16 Recomendações permanentes

A OMS poderá fazer recomendações permanentes acerca de medidas de saúde apropriadas, em conformidade com o Artigo 53, para aplicação periódica ou de rotina. Tais medidas podem ser aplicadas pelos Estados Partes em relação a pessoas, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e/ou encomendas postais, em relação a riscos sanitários específicos existentes, a fim de evitar ou reduzir a propagação internacional de doenças e evitar interferências desnecessárias com o tráfego internacional. A OMS poderá, em conformidade com o Artigo 53, modificar ou suspender essas recomendações, conforme apropriado.

Artigo 17 Critérios para as recomendações

Ao emitir, modificar ou rescindir recomendações temporárias ou permanentes, o Diretor-Geral deverá considerar:

(a) a opinião dos Estados Partes diretamente envolvidos;

(b) o parecer do Comitê de Emergências ou do Comitê de Revisão, conforme o caso;

- (c) os princípios científicos, assim como as evidências e informações científicas disponíveis;
- (d) medidas de saúde que, com base numa avaliação de risco apropriada às circunstâncias, não sejam mais restritivas ao tráfego e comércio internacionais, nem mais intrusivas para as pessoas do que alternativas razoavelmente disponíveis que poderiam alcançar um nível adequado de proteção a saúde;
- (e) normas e instrumentos internacionais relevantes;
- (f) atividades realizadas por outras organizações intergovernamentais e organismos internacionais relevantes; e
- (g) outras informações específicas e apropriadas relevantes ao evento.

Em relação às recomendações temporárias, a consideração do Diretor-Geral quanto aos subparágrafos (e) e (f) deste Artigo poderá estar sujeita a limitações impostas pela natureza urgente das circunstâncias.

Artigo 18 Recomendações relativas a pessoas, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais

1. Nas recomendações que formule aos Estados Partes em relação a pessoas, a OMS poderá incluir as seguintes orientações:

- nenhuma recomendação de medida de saúde específica;
- examinar o histórico de viagens em áreas afetadas;
- examinar os comprovantes de exames médicos e de quaisquer análises laboratoriais;
- exigir exames médicos;
- examinar os comprovantes de vacinação e de outras medidas profiláticas;
- exigir vacinação ou outras medidas profiláticas;
- colocar pessoas suspeitas sob observação de saúde pública;
- implementar quarentena ou outras medidas de saúde pública para pessoas suspeitas;
- implementar isolamento e tratamento de pessoas afetadas, quando necessário;
- implementar busca de contatos de pessoas afetadas ou suspeitas;

- recusar a entrada de pessoas afetadas ou suspeitas no país;
 - recusar a entrada de pessoas não afetadas em áreas afetadas; e
 - implementar triagem e/ou restrições de saída para pessoas vindas de áreas afetadas.
2. Nas recomendações que formule aos Estados Partes referentes a bagagem, carga, contêineres, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais, a OMS poderá incluir as seguintes orientações:
- nenhuma recomendação de medida de saúde específica;
 - examinar manifesto e itinerário;
 - implementar inspeções;
 - examinar os certificados das medidas de desinfecção ou de descontaminação adotadas no momento da partida ou durante a viagem;
 - implementar tratamento de bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais ou restos humanos, a fim de remover infecção ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios;
 - utilizar medidas de saúde específicas para assegurar o manuseio e o transporte seguros de resíduos humanos;
 - implementar regimes de isolamento ou quarentena;
 - apreender e destruir bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais suspeitos ou contaminados ou infectados, sob condições controladas, quando não houver outro tratamento ou processo disponível comprovadamente eficaz; e
 - recusar a saída ou entrada.

PARTE IV – PONTOS DE ENTRADA

Artigo 19 Obrigações Gerais

Além das demais obrigações previstas no presente Regulamento, os Estados Partes deverão:

- (a) garantir que as capacidades indicadas no Anexo 1 para os pontos de entrada designados, estejam implantadas nos prazos indicados no parágrafo 1º do Artigo 5 e no parágrafo 1º do Artigo 13;

(b) identificar as autoridades competentes em cada ponto de entrada designado em seu território; e

(c) fornecer à OMS, na medida do possível, quando solicitado em resposta a um possível risco à saúde pública específico, dados relevantes referentes a fontes de infecção ou contaminação, inclusive vetores e reservatórios, em seus pontos de entrada, que possam resultar na propagação internacional de doenças.

Artigo 20 Portos e aeroportos

1. Os Estados Partes designarão os portos e aeroportos que serão dotados das capacidades indicadas no Anexo 1.

2. Os Estados Partes garantirão que os Certificados de Dispensa de Controle Sanitário da Embarcação ("Ship Sanitation Control Exemption Certificates") e os Certificados de Controle Sanitário da Embarcação ("Ship Sanitation Control Certificates") sejam emitidos em conformidade com as exigências do Artigo 39 e o modelo apresentado no Anexo 3.

3. Cada Estado Parte enviará à OMS uma lista dos portos autorizados a:

(a) emitir Certificados de Controle Sanitário da Embarcação e prestar os serviços referidos nos Anexos 1 e 3; ou

(b) apenas emitir Certificados de Dispensa de Controle Sanitário da Embarcação; e

(c) prorrogar por um mês o período de validade do Certificado de Dispensa de Controle Sanitário da embarcação, até a chegada da embarcação a um porto onde possa receber o certificado.

Cada Estado Parte informará à OMS quaisquer mudanças quanto à situação dos portos listados. A OMS publicará as informações recebidas nos termos deste parágrafo.

4. A OMS poderá certificar, a pedido do Estado Parte interessado, após investigação apropriada, que um porto ou aeroporto em seu território satisfaz os requisitos estipulados nos parágrafos 1º e 3º deste Artigo. Essa certificação poderá ser submetida a revisão periódica pela OMS, em consulta com o Estado Parte.

5. A OMS, em colaboração com organizações intergovernamentais e organismos internacionais competentes, desenvolverá e publicará as diretrizes para a certificação de portos e aeroportos, nos termos deste Artigo. A OMS publicará, ademais, uma lista dos aeroportos e portos certificados.

Artigo 21 Passagens de Fronteiras Terrestres

1. Onde estiver justificado por razões de saúde pública, um Estado Parte poderá designar passagens de fronteiras terrestres para desenvolver as capacidades previstas no Anexo 1, levando em consideração:

(a) o volume e a frequência dos vários tipos de tráfego internacional, em comparação com outros pontos de entrada, naquelas passagens de fronteiras terrestres do Estado Parte passíveis de designação; e

(b) os riscos à saúde pública existentes nas áreas de origem do tráfego internacional, ou nas áreas de passagem, antes de sua chegada a uma determinada fronteira seca.

2. Estados Partes que têm fronteiras comuns deveriam considerar:

(a) a celebração de acordos ou arranjos bilaterais ou multilaterais relativos à prevenção ou ao controle da transmissão internacional de doenças nas passagens de fronteiras terrestres, em conformidade com o Artigo 57; e

(b) a designação conjunta de passagens de fronteiras terrestres adjacentes para as capacidades de que trata o Anexo 1, em conformidade com o parágrafo 1º deste Artigo.

Artigo 22 Função das autoridades competentes

1. As autoridades competentes deverão:

(a) ser responsáveis pelo monitoramento de bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais e resíduos humanos que entrem e saiam de áreas afetadas, de maneira a que sejam mantidos livres de fontes de infecção ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios;

(b) garantir, na medida do possível, que as instalações utilizadas pelos viajantes nos pontos de entrada sejam mantidos em boas condições sanitárias e livres de fontes de infecção ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios;

(c) ser responsáveis pela supervisão de todo procedimento de desratização, desinfecção, desinsetização ou descontaminação de bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais e resíduos humanos ou medidas de saúde pública para pessoas, conforme apropriado nos termos do presente Regulamento;

(d) informar aos operadores de meios de transporte, com a maior antecedência possível, acerca de sua intenção de aplicar medidas de controle a um veículo, e deverão fornecer, quando disponíveis, informações por escrito acerca dos métodos a serem empregados;

(e) ser responsáveis pela supervisão da remoção e destinação segura de qualquer tipo de água ou alimento contaminado, dejetos humanos ou animais, águas servidas e qualquer outra substância contaminada proveniente de um veículo;

(f) tomar todas as medidas exequíveis compatíveis com o presente Regulamento a fim de monitorar e controlar a descarga, pelas embarcações, de esgoto, lixo, água de lastro e outras substâncias que possam causar doenças e contaminar as águas de portos, rios, canais, estreitos, lagos ou outras águas internacionais;

(g) ser responsáveis pela supervisão dos prestadores de serviços que trabalhem com viajantes, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais e resíduos humanos nos pontos de entrada, incluindo a realização de inspeções e exames médicos, conforme necessário;

(h) terão arranjos efetivos para possíveis eventualidades de lidar com um evento de saúde pública inesperado; e

(i) notificarão ao Ponto Focal Nacional para o RSI quaisquer medidas de saúde pública relevantes tomadas em conformidade com o presente Regulamento.

2. As medidas de saúde recomendadas pela OMS para viajantes, bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais e restos humanos provenientes de uma área afetada podem ser reaplicadas na chegada, caso existam indicações verificáveis e/ou evidências de que as medidas aplicadas por ocasião da partida da área afetada não foram bem sucedidas.

3. A desinsetização, desratização, desinfecção, descontaminação e outros procedimentos sanitários serão realizados de modo a evitar danos e, na medida do possível, incômodos a pessoas, ou danos ao meio ambiente com impacto sobre a saúde pública, ou danos a bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e encomendas postais.

PARTE V – MEDIDAS DE SAÚDE PÚBLICA

Capítulo I – Disposições gerais

Artigo 23 Medidas de saúde na chegada e na saída

1. Sujeito aos acordos internacionais aplicáveis e aos artigos relevantes deste Regulamento, os Estados Partes podem exigir, para fins de saúde pública, na chegada ou na partida:

(a) de viajantes:

(i) informações relativas ao seu destino, de maneira a permitir contatos futuros;

(ii) informações relativas ao seu itinerário, para verificar se esteve numa área afetada ou em suas proximidades, ou outros possíveis contatos com infecção ou contaminação antes da chegada, assim como um exame dos documentos de saúde do viajante, se forem exigidos nos termos do presente Regulamento; e/ou

(iii) um exame médico não invasivo, que seja o exame menos intrusivo que possa atingir o objetivo de saúde pública;

(b) inspeção de bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais e restos humanos.

2. Com base em evidências de risco para a saúde pública, obtidas por meio das medidas previstas no parágrafo 1º deste Artigo, ou mediante outros meios, os Estados Partes poderão aplicar medidas adicionais de saúde, em conformidade com o presente Regulamento, e especialmente, em relação a viajantes suspeitos ou afetados, caso a caso, o exame médico menos intrusivo e invasivo que permita alcançar o objetivo de saúde pública de prevenção da propagação internacional de doenças.

3. Nenhum exame médico, vacinação, medida profilática ou medida de saúde de que trata este Regulamento será realizado no viajante sem seu prévio consentimento expresso e informado, ou de seus pais ou tutores legais, exceto nos termos do parágrafo 2º do Artigo 31, e em conformidade com a legislação nacional e as obrigações internacionais do Estado Parte.

4. Os viajantes que serão vacinados ou aos quais se oferecerão medidas profiláticas consoante o presente Regulamento, ou seus pais ou tutores legais, serão informados quanto a qualquer risco associado com a vacinação ou a não vacinação, e com o uso ou não uso da medida profilática, em conformidade com a legislação e as obrigações internacionais do Estado Parte. Os Estados Partes informarão os médicos acerca dessas exigências, em conformidade com a legislação do Estado Parte.

5. Qualquer exame, procedimento médico, vacinação, ou aplicação de outra medida profilática que envolva um risco de transmissão de doença só será realizado ou administrado ao viajante em conformidade com as diretrizes e normas de segurança nacionais e internacionais estabelecidas, de maneira a minimizar esse risco.

Capítulo II – Disposições especiais para meios de transporte e operadores de meios de transporte

Artigo 24 Operadores de meios de transporte

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas possíveis consistentes com o presente Regulamento para se assegurar de que os operadores de meios de transporte:

- (a) respeitam as medidas de saúde da OMS e adotadas pelo Estado Parte;
- (b) informam aos viajantes as medidas de saúde recomendadas pela OMS e adotadas pelo Estado Parte para aplicação a bordo do veículo; e
- (c) mantêm os meios de transporte pelos quais são responsáveis sempre livres de fontes de infecção ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios. A aplicação de medidas de controle de fontes de infecção ou contaminação poderá ser exigida se forem encontradas evidências.

2. O Anexo 4 fornece uma relação das disposições específicas relativas a meios de transporte e operadores de meios de transporte de que trata este Artigo. As medidas específicas aplicáveis a meios de transporte e operadores de meios de transporte em relação a doenças veiculadas por vetores são apresentadas no Anexo 5.

Artigo 25 Embarcações e aeronaves em trânsito

Sujeito aos artigos 27 e 43 ou exceto quando autorizado por acordos internacionais aplicáveis, o Estado Parte não aplicará qualquer medida de saúde a:

- (a) uma embarcação não proveniente de áreas afetadas que passe por um canal marítimo ou uma via fluvial no território daquele Estado Parte, a caminho de um porto no território de outro Estado. Qualquer embarcação nessas condições deverá ter autorização para carregar combustível, água, alimentos e suprimentos sob a supervisão da autoridade competente;
- (b) uma embarcação que passe por águas sob sua jurisdição sem ter feito escala num porto ou fundeado na costa; e
- (c) uma aeronave em trânsito num aeroporto sob sua jurisdição; porém, a aeronave pode ser restrita a uma determinada área do aeroporto, sem poder embarcar ou desembarcar, carregar ou descarregar. Entretanto, quaisquer aeronaves nestas condições deverão ter autorização para carregar combustível, água, alimentos e suprimentos, sob a supervisão da autoridade competente.

Artigo 26 Caminhões, trens e ônibus civis em trânsito

Sujeito aos artigos 27 e 43, ou exceto quando autorizado por acordos internacionais aplicáveis, o Estado Parte não aplicará qualquer medida de saúde a caminhões, trens ou ônibus civis não provenientes de uma área afetada e que passem através do território do Estado Parte sem embarcar, desembarcar, carregar ou descarregar.

Artigo 27 Meios de transporte afetados

1. Quando forem encontrados sinais ou sintomas clínicos e houver informações

baseadas em fatos ou evidências de risco para a saúde pública, incluindo fontes de infecção e contaminação, a bordo de um veículo, a autoridade competente considerará o veículo como afetado e poderá:

- (a) desinfetar, descontaminar, desinsetizar ou desratizar o veículo, conforme apropriado, ou providenciar para que essas medidas sejam realizadas sob sua supervisão, e
- (b) decidir, caso a caso, a técnica a ser empregada para garantir um nível adequado de controle do risco para a saúde pública, conforme previsto neste Regulamento. Se existirem métodos ou materiais recomendados pela OMS para esses procedimentos, esses serão utilizados, exceto quando a autoridade competente determinar que outros métodos são igualmente seguros e confiáveis.

A autoridade competente poderá implementar medidas adicionais de saúde, incluindo o isolamento dos meios de transporte, se necessário, a fim de evitar a propagação da doença. Essas medidas adicionais deverão ser informadas ao Ponto Focal Nacional para o RSI.

2. Se a autoridade competente no ponto de entrada não puder aplicar as medidas de controle exigidas nos termos deste Artigo, o veículo afetado poderá ter permissão para sair, mesmo assim, sujeito às seguintes condições:

- (a) a autoridade competente fornecerá, no momento da partida, à autoridade competente do próximo ponto de entrada conhecido, o tipo de informação a que se refere o subparágrafo (b); e
- (b) no caso de uma embarcação, a evidência encontrada e as medidas de controle exigidas serão devidamente anotadas no Certificado de Controle Sanitário da Embarcação.

Qualquer meio de transporte nessas circunstâncias deverá ter autorização para se abastecer de combustível, água, alimentos e suprimentos, sob a supervisão da autoridade competente.

3. Um veículo considerado como afetado deixará de sê-lo quando a autoridade competente tiver certeza de que:

- (a) as medidas previstas no parágrafo 1º deste Artigo foram efetivamente aplicadas; e
- (b) não existe a bordo qualquer condição que constitua um risco para a saúde pública.

Artigo 28 Embarcações e aeronaves em pontos de entrada

1. ~~Sujeito ao Artigo 43 ou conforme previsto nos acordos internacionais pertinentes, nenhuma embarcação ou aeronave poderá ter impedido o seu acesso em~~

qualquer ponto de entrada por razões de saúde pública. Contudo, se o ponto de entrada não estiver equipado para aplicar as medidas de saúde de que trata este Regulamento, a embarcação ou aeronave poderá ser ordenada a prosseguir, a seu próprio risco, até o ponto de entrada mais próximo e adequado, salvo quando a embarcação ou aeronave tiver um problema operacional que torne esse desvio inseguro.

2. Sujeito ao Artigo 43 ou conforme previsto nos acordos internacionais pertinentes, os Estados Partes não poderão recusar a *livre prática* a embarcações ou aeronaves por razões de saúde pública; em especial, não poderão impedi-las de embarcar ou desembarcar, carregar ou descarregar cargas ou suprimentos, ou abastecer-se de combustível, água, alimentos e outros materiais. Os Estados Partes podem condicionar a concessão da *livre prática* à inspeção da embarcação ou aeronave e, caso uma fonte de infecção ou contaminação for encontrada a bordo, à realização da desinfecção, descontaminação, desinsetização ou desratização necessária, ou à aplicação de outras medidas necessárias para evitar a propagação da infecção ou contaminação.

3. Sempre que possível e sujeito às disposições do parágrafo anterior, os Estados Partes autorizarão a concessão da *livre prática* pelo rádio ou outro meio de comunicação a uma embarcação ou aeronave quando, com base em informações recebidas antes da chegada da mesma, o Estado Parte acredite que a chegada da embarcação ou aeronave não resultará na introdução ou propagação de doenças.

4. Os capitães de embarcações ou os comandantes de aeronaves, ou seus representantes, notificarão às autoridades de controle do porto ou aeroporto, assim que possível, antes da chegada ao porto ou aeroporto de destino, quaisquer casos de doença indicativos de uma doença de natureza infecciosa ou evidências de um risco para a saúde pública a bordo, assim que o capitão ou comandante tiver sido informado de tais doenças ou riscos para a saúde pública. Essas informações devem ser imediatamente transmitidas à autoridade competente no porto ou aeroporto. Em situações de urgência, essas informações serão comunicadas diretamente pelo capitão ou comandante à autoridade portuária ou aeroportuária relevante.

5. Os seguintes dispositivos serão aplicados no caso de uma embarcação ou aeronave suspeita ou afetada, por razões fora do controle do capitão da embarcação ou comandante da aeronave, atracar ou aterrissar em porto ou aeroporto distinto do porto ou aeroporto de destino, previsto para a embarcação ou aeronave.

(a) o comandante da aeronave ou o capitão da embarcação ou outra pessoa responsável envidará todos os esforços para se comunicar imediatamente com a autoridade competente mais próxima;

(b) assim que a autoridade competente for informada da sua chegada poderá aplicar as medidas de saúde recomendadas pela OMS ou outras medidas de saúde indicadas no presente Regulamento;

(c) exceto quando exigido para fins emergenciais ou para comunicação com a autoridade competente, nenhum viajante a bordo dessa embarcação ou aeronave poderá afastar-se da mesma, e nenhuma carga será retirada de sua vizinhança, salvo quando autorizado pela autoridade competente; e

(d) quando todas as medidas de saúde exigidas pela autoridade competente tiverem sido aplicadas, a aeronave ou embarcação poderá, no que depender dessas medidas de saúde, dirigir-se ao aeroporto ou porto previsto para aterrissagem ou atracamento ou, se por considerações técnicas não puder fazê-lo, a um aeroporto ou porto convenientemente localizado.

6. Não obstante as disposições contidas neste Artigo, o capitão da embarcação ou o comandante da aeronave podem tomar as medidas de emergência que forem necessárias para assegurar a saúde e segurança dos viajantes a bordo. Ele ou ela informará a autoridade competente, assim que possível, quanto às medidas tomadas consoante este Parágrafo.

Artigo 29 Caminhões, trens e ônibus civis nos pontos de entrada

A OMS, em consulta com os Estados Partes, desenvolverá princípios orientadores para a aplicação de medidas de saúde a caminhões, trens e ônibus civis nos pontos de entrada e que passem por passagens de fronteiras terrestres.

Capítulo III – Disposições especiais para viajantes

Artigo 30 Viajantes sob observação de saúde pública

Sujeito ao Artigo 43 ou conforme autorizado por acordos internacionais pertinentes, um viajante suspeito que, em sua chegada, for colocado sob observação de saúde pública poderá continuar a viagem internacional, contanto que não represente risco iminente para a saúde pública e o Estado Parte notificar a autoridade competente no ponto de entrada de destino, quando sabido, sobre a chegada prevista do viajante. Na chegada, o viajante deverá apresentar-se a essa autoridade.

Artigo 31 Medidas de saúde relativas à entrada de viajantes

1. Não serão exigidos um exame médico invasivo, vacina, ou outra medida profilática como condição de entrada de qualquer viajante no território de um Estado Parte, exceto que, sujeito aos artigos 32, 42 e 45, Este Regulamento não impede que os Estados Partes exijam exame médico, vacinação ou outra medida profilática:

(a) quando necessário para determinar se existe ou não risco para a saúde pública;

(b) como condição de entrada para qualquer viajante buscando residência temporária ou permanente;

(c) como condição de entrada para qualquer viajante consoante ao Artigo 43 ou Anexos 6 e 7; ou

(d) que possa ser aplicada consoante o Artigo 23.

2. Se um viajante a quem o Estado Parte puder exigir exame médico, vacina, ou outra medida profilática, nos termos do parágrafo 1º deste Artigo, não consentir com nenhuma dessas medidas, ou se recusar a fornecer as informações ou os documentos referidos no parágrafo 1º(a) do Artigo 23, o Estado Parte em questão poderá, sujeito aos Artigos 32, 42 e 45, recusar a entrada desse viajante. Se houver evidências de risco iminente para a saúde pública, o Estado Parte poderá, em conformidade com a legislação nacional e na medida necessária para controlar tal risco, obrigar o viajante a se submeter a uma das seguintes medidas ou aconselhá-lo nesse sentido, consoante os termos do parágrafo 3º do Artigo 23:

(a) o exame médico menos invasivo e intrusivo que alcance o objetivo de saúde pública;

(b) vacinação ou outra medida profilática; ou

(c) medidas adicionais de saúde estabelecidas para evitar ou controlar a propagação de doenças, incluindo isolamento, quarentena ou observação de saúde pública.

Artigo 32 Tratamento dispensado aos viajantes

Na implementação das medidas de saúde de que trata o presente Regulamento, os Estados Partes tratarão os viajantes com respeito à sua dignidade, direitos humanos e liberdades fundamentais e minimizarão qualquer incômodo ou angústia associado a tais medidas:

(a) tratando todos os viajantes com cortesia e respeito;

(b) levando em consideração o gênero e as preocupações sócio-culturais, étnicas ou religiosas dos viajantes; e

(c) fornecendo ou providenciando alimentação e água adequadas; acomodações e roupas apropriadas; proteção para bagagens e outros bens; tratamento médico apropriado; os meios de comunicação necessários, se possível em idioma que possam compreender; e outra assistência apropriada a viajantes que se encontrem em quarentena, isolados ou sujeitos a exames médicos e outros procedimentos para fins de saúde pública.

Capítulo IV – Disposições especiais para mercadorias, contêineres e terminais de contêineres

Artigo 33 Mercadorias em trânsito

Sujeito ao Artigo 43 ou conforme autorizado por acordos internacionais pertinentes, mercadorias em trânsito e sem transbordo, com exceção de animais vivos, não estarão sujeitas às medidas de saúde previstas no presente Regulamento ou retidas para fins de saúde pública.

Artigo 34 Contêineres e terminais de contêineres

1. Os Estados Partes garantirão, na medida do possível, que os transportadores de contêineres utilizem contêineres internacionais que sejam mantidos livres de fontes de infecção ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios, especialmente durante as operações de embalagem.
2. Os Estados Partes garantirão, na medida do possível, que os terminais de contêineres sejam mantidos livres de fontes de infecção ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios.
3. Sempre que, na opinião de um Estado Parte, o tráfego internacional de contêineres for suficientemente volumoso, as autoridades competentes tomarão todas as medidas factíveis consistentes com este Regulamento, incluindo a realização de inspeções, para avaliar as condições sanitárias dos contêineres e terminais de contêineres, a fim de garantir que as obrigações contidas neste Regulamento estão sendo implementadas.
4. Os terminais de contêineres serão dotados, na medida do possível, de instalações para a inspeção e o isolamento de contêineres.
5. Os consignantes e consignatários evitarão todos os esforços para evitar a contaminação cruzada quando utilizarem carregamento de usos múltiplos dos contêineres.

PARTE VI – DOCUMENTOS DE SAÚDE

Artigo 35 Regras Gerais

Nenhum documento de saúde, além daqueles indicados neste Regulamento ou nas recomendações da OMS, será exigido no tráfego internacional, desde que, entretanto, este Artigo não se aplique a viajantes buscando residência temporária ou permanente, nem a exigências documentais referentes às condições sanitárias de mercadorias ou cargas comerciais internacionais, exigências essas decorrentes de acordos internacionais pertinentes. As autoridades competentes poderão solicitar que os viajantes preencham formulários com informações de contato e questionários de saúde dos viajantes, desde que satisfaçam as exigências contidas no Artigo 23.

Artigo 36 Certificados de vacinação ou outras medidas profiláticas

1. As vacinas ou outras medidas profiláticas para viajantes, administradas consoante com este Regulamento ou outras recomendações, assim como os respectivos certificados, deverão obedecer às disposições do Anexo 6 e, quando aplicável, do Anexo 7 em relação a doenças específicas.

2. Não deverá ser negada a entrada no território a nenhum viajante de posse de um certificado de vacinação ou de outra medida profilática, emitido em conformidade com o Anexo 6 e, quando aplicável, o Anexo 7, em decorrência da doença à que se refere o certificado, mesmo quando proveniente de uma área afetada, a não ser quando a autoridade competente possuir indicações verificáveis e/ou evidências de que a vacinação ou outra medida profilática não foi eficaz.

Artigo 37 Declaração Marítima de Saúde

1. Antes de chegar a sua primeira escala no território de um Estado Parte, o capitão de uma embarcação verificará o estado de saúde a bordo e, exceto quando aquele Estado Parte assim não o exigir, preencherá e entregará na chegada, ou antes, da chegada da embarcação, se a embarcação tiver o equipamento necessário e o Estado Parte exigir tal entrega antecipada, à autoridade competente daquele porto, uma Declaração Marítima de Saúde, referendada pelo médico de bordo, se existente.

2. O capitão da embarcação ou o médico de bordo, se houver, fornecerá todas as informações solicitadas pela autoridade competente acerca das condições de saúde a bordo durante uma viagem internacional.

3. A Declaração Marítima de Saúde obedecerá ao modelo apresentado no Anexo 8.

4. Um Estado Parte poderá decidir:

(a) dispensar todas as embarcações que aportam da apresentação da Declaração Marítima de Saúde; ou

(b) exigir a apresentação da Declaração Marítima de Saúde de que trate uma recomendação para as embarcações provenientes de áreas afetadas, ou exigi-la de embarcações que possam, por outro motivo, estar levando uma infecção ou contaminação.

O Estado Parte informará tais exigências aos armadores ou seus agentes.

Artigo 38 Parte de saúde da Declaração Geral de Aeronave

1. O comandante da aeronave ou seu agente, durante o voo ou por ocasião da aterrissagem no primeiro aeroporto no território de um Estado Parte, preencherá, da melhor maneira possível, a Parte de saúde da Declaração Geral de Aeronave e a entregará à autoridade competente do aeroporto, exceto quando aquele Estado Parte assim não o exigir, devendo o documento obedecer ao modelo especificado no Anexo 9.

2. O comandante da aeronave ou seu agente deverá fornecer quaisquer informações solicitadas pelo Estado Parte acerca das condições de saúde a bordo durante uma viagem internacional, assim como qualquer medida de saúde aplicada à aeronave.

3. Um Estado Parte poderá decidir:

(a) dispensar todas as aeronaves que aterrissem da apresentação da Parte de saúde da Declaração Geral de Aeronave; ou

(b) exigir a apresentação da Parte de saúde da Declaração Geral de Aeronave, de que trate uma recomendação, para aeronaves provenientes de áreas afetadas, ou exigi-las de aeronaves que possam estar, por outro motivo, levando uma infecção ou contaminação.

O Estado Parte informará tais exigências às empresas de transporte aéreo ou a seus representantes.

Artigo 39 Certificados de Controle Sanitário da Embarcação

1. Os Certificados de Dispensa de Controle Sanitário da Embarcação e os Certificados de Controle Sanitário da Embarcação terão validade máxima de seis meses. Esse período poderá ser prorrogado por um mês quando não for possível realizar a inspeção ou as medidas de controle necessárias naquele porto.

2. Se não for apresentado um Certificado de Dispensa de Controle Sanitário da Embarcação ou um Certificado de Controle Sanitário da Embarcação válido, ou se forem encontradas a bordo de uma embarcação evidências de risco para a saúde pública, o Estado Parte poderá proceder conforme estabelecido no parágrafo 1º do Artigo 27.

3. Os certificados a que se refere este Artigo obedecerão ao modelo apresentado no Anexo 3.

4. Sempre que possível, as medidas de controle serão realizadas quando a embarcação e os porões estiverem vazios. No caso de uma embarcação em lastro, as medidas de saúde serão aplicadas antes do carregamento da embarcação.

5. Quando forem necessárias medidas de controle e as mesmas tiverem sido satisfatoriamente concluídas, a autoridade competente emitirá um Certificado de Controle Sanitário da Embarcação, anotando as evidências encontradas e as medidas de controle aplicadas.

6. A autoridade competente poderá emitir um Certificado de Dispensa de Controle Sanitário da Embarcação em qualquer porto especificado no termos do Artigo 20, caso estiver satisfeita de que a embarcação está livre de infecção e contaminação, incluindo vetores e reservatórios. Normalmente tal certificado só será emitido se a inspeção da embarcação for realizada com a embarcação e os porões vazios ou quando contiver apenas lastro ou outro material cuja natureza ou disposição permita uma inspeção cuidadosa dos porões.

7. Caso as condições de aplicação das medidas de controle forem tais que, na opinião da autoridade competente do porto onde a operação foi realizada, não é possível obter um resultado satisfatório, a autoridade competente fará anotação nesse sentido no Certificado de Controle Sanitário da Embarcação.

PARTE VII – ENCARGOS

Artigo 40 Encargos por medidas de saúde relativas a viajantes

1. Exceto no caso de viajantes que buscam residência temporária ou permanente, e sujeito ao parágrafo 2º deste Artigo, o Estado Parte não deverá cobrar qualquer encargo, nos termos deste Regulamento, pelas seguintes medidas de proteção à saúde pública:

(a) qualquer exame médico previsto neste Regulamento, ou qualquer exame complementar que possa vir a ser exigido pelo Estado Parte a fim de determinar as condições de saúde do viajante examinado;

(b) qualquer vacinação ou outra medida profilática aplicada a um viajante por ocasião da sua chegada que não for uma exigência publicada ou cuja publicação ocorreu menos de dez dias antes do fornecimento da vacinação ou medida profilática;

(c) isolamento apropriado ou exigências de quarentena para os viajantes;

(d) qualquer certificado emitido ao viajante especificando as medidas aplicadas e a data de sua aplicação; ou

(e) quaisquer medidas de saúde aplicadas à bagagem acompanhada do viajante.

2. Os Estados Partes poderão cobrar por outras medidas de saúde além das mencionadas no parágrafo 1º deste Artigo, incluindo aquelas que beneficiam principalmente o viajante.

3. No caso de cobrança de encargos pela aplicação de tais medidas de saúde aos viajantes, nos termos deste Regulamento, o Estado Parte aplicará uma tabela tarifária única para tais encargos, e todos os encargos deverão:

(a) obedecer à tabela tarifária única;

(b) não exceder o custo real do serviço prestado; e

(c) ser arrecadados sem distinção de nacionalidade, domicílio ou residência do viajante em questão.

4. A tabela tarifária e qualquer emenda posterior à mesma serão publicadas com pelo menos dez dias de antecedência em relação a qualquer arrecadação.

5. Nada neste Regulamento impede os Estados Partes de buscarem reembolso de despesas incorridas ao prestar as medidas de saúde de que trata o parágrafo 1º deste Artigo.

(a) de proprietários ou operadores de meios de transporte, em relação a seus empregados, ou

(b) das seguradoras pertinentes.

6. Em nenhuma circunstância os viajantes ou operadores de meios de transporte poderão ser impedidos de deixar o território de um Estado Parte até o pagamento dos encargos a que se referem os parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

Artigo 41 Encargos referentes a bagagens, carga, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais

1. Sempre que o Estado Parte cobrar pela aplicação de medidas de saúde a bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais, no termos deste Regulamento, será aplicada uma tabela tarifária única para todos os serviços prestados, e todos os encargos deverão:

(a) obedecer à tabela tarifária única;

(b) não exceder o custo real do serviço prestado; e

(c) ser arrecadada sem distinção de nacionalidade, bandeira, registro ou propriedade das bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais em questão. Em especial, não poderá haver distinção entre bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais nacionais e estrangeiros.

2. A tabela e qualquer emenda posterior à mesma serão publicadas com pelo menos dez dias de antecedência em relação a qualquer arrecadação.

PARTE VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42 Implementação das medidas de saúde

As medidas de saúde tomadas consoante este Regulamento serão iniciadas e concluídas sem demora e aplicadas de maneira transparente e não discriminatória.

Artigo 43 Medidas adicionais de saúde

1. Este Regulamento não impede que os Estados Partes implementem medidas de saúde, em conformidade com sua legislação nacional relevante e as obrigações decorrentes do direito internacional, em resposta a riscos específicos para a saúde pública ou emergências de saúde pública de importância internacional, que:

- (a) confirmam um nível de proteção à saúde igual ou superior ao das recomendações da OMS, ou
- (b) sejam proibidas em outras circunstâncias, nos termos do Artigo 25, Artigo 26, parágrafos 1º e 2º do Artigo 28, Artigo 30, parágrafo 1º(c) do Artigo 31, e Artigo 33,

desde que tais medidas sejam, em outros aspectos, consistentes com este Regulamento.

Tais medidas não deverão ser mais restritivas ao tráfego internacional, nem mais invasivas ou intrusivas em relação às pessoas do que as alternativas razoavelmente disponíveis que alcançariam o nível apropriado de proteção à saúde.

2. Ao decidir implementar ou não as medidas de saúde de que trata o parágrafo 1º deste Artigo ou as medidas adicionais de saúde contempladas no parágrafo 2º do Artigo 23, parágrafo 1º do Artigo 27, parágrafo 2º do Artigo 28 e parágrafo 2º(c) do Artigo 31, os Estados Partes basearão suas determinações em:

- (a) princípios científicos;
- (b) evidências científicas disponíveis de risco para a saúde humana ou, quando essas evidências forem insuficientes, informações disponíveis, incluindo informações fornecidas pela OMS e outras organizações intergovernamentais e organismos internacionais relevantes; e
- (c) qualquer orientação ou diretriz específica da OMS disponível.

3. Os Estados Partes que implementarem medidas adicionais de saúde, referidas no parágrafo 1º deste Artigo, que interfiram significativamente com o tráfego internacional, fornecerão à OMS a fundamentação de saúde pública e as informações científicas pertinentes. A OMS compartilhará essas informações com outros Estados Partes, assim como informações relativas às medidas de saúde implementadas. Para os fins deste Artigo, se entende como interferência significativa, em geral, a proibição de entrada ou de saída internacionais de viajantes bagagens, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias e similares ou atrasos superiores a 24 horas.

4. Após avaliar as informações fornecidas consoante os parágrafos 3º e 5º deste Artigo e outras informações relevantes, a OMS poderá solicitar ao Estado Parte em questão que reconsidere a aplicação das medidas.

5. O Estado Parte que implementar medidas adicionais de saúde, referidas nos parágrafos 1º e 2º deste Artigo, que interfiram significativamente com o tráfego internacional, deverão informar à OMS, num prazo de 48 horas a contar de sua implementação, quais são essas medidas e a fundamentação de saúde para sua implementação, a não ser quando estiverem abrangidas por uma recomendação temporária ou permanente.

6. Os Estados Partes que implementarem medidas de saúde consoante aos termos dos parágrafos 1º ou 2º deste Artigo deverão revisar tais medidas num prazo de três meses, levando em consideração a orientação da OMS e os critérios indicados no parágrafo 2º deste Artigo.

7. Sem prejuízo de seus direitos nos termos do Artigo 56, qualquer Estado Parte que sofrer o impacto de uma medida tomada consoante os parágrafos 1º ou 2º deste Artigo poderá solicitar manter consultas com o Estado Parte que implementou tal medida. O propósito de tais consultas é esclarecer as informações científicas e a fundamentação de saúde pública subjacentes à medida e encontrar uma solução mutuamente aceitável.

8. As disposições deste Artigo podem aplicar-se à implementação de medidas referentes a viajantes que participem em grandes eventos de massa.

Artigo 44 Colaboração e assistência

1. Os Estados Partes comprometem-se a colaborar entre si na medida do possível:

(a) para a detecção e avaliação dos eventos contemplados neste Regulamento, bem como para a resposta aos mesmos;

(b) para o fornecimento ou facilitação de cooperação técnica e apoio logístico, especialmente para o desenvolvimento, fortalecimento e manutenção das capacidades de saúde pública exigidas nos termos deste Regulamento;

(c) para a mobilização de recursos financeiros para facilitar a implementação de suas obrigações nos termos deste Regulamento; e

(d) para a formulação de projetos de lei e outros dispositivos legais e administrativos para a implementação deste Regulamento.

2. A OMS colaborará com os Estados Partes, na medida do possível, mediante solicitação, para:

(a) avaliação e exame de suas capacidades de saúde pública, a fim de facilitar a implementação efetiva deste Regulamento;

(b) fornecimento ou facilitação de cooperação técnica e apoio logístico aos Estados Partes; e

(c) mobilização de recursos financeiros para apoiar os países em desenvolvimento na construção, fortalecimento e manutenção das capacidades previstas no Anexo 1.

3. A colaboração de que trata este Artigo poderá ser implementada por intermédio de múltiplos canais, incluindo bilateralmente, por intermédio de redes regionais e os escritórios regionais da OMS, e por intermédio de organizações intergovernamentais e organismos internacionais.

Artigo 45 Tratamento de dados pessoais

1. As informações de saúde coletadas ou recebidas por um Estado Parte de outro Estado Parte ou da OMS, consoante este Regulamento, referentes a pessoas identificadas ou identificáveis, deverão ser mantidas em sigilo e processadas anonimamente, conforme exigido pela legislação nacional.

2. Não obstante o Parágrafo 1º, os Estados Partes poderão revelar e processar dados pessoais quando isso for essencial para os fins de avaliação e manejo de um risco para a saúde pública, no entanto os Estados Partes, em conformidade com a legislação nacional, e a OMS devem garantir que os dados pessoais sejam:

- (a) processados de modo justo e legal, e sem outros processamentos desnecessários e incompatíveis com tal propósito;
- (b) adequados, relevantes e não excessivos em relação a esse propósito;
- (c) acurados e, quando necessário, mantidos atualizados; todas as medidas razoáveis deverão ser tomadas a fim de garantir que dados imprecisos ou incompletos sejam apagados ou retificados; e
- (d) conservados apenas pelo tempo necessário.

3. Mediante solicitação, a OMS fornecerá às pessoas, na medida do possível, os seus dados pessoais a que se refere este Artigo, em formato inteligível, sem demoras ou despesas indevidas e, quando necessário, permitirá a sua retificação.

Artigo 46 Transporte e manuseio de substâncias biológicas, reagentes e materiais para fins de diagnóstico

Os Estados Partes, sujeitos à legislação nacional e levando em consideração as diretrizes internacionais relevantes, facilitarão o transporte, entrada, saída, processamento e destino de substâncias biológicas e espécimes para fins de diagnóstico, reagentes e outros materiais de diagnóstico, utilizados para fins de verificação e resposta de saúde pública nos termos deste Regulamento.

PARTE IX – CADASTRO DE PERITOS DO RSI, COMITÊ DE EMERGÊNCIAS E COMITÊ DE REVISÃO

Capítulo I – Cadastro de Peritos do RSI

Artigo 47 Composição

O Diretor-Geral criará um cadastro composto de peritos em todos os campos de especialização pertinentes (doravante denominado "Cadastro de Peritos do RSI"). O Diretor-Geral nomeará os membros do Cadastro de Peritos do RSI em conformidade com o Regulamento da OMS para Painéis e Comitês Assessores de Peritos (doravante denominado "Regulamento de Painéis de Assessores da OMS"), exceto quando este Regulamento dispuser em contrário. Além disso, o Diretor-Geral nomeará um membro mediante solicitação de cada Estado Parte e, quando apropriado, peritos propostos por organizações intergovernamentais e de integração econômica regional pertinentes. Os Estados Partes interessados informarão o Diretor-Geral sobre as qualificações e áreas de especialização de cada perito proposto por eles para integrar o Cadastro. O Diretor-Geral informará periodicamente aos Estados Partes e às organizações intergovernamentais e de integração econômica regional a composição do Cadastro de Peritos do RSI.

Capítulo II – Comitê de Emergências

Artigo 48 Termos de referência e composição

1. O Diretor-Geral criará um Comitê de Emergências que, mediante solicitação do Diretor-Geral, fornecerá pareceres sobre:

(a) se um evento se constitui numa emergência de saúde pública de importância internacional;

(b) o término de uma emergência de saúde pública de importância internacional;
e

(c) propostas de emissão, modificação, prorrogação ou extinção de recomendações temporárias.

2. O Comitê de Emergências será constituído por peritos selecionados pelo Diretor-Geral no Cadastro de Peritos do RSI e, quando apropriado, de outros painéis assessores de peritos da Organização. O Diretor-Geral determinará a duração do mandato dos membros, de maneira a assegurar sua continuidade na consideração de um evento específico e suas consequências. O Diretor-Geral selecionará os membros do Comitê de Emergências com base na especialização e na experiência exigidos para uma determinada sessão e levando em devida consideração os princípios de representação geográfica equitativa. Pelo menos um membro do Comitê de Emergências deverá ser um perito indicado pelo Estado Parte em cujo território surgiu o evento.

3. O Diretor-Geral poderá, por iniciativa própria ou mediante solicitação do Comitê de Emergências, nomear um ou mais técnicos para assessorar o Comitê.

Artigo 49 Procedimento

1. O Diretor-Geral convocará as reuniões do Comitê de Emergências selecionando vários peritos dentre os mencionados no parágrafo 2º do Artigo 48, conforme as áreas de especialização e a experiência mais relevante para o evento específico em questão. Para fins deste Artigo, “reuniões” do Comitê de Emergências podem incluir teleconferências, videoconferências ou comunicações eletrônicas.
2. O Diretor-Geral fornecerá ao Comitê de Emergências uma agenda e quaisquer informações relevantes disponíveis sobre o evento, incluindo informações fornecidas pelos Estados Partes, assim como qualquer proposta de recomendação temporária feita pelo Diretor-Geral.
3. O Comitê de Emergências elegerá seu Presidente e elaborará, após cada reunião, um relatório conciso resumindo a ata e as deliberações do Comitê, inclusive qualquer parecer sobre as recomendações.
4. O Diretor-Geral convidará o Estado Parte em cujo território surgiu o evento a apresentar seu ponto de vista ao Comitê de Emergências. Para tanto, o Diretor-Geral encaminhará ao Estado Parte, com a maior antecedência possível, as datas e a agenda da reunião do Comitê de Emergências. O Estado Parte em questão, entretanto, não poderá solicitar um adiamento da reunião do Comitê de Emergências para fins de apresentar seu ponto de vista.
5. As opiniões do Comitê de Emergências serão encaminhadas à apreciação do Diretor-Geral, que tomará a decisão final sobre essas questões.
6. O Diretor-Geral informará os Estados Partes a declaração e a extinção de uma emergência de saúde pública de importância internacional, bem como qualquer medida de saúde tomada pelo Estado Parte em questão, qualquer recomendação temporária emitida e a modificação, prorrogação e extinção dessas recomendações, juntamente com os pareceres do Comitê de Emergências. O Diretor-Geral notificará aos operadores de meios de transporte, por intermédio dos Estados Partes e das agências internacionais pertinentes, as recomendações temporárias emitidas, incluindo sua modificação, prorrogação ou extinção. Subseqüentemente, o Diretor-Geral disponibilizará essas informações e recomendações ao público em geral.
7. O Estado Parte em cujo território ocorreu o evento pode propor ao Diretor-Geral a extinção de uma emergência de saúde pública de importância internacional e/ou das recomendações temporárias, e pode também fazer uma apresentação ao Comitê de Emergências nesse sentido.

Capítulo III – Comitê de Revisão

Artigo 50 Termos de referência e composição

1. O Diretor-Geral estabelecerá um Comitê de Revisão, que terá as seguintes funções:
 - (a) emitir recomendações técnicas sobre emendas a este Regulamento para o Diretor-Geral;

(b) fornecer assessoramento técnico ao Diretor-Geral acerca das recomendações permanentes e de quaisquer modificações ou extinção das mesmas;

(c) fornecer assessoramento técnico ao Diretor-Geral acerca de qualquer assunto relativo ao funcionamento deste Regulamento encaminhado pelo Diretor-Geral.

2. O Comitê de Revisão será considerado um comitê de peritos e estará sujeito ao Regulamento dos Painéis de Assessores da OMS, salvo quando determinado de outra forma neste Artigo.

3. Os Membros do Comitê de Revisão serão selecionados e nomeados pelo Diretor-Geral dentre as pessoas integrantes do Cadastro de Peritos do RSI e, quando apropriado, noutros painéis assessores de peritos da Organização.

4. O Diretor-Geral determinará o número de membros a serem convidados a uma reunião do Comitê de Revisão, definirá a data e duração da reunião e convocará o Comitê.

5. O Diretor-Geral nomeará os membros do Comitê de Revisão somente para o período de duração dos trabalhos de uma sessão.

6. O Diretor-Geral selecionará os membros do Comitê de Revisão com base nos princípios de representação geográfica equitativa; equilíbrio entre os gêneros; equilíbrio entre os peritos de países desenvolvidos e países em desenvolvimento; representação da diversidade de opiniões científicas, enfoques e experiências práticas em várias partes do mundo; e um equilíbrio interdisciplinar apropriado.

Artigo 51 Condução dos trabalhos

1. As decisões do Comitê de Revisão serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

2. O Diretor-Geral convidará os Estados Membros, a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas e outras organizações intergovernamentais ou não-governamentais pertinentes que mantenham relações com a OMS para designarem representantes para as sessões do Comitê. Esses representantes poderão apresentar memorandos e, com o consentimento do Presidente do Comitê, fazer declarações sobre os assuntos alvo das discussões, mas não terão direito a voto.

Artigo 52 Relatórios

1. O Comitê de Revisão elaborará um relatório de cada sessão, que incluirá as opiniões e pareceres do Comitê. Esse relatório será aprovado pelo Comitê de Revisão antes do final da sessão. ~~As opiniões e os pareceres do Comitê não são vinculantes para a Organização, sendo formulados apenas como pareceres para o Diretor-Geral.~~

O texto do relatório não poderá ser modificado sem o consentimento do Comitê.

2. Se o Comitê de Revisão não obtiver unanimidade em suas deliberações, qualquer integrante terá o direito de expressar sua opinião profissional discordante num relatório individual ou grupal, incluindo as razões para tal discordância, que será parte integrante do relatório do Comitê.

3. O relatório do Comitê de Exame será submetido ao Diretor-Geral, que comunicará as opiniões e pareceres do Comitê à Assembléia Mundial da Saúde ou ao Conselho Executivo para sua consideração e ação.

Artigo 53 Procedimentos para as recomendações permanentes

Quando o Diretor-Geral considerar necessário e apropriado emitir uma recomendação permanente em relação a um risco para a saúde pública específico, o Diretor-Geral deverá solicitar o parecer do Comitê de Revisão. Além dos parágrafos relevantes dos artigos 50 a 52, se aplicará também as seguintes disposições:

(a) o Diretor-Geral ou Estados Partes, por intermédio do Diretor-Geral, podem submeter propostas de recomendações permanentes, sua modificação ou extinção ao Comitê de Revisão;

(b) qualquer Estado Parte pode submeter informações relevantes à consideração do Comitê de Revisão;

(c) o Diretor-Geral pode solicitar a qualquer Estado Parte, organização intergovernamental ou organização não-governamental que tenha relações oficiais com a OMS que coloque à disposição do Comitê de Revisão as informações que possui acerca do assunto da recomendação permanente proposta, conforme especificado pelo Comitê de Revisão;

(d) o Diretor-Geral pode, mediante solicitação do Comitê de Revisão ou por sua própria iniciativa, indicar um ou mais técnicos para assessorar o Comitê de Revisão. Eles não terão o direito de voto;

(e) qualquer relatório contendo as opiniões e o parecer do Comitê de Revisão em relação a recomendações permanentes será encaminhado à consideração e decisão do Diretor-Geral. O Diretor-Geral comunicará à Assembléia Mundial de Saúde as opiniões e o parecer do Comitê de Revisão;

(f) o Diretor-Geral comunicará aos Estados Partes quaisquer recomendações permanentes, bem como as modificações ou a extinção de tais recomendações, junto com as opiniões do Comitê de Revisão; e

(g) as recomendações permanentes serão submetidas pelo Diretor-Geral à consideração da Assembléia Mundial de Saúde subsequente.

PARTE X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 54 Informes e revisão

1. Os Estados Partes e o Diretor-Geral enviarão relatórios à Assembléia de Saúde sobre a implementação deste Regulamento, conforme decidido pela Assembléia de Saúde.
2. A Assembléia de Saúde revisará periodicamente o funcionamento deste Regulamento. Para essa finalidade, poderá solicitar a assessoria do Comitê de Revisão, por intermédio do Diretor-Geral. A primeira dessas revisões deverá ter lugar dentro de um período de no máximo cinco anos a partir da entrada em vigor deste Regulamento.
3. A OMS periodicamente realizará estudos para revisar e avaliar o funcionamento do Anexo 2. A primeira dessas revisões deverá ter início não mais de um ano após a data de entrada em vigor deste Regulamento. Os resultados dessas revisões serão submetidos à consideração da Assembléia de Saúde, conforme apropriado.

Artigo 55 Emendas

1. Qualquer Estado Parte ou o Diretor-Geral poderão propor emendas a este Regulamento. Tais propostas de emendas serão submetidas à consideração da Assembléia de Saúde.
2. O texto de qualquer proposta de emenda será comunicado a todos os Estados Partes pelo Diretor-Geral, com pelo menos quatro meses de antecedência em relação à Assembléia de Saúde a qual é proposta para consideração.
3. As emendas a este Regulamento, adotadas pela Assembléia de Saúde consoante este Artigo, entrarão em vigor para todos os Estados Partes nos mesmos termos, e estarão sujeitas aos mesmos direitos e obrigações, conforme as disposições do Artigo 22 da Constituição da OMS e dos Artigos 59 a 64 deste Regulamento.

Artigo 56 Solução de controvérsias

1. Em caso de controvérsia entre dois ou mais Estados Partes quanto à interpretação ou aplicação deste Regulamento, os Estados Partes em questão deverão procurar, em primeira instância, resolver a controvérsia por meio de negociação ou qualquer outro meio pacífico de sua própria escolha, incluindo bons officios, mediação ou conciliação. O fracasso em chegar a um acordo não eximirá as partes em controvérsia da responsabilidade de continuar a procurar resolvê-la.
2. Caso a controvérsia não seja resolvida pelos meios descritos no parágrafo 1º deste Artigo, os Estados Partes envolvidos poderão concordar em referir a controvérsia ao Diretor-Geral, que envidará todos os esforços para resolvê-la.

3. Um Estado Parte poderá, a qualquer momento, declarar por escrito ao Diretor-Geral que aceita a arbitragem como recurso compulsório em relação a todos as controvérsias de que for parte, referentes à interpretação ou aplicação deste Regulamento ou a respeito de uma controvérsia específica em relação a qualquer outro Estado Parte que aceite a mesma obrigação. A arbitragem será realizada em conformidade com as Regras Opcionais do Tribunal Permanente de Arbitragem para a Arbitragem de Controvérsias entre Dois Estados que forem aplicáveis no momento em que for feita uma solicitação de arbitragem. Os Estados Partes que concordaram em aceitar a arbitragem como compulsória deverão aceitar a decisão arbitral como vinculante e final. O Diretor-Geral deverá informar a Assembléia de Saúde sobre tal ação, conforme apropriado.

4. Nada neste Regulamento deverá prejudicar os direitos de Estados Partes, nos termos de qualquer acordo internacional de que possam ser signatários, a recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias de outras organizações intergovernamentais, ou estabelecidos nos termos de qualquer acordo internacional.

5. Em caso de um litígio entre a OMS e um ou mais Estados Partes referente à interpretação ou aplicação deste Regulamento, a questão será submetida à Assembléia de Saúde.

Artigo 57 Relação com outros acordos internacionais

1. Os Estados Partes reconhecem que o RSI e outros acordos internacionais relevantes devem ser interpretados de modo a serem compatíveis. As disposições do RSI não afetarão os direitos e deveres de qualquer Estado Parte em decorrência de outros acordos internacionais.

2. Sujeito ao parágrafo 1º deste Artigo, nada neste Regulamento impedirá que Estados Partes que compartilham certos interesses, devido às suas condições de saúde, geográficas, sociais ou econômicas, celebrem tratados ou arranjos especiais, a fim de facilitar a aplicação deste Regulamento, e particularmente em relação:

(a) ao intercâmbio rápido e direto de informações de saúde pública entre territórios vizinhos de diferentes Estados;

(b) às medidas de saúde a serem aplicadas ao tráfego costeiro internacional e ao tráfego internacional em águas sob sua jurisdição;

(c) às medidas de saúde a serem aplicadas em territórios contíguos de diferentes Estados ao longo de sua fronteira comum;

(d) nos arranjos para o transporte de pessoas afetadas ou restos humanos afetados, por meios de transporte especialmente adaptados para essa finalidade; e

(e) à desratização, desinsetização, desinfecção, descontaminação ou outro tratamento que vise a tornar mercadorias livres de agentes causadores de doenças.

3. Sem prejuízo de suas obrigações nos termos deste Regulamento, os Estados Partes que pertençam a uma organização regional de integração econômica aplicarão em suas relações mútuas os preceitos comuns vigentes naquela organização regional de integração econômica.

Artigo 58 Acordos e regulamentos sanitários internacionais

1. Este Regulamento, sujeito às disposições do Artigo 62 e às exceções nele contidas, substituirá as disposições dos seguintes acordos e regulamentos sanitários internacionais entre os Estados vinculados por este Regulamento e entre tais Estados e a OMS:

- (a) a Convenção Sanitária Internacional, assinada em Paris, em 21 de junho de 1926;
- (b) a Convenção Sanitária Internacional para a Navegação Aérea, assinada em Haia, em 12 de abril de 1933;
- (c) o Acordo Internacional para a Dispensa de Atestados de Saúde, assinado em Paris, em 22 de dezembro de 1934;
- (d) o Acordo Internacional para a Dispensa de Vistos Consulares em Atestados de Saúde, assinado em Paris, em 22 de dezembro de 1934;
- (e) a Convenção modificando a Convenção Sanitária Internacional de 21 de junho de 1926, assinada em Paris, em 31 de outubro de 1938;
- (f) a Convenção Sanitária Internacional de 1944, modificando a Convenção Sanitária Internacional de 21 de junho de 1926, aberta para assinaturas em Washington, em 15 de dezembro de 1944;
- (g) a Convenção Sanitária Internacional para a Navegação Aérea de 1944, modificando a Convenção Sanitária Internacional de 12 de abril de 1933, aberta para assinaturas em Washington, em 15 de dezembro de 1944;
- (h) o Protocolo de 23 de abril de 1946 para prorrogar a Convenção Sanitária Internacional de 1944, assinado em Washington;
- (i) o Protocolo de 23 de abril de 1946 para prorrogar a Convenção Sanitária Internacional para a Navegação Aérea de 1944, assinado em Washington;
- (j) o Regulamento Sanitário Internacional de 1951, e os Regulamentos Adicionais de 1955, 1956, 1960, 1963 e 1965; e
- (k) o Regulamento Sanitário Internacional de 1969, e as emendas de 1973 e 1981.

2. O Código Sanitário Pan-Americano, assinado em Havana, em 14 de novembro de 1924, permanecerá em vigor, com exceção dos Artigos 2º, 9º, 10, 11, 16 a 53 inclusive, 61 e 62, aos quais se aplicará a parte relevante do parágrafo 1º deste Artigo.

Artigo 59 Entrada em vigor; período para rejeição ou reservas

1. O período previsto em cumprimento do Artigo 22 da Constituição da OMS para a rejeição ou apresentação de reservas a este Regulamento, ou a uma de suas emendas, será de 18 meses a partir da data da notificação pelo Diretor-Geral quanto à adoção deste Regulamento ou de uma emenda a este Regulamento feita pela Assembléia da Saúde. Qualquer rejeição ou reserva recebida pelo Diretor-Geral após o término desse período não terá nenhum efeito.
2. Este Regulamento entrará em vigor 24 meses após a data de notificação referida no parágrafo 1º deste Artigo, com exceção de:
 - (a) um Estado que tiver rejeitado este Regulamento ou uma de suas emendas, em conformidade com o Artigo 61;
 - (b) um Estado que tiver feito uma reserva, caso em que este Regulamento entrará em vigor conforme o disposto no Artigo 62;
 - (c) um Estado que vier a se tornar membro da OMS após a data da notificação pelo Diretor-Geral referida no parágrafo 1º deste Artigo, e que ainda não seja signatário deste Regulamento, caso em que este Regulamento entrará em vigor conforme o disposto no Artigo 60; e
 - (d) um Estado não-membro da OMS que aceite este Regulamento, caso em que o mesmo entrará em vigor em conformidade com o parágrafo 1º do Artigo 64.
3. Se algum Estado não for capaz de ajustar totalmente sua legislação nacional e regulamentos administrativos internos e este Regulamento no período estabelecido no parágrafo 2º deste Artigo, esse Estado apresentará, no período especificado no parágrafo 1º deste Artigo, uma declaração ao Diretor-Geral referente aos ajustes ainda pendentes, que deverá completar num período de no máximo até 12 meses após a entrada em vigor deste Regulamento para aquele Estado Parte.

Artigo 60 Novos Estados Membros da OMS

Qualquer Estado que vier a se tornar Membro da OMS após a data da ~~notificação pelo Diretor-Geral referida no parágrafo 1º do Artigo 59~~, e que ainda não for signatário deste Regulamento, poderá comunicar sua rejeição ou qualquer reserva em relação a este Regulamento, num período de 12 meses a partir da data de sua

notificação pelo Diretor-Geral após ter-se tomado Membro da OMS. A não ser que seja rejeitado, este Regulamento entrará em vigor em relação àquele Estado, sujeito às disposições dos Artigos 62 e 63, ao término daquele período. Em nenhuma hipótese este Regulamento entrará em vigor em relação àquele Estado antes de 24 meses após a data de notificação referida no parágrafo 1º do Artigo 59.

Artigo 61 Rejeição

Caso um Estado notifique o Diretor-Geral quanto à sua rejeição deste Regulamento ou de uma de suas emendas no período previsto no parágrafo 1º do Artigo 59, este Regulamento ou as emendas pertinentes não entrarão em vigor em relação àquele Estado. Quaisquer acordos ou regulamentos sanitários internacionais listados no Artigo 58 de que esse Estado já seja signatário permanecerão em vigor, no que se referir àquele Estado.

Artigo 62 Reservas

1. Os Estados poderão fazer reservas a este Regulamento, em conformidade com este Artigo. Tais reservas não poderão ser incompatíveis com o objeto e finalidade deste Regulamento.
2. As reservas a este Regulamento serão notificadas ao Diretor-Geral, em conformidade com o parágrafo 1º do Artigo 59, Artigo 60, parágrafo 1º do Artigo 63 ou parágrafo 1º do Artigo 64, conforme o caso. Um Estado não-Membro da OMS deverá notificar o Diretor-Geral de qualquer reserva por ocasião da notificação de aceitação deste Regulamento. Os Estados que formularem reservas deverão apresentar ao Diretor-Geral as razões para as reservas.
3. Uma rejeição parcial deste Regulamento será considerada como uma reserva.
4. O Diretor-Geral, em conformidade com o parágrafo 2º do Artigo 65, emitirá uma notificação referente a cada reserva recebida, consoante o parágrafo 2º deste Artigo. O Diretor-Geral deverá:
 - (a) se a reserva foi feita antes da entrada em vigor deste Regulamento, solicitar aos Estados Membros que não rejeitaram este Regulamento que o/a notifiquem, num prazo de seis meses, de qualquer objeção à reserva, ou
 - (b) se a reserva foi feita após a entrada em vigor deste Regulamento, solicitar aos Estados Partes que o/a notifiquem, num prazo de seis meses, de qualquer objeção à reserva.

Os Estados que fizerem objeções a uma reserva deverão apresentar ao Diretor-Geral as razões para tal objeção.

5. Após esse período, o Diretor-Geral notificará todos os Estados Partes das objeções que ele ou ela recebeu em relação às reservas. A não ser que, ao término de

seis meses a partir da data da notificação referida no parágrafo 4º deste Artigo, um terço dos Estados referidos no parágrafo 4º deste Artigo fizerem objeção a uma reserva, tal reserva será considerada aceita, e este Regulamento entrará em vigor no Estado que fez a reserva, sujeito à reserva.

6. Caso pelo menos um terço dos Estados referidos no parágrafo 4º deste Artigo fizerem objeção à reserva, num prazo de seis meses a partir da data de notificação referida no parágrafo 4º deste Artigo, o Diretor-Geral notificará o Estado que fez a reserva, com vistas a que considere a retirada dessa reserva num prazo de três meses a partir da data da notificação pelo Diretor-Geral.

7. O Estado que fez a reserva deverá continuar a cumprir quaisquer obrigações, correspondendo ao assunto da reserva, que o Estado tiver aceitado nos termos de qualquer um dos acordos ou regulamentos sanitários internacionais listados no Artigo 58.

8. Caso o Estado que fez a reserva não retire a reserva num prazo de três meses a partir da data da notificação pelo Diretor-Geral referida no parágrafo 6º deste Artigo, o Diretor-Geral solicitará a opinião do Comitê de Revisão, se o Estado que fez a reserva assim o solicitar. O Comitê de Revisão deverá dar seu parecer ao Diretor-Geral, assim que possível e em conformidade com o Artigo 50, quanto ao impacto prático da reserva sobre a operação deste Regulamento.

9. O Diretor-Geral submeterá a reserva, e a opinião do Comitê de Revisão, se aplicável, à consideração da Assembléia de Saúde. Se a Assembléia de Saúde, por voto majoritário, objetar à reserva, com base no argumento de que a mesma é incompatível com o objeto e propósitos deste Regulamento, a reserva não será aceita e este Regulamento entrará em vigor no Estado que fez a reserva somente quando este retirar sua reserva, consoante o Artigo 63. Se a Assembléia de Saúde aceitar a reserva, este Regulamento entrará em vigor no Estado que fez a reserva, sujeito a essa reserva.

Artigo 63 Retirada de rejeições e reservas

1. Uma rejeição feita nos termos do Artigo 61 poderá ser retirada a qualquer momento por um Estado, por meio de uma notificação ao Diretor-Geral. Em tais casos, este Regulamento entrará em vigor em relação àquele Estado quando o Diretor-Geral receber essa notificação, exceto quando o Estado fizer uma reserva ao retirar sua rejeição, caso em que este Regulamento entrará em vigor conforme o disposto no Artigo 62. Em nenhum caso este Regulamento entrará em vigor em relação àquele Estado antes de 24 meses após a data de notificação referida no parágrafo 1º do Artigo 59.

2. O Estado Parte em questão poderá retirar qualquer reserva, total ou parcialmente, a qualquer momento, por meio de notificação ao Diretor-Geral. Em tais casos, a retirada será efetiva a partir da data de recebimento da notificação pelo Diretor-Geral.

Artigo 64 Estados não-Membros da OMS

1. Qualquer Estado não-membro da OMS, que seja signatário de qualquer um dos acordos ou regulamentos sanitários internacionais listados no Artigo 58, ou a quem o Diretor-Geral notificou a adoção desse Regulamento pela Assembléia Mundial de Saúde, poderá tornar-se signatário do Regulamento, notificando sua aceitação ao Diretor-Geral e, sujeito às disposições do Artigo 62, tal aceitação tornar-se-á efetiva na data de entrada em vigor desse Regulamento, ou, se a aceitação for notificada após essa data, três meses após a data de recebimento da notificação da aceitação pelo Diretor-Geral.
2. Qualquer Estado não-membro da OMS que tiver se tornado signatário deste Regulamento poderá a qualquer momento retirar sua participação no mesmo, por meio de uma notificação endereçada ao Diretor-Geral, que entrará em vigor seis meses após seu recebimento pelo Diretor-Geral. A partir dessa data, o Estado que se retirou deste Regulamento deverá voltar a aplicar as disposições de quaisquer acordos ou regulamentos sanitários internacionais listados no Artigo 58 do qual era anteriormente signatário.

Artigo 65 Notificações do Diretor-Geral

1. O Diretor-Geral notificará a adoção deste Regulamento pela Assembléia de Saúde a todos os Estados Membros e Membros Associados da OMS, e também a outros signatários de quaisquer acordos ou regulamentos sanitários internacionais listados no Artigo 58.
2. O Diretor-Geral também notificará esses Estados, assim como quaisquer outros Estados que tiverem se tornado signatários deste Regulamento ou de qualquer uma de suas emendas, de qualquer notificação recebida pela OMS, nos termos dos Artigos 60 a 64 respectivamente, bem como de quaisquer decisões tomadas pela Assembléia de Saúde, nos termos do Artigo 62.

Artigo 66 Textos autênticos

1. As versões do texto deste Regulamento em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo serão igualmente autênticos. Os textos originais deste Regulamento serão depositados junto à OMS.
2. O Diretor-Geral enviará, junto com a notificação prevista pelo no parágrafo 1 do Artigo 59, cópias autenticadas deste Regulamento a todos os Membros e Membros Associados, assim como a outros signatários de quaisquer dos acordos ou regulamentos sanitários internacionais listados no Artigo 58.
3. Quando da entrada em vigor deste Regulamento, o Diretor-Geral entregará cópias autenticadas do mesmo ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para que seja registrado, em conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

ANEXO 1**A. CAPACIDADE BÁSICA NECESSÁRIA PARA VIGILÂNCIA E DE RESPOSTA**

1. Os Estados Partes utilizarão as estruturas e os recursos nacionais existentes para satisfazer às exigências de capacidades básicas, nos termos desse Regulamento, inclusive relativas a:

(a) suas atividades de vigilância, informes, notificação, verificação, resposta e de colaboração que lhe competem; e

(b) suas atividades referentes a portos, aeroportos e passagens de fronteira terrestre designados.

2. Cada Estado Parte avaliará, no período de dois anos após a entrada em vigor desse Regulamento para aquele Estado, a capacidade das estruturas e recursos nacionais existentes de satisfazer às exigências mínimas descritas neste Anexo. Como resultado dessa avaliação, os Estados Partes desenvolverão e implementarão planos de ação, a fim de garantir que tais capacidades mínimas estejam presentes e funcionando em todo o seu território, conforme estabelecido no parágrafo 1º do Artigo 5º e no parágrafo 1º do Artigo 13.

3. Os Estados Partes e a OMS apoiarão processos de avaliação, planejamento e implementação, nos termos deste Anexo.

4. No nível da comunidade local e/ou nível primário de resposta em saúde pública

Capacidades para:

(a) detectar eventos que apresentem níveis de doença ou óbito acima dos esperados para aquele dado tempo e local, em todo território do Estado Parte; e

(b) repassar imediatamente todas as informações essenciais disponíveis ao nível apropriado de resposta de atenção à saúde. No nível comunitário, a notificação será feita às instituições locais de atenção à saúde ou aos profissionais de saúde apropriados. No nível primário de resposta em saúde pública, a notificação será feita aos níveis intermediário ou nacional de resposta, dependendo das estruturas organizacionais. Para os fins deste Anexo, informações essenciais incluem as seguintes: descrições clínicas, resultados laboratoriais, fontes e tipo de risco, número de casos humanos e óbitos, condições que afetem a propagação da doença e as medidas de saúde empregadas; e

(c) implementar imediatamente medidas preliminares de controle.

5. Nos níveis intermediários de resposta em saúde pública

Capacidades para:

- (a) **confirmar a situação dos eventos notificados e apoiar ou implementar medidas adicionais de controle; e**
- (b) **avaliar imediatamente o evento notificado e, se considerado urgente, repassar todas as informações essenciais ao nível nacional. Para os fins deste Anexo, os critérios de urgência incluem impacto grave sobre a saúde pública e/ou natureza incomum ou inesperada, com alto potencial de propagação.**

6. No nível nacional***Avaliação e notificação. Capacidades para:***

- (a) **avaliar todas as informações de eventos urgentes num prazo máximo de 48 horas; e**
- (b) **notificar imediatamente à OMS, por meio do Ponto Focal Nacional para o RSI, quando a avaliação indicar que o evento é de notificação compulsória, consoante o parágrafo 1º do Artigo 6º e o Anexo 2, e informar a OMS conforme exigido consoante as disposições do Artigo 7º e do parágrafo 2º do Artigo 9º.**

Resposta de saúde pública. Capacidades para:

- (a) **determinar rapidamente as medidas de controle necessárias para evitar a propagação nacional e internacional;**
- (b) **prestar apoio, por meio de pessoal especializado, análise laboratorial de amostras (nacionalmente ou por meio de centros colaboradores) e assistência logística (por exemplo, equipamentos, material de consumo e transporte);**
- (c) **prestar assistência no local, conforme necessário, para complementar as investigações locais;**
- (d) **fornecer um elo operacional direto com as autoridades superiores de saúde e de outras áreas, a fim de aprovar rapidamente e implementar medidas de contenção e controle;**
- (e) **fornecer ligação direta com outros Ministérios relevantes;**
- (f) **fornecer, pelos meios de comunicação mais eficientes disponíveis, ligações com hospitais, clínicas, portos, aeroportos, passagens de fronteiras terrestres, laboratórios e outras áreas operacionais chave para a disseminação de informações e recomendações recebidas da OMS referentes a eventos no território do Estado Parte e nos territórios de outros Estados Partes;**
- ~~(g) estabelecer, operar e manter um plano nacional de resposta a emergências de saúde pública, incluindo a criação de equipes multidisciplinares/multisetoriais para responder a eventos que possam~~

constituir emergências de saúde pública de importância internacional; e

(h) fornecer todas as capacidades acima durante 24 horas por dia.

B. CAPACIDADE BÁSICA NECESSÁRIA PARA PORTOS, AEROPORTOS, E PASSAGENS DE FRONTEIRAS TERRESTRES DESIGNADAS

1. Em todos os momentos

Capacidades para:

(a) fornecer acesso a (i) um serviço médico apropriado, que disponha de meios de diagnóstico, localizado de maneira a permitir a pronta avaliação e cuidados aos viajantes doentes, e (ii) funcionários, equipamentos e instalações adequados;

(b) fornecer acesso a equipamentos e pessoal para o transporte de viajantes doentes até um serviço médico apropriado;

(c) fornecer pessoal treinado para a inspeção de meios de transporte;

(d) garantir um ambiente seguro para viajantes utilizando as instalações do ponto de entrada, incluindo suprimento de água potável, estabelecimentos para refeições, serviços de comissaria aérea, banheiros públicos, serviços adequados para a disposição final de resíduos sólidos ou líquidos, e outras áreas de risco potencial, por meio da realização de programas de inspeção, conforme apropriado; e

(e) fornecer, na medida do possível, um programa e pessoal treinado para o controle de vetores e reservatórios nos pontos de entrada ou em suas proximidades.

2. Para responder a eventos que possam constituir emergências de saúde pública de importância internacional

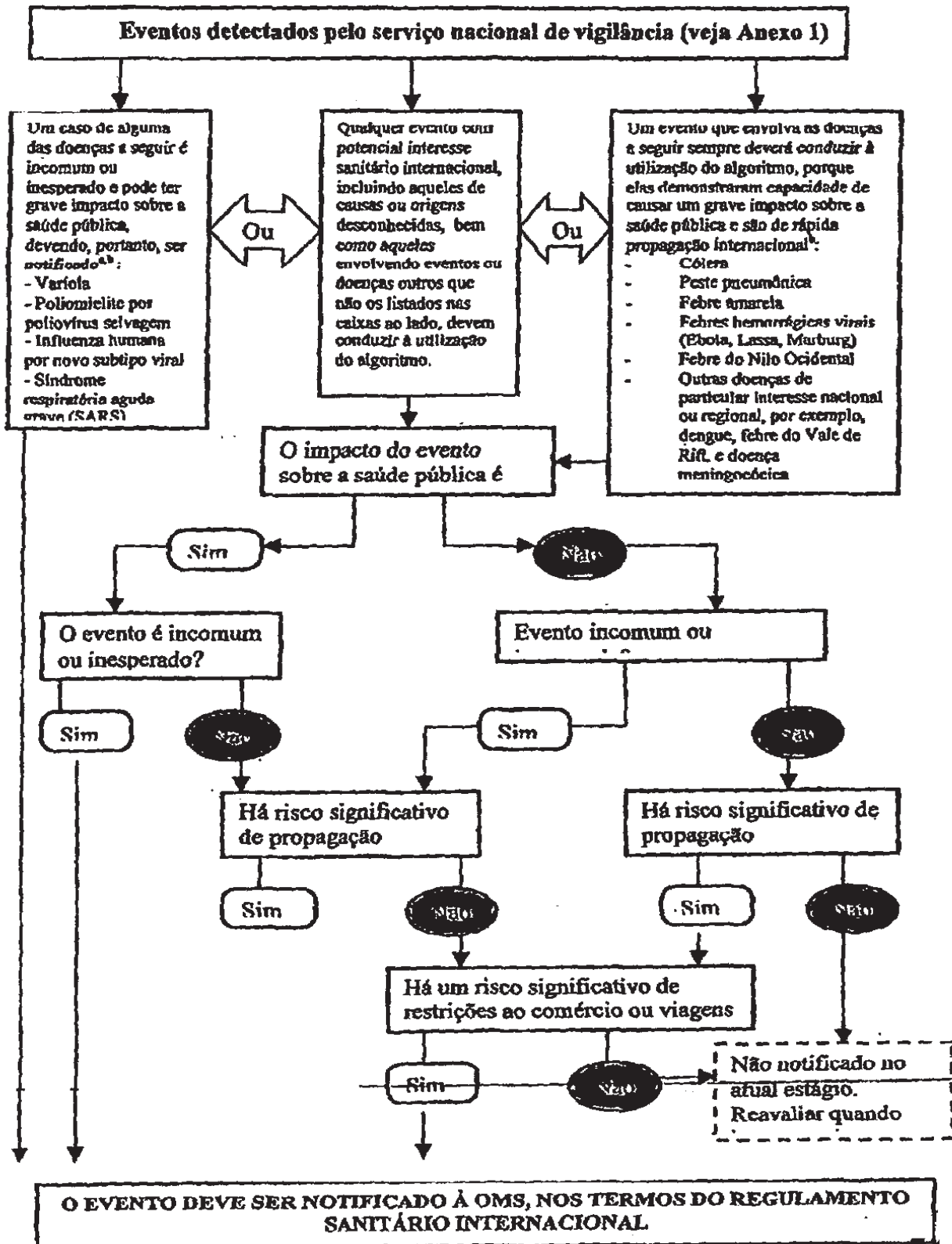
Capacidades para:

(a) fornecer uma resposta apropriada a emergências de saúde pública, estabelecendo e mantendo um plano de contingência para emergências de saúde pública, incluindo a nomeação de um coordenador e de pontos de contato nos pontos de entrada, nas agências de saúde pública e em outros órgãos e serviços relevantes;

(b) fornecer avaliação e assistência a viajantes ou animais afetados, por meio do estabelecimento de acordos com serviços médicos e veterinários locais ~~para seu isolamento, tratamento e outros serviços de apoio que possam ser necessários;~~

- (c) fornecer um espaço adequado, separado de outros viajantes, para entrevistar pessoas suspeitas ou afetadas;**
- (d) garantir a avaliação e, se necessário, a quarentena de viajantes suspeitos, de preferência em instalações distantes do ponto de entrada;**
- (e) aplicar as medidas recomendadas para a desinsetização, desratização, desinfecção, descontaminação ou o tratamento, por qualquer outro modo, de bagagens, carga, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais, quando apropriado, em locais especialmente designados e equipados para esse fim;**
- (f) aplicar controles de entrada ou de saída para viajantes chegando ou deixando o país; e**
- (g) fornecer acesso a equipamentos especialmente designados, e a pessoal treinado com proteção pessoal adequada, para a transferência de viajantes que possam estar contaminados ou serem portadores de infecção.**

**ANEXO 2
INSTRUMENTO DE DECISÃO PARA A AVALIAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DOS EVENTOS QUE POSSAM
CONSTITUIR EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE INTERESSE INTERNACIONAL.**



EXEMPLOS PARA A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE DECISÃO PARA AVALIAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS QUE POSSAM CONSTITUIR EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE INTERESSE INTERNACIONAL

Os exemplos neste Anexo não são vinculantes, e são apresentados a título indicativo, com o objetivo de auxiliar na interpretação dos critérios do instrumento de decisão.

O EVENTO SATISFAZ A PELO MENOS DOIS DOS SEGUINTE CRITÉRIOS?

O impacto do evento sobre a saúde pública é grave?	I. O impacto do evento sobre a saúde pública é grave?
	1. <i>O número de casos e/ou o número de óbitos para esse tipo de evento é alto para aquele local, tempo ou população determinados?</i>
	2. <i>O evento tem potencial para causar um grande impacto sobre a saúde pública?</i>
	3. <i>É necessária assistência externa para detectar, investigar, responder e controlar o evento atual ou evitar novos casos?</i>
	<p>APRESENTAMOS, A SEGUIR, EXEMPLOS DE CIRCUNSTÂNCIAS QUE CONTRIBUEM PARA QUE O IMPACTO SOBRE A SAÚDE PÚBLICA SEJA GRANDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Evento causado por um agente patogênico com alto potencial de causar epidemias (patogenicidade do agente, alta letalidade, múltiplas vias de transmissão ou portadores são). ✓ Indicação de fracasso terapêutico (resistência a antibióticos nova ou emergente, ineficácia da vacina, resistência ou ineficácia de antídotos). ✓ O evento representa um risco significativo para a saúde pública, ainda que nenhum ou poucos casos humanos tenham sido identificados. ✓ Relato de casos entre profissionais de saúde. ✓ A população de risco é especialmente vulnerável (refugiados, baixo nível de imunização, crianças, idosos, baixa imunidade, desnutridos, etc.). ✓ Fatores concomitantes que possam impedir ou retardar a resposta de saúde pública (catástrofes naturais, conflitos armados, condições meteorológicas desfavoráveis, múltiplos focos no Estado Parte). ✓ Evento em área de alta densidade populacional. ✓ Propagação de materiais tóxicos, infecciosos ou de por alguma outra razão perigosos, de origem natural ou não, que tenham contaminado ou tenham o potencial de contaminar uma população e/ou uma grande área geográfica.
	<p>APRESENTAMOS A SEGUIR EXEMPLOS DE SITUAÇÕES EM QUE A ASSISTÊNCIA PODE SER NECESSÁRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Recursos humanos, financeiros, materiais ou técnicos inadequados – em particular: <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade laboratorial ou epidemiológica insuficiente para investigar o evento (equipamento, pessoal, recursos financeiros) - Antídotos, medicamentos e/ou vacinas e/ou equipamento de proteção, equipamento de descontaminação ou equipamento de apoio insuficientes para atender às necessidades estimadas - Sistema de vigilância existente inadequado para a detectar casos novos rapidamente.
	<p>O IMPACTO DO EVENTO SOBRE A SAÚDE PÚBLICA É GRAVE? Responda "sim" caso você seja responsável "sim" as questões 1 e 2, ou "não" se...</p>

O evento é incomum ou inesperado?	II. O evento é incomum ou inesperado?
	<p>4. <i>O evento é incomum?</i></p> <p>APRESENTAMOS, A SEGUIR, EXEMPLOS DE EVENTOS INCOMUNS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O evento é causado por um agente desconhecido, ou a fonte, veículo ou via de transmissão são incomuns ou desconhecidos. ✓ A evolução dos casos é mais severa do que o esperado (incluindo morbidade ou mortalidade) ou os sintomas apresentados são incomuns. ✓ A ocorrência do evento em si é incomum para a região, estação ou população. <p>5. <i>O evento é inesperado sob a perspectiva de saúde pública?</i></p> <p>APRESENTAMOS, A SEGUIR, EXEMPLOS DE EVENTOS INESPERADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Evento causado por uma doença ou agente que já tenha sido eliminado ou erradicado do Estado Parte ou que não tenha sido notificado anteriormente. <p style="text-align: center;">HA RISCO SIGNIFICATIVO DE PROPAGAÇÃO INTERNACIONAL?</p> <p>Responde: "Sim" caso você tiver respondido "Sim" às perguntas 4 ou 5 acima.</p>

Há um risco significativo de propagação internacional?	III. Há risco significativo de propagação internacional?
	<p>6. <i>Há evidências de correlação epidemiológica com eventos similares em outros Estados?</i></p> <p>7. <i>Existe algum fator que deva alertar sobre potencial deslocamento transfronteiriço do agente, veículo ou hospedeiro?</i></p> <p>APRESENTAMOS, A SEGUIR, EXEMPLOS DE CIRCUNSTÂNCIAS QUE PODEM PREDISPOR À PROPAGAÇÃO INTERNACIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando houver evidências de propagação local, um caso índice (ou outros casos relacionados) com antecedente, no mês anterior, de: <ul style="list-style-type: none"> – viagem internacional (ou o tempo equivalente ao período de incubação, caso o agente patogênico for conhecido) – participação em encontro internacional (peregrinação, evento esportivo, conferência, etc.) – contato próximo com viajante internacional ou com população altamente móvel. ✓ Evento causado por uma contaminação ambiental com potencial de propagação através de fronteiras internacionais. ✓ Evento em área de tráfego internacional intenso, com capacidade limitada de controle sanitário, de detecção ambiental ou de descontaminação. <p style="text-align: center;">HA RISCO SIGNIFICATIVO DE PROPAGAÇÃO INTERNACIONAL?</p> <p>Responde: "Sim" caso você tiver respondido "Sim" às perguntas 6 ou 7 acima.</p>

Risco de restrições internacionais?	IV. Há risco significativo de restrições ao comércio ou viagens internacionais?
	<i>8. Eventos similares no passado resultaram em restrições internacionais ao comércio e/ou viagens?</i>
	<i>9. Sabe-se ou suspeita-se que a fonte seja um produto alimentar, água ou qualquer outra mercadoria que possa estar contaminada e que tenha sido exportada para outros Estados ou importada de outros Estados?</i>
	<i>10. O evento ocorreu em associação com um encontro internacional ou em área de intenso turismo internacional?</i>
	<i>11. O evento gerou pedidos de maiores informações por parte de autoridades estrangeiras ou meios de comunicação internacionais?</i>
<p>EXEMPLO DE RESPOSTAS AOS CRITÉRIOS I-IV</p> <p>Respostas são "sim" ou "não" dependendo dos parâmetros de risco.</p>	

Os Estados Partes que tiverem respondido “sim” à pergunta sobre se o evento satisfaz a dois dos quatro critérios (I-IV) acima deverão notificar a OMS, nos termos do Artigo 6 do Regulamento Sanitário Internacional.

ANEXO AO MODELO DE CERTIFICADO DE DISPENSA DE SANEAMENTO DA EMBARCAÇÃO CERTIFICADO DE CONTROLE E SANEAMENTO DA EMBARCAÇÃO
 C.S.

Áreas/instalações/sistemas inspecionados	Evidências encontradas	Resultados de amostras	Documentos examinados	Medidas de controle aplicadas	Data de reinspeção	Comentários sobre as condições encontradas
Alimentos						
Origem						
Armazenamento						
Preparo						
Serviço						
Água						
Fonte						
Armazenamento						
Distribuição						
Lixo						
Guarda						
Tratamento						
Disposição						
Piscinas/spas						
Equipamento						
Funcionamento						
Instalações médicas						
Equipamento e aparelhagem						
Funcionamento						
Medicamentos						
Outras áreas inspecionadas						

Indique quando as áreas listadas não são aplicáveis, assinalando N/A.

ANEXO 3

MODELO DE CERTIFICADO DE DISPENSA DE SANTEAMENTO DA EMBARCAÇÃO CERTIFICADO DE CONTROLE DE SANIDADE DE EMBARCAÇÃO

Nome do responsável pela embarcação: Porto de Data:
O presente Certificado registra a inspeção e 1) dispensa de saneamento ou 2) medidas de controle aplicadas
No momento da inspeção os portos estavam vazios/carregados com Matricula/Nº OMI:
Nome e endereço do inspetor:

Certificado de Dispensa de Saneamento da Embarcação

Table with 4 columns: Áreas, instalações e serviços examinados; Evidências encontradas; Resultados de amostras; Documentos examinados.

Nenhuma evidência encontrada. A embarcação está dispensada de medidas de controle.
Nome e título do funcionário emissor: Assinatura e carimbo: Data:

1) Evidências de infestação ou contaminação, incluindo: vetores em todos os estúgios de crescimento, reservatórios animais para venozes, roedores ou outras espécies que possam veicular doença humana, gases químicos, microbiológicos ou de outros tipos para a saúde humana; sinais de medidas sanitárias inadequadas. (b) Infestações referentes a qualquer caso humano
2) Resultados de amostras coletadas a bordo. As análises devem ser formadas ao capto do navio pelos meios mais rápidos e, caso seja necessária reinspeção, ao próximo porto de escala que permitir e coincida com a data de reinspeção especificada no presente certificado.
O Certificado de Controle e Saneamento da Embarcação e o Certificado de Dispensa de Saneamento são válidos por, no máximo, seis meses, prorrogáveis por um mês caso não seja possível realizar a inspeção naquele porto e não haja evidências de infestação ou contaminação.

Certificado de Controle e Saneamento da Embarcação

Table with 4 columns: Medidas de controle aplicadas; Data de reinspeção; Comentários sobre as condições encontradas.

As medidas de controle indicadas foram aplicadas no data abito.

ANEXO 4

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS REFERENTES A VEÍCULOS E OPERADORES DE VEÍCULOS

Seção A. Operadores de veículos.

1. Os operadores de veículos deverão facilitar:
 - (a) as inspeções da carga, contêineres e veículos;
 - (b) os exames médicos das pessoas a bordo;
 - (c) a aplicação de outras medidas sanitárias, nos termos do presente Regulamento; e
 - (d) o fornecimento de informações sanitárias relevantes solicitadas pelo Estado Parte.

2. Os operadores de veículos deverão fornecer à autoridade competente um Certificado de Dispensa de Saneamento da Embarcação ou um Certificado de Controle e Saneamento da Embarcação, ou uma Declaração Marítima de Saúde, ou a Parte Sanitária de uma Declaração Geral de Aeronave, dentro do prazo de validade, conforme exigido nos termos do presente Regulamento.

Seção B. Veículos

1. As medidas de controle aplicadas a bagagem, carga, contêineres, veículos e mercadorias nos termos do presente Regulamento serão aplicadas de maneira a evitar, na medida do possível, dano ou incômodo a pessoas ou dano a bagagem, carga, contêineres, veículos e mercadorias. Sempre que possível e apropriado, as medidas de controle deverão ser aplicadas quando os veículos e os porões estiverem vazios.

2. Os Estados Partes deverão indicar, por escrito, as medidas aplicadas a carga, contêineres ou veículos; as partes tratadas; os métodos utilizados; e as razões para sua aplicação. Essas informações serão fornecidas, por escrito, ao responsável pela aeronave e, no caso de uma embarcação, no Certificado de Controle e Saneamento da Embarcação. Em se tratando de outros tipos de carga, contêineres ou veículos, os Estados Partes deverão emitir essas informações, por escrito, a consignantes, consignados, transportadores, responsáveis pelo veículo ou seus respectivos agentes.

ANEXO 5

MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES

1. A OMS publicará, regularmente, uma lista das áreas que são objeto de recomendação de desinsetização ou de outras medidas de controle vetorial para veículos provenientes dessas áreas. A definição de tais áreas será feita consoante os procedimentos referentes a recomendações temporárias ou permanentes, conforme adequado.
2. Todos os veículos partindo de um ponto de entrada situado numa área que seja objeto de recomendação de controle vetorial devem ser desinsetizados e mantidos livres de vetores. Quando houver uma recomendação da Organização quanto a métodos e materiais para tais procedimentos, esses devem ser utilizados. A presença de vetores a bordo de veículos e as medidas de controle usadas para erradicá-los devem ser relatadas:
 - (a) no caso de aeronaves, na Parte Sanitária da Declaração Geral de Aeronave, a não ser que essa parte da Declaração seja dispensada pela autoridade competente no aeroporto de chegada;
 - (b) no caso de navios, no Certificado de Controle e Saneamento da Embarcação; e
 - (c) no caso de outros veículos, numa prova escrita do tratamento, emitida ao consignante, consignado, transportador, responsável pelo veículo ou seus respectivos agentes.
3. Os Estados Partes deverão aceitar a desinsetização, desratização e outras medidas de controle dos meios de transporte aplicadas por outros Estados, caso tiverem sido aplicados os métodos e materiais aconselhados pela Organização.
4. Os Estados Partes deverão estabelecer programas de controle de vetores de agentes infecciosos que constituam risco à saúde pública até uma distância mínima de 400 metros das áreas de instalações dos pontos de entrada que são utilizadas para operações envolvendo viajantes, veículos, contêineres, carga e encomendas postais, aumentando-se a distância mínima caso tratar-se de vetores com um raio de alcance maior.
5. Caso seja necessária uma inspeção de seguimento para determinar o sucesso das medidas de controle vetorial aplicadas, as autoridades competentes na próxima escala portuária ou aeroportuária conhecida que disponha de capacidade para realizar tal inspeção deverão ser informadas pela autoridade competente que sugere esse seguimento com antecedência. No caso de navios, esse fato deve ser assinalado no Certificado de Controle e Saneamento da Embarcação.
6. um veículo poderá ser considerado suspeito e deverá ser inspecionado à procura de vetores e reservatórios, se:
 - (a) houver um possível caso de doença transmitida por vetores a bordo;
 - (b) durante uma viagem internacional, tiver ocorrido um possível caso de doença transmitida por vetores a bordo; ou
 - (c) o intervalo de tempo transcorrido desde a sua saída de uma área afetada permite que vetores a bordo ainda possam transmitir a doença.
7. Um Estado Parte não proibirá a aterrissagem de uma aeronave ou a ancoragem de um navio em seu território caso tenham sido aplicadas as medidas de controle determinadas no parágrafo 3º do presente Anexo ou de outra forma recomendadas pela Organização. Entretanto, pode-se determinar que aeronaves ou navios provenientes de uma área afetada aterrissem em aeroportos ou atracuem em portos designados pelo Estado Parte para essa finalidade.
8. Um Estado Parte poderá aplicar medidas de controle vetorial a um veículo proveniente de uma área afetada por doença transmitida por vetor, caso os vetores para a mencionada doença estiverem presentes em seu território.

ANEXO 6

VACINAÇÃO, PROFILAXIA E RESPECTIVOS CERTIFICADOS

1. As vacinas ou outras medidas de profilaxia especificados no Anexo 7 ou recomendados nos termos desse Regulamento deverão ser de qualidade adequada; as vacinas e profilaxia designadas pela OMS estarão sujeitas à aprovação da mesma. Quando solicitado, o Estado Parte deverá fornecer à OMS evidências apropriadas da adequação das vacinas e profilaxia administradas em seu território, nos termos desse Regulamento.
2. As pessoas que forem vacinadas ou receberem outro tipo de profilaxia nos termos do presente Regulamento deverão receber um certificado internacional de vacinação ou profilaxia (doravante denominado o "certificado"), no formato especificado no presente Anexo. Não será permitido nenhuma alteração em relação ao modelo de certificado reproduzido nesse Anexo.
3. Os certificados expedidos segundo os termos do presente Anexo somente serão válidos quando a vacina ou profilaxia utilizada for aprovada pela OMS.
4. Os certificados devem ser assinados à mão pelo clínico que supervisione a administração da vacina ou profilaxia, que deverá ser um médico ou outro profissional de saúde autorizado. O certificado também deve conter o carimbo oficial do centro de vacinação; entretanto, esse carimbo não será aceito em substituição à assinatura.
5. Os certificados deverão ser totalmente preenchidos em inglês ou francês, podendo ser preenchidos, adicionalmente, numa terceira língua, além de inglês ou francês.
6. Qualquer alteração ou rasura no certificado ou a omissão de preenchimento de qualquer uma de suas partes poderá torná-lo inválido.
7. Os certificados são individuais e não devem, em nenhuma circunstância, ser usados coletivamente. Devem ser emitidos certificados em separado para crianças.
8. Quando a criança não for capaz de escrever, o pai, mãe ou tutor legal deverá assinar o certificado. A assinatura de um analfabeto deverá ser feita da maneira usual, com a marca da pessoa e a indicação, feita por um terceiro, de que aquela é a marca da pessoa em questão.
9. Caso o clínico de uma pessoa julgue que a vacinação ou profilaxia está contra-indicada por razões médicas, ele(a) deverá fornecer à pessoa uma declaração, por escrito, em inglês ou francês e, quando apropriado, numa terceira língua além do francês e do inglês, que fundamente essa opinião, a ser considerada pelas autoridades competentes na chegada. O clínico e as autoridades competentes deverão informar tais pessoas sobre os riscos associados à não-vacinação e ao não-uso de profilaxia em conformidade com o parágrafo 4 do Artigo 23.
10. Será aceito um documento equivalente, emitido pelas Forças Armadas a um de seus membros ativos, em lugar de um certificado internacional no formato apresentado no presente Anexo, caso o documento:
 - (a) contenha informações médicas equivalentes às exigidas nesse formulário; e
 - (b) contenha uma declaração em inglês ou em francês, e quando apropriado num terceiro idioma além de inglês ou francês, registrando a natureza e a data da vacinação ou profilaxia, e que o documento tenha sido emitido em conformidade com o presente parágrafo.

MODELO DE CERTIFICADO INTERNACIONAL DE VACINAÇÃO OU PROFILAXIA

Certifica que [nome], data de nascimento, sexo, nacionalidade, registro nacional de identificação, se aplicável

cuja assinatura segue

foi vacinado(a) ou recebeu profilaxia, na data indicada, contra: (nome da doença ou agravo)

em conformidade com o Regulamento Sanitário Internacional.

Vacina ou profilaxia	Data	Assinatura e condição profissional do clínico supervisor	Origem e número do lote da vacina ou profilaxia	Validade do certificado de ... até	Carimbo oficial do centro de vacinação
1.					
2.					

Este certificado só é válido quando a vacina ou profilaxia usada for aprovada pela Organização Mundial da Saúde.

Este certificado deve ser assinado à mão pelo clínico, que deverá ser um médico ou outro profissional de saúde autorizado que supervisione a administração da vacina ou profilaxia. O certificado também deve conter o carimbo oficial do centro de vacinação; entretanto, ele não será aceito como substituto para a assinatura.

Qualquer alteração, rasura, ou falta de preenchimento de algum item do certificado alterará sua validade.

A validade deste certificado se estenderá até a data indicada para a vacinação ou profilaxia particular. O certificado deverá ser totalmente preenchido em inglês ou francês. O certificado poderá ser preenchido, adicionalmente, no mesmo documento, numa terceira língua, além de inglês ou francês.

ANEXO 7**EXIGÊNCIAS RELATIVAS À VACINAÇÃO OU À PROFILAXIA PARA DOENÇAS ESPECÍFICAS**

1. Além das recomendações relativas à vacinação ou à profilaxia, poderá ser exigida como condição para a entrada de um viajante em um Estado Parte, nos termos desse Regulamento, prova de vacinação ou de profilaxia contra as seguintes doenças:

Vacinação contra a febre amarela.

2. Recomendações e exigências referentes à vacinação contra febre amarela:

(a) Para os fins do presente Anexo:

(i) o período de incubação da febre amarela é de seis dias;

(ii) as vacinas contra febre amarela aprovadas pela OMS conferem proteção contra a infecção a partir de 10 dias após a administração da vacina;

(iii) essa proteção se mantém por 10 anos; e

(iv) a validade de um certificado de vacinação contra a febre amarela será de 10 anos, com início 10 dias após a data de vacinação ou, no caso de uma revacinação dentro desse período de 10 anos, com início na data dessa revacinação.

(b) A vacinação contra a febre amarela pode ser exigida de qualquer viajante deixando uma área onde a Organização tenha determinado a existência de risco de transmissão de febre amarela.

(c) Se um viajante estiver de posse de um certificado de vacinação contra a febre amarela cujo prazo de validade ainda não tenha entrado em vigor, o viajante poderá ter autorização para viajar, mas os dispositivos do parágrafo 2(h) do presente Anexo poderão ser aplicados à sua chegada.

(d) Um viajante de posse de um certificado válido de vacinação contra a febre amarela não deverá ser tratado como suspeito, ainda que proceda de uma área onde a Organização tenha determinado haver risco de transmissão de febre amarela.

(e) Em conformidade com o parágrafo 1 do Anexo 6, a vacina de febre amarela utilizada tem que ser aprovada pela Organização.

(f) Os Estados Partes designarão centros específicos de vacinação contra a febre amarela em seus territórios, a fim de garantir a qualidade e segurança dos procedimentos e dos materiais utilizados.

(g) ~~Todas as pessoas empregadas em pontos de entrada situados em uma área onde a~~ Organização determinou haver risco de transmissão de febre amarela, assim como todos os membros da tripulação de um meio de transporte que utilize esse ponto de entrada, devem estar de posse de um certificado válido de vacinação contra a febre amarela.

(h) Um Estado Parte em cujo território exista o vetor da febre amarela pode exigir que um viajante proveniente de uma área na qual a Organização determinou haver risco de transmissão de febre amarela e que não apresente um certificado válido de vacinação contra a febre amarela, fique em quarentena até que o certificado se torne válido ou por um período de até seis dias, contados a partir da data da última exposição possível à infecção, o que for mais curto.

(i) Viajantes que possuem uma dispensa de vacinação contra a febre amarela, assinada por uma autoridade médica autorizada ou um profissional de saúde autorizado, podem, apesar disso, receber permissão de entrada, sujeita às disposições do parágrafo anterior do presente Anexo e ao recebimento de informações referentes à proteção contra os vetores da febre amarela. Caso os viajantes não sejam colocados em quarentena, pode-se exigir que os mesmos notifiquem qualquer sintoma, febril ou de outra ordem, às autoridades competentes e que sejam colocados sob vigilância.

ANEXO 8

MODELO DA DECLARAÇÃO MARÍTIMA DE SAÚDE

A ser preenchida e apresentada às autoridades competentes pelos capitães de navios procedentes de portos estrangeiros.

Apresentada no porto de..... Data

Nome do navio ou barco fluvial ou lacustre Matrícula/Nº OMI

Procedência.....Destino.....

(Nacionalidade)(Bandeira do navio).....Nome completo do capitão

Tonelagem bruta (embarcação marítima)

Tonelagem (embarcação fluvial ou lacustre)

Certificado de Dispensa de Saneamento/Certificado de Controle e Saneamento válido presente a bordo? sim.... não... Emitido em

Há necessidade de reinspeção? sim..... não.....

A embarcação esteve em alguma área identificada como afetada pela Organização Mundial da Saúde? sim.... não.....

Porto e data da estadia

Liste os portos onde fez escalas desde o início da viagem, com as datas de partida, ou nos últimos 30 dias, o período mais curto.....

Caso solicitado pelas autoridades competentes no porto de chegada, liste os tripulantes, passageiros ou outras pessoas que tenham embarcado desde o início da viagem internacional ou nos últimos trinta dias, o período mais curto, incluindo todos os portos/países visitados nesse período (se necessário, acrescente mais nomes à lista em anexo):

(1) Nome embarcado desde: (1).....(2).....(3).....

(2) Nome embarcado desde: (1).....(2).....(3).....

(3) Nome embarcado desde: (1).....(2).....(3).....

Número de tripulantes a bordo

Número de passageiros a bordo

Questionário de saúde

- (1) Houve algum óbito a bordo durante a viagem, que não em decorrência de um acidente? sim não
Em caso afirmativo, informe os detalhes no formulário em anexo. Número total de óbitos
- (2) Durante a viagem internacional, há ou houve a bordo algum caso de doença que você suspeite ser de natureza infecciosa? sim..... não..... Em caso afirmativo, informe os detalhes no formulário em anexo.
- (3) O número total de passageiros doentes durante a viagem foi maior do que o normal/esperado? sim.... não.... Quantas pessoas doentes?
- (4) Há alguma pessoa doente a bordo neste momento? sim..... não..... Em caso afirmativo, informe os detalhes no formulário em anexo.
- (5) Foi consultado um médico? sim..... não..... Em caso afirmativo, informe os detalhes das orientações ou tratamento médico prestado no formulário em anexo.
- (6) Você está ciente de qualquer condição a bordo que possa levar à infecção ou à propagação de doenças? sim..... não..... Em caso afirmativo, informe os detalhes no formulário em anexo.
- (7) Foi aplicada alguma medida sanitária a bordo (por exemplo, quarentena, isolamento, desinfecção ou descontaminação)? sim não.....
Em caso afirmativo, especifique o tipo, local e data
- (8) Foi encontrado algum clandestino a bordo? sim não..... Em caso afirmativo, em que local entrou no navio (se conhecido)?
- (9) Há algum animal/animal de estimação doente a bordo? sim não.....

Nota: Na ausência de um médico, o capitão deverá considerar os seguintes sintomas como motivos para suspeitar da presença de uma doença de natureza infecciosa:

- (a) febre persistente por vários dias ou acompanhada de (i) prostração; (ii) diminuição de consciência; (iii) aumento de gânglios; (iv) icterícia; (v) tosse ou dispnéia; (vi) sangramento incomum; ou (vii) paralisia.
- (b) com ou sem febre: (i) qualquer exantema ou erupção cutânea aguda; (ii) vômitos severos (que não enjojo marítimo); (iii) diarreia severa; ou (iv) convulsões recorrentes.

Declaro que os detalhes e respostas às perguntas dessa Declaração de Saúde (incluindo o formulário em anexo) são verdadeiros e corretos, no meu sincero conhecimento e opinião.

Assinado

Capitão

Confirmado

Médico de bordo (se houver)

Data.....

ANEXO AO MODELO DE DECLARAÇÃO MARÍTIMA DE SAÚDE

Nome	Que- se ou posto	Idade	Sexo	Nacionalidade	Porto de embarque	Natureza da doença	Data do início dos sintomas	Autoridade médica portuária notificada?	Doença do caso*	Drugs, medicamentos ou outros tratamentos administrados ao paciente	Comentários

* Declare: (1) se a pessoa se recuperou, continua doente ou foi a óbito; e (2) se a pessoa continua a bordo, foi evacuada (incluindo o nome do porto ou aeroporto), ou foi enterrada no mar.

ANEXO 9

**ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA DECLARAÇÃO GERAL
PROMULGADA PELA ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL***

PARTE SANITÁRIA DA DECLARAÇÃO GERAL DE AERONAVE

Declaração de Saúde

Pessoas a bordo com doenças outras que não enjôo ou resultados de acidentes (incluindo pessoas com sinais ou sintomas de doenças, tais como exantema, febre, calafrios, diarreia), bem como os casos de doentes desembarcados durante o voo:

.....
.....

) Qualquer outra condição a bordo que possa levar à propagação de doenças:

.....

Detalhes de cada desinsetização ou tratamento sanitário durante o voo (local, data, hora, método). Caso não tenha sido realizada nenhuma desinsetização durante o voo, forneça detalhes da desinsetização mais recente.

.....

.....

Assinatura, se necessária:

Membro da tripulação responsável

(Oitava sessão plenária, 23 de maio de 2005 –

Comitê A, terceiro relatório)

* Um grupo de trabalho informal reuniu-se durante a segunda sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental e recomendou alterações neste documento, que a OMS submeterá à consideração apropriada da Organização Internacional de Aviação Civil.

Mensagem nº 1.025, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial da Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas à sua entrada em vigor no Brasil.

Brasília, 29 de novembro de 2006.



EM 00197 DHS/DTS/DAI - MRE-PEMU-OMS

Brasília, 9 de novembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Durante a 58ª Assembléia Mundial da Saúde, realizada em maio de 2005, foi acordado texto final do Regulamento Sanitário Internacional, que visa a estabelecer normas sanitárias internacionais necessárias à manutenção da segurança no âmbito da saúde em casos de alerta epidêmico, assim como em resposta a acidentes naturais ou à liberação acidental ou deliberada de agentes químicos, biológicos ou radioativos.

2. O novo RSI amplia a esfera de ação do Regulamento ora em vigor, adotado em 1969 e modificado em 1973 e 1981. Para tanto, dispõe sobre a revogação de diversos instrumentos internacionais, além de criar direitos e obrigações para as Partes. A Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS), contudo, não prevê a aceitação obrigatória dos Regulamentos que a Assembléia Geral venha a aprovar, facultando aos Membros rejeitar ou apresentar reservas aos mesmos. No caso do RSI 2005, o prazo para apresentação de reservas ou rejeição do mesmo expirará em 15 de dezembro de 2006. O novo Regulamento entrará em vigor em 15 de junho de 2007 para todos os Membros da OMS, com exceção daqueles que tenham manifestado sua rejeição ou reservas no prazo estabelecido.

3. O Brasil participou ativamente da negociação do novo Regulamento, que envolve medidas de competência multisetorial. Foram consultados os Ministérios da Saúde, da Defesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Itamaraty, entre outros. A incorporação das recomendações constantes do RSI 2005, adotado pela 58ª Assembleia Mundial da Saúde, em 23 de maio de 2005, ao ordenamento sanitário brasileiro é assunto que se reveste de grande importância e assume caráter de urgência, em vista da necessidade de manter o País em consonância com os padrões internacionais no tocante à reação a casos de alerta epidêmico.

4. Face ao exposto, nos termos do artigo 49, I, combinado com o artigo 84, VIII, ambos da Constituição Federal, encaminho a Vossas Excelências o novo Regulamento Sanitário Internacional, com vistas à sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 67, DE 2009

(nº 53/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS ENTRE OS ESTADOS MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, doravante denominados "Estados Contratantes":

Animados do desejo de reforçar a cooperação judiciária em matéria Penal;

Considerando que esta cooperação deve servir os interesses de uma boa administração da Justiça e favorecer a reinserção social das pessoas condenadas;

Considerando que uma das formas de prosseguir tais objetivos consiste em proporcionar às pessoas que se encontrem privadas da sua liberdade em virtude de uma decisão judicial, a possibilidade de cumprirem a condenação no seu próprio meio social e familiar de origem; e

Tendo presente que deve ser garantido o pleno respeito pelos direitos humanos decorrentes das normas e princípios universalmente reconhecidos,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º Definições

Para os fins da presente Convenção, a expressão:

- a) "Condenação" significa qualquer pena ou medida privativa da liberdade, por um período determinado ou indeterminado, em virtude da prática de um fato ilícito;**
- b) "Sentença" significa uma decisão judicial transitada em julgado impondo uma condenação;**
- c) "Estado da condenação" significa o Estado no qual foi condenada a pessoa que pode ser ou já foi transferida;**
- d) "Estado da execução" significa o Estado para o qual o condenado pode ser ou já foi transferido, a fim de cumprir a condenação.**

Artigo 2º Princípios gerais

1. Os Estados Contratantes comprometem-se a cooperar mutuamente, nas condições previstas na presente Convenção, com o objetivo de possibilitar a transferência de pessoas condenadas.

2. A transferência poderá ser solicitada pelo Estado da condenação ou pelo Estado da execução, em qualquer dos casos a requerimento ou com consentimento expresso da pessoa condenada.

3. Os Estados Contratantes tomarão em consideração, em relação aos pedidos de transferência que formulem ou executem, os fatores que contribuem para a reinserção social da pessoa condenada e as condições em que a condenação poderá ser efetivamente cumprida.

Artigo 3^o **Condições para a transferência**

1. Nos termos da presente Convenção, a transferência poderá ter lugar nas seguintes condições:

- a) O condenado ser nacional ou residente legal e permanente do Estado da execução;
- b) A sentença ser definitiva;
- c) Se na data de recepção do pedido de transferência, a duração da condenação que o condenado tem ainda de cumprir for superior a um ano ou indeterminada;
- d) Se o condenado, ou quando em virtude da sua idade ou do seu estado físico ou mental a legislação de um dos Estados Contratantes o considere necessário, o seu representante, tiver consentido na transferência;
- e) Se os fatos que originaram a condenação constituírem também infração penal face à lei do Estado da execução; e
- f) Se o Estado da condenação e o Estado da execução estiverem de acordo quanto à transferência.

2. Em casos excepcionais, os Estados Contratantes podem acordar numa transferência, mesmo quando a duração da condenação que o condenado tem ainda a cumprir for inferior à prevista na alínea c) do n^o 1 do presente artigo.

Artigo 4^o **Obrigação de fornecer informações**

1. Qualquer condenado ao qual a presente Convenção se possa aplicar deve ser informado do seu conteúdo pelo Estado da condenação, sendo-lhe entregue o modelo de requerimento que se encontra em anexo à presente Convenção.

2. Se o condenado exprimir, junto do Estado da condenação, o desejo de ser transferido ao abrigo da presente Convenção, este Estado deve informar de tal fato o Estado da execução, o mais cedo possível, logo após a sentença ter transitado em julgado. A informação é acompanhada de indicação da decisão deste quanto à transferência.

3. A informação referida no número anterior deve conter:

a) Indicação do crime pelo qual a pessoa foi condenada, da duração da pena ou medida aplicada, do tempo já cumprido e do tempo que falta cumprir;

b) Cópia autenticada da sentença;

c) Cópia das disposições legais aplicadas;

d) Declaração da pessoa condenada contendo o seu consentimento na transferência;

e) Sempre que for caso disso, qualquer relatório médico ou social sobre o condenado, qualquer informação sobre o seu tratamento no Estado da condenação e qualquer recomendação para a continuação do seu tratamento no Estado da execução; e

f) Outros elementos de interesse para a execução da pena.

4. O Estado Contratante para o qual a pessoa deve ser transferida poderá solicitar as informações complementares que considere necessárias.

5. A pessoa condenada deve ser informada por escrito de todas as diligências empreendidas por qualquer Estado Contratante em conformidade com os números anteriores, bem como de qualquer decisão tomada relativamente a um pedido de transferência.

Artigo 5º

Decisão sobre o pedido de transferência

1. A decisão de aceitar ou recusar a transferência é comunicada ao Estado que formular o pedido, no mais curto prazo possível.

2. O Estado que recusar a transferência dará conhecimento ao outro Estado dos motivos dessa recusa.

Artigo 6º

Autoridades centrais

Os Estados Contratantes designarão as autoridades centrais respectivas para efeitos de aplicação da presente Convenção, no momento em que procederem, em conformidade com o disposto no artigo 18º, ao depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 7º
Consentimento e verificação

1. O Estado da condenação deverá assegurar-se de que a pessoa cujo consentimento para a transferência é necessário nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 3º, o presta voluntariamente e com plena consciência das consequências jurídicas daí decorrentes. O processo para a prestação de tal consentimento rege-se pela lei do Estado da condenação.
2. O Estado da condenação deverá facultar ao Estado da execução a possibilidade de verificar, por intermédio de funcionário designado por mútuo acordo, se o consentimento foi dado nas condições referidas no número anterior.

Artigo 8º
Transferência e seus efeitos

1. Decidida a transferência, a pessoa condenada será entregue ao Estado onde deva cumprir a condenação em local acordado entre os Estados Contratantes.
2. A execução da condenação fica suspensa no Estado da condenação logo que a autoridades do Estado da execução tomem o condenado a seu cargo.
- 3- Cumprida a condenação no Estado para o qual a pessoa foi transferida, o Estado da condenação não pode mais executá-la.

Artigo 9º
Execução

1. A transferência de qualquer pessoa condenada apenas poderá ter lugar se a sentença for exequível no Estado para o qual a pessoa deva ser transferida.
2. O Estado para o qual a pessoa deve ser transferida não pode:
 - a) Agravar, aumentar ou prolongar a pena ou a medida aplicada no Estado da condenação, nem privar a pessoa condenada de qualquer direito para além do que resultar da sentença proferida no Estado da condenação;
 - b) Alterar a matéria de fato constante da sentença proferida no Estado da condenação.
3. Na execução da pena, observam-se a legislação e os procedimentos do Estado para o qual a pessoa tenha sido transferida.

Artigo 10^o **Trânsito**

1. A passagem da pessoa condenada pelo território de um terceiro Estado Contratante requer a notificação ao Estado de trânsito da decisão do Estado da condenação que concedeu a transferência e da aprovação do Estado da execução. Não será necessária a notificação quando utilizado meio de transporte aéreo e não esteja prevista a aterragem no território do Estado Contratante a ser sobrevoado.
2. O Estado que recusar o trânsito dará conhecimento ao Estado da condenação e ao Estado da execução dos motivos dessa recusa.

Artigo 11^o **Revisão da sentença**

1. Apenas o Estado da condenação tem o direito de decidir sobre qualquer recurso interposto para revisão da sentença.
2. A decisão é comunicada ao Estado da execução, devendo este executar as modificações produzidas na condenação.

Artigo 12^o **Cessação da execução**

O Estado da execução deve cessar a execução da condenação logo que seja informada pelo Estado da condenação de qualquer decisão ou medida que tenha como efeito retirar à condenação o seu caráter executório.

Artigo 13^o **Non bis in idem**

O Estado para o qual a pessoa foi transferida, não pode condená-la pelos mesmos fatos por que tiver sido condenada no Estado da condenação.

Artigo 14^o **Informações relativas à execução**

O Estado da execução fornecerá informações ao Estado da condenação relativamente à execução da condenação:

- a) Logo que considere terminada a execução da condenação;
- b) Se o condenado se evadir antes de terminada a execução da condenação; ou
- c) Se o Estado da condenação lhe solicitar informação sobre o cumprimento da pena, incluindo a liberdade condicional e a libertação do condenado.

Artigo 15º **Despesas**

O Estado da execução é responsável pelas despesas resultantes da transferência, a partir do momento em que tomar a seu cargo a pessoa condenada, não podendo, em caso algum, reclamar o reembolso dessas despesas.

Artigo 16º **Aplicação no tempo**

A presente Convenção aplica-se à execução das condenações transitadas em julgado antes ou depois da sua entrada em vigor.

Artigo 17º **Resolução de dúvidas**

Os Estados Contratantes procederão a consultas mútuas para a resolução de dúvidas resultantes da aplicação da presente Convenção.

Artigo 18º **Assinatura e entrada em vigor**

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Será submetida a ratificação, aceitação ou aprovação, sendo os respectivos instrumentos depositados junto do Secretariado Executivo da CPLP.
2. A presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados membros da CPLP tenham expressado o seu consentimento em ficar vinculados à Convenção em conformidade com o disposto no nº 1.
3. Para qualquer Estado signatário que vier a expressar posteriormente o seu consentimento em ficar vinculado à Convenção, esta entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 19º **Conexão com outras convenções e acordos**

1. A presente Convenção substitui, no que respeita aos Estados aos quais se aplica, as disposições de tratados, convenções ou acordos bilaterais que, entre dois Estados Contratantes, regulem a transferência de pessoas condenadas.
2. Os Estados Contratantes poderão concluir entre si tratados, convenções ou acordos bilaterais ou multilaterais para completar as disposições da presente Convenção ou para facilitar a aplicação dos princípios nela contidos.

Artigo 20º Denúncia

1. Qualquer Estado Contratante pode, em qualquer momento, denunciar a presente Convenção, mediante notificação dirigida ao Secretariado Executivo da CPLP.

2. A denúncia produzirá efeito no 1º dia do mês seguinte ao termo do prazo de três meses após a data de recepção da notificação.

3. Contudo, a presente Convenção continuará a aplicar-se à condenações das pessoas transferidas ao seu abrigo e aos transferências já iniciados nos termos do artigo 4º, nºs 2 e 3.

Artigo 21º Notificações

O Secretariado Executivo da CPLP notificará aos Estados Contratantes, as assinaturas, os depósitos de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, as datas de entrada em vigor da Convenção nos termos dos nºs 2 e 3 do artigo 18º e qualquer outro ato, declaração, notificação ou comunicação relativos à presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feita na Cidade da Praia, a 23 de Novembro de 2005, num único exemplar, que ficará depositado junto da CPLP. O Secretário Executivo da CPLP enviará uma cópia autenticada a cada um dos Estados Contratantes.

Pela República de Angola:

Pela República de Moçambique:

Pela República Federativa do Brasil:

Pela República Portuguesa:

Pela República de Cabo Verde:

**Pela República Democrática de São
Tomé e Príncipe**

Pela República da Guiné-Bissau:

**Pela República Democrática de Timor
Leste:**

Anexo

Modelo de requerimento de transferência de pessoas condenadas (artigo 4.º, n.º1, da Convenção sobre a transferência de pessoas condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

Eu, _____,
portador do Passaporte / Bilhete de Identidade N.º _____, de ____/____/____, de
nacionalidade _____, nascido em _____, no
dia ____/____/____, filho de _____ e
de _____,

Condenado pelo/a (autoridade judicial de condenação e n.º de processo) _____
_____, a cumprir uma pena de _____
_____, no estabelecimento penitenciário de _____
_____, pelo crime de _____

Solicito, pela presente forma, a minha transferência para _____,
(Estado) para aí cumprir, junto do meu meio social e familiar de origem, com
residência em _____
a parte restante da pena ou medida em que fui condenado.

Mais declaro que o presente requerimento traduz o meu consentimento na referida
transferência.

Em _____, em ____/____/____ (lugar e data)

(Assinatura)

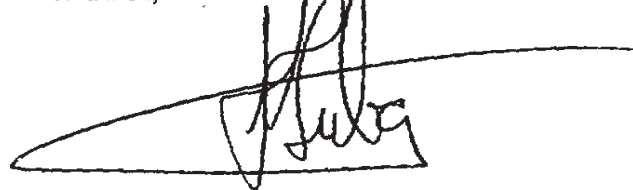
Dirigido a: (cada Estado completará o modelo com a autoridade e o endereço para
onde deverá ser remetido o requerimento)

Mensagem nº 381, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Brasília, 17 de maio de 2006.



EM Nº 00147 DJ/DAI/MRE-JUST-BRAS-CPLP

Brasília 24 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem que encaminha o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

2. O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de sua liberdade em razão de uma decisão judicial, a possibilidade, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, de cumprirem a condenação em seu próprio meio social e familiar de origem. Inscreve-se, portanto, num contexto de ampla assistência, favorecendo a reinserção social das pessoas condenadas, refletindo a tendência marcante de respeito pelos direitos humanos decorrentes das normas e princípios universalmente reconhecidos.

3. O mecanismo de intercâmbio entre as Partes tramitará pela autoridade central indicada pelo país membro - o Ministério da Justiça, no caso do Brasil. A utilização de Autoridades Centrais para a tramitação de pedidos de cooperação jurídica torna os procedimentos mais expeditos e, em consequência, mais eficazes.

4. Extenso e pormenorizado, o Tratado visa a instituir mecanismo moderno de cooperação que agilizará a transferência de pessoas condenadas entre os países membros.

5. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Legislativo, submeto a Vossa Excelência as cópias autênticas da Convenção, juntamente com o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF de 13/ 03 /2009.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 2009 (nº 56/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO DE AUXÍLIO JUDICIÁRIO EM MATÉRIA PENAL ENTRE OS ESTADOS MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, doravante denominados "Estados Contratantes":

Reconhecendo que a luta contra a criminalidade é uma responsabilidade compartilhada da comunidade internacional; e

Animados do desejo de reforçar a cooperação judiciária em matéria penal e de garantir que o auxílio judiciário mútuo decorra com rapidez e eficácia;

Acordam o seguinte:

PARTE I Disposições Gerais

Artigo 1º Âmbito do auxílio

1. O auxílio compreende a comunicação de informações, de atos processuais e de outros atos públicos, quando se afigurarem necessários à realização das finalidades do processo, bem como os atos necessários à perda, apreensão ou congelamento ou à recuperação de instrumentos, bens, objetos ou produtos do crime.
2. O auxílio compreende, nomeadamente:
 - a) a notificação de atos e entrega de documentos;
 - b) a obtenção de meios de prova;
 - c) as revistas, buscas, apreensões, exames e perícias;
 - d) a notificação e audição de suspeitos, arguidos ou indiciados, testemunhas ou peritos;
 - e) a troca de informações sobre o direito respectivo;
 - f) a troca de informações relativas aos antecedentes penais de suspeitos, arguidos e condenados;
 - g) outras formas de cooperação acordadas entre os Estados Contratantes, nos termos das respectivas legislações.

3. Quando as circunstâncias do caso o aconselharem, mediante acordo entre as autoridades competentes dos Estados Contratantes, a audição prevista na alínea d) nº 2 pode efetuar-se com recurso a meios de telecomunicação em real, conformidade com as regras processuais aplicáveis nos respectivos ordenamentos jurídicos.

4. A presente Convenção não se aplica à execução das decisões de detenção ou de condenação nem às infrações militares.

5. O auxílio é ainda concedido, nos processos penais, relativamente a fatos ou infrações pelos quais uma pessoa coletiva ou jurídica seja passível de responsabilidade no Estado requerente.

Artigo 2.º Dupla incriminação

1. O auxílio é concedido mesmo quando a infração não seja punível ao abrigo da lei do Estado requerido.

2. Todavia, os fatos que derem origem a pedidos de realização de buscas, apreensões, exames e perícias devem ser puníveis com uma pena privativa de liberdade igual ou superior a seis meses, também no Estado requerido, exceto se se destinarem à prova de uma causa de exclusão de culpa da pessoas contra a qual o procedimento foi instaurado.

Artigo 3º Recusa de Auxílio

1. O Estado requerido pode recusar o auxílio quando considere:

a) Que o pedido se refere a uma infração de natureza política ou com ela *conexa*;

b) Haver fundadas razões para crer que o auxílio é solicitado para fins de procedimento criminal ou de cumprimento de pena por parte de uma pessoa, em virtude da sua raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, ou das suas convicções políticas e ideológicas, ascendência, instrução, situação econômica ou condição social, ou existir risco de agravamento da situação processual da pessoa por estes motivos;

c) Que o auxílio possa conduzir a julgamento por um tribunal de exceção ou respeitar a execução de sentença proferida por um tribunal dessa natureza;

d) Que a prestação do auxílio solicitado prejudica um procedimento penal pendente no território do Estado requerido ou afeta a segurança de qualquer pessoa envolvida naquele auxílio;

e) Que o cumprimento do pedido ofende a sua segurança, a sua ordem pública ou outros princípios fundamentais.

2. Antes de recusar um pedido de auxílio, o Estado requerido deve considerar a possibilidade de subordinar a concessão desse auxílio às condições que julgue necessárias. Se o Estado requerente aceitar o auxílio sujeito a essas condições, deve cumpri-las.

3. O Estado requerido deve informar imediatamente o Estado requerente da sua decisão de não dar cumprimento, no todo ou em parte, a um pedido de auxílio, e das razões dessa decisão.

4. Para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 não se consideram infrações de natureza política ou com elas conexas:

a) Os crimes contra a vida de titulares de órgãos de soberania ou de altos cargos públicos ou de pessoas a quem for devida especial proteção segundo o direito internacional;

b) Os atos de pirataria aérea e marítima;

c) Os atos a que seja retirada natureza de infração política por convenções internacionais de que seja parte o Estado requerido ;

d) O genocídio, os crimes contra a Humanidade, os crimes de guerra e infrações graves segundo as Convenções de Genebra de 1949;

e) Os atos referidos na Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1984.

Artigo 4º **Direito aplicável**

1. O pedido de auxílio é cumprido em conformidade com o direito do Estado requerido.

2. Quando o Estado requerente o solicite expressamente, o pedido de auxílio pode ser cumprido em conformidade com as exigências da legislação deste, desde que não contrarie os princípios fundamentais do Estado requerido e não cause graves prejuízos aos intervenientes no processo.

Artigo 5º **Confidencialidade**

1. O Estado requerido, se tal lhe for solicitado, mantém a confidencialidade do pedido de auxílio, do seu conteúdo e dos documentos que o instruem, bem como da

concessão desse auxílio. Se o pedido não puder ser cumprido sem quebra da confidencialidade, o Estado requerido informa o Estado requerente, o qual decide, então, se o pedido deve, mesmo assim, ser executado.

2. O Estado requerente, se tal lhe for solicitado, mantém a confidencialidade das provas e das informações prestadas pelo Estado requerido, salvo se essas provas e informações forem necessárias para o processo que determinou o pedido

3. O Estado requerente não pode usar, sem prévio consentimento do Estado requerido, as provas obtidas, nem as informações delas derivadas, para fins diversos dos indicados no pedido.

Artigo 6º **Execução do auxílio**

1. O Estado requerido dará execução ao pedido de auxílio com a maior brevidade, tendo em conta, tanto quanto possível, os prazos indicados justificadamente pelo Estado requerente.

2. Se for previsível que o prazo indicado pelo Estado requerente para execução do seu pedido não pode ser cumprido, as autoridades do Estado requerido devem indicar sem demora o tempo que consideram necessário para a execução do pedido. As autoridades de ambos os Estados acordarão no mais curto espaço de tempo qual o seguimento a dar ao mesmo.

Artigo 7º **Transmissão dos pedidos de auxílio**

1. Os pedidos de auxílio serão feitos por escrito, ou por qualquer outro meio susceptível de dar origem a um registro escrito em condições que permitam ao Estado requerido determinar a sua autenticidade.

2. No momento em que procederem, em conformidade com o disposto no artigo 19º, ao depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da presente Convenção, os Estados Contratantes indicarão qual a via de transmissão e de recepção dos pedidos de auxílio:

- a) Comunicação apenas entre autoridades centrais; ou
- b) Comunicação direta entre autoridades competentes ou entre estas e as autoridades centrais ou entre autoridades centrais.

3. Os Estados Contratantes que optarem pelo procedimento previsto na alínea b) do número anterior não poderão, em relação aos Estados Contratantes que optarem pelo procedimento previsto na alínea a) do mesmo número, utilizar outra via para a transmissão e a recepção dos pedidos de auxílio que não por intermédio das autoridades centrais.
4. Nos termos do nº 2, os Estados Contratantes designarão, de igual modo, as autoridades centrais respectivas para efeitos de aplicação desta Convenção.
5. Os pedidos de auxílio podem, em casos de urgência, ser efetuados, sem prejuízo do disposto na alínea a) do nº 2, por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).
6. Sempre que possível, os pedidos de auxílio serão acompanhados do formulário que consta em anexo à presente Convenção

Artigo 8º
Intercâmbio espontâneo de informações

1. Dentro dos limites da sua legislação nacional, as autoridades competentes dos Estados Contratantes podem proceder, sem que lhes tenha sido solicitado, ao intercâmbio de informações relativas a infrações penais, cujo tratamento ou sanção seja da competência da autoridade que recebe as informações, no momento em que estas são prestadas.
2. A autoridade que presta a informação pode, de acordo com a sua legislação nacional, sujeitar a determinadas condições a utilização dessas informações pela autoridade que as recebe.
3. A autoridade que recebe as informações fica obrigada a observar essas condições.

Artigo 9º
Requisitos do pedido de auxílio

1. O pedido de auxílio deve indicar, nomeadamente:
 - a) A autoridade de que emana e a autoridade a quem se dirige;
 - b) Uma descrição precisa do auxílio que se solicita, indicando o objeto e motivos do pedido formulado, assim como a qualificação jurídica dos fatos que motivam o procedimento;
 - c) Uma descrição sumária dos fatos e indicação da data e local em que ocorreram;

- d) Os dados relativos à identidade e nacionalidade da pessoa sujeita ao processo a que se refere o pedido, quando conhecidos;
- e) No caso de notificação, menção do nome e residência do destinatário ou de outro local em que possa ser notificado, a sua qualidade processual e a natureza do documento a notificar;
- f) Nos casos de revista, busca, perda, apreensão, congelamento, entrega de objetos ou valores, exames e perícias, uma declaração certificando que são admitidos pela lei do Estado requerente;
- g) A menção de determinadas particularidades do processo ou de requisitos que o Estado requerente deseje que sejam observados, incluindo a confidencialidade e os prazos de cumprimento;
- h) Qualquer outra informação, documental, ou outra, que possa ser útil ao Estado requerido e que vise facilitar o cumprimento do pedido.

2. Os documentos transmitidos nos termos da presente Convenção, não carecem de legalização.

3. A autoridade competente do Estado requerido pode exigir que um pedido formalmente irregular ou incompleto seja modificado ou completado, sem prejuízo da adoção de medidas provisórias quando estas não possam esperar pela regularização.

Artigo 10º **Despesas**

1. O Estado requerido suportará as despesas decorrentes do cumprimento do pedido de auxílio, com exceção das seguintes, que ficarão a cargo do Estado requerente:

- a) As despesas relacionadas com o transporte de qualquer pessoa, a pedido do Estado requerente, de ou para o território do Estado requerido, e quaisquer subsídios ou despesas devidas a essa durante a sua permanência no Estado requerente;
- b) As despesas e os honorários dos peritos, ocorridos quer no território do Estado requerido . quer no território do Estado requerente;
- c) As despesas efetuadas com o recurso a meios de telecomunicação em tempo real, em cumprimento de um pedido de auxílio;
- d) As despesas decorrentes do envio de objetos e documentos que constituam um encargo extraordinário.

2. Se for manifesto que a execução do pedido implica despesas de natureza extraordinária, os Estados Contratantes deverão consultar-se para determinar os termos e as condições em que o auxílio pedido poderá ser prestado.

PARTE II

Disposições Especiais

Artigo 11º

Notificação de atos e entrega de documentos

1. O Estado requerido procede à notificação de atos processuais e de decisões que lhe forem enviadas, para o efeito, pelo Estado requerente.
2. A notificação pode efetuar-se mediante simples comunicação ao estinatário por via postal ou, se o Estado requerente o solicitar expressamente, por qualquer outra forma compatível com a legislação do Estado requerido.
3. A prova da notificação faz-se através de documento datado e assinado pelo destinatário ou por declaração da autoridade competente que certifique o fato, a forma e a data da mesma notificação, enviando-se o documento em causa ao Estado requerente. Se a notificação não puder ser efetuada, indicar-se-ão as razões que o determinaram.

Artigo 12º

Comparência de suspeitos, arguidos ou indiciados, testemunhas e peritos

1. Se o Estado requerente pretender a comparência, no seu território, de uma pessoa, como suspeito, arguido ou indiciado, testemunha ou perito, pode solicitar ao Estado requerido o seu auxílio para tornar possível aquela comparência.
2. O Estado requerido dá cumprimento à convocação após se assegurar de que:
 - a) foram tomadas medidas adequadas para a segurança da pessoa;
 - b) a pessoa cuja comparência é pretendida deu o seu consentimento por declaração livremente prestada e reduzida a escrito.
3. As pessoas referidas no nº 1 do presente artigo não poderão ser sujeitas a quaisquer sanções ou medidas cominatórias ainda que constem da convocação.
4. O pedido de cumprimento de uma convocação, nos termos do nº 1, do presente artigo, indica as remunerações e indenizações e as despesas de viagem e de estada a conceder, e deve ser transmitido com antecedência razoável, de forma a ser recebido até 50 dias antes da data em que a pessoa deve comparecer.
5. Em caso de urgência, o Estado requerido pode renunciar à exigência deste prazo

Artigo 13º

Entrega temporária de detidos ou presos

1. Se o Estado requerente pretender a comparência, no seu território, de uma pessoa que se encontra detida ou presa no território do Estado requerido, este

transfere a pessoa detida ou presa para o território do Estado requerente, após se assegurar de que não há razões que se oponham à transferência e de que a pessoa detida ou presa deu o seu consentimento.

2. A transferência não é admitida quando:

a) a presença da pessoa detida ou presa for necessária num processo penal em curso no território do Estado requerido;

b) a transferência possa implicar o prolongamento da prisão preventiva;

c) atentas as circunstâncias do caso, a autoridade judiciária do Estado requerido considere inconveniente a transferência.

3. O Estado requerente mantém em detenção a pessoa transferida e entrega-a ao Estado requerido dentro do período fixado por este, ou quando a comparência da pessoa já não for necessária.

4. O tempo em que, nos termos do presente artigo, a pessoa estiver fora do território do Estado requerido é computado para efeitos de prisão preventiva ou de cumprimento de pena ou medida de segurança.

5. Quando a pena ou prisão preventiva imposta a uma pessoa, transferida nos termos deste artigo, expirar ou cessar enquanto ela se encontrar no território do Estado requerente, será a mesma pessoa posta em liberdade.

6. O disposto nos números anteriores é aplicável, mediante acordo, à transferência de uma pessoa detida presa no Estado requerente para o território do Estado requerido, com vista à realização, neste último, de ato processual relacionado com o processo pendente no primeiro.

Artigo 14^o Salvo-conduto

1. A pessoa que comparecer no território do Estado requerente para intervir em processo penal, ao abrigo do disposto nos artigos 12^o e 13^o, não poderá ser:

a) detida, presa, perseguida, punida ou sujeita a qualquer restrição da sua liberdade individual no território desse Estado por fatos ou condenações anteriores à sua partida do território do do Estado requerido;

Artigo 15º**Envio de objetos, documentos ou processos**

1. Quando o pedido de auxílio respeite ao envio de processos e de documentos, o Estado requerido pode remeter cópias autenticadas dos mesmos. Contudo, se o Estado requerente expressamente solicitar o envio dos originais, este pedido será satisfeito na medida do possível.
2. Os processos ou documentos originais e os objetos enviados ao Estado requerente serão devolvidos ao Estado requerido no mais curto prazo possível a pedido deste.
3. Na medida em que não seja proibido pela lei do Estado requerido, os documentos, os objetos e os processos serão enviados segundo a forma ou acompanhados dos certificados solicitados pelo Estado requerente, de modo a serem admitidos como prova segundo a lei do Estado requerente.

Artigo 16º**Objetos, produtos e instrumentos do crime**

1. O Estado requerido se tal lhe for pedido, deverá diligenciar no sentido de averiguar se quaisquer objetos ou produtos do crime se encontram no seu território e informará o Estado requerente dos resultados dessas diligências. Na formulação do pedido, o Estado requerente informará o Estado requerido das razões pelas quais entende que esses objetos ou produtos se encontram no seu território.
2. Quando os objetos ou produtos do crime forem localizados, o Estado requerido adotará, em conformidade com a sua legislação, os procedimentos adequados a prevenir a sua alienação ou qualquer outra transação a eles respeitantes ou concederá todo o auxílio no que concerne a esses procedimentos até que uma decisão final seja tomada por um tribunal do Estado requerente ou do Estado requerido.
3. O Estado requerido, na medida em que a sua lei o permita, deve:
 - a) dar cumprimento à decisão ou adotar os procedimentos adequados relativos à perda, apreensão ou congelamento dos objetos crime ou produtos do crime ou a qualquer outra medida com efeito similar decretada por uma autoridade competente do Estado requerente;
 - b) decidir sobre o destino a dar aos objetos ou produtos do crime e se tal lhe for solicitado, considerar a sua restituição ao Estado requerente, para que este último possa indenizar as vítimas ou restitui-los aos seus legítimos proprietários.
4. Na aplicação do presente artigo serão respeitados os direitos de terceiros de boa fé.
5. As disposições do presente artigo são também aplicáveis aos instrumentos do crime.

Artigo 17º**Informação sobre sentenças e antecedentes criminais**

1. Os Estados Contratantes poderão proceder ao intercâmbio de informações relativas a sentenças ou medidas posteriores relativas a nacionais dos outros Estados Contratantes.
2. Qualquer dos Estados Contratantes pode solicitar ao outro informações sobre os antecedentes criminais de uma pessoa, devendo indicar as razões do pedido. O Estado requerido satisfaz o pedido na mesma medida em que as suas autoridades podem obter a informação pretendida em conformidade com a sua lei interna.

Parte III**Disposições Finais****Artigo 18º****Resolução de dúvidas**

Os Estados Contratantes procederão a consultas mútuas para a resolução de dúvidas resultantes da aplicação da presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feita na Cidade da Praia, a 23 de Novembro de 2005, num único exemplar, que ficará depositado junto da CPLP. O Secretário Executivo da CPLP enviará uma cópia autenticada a cada um dos Estados Contratantes.

Pela República de Angola

Pela República de Moçambique:

Pela República Federativa do Brasil:

Pela República Portuguesa

Pela República de Cabo Verde:

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe:

Pela República da Guiné-Bissau

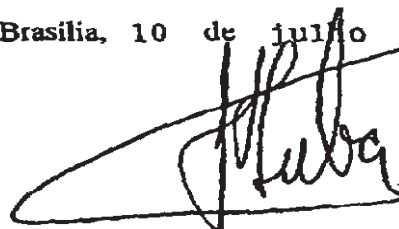
Pela República Democrática de Timor Leste

Mensagem nº 538, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Brasília, 10 de julho de 2006.



EM Nº 00148 DJ/DAI/MRE JUST-BRAS-CPLP

Brasília, 24 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem que encaminha o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

2. O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei dos países membros no que respeita à investigação, ação penal e prevenção do crime, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua. Inscreve-se, portanto, num contexto de ampla assistência, refletindo a tendência marcante de aprofundamento da cooperação judiciária internacional para o combate à criminalidade.

3. É importante assinalar que o auxílio compreende a comunicação de informações, de atos processuais e de outros atos públicos, quando se afigurarem necessários à realização das finalidades do processo, a par de atos necessários à perda, apreensão ou congelamento ou à recuperação de instrumentos, bens, objetos ou produtos do crime.

4. Extensa e pormenorizada, a Convenção visa a instituir mecanismo moderno de cooperação que agilizará o intercâmbio de informações e providências judiciais no âmbito da assistência jurídica mútua em matéria penal.

5. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Legislativo, submeto a Vossa Excelência as cópias autênticas da Convenção, juntamente com o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF de 13/03/2009.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 2009 (nº 65/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA O COMBATE
À CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL E OUTRAS
MODALIDADES DELITUOSAS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China
(doravante denominados como "Partes"),

Conscientes da necessidade de consolidar e desenvolver relações amistosas entre os dois países e de fortalecer sua cooperação no combate à criminalidade organizada transnacional e outras modalidades delituosas,

Preocupados com a expansão da criminalidade, em particular, os ilícitos transnacionais, incluindo o tráfico ilícito de drogas e delitos conexos, bem como o terrorismo;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional na luta contra a criminalidade;

Reconhecendo a necessidade de adoção de medidas efetivas doravante mencionadas, com vistas a assegurar a integridade das instituições e dos cidadãos doravante;

Em consonância com as normas do Direito Internacional, as respectivas legislações nacionais e os princípios de igualdade, reciprocidade e benefício mútuo,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Escopo da Cooperação

As Partes, de acordo com as leis de seus respectivos países e tratados internacionais pertinentes, sob a jurisdição das Autoridades Competentes responsáveis pela implementação do presente Acordo, cooperarão mutuamente para prevenir e combater, particularmente, os seguintes crimes:

- a) produção ilegal e tráfico de drogas entorpecentes e substâncias psicotrópicas, inclusive, precursores químicos;
- b) terrorismo internacional e seu financiamento;
- c) contrabando de imigrantes e tráfico de seres humanos, especialmente, mulheres e crianças;
- d) exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;
- e) lavagem de dinheiro;
- f) falsificação de dinheiro e apólices negociáveis;
- g) falsificação de passaportes, vistos e outros documentos;
- h) tráfico ilegal de armas de fogo, munições, explosivos e suas partes;
- i) tráfico ilegal de materiais nucleares e outros materiais radioativos;
- j) fraude;
- k) crime cibefrético;
- l) falsificação e contrabando de mercadorias.

ARTIGO 2

Autoridades Competentes

As Autoridades Competentes referidas no presente Acordo serão:

- a) por Parte do Governo da República Popular da China, o Ministério da Segurança Pública, e

b) por Parte do Governo da República Federativa do Brasil, os seguintes órgãos:

- Ministério da Justiça;
- Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;
- Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Departamento de Polícia Federal;
- Agência Brasileira de Inteligência;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

2. A fim de implementar o presente Acordo, e dentro de suas respectivas jurisdições legais, as Autoridades Competentes estabelecerão contato mútuo, diretamente, ou através de seus representantes autorizados.

3. As Autoridades Competentes podem permutar oficiais de ligação, como representantes, estabelecer mecanismos técnicos e determinar regras detalhadas, procedimentos e formas de cooperação.

4. As Partes informarão uma à outra, por via diplomática de quaisquer mudanças relativas à lista de Autoridades Competentes.

ARTIGO 3 Modo de Cooperação

1. Com vistas a combater o crime organizado transnacional e outras atividades criminosas, as Partes fomentarão a cooperação e o intercâmbio de informações entre as respectivas Autoridades Competentes, referentes a, *inter alia*:

- a) identificação de pessoas envolvidas nas atividades ilícitas mencionadas no Artigo 1;
- b) elementos fundamentais dos crimes, inclusive, datas, locais, *modus operandi* e objetos;
- c) organizações criminosas de todos os tipos, suas lideranças, membros, estruturas, atividades e relações com outros grupos envolvidos em atividades ilícitas;
- d) técnicas e métodos de combate ao crime organizado transnacional e lavagem de dinheiro;

- e) técnicas e métodos de comunicação usados pelas organizações criminosas;
- f) atividades levadas a cabo por grupos terroristas, suas estruturas organizacionais, membros, meios de financiamento e *modus operandi*;
- g) técnicas e métodos para a prevenção e erradicação do terrorismo;
- h) métodos usados na produção ilícita de narcóticos e substâncias psicotrópicas, rotas de tráfico internacional, formas de ocultação e distribuição de tais substâncias, bem como métodos de combate contra essas atividades;
- i) pessoas e organizações envolvidas na produção e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus *modus operandi*;
- j) estatísticas e estudos relativos à produção, tráfico e uso de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- k) legislação e políticas relacionadas ao combate do uso e posse de entorpecentes e substâncias psicotrópicas para fins não-legítimos;
- l) controle e fiscalização de precursores químicos;
- m) prevenção e combate ao tráfico de pessoas e migrantes, especialmente, informações relacionadas com organizações criminosas e seus membros, amostras de documentos de viagens, selos e vistos.

2. As Partes providenciarão assistência recíproca nas seguintes áreas:

- a) localização e identificação de pessoas suspeitas e pessoas que tenham sido processadas e/ou penalmente sentenciadas, bem como troca de informações sobre seus ativos (bens imóveis e outros);
- b) localização de pessoas desaparecidas;
- c) localização de instrumentos e produtos de crimes;
- d) compartilhamento de informações incluídas em registros públicos oficiais.

3. Os pedidos de cooperação e intercâmbio de informações, bem como as informações relativas às atividades criminosas mencionadas no presente Artigo serão apresentadas por escrito, exceto, em casos urgentes.

4. A fim de assegurar a comunicação efetiva e em tempo oportuno, os dois lados concordaram em disponibilizar uma linha direta 24 horas. Por parte da China, a autoridade competente será o Departamento de Cooperação Internacional do Ministério de Segurança Pública, Tel. 86 10 65203329, Fax 86 10 65241596, e-mail: gabzyx@china.com. Por parte do Brasil, a autoridade competente será o Departamento de Polícia Federal, Tel. 55 61 311.8340 e 55 61 311.8452, Fax 55 61 311.8342, e-mail: dcor@dpf.gov.br. e

5. As duas Partes concordaram que o Inglês será o idioma de trabalho usado na linha direta.

ARTIGO 4

Intercâmbio de Experiências

As Autoridades Competentes trocarão experiências nas seguintes áreas:

- a) prevenção, repressão e investigação de crimes;
- b) controle de armas de fogo, munições, explosivos, materiais químicos, biológicos e nucleares e outras substâncias radioativas e perigosas;
- c) segurança das estradas, estradas de ferro, portos e aeroportos, bem como navegação e aviação civil;
- d) medidas defensivas e métodos técnicos de investigação e prevenção de crimes cibernéticos;
- e) estrutura da polícia e legislação;
- d) capacitação da polícia e educação.

ARTIGO 5

Confidencialidade

1. Cada Parte protegerá toda informação confidencial recebida da outra Parte. O grau de confidencialidade da informação disponibilizada, no âmbito da implementação do presente Acordo, será definido pela Parte que a fornecer.

2. Informação, materiais e recursos técnicos recebidos por uma das Partes no âmbito da implementação do presente Acordo não serão transmitidos a terceiras Partes ou pessoas, sem aprovação prévia da Parte que os disponibilizar.

ARTIGO 6**Recusa de Solicitações**

Solicitações de assistência poderão ser recusadas, integral ou parcialmente, se a Parte solicitada considerar que a execução da solicitação seja prejudicial à soberania do Estado, segurança nacional ou interesse público, ou incompatível com o ordenamento jurídico nacional.

ARTIGO 7**Despesas**

As despesas relativas à implementação do presente Acordo serão custeadas pela Parte em cujo território ocorrerem as atividades, exceto quando as Partes decidirem em contrário.

ARTIGO 8**Acompanhamento do Acordo**

A fim de avaliar a implementação do presente Acordo, as Partes organizarão, uma vez a cada dois anos, ou sempre que considerado necessário, em cada capital alternadamente, reuniões entre os representantes das Autoridades Competentes. Tais reuniões serão propostas pelos canais diplomáticos, com os seguintes objetivos, dentre outros:

- a) identificar estratégias de cooperação a serem desenvolvidas no combate aos crimes mencionados no presente Acordo;
- b) avaliar atividades conjuntas;
- c) facilitar a comunicação entre as Autoridades Competentes;
- d) trocar informações e experiências.

ARTIGO 9**Referência a Outras Convenções Internacionais**

O presente Acordo não afetará a implementação de obrigações internacionais emanadas de outras convenções internacionais celebradas pelas Partes ou às quais tenham aderido.


ARTIGO 10
Emenda ao Acordo

O presente Acordo pôde ser modificado e suplementado por consentimento mútuo das Partes.

ARTIGO 11
Data da Validade e Idioma

1. As Partes informarão uma à outra, por via diplomática, do cumprimento dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo. A entrada em vigor do presente Acordo ocorrerá 30 dias após o recebimento da segunda comunicação referente à aprovação interna do instrumento.
2. O presente Acordo permanecerá em vigor indefinidamente.
3. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação. O presente Acordo expirará 90 dias após o recebimento do instrumento de denúncia.

O presente Acordo é assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004, em dois originais, em português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA

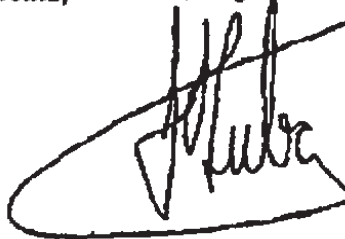
LI ZHAOXING
Ministro dos Negócios
Estrangeiros

Mensagem nº 497, de 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

Brasília, 29 de julho de 2005.



EM Nº 00072 COCIT-MRE - PAJN-BRAS-RPC

Brasília, 28 de março de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

2. O referido documento insere-se no âmbito dos esforços de ambos os países para incrementar a cooperação e coordenação entre as respectivas autoridades de aplicação da lei e coibir toda uma gama de atividades ilícitas transnacionais, tais como narcotráfico, terrorismo e seu financiamento, lavagem de dinheiro, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes e outras. Para esse fim, prevê uma série de atividades conjuntas, entre as quais intercâmbio de informações e de experiências, localização e identificação de pessoas suspeitas e de instrumentos e produtos de crimes, entre outras.

3. O Acordo deverá constituir documento importante para o combate às atividades ilegais, contribuindo ademais para o estabelecimento de um novo patamar no relacionamento bilateral.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF de 13/03/2009.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 2009
(nº 132/2007, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TRATADO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

O Governo da República Federal da Nigéria
(doravante denominadas "as Partes"),

Considerando o compromisso das Partes em cooperar, com base na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, concluída em 1988; e na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, concluída em 2000, e seus Protocolos;

Considerando, ainda, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, aberta para assinatura em Mérida, no México, em dezembro de 2003; assim como as recomendações pertinentes do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro;

Desejando, ainda, melhorar a eficiência das autoridades responsáveis pela aplicação da lei em ambos os países, de modo mais efetivo, como forma de proteger suas respectivas sociedades democráticas e valores comuns;

Reconhecendo a particular importância do combate a graves atividades criminosas, incluindo a corrupção, a lavagem de dinheiro, o tráfico ilícito de armas de fogo, munição, explosivos, o terrorismo e o financiamento ao terrorismo;

Respeitando, com a devida atenção, os direitos humanos e o Estado de direito;

Atentando para as garantias de seus respectivos ordenamentos jurídicos que garantem ao acusado o direito a um julgamento justo, inclusive o direito a julgamento por um juiz imparcial, conforme a lei;

Desejando firmar um Tratado sobre assistência jurídica mútua em matéria penal e reconhecendo a aplicação deste Preâmbulo;

Acordaram o seguinte:

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

ARTIGO 1º **Escopo da Assistência**

1. As Partes prestarão assistência jurídica mútua, conforme as disposições do presente Tratado, para o propósito de procedimentos.
2. Para os propósitos do presente Tratado, “procedimentos” significam procedimentos relacionados à matéria penal e incluem quaisquer medidas ou atos relacionados às investigações ou processos criminais, incluindo bloqueio, apreensão ou perdimento dos produtos do crime e, de acordo com a lei interna da Parte Requerida, dos instrumentos do crime.
3. Para os propósitos deste Tratado, as autoridades competentes para enviar solicitação de auxílio jurídico mútuo a sua Autoridade Central são aquelas responsáveis por conduzir investigações, ações penais ou processos judiciais, conforme definido na lei interna da Parte Requerente.
4. Assistência incluirá:
 - a) realização de depoimentos ou outras declarações de pessoas, inclusive por meio de videoconferência ou televisão, conforme a lei interna da Parte Requerida;
 - b) fornecimento de documentos, registros e outros elementos probatórios;
 - c) entrega de documentos;
 - d) localização ou identificação de pessoas quando solicitada como parte de solicitação de prova mais ampla;
 - e) transferência de pessoas sob custódia de acordo com o artigo 13;
 - f) cumprimento de solicitação de busca e apreensão;

g) identificação, rastreamento, bloqueio, apreensão, perdimento e disposição de produtos do crime e assistência em procedimentos conexos;

h) devolução de ativos, de acordo com a lei interna;

i) divisão de ativos, de acordo com o Capítulo II;

j) qualquer outro tipo de assistência acordada entre as Autoridades Centrais.

5. Quando forem solicitados a busca e apreensão de provas, o bloqueio ou perdimento de produtos do crime, a Parte Requerida pode, discricionariamente, prestar a assistência, de acordo com sua lei interna.

ARTIGO 2º Definições

Para o propósito deste Tratado:

a) “instrumentos do crime” significa quaisquer bens utilizados ou que se pretenda utilizar em atividades relacionadas com o cometimento de um crime;

b) “produtos do crime” significa ativos derivados de crime, ou dele decorrentes, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa como resultado de conduta criminosa, ou o valor de quaisquer desses ativos;

c) “ativos” inclui dinheiro e todo tipo de bens móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, incluindo quaisquer direitos sobre tais bens.

ARTIGO 3º Autoridades Centrais

1. As Autoridades Centrais serão indicadas por ambas as Partes.

2. Para a República Federativa do Brasil, a Autoridade Central será o Ministério da Justiça.

3. Para a República Federal da Nigéria, a Autoridade Central será o Procurador Geral da Federação e Ministro da Justiça.

4. As solicitações, no âmbito deste Tratado, serão feitas pela Autoridade Central da Parte Requerente à Autoridade Central da Parte Requerida. Entretanto, as Partes podem a qualquer momento designar qualquer outra autoridade como Autoridade Central para os propósitos deste Tratado. A notificação de tal designação ocorrerá por meio de troca de notas diplomáticas.

5. As Autoridades Centrais comunicar-se-ão diretamente para os fins do presente Tratado.

ARTIGO 4º

Motivos para Recusa de Assistência

1. A Autoridade Central da Parte Requerida poderá se recusar a prestar assistência se:

- a) o cumprimento da solicitação afetar a soberania, a segurança, a ordem pública ou outros interesses essenciais da parte Requerida;
- b) a solicitação relacionar-se a pessoa que, se processada na Parte Requerida por crime para o qual a assistência é solicitada, a respectiva denúncia não seria recebida em razão de prévia absolvição ou condenação;
- c) a solicitação refere-se a crime que é considerado pela Parte Requerida como crime militar, que não constitua também crime de acordo com a lei penal comum; ou
- d) a solicitação se refere a crime ou processo de caráter político, desde que não seja também crime sob a legislação penal geral.

2. Antes de negar assistência nos termos deste Artigo, a Autoridade Central da Parte Requerida consultará a Autoridade Central da Parte Requerente para verificar se a assistência pode ser prestada conforme as condições que julgar necessárias. Se a Parte Requerente aceitar a assistência condicionada, deverá respeitar as condições estipuladas.

3. Se a Autoridade Central da Parte Requerida negar assistência, deverá informar a Autoridade Central da Parte Requerente das razões desta recusa.

ARTIGO 5º

Forma e Conteúdo da Solicitação

1. A solicitação de assistência será por escrito, a menos que a Autoridade Central da Parte Requerida possa aceitar solicitação de outra forma em situações urgentes, inclusive solicitações feitas oralmente. Em qualquer desses casos, se a solicitação não houver sido feita por escrito, será confirmada por escrito dentro dos quinze dias subsequentes, a menos que a Autoridade Central da Parte Requerida concorde que se proceda de outra forma.

2. A solicitação será na língua da Parte Requerente acompanhada de tradução para a língua da Parte Requerida, a menos que acordado diversamente.

3. A solicitação deverá incluir o seguinte:

- a) o nome da autoridade que conduz o procedimento ao qual a solicitação se refere;
- b) a matéria e a natureza do procedimento para os fins do qual a solicitação é feita;

- c) um resumo das informações que originaram a solicitação;
- d) uma descrição das provas ou outro tipo de assistência solicitada; e
- e) a finalidade para a qual as provas ou outra assistência são solicitadas.

4. Quando necessário e possível, a solicitação também incluirá:

- a) a identidade, data de nascimento e localização de qualquer pessoa de quem se busca prova;
- b) a identidade, data de nascimento e localização da pessoa a ser intimada ou citada, o seu envolvimento no procedimento e a forma de intimação ou citação cabível;
- c) informações disponíveis sobre a identidade e a localização da pessoa a ser encontrada;
- d) descrição precisa do local a ser revistado e dos bens a serem apreendidos;
- e) descrição da forma pela qual o depoimento ou a declaração deva ser realizado e registrado;
- f) uma lista de perguntas a serem feitas à testemunha ou ao perito;
- g) descrição de qualquer procedimento especial a ser seguido no cumprimento da solicitação;
- h) informações sobre ajuda de custo e despesas a que terá direito pessoa convocada a comparecer no território da Parte Requerente;
- i) qualquer outra informação que possa ser levada ao conhecimento da Parte Requerida para facilitar o cumprimento da solicitação; e
- j) exigências de confidencialidade.

5. A Parte Requerida pode solicitar à Parte Requerente o fornecimento de qualquer informação adicional que a Parte Requerida julgue necessária para o cumprimento da solicitação.

ARTIGO 6º

Execução das Solicitações

1. A Autoridade Central da Parte Requerida atenderá imediatamente à solicitação ou a transmitirá, quando necessário, à autoridade que tenha competência para fazê-lo. Os agentes competentes da Parte Requerida envidarão todos os esforços no sentido de atender a solicitação. Os juízes da Parte Requerida deverão ter competência para emitir intimações, mandados de busca ou outras ordens necessárias ao cumprimento da solicitação.

2. A Parte Requerida cumprirá com as formalidades e procedimentos expressamente indicados pela Parte Requerente a menos que seja disposto em contrário neste Tratado e desde que tais formalidades e procedimentos não sejam contrárias à lei interna da Parte Requerida.

3. Se a Autoridade Central da Parte Requerida concluir que o atendimento à solicitação interferirá no curso de procedimentos ou prejudicará a segurança de qualquer pessoa em seu território, a Autoridade Central desta Parte poderá determinar que se adie o atendimento àquela solicitação, ou optar por atendê-la sob as condições julgadas necessárias, após consultar a Autoridade Central da Parte Requerente. Caso a Parte Requerente aceite a assistência condicionada, deverá respeitar as condições estipuladas.

4. A Autoridade Central da Parte Requerida poderá facilitar a participação no atendimento da solicitação das pessoas que estejam especificadas na solicitação.

5. A Autoridade Central da Parte Requerida poderá solicitar à Autoridade Central da Parte Requerente que forneça as informações na forma que seja necessária para permitir o cumprimento da solicitação ou para tomar quaisquer medidas necessárias sob as leis da Parte Requerida para executar a solicitação recebida da Parte Requerente.

6. A Autoridade Central da Parte Requerida deverá informar, imediatamente, à Autoridade Central da Parte Requerente, a respeito de quaisquer circunstâncias que tornem inapropriado o prosseguimento do cumprimento da solicitação ou que exijam modificações na medida solicitada.

7. A Autoridade Central da Parte Requerida informará imediatamente a Autoridade Central da Parte Requerente do resultado do atendimento à solicitação.

ARTIGO 7º

Informação Espontânea

1. A Autoridade Central de uma Parte pode, sem solicitação prévia, enviar informações à Autoridade Central da outra Parte quando considerar que a divulgação de tal informação poderá auxiliar a Parte recipiente a iniciar ou conduzir investigações ou processos, ou poderá levar à solicitação desta Parte de acordo com este Tratado.

2. A Parte fornecedora pode, de acordo com suas leis internas ou qualquer consideração de segurança, impor condições acerca do uso de tais informações pela Parte recipiente. A Parte recipiente será limitada por essas condições.

ARTIGO 8º

Custos

1. A Parte Requerida arcará com todos os custos relacionados ao atendimento da solicitação, com exceção de:

- a) honorários de peritos e ajudas de custo e despesas relativas às viagens de pessoas, de acordo com os Artigos 10 e 12;
- b) os custos de estabelecimento e operação de videoconferência ou conexão televisiva e a interpretação de tais procedimentos;
- c) os custos da transferência de pessoas sob custódia mediante o Artigo 13.

Tais honorários, custos, ajudas de custo e despesas caberão à Parte Requerente, inclusive serviços de tradução, transcrição e interpretação, quando solicitados.

2. Caso a Autoridade Central da Parte Requerida notifique a Autoridade Central da Parte Requerente que o cumprimento da solicitação pode exigir custos ou outros recursos de natureza extraordinária, ou, caso requeira de outro modo, as Autoridades Centrais consultar-se-ão com o objetivo de chegar a um acordo acerca das condições sob as quais a solicitação será cumprida e a forma pela qual os recursos serão alocados.

ARTIGO 9º

Confidencialidade e Limitações ao Uso

1. A Parte Requerida, mediante solicitação, manterá a confidencialidade de qualquer informação que possa indicar que uma solicitação foi feita ou respondida. Caso a solicitação não possa ser cumprida sem a quebra de confidencialidade, a Parte Requerida informará à Parte Requerente que, então, determinará até que ponto deseja o cumprimento da solicitação.

2. A Parte Requerente não usará ou divulgará qualquer informação ou prova obtida com base neste Tratado para qualquer fim a não ser para os procedimentos declarados na solicitação sem prévia autorização da Parte Requerida.

3. A menos que indicado de outra forma pela Parte Requerida quando da execução da solicitação, informações ou provas, cujos conteúdos tenham sido divulgados em audiências públicas judiciais ou administrativas relativas à solicitação, podem, posteriormente, ser usadas para qualquer propósito.

4. Nenhum dos dispositivos contidos neste Artigo constituirá impedimento ao uso ou à divulgação das informações na medida em que haja obrigação nesse sentido nas leis da Parte Requerente no âmbito do procedimento criminal. A Parte Requerente notificará a Parte Requerida antecipadamente a qualquer divulgação, sempre que possível.

ARTIGO 10

Depoimento e Produção de Provas no Território da Parte Requerida

1. Uma pessoa no território da Parte Requerida de quem se solicita provas, nos termos deste Tratado, pode ser obrigada, caso necessário, a apresentar-se para testemunhar ou exibir documentos, registros ou provas, mediante intimação ou qualquer outro meio permitido na lei da Parte Requerida.

2. Uma pessoa intimada a testemunhar ou produzir informação documental ou provas no território da Parte Requerida pode ser obrigada a fazê-lo, de acordo com as exigências da lei da Parte Requerida. Se tal pessoa alegar imunidade, incapacidade ou privilégio de acordo com as leis da Parte Requerente, as provas serão, todavia, obtidas e a alegação levada ao conhecimento da Parte Requerente para decisão de suas autoridades.

3. Mediante solicitação, a Autoridade Central da Parte Requerida fornecerá informações, antecipadamente, sobre a data e o local onde a prova foi obtida, de acordo com o disposto neste Artigo.

4. O Estado Requerido poderá permitir a presença de pessoas indicadas na solicitação durante o curso do atendimento à solicitação, e poderá permitir que essas pessoas apresentem perguntas a serem feitas à pessoa que irá testemunhar ou que apresentará prova.

ARTIGO 11

Registros Oficiais

1. A Parte Requerida fornecerá, à Parte Requerente, cópias dos registros disponíveis ao público, incluindo documentos ou informações em qualquer forma, que se encontrem de posse das autoridades da Parte Requerida.

2. A Parte Requerida pode fornecer cópias de quaisquer registros, inclusive documentos ou informações em qualquer forma que estejam em posse de autoridades daquela Parte e que não sejam disponíveis ao público, na mesma medida e nas mesmas condições em que estariam disponíveis às suas próprias autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei. A Parte Requerida pode, discricionariamente, negar, no todo ou em parte, uma solicitação baseada neste parágrafo.

3. Os registros oficiais fornecidos com base neste Artigo serão autenticados pela Autoridade Central da Parte Requerida na forma indicada nos Anexos A ou B do presente Tratado. Não será necessária qualquer outra autenticação ou certificação para que tais registros sejam admissíveis como prova nos procedimentos no território da Parte Requerente. Registros fornecidos com base neste Artigo podem também ser autenticados de outras formas ou maneiras tais como determinadas, dependendo do caso, por qualquer uma das Autoridades Centrais.

ARTIGO 12

Depoimento na Parte Requerente

1. Uma solicitação com base neste Tratado pode buscar assistência para facilitar o comparecimento de qualquer pessoa no território da Parte Requerente para o propósito de prestar depoimento perante uma corte ou de ser identificada, ou, de outra forma, por sua presença auxiliar qualquer procedimento.

2. A Autoridade Central da Parte Requerida deverá:

a) perguntar à pessoa cujo comparecimento voluntário no território da Parte Requerente é desejada se ela concorda em comparecer; e

b) informar, imediatamente, a Autoridade Central da Parte Requerente da resposta da pessoa.

3. Se a Autoridade Central da Parte Requerente assim indicar, uma pessoa que concordar em comparecer no território da Parte Requerente nos termos deste artigo não será sujeita a intimação ou citação, detenção ou qualquer restrição de liberdade pessoal, resultante de quaisquer atos ou condenações precedentes a sua saída do território da Parte Requerida.

4. A imunidade prevista neste Artigo perderá a sua validade quinze dias após a Autoridade Central da Parte Requerente notificar à Autoridade Central da Parte Requerida que a presença da pessoa não é mais necessária, ou se a pessoa tiver deixado o território da Parte Requerente e a ele retornado voluntariamente.

ARTIGO 13

Transferência de Pessoas sob Custódia

1. Uma pessoa sob custódia de uma Parte, cuja presença no território da outra Parte seja solicitada para fins de assistência, nos termos do presente Tratado, será transferida para aquele fim, caso a pessoa e as Autoridades Centrais de ambas as Partes assim consentam.

2. Para fins deste Artigo:

- a) A Parte Requerente será responsável pela segurança da pessoa transferida e terá a autoridade e a obrigação de manter essa pessoa sob custódia, salvo autorização em contrário da Parte Requerida;
- b) A Parte Requerente devolverá a pessoa transferida à custódia da Parte Requerida assim que as circunstâncias permitam e, de forma alguma, deixando de observar a data na qual ela seria liberada da custódia no território da Parte Requerida, salvo em caso de entendimento contrário de ambas as Autoridades Centrais e da pessoa transferida;
- c) A Parte Requerente não requererá à Parte Requerida a abertura de processo de extradição para o regresso da pessoa trasladada;
- d) O período de custódia no território da Parte Requerida será deduzido do período de custódia, o qual a pessoa em questão está ou será obrigada a cumprir no território da Parte Requerente.

ARTIGO 14

Entrega de Documentos

1. A Parte Requerida empenhar-se-á ao máximo para providenciar a entrega de qualquer documento relativo a ou componente de qualquer solicitação de assistência adequadamente feita com base no presente Tratado pela Parte Requerente, inclusive qualquer intimação ou outro ato de comunicação que exija o comparecimento de qualquer pessoa perante qualquer autoridade ou juiz no território da Parte Requerente.

2. Qualquer pessoa que deixar de atender a uma intimação cuja entrega foi solicitada não estará sujeita a qualquer punição ou medida restritiva, mesmo que a intimação contenha aviso de sanção, a menos que, posteriormente, ela reingresse no território da Parte Requerente de forma voluntária e seja devidamente intimada outra vez.

3. A Autoridade Central da Parte Requerente transmitirá qualquer pedido para a entrega de documento que solicite o comparecimento de uma pessoa perante autoridade ou juiz na Parte Requerente dentro de um prazo razoável antes do comparecimento marcado.

4. A Parte Requerida apresentará o comprovante de entrega, sempre que possível, na forma especificada na solicitação.

ARTIGO 15

Busca e Apreensão

1. A Parte Requerida cumprirá a solicitação para busca, apreensão e entrega de qualquer bem à Parte Requerente, desde que o pedido contenha informações que justifiquem tal ação, segundo as leis da Parte Requerida, e seja executado de acordo com as leis daquela Parte.

2. A Parte Requerida pode negar uma solicitação se essa relacionar-se a conduta para a qual os poderes de busca e apreensão não poderiam ser exercidos no território da Parte Requerida em circunstâncias similares.

3. Todo servidor público que tenha sob sua custódia um bem apreendido certificará a continuidade de sua existência e a integridade de sua condição na forma indicada no Anexo C deste Tratado. Nenhum outro tipo de autenticação ou certificação será necessário para estabelecer tais fatos em procedimentos no território da Parte Requerente. Certificação de acordo com este Artigo poderá também ser fornecida por qualquer outra forma ou maneira tais como determinadas, dependendo do caso, por qualquer uma das Autoridades Centrais.

4. A Autoridade Central da Parte Requerida pode solicitar que a Parte Requerente concorde com os termos e condições que a Parte Requerida julgue necessários para proteger os interesses de terceiros quanto ao bem a ser transferido.

ARTIGO 16

Devolução de Documentos e Bens

A Autoridade Central da Parte Requerente devolverá quaisquer documentos ou bens fornecidos a ela no cumprimento de uma solicitação objeto do presente Tratado tão logo seja viável, a menos que a Autoridade Central da Parte Requerida renuncie à devolução dos documentos ou bens.

ARTIGO 17

Assistência no Processo de Perdimento

1. As Partes assistir-se-ão em procedimentos que envolvam identificação, rastreamento, bloqueio, seqüestro e perdimento dos produtos e instrumentos do crime de acordo com a lei interna da Parte Requerida.

2. Caso a Autoridade Central de uma Parte saiba que produtos e instrumentos do crime estão localizados no território da outra Parte e podem estar sujeitos a bloqueio, seqüestro e perdimento sob as leis daquela Parte, poderá informar à outra Autoridade Central. Caso a Parte então notificada tenha jurisdição,

essa informação pode ser apresentada às suas autoridades para determinação acerca da adoção de eventual medida. Essas autoridades decidirão de acordo com as leis de seu país, e a Autoridade Central desse país assegurará que a outra Parte tenha conhecimento da medida adotada.

ARTIGO 18

Devolução de Ativos

1. Quando um crime tiver sido cometido e uma condenação obtida na Parte Requerente, os ativos apreendidos pela Parte Requerida poderão ser devolvidos para a Parte Requerente para o propósito de perdimento, de acordo com a lei interna da Parte Requerida.
2. Os direitos reclamados por terceiros de boa-fé sobre esses ativos serão respeitados.
3. A devolução se dará, em regra, baseada em decisão final na Parte Requerente. Todavia, a Parte Requerida poderá devolver os ativos antes da conclusão dos procedimentos de acordo com sua lei interna.

ARTIGO 19

Devolução de Dinheiro Público Apropriado Indevidamente

1. Quando a Parte Requerida apreende ou confisca ativos que constituam dinheiro público, tendo sido lavado ou não, e que tenha sido apropriado indevidamente da Parte Requerente, a Parte Requerida devolverá os ativos apreendidos ou confiscados, deduzindo-se quaisquer custos operacionais para a Parte Requerente.
2. A devolução se dará, em regra, baseada em decisão final na Parte Requerente. Entretanto, a Parte Requerida poderá devolver os ativos antes da conclusão dos procedimentos, conforme sua lei interna.

CAPÍTULO II

Divisão de Ativos Apreendidos ou seus Valores Equivalentes

ARTIGO 20

Circunstâncias nas quais os Ativos podem ser Divididos

Quando uma Parte estiver com a posse de ativos apreendidos, e parecer a esta Parte ("a Parte Detentora") que a cooperação foi prestada pela outra Parte, a Parte Detentora pode, em virtude de acordo mútuo, e consoante suas leis internas, dividir esses ativos com a outra Parte ("a Parte Cooperante").

ARTIGO 21
Solicitações para Divisão de Ativos

1. A Parte Cooperante pode solicitar a divisão de ativos com a Parte Detentora, de acordo com os dispositivos do presente Tratado, quando sua cooperação tenha levado, ou espera-se que leve, à apreensão. De qualquer forma, uma solicitação para divisão de ativos deverá ser feita dentro do prazo de um ano, a partir da data do proferimento da decisão final de perdimento, a menos que acordado de outra forma entre as Partes em casos excepcionais.
2. Uma solicitação feita de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo descreverá as circunstâncias da cooperação à qual se refere, e incluirá detalhes suficientes para permitir à Parte Detentora identificar o caso, os ativos e o órgão ou órgãos envolvidos.
3. Mediante recebimento de solicitação para divisão de ativos feita de acordo com as disposições do presente Artigo, a Parte Detentora deverá:
 - a) decidir sobre a conveniência da divisão dos ativos como especificado no Artigo 20 deste Capítulo; e
 - b) informar à Parte que fez a solicitação do resultado dessa decisão.
4. Quando cabível, e havendo vítimas identificáveis, a decisão sobre os direitos da vítima precederá a divisão de ativos entre as Partes.

ARTIGO 22
Divisão de Ativos

1. Quando a Parte Detentora propuser a divisão de ativos com a Parte Cooperante, deverá:
 - a) determinar, por acordo mútuo e de acordo com a sua lei interna, a proporção dos ativos a serem divididos que, em sua opinião, representa a proporção de assistência fornecida pela Parte Cooperante; e
 - b) transferir quantia equivalente àquela proporção à Parte Cooperante, de acordo com o Artigo 23 deste Capítulo.
2. As Partes concordam que poderá não ser adequado realizar a divisão quando o valor dos ativos convertidos em dinheiro ou a assistência prestada pela Parte Cooperante for insignificante.

ARTIGO 23
Pagamento de Ativos Divididos

1. Salvo diversamente acordado por ambas as Partes, qualquer quantia transferida nos termos do Artigo 22 (1) (b) deste Capítulo será paga:
 - a) na moeda da Parte Detentora; e

b) por meio de transferência eletrônica de fundos ou cheque.

2. O pagamento de tal quantia será feito:

- a) à República Federativa do Brasil quando a República Federativa do Brasil for a Parte Cooperante, e enviado ao órgão competente ou conta designada pela Autoridade Central Brasileira;
- b) à República Federal da Nigéria quando a República Federal da Nigéria for a Parte Cooperante, e enviado ao Departamento de Contabilidade da Federação e enviado ao Procurador Geral da Federação e Ministro da Justiça; ou
- c) Para qualquer outro beneficiário ou beneficiários que a Parte Cooperante, dependendo do caso, especificar, por notificação para os fins do presente Artigo.

ARTIGO 24

Imposição de Condições

A menos que mutuamente acordado de outra forma, quando a Parte Detentora transferir qualquer quantia por força do Artigo 22 (1) (b) acima, esta não poderá impor qualquer condição à Parte Cooperante quanto ao uso daquela quantia e, em particular, não poderá exigir que a Parte Cooperante divida esta quantia com qualquer outro Estado, organização ou indivíduo.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

ARTIGO 25

Compatibilidade com outros Tratados

A Assistência e os procedimentos estabelecidos neste Tratado não constituirão impedimento para que qualquer das Partes preste assistência à outra por meio de dispositivos de outros acordos internacionais de que faça parte ou com base em dispositivos de suas leis internas. As Partes poderão, ainda, prestar assistência nos termos de qualquer convenção, acordo ou outra prática que possam ser aplicáveis entre os órgãos de cumprimento da lei das Partes.

ARTIGO 26

Consultas

As Autoridades Centrais das Partes consultar-se-ão, mediante solicitação de qualquer delas, a respeito da implementação deste Tratado, em geral, ou, em relação a um caso específico. As Autoridades Centrais também podem estabelecer acordo quanto às medidas práticas que sejam necessárias com intuito de facilitar a implementação deste Tratado.

ARTIGO 27
Ratificação e Vigência

1. O presente Tratado será ratificado e os instrumentos de ratificação serão trocados tão logo as Partes confirmem, por via diplomática, que as exigências constitucionais para sua entrada em vigor foram atendidas.
2. Solicitações feitas com base no presente Tratado poderão aplicar-se a crimes cometidos antes de sua entrada em vigor.

ARTIGO 28
Denúncia


1. Qualquer das Partes pode denunciar este Tratado por meio de notificação, por escrito, à outra Parte através dos canais diplomáticos.
2. A denúncia produzirá efeito seis meses após a data de notificação.
3. As solicitações realizadas antes da notificação escrita, ou recebidas durante o período de seis meses após a notificação, serão resolvidas de acordo com o presente Tratado.


ARTIGO 29
Solução de Controvérsias

As Partes empenhar-se-ão para resolver controvérsias a respeito da interpretação ou aplicação do presente Tratado por meio dos canais diplomáticos.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em dois exemplares, em Brasília, no dia 6 de setembro de 2005, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERAL DA NIGÉRIA
OLUYEMI ADJENIJI
Ministro dos Negócios
Estrangeiros

ANEXO A
Atestado de Autenticidade de Registros Comerciais

Eu, _____ (Nome) [Sabendo que poderei estar sujeito a processo caso preste declarações falsas, declaro o seguinte:] que sou empregado da _____ (Nome da empresa da qual os documentos foram obtidos) e que minha função é _____ (Cargo), declaro ainda que os registros anexados são os originais ou cópias dos originais sob poder da _____ (Nome da empresa da qual documentos foram obtidos).

Declaro ainda que:

- a) tais registros foram feitos no momento ou próximo da ocorrência das questões estabelecidas por (ou da informação transmitida por) pessoa com conhecimento das referidas questões;
- b) tais registros foram mantidos ao longo de atividade empresarial conduzida regularmente;
- c) a atividade empresarial produziu registros como prática regular; e
- d) se caso esses registros não forem os originais, são cópias dos originais.

(Assinatura) _____
(Data)

Declarado solenemente ou sob juramento perante mim

(Nome) o/a
de _____ (notário, etc) no dia _____
de _____ de 20 _____

ANEXO B

Atestado de Autenticidade de Documentos Públicos Estrangeiros

Eu, _____ (Nome) [Sabendo que poderei estar sujeito a processo caso preste declarações falsas, declaro o seguinte:] que minha função no Governo do _____ (País) é de _____ (Cargo Oficial) e que nesse cargo, estou autorizado pela lei do _____ (País) a atestar que os documentos anexados e descritos abaixo são cópias verdadeiras e fiéis dos registros oficiais originais que estão registrados ou arquivados em _____ (Nome do Órgão) que é um órgão do Governo do _____ (País).

Descrição dos Documentos

(Assinatura)

(Cargo)

(Data)

ANEXO C
Atestado de Bens Apreendidos

Eu, _____ (Nome) [Sabendo que poderei estar sujeito a processo caso preste declarações falsas, declaro o seguinte] que minha função no Governo do _____ (País) é _____ (Cargo Oficial). Eu recebi a custódia dos bens listados abaixo de _____ (Nome da Pessoa) em _____ (Data) em _____ (Local). Repussei a custódia dos bens listados abaixo para _____ (Nome da Pessoa) em _____ (Data) em _____ (Local), nas mesmas condições de quando as recebi (ou se em diferentes condições, segue descrição abaixo).

Descrição dos Bens

Alterações no estado enquanto sob minha custódia

Carimbo Oficial

(Assinatura)

(Cargo)

(Local)

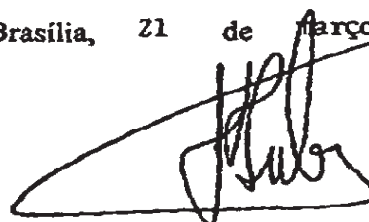
(Data)

Mensagem nº 166, de 2007

“Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Brasília, 21 de março de 2007.



EM Nº 00022/DJ/DAI/MRE/JUST-BRAS-NIGR

Brasília, 24 de janeiro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem que encaminha o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

2. O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países no que respeita a investigação, ação penal e prevenção do crime, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua. Inscreve-se, portanto, num contexto de ampla assistência, refletindo a tendência atual de aprofundamento da cooperação judiciária internacional para o combate à criminalidade. A assistência inclui realização de depoimentos, fornecimento de documentos, localização ou identificação de pessoas, busca e apreensão de produtos do crime, devolução de ativos e qualquer outro tipo de assistência acordada entre as Partes.
3. O mecanismo de intercâmbio entre as Partes consiste na designação do Ministério da Justiça do Brasil e do Procurador Geral da Federação e Ministro da Justiça da Nigéria - ou outras autoridades por eles indicadas - para funcionarem na qualidade de Autoridades Centrais, encarregadas da tramitação das solicitações de cooperação formuladas com base no Tratado. A utilização de Autoridades Centrais para a tramitação de pedidos de cooperação jurídica torna os procedimentos mais expeditos e, em consequência, mais eficazes.
4. É importante assinalar que o texto do Tratado contempla a sua compatibilidade com as leis internas das Partes ou com outros acordos sobre assistência jurídica mútua que as Partes tenham ratificado. A proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações não necessárias à investigação encontram-se igualmente salvaguardadas pelo instrumento. Foram previstos, ademais, dispositivos específicos que determinam os procedimentos a serem seguidos por ambas as Partes quanto à identificação, rastreamento, bloqueio e seqüestro dos produtos e instrumentos do crime, bem como com relação à devolução e à divisão de ativos apreendidos e à devolução de dinheiro público apropriado indevidamente.
5. Extenso e pormenorizado, o Tratado visa a instituir mecanismo moderno de cooperação que agilizará o intercâmbio de informações e providências judiciais no âmbito da assistência jurídica mútua em matéria penal.
6. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Legislativo, submeto a Vossa Excelência as cópias autênticas do Tratado, juntamente com o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Comissão de

Publicado no DSF de 13. 3 /2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10760/2009

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 71, DE 2009
(nº 133/2007, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DE NAURU

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Nauru
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Tendo em vista o interesse de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes.

ARTIGO II

Na consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais.

ARTIGO III

1. Os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.

2. Igualmente por meio de Ajustes Complementares, serão definidos as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos mencionados programas, projetos e atividades.

3. Dos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo poderão participar, *inter alia*, instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais e organismos internacionais, conforme acordado por meio de Ajustes Complementares.

4. As Partes Contratantes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas, projetos e atividades aprovados pelas Partes Contratantes e poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

ARTIGO IV

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades da cooperação técnica, como:

- a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;
- b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;
- c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;

- d) analisar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e
- e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e data das reuniões serão acordados por via diplomática.

ARTIGO V

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes Contratantes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária para o cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem especificadas nos Ajustes Complementares.

ARTIGO VII

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte Contratante para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de brasileiros em território brasileiro ou estrangeiros com residência permanente no Brasil:

- a) vistos, conforme as regras aplicáveis a cada Parte Contratante, solicitado por canal diplomático;
- b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;
- c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de tributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;
- e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e

f) facilidades de repatriação em caso de situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o enviar e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o receber.

ARTIGO VIII

O pessoal enviado de um país a outro no âmbito do presente Acordo deverá atuar em função do estabelecido em cada programa, projeto ou atividade e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VII do presente Acordo.

ARTIGO IX

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte Contratante à outra, para a execução de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado no respectivo Ajuste Complementar, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos programas, projetos e atividades, todos os bens, equipamentos e demais itens que não tiverem sido transferidos a título permanente à outra Parte Contratante pela que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de exportação e outros impostos normalmente incidentes, com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

ARTIGO X

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência à sua renovação automática.


3. Em caso de denúncia do presente Acordo, inclusive no caso da cooperação triangular com Terceiros Países, caberá às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.


4. O presente Acordo poderá ser emendado nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

ARTIGO XI

As controvérsias surgidas na implementação do presente Acordo serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no Direito Público Internacional, privilegiando-se a realização de consultas diretas entre as Partes Contratantes.

Feito em *Nova York* em *11* de *maio* de 2006, em dois (2) exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
RONALDO MOTA SARDENBERG
Embaixador

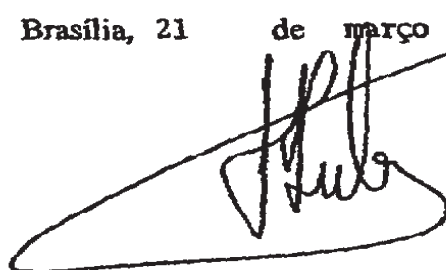

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE NAURU
DAVID ADEANG
Ministro das Relações
Exteriores

Mensagem nº 167, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova York, em 11 de maio de 2006.

Brasília, 21 de março de 2007



EM Nº 00042 ABC/DAI/DAOC-IMRE- PAIN-BRAS-NAUR

Brasília, 14 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova York em 11 de maio de 2006, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

2. O Acordo em pauta, de especial importância por ser o primeiro instrumento celebrado entre o Brasil e Nauru, visa a sistematizar a cooperação técnica entre os dois países. Nesse sentido, ressalta a implementação de projetos conjuntos em áreas que sejam de interesse em comum.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e do setor privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

4. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com as cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente;

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Comissão de

Publicado no DSF de 13/03/2009.

Secretaria Especial de Editoração e publicações do Senado Federal - Brasília - DF

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 72, DE 2009

(nº 201/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO PARA O ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO DE COOPERAÇÃO
COMERCIAL ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA E A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

A República Federativa do Brasil

**A República Argentina
(doravante denominadas "as Partes").**

Considerando a importância que outorgam à promoção do comércio exterior e ao cumprimento de objetivos que beneficiam diretamente os setores exportadores de ambos os países e, indiretamente, todos os habitantes de seus territórios,

Conscientes da necessidade de gerar dispositivos que facilitem o desenvolvimento de suas atividades, outorgando às empresas exportadoras toda a colaboração e o auxílio necessário que se encontrem ao alcance dos Governos;

Mantendo o compromisso e interesse de aprofundar e estreitar as relações com os setores exportadores de seus respectivos países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

Estabelecer, com base no princípio da reciprocidade, um mecanismo de cooperação pelo qual uma Parte oferecerá apoio comercial às empresas com sede na outra Parte quando esta não possua representação diplomática ou consular em um determinado Estado.

ARTIGO 2º

As Partes designarão, gradualmente, as respectivas representações diplomáticas ou consulares que participarão do presente mecanismo de cooperação em apoio comercial.

ARTIGO 3º

Nos casos em que se faça necessário e conforme um Acordo celebrado entre as Partes, poder-se-á dispor que a Parte a ser beneficiada pelo apoio comercial oferecido pela representação diplomática ou consular da outra Parte complementará os recursos humanos e materiais necessários para a implementação das tarefas de apoio comercial sob o presente Acordo. Nesse caso, cada Parte beneficiária do apoio comercial será responsável pela remuneração e pelo cumprimento dos direitos trabalhistas dos funcionários nomeados em virtude deste artigo.

ARTIGO 4º

Inicialmente, o apoio comercial recíproco regulado no presente Acordo abrangerá as seguintes atividades:

- a) Colaborar com a confecção de agendas de negócios para empresários que visitem a jurisdição da representação diplomática ou consular encarregada do apoio comercial;
- b) Detectar nichos de mercado que não possam ser satisfeitos com a oferta exportável do próprio país e informar a Chancelaria da outra Parte;
- c) Distribuir periodicamente, por meio das Chancelarias, perfis e estudos de mercado sobre a jurisdição realizados para empresas nacionais;
- d) Dar apoio aos empresários que participem de feiras, exposições ou rodadas de negócios, que se desenvolvam na jurisdição da representação diplomática ou consular encarregada do apoio comercial;
- e) Outorgar assessoria aos empresários sobre o mercado da jurisdição diplomática ou consular a respeito de: dados básicos, perfil econômico e de comércio exterior, conjuntura política, práticas comerciais (custos aduaneiros, custos de distribuição, procedimentos para o ingresso de amostras) e condições de acesso ao mercado (sistema tarifário, impostos internos, requisitos especiais de ingresso, normas e regulamentações técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, regimes especiais e legislação em matéria de defesa comercial);
- f) Informar, por meio das Chancelarias, sobre o lançamento de licitações internacionais; e

- g) Orientar os empresários que realizarem viagens de negócios à jurisdição sobre questões operacionais em matéria de transporte, hotelaria, clima, atenção médica, costumes locais, vistos, e demais recomendações práticas.

ARTIGO 5º

As Partes promoverão o treinamento recíproco de suas equipes de promoção comercial, não somente em termos de capacitação técnica, mas também para facilitar a implementação do presente Acordo.

ARTIGO 6º

O presente Acordo é celebrado sem prejuízo às atividades exercidas no âmbito da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM) ou às atividades da mesma natureza no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações.

ARTIGO 7º

O presente Acordo entrará em vigor 90 (noventa) dias após a notificação recíproca pelas Partes de que foram cumpridas as formalidades internas necessárias à entrada em vigor.

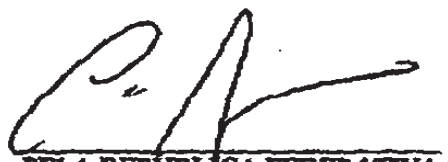
ARTIGO 8º

O presente Acordo pode ser modificado pelas Partes.

ARTIGO 9º

O Acordo pode ser denunciado pelas Partes, mediante notificação escrita com antecedência de 90 (noventa) dias.

Feito em Puerto Iguazu, República Argentina, aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2005, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

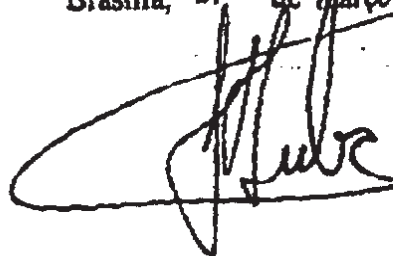
PELA REPÚBLICA ARGENTINA
RAFAEL ANTONIO BIELSA
Ministro das Relações
Exteriores, Comércio
Internacional e Culto

Mensagem nº 184, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.

Brasília, 27 de março de 2006.



EM Nº 00086/DA/DIC/DAM I - MRE - PAIN-BRAS-ARGT

Brasília, em 10 de março de 2006.

00001.001843/2006-17

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem que submete ao Congresso Nacional o Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado por ocasião da visita presidencial a Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005, em celebração aos vinte anos da assinatura da Declaração de Iguazu pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín.

2. O referido documento estabelece um mecanismo de cooperação comercial entre Brasil e Argentina pelo qual cada País oferecerá apoio comercial aos empresários nacionais da outra parte por meio de suas representações diplomáticas e consulares, com base no princípio da reciprocidade. O apoio comercial será prestado pelas representações diplomáticas e consulares localizadas em um determinado Estado quando nele não houver representação do País signatário. O documento prevê uma série de atividades, tais como apoio aos empresários na confecção de

agendas de negócios, assim como na participação de feiras e rodadas de negócios, informações de comércio exterior, divulgação de licitações internacionais, detecção de nichos de mercado que não possam ser satisfeitos com a oferta exportável do próprio país.

3. O Acordo em apreço faz parte do esforço manifestado por Vossa Excelência de promover a integração regional em todas as áreas, em especial no estreitamento das relações entre os setores exportadores dos dois Países, fortalecendo o comércio exterior e o mercado interno, com a geração de emprego e renda.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, conforme prevê o inciso VIII do Artigo 84 da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e, posteriormente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF de 13/03/2009.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 73, DE 2009
(nº 318/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGELINA DEMOCRÁTICA E POPULAR
SOBRE TRANSPORTE E NAVEGAÇÃO MARÍTIMA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argelina Democrática e Popular
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Com o propósito de desenvolver as relações amistosas e os Transportes Marítimos entre os dois países,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

1. Este Acordo aplica-se ao transporte marítimo internacional de mercadorias realizado entre os portos das Partes Contratantes, excluindo-se o transporte de petróleo e dos seus derivados e das cargas que, de acordo com a legislação interna de cada Parte Contratante, esteja reservado à sua respectiva bandeira, assim como o transporte de cabotagem e por vias aquaviárias interiores.
2. Este Acordo não altera os direitos e obrigações das Partes Contratantes decorrentes de acordos e convenções internacionais sobre navegação e transporte marítimo dos quais sejam Partes Contratantes.
3. Para efeitos deste Acordo entende-se:
 - por "Autoridade Competente do transporte marítimo", pela República Federativa do Brasil, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, respeitadas as diretrizes emanadas do Ministério dos Transportes, e pela República Argelina Democrática e Popular, o Ministro dos Transportes;
 - pela expressão "navio da Parte Contratante" qualquer navio inscrito no Registro de navios dessa Parte, exceto:
 - a) navios de guerra;
 - b) outros navios de uso exclusivo das Forças Armadas;
 - c) navios de pesquisa (hidrográficos, oceanográficos e científicos);
 - d) embarcações de pesca; e
 - e) embarcações de turismo;
 - pela expressão "membros da tripulação" qualquer pessoa efetivamente empregada em serviços de bordo durante a viagem e incluída na lista de tripulantes;

pela expressão “empresa de navegação” da Parte Contratante uma empresa de navegação estabelecida no território de uma das Partes Contratantes e em perfeito acordo com a pertinente legislação dessa Parte Contratante.

4. Para efeitos deste Acordo, os portos das Partes Contratantes, entre os quais se realizarão as atividades de transporte marítimo, deverão atender às normas do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (“ISPS Code”), da Organização Marítima Internacional (“IMO”).

ARTIGO II

As disposições deste Acordo não criam impedimento ao direito de que navios de bandeira de terceiros países efetuem transporte internacional de mercadorias entre os portos das duas Partes Contratantes.

ARTIGO III

As Partes Contratantes prestarão toda a assistência possível ao desenvolvimento da navegação mercante entre seus países e se absterão de qualquer ação que possa causar prejuízo ao desenvolvimento normal da livre navegação mercante internacional.

ARTIGO IV

1. Cada Parte Contratante concederá aos navios da outra Parte Contratante, em seus portos e águas territoriais, tratamento não discriminatório e igual ao que concede aos navios de terceiras bandeiras empregados nos transportes internacionais, no tocante ao acesso aos portos, à utilização dos portos para carga e descarga, ao embarque e desembarque de tripulantes, à utilização dos serviços relacionados com a navegação e às operações comerciais ordinárias delas decorrentes, sem prejuízos dos direitos soberanos de cada país de delimitar zonas por razões de segurança nacional.
2. As Partes Contratantes se reservam o direito de negar o ingresso, em seus territórios, de qualquer cidadão; mesmo que possuidor do documento mencionado no Artigo VI deste Acordo, caso o julgue indesejável.
3. As disposições relativas ao item 1 do presente Artigo não se aplicarão:
- a) às atividades que, de acordo com a legislação de cada país, estejam reservadas às suas próprias empresas, companhias ou cidadãos, incluindo, em particular, o tráfego de cabotagem, salvatagem, reboque e outros serviços portuários;

- b) aos regulamentos de praticagem obrigatórios para navios estrangeiros;
- c) aos regulamentos da cobrança da Tarifa de Utilização de Faróis;
- d) aos regulamentos referentes à admissão e estada de cidadãos estrangeiros nos respectivos territórios das Partes Contratantes.

ARTIGO V

As Partes Contratantes tomarão, nos limites de sua legislação e regulamentos portuários, todas as medidas necessárias para facilitar e incrementar os transportes marítimos, para impedir demoras desnecessárias dos navios e para acelerar e simplificar, tanto quanto possível, o atendimento de formalidades alfandegárias e outras em vigor nos portos, observadas a legislação e regulamentos internos pertinentes de cada Parte Contratante, assim como as determinações do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias ("ISPS Code"), da Organização Marítima Internacional ("IMO").

ARTIGO VI

Cada Parte Contratante reconhecerá os documentos de identidade dos tripulantes emitidos pelas autoridades competentes da outra Parte Contratante. Os citados documentos de identidade serão:

- no que concerne à República Federativa do Brasil, a "Caderneta de Inscrição e Registro", da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil e,
- no que concerne à República Argelina Democrática e Popular, o "*Fascicule de Navigation Maritime*".

ARTIGO VII

1. Os integrantes da tripulação registrados na lista de tripulantes apresentada à autoridade competente e portadores do documento de identidade especificados no Artigo VI poderão desembarcar durante a estadia de seu navio no porto da outra Parte Contratante ou embarcar em outro navio da mesma bandeira, em conformidade com a legislação e os regulamentos em vigor no território desta outra Parte Contratante.

2. Qualquer integrante da tripulação de uma Parte Contratante poderá, em caso de enfermidade, desembarcar no porto da outra Parte Contratante para receber tratamento médico ou ser internado, em conformidade com a legislação e os regulamentos em vigor no território desta outra Parte Contratante.

ARTIGO VIII

1. Os certificados de nacionalidade e arqueação de navios expedidos por uma das Partes Contratantes, bem como demais certificados previstos nas Convenções Internacionais, serão reconhecidos pela outra Parte.
2. Os navios de cada Parte Contratante, providos de certificado de arqueação devidamente expedidos, serão dispensados de uma nova medição nos portos da outra Parte.

ARTIGO IX

1. Se um navio de uma Parte Contratante naufragar, encalhar, der à praia ou sofrer qualquer outra avaria na costa da outra Parte Contratante, ao comandante e à tripulação, ao navio e à sua carga serão aplicados, no território desta última Parte, as mesmas vantagens, privilégios e obrigações aplicados ao comandante e à tripulação, ao navio e à sua carga dessa outra Parte Contratante.
2. Ao comandante, à tripulação e ao próprio navio e sua carga, serão dispensadas, em qualquer tempo, a mesma ajuda e assistência que seriam asseguradas a navios da outra Parte.
3. O navio que tenha sofrido acidente, sua carga, equipamento, materiais, provisões e seus outros pertences não estarão sujeitos à cobrança de seus direitos aduaneiros, impostos ou outros gravames de qualquer natureza, que incidam sobre as importações, desde que não sejam destinados ao uso ou consumo no território da outra Parte Contratante.
4. Nenhuma das disposições do item 2 do presente Artigo deverá ser interpretada de modo a excluir a aplicação das leis e regulamentos das Partes Contratantes com relação ao armazenamento temporário de mercadorias.

ARTIGO X

1. O transporte marítimo das mercadorias objeto do intercâmbio entre as Partes Contratantes será efetuado com base nos princípios de acesso livre, igual e não discriminatório às cargas, vedado o estabelecimento de quotas de transporte ou de quaisquer outros dispositivos que restrinjam a aplicação desses princípios.
2. Na realização desse transporte marítimo, os fretes e as suas condições serão negociados livremente entre os transportadores e os usuários.

ARTIGO XI

As empresas e companhias de navegação marítima estabelecidas no território de uma das Partes Contratantes não estão sujeitas, no território da outra Parte Contratante, aos impostos sobre rendas auferidas como resultado de suas operações de transporte marítimo.

ARTIGO XII

1. Será constituída uma Comissão Marítima Mista, composta de representantes designados pelas Partes Contratantes, com o objetivo de promover a cooperação entre as Partes, no campo da navegação mercante e reforçar a implementação do Acordo através de recomendações às Partes.

2. A Comissão Marítima Mista poderá reunir-se alternadamente na República Federativa do Brasil e na República Argelina Democrática e Popular, por solicitação de qualquer das duas Partes, em data mutuamente acordada através dos canais diplomáticos.

ARTIGO XIII

1. Este Acordo entrará em vigor trinta dias após a data da última notificação de uma das Partes Contratantes, comunicando o cumprimento de suas formalidades legais internas.

2. Este Acordo será mantido em vigor pelo prazo de cinco (5) anos e será renovado anualmente, salvo se uma das Partes Contratantes apresentar notificação escrita à outra Parte, através dos canais diplomáticos, da sua intenção de o denunciar, com seis (6) meses de antecedência do término da sua validade.

Feito em Argel, aos 8 dias do mês de fevereiro de 2006, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações
Exteriores



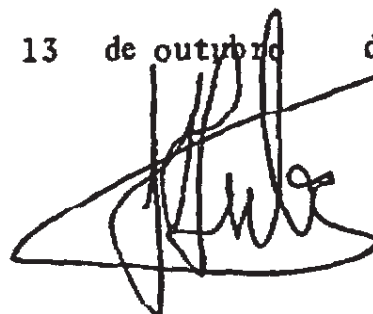
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGELINA DEMOCRÁTICA
E POPULAR

Mohammed Bedjaoui
Ministro dos Negócios
Extrangeiros

Mensagem nº 898, de 2006

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Brasília, 13 de outubro de 2006.



EM Nº 00366/DSF/DAI/DAF-III - MRE - ETRA

Brasília, em 14 de setembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem pela qual se submete ao referendo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular Sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

2. O Acordo, renovação de instrumento assinado em 1976, responde a necessidades políticas e técnicas. Em termos políticos, insere-se na iniciativa de aproximação com o continente africano, prioridade da política externa comandada por Vossa Excelência. A Argélia, nesse contexto, representa especial oportunidade, tendo-se em conta que o déficit comercial com o país é expressivo e existe desde 1989. Em 2005, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 384 milhões ao mercado argelino, mas importou US\$ 2,8 bilhões. O Acordo marítimo assinado, ao promover facilidades burocráticas e a aproximação das autoridades competentes dos dois países, pode contribuir para facilitar o transporte transoceânico bilateral e incentivar os empresários brasileiros a melhor aproveitarem o mercado argelino.

3. Em termos técnicos, o antigo Acordo entre Brasil e Argélia sobre Transportes Marítimos precisava ser renovado, para refletir a nova realidade dos transportes marítimos, que inclui livre negociação de fretes e ausência de cotas reservadas para determinadas bandeiras.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, conforme prevê o inciso VIII do artigo 84 da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA - GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no DSF, de 13/3/2009.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 74, DE 2009

(nº 321/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949
Relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional
(Protocolo III)**

8 de dezembro de 2005

Preâmbulo

As Altas Partes Contratantes,

Reafirmando as disposições das Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 (sobretudo os artigos 26, 38, 42 e 44 da Primeira Convenção de Genebra) e, se for o caso, de seus Protocolos Adicionais de 8 de junho de 1977 (sobretudo os artigos 18 e 38 do Primeiro Protocolo Adicional e o artigo 12 do Segundo Protocolo Adicional), referentes à utilização dos emblemas distintivos;

Desejando complementar as disposições mencionadas acima, a fim de reforçar seu valor de proteção e seu caráter universal;

Observando que o presente Protocolo não atinge o direito reconhecido de as Altas Partes Contratantes continuarem utilizando os emblemas de acordo com as obrigações decorrentes das Convenções de Genebra e, se for o caso, de seus Protocolos Adicionais;

Recordando que a obrigação de respeitar as pessoas e os bens protegidos pelas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais decorrem da proteção que lhes confere o direito internacional e não dependem do uso dos emblemas, dos signos ou sinais distintivos;

Ressaltando que os emblemas distintivos não pressupõem qualquer significação religiosa, étnica, racial, regional ou política;

Ressaltando a necessidade de garantir o pleno respeito às obrigações relativas aos emblemas distintivos reconhecidos nas Convenções de Genebra e, se for o caso, nos seus Protocolos Adicionais;

Recordando que o artigo 44 da Primeira Convenção de Genebra estabelece a distinção entre o uso protetor e o uso indicativo dos emblemas distintivos;

Recordando também que as Sociedades Nacionais que realizam atividades no território de outro Estado devem assegurar-se de que os emblemas que elas pretendem utilizar nessas atividades podem ser utilizados no país onde desenvolvem suas atividades assim como em países de trânsito;

Reconhecendo as dificuldades que alguns Estados e Sociedades Nacionais podem enfrentar na utilização dos emblemas distintivos existentes;

Considerando a determinação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho para conservarem seus nomes e seus emblemas distintivos atuais;

Convieram o seguinte:**Artigo 1º - Respeito e campo de aplicação do presente Protocolo**

1. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar o presente Protocolo em todas as circunstâncias.
2. O presente Protocolo reafirma e complementa as disposições das quatro Convenções de Genebra de 12 de outubro de 1949 (doravante, "Convenções de Genebra") e, se for o caso, de seus dois Protocolos Adicionais de 8 de junho de 1977 (doravante, "Protocolos Adicionais de 1977") relativos aos emblemas distintivos, a saber, a cruz vermelha, o crescente vermelho e o leão e o sol vermelhos, e é aplicado nas mesmas circunstâncias que essas disposições.

Artigo 2º - Sinais distintivos

1. O presente Protocolo reconhece emblema distintivo adicional aos emblemas distintivos das Convenções de Genebra, para os mesmos fins. Os emblemas distintivos têm o mesmo status.
2. Esse sinal distintivo adicional, composto de quadro vermelho, tendo a forma de quadrado apoiado sobre a ponta, sobre fundo branco, corresponde à ilustração contida no Anexo ao presente Protocolo. Neste Protocolo, esse sinal será referido como "emblema do terceiro Protocolo".
3. As condições de uso e de respeito do emblema do terceiro Protocolo são idênticas àquelas estabelecidas pelas Convenções de Genebra e, se for o caso, pelos seus Protocolos Adicionais de 1977.
4. Os serviços médicos e o pessoal religioso das forças armadas das Altas Partes Contratantes poderão, sem prejuízo dos seus emblemas atuais, usar a título provisório qualquer emblema distintivo mencionado no parágrafo 1º do presente artigo, se tal uso for capaz de reforçar sua proteção.

Artigo 3º - Uso indicativo do emblema do terceiro Protocolo

1. As Sociedades Nacionais das Altas Partes Contratantes que decidirem usar o emblema do terceiro Protocolo poderão, quando utilizarem esse emblema conforme à legislação nacional pertinente, escolher, a título indicativo:
 - a) um emblema distintivo reconhecido pelas Convenções de Genebra ou uma combinação desses emblemas, ou
 - b) um outro emblema que uma Alta Parte Contratante tenha efetivamente utilizado e comunicado às outras Altas Partes Contratantes e ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, por meio do depositário, antes da adoção do presente Protocolo. A incorporação deverá ser realizada conforme a ilustração contida no Anexo ao presente Protocolo.
2. Uma Sociedade Nacional que escolher incorporar no interior do emblema do terceiro Protocolo um outro emblema, nos termos do parágrafo 1º do presente artigo, pode,

conforme sua legislação nacional, utilizar a denominação desse emblema e exibi-lo em seu território nacional.

3. As Sociedades nacionais podem, conforme sua legislação nacional e em circunstâncias excepcionais, a fim de facilitar seu trabalho, utilizar a título temporário o emblema distintivo mencionado no artigo 2º do presente Protocolo.

4. O presente artigo não afeta a condição jurídica dos emblemas distintivos reconhecidos nas *Convenções de Genebra* e no presente Protocolo; e não afeta a condição jurídica de qualquer emblema específico quando este for incorporado a título indicativo conforme o parágrafo 1º do presente artigo.

Artigo 4º - Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, assim como seu pessoal devidamente autorizado, poderão, em circunstâncias excepcionais e para facilitar seu trabalho, usar o emblema distintivo mencionado no artigo 2º do presente Protocolo.

Artigo 5º - Missões sob os auspícios das Nações Unidas

Os serviços médicos e o pessoal religioso que participam das operações sob os auspícios das Nações Unidas podem, com o acordo dos Estados participantes, usar um dos emblemas distintivos mencionados nos artigos 1º e 2º.

Artigo 6º - Prevenção e repressão de abusos

1. As disposições das *Convenções de Genebra* e, se for o caso, dos *Protocolos Adicionais de 1977*, que regem a prevenção e a repressão do uso abusivo dos emblemas distintivos, serão aplicadas de maneira idêntica ao emblema do terceiro Protocolo. Particularmente, as Altas Partes Contratantes devem tomar as medidas necessárias com vistas a prevenir e reprimir, a todo tempo, qualquer abuso da utilização dos emblemas distintivos, mencionados nos artigos 1º e 2º, e de sua denominação, tais como o uso pífido e a imitação de qualquer sinal ou denominação.

2. Independente do parágrafo 1º do presente artigo, as Altas Partes Contratantes podem permitir que aqueles que usavam anteriormente o emblema do terceiro Protocolo, ou qualquer sinal que constitua sua imitação, sigam usando esse emblema, desde que esse uso não pretenda, em tempo de conflito armado, conferir a proteção das *Convenções de Genebra* e, se for o caso, dos *Protocolos Adicionais de 1977*, e considerando que os direitos que autorizem esse uso tenham sido adquiridos antes da adoção do presente Protocolo.

Artigo 7º - Difusão

As Altas Partes Contratantes comprometem-se, em tempo de paz e em tempo de conflito armado, a difundir o presente Protocolo o mais amplamente possível em seu respectivo País e, sobretudo, a incluir seu estudo nos programas de instrução militar e a encorajar seu estudo pela população civil, de modo que esse instrumento possa ser conhecido pelas forças armadas e pela população civil.

Artigo 8º - Assinatura

O presente Protocolo será aberto à assinatura para as Partes das Convenções de Genebra no dia de sua adoção e permanecerá aberto à assinatura por período subsequente de doze meses.

Artigo 9º - Ratificação

O presente Protocolo será ratificado assim que possível. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Conselho Federal suíço, depositário das Convenções de Genebra e dos Protocolos Adicionais de 1977.

Artigo 10 - Adesão

O presente Protocolo será aberto à adesão de qualquer Parte das Convenções de Genebra não-signatária do presente Protocolo. Os instrumentos de adesão serão depositados junto ao depositário.

Artigo 11 – Entrada em vigor

1. O presente Protocolo entrará em vigor seis meses após o depósito de dois instrumentos de ratificação ou de adesão.
2. Para cada uma das Partes das Convenções de Genebra que o ratificar ou aderir a ele, o presente Protocolo entrará em vigor seis meses após o depósito pela Parte de seu instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 12 – Relações convencionais com a entrada em vigor do presente Protocolo

1. Quando as Partes das Convenções de Genebra são igualmente Partes do presente Protocolo, as Convenções serão aplicadas com a complementação do presente Protocolo.
2. Se uma das Partes no conflito não estiver vinculada ao presente Protocolo, as Partes do presente Protocolo seguem a ele vinculadas em suas relações recíprocas. Elas permanecem, ademais, vinculadas pelo presente Protocolo com relação à referida Parte se esta aceitar e aplicar as presentes disposições.

Artigo 13 - Emenda

1. Toda Alta Parte Contratante pode propor emendas ao presente Protocolo. O texto de qualquer projeto de emenda deve ser comunicado ao depositário que, após consulta ao conjunto das Altas Partes Contratantes, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, deve decidir se é conveniente convocar uma conferência para examinar a emenda proposta.
2. O depositário deve convidar para essa conferência as Altas Partes Contratantes, bem como as Partes das Convenções de Genebra, signatárias ou não do presente Protocolo.

Artigo 14 – Denúncia

1. Em caso de uma Alta Parte Contratante denunciar o presente Protocolo, a denúncia somente produzirá seus efeitos um ano após o recebimento do instrumento de denúncia. Se, entretanto, no prazo desse ano, a Parte denunciante encontrar-se em situação de conflito armado ou de ocupação, o efeito da denúncia permanecerá suspenso até o fim do conflito armado ou da ocupação.
2. A denúncia será notificada por escrito ao depositário, que informará todas as Altas Partes Contratantes dessa notificação.
3. A denúncia somente surtirá efeito em relação à Parte denunciante.
4. Nenhuma denúncia notificada nos termos do parágrafo 1º terá efeito sobre as obrigações relacionadas ao presente Protocolo já contraídas pela Parte denunciante em razão de conflito armado ou ocupação, para todos os atos cometidos antes da referida denúncia tornar-se efetiva.

Artigo 15 - Notificação

O depositário deve informar as Altas Partes Contratantes e as Partes nas Convenções de Genebra, sejam ou não signatárias do presente Protocolo, sobre:

- a) as assinaturas feitas ao presente Protocolo e os instrumentos de ratificação e adesão depositados nos termos dos artigos 8º, 9º e 10;
- b) a data em que o presente Protocolo entrar em vigor, conforme o artigo 11, em até 10 dias após sua entrada em vigor;
- c) as comunicações recebidas em conformidade com o artigo 13 ;
- d) as denúncias notificadas em conformidade com o artigo 14.

Artigo 16 - Registro

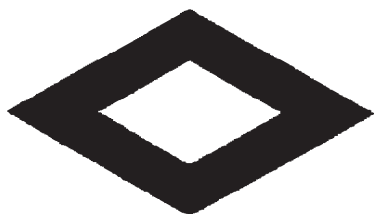
1. Após sua entrada em vigor, o presente Protocolo deve ser transmitido pelo depositário ao Secretariado das Nações Unidas a fim de ser registrado e publicado, nos termos do artigo 102 da Carta das Nações Unidas.
2. O depositário deve informar, igualmente, o Secretariado das Nações Unidas de todas as ratificações, adesões e denúncias que receber em relação ao presente Protocolo.

Artigo 17 - Textos autênticos

O original do presente Protocolo, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao depositário, que deve enviar cópias autenticadas de mesmo a todas as Partes das Convenções de Genebra.

ANEXO
EMBLEMA DO TERCEIRO PROTOCOLO
(Artigo 2º, parágrafo 2º, e artigo 3º, parágrafo 1º, do Protocolo)

Artigo 1º – Emblema distintivo



Artigo 2 – Uso indicativo do emblema do terceiro Protocolo



Inserção
segundo art. 3º

Mensagem nº 59, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.

Brasília, 1º de fevereiro de 2007.

EM Nº 00473 DNU/DAI - MRE

Brasília, 27 de dezembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em 8 de dezembro de 2005, durante a conferência diplomática relativa à adoção de emblema distintivo adicional ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, adotou-se o Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949. As Convenções de Genebra de 1949 e seus dois Protocolos Adicionais de 1977 estabelecem as bases do direito internacional humanitário. Esse ramo do direito define os parâmetros a serem observados durante a condução de conflitos armados, incluindo tratamento de feridos, prisioneiros e populações civis, diferenciação entre beligerantes e não-beligerantes, bem como meios e métodos militares permitidos e proibidos. No presente momento, 192 Estados são partes das Convenções, incluindo o Brasil.

2. O reconhecimento de emblemas distintivos pelo direito internacional humanitário iniciou-se em meados do século XIX como forma de identificação e proteção dos funcionários dos serviços médicos que atendiam os feridos durante os conflitos armados na Europa. Atualmente, os três emblemas distintivos previstos pelas Convenções de Genebra de 1949 (a "cruz vermelha", o "crescente vermelho" e o "leão e sol vermelhos", este último em desuso desde 1980) são utilizados com propósitos indicativos e de proteção em tempos de conflitos armados e de paz, sinalizando o vínculo de pessoas ou propriedade com o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

3. Desde a adoção das Convenções de Genebra de 1949, alguns Estados e sociedades nacionais têm empreendido esforços com vistas ao reconhecimento de emblemas adicionais. Nesse diapasão, o Terceiro Protocolo Adicional estabeleceu o "emblema do Terceiro Protocolo" ou "cristal vermelho". Trata-se de emblema em forma de quadrado de ponta que permite a inclusão de outros emblemas, como, por exemplo, o Escudo Vermelho de Davíd ou uma combinação de dois ou mais emblemas, no seu interior.

4. A delegação brasileira presente à conferência diplomática de dezembro de 2005 votou a favor da adoção do Terceiro Protocolo Adicional. Sendo parte dos principais instrumentos jurídicos que regem o direito internacional humanitário e tendo na defesa deste um dos princípios norteadores de sua política externa, o Brasil apoiou a adoção do instrumento em vista do seu caráter humanitário e em prol da universalização do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, sem qualquer associação a questões nacionais, religiosas, políticas ou étnicas.

5. Em face do que precede, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional com vistas à aprovação do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949.

Réspitosamente,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no DSF, de 13/3/2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência aos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 64 e 72, de 2009**, que acabam de ser lidos, uma vez que dependem de manifestação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a Presidência encaminhará as matérias ao exame daquele colegiado, nos termos do art. 3º, I, da Resolução nº 1, de 2007 – CN, e, posteriormente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

As demais matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terão o prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES

Nº 29, e 30, DE 2009

Sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria do Senadora Scrys Shessarenko, que *institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo*.

PARECER Nº 29, DE 2009 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Relator: SENADOR FLÁVIO ARNS

I - RELATÓRIO

Pelo Projeto de Resolução nº 1- CN, de 2004, a Senadora Scrys Shessarenko propõe a instituição do Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo, a ser conferido anualmente aos profissionais que se destaquem pela criação e capacidade investigativa em relação às atividades do Poder Legislativo.

Para tal avaliação, levar-se-á em conta se a matéria veiculada contribuiu positivamente para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo brasileiro, do estado democrático de direito e para a defesa dos direitos humanos.

Serão contempladas as diversas modalidades de materiais jornalísticos. Desse modo, são passíveis de premiação reportagens escritas, radiofônicas, de som e imagem e, também, as veiculadas em meio eletrônico. Do mesmo modo, poderão ser premiadas fotografias e charges.

Estarão concorrendo os trabalhos inscritos junto às Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, até sessenta dias antes da premiação, nas condições estipuladas por edital específico.

Para a apreciação, será constituído um Conselho, composto por nove titulares: três senadores e três deputados, um representante da Academia Brasileira de Letras, um da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal e, ainda, um representante da sociedade civil, escolhido pelo notório saber na atividade jornalística. Esse conselho, por sua vez, terá a prerrogativa de sugerir às Mesas Diretoras os regulamentos e critérios de julgamento.

Em sua justificação, a autora alega a necessidade de o Poder Legislativo homenagear o jornalismo brasileiro e, simultaneamente, reverenciar um dos maiores democratas e um dos mais ilustres homens de imprensa do Brasil, Barbosa Lima Sobrinho.

O projeto encontra-se em exame na Comissão de Educação do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (art. 102, II), as proposições que tratem de homenagens cívicas devem ser apreciadas por esta Comissão de Educação, que sobre elas proferirá parecer.

O Projeto de Resolução nº 1–CN, de 2004, a nosso ver, reveste-se de grande significação, tendo em vista a proposta de reconhecimento dos trabalhos jornalísticos que contribuam para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, do estado democrático e da defesa dos direitos humanos.



Tanto maior é sua relevância quando verificamos o quanto a atividade jornalística, por intermédio de sua cobertura ininterrupta, funciona como um meio não apenas de divulgar as ações do Legislativo, mas, também, no fluxo inverso, para informar-nos do que pensa a sociedade sobre a atuação dos parlamentares.

Por outro lado, ao eleger Barbosa Lima Sobrinho como símbolo dessa homenagem, as duas Casas do Congresso Nacional estarão dando o mais claro sinal de que as premiações recairão, efetivamente, sobre profissionais e matérias que contribuam para o aperfeiçoamento de nossa democracia.

III – VOTO

Por sua oportunidade, boa técnica legislativa, e ainda por não merecer nenhum reparo quanto à constitucionalidade, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1–CN, de 2004.

Sala da Comissão, 30 de março de 2004.

, Presidente


Senador Flávio Arns,

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PRN Nº 001 / 04 NA REUNIÃO DE 30/03/04
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



SEN: OSMAR DIAS

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS RELATOR	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3- (VAGO)
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- (VAGO)

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
MARIA DO CARMO ALVES	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE	3- JOÃO TENÓRIO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

PARECER Nº 30, DE 2009
(Da Comissão Diretora)

RELATOR: Senador GERSON CAMATA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 1, de 2004–CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, propõe a instituição do Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo.

O prêmio tem por finalidade reconhecer os trabalhos jornalísticos que, a cada ano, tenham contribuído para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, do Estado democrático de direito e para a defesa dos direitos humanos.

Ao prêmio, poderão concorrer matérias veiculadas por jornais, revistas, emissoras de rádio, televisão ou por sítios eletrônicos. Esse reconhecimento por parte do Congresso Nacional levará em conta a criatividade e a capacidade investigativa de profissionais de imprensa e de empresas de comunicação.

As inscrições serão feitas perante as Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, desde que os trabalhos sejam produzidos por jornalistas brasileiros ou residentes no Brasil; ou, se produzidos em conjunto, de autoria de equipe brasileira e publicados por veículo com sede ou circulação sistemática no País.

Poderão ser inscritas reportagens, nas modalidades escrita, radiofônica, com som e imagem, e publicada em meio eletrônico; e, ainda, fotografia e charge.

A fim de apreciar os trabalhos, será constituído um Conselho, do qual farão parte três senadores e três deputados, aos quais se somarão mais quatro membros, representando, respectivamente, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, a Academia Brasileira de Letras, a Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal e a sociedade civil.

Os critérios para a concessão do prêmio e a sua natureza serão elaborados pelo Conselho, que os encaminhará para as Mesas da Câmara e do Senado, para aprovação.

Com edições anuais, o prêmio será conferido em Sessão do Congresso Nacional, especialmente convocada para tal fim.

Distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão Diretora, o projeto já logrou aprovação pela primeira.

Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão Diretora apresentar parecer sobre matérias que tenham repercussão administrativa, como é o caso deste Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN.

A defesa dos direitos humanos e o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e do Poder Legislativo constituem objetivos permanentes do Congresso Nacional.

A proposição em análise nada mais faz que valorizar profissionais jornalistas e veículos de comunicação que, em seu fazer diário, reforcem os valores permanentes da sociedade brasileira. Sobre essas matérias, o papel desempenhado pelos jornalistas está intimamente vinculado à própria noção de “opinião pública”, sem a qual não subsistem as mínimas liberdades democráticas.

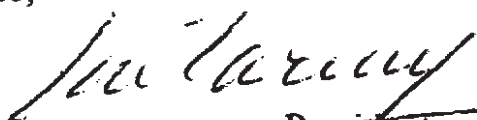
Ao intitular o prêmio com o nome de *Barbosa Lima Sobrinho* (1897–2000), a proposição faz uma indicação clara de que modelo de atuação jornalística busca, uma vez que o homenageado encarnou todos

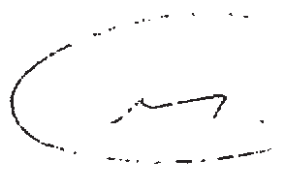
esses papéis, sempre em defesa dos direitos humanos, do Estado democrático de direito e do Poder Legislativo.


III - VOTO

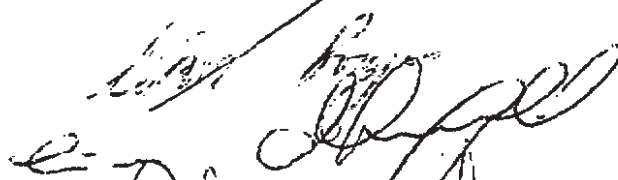
Por sua constitucionalidade, juridicidade e adequação às normas do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN.

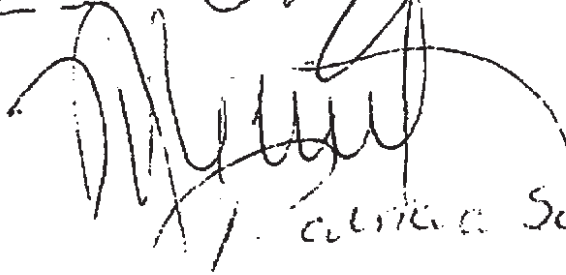
Sala da Comissão,


Presidente


Relator


FAMMAS BENEY / UNICAMP




Carmen Sabaya

PARECERES

Nº 31, 32 E 33, DE 2009

Sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.

PARECER Nº 31, DE 2009 **(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

Relator: Senador Hélio Costa

I - RELATÓRIO

Pelo Projeto de Resolução nº 41, de 2004, o Senador Antonio Carlos Magalhães propõe a instituição do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico, para agraciar profissional da área de imprensa que tenha oferecido contribuição relevante para o engrandecimento do jornalismo brasileiro.

A distinção será conferida anualmente, em sessão especialmente convocada para esse fim, nos primeiros dias do mês de dezembro.

Pela proposição, a escolha deverá ser feita por conselho constituído por seis Senadores da República, incluído seu Presidente, ao qual incumbiria a indicação dos membros a cada ano. Os próprios conselheiros escolheriam o presidente desse colegiado específico. Esse conselho, por sua vez, deverá propor à Mesa Diretora do Senado Federal os critérios de escolha dos agraciados.

As indicações deverão ser enviadas à Mesa do Senado Federal até o último dia do mês de novembro, acompanhados de justificativa, vedado o patrocínio de candidaturas por parte de pessoa jurídica. Não poderão concorrer, igualmente, quaisquer membros do Legislativo, do Judiciário e do Executivo Federais, sendo que, do Executivo Federal, também não poderão concorrer os ministros de Estado.

Uma vez escolhido o indicado, seu nome será encaminhado à Mesa do Senado Federal, para que dê divulgação.

O suporte administrativo deverá ser dado pela Diretoria-Geral do Senado Federal, correndo as despesas à conta do Orçamento da Casa.

Em sua justificativa, o autor ressalta a grande contribuição dada pelo jornalista Roberto Marinho para o desenvolvimento da imprensa e das telecomunicações nacionais. Além de empreendedor, à frente das organizações Globo, o homenageado com o nome do prêmio também se notabilizou pelos serviços prestados à comunidade brasileira, entre os quais se destacam o Canal Futura, de educação, todos os programas educativos e assistenciais da Fundação Roberto Marinho e a campanha Criança Esperança.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (art. 102, II), as proposições que tratem de homenagens cívicas devem ser apreciadas pela Comissão de Educação, que sobre elas proferirá parecer.

O Projeto de Resolução nº 41, de 2004, reveste-se de extrema importância, por levar o Senado Federal a prestar justa homenagem aos profissionais do jornalismo; ainda mais se esse prêmio leva o nome de um dos mais destacados jornalistas e empreendedores da comunicação em nosso País.

Desse modo, uma vez reconhecido o seu mérito, restaria a esta comissão aperfeiçoar a proposição sob o ponto de vista da técnica legislativa e de procedimentos administrativos, o que faremos na forma de emenda.

III – VOTO

Por sua oportunidade e por não merecer nenhum reparo quanto à constitucionalidade, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 41, de 2004, na forma do substitutivo que apresentamos:

EMENDA Nº 1 – CE (Substitutivo)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41, DE 2004

Institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica instituído o *Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico*.

§ 1º O prêmio será conferido, anualmente, a profissional de jornalismo que tenha contribuído para o engrandecimento do jornalismo brasileiro.

§ 2º A entrega do prêmio se dará em Sessão do Senado Federal, especialmente convocada para este fim, a realizar-se até o 5º dia útil após o dia 3 de dezembro.

§ 3º As indicações dos candidatos serão encaminhadas pelas entidades e organizações da sociedade civil à Mesa Diretora do Senado Federal, acompanhadas de justificativa, até o dia 31 de outubro de cada ano.

§ 4º É vedada a indicação de candidatos:

- I – por empresas;
- II – que sejam membros dos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo;
- III – ministros de Estado;
- IV – pelo próprio interessado.

Art. 2º Para proceder à apreciação dos nomes dos concorrentes, será constituído um Conselho a ser integrado por cinco senadores, indicados no início de cada Sessão Legislativa pelo Presidente do Senado Federal.

§ 1º Aos membros do Conselho do *Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico* compete:

I – a escolha de seu presidente;

II – a elaboração dos critérios de seleção, para a aprovação da Mesa Diretora do Senado Federal;

III – a apreciação e a escolha do nome do agraciado.

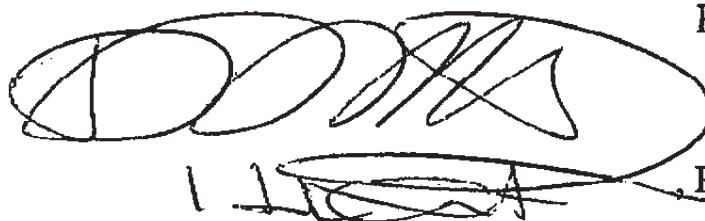
§ 2º As regras e prazos para o encaminhamento de candidaturas ao Prêmio serão amplamente divulgados.

§ 3º As atividades necessárias à execução serão coordenadas pelos membros do Conselho.

§ 4º As despesas decorrentes da execução do *Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico* correrão à conta do Orçamento do Senado Federal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005.

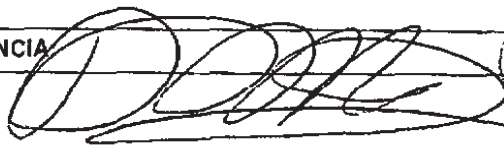


Presidente, no
Exercício da
Presidência
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 41/04 NA REUNIÃO DE 29/03/08
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

 (Senador
Augusto
Botelho)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA RELATOR	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
LEOMAR QUINTANILHA	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISO PEREIRA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- ANA JÚLIA CAREPA

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

PARECER Nº 32, DE 2009
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **MAGUITO VILELA**

RELATOR "AD HOC": Senador **JOSÉ JORGE**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, visa a instituir o *Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico*, pelo qual serão contemplados profissionais de comunicação cuja atuação tenha colaborado para o engrandecimento do jornalismo nacional. O propósito é conferir a premiação todos os anos, nos primeiros dias de dezembro, em data próxima à do aniversário de nascimento do patrono do prêmio.

A escolha final caberá a um conselho de cinco Senadores da República, especialmente composto para esse fim, o qual deverá propor à Mesa Diretora do Senado Federal os critérios de seleção dos agraciados. Esse colegiado se valerá das indicações que houverem sido enviadas à Mesa do Senado Federal até o último dia do mês de novembro. O Senador Antonio Carlos Magalhães teve o cuidado vedar a indicação de membros do Legislativo, do Judiciário e do Executivo Federais, sendo que, do Executivo Federal, também não poderão concorrer os ministros de Estado. As empresas, também, é vedado indicar nomes ao prêmio.

Segundo o autor da proposição, o prêmio se justifica pela grande contribuição dada pelo jornalista Roberto Marinho para o desenvolvimento da imprensa e das telecomunicações nacionais. Foi ele um empreendedor ousado, tendo consolidado a mais consistente organização de comunicações do País. Mas sua trajetória foi marcada, também, pelos serviços prestados à comunidade brasileira, nos campos da educação e da assistência aos necessitados. Exemplos de responsabilidade social entre nós são o *Canal Futura*, de educação, os programas educativos e assistenciais da Fundação Roberto Marinho e a campanha *Criança Esperança*.

Apreciada na Comissão de Educação, ali recebeu emenda substitutiva que, sem alterar em nada o mérito, tornou-a conforme aos requisitos de técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Ao propor um prêmio para homenagear as boas contribuições dos profissionais do jornalismo brasileiro, o Senador Antonio Carlos Magalhães presta um grande serviço à cidadania brasileira, pela relevância que entre nós assumem os meios de comunicação.

Não é de hoje que a imprensa escrita – por ser pioneira – está associada às conquistas de direitos civis, sociais e econômicos em nosso País. Os movimentos de luta pela Independência nacional, pela abolição da escravatura e pela instauração da República tiveram nas gazetas e jornais os seus maiores defensores.

Em tempos mais recentes, com o advento das tecnologias do rádio, televisão, transmissão a cabo e por satélite, o raio de ação desses meios foi ampliado. Conquistas recentes da democracia brasileira em muito ganharam com a cobertura televisiva, como foi o caso das *Diretas-já* e do *impeachment* de Collor.

Por outro lado, do ponto de vista técnico e econômico, Roberto Marinho esteve à frente de todos os avanços da mídia brasileira nos últimos sessenta anos, tanto na condição de empresário quanto na de líder de causas como a da educação e da cultura nacionais.

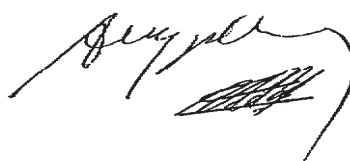
Desse modo, ao homenageá-lo, dando seu nome a um prêmio dessa relevância, o Senado Federal estará, na verdade, projetando uma visão de jornalismo responsável e comprometido com o engrandecimento do Brasil.

Consideremos que o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, além de seu mérito inquestionável, em nada contraria os dispositivos constitucionais, razão pela qual deve ser acatado.

III – VOTO

Por sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2004, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Educação.

Sala da Comissão, 13 de DEZEMBRO de 2006.



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 41 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR <i>[Assinatura]</i>	Senador Jori Jorge
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>[Assinatura]</i> (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[Assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[Assinatura]</i> (Relator "ad hoc")	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>[Assinatura]</i>	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL, PPS e PRB)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYC	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO)
GILVAM BORGES	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 12/12/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

PARECER Nº 33, DE 2009
(Da Comissão Diretora)

RELATOR: Senador GERSON CAMATA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, propõe que seja instituído o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico, em reconhecimento a profissionais do setor que tenham se destacado a cada ano.

A premiação ficará a cargo de um conselho do Senado Federal, o qual proporá as regras de funcionamento, bem como apreciará as candidaturas.

Anualmente, no início do mês de dezembro, será entregue a comenda, em sessão especialmente convocada para tal.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sendo que a primeira ofereceu parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresentou, e a CCJ, por sua vez, apresentou parecer favorável, nos termos do Substitutivo da CE.

Em exame na Comissão Diretora, a proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

À Comissão Diretora, nos termos do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, compete apresentar parecer sobre matérias que tenham repercussão administrativa.

A concessão de prêmios por parte do Senado Federal configura uma exceção às suas atividades, que são essencialmente de natureza legislativa e fiscalizatória. Entretanto, diante da autonomia administrativa de que goza, por ser um dos três pilares do regime democrático brasileiro, poderá fazê-lo, com a parcimônia que o assunto requer. Além das questões de natureza orçamentária e financeira, há que considerar a necessidade e a oportunidade de distribuir comendas.

Conferir um prêmio a jornalista que tenha contribuído para o engrandecimento da imprensa é, decerto, uma proposta que se encaixa entre as exceções possíveis. Ainda mais se tal prêmio levará o nome de um dos empresários de imprensa de maior visibilidade e atuação em nosso País, como foi o caso do jornalista Roberto Marinho. Em verdade, premiações dessa ordem já existem e têm repercutido muito bem junto à sociedade, como é o caso do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído pelo Senado, em 2001, como forma de homenagear mulheres de todo o País que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero.

Dos pontos de vista administrativo, orçamentário e financeiro, a medida não implica repercussão significativa, visto que seu caráter é mais de natureza simbólica. Além de tudo, as regras e o valor do prêmio serão apreciados no devido tempo por esta Comissão Diretora, a qual também dispõe do poder de propor despesas ao orçamento da Casa.

III - VOTO

Por seu mérito e por obedecer aos princípios do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 41, de 2004, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Sala da Comissão,

Frederico
Presidente
[Signature]
Relator
[Signature]
[Signature]
F. Amorim (pres. 2º)

[Signature]
[Signature]
[Signature]
I. Maria Saboya

PARECER

Nº 34, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.488, de 2008, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca de concursos e contratações realizados pelo Poder Executivo a partir de 2003.

RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.488, de 2008, de autoria do eminente Senador RAIMUNDO COLOMBO, cuja ementa se encontra na epígrafe.

O ilustre autor do Requerimento solicita à autoridade destinatária informações sobre concursos realizados de 2003 até a presente data, ano a ano, com o número de vagas oferecidas e preenchidas, o respectivo custo das contratações e, ainda, indicando os diplomas legais em que foram embasados (os concursos), bem como a alocação dos servidores.

Ademais, solicitam-se informações sobre as contratações a serem realizadas por concursos autorizados e ainda não realizados, indicando o custo anual e a previsão de alocação dos novos servidores.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se refere a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo.

Contudo, cabem algumas considerações de forma.

O vocativo “Excelentíssimo”, segundo o Manual de Redação da Presidência da República, só é devido a chefes de Poder, isto é, no caso da esfera federal: Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Para Ministro de Estado, o vocativo correto é simplesmente “Senhor”, seguido do respectivo cargo.

Nos dois questionamentos há o emprego da palavra “contratações”. Embora de uso comum e compreensão fácil, o termo não é tecnicamente adequado, uma vez que os servidores públicos federais, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não firmam contrato de trabalho com a Administração Pública, mas são nomeados e empossados em cargo público, passando a relação de trabalho a ser regida pelo referido Estatuto. O termo “contratações” só é correto no caso dos empregados públicos, estes sim, contratados de acordo com os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho.

Assim, parece-nos recomendável o esclarecimento, no Requerimento, de que o pedido de informações refere-se a servidores dos órgãos e entidades da Administração direta e das autarquias e fundações, bem como aos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, se é realmente este o objetivo. Como está, o Requerimento dá margem a dúvidas e pode receber respostas incompletas ou em desacordo com as intenções do seu formulador.

Quanto à redação, propriamente, salientamos prováveis erros de digitação na sexta linha do primeiro parágrafo da Justificação, em que sobra o termo “de”, e na primeira linha do quinto parágrafo, em que sobra o termo “do”. Além disso, há erro de concordância na primeira linha do quinto parágrafo da Justificação, que, em nosso ver, poderia ser reescrito nos seguintes termos: “ (...) faz-se necessário o esclarecimento do (...)”.

III - VOTO

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.488, de 2008.

Sala da Comissão,

Militaru
Presidente

Antônio Carlos, Relator

u t
Falvo Moura (Presidente)

Antônio Carlos
Militaru

Antônio Carlos

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 29 e 30, de 2009**, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 31, 32 e 33, de 2009**, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em reunião realizada em 5 de março do corrente, o **Requerimento de Informações nº 1.488, de 2008**, nos termos de seu relatório.

Comunica, ainda, que foram aprovados pareceres favoráveis aos seguintes **Projetos de Resolução: PRN nº 1, de 2004; e PRS nº 41, de 2004**.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB nº 68/2009

Brasília, 12 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação, como membro suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, o Senador **Lobão Filho** (PMDB – MA), em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros** Líder do PMDB.

Ofício nº 54/2009 – GLPSDB

Brasília, 12 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador **Sérgio Guerra**, como suplente para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em substituição a Senadora **Marisa Serrano**.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 177

Brasília, 12 de março de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Lelo Coimbra passa a participar na qualidade de Suplente, da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 54/2009 – GLDBAG

Brasília, 12 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2008, indico o Senador Renato Casagrande como membro Titular na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

Ofício nº 55/2009 – GLDBAG

Brasília, 12 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Roberto Cavalcanti como membro titular na Comissão Temporária sobre a Transposição do Rio São Francisco, em

vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com fulcro no art. 81, do Regimento Interno do Senado Federal, como consta no Of. nº 92/2009/GLPTB/SF, protocolado nesta data.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Toco de Apoio a Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Ofício lido vai à publicação.

A Presidência designa o Senador Roberto Cavalcanti para integrar, como titular, a Comissão Temporária sobre a Transposição do Rio São Francisco, nos termos do expediente encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 81, DE 2009**

Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação os equipamentos e materiais hospitalares, sem similar nacional, listados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Fazenda, na forma do regulamento.

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro

imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

A tecnologia aplicada à medicina, assim como em outros ramos da atividade humana, tem apresentado espetaculares avanços nos últimos tempos.

A cada dia, surgem novos equipamentos que permitem rápidos e precisos diagnósticos, tratamentos não-invasivos (inclusive cirúrgicos), cirurgias à distância – enfim, novidades que, revolucionando a atividade médica, proporcionam aumento da saúde, da longevidade e da qualidade de vida das pessoas.

Todavia, tais benefícios estão sujeitos a pesado custo, até mesmo porque resultam de projetos desenvolvidos no contexto de economias cujos poder aquisitivo e renda não se comparam com os de países em desenvolvimento como o Brasil.

A própria rapidez dos ciclos de inovação e, portanto, de obsolescência dos novos equipamentos constitui fator de encarecimento, em face do pouco tempo de amortização dos custos envolvidos na sua pesquisa e desenvolvimento, antes que seu sucedâneo seja colocado no mercado.

Daí resulta um quadro perverso de desigualdade, em que acaba por existir uma medicina elitizada, destinada aos poucos que podem pagar o alto custo em estabelecimentos pioneiros na importação e utilização dos novos recursos tecnológicos, e outra medicina, mais convencional, destinada à grande massa da população.

O projeto que ora se coloca à discussão tem o objetivo de reduzir o custo da importação de equipamentos hospitalares, enfatizando-se que são abrangidos exclusivamente aqueles que não tenham similar nacional, para que maiores parcelas da população possam ser beneficiadas pelas novas tecnologias. A pequena renúncia de receita resultante será plenamente compensada pela melhoria da assistência à saúde de todos os brasileiros.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. – Senador **Delcídio Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº , DE 2009**

Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.

CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 52 O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 62 do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art.

153 da Constituição, na forma do seu § 12;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 82, DE 2009**

Cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º As despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais deverão ser consolidadas e divulgadas trimestralmente no Diário Oficial da União e em pelo menos três jornais de circulação nacional.

Parágrafo único. A referida divulgação discriminará as despesas com publicidade das despesas com patrocínio, evidenciando, ainda:

I – a entidade contratante ou patrocinadora;

II – o nome e o número de cadastro da pessoa física ou jurídica contratada ou patrocinada;

III – o número de identificação e o valor de cada contrato ou patrocínio;

IV – a data de celebração e o período de vigência de cada contrato ou patrocínio;

V – informação sobre a existência de licitação prévia e, em caso negativo, justificativa da dispensa ou inexigibilidade do certame;

VI – breve relato da finalidade do patrocínio ou contrato de publicidade; e

VII – o valor total dos contratos e dos patrocínios no trimestre, no acumulado do exercício vigente e no exercício financeiro anterior.

Art. 2º As despesas totais com publicidade e patrocínio de cada empresa estatal federal, a cada exercício financeiro, não poderão exceder de quinze por cento o valor médio das respectivas despesas dos quatro exercícios anteriores.

Parágrafo único. O desrespeito aos limites impostos no *caput* deste artigo importa em crime de responsabilidade, sujeitando a autoridade máxima da entidade às penas da lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não é de hoje que se observa a evolução das despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais, mas são alarmantes os números dos últimos anos, que apresentam um crescimento vertiginoso.

Contudo, apesar da legislação orçamentária e da que trata de controle e fiscalização do Estado serem bastante pródigas no estabelecimento de mecanismos de controle e transparência dos gastos públicos, tal ainda não alcança as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais, cujos valores e informações que se pretendem introduzir com esta proposição legislativa não figuram no orçamento fiscal nem no orçamento de investimentos das empresas estatais.

Dessa forma, o projeto de lei que ora submeto à análise de Vossas Excelências visa a aperfeiçoar a transparência e o controle sobre os referidos gastos. No que se refere à transparência, o art. 1º detalha as informações que deverão ser divulgadas, bem como a sua periodicidade. Quanto ao controle, o art. 2º procura estabelecer limites orçamentários para o crescimento das referidas despesas, por meio de fórmula semelhante à que existe na legislação eleitoral, relativa às despesas com publicidade governamental em anos eleitorais.

Embora as empresas estatais desfrutem de autonomia administrativa e financeira em nosso modelo legal, seus gastos não podem ser encarados como se fossem empresas privadas, pois a União (no caso das empresas federais) é a detentora da maioria do capital votante. Ora,

onde há recursos públicos tem que haver transparência e fiscalização redobrada, para que se garanta, tanto quanto possível, que tais empresas, no uso desses recursos, estão realizando o interesse público e respeitando todos os princípios que regem a administração pública.

É nesse sentido, portanto, que, contando com a sensibilidade dos nobres Pares, conclamo-os à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 12 de março de 2009. –
Senador **Raimundo Colombo**.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2009

Altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, passa a vigorar acrescida o seguinte artigo:

“Art. 4º – A. No caso de nenhum apostador obter a combinação que permita o prêmio máximo em cada um dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números, o valor correspondente a premiação máxima deve ser rateada subsequente entre os apostadores que acertarem o maior número possível de números.

Parágrafo único. Nos concursos de prognósticos terminados em zero e cinco não se aplica o disposto no *caput* deste artigo, acumulando-se os valores para serem rateados nos concursos seguintes de mesma terminação (AC)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O sistema de premiação das loterias por números apresenta-se extremamente anacrônico e injusto. Hoje em dia, no caso de nenhum apostador acertar a combinação exata de todos os números o prêmio acumula para um próximo sorteio. Ora, isto é inconcebível pois os apostadores de um determinado sorteio querem concorrer **dentro de todas as possibilidades daquele mesmo sorteio**. Portanto, o objetivo do presente projeto de lei visa a corrigir esta distorção de tal forma que o prêmio não mais acumulará e sim será rateado entre os apostadores que conseguirem obter o maior número de acertos.

Tal modificação valerá para todas as modalidades de loterias por números. A fim manter a possibilidade de grandes prêmios, a presente proposição legislativa permite que o prêmio fique acumulado sempre que o concurso tiver terminação zero ou cinco, sendo que o valor acumulado somente será rateado em concursos com esta mesma terminação (zero e cinco).

Sala das sessões 12 de março de 2008. – Senador **Raimundo Colombo**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.717, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1979

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar, como modalidade da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, promovido em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio.

Art. 2º O resultado líquido do concurso de prognósticos, de que trata o artigo anterior, obtido depois de deduzidas do valor global das apostas computadas, as despesas de custeio e de manutenção do serviço, o valor dos prêmios, e a cota de previdência social de 5% (cinco por cento), incidente sobre a receita bruta de cada sorteio, destinar-se-á às aplicações previstas no item II, do artigo 3º, da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, com prioridade para os programas e projetos de interesse para as regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 3º O concurso de prognósticos de que trata esta Lei será regulado em ato do Ministro de Estado da Fazenda, que disporá obrigatoriamente sobre a realização do concurso, a fixação dos prêmios, o valor unitário das apostas, bem como sobre o limite das despesas com o custeio e a manutenção do serviço.

Art. 4º O item I do artigo 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, passa a ter a seguinte redação:

“I – A renda líquida da Loteria Federal, em qualquer de suas modalidades, e da Loteria Esportiva Federal.”

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de novembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

Sala das Sessões 12 de março de 2009. – **João Figueiredo, Karlos Rishbieter**

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2009

Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional Resolve:

Art. 1º Todo mutuário da Caixa Econômica Federal que estiver recebendo o seguro-desemprego passa a ter direito a suspensão do pagamento de suas prestações.

Art. 2º A suspensão citada no *caput* deste artigo valerá pelo período em que o mutuário receber o seguro-desemprego, como pelos seis meses seguintes.

Art. 3º O valor das prestações não pagas deverá ser refinanciado pela Caixa Econômica Federal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A crise econômica internacional já faz sentir seus dramáticos efeitos sobre a economia brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção das fábricas em novembro ficou 5,2 por cento menor que em outubro, quando a produção já havia recuado 2,8 por cento (em dados revisados para baixo). Foi uma queda generalizada com um perfil negativo recorde. Na comparação com 2007, o quadro foi ainda pior. A produção ficou 6,2 por cento abaixo da verificado em novembro de 2007, marcando a queda mais acentuada, nesse tipo de comparação, desde dezembro de 2001.

Para o IBGE, o movimento evidencia “um aprofundamento do ritmo de queda da atividade e um alargamento do conjunto de segmentos com decréscimo de produção”. Tudo isto implicará necessariamente em uma redução do nível de emprego. Ora, é preciso socorrer os mutuários da caixa Econômica Federal para que neste momento não se aumente a inadimplência no setor, o que seria ainda pior para o conjunto de nossa economia. Poderíamos levar o sistema a um perigoso nível de inadimplência.

Destarte, o objetivo do presente projeto de lei é exatamente permitir que o desempregado, que se socorre do seguro-desemprego, tenha a tranqüilidade de não se preocupar com a prestação de seu imóvel durante essa fase de transição até a economia se estabilizar e, assim, ele possa conseguir procurar um novo emprego. Não faz sentido, também, que o Estado por um lado pague a ele um seguro-desemprego, que é para garantir sua sustentação mínima, e cobre dele prestações sobre a casa própria financiada com o mesmo governo. Assim, caracteriza-se não só a justiça social do projeto em comento, mas também a boa lógica econômica. Ainda mais em um momento de crise generalizada.

Por último, enfatize-se que tal dilação, como o próprio nome confirma, é apenas uma espécie de “moratória” pessoal e, de forma nenhuma, um “calote”. Desse modo, espero contar com o apoio de meus pares para que a medida tramite da forma mais célere possível.

Sala das sessões 12 de março de 2008. – Senador **Raimundo Colombo**

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 85, DE 2009

Estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Todo município que tenha estado de calamidade pública decretado passa a ter os seguintes direitos:

I – prorrogação por noventa dias do pagamento de toda e qualquer dívida que a administração direta, indireta ou fundacional tenha para com a União;

II – antecipação de uma cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem que haja desconto posterior;

III – liberação obrigatória de todos os recursos orçamentários previstos no Orçamento Geral da União;

IV – liberação automática para os municípios atingidos pela calamidade de suas contas no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Parágrafo único. O disposto no inciso I pode ser prorrogado por mais 180 dias se o órgão estadual da defesa civil mantiver o estado de calamidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O estado de calamidade pública constitui-se em uma verdadeira tragédia para a vida dos municípios. Ao se registrar tal situação, é inadmissível que o município seja submetido as mesmas regras de cidades que não sofrem com calamidades.

Assim, o objetivo da presente lei é romper com barreiras burocráticas que não levam em consideração a gravidade de uma situação calamitosa. Não é possível que as autoridades de cada município tenham que se submeter as promessas que nunca se cumprem.

É necessário criar direitos para os municípios em tais situações, mesmo porque a celeridade em tais casos é essencial. O exemplo de Santa Catarina me fez ver como é necessário que tenhamos instrumentos de ação imediata e disparados automaticamente ao acontecimento

dos fatos. Com isto, com certeza, cumprimos o dever de minorar os efeitos nas pessoas que, muitas vezes, ficam somente com a roupa do corpo como seus bens.

Sala das sessões 12 de março de 2008. – Senador **Raimundo Colombo**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 86, DE 2009

Acrescentam-se parágrafos a Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952:

“Art. 2º ”

§ 1º Qualquer Deputado ou Senador que apresente conexão com o fato determinado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ter anulada a sua participação na mesma comissão.

§ 2º A suspeição prevista no parágrafo anterior poderá ser feita por qualquer integrante da comissão, cabendo ao presidente da mesma a decisão final.”(AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das principais características da política brasileira atual é a constante cobrança sobre os parlamentares no que diz respeito a transparência de seus atos. Com o aprofundamento da cobertura dos trabalhos legislativos, principalmente após a entrada em operação da TV Senado, fica cada vez mais evidente que as ações políticas estão sob permanente acompanhamento e julgamento por parte da sociedade.

Dentro desse contexto, o presente projeto de lei tem por objetivo garantir que o instrumento parlamentar da comissão de inquérito não venha a ser conspurcado por interesses pessoais. Ou seja, objetiva-se, de maneira direta, que os parlamentares que vierem a compor uma CPI não possam ter relação direta ou indireta com os fatos a serem investigados. Cabe aqui ressaltar que a legislação que normatiza as CPIs é muito antiga, necessitando de sua atualização. Portanto, é de se esperar a célere tramitação desta matéria.

Sala das sessões 12 de março de 2008. – Senador **Raimundo Colombo**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas na forma do art. 53 da Constituição Federal, terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem à sua formação.

Parágrafo único. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Art. 2º No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 87, DE 2009**

(Do Senador Renan Calheiros)

Acrescenta o § 4º ao art. 1º da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 1º da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006:

“Art. 1º

§ 4º Fica assegurado ao paciente o recebimento da medicação discriminada em documento próprio emitido por médico endocrinologista, que responderá nas esferas civil, penal e administrativa pelos efeitos decorrentes dessa declaração.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua promulgação.

Justificação

Sendo a saúde um direito constitucionalmente garantido a todos, a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, assegurou a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. Todavia, segundo informado por representantes de associações de diabéticos, os tipos mais caros de insulina, imprescindíveis para a subsistência de determinados diabéticos, enfrentam uma dificuldade adicional, que é a marcação da perícia médica na rede pública. Nesse sentido, esta proposição viabiliza o fornecimento da medicação necessária, mediante receituário emitido por médico privado, que se sujeita solidariamente, em todas as esferas de responsabilidade jurídica, pelos efeitos da sua declaração.

Em razão do exposto, rogamos a aprovação da matéria.

Sala das sessões 12 de março de 2008. – Senador
Renan Calheiros

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.347 DE 27 DE SETEMBRO DE 2006

Mensagem de veto

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os portadores de diabetes receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde – SUS, os medicamentos necessários para o tratamento de sua condição e os materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar.

§ 1º O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, selecionará os medicamentos e materiais de que trata o caput, com vistas a orientar sua aquisição pelos gestores do SUS.

§ 2º A seleção a que se refere o § 1º deverá ser revista e republicada anualmente ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos, tecnologias e produtos no mercado.

§ 3º É condição para o recebimento dos medicamentos e materiais citados no caput estar inscrito em programa de educação especial para diabéticos.

Art. 2º (VETADO)_

Art. 3º É assegurado ao diabético o direito de requerer, em caso de atraso na dispensação dos medicamentos e materiais citados no art. 1º, informações acerca do fato à autoridade sanitária municipal.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 4º (VETADO)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2006; 185² da Independência e 118º – da República. – **Luiz Inácio Lula Da Silva Márcio Thomaz Bastos, Guido Mantega, Jarbas Barbosa da Silva Júnior.**

**MENSAGEM Nº 832,
DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 597, de 1999 (nº 3.073/00 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos”.

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Saúde e da Fazenda manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 2º

“Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta Lei serão financiadas com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento a ser baixado pelo Ministério da Saúde, ouvida a Comissão Intergestores Tripartite instituída pela Norma Operacional Básica do SUS de 1993.”

Razões do veto

O presente projeto de lei, ao pretender criar restrições aos entes federados, na elaboração da peça orçamentária, viola, frontalmente, o princípio federativo inserto no art. 1º, **caput**, da Constituição da República, restringindo, assim, a consagrada autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurada, por sua vez, no art. 18, **caput**, da Carta Magna.

Outrossim, somente em sede constitucional podem resultar previstas as limitações na elaboração do orçamento, sob pena de violação ao princípio constitucional da separação de poderes (art. 2º da Carta Magna). Isso porque, historicamente, a concepção inicial do orçamento, decorrente do resultado político da crescente reação dos órgãos de representação popular contra

o excessivo poder tributário dos soberanos, justificou a inclusão da matéria em alçada constitucional, em virtude da instauração do Estado de Direito (previsto no art. 1º da vigente Constituição da República), limitando os poderes dos monarcas absolutistas.

O professor Ricardo Lobo Torres, por exemplo, denomina de Estado Orçamentário ‘a particular dimensão do Estado de Direito apoiada nas receitas, especialmente a tributária, como instrumento de realização das despesas’, e que surge com o próprio Estado Moderno em substituição ao Absolutismo Monárquico. Esclarece, ainda, que com o ‘advento do liberalismo e das grandes revoluções é que se constitui plenamente o Estado Orçamentário, pelo aumento das receitas e despesas públicas e pela constitucionalização do orçamento na França, nos Estados Unidos e no Brasil (art. 172 da Constituição de 1824)’ (TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1993, páginas 137 e 138).

Em se tratando o orçamento público de matéria reservada ou própria de seara constitucional, conforme se depreende da simples leitura do texto constitucional, de onde se extraem os princípios orçamentários (como, por exemplo, a exclusividade da matéria orçamentária, nos moldes do art. 165, § 8º, da Carta Magna) e as correspondentes vedações no âmbito do direito financeiro (art. 167 da Constituição da República), não pode a legislação infraconstitucional e, com maior razão, uma norma infralegal estabelecer condições ou limites em matéria orçamentária, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

Não é por outra razão, senão pela estrita observância do princípio da separação dos poderes e em atenção às características do Estado de Direito (arts. 1º e 2º da Constituição), que as previsões de aplicação mínima de recursos financeiros em matéria de saúde e educação encontram-se fixadas em sede constitucional, especificamente nos arts. 198, § 2º, e 212, do Estatuto Fundamental do Estado.

Nada obstante, por força do princípio constitucional da estrita legalidade (art. 37, **caput**, da Constituição), a Administração Pública, de qualquer esfera federativa, diferentemente, do particular, somente pode realizar condutas descritas em lei. Ora, não se pode admitir como constitucional, por conseguinte, que a Administração pública federal, mediante edição de ato normativo infralegal (a ser expedido pelo Ministério da Saúde), imponha a forma de elaboração, administração e execução do orçamento dos demais entes federados, diante da cristalina violação ao princípio da autonomia federativa, consoante já ressaltado, e da legalidade administrativa, subprincípio densificador

do Estado de Direito (arts. 1º e 37, **caput**, da Constituição da República).

Ensina o professor Celso Antônio Bandeira de Mello sobre o princípio basilar do regime jurídico-administrativo:

‘O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize. Donde, administrar é prover aos interesses públicos, assim caracterizados em lei, fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições. Segue-se que a atividade administrativa consiste na produção de decisões e comportamentos que, na formação escalonada do Direito, agregam níveis maiores de concreção ao que já se contém abstratamente nas leis.’ (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, página 95).!’

Parágrafo único do art. 3º

“Art. 3º

Parágrafo único. O gestor municipal do SUS é obrigado a ressarcir os gastos que o diabético comprovadamente houver efetuado com a aquisição dos medicamentos e materiais referidos, no caso de ausência de resposta e atendimento.”

Razões do veto

“O parágrafo único do art. 3º, contraria o princípio do pacto federativo, estatuído nos arts. 1º e 18, da Constituição Federal, pois, obriga o gestor municipal do SUS ‘a ressarcir os gastos que o diabético comprovadamente houver efetuado com a aquisição dos medicamentos e materiais referidos, no caso de ausência de resposta e atendimento’.

Dispõe o art. 198 da Constituição que ‘as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;’

Segundo esclarece o professor José Afonso da Silva:

“O sistema único de saúde implica ações e serviços federais, estaduais, distritais (DF) e municipais, regendo-se pelos princípios da descentralização, com direção única em cada esfera de governo, do atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, e da participação da comunidade, que confirma seu

caráter de direito social pessoal, de um lado, e de direito social coletivo, de outro.’

Como se verifica, a obrigação criada pelo projeto ao gestor municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, configura ingerência inadmissível da União na esfera municipal, o que viola o pacto federativo.”

Art. 4º

“Art. 4º A inobservância do disposto nesta Lei por parte de servidor público configura crime de prevaricação, sujeitando o infrator às penalidades cominadas no art. 319 do Código Penal Brasileiro.

Parágrafo único. Independente das sanções civis, penais e administrativas, o Ministro de Estado e os Secretários responsabilizados pelo descumprimento das disposições desta Lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, por cometimento de crime de responsabilidade.”

Razões do veto

“O parágrafo único e o **caput** do art. 4º incorrem em impropriedade o que impede sua aplicabilidade. Referidos preceitos dispõem sobre as penalidades a que estão sujeitos o servidor público, o Ministro de Estado e os Secretários no caso de descumprimento do disposto na Lei.

Ocorre que, mediante uma análise detida do projeto de lei, verifica-se que a propositura não cria obrigação/dever para esses agentes (exceto aquela conferida ao gestor municipal pelo parágrafo único do art. 3º, que seria, inconstitucional), e que, portanto, o preceito do art. 4º não se apresenta como norma válida. Além disso, por apresentarem conteúdo impreciso e indefinido, os dispositivos em comento, em última análise, também, afrontam o princípio da tipicidade penal, esculpido no art. 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, que requer definição exata, com elementos descritivos precisos da conduta e da sanção correspondente.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de setembro de 2006.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim..

Em seguida, pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição para uma comunicação inadiável e, ao mesmo tempo, sou testemunha de que o Senador Mário Couto foi o segundo a chegar no plenário.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já está inscrito pela eficiente Secretária, Dr^a Cláudia Lyra. E agora, pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Presidente, gostaria que V. Ex^a pudesse me inscrever, para que eu possa falar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como Líder ou para uma comunicação inadiável?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Liderança da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Na lista de oradores inscritos, o primeiro é o Senador Neuto de Conto, Senador do PMDB pelo grandioso Estado de Santa Catarina.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a legislação ambiental brasileira ainda navega em águas turvas, agitadas e violentas. Pelo menos, é essa a impressão que se tem quando nos deparamos com a realidade normativa que regulamenta a produção agrícola em consonância com a preservação da natureza ecológica do País. A bem da verdade, trata-se mais de uma inarredável dissonância contra a qual o Brasil deve inflexivelmente lutar e sobre a qual pretendemos, agora, tecer breves e concisos comentários.

Antes de tudo, cumpre esclarecer que os dados e informações aqui arrolados se baseiam nas discussões travadas no início de novembro do ano passado, por ocasião da abertura da reunião de instalação do Gru-

po de Trabalho (GT) para Modificações na Legislação Ambiental, promovida pelo Ministério da Agricultura. Adicionalmente, faremos uso de estudos recentemente publicados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre o assunto.

Com enfoque direcionado para a produção agropecuária, o objetivo dessa era tornar mais efetiva a legislação ambiental em harmonia com os projetos de produção rural brasileira. Nesse plano de discussão, para que o setor primário da economia nacional não seja desviado de sua vocação desenvolvimentista, é preciso que haja um campo harmônico de entendimentos políticos, evitando o mal-estar e os prejuízos de tão propalado maniqueísmo entre natureza e cultura.

Além de representantes dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, participaram do grupo de trabalho integrantes da Casa Civil, da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Frente Parlamentar Ambientalista e, por fim, emissários das diversas comissões parlamentares relacionadas ao tema. Em comum, a convicção de que nossa legislação ambiental abriga, para o desespero de todos, uma batelada de pontos que inviabilizam a produção econômica.

De imediato, o Ministério da Agricultura expôs a grave situação em que se encontra o planejamento agropecuário do País, diante das inconsistências da Lei Ambiental. O próprio cumprimento integral da lei não pode ser atendido diante dos impasses e contradições ali contidos. No documento distribuído na reunião, denuncia-se que 70% do território brasileiro estaria inviabilizado para produção *vis-à-vis* a legislação ambiental em vigor.

Diante de tal constatação, a Frente Parlamentar Ambientalista decidiu preparar, em contrapartida, um novo documento a ser encaminhado pelo próximo grupo de trabalho. Nesse documento, alguns pontos convergentes foram identificados. No campo mais geral, destacou-se a necessidade de uma regularização fundiária mais operacional, de forma a melhor digerir uma abordagem técnico-científica das questões e conceitos envolvidos.

Por outro lado, reivindica-se um tratamento ambiental e produtivo regionalizado, de maneira a melhor respeitar as especificidades de cada bioma sob análise. Por fim, ainda no âmbito mais geral, sugere-se uma otimização do processo de utilização das áreas já desmatadas.

Agora, no campo mais específico, os pontos convergentes são em maior número. Em primeiro lugar, propõe-se, ao lado da necessidade de zoneamento ecológico-econômico, o dispositivo de pagamento pelos serviços ambientais executados. Além disso, há

concordância na permissão à continuidade das atividades agropecuárias nas áreas inclinadas, topos de morros e várzeas.

E não é só isso. Também se solicita o cômputo das Áreas de Preservação Permanente (APPs) como parte do que se convencionou chamar de Reserva Legal. Das APPs, pede-se ainda a ampliação do espaço de servidão florestal.

De resto, converge-se para a continuidade da produção nos campos de altitude, excluindo as pequenas propriedades vinculadas ao zoneamento ecológico-econômico.

Todavia, de tudo acima listado, se há consensos que merecem ser sublinhados na Frente Parlamentar Ambientalista, destaquemos, sem delongas, o prurido e a prudência de não mais se promover “remendos” no Código Florestal. Sem dúvida, de tão remendado, mais parece uma colcha de retalhos, desprovida de nexos e continuidades entre as cláusulas anunciadas. De todo modo, se o desmatamento zero for prioridade, deve-se, portanto, melhor utilizar as áreas já desmatadas, sem se descuidar da necessidade de uma regularização fundiária mais austera.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, a própria Embrapa reconhece que, embora várias leis e iniciativas tenham visado à proteção ambiental, elas não contemplaram as realidades socioeconômicas existentes. Indiferente à história da ocupação rural no Brasil, a legislação atropelou códigos culturais localmente vigentes, agravando conflitos territoriais por todo o País.

Tal política ambiental desencadeou a demanda adicional por novas terras por parte de vários segmentos da sociedade brasileira. E isso não é para causar espanto, visto que, atualmente, 75% do território nacional estão legalmente destinados a minorias e à preservação ambiental. Contudo, como, na realidade, mais de 50% já estão ocupados, configura-se uma estridente clivagem entre a legitimidade e a legalidade do uso das terras.

A mesma Embrapa aponta que, da perspectiva política, seria impossível conciliar o uso atual das terras, o atendimento das demandas futuras e as exigências legais decorrentes. Caso prevaleça o quadro em curso, onde reinam a ilegalidade, a insegurança para as atividades produtivas e a falta de ordenamento territorial, os confrontos entre exigências ambientais e a legitimidade de demandas sociais e econômicas somente se agravarão.

Por último, mas não menos importante, as investigações da Embrapa dimensionam até que ponto, e em que termos, o desafio nacional de repactuar o ordenamento territorial rural pode ser factível no curto e

no longo prazo. Nessa lógica, planeja-se aprimorar a legislação ambiental, agrícola e agrária, na perspectiva de buscar soluções negociadas para a construção de um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaríamos de externar nosso descontentamento com a legislação ambiental vigente, apontando dissonâncias graves entre as políticas de produção agropecuária e aquelas destinadas à preservação ambiental.

Para a solução desse impasse, a Frente Parlamentar Ambientalista prepara um documento de consenso, priorizando demandas socioeconômicas de produção, sem ferir um projeto razoável de respeito à natureza.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Neuto de Conto?

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Concedo, com muita alegria e satisfação, aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Neuto do Conto, V. Ex^a faz uma observação bem clara. É que a maioria dos ambientalistas trata o produtor rural como um predador da terra. Acho que o produtor rural ama mais a terra do que a maioria dos ambientalistas. Ele tem de amar a terra, porque vive dela. V. Ex^a deixou bem claro que a legislação ambientalista tem de estar em consonância com os trabalhadores da terra, com os trabalhadores da natureza. O discurso de V. Ex^a foi brilhante e terminou chamando a atenção para o fato de que o ambiente tem de ser protegido e que os trabalhadores rurais são os que mais o protegem, porque eles precisam da terra e vivem dela. Meus parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Neuto de Conto, permite-me?

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Até porque, Senador Botelho, a colonização chegou antes da legislação. Os agricultores chegaram primeiramente para produzir alimentos para si e para a sociedade. Consequentemente, temos de encontrar, sim, legislação que seja capaz de proteger o maior patrimônio que temos, que é o ser humano.

Ouçõ com satisfação o eminente Senador gaúcho Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Neuto de Conto, primeiro quero elogiar V. Ex^a, que fez um discurso equilibradíssimo defendendo o meio ambiente e, ao mesmo tempo, os produtores, que dedicam sua vida à produção para que o País seja, efetivamente, aquilo que aparece sempre em discursos: o celeiro do mundo em matéria de alimentação. Vi, no seu discurso, muito equilíbrio: V. Ex^a defendeu o meio ambiente e também defendeu o direito daqueles

que querem usar a terra para produzir. E me permita ainda – eu havia falado a V. Ex^a e vou repetir agora – cumprimentá-lo pela brilhante defesa que fez ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, de um projeto de nossa autoria, um projeto singelo, como lá eu disse, que simplesmente vai fazer com que a ponte que liga a cidade onde resido, Canoas, a Porto Alegre, passe a se chamar ponte Luís Carlos Prestes. V. Ex^a deu uma aula de história e de conhecimento da vida de Luís Carlos Prestes. V. Ex^a, inclusive, me disse há pouco tempo que teve oportunidade de retornar com ele pelas estradas por onde ele fez aquela enorme cruzada. Eu não tive oportunidade de conhecer Prestes tão novo, mas, depois, em idade mais avançada, tive a alegria de dialogar com ele duas vezes na capital Porto Alegre, ainda na época da ditadura. Mas a minha fala, neste momento, é para elogiar V. Ex^a pela defesa que fez do inesquecível homem que morreu por essa causa, que se chama Luís Carlos Prestes. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Eu agradeço sensibilizado, Senador Paulo Paim, e incorpore com muita alegria seu aparte ao meu pronunciamento.

Realmente conheci as suas contradições, conheci a sua bondade, conheci com muita profundidade esse eminente brasileiro que passou pelo oeste do meu Estado e lá tive oportunidade de conhecer todas as suas andanças, suas clareiras, suas batalhas. Hoje, os rastros que deixaram não estão só em nossa memória, mas já fazem parte do bronze da história.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a oportunidade e a concessão do tempo pelo nosso eminente Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não vai faltar tempo, em respeito a V. Ex^a e a Santa Catarina. Fique à vontade.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim, que representa o Rio Grande do Sul e pertence ao Partido dos Trabalhadores, é o melhor líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, não sou muito de entrar nessas questões, mas diante dos fatos que vêm sendo divulgados diariamente, permita-me ler uma notinha:

Esclareço, diante dos fatos divulgados sobre as horas extras dos funcionários do Senado, que tomei a seguinte providência: pedi, e todos acataram, a todos os meus funcionários

que receberam horas extras durante o recesso parlamentar que façam a devida devolução.

Eles acataram de imediato, sem nenhum questionamento.

Agradeço a compreensão daqueles funcionários que porventura tenham recebido horas extras e que tomaram essa decisão em nome da Casa. E mesmo aqueles que trabalharam – houve um rodízio de plantão nesse período –, em solidariedade àqueles que porventura tenham recebido e não estiveram aqui, também devolveram.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero destacar – permita-me, Senador Mário Couto, V. Ex^a que cobrou tanto essa audiência – a audiência que tivemos hoje com o Presidente Michel Temer.

Estiveram lá os Senadores Zambiasi, Mão Santa, Mesquita Júnior e José Nery; Deputados Federais de todos os partidos se fizeram presentes. Aliás, Senador Mário Couto, caso tenha esquecido algum nome, peço a V. Ex^a que o lembre. Também esteve presente a representação da Cobap – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

O que ouvimos do Presidente Michel Temer foi algo que eu estava esperando há tempos ouvir de um presidente de um Poder – aqui no Senado foi tranquilo, porque a votação foi unânime.

Senador Mário Couto – V. Ex^a e o Senador Jefferson Praia também estão conosco nessa caminhada –, disse o seguinte o Presidente Michel Temer sobre os três projetos aprovados no Senado.

Quanto ao Projeto nº 1, que garante ao aposentado o mesmo percentual concedido ao salário mínimo, disse que o colocará na pauta logo após a votação das medidas provisórias ou até que poderia abrir uma janela – termo usado lá quando fazem um acordo entre a votação de algumas medidas e outras que estão chegando à Casa.

Quanto ao Projeto nº 2, que garante o fim do Fator Previdenciário, disse que é só o Deputado Pepe Vargas apresentar seu relatório que, dependendo dele, também será colocado em votação.

E o terceiro, o mais polêmico, o de número 58, trata da incorporação do número de salários mínimos que ganhavam na época da aposentadoria, terá que passar por todas as Comissões da Câmara porque não foi aprovado por nenhuma ainda. Esta é a informação que recebemos daquela Casa. Pelo que percebi, pelo menos neste semestre ainda, há todas as condições de aprovação do projeto que concede aos aposentados o mesmo percentual concedido ao salário mínimo e também daquele que trata da extinção do fator previdenciário.

Foi um momento nobre do Congresso Nacional. Eu estou com uma expectativa muito boa, Senador Botelho, de que, efetivamente, a Câmara votará essa matéria neste semestre, conforme me disse o Presidente Michel Temer, que quero mais uma vez aqui elogiar de público. Se depender dele, em abril, essa matéria estará sendo votada, já que em março, com certeza, sequer as medidas provisórias poderão ser apreciadas.

Cumprimento os Deputados de todos os partidos. Senador Jefferson Praia, V. Ex^a que estava agendado comigo e não pôde comparecer, mas o seu Líder foi lá e justificou que V. Ex^a estava num outro compromisso. Miro Teixeira, Deputado pelo qual eu tenho o maior respeito, fez uma fala muito incisiva em defesa também dos aposentados e pensionistas, como fizeram os outros Deputados, a Deputada Cida, enfim, o Senador Mesquita Júnior, todos foram na mesma linha, num único coro, numa única voz, pedindo a votação dos projetos dos aposentados e também o dos pensionistas.

Sr. Presidente, como o meu tempo é muito pequeno, eu quero dizer que o meu pronunciamento de hoje faz uma homenagem a Abdias Nascimento.

Abdias do Nascimento vai completar, no dia 14 agora, 95 anos de vida, diria 95 anos de luta. É um homem que tanto aqui como no continente africano, em toda a América, na Europa e conhecido como o grande defensor das causas que vão na linha de combater a todo tipo de preconceito.

Fiz, Senador Mão Santa, voto de aplauso ao meu querido Abdias do Nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, fique tranquilo pois não vai faltar tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador, V. Ex^a me dê um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, antes de ler o voto de aplauso, que é uma síntese do meu pronunciamento, gostaria de receber o aparte do Senador Mário Couto, que tem dedicado grande parte do seu mandato a esta luta dos aposentados e pensionistas.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador, primeiro quero externar aqui o parabéns pela sua postura no dia de hoje, naquela reunião. Lógico que não só no dia de hoje, pela sua batalha, pela sua luta, em prol daqueles que sofrem neste País – e como sofrem – que são os aposentados e pensionistas. Saí muito feliz, Senador. A diferença do atendimento entre o ex-presidente e o atual presidente foi brutal. Eu quando fui – V. Ex^a naquele dia não pôde comparecer por problemas pessoais, me parece que seu filho, inclusive,

estava doente, internado num hospital –, mas fui com o Presidente do Senado, desta Casa Senador Garibaldi, e o ex-Presidente da Câmara olhou para nós, especialmente para mim, e perguntou a que partido eu pertencia. Veja bem, Senador! Com aquele sentimento daquela pergunta, eu vi que nada poderíamos ter de produtivo naquela reunião e me retirei. Parecia que aquele Presidente tinha um rei na barriga, parecia que aquele Presidente era diferente de todos os homens da face da terra. A postura – me permita a palavra – boçal – esta é a palavra: boçal – do atendimento dele levou-me, em minha residência, a fazer uma oração à noite, pedindo a Deus que perdoasse aquele Presidente, que perdoasse aquele Presidente. A postura deste foi diferente, foi de um estadista, foi de um homem que se dedica às causas daqueles que precisam dos parlamentares, daqueles que acreditaram que colocaram os parlamentares aqui e em qualquer função deste País, com as suas mãos digitando o número de cada parlamentar, para que esses parlamentares viessem, com dignidade, representá-los aqui. Este homem, Presidente atual da Câmara, Michel Temer, é deste nível, um homem que merece respeito de todos nós. Neste, eu posso dizer, confiei. Com este, eu posso dizer, estou tranquilo. Lógico! Nós não vamos parar com movimento nenhum. Meu desejo vou externar aqui a V. Ex^a, como é o grande comandante dessa luta, meu desejo é fazer uma grande caminhada em direção à rampa do Planalto e lá ficar fazendo vigília quantas noites forem necessárias e que o Presidente possa passar bem no meio dos aposentados e verificar a situação de cada um. Mas quero externar meus sentimentos agora aos aposentados da minha terra, o meu querido Pará, e aos aposentados do Brasil. Eu saí daquela reunião com a consciência de que esse Presidente vai resolver colocar os projetos de V. Ex^a na pauta, e ,aí, nós haveremos de ver quais são os políticos comprometidos com a sociedade brasileira. Haveremos de olhar no rosto de cada, Senador Paim, e verificar aqueles que são traidores desta Nação. Mais, lhe digo que vi também hoje uma coisa que me deixou muito animado: nós não estamos sós nessa luta. Vários Deputados Federais estão comprometidos, como o PDT, que no momento certo, na ocasião certa colocou a sua posição, o PMDB, ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, pelo Regimento, teria cinco minutos, mas eu dei mais cinco, são dez, por V. Ex^a, depois ainda vou dar mais pelos aposentados, em respeito aos aposentados.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Já vou concluir. O PMDB, o próprio PT, com a Deputada que esteve lá ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deputada Cida...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – ... colocando a sua posição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deputado Glauber Braga, do PSB.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Vários partidos, vários partidos comprometidos com a causa dos aposentados. Deixou-me muito animado. Volto a ter esperança na solução desse problema. Meus parabéns a V. Ex^a e a todos os Srs. Senadores e Deputados que dizem à sociedade brasileira o que vieram fazer aqui. Obrigado, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. V. Ex^a tem sido, sem sombra de dúvidas, um dos líderes deste movimento. Isso que é bom. É um movimento suprapartidário. Não é de Situação ou de Oposição. São Parlamentares da Base do Governo e da Oposição que estão juntos, com o único objetivo de defender os aposentados e pensionistas.

Senador Augusto Botelho, por favor.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu pedi um aparte só para reafirmar, realmente, aos aposentados que estão vendo a *TV Senado* que V. Ex^a é o nosso guru em relação às questões dos aposentados. E, com essa promessa de rever os seus projetos, surge realmente uma esperança realmente de que alguma coisa mude neste País em relação aos aposentados. Também para reafirmar que V. Ex^a sabe que sempre siga o seu caminho nas atitudes em relação aos nossos trabalhadores. V. Ex^a é o meu guru. Lá em Roraima, como lhe falei, minha mãe é também dessa equipe, e todos lá. Os homens que habitaram o meu Estado, que fundaram o território de Roraima estão vivos, são aposentados e sofrem as mazelas que sofrem todos os aposentados brasileiros. Mas, com a possibilidade de os seus projetos entrarem na pauta, temos a esperança de que alguma coisa deva mudar. Muito obrigado e parabéns pela sua posição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Botelho. Comprometi-me e ainda vou ao seu Estado fazer um debate com esse tema, a convite de V. Ex^a, Senador Botelho, como do Senador Jefferson Praia. Quero mais uma vez dizer:

Vou sim ao Amazonas, a convite de V. Ex^a, para debatermos sobre esse tema, como vou ao Piauí. E, como já acertei com o Senador Zambiasi, no dia 22 vamos estar juntos para uma atividade em Porto Alegre, onde o eixo vai ser a questão dos aposentados.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, lendo o requerimento que é uma síntese do meu pronunciamento, é meia folha do voto de aplauso ao Abdias.

Nos termos do art. 222 [do Regimento Interno] do Senado Federal, requeiro voto de aplauso a Abdias do Nascimento pelos 95 anos do seu aniversário.

Abdias do Nascimento nasceu em 14/03/1914. É escritor, escultor e pintor. Abdias do Nascimento é um dos maiores defensores da cultura e igualdade para todos, principalmente para as populações afrodescendentes do Brasil.

Intelectual negro de grande importância para a reflexão e a atividade sobre a questão do negro na sociedade brasileira, aos seus 95 anos de vida marca uma trajetória longa e produtiva, sempre na luta contra todo o tipo de preconceito.

Desde poeta até ativista do movimento negro, ator, criou em 1944 o Teatro Experimental. Após a volta do exílio, porque foi para o exílio de 68 a 78, dez anos, insere-se então na vida política. Foi Senador, foi Deputado Federal e, além de colaborar fortemente com a luta dos negros nos Estados Unidos, ele fez uma ponte muito grande entre a luta organizada da população negra nos Estados Unidos da América e aqui no Brasil.

Foi um dos responsáveis pela criação do Movimento Negro Unificado e, sem sombra de dúvida, um ícone no combate aos preconceitos no Brasil e no mundo.

A comunidade negra tem que ser fiel a si mesma, fiel a seus antepassados, fiel à história de nossas lutas, e não se deixar emprenhar pelo ouvido ao ficar escutando mensagens derrotistas, que se prestam a tirar a força [não permitiremos isso], a energia e o ímpeto que o negro tem para lutar por seus direitos. É preciso dar continuidade à grande luta de Zumbi dos Palmares. O direto está a nosso favor.

Termina ele dizendo que a beleza do futuro é não termos nem no Brasil nem no mundo nenhum tipo de preconceito.

No final, Sr. Presidente, fiz uma síntese de uma fala não minha, mas do grande Abdias.

Abdias, meu abraço!

Noventa e cinco anos de luta, como digo, verdadeiros. Mesmo quando você estava nascendo, você iniciava a luta contra os preconceitos a todos, principalmente ao povo negro.

Abraço, Abdias. Você é nosso líder!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (BLOCO/PT –RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1966 Abdias do Nascimento envia a Dakar, no Sengal uma carta aos participantes do primeiro festival mundial das artes e das culturas negras.

O Brasil na época era dirigido pelo regime militar que não permitiu a presença de Abdias nesse importante evento que reuniu a primeira cúpula de intelectuais pan-africanistas na África.

A carta aberta de Abdias, lida no evento, teve grande repercussão no festival.

Acabou sendo publicada na revista *Presença Africana*, editada em Paris. Assim, o assunto se espalhou pelo mundo com as denúncias de racismo no Brasil.

Abdias foi obrigado a refugiar-se nos Estados Unidos até 1981.

Ao chegar aos Estados Unidos, em 1968, o país passava por uma profunda convulsão sociorracial.

Abdias do Nascimento ajuda a embalar essas lutas.

Foi Abdias que realmente estabeleceu pela primeira vez o contato entre o movimento negro americano e os movimentos negros que surgiam na América Latina, especialmente no Brasil.

O seu papel foi fundamental para a luta antirracismo do mundo globalizado.

Também foi Abdias do Nascimento quem foi para Portugal convencer Brizola na defesa da luta antirracismo.

Assim, o PDT foi o primeiro partido a traçar linhas estruturais contra o racismo.

Essas são algumas das histórias deste patrimônio da humanidade que completa 95 anos dia 14.

Nascido em Franca (SP), é o segundo filho de Dona Josina, a doceira da cidade, e Seu Bem-Bem, músico e sapateiro.

Abdias cresce numa família coesa, carinhosa e organizada, porém pobre, e vai se diplomar em contabilidade pelo Atheneu Francano em 1929.

Com 15 anos, alista-se no exército e vai morar na capital São Paulo.

Na década de 30, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais da cidade.

Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46.

Artista plástico, escritor, poeta, dramaturgo. Formou-se em Economia, Universidade do Rio de Janeiro em 1938.

Fez pós-universitário, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1957, e Pós-graduação em

Estudos do Mar, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ Ministério da Marinha, 1967.

Doutor *Honoris Causa*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Federal da Bahia, 2000.

Professor Emérito, Universidade do Estado de Nova York, Buffalo (Professor Titular de 1971 a 1981, fundou a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto-riquenhos).

Sempre ativo nas causas da população negra, quando a Convenção propõe à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria.

À frente do TEN, Abdias organiza o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participa desde o exílio na formação do PDT.

Já no Brasil, lidera em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT.

Na qualidade de primeiro Deputado federal afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo (1983-87), apresenta projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira.

Como Senador da República (1991, 1996-99), continua essa linha de atuação.

O Governador Leonel Brizola o nomeia Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afrobrasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94).

Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000).

Recebe homenagem da Presidência da República aos 90 anos “*do maior expoente brasileiro na luta intransigente pelos direitos dos negros no combate à discriminação, ao preconceito e ao racismo*”. Brasília, 21 de março de 2004.

Recebe prêmio de Reconhecimento 10 Years of Freedom – South Africa 1994-2004, do Governo da África do Sul, abril de 2004.

Participa do Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo em julho de 2004, como homenageado no painel Abdias Nascimento, um Brasileiro no Mundo, organizado pela SEPPIR, em que é lançado oficialmente o seu nome para o prêmio Nobel da Paz, ampliando a repercussão da indicação feita pelo Instituto de Advocacia Ambiental e Racial (IARA).

Sr. Presidente, peço que consagre nesta Casa voto de aplauso que apresentei em homenagem ao quase centenário do nobre Senador Abdias do Nascimento.

Termino essa homenagem, com a poesia que fiz para esse grande ícone do movimento negro, Abdias do Nascimento:

“Abdias

Tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa, a nossa causa, à causa da nação negra.

Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar em versos e prosa a tua história.

A história de um guerreiro, a história de um lutador.

Os poetas vão lembrar de Abdias, falando de paz, rebeldia e, tenho certeza, a emoção será tão forte como é hoje o que sentimos quando ouvimos a batida do tambor.

Falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barbapateada, que, independentemente do tempo, nunca parou.

Fez da sua guerra a nossa batalha, como ninguém.

Nunca tombou. Foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade.

Abdias, tu és exemplo para todos nós.

Tu és um homem que viveu à frente do teu tempo.

Que as gotas de sofrimento arrancadas do teu corpo se tornem pérolas, luzes a iluminar a jornada do nosso povo, da nossa gente.

Tu nos deixa uma lição de vida.

Viverás para sempre junto de nós.

A rebeldia de tuas palavras, que somente os guerreiros ousam, estão cravadas na história da humanidade, nos nossos corações e mentes.

Sei que não estás preocupado em agradar a todos, mas sei que a mensagem é: jamais, jamais deixem de lutar e sonhar.

Sonhem, não aquele sonho bonito que tu gostarias que acontecesse num passe de mágica, mas, sim, o sonho que com nossa luta haveremos de tornar realidade.

Esse, sim, será o fruto da tua, da nossa vitória.

Viva a Nação Negra,

Viva Zumbi dos Palmares,

Viva o gigante Abdias do Nascimento!

Vida longa para ti, Abdias!”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Temer garante que vota projetos de Paim

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), assegurou hoje (12), durante reunião com senadores e deputados de todos os partidos, que vai colocar em votação os três projetos de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS) que tratam dos direitos dos aposentados e pensionistas. Segundo ele, “assim que a pauta for destrancada, e isso deve ocorrer no final de abril, projetos polêmicos como os do Paim entrarão em votação”.

O senador Paulo Paim saiu satisfeito do encontro. “O presidente Michel Temer atendeu as expectativas dos parlamentares. Tive a nítida impressão que ele está sintonizado com o desejos dos aposentados e pensionistas”, disse Paim, acrescentando que “é de extrema importância que a sociedade organizada continue pressionando os deputados federais”. A reunião contou com a participação de representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

REQUERIMENTO Nº , DE 2009

Nos termos do Art. 222 do RISF do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de aplauso a Abdias do Nascimento pelo seu 95º Aniversário.

Abdias do Nascimento, nascido em 14/03/1914 é escritor, escultor e pintor. **Abdias do nascimento** é um dos maiores defensores da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil. Intelectual negro de grande importância para a reflexão e atividade sobre a questão do negro na sociedade brasileira, em seus 95 anos de vida ainda numa trajetória longa e produtiva sempre na luta contra o preconceito.

Desde poeta (com a Hermandad, grupo com o qual viajou de forma boemia pela América do Sul), até ativista do movimento negro, ator (criou em 44 o Teatro Experimental do Negro). Após a volta do exílio (68-78), insere-se na vida política (foi senador), além de colaborar fortemente - tornando-se portanto, um ícone para o Movimento Negro - para a criação do Movimento Negro Unificado (78).

"A comunidade negra tem que ser fiel a si mesma, fiel a seus antepassados, fiel à história de nossas lutas, e não deixar-se emprenhar pelo ouvido ao ficar escutando mensagens derrotistas, que se prestam a tirar a força, a energia e o ímpeto que o negro tem para lutar por seus direitos. É preciso dar continuidade à grande luta de Zumbi dos Palmares. O direito está a nosso favor. Os orixás estão nos prestigiando e nos amparando. É nossa beleza. É nosso futuro."

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos. Hoje foi um grande dia para a República do Brasil. Avançamos no resgate do salário defasado dos aposentados.

Convidaria agora para usar da palavra – estamos intercalando – uma liderança. (Pausa.)

V. Ex^a vai me permitir chamar Sérgio Zambiasi. Senador Mario Couto, S. Ex^a vai ter que fazer uma viagem. V. Ex^a, eu, Zambiasi, Geraldo Mesquita... Ele foi nosso companheiro na visita que fizemos ao Presidente Michel Temer. Éramos seis Senadores reivindicando ao Presidente Michel Temer que acelere a votação da derrubada do fator de redução das aposentadorias dos idosos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Obrigado, Senador Mário Couto, pela gentileza, e parabéns pela sua luta, pela nossa luta. Durante três noites, nós fizemos aqui neste plenário vigílias memoráveis com a participação dos Senadores Augusto Botelho e Jefferson Praia e mais tantos outros, sob a liderança do Senador Mão Santa e Paulo Paim, com a iniciativa de seus projetos.

Efetivamente, nesta manhã, tivemos um passo fundamental, decisivo, assim considero, para que os projetos de recuperação dos valores das aposentadorias sejam examinados pela Câmara dos Deputados. Que, finalmente, o Presidente Lula possa sancioná-los, corrigindo uma injustiça histórica em relação a homens e mulheres que contribuíram com uma vida inteira de trabalho para o Brasil, para este momento que estamos vivendo e para o momento futuro do País. Eles aguardam o resultado de todas essas lutas, como falei, lideradas com tanta coragem e determinação pelo Senador Paulo Paim; com tantas manifestações do Senador Mário Couto, cobrando de forma incisiva tantas vezes, e do Senador Mão Santa, com a sua experiência de médico e humanista. S. Ex^a, aliás, nesta manhã, nos comoveu com uma história que realmente emociona e choca. Era sobre um homem que, tendo sido líder de uma classe, ao aposentar-se sofreu o impacto das perdas, não conseguiu estabelecer um mínimo de dignidade para a vida de sua esposa doente e para ele. Com isso, optou por dar fim à própria vida, exatamente por não encontrar suporte na Previdência Social.

Esse é um fato chocante, Mão Santa, que emocionou a todos nós, à Mesa, naquele momento, a mim, ao Presidente Michel Temer, com certeza, aos Deputados presentes, aos demais Senadores, ao Senador Mesquita, ao Senador José Nery, que compuseram conosco a Mesa nesta manhã.

Eu entendo que realmente o Presidente Michel Temer teve uma atitude digna ao anunciar que ele colocaria em votação todos esses grandes projetos. Não vou chamar de projetos polêmicos. São grandes projetos que vão provocar grandes debates com a sociedade, permitindo ao Parlamento até o seu resgate nessa relação de intermediação entre os Poderes. É este realmente o papel do Parlamento: a representação que fazemos entre os Poderes. Eu me senti privilegiado, feliz, por estar presente nessa hora histórica, Senador Paim, hoje pela manhã.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, permita-me.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu vou usar uma frase, só para cumprimentá-lo. V. Ex^a estava em um compromisso fora. Eu sabia da posição do PTB. V. Ex^a me disse: “Olha, estou fora, mas pode ter certeza de que eu vou aí para deixar o meu depoimento aos aposentados”. É só isso. Meus cumprimentos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Paim. Efetivamente, o PTB, já em decisão anterior, fechou questão a respeito desse assunto. Assim como nós votamos aqui no Senado, a posição da bancada na Câmara dos Deputados é fechada. Todos os Deputados do PTB assumiram, em documento, o fechamento de questão nesses projetos aprovados pelo Senado que tratam da questão da recuperação das perdas dos aposentados e pelo fim do fator previdenciário.

Nós entendemos que é uma questão de justiça, de equilíbrio, para que o trabalhador da iniciativa privada, finalmente, alcançar um parâmetro que possa equilibrá-lo com o servidor público, que, felizmente, através de todos os seus movimentos e mobilizações, conseguiu garantir que o seu salário o conduza com dignidade até os últimos dias de sua vida. Nós queremos que o trabalhador da iniciativa privada possa ser tratado nessa relação de equilíbrio, de respeito e de justiça. Por essa razão se fazem essas lutas, e a bancada do PTB fechou questão a respeito desse assunto e não abre mão; não voltará atrás.

A minha presença aqui na tribuna, Senador Mão Santa, também se deve a outro motivo muito especial, Senador Paim, que traz o nosso Rio Grande do Sul aqui para Brasília. Trata-se de uma cerimônia que se realizou na semana passada, aqui na Capital federal, no nosso Instituto de Cardiologia, que é tão bem cuidado – e de forma competente – pelo Dr. Ivo Nesralla e sua grande equipe de cardiologistas. O Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul assumiu, na semana passada, a gestão do Incor-DF em substituição à Fundação Zerbini. Isso também é uma mostra da referência

em saúde de alta complexidade do Rio Grande do Sul, o que realmente nos orgulha muito. Até então, a Fundação Zerbini, Senador Mão Santa, era a responsável pela gestão do Instituto. Porém, havia dificuldades para manter a estrutura aqui em Brasília.

A Fundação Zerbini mantinha, desde 2004, uma unidade hospitalar independente da unidade do Incor de São Paulo aqui em Brasília, por meio de parceria com o Ministério da Saúde, o Ministério da Defesa, o Governo do Distrito Federal, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

As instalações do Incor-DF estão situadas no Hospital das Forças Armadas e mais um prédio anexo, onde funcionam a unidade de emergência, consultórios, hemodinâmica e diagnóstico de alta complexidade em Cardiologia. O hospital tem capacidade instalada para manter 100 leitos, 1,1 mil cirurgias, 5 mil procedimentos hemodinâmicos, 3.600 implantes de marca-passo, 4 mil estudos eletrofisiológicos e 50 mil consultas ambulatoriais, entre outros procedimentos em Cardiologia e cirurgia cardíaca e torácica de alta complexidade.

Só para se ter uma idéia, em 2006, o Incor-DF realizou 547 cirurgias, 1,2 mil procedimentos hemodinâmicos, 149 implantes de marca-passo, 93 estudos eletrofisiológicos e 12,5 mil consultas ambulatoriais. Nesse mesmo ano, o hospital foi responsável pela totalidade das cirurgias cardíacas de alta complexidade em crianças recém-nascidas realizadas no Distrito Federal.

O Incor-DF é o único hospital de Brasília credenciado para realizar transplante de coração e fígado. Em 2007, foi responsável pela realização do primeiro transplante de coração em adultos aqui em Brasília e pela retomada do programa de transplante de fígado, com a execução do primeiro procedimento em vários anos.

A exemplo do Incor-SP, o Incor-DF desempenha papel de destaque no ensino e na pesquisa. Desde de 2006, o instituto é a unidade conveniada da UnB – Universidade de Brasília – para estágio de graduação e residência médica em Cardiologia, com reconhecimento do Ministério da Educação. Atualmente seis médicos realizam residência no Incor-DF pela UnB e mais 180 alunos de graduação dessa Universidade deverão ter a sua formação vinculada à instituição neste ano. O Incor-DF mantém pesquisas em andamento com células-tronco, dentro do projeto multicêntrico do Ministério da Saúde, e diversos estudos em parcerias internacionais.

Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a, que é médico, sabe que uma estrutura grandiosa como essa não poderia simplesmente deixar de atender a população de Brasília, que já é carente de assistência e acesso

à saúde também, e que graças ao Incor passou a ter acesso a atendimento de excelência no tratamento de doenças do coração, que, diga-se de passagem, somente em 2005, mataram cerca de 50 mil pessoas no Brasil, segundo dados da publicação, “Saúde Brasil 2007”, do Ministério da Saúde.

Ouçó V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, só mais uma frase para dizer que mais uma vez concordo na íntegra – é 99,9%, alguém está dizendo – porque na segunda-feira, como eu sabia desse movimento – V. Ex^a detalha o potencial do Incor –, fiz lá um *check-up*. O tratamento é de primeiro mundo. Muito obrigado Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Graças a Deus, nós temos, portanto, o Incor-DF e o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul – lá nós chamamos de Instituto de Cardiologia –, que cuidam de todos nós, também.

Diante da ameaça de perdemos esse local de excelência da saúde, houve uma mobilização no âmbito do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal e do Poder Legislativo para buscar uma solução para a questão. Graças a essa mobilização, o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, Senador Romeu Tuma, aceitou o desafio de dar continuidade à profícua e corajosa iniciativa do Incor de São Paulo ao trazer para cá o Incor do Distrito Federal.

Referência nacional em Cardiologia, o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, ao longo dos seus quarenta anos, tem-se destacado por seu pioneirismo, como a primeira cirurgia de revascularização do coração com ponte de safena feita no Brasil em 1970 e a realização do primeiro transplante cardíaco realizado no Rio Grande do Sul em 1984, dando um novo impulso...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não vai faltar tempo para V. Ex^a, pelo assunto de relevância, principalmente agora que adentra, para participar desse debate, Romeu Tuma, símbolo maior da história da Polícia Federal do Brasil.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Coisa boa ter aqui o meu companheiro de Partido, meu colega e amigo, Senador Romeu Tuma, que também tem uma belíssima história com o Rio Grande do Sul. Para quem não sabe, o destino escolheu o Rio Grande do Sul para receber o pai do Senador Tuma em 1911. O pai do Senador Tuma, inclusive, chegou a fazer a sua primeira experiência futebolística, aqui no Brasil, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, no nosso querido Esporte Clube Brasil de Pelotas. Então, não tem como

não agradecer a presença do Senador Tuma em plenário. S. Ex^a, com certeza, tem, como eu, essa relação de responsabilidade com a saúde, como todos nós, e sabe o que significa para o Brasil o Incor de São Paulo e eu sei o que significa o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para todos nós.

Senador Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Primeiro, eu queria cumprimentar V. Ex^a e aproveitar, se me permitisse, para cumprimentar Mário Couto, Augusto Botelho, Mão Santa, Paulo Paim e outros que participaram das vigílias em benefício dos aposentados. Na Convenção do PTB, V. Ex^a já fez uma referência... A vigília também, liderou a vigília. O grito diário é do Mário Couto, que, dando soco na mesa, sempre assusta um pouco mais. Durante a Convenção Nacional do PTB – V. Ex^a referiu-se a isso – foi fechada a questão e registrada em ata da reunião. O Presidente Roberto Jefferson pediu que nós tentássemos convencer os demais Parlamentares para que os seus partidos também fechassem questão, para, por unanimidade, ser aprovado o projeto do Paulo Paim. Então, esse é um ponto. O outro ponto é o Incor. Desde o início da Fundação Zerbini, que cuidava com mais intensidade do Incor, da parte financeira, dedicação exclusiva e da evolução médico-tecnológica de ciência, trazendo experiências de vários países, que sou do Conselho do Incor. Quando Antonio Carlos Magalhães, cuja memória nos traz muita saudade, foi internado no Incor – lá eu fui várias vezes –, numa UTI nova, muito bem montada, ele proporcionou o acerto entre o Congresso Nacional, Câmara e Senado, de apoio a uma extensão do Incor no prédio do Hospital das Forças Armadas. Foi demorada a sua composição e também o início do trabalho. Bons médicos vieram e começaram com todas as pesquisas e com a realização de cirurgias de alto risco que V. Ex^a descreveu. Tivemos um período difícil, porque não houve como comprovar algumas contas junto ao Congresso. Então, foi suspenso o repasse de verba. E o Governador Serra, infelizmente, segundo ele, foi obrigado a não mais financiar o Incor de Brasília. O Dr. David Uip me disse, há poucos meses, que havia um instituto do Rio Grande do Sul – um grande instituto de Cardiologia – que ia assumir esse hospital e, assim, estaríamos tranquilamente bem servidos em Brasília. Então, queria cumprimentar V. Ex^a, que fez essa comunicação sobre o Instituto, e registrar a certeza da continuidade do trabalho de alta produtividade do Incor, com cirurgias de casos gravíssimos. Conheci um rapaz em Cleveland, no hospital de Cardiologia, aonde vou uma vez ao ano para fazer revisão – fui operado no Incor, sou assistido no Incor; portanto, sou um cliente permanente –, que não pôde ficar no Incor de São Paulo, então, veio

para Brasília e está trabalhando com alta tecnologia cirúrgica no Incor de Brasília. Então, houve uma amargura profunda com a ameaça de se fechar o Incor de Brasília. V. Ex^a sabe que fizemos aqui várias manifestações procurando achar um caminho para que isso não acontecesse e V. Ex^a, com a luminosidade do seu Estado, encontrou o caminho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Tuma, por sua manifestação, que realmente vem complementar meu pronunciamento.

Já estou encerrando e agradeço a paciência de todos os colegas. Ao encerrar, quero cumprimentar, então, outro gaúcho, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que foi um interlocutor extremamente importante, um dos responsáveis pela convocação do nosso Instituto de Cardiologia para que viesse a Brasília assumir o Incor. Cumprimento o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, que se mostrou incansável também na luta pela sobrevivência dessa unidade em Brasília; o Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra; e muito especialmente toda a equipe médica do Instituto de Cardiologia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e seu diretor-presidente, realmente incansável, um homem que consegue multiplicar as 24 horas do dia para que elas possam render mais não só para o Instituto de Cardiologia, mas para todos e para o Rio Grande do Sul, Dr. Ivo Nesralla. Com certeza, ele não só vai dar novo fôlego de vida ao coração do Incor-DF, mas também vai fazer dele um espelho do exemplo de sucesso na atividade da saúde de alta complexidade que é a cardiologia.

É exatamente o exemplo do IC do Rio Grande do Sul, que agora se instala também em Brasília.

Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimentamos o Senador Zambiasi, que traz à população de Brasília e do Brasil a auspiciosa notícia com que todos sonhamos: o Incor do Distrito Federal passou por uma fase de transição e foi buscar a sabedoria dos dirigentes do Rio Grande do Sul, que o tornaram um dos hospitais mais eficientes de Brasília.

E é com muita honra e satisfação que recebemos no plenário desta Casa esta mulher extraordinária, Iris de Araújo. Ela foi Senadora da República, é Deputada Federal, foi candidata a Vice-Presidente da República pelo PMDB quando o candidato era o Dr. Quéricia, líder de São Paulo...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu usei a mesma tribuna que ela na Praça da Sé.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Tuma está também dizendo que usou a mesma tribuna que ela, apoiando. E eu quero lhes dizer que o maior comício realizado na minha cidade, Parnaíba,

foi justamente com o povo aplaudindo Quércia e Iris. Ela foi candidata a Vice-Presidente. Não deu certo, mas hoje ela é Presidente do PMDB, e, sem dúvida nenhuma, esse crescimento, essa grandeza do PMDB no País nós devemos à dupla, ao nosso Presidente Michel Temer e a ela, pelo seu passado, pela sua história bela no PMDB. E o Tuma está dizendo: a beleza. A beleza externa e interna e a coragem e a bravura dessa mulher, que liderou o País todinho e, por isso, o PMDB cresceu, por isso o PMDB tem hoje a Presidência do Senado e a Presidência da Câmara. E, por isso, orgulhosamente, eu apresento ao País essa mulher que, sem dúvida nenhuma, vai levar o PMDB àquilo que o povo quer.

Então, Iris de Araújo, a nossa admiração desde os tempos em que V. Ex^a, com muito amor, com Iris Rezende, deram um exemplo de política no Estado de Goiás e no Brasil.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores. Ele é trigo no meio do joio, é uma das personalidades de mais virtudes que eu conheço. Como médico, fez sempre da Medicina a mais humana das ciências e, como médico, é um benfeitor da humanidade. Com a força dos serviços prestados, o povo de Roraima o mandou para que representasse aquele Estado, a grandeza daquele povo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, pela ordem. Peço que o pronunciamento que fiz da tribuna seja considerado na íntegra.

Eu não poderia deixar de dizer da minha alegria de ver a nossa ex-Senadora Iris Araújo, agora na Presidência do PMDB. Olha! São as mulheres no poder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha aí, esta é uma chapa boa: Paim e Iris ou Iris e Paim.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Seja bem-vinda, Senadora Iris.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria também de informar que os trabalhadores do meu gabinete....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço somente a permissão para dizer ao Senador Paim que ele vai ser atendido integralmente em todas suas solicitações.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria também de informar que os trabalhadores do meu gabinete já estão providenciando a devolução das horas extras que foram recebidas indevidamente no mês passado.

Sr. Presidente, há mais de vinte anos, a Marinha do Brasil realiza atendimentos médicos e odontológi-

cos para as populações ribeirinhas de Roraima e de toda a Região Amazônica. Por intermédio dos Navios de Assistência Hospitalar, apelidados carinhosamente de Navios da Esperança, a Marinha leva esperança e ameniza dificuldades de famílias inteiras que vivem às margens dos nossos rios na Amazônia.

Geralmente aqueles que são atendidos pelos navios da Marinha fazem parte de famílias com poucos recursos – geralmente não, a maioria, acho que 98% são pessoas assim –, e a chegada de um Navio da Esperança a essas localidades possibilita a esses brasileiros acesso à assistência médica e odontológica de qualidade.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr. Senador Jefferson Praia, todos os anos faço questão de separar uma de minhas emendas individuais para a Marinha. Não foi diferente em 2009. Destinei R\$200 mil para o custo operacional dessa assistência hospitalar tão importante para os ribeirinhos da Região Amazônica, principalmente para os meus lá do Estado de Roraima. Essa foi a maneira que encontrei para apoiar esse trabalho tão importante realizado pelos companheiros médicos, farmacêuticos, dentistas, enfermeiros, praças e oficiais da Marinha do Brasil.

Em 2008, Sr^s e Srs. Senadores, os Navios da Esperança realizaram quase 1,7 mil atendimentos em Roraima. Em apenas seis dias, foram atendidos pacientes das localidades de Panacarica, São João, São Jorge, Sacai, Santa Maria Velha, Ponta do Vento, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Canauanim, Tapanaruca e Santa Maria do Boiaçu.

Cito os nomes porque, certamente, lá só tem televisão parabólica e eles veem a TV Senado. Cito o nome de cada localidade, para que eles fiquem alegres.

Para realizar esses 1.797 atendimentos, a Marinha disponibilizou dezoito profissionais e mais de R\$170 mil para dar continuidade a esse importante trabalho humanitário que, tão fortemente, materializa a percepção da presença do Estado, da Nação brasileira, nos rincões da nossa Pátria, da nossa Amazônia, do nosso Brasil.

Sr. Presidente, sinto que nós, Senadores, precisamos de maior aproximação com questões que envolvem a saúde do nosso povo. Senador Neuto De Conto, o Brasil enfrenta vários problemas na área de saúde pública, mas, diante de tão belo exemplo da Marinha, não devemos perder a esperança.

Felizmente, pude participar de uma experiência parecida com aquela levada pela Marinha do Brasil nos Navios da Esperança à população ribeirinha do meu Estado. Em meados do mês de abril do ano passado, o Governo do Estado fretou um barco grande, quase tipo um hotel, e organizou a Caravana da Saú-

de. Nesse barco, foram instalados materiais médicos e odontológicos, que desceu rio Branco realizando atendimentos, até chegar a todas as comunidades do sul de Roraima. O objetivo da Caravana de Saúde era atender às populações ribeirinhas que vivem no baixo rio Branco. São pessoas que vivem isoladas na floresta, sem estradas que as liguem com as demais cidades e vilas, sem comunicação, os telefones funcionam precariamente, orelhões em algumas comunidades, muitas delas ainda não têm água encanada. Embora haja muita água do rio, tem que ter água, tem que ter o conforto da água na sua casa. São pessoas que vivem isoladas da civilização.

Para se locomover e chegar à cidade de Santa Maria do Boiaçu, a mais próxima da estrada – de Santa Maria até a estrada são dois ou três dias –, o pessoal do baixo rio Branco depende do rio para chegar a um local onde tem transporte. Se sair daquelas localidades mais longe, Panacarica, Caicubi e outros, leva muito mais tempo – leva um dia, um dia e meio – para chegar a Santa Maria. Muitos preferem ir pelo Amazonas, que leva dois dias e pouco, mas tem os barcos com saída regular lá da cidade de Óbidos.

Durante essas atividades da Caravana da Saúde, eu, que sou médico, e mais trinta profissionais de saúde fizemos três mil atendimentos nas treze vilas que existem na região. Foram pediatras, ginecologistas, oftalmologistas, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares, a Polícia Militar também mandou dois policiais, bombeiros, equipes de serviço de rádio e comunicação do Governo. Também nessas cidades existe uma radiofonia do Estado. E a equipe foi para verificar como estavam funcionando para fazer manutenção dos serviços de rádio.

Toda a equipe estava empenhada em levar atendimento médico e conhecimento. O dentista fazia aplicação de flúor, ensinava escovação e fazia alguns atendimentos também mais urgentes. A equipe de vacinação do Governo realizava vacinação, atualizando a vacina das crianças na região enquanto médicos faziam atendimentos normais.

Foi uma experiência única, Sr. Presidente Mão Santa. Felizmente, posso trazer este relato aos Srs. e às Sras. Senadoras, pois pude sentir na pele a importância do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da saúde que se dispõem a participar dessas caravanas realizadas seja pela Marinha, seja pelo Governo do meu Estado. Diga-se de passagem que o Governador Anchieta tem sido muito positivo no apoio a essa caravana. Nós estamos organizando outra para ir agora, no mês de abril, novamente fazer atendimento.

É extremamente importante para nós políticos valorizarmos esse tipo de trabalho. Podemos fazer

isso também com a destinação de parte de nossas emendas parlamentares para assistência na nossa Região Amazônica. Estão aqui dois Senadores amazônicos me ouvindo: Senador Jefferson Praia e Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, eu queria só dar esse recado e fazer esse apelo, principalmente aos amazônidas, para que se interessem por isso, para que o Estado faça isso por essas pessoas que não têm nada do País. Não há nada da Nação brasileira lá. Só quando vão essas equipes, recebem algo. Eles agora têm documentos porque o Tribunal de Justiça de Roraima criou uma equipe que vai fazer a documentação dessas pessoas, mas nem isso eles tinham tempos atrás.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a falar a respeito desse trabalho feito pelas equipes tanto da Marinha como do meu Estado em relação a saúde dos povos que vivem nas margens dos rios da nossa Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Mário Couto, do PSDB do Pará, que foi um dos seis Senadores que hoje participamos de uma reunião com o Presidente Michel Temer, para que tivessem andamento os projetos de lei que beneficiam a aposentadoria dos idosos do nosso Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, hoje, trago dois temas para abordar nesta tribuna. Um, dos aposentados; e outro, da Transamazônica.

Mas, antes, quero dizer da minha alegria de poder hoje contar com a presença, aqui neste Parlamento, da nobre Prefeita de Altamira. Senador Tuma, Altamira é o maior Município do mundo. Sabia disso, Senador? Altamira é o maior Município do mundo. Ali estão a sua Prefeita e o chefe de gabinete da Prefeita. Prefeita operosa, Prefeita trabalhadora, Prefeita que tem um carinho especial por sua terra e tenho certeza de que os altamirenses estão orgulhosos de terem uma Prefeita como é a nossa Prefeita Odileida e o Tarcísio Sampaio, chefe de seu gabinete. Parabéns por tudo aquilo que vocês já fizeram por Altamira, aquela terra querida.

Orgulha-me também ter aqui hoje meus conterrâneos lá da Ilha do Marajó, da minha querida terra, terra onde nasci, Salvaterra, lá no arquipélago do Marajó, cidade carente de tudo, cidade para a qual poucos Governadores do Estado do Pará olharam.

Marajó sofrido, Marajó desprezado, sem transporte, sem energia, enfim. Que o ex-Prefeito daquela terra Humberto Salvador; o Presidente atual da Câmara, Hamilton; e o ex-Presidente da Câmara Roberto

Pena saibam do meu orgulho e da minha satisfação de tê-los aqui, irmãos salvaterrenses.

Sr. Presidente, sentimos hoje, Senador, a sua falta na reunião que tratou da inserção em pauta dos projetos dos aposentados. Sei que V. Ex^a não sabia. Foi uma reunião avisada às pressas, a partir do meio-dia. V. Ex^a, que participou tanto das vigílias, que se emocionou nas vigílias, lembro do seu semblante, da sua emoção – as lágrimas vieram ao rosto naquelas noites dramáticas que passamos aqui –, lembro da sua postura em querer ajudar a classe, em querer ajudar os Senadores; lembro do Paim, o nosso grande comandante desta causa.

Mas hoje o que vi, Senadores, foi uma postura completamente diferente do ex-Presidente. O ex-Presidente, vou repetir... Aquilo que sinto, eu falo, Mão Santa, sem nenhum temor. Sem nenhum temor. Aquilo que eu sinto, que inclusive os aposentados gostariam de falar aqui, eu falo, sem nenhum temor.

O ex-Presidente orgulhosos! O ex-Presidente, vou repetir, parece que tem “rei na barriga”. Ele se esquece de que a cova é a mesma. A cova é a mesma. Não adianta orgulho. O orgulho morre na cova, Senador Paim. Ele não quis nem falar, e olhe que fizemos três noites de vigília aqui, até de manhã, cada um de nós usando esta tribuna para tentar sensibilizar o coração duro daquele homem, coração insensível daquele homem.

Ele parecia assim, ao olhar para ele, uma imagem do Hitler. Um Hitler aborrecido ainda. Hoje não; hoje foi diferente. Hoje nós conversamos com um homem responsável, com um homem comprometido com as classes sociais, um homem simples, humilde, igual a todos nós, um homem determinado, um homem consciente dos seus deveres, que sabe o que tem de colocar na pauta, que sabe o que deve colocar na pauta, que sabe que é sua obrigação colocar na pauta, que sabe que não deve engavetar, que sabe que, se engavetar, estará criando um mal àqueles velhinhos que estão esperando uma solução desse projeto.

Meu Senador, não posso deixar de falar. Posso até às vezes parecer chato, mas eu não posso deixar de falar. Eu cobro aquilo, Senador. Eu fico na minha vida atento a tudo o que prometem. Quando chega a época de eleição, fico atento a tudo, aos palanques. Gosto de saber, depois, quem é sério e quem não é. Sinceramente, eu não acredito que o Lula não seja sério, mas ele foi aos palanques dizer – eu tenho o discurso, eu guardo as coisas – que os aposentados não seriam maltratados no seu Governo, dizer que o fator previdenciário era um crime, que ele não aceitava de jeito nem de forma alguma que um trabalhador brasileiro que ganhasse dez salários mínimos fosse para

a aposentadoria reduzido à metade. Ele não aceitaria isso de modo nenhum – palavras do Presidente da República. Por que enganar? Por que enganar os pobres velhinhos que têm direito, Senador Paim? Nos seus projetos, o senhor não pede nenhum favor a ninguém. O senhor pede o direito dos aposentados, direitos adquiridos ao longo da sua vida de trabalhos dignos. É isto o que os aposentados querem: os direitos deles. E estamos lutando pelos direitos deles. Isso entendeu o Presidente da Câmara hoje.

Aposentados do Brasil, vocês que estão me ouvindo agora, passem um *e-mail* ao Presidente da Câmara. Digam que ele está fazendo o papel dele com dignidade. Um homem que fala com convicção, um homem que disse a todos os Parlamentares, e não eram poucos, mesa cheia, sala cheia: “Vou colocar na pauta imediatamente”.

E mais, Senador, esses projetos serão aprovados! E mais, Senador Paulo Paim, a maioria dos Deputados está a favor dos seus projetos. Mais eu ainda quero estar vivo, eu ainda quero estar vivo – e vou estar – até o mês de abril, quando serão votados esses projetos.

Eu quero saber, Senador da Paraíba, meu prezado amigo, qual é o Deputado Federal que vai ter a ousadia, que vai ter a coragem de votar contra o projeto de V. Ex^a. Votar contra o projeto do Senador Paulo Paim é dizer assim: “Eu quero a morte dos aposentados deste País”. Mas uma morte que não é uma morte comum. Hoje, os aposentados deste País, Brasil – saiba Brasil! –, estão morrendo aos poucos! Ao poucos, aos pedaços, dia a dia. É uma morte lenta, dolorosa, de fome, de falta de remédio, de falta de assistência. Uma morte jogada ao abandono, Brasil! Isso é que dói; isso é que nos leva a lutar por essa causa, Brasil! É só por isso, nada mais que isso. Aqui não tem politicagem! Aqui não tem partidatismo! É sentimento, é coração! É isso que existe nessa luta. E nós vamos vencer, porque Cristo está vendo, porque Nossa Senhora de Nazaré está vendo. A minha padroeira, ela não me faltará, e não faltará aos velhinhos deste País.

Pois, não, Senador Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Mário Couto, nessa última segunda-feira, o Partido ao qual pertença, o PTB, teve a oportunidade de realizar uma sessão solene em homenagem ao Dia do Aposentado. Começaram no início de janeiro essas solenidades, em Nossa Senhora Aparecida, que é a padroeira do Brasil. E V. Ex^a fala na padroeira do Estado do Pará, que o Brasil inteiro comemora e puxa a sua corda, quando necessário, para bem receber os benefícios da proteção. Mas eu digo: V. Ex^a diz que quer estar vivo. V. Ex^a é uma criança na sua luta pelos aposen-

tados. O vigor com que V. Ex^a vai à tribuna, todos os dias, da sua poltrona, levanta a voz, dá uns murros na mesa, como aqueles que estão revoltados pelo que está acontecendo contra os aposentados, V. Ex^a traz um entusiasmo e às vezes até emoção por estarmos participando, com V. Ex^a e com o Paim, na aprovação dos seus projetos. V. Ex^a sabe, eu acho que não sabe, porque não estava ainda nesta Casa, o Senador Paim sabe que eu votei contra a reforma da previdência. Por quê? Porque direito não se tira de ninguém, Senador. Pode-se buscar reivindicar, Senador Augusto Botelho, ilustre Presidente, novos benefícios, que se podem conseguir ou não. Mas tirar direitos é uma violência que não dá para ser aceita. Então, nós estamos lutando pelo quê? Pela recomposição do direito que o aposentado tem. Foi apresentada na convenção do Partido uma reivindicação completa de todas as entidades de aposentados, tanto na área de cidadão comum como também dos funcionários públicos, e foi fechada questão absoluta. Ninguém do PTB pode votar contra os projetos do Paim. Não importa que ele seja do PT; o que importa é a sensibilidade, a dignidade com que ele defende os interesses daqueles que foram os alicerces da formação da Nação brasileira. Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a. E tomara que eu esteja vivo, porque V. Ex^a ainda tem um tempão. E pode ser que Jesus esteja me mantendo aqui mais um pouco. Mas eu queria sempre acompanhá-lo. Se me permitir, V. Ex^a falou do Marajó, estou certo? Esta semana eu fiquei muito triste, até me emocionei. Cheguei a derramar algumas lágrimas por uma senhora que morreu num barco, na rede, por falta de assistência médica. Mostraram um hospital que não pode atender a ninguém porque não tem corpo médico, não tem equipamento, não tem nada, numa cidade que, segundo o repórter, tem 400 mil habitantes. Quando V. Ex^a se queixa da falta de estrutura governamental no seu Estado, V. Ex^a tem razão. A prova está aí. Como é que uma pessoa morre por falta de assistência médica? E não é só no Pará, não. Vamos ver agora, com a decisão da CNBB sobre a segurança pública, que não é só a segurança física e patrimonial, não; é a segurança da dignidade da pessoa que tem que ser respeitada pelos governantes. O Senador Augusto Botelho sabe o que é ser médico numa cidade que precisa de assistência médica, e as filas não encontram ninguém para atender. Gente morre na fila. Gente morre na porta do hospital. E agora uma senhora morre na remoção de Marajó para Belém, pois não consegue chegar a tempo de ser salva, por ter tido um derrame, e, tristemente, seu marido assiste àquela morte na frente de várias pessoas. Seu corpo ficou inerte por falta de assistência. Peço desculpas a V. Ex^a, mas me trouxe uma amargura

profunda uma pessoa sem assistência médica ter que morrer à míngua.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu insiro as suas palavras no meu pronunciamento, Senador. E fazendo um parêntese, o que V. Ex^a viu foi apenas um caso isolado. Se V. Ex^a visse o que eu já vi, não haveria de poupar a nossa Governadora, não haveria.

Falo todos os dias de violência pública no meu Estado. Todos os dias! É quase que religioso isso para mim. De oito em oito horas, Senador... E V. Ex^a, que foi um digno policial, um dos mais brilhantes policiais deste Brasil, que eu sempre admirei, pela postura, há de pensar como é que na cidade de Belém podem tombar nas ruas, de oito em oito horas, um cidadão paraense – de oito em oito horas. Não existe isso em lugar nenhum do mundo, Senador. Três pessoas tombam em Belém por dia, assassinadas, mortes violentas.

Bom, só para fazer um parêntese com relação ao que o comoveu: meu Marajó está no abandono, meu Marajó sofre pena. Eu não sei se a Governadora sabe onde é o Marajó, não sei.

Sobre a Transamazônica vamos falar agora. Converse com aquela Prefeita sobre a dificuldade que ela tem de visitar um Município a 1.200 quilômetros da cidade dela. Pense o que é isso! E chega lá e encontra a miséria instalada. Pense naquela Prefeita, por exemplo, ter o hospital estadual fechado. Olhem! O hospital estadual fechado – está ali a Prefeita me olhando –, Senador Mesquita, porque a Governadora... Olhem como pensa a Governadora do meu Estado. Ela é raivosa. Ela é raivosa! Agora, com a raiva dela, ela maltrata o povo. Se, com a raiva dela, ela pisasse no chinelo dela, tudo bem! Mas ela maltrata o povo, Senador!

Ela fechou o hospital. Sabe por que ela fechou? Porque a Prefeita é de outro Partido, não é do dela. “Ah, é, a Prefeita é do PSDB? Fecha o hospital estadual lá em Altamira!” Olha, a cabeça de uma governante!

É do seu Partido, mas V. Ex^a não é nem parecido com ela! V. Ex^a tem dignidade. Eu aprendi a gostar de V. Ex^a. Eu aprendi a gostar e a respeitar um dos Senadores brilhantes desta Casa, o Senador Paim, que pertence ao PT.

Mas aquela ali? Minha Nossa Senhora de Nazaré!

Olhe aqui, Prefeita, o DNIT está dizendo, respondendo a um pedido de informações – e eu vim a esta tribuna com dados – que tem R\$15 bilhões para infraestrutura. Eu pedi uma CPI do DNIT, sabe, Prefeita? Eu pedi e estou cobrando da Mesa. Eu quero abrir essa CPI. Vou abrir! Doa a quem doer, eu vou abrir a CPI do DNIT! Diz o diretor que tem R\$15 bilhões para infraestrutura e que tem R\$2 bilhões para fazer a Transamazônica e a Santarém–Cuiabá, mas que ele não

faz, porque não tem interesse, o Ibama não deixa, a Governadora não se interessa.

Será que isso é verdade? Será que chegamos ao cúmulo da estupidez de o DNIT dizer que tem dinheiro para fazer a estrada Transamazônica, e a Governadora não se interessa? Será que isso é verdade?

Eu pergunto ao povo paraense: vocês acreditam? Será que isso é verdade? Será que não há interesse da nossa Governadora em procurar o DNIT, que está dizendo a todos os paraenses, está aqui, que tem o dinheiro?! E ainda diz aqui: “Não é falta de recursos, temos recursos para fazer a estrada”.

É inacreditável, meu Presidente! É inacreditável. A estrada é chamada de “Transamargura”. A estrada interrompe a cada inverno.

Fizeram uma brincadeira, Senador Jefferson Praia, uma brincadeira de dizer que começaram, parou, estão fazendo nova licitação. Essa nova licitação demora um ano, chega o inverno, e assim vai... E o povo a sofrer às margens da Transamazônica, a não escoar sua produção. A Transamazônica é uma das maiores exportadoras agrícolas do Estado do Pará! Vou repetir, o leito, às margens da Transamazônica se instalaram as produtoras, em cidades que produzem, na agricultura, o recorde de todo o Estado do Pará, que não têm como escoar os seus produtos. E o diretor do DNIT diz que tem dinheiro, e o Ibama e a Governadora não se interessam. Sinceramente, eu não acredito no diretor do DNIT.

Aí, foram perguntar: “Tu acreditas na Governadora?”. Também não. Acho que existe má vontade da Governadora. Acho que esse diretor do DNIT está brincando com o Pará. Acho que há corrupção no DNIT. Não tenho nenhum receio de dizer ao diretor do DNIT: eu acho que há corrupção no DNIT. Vou abrir a CPI do DNIT. Vou denunciar ao Ministério Público a farrá de irregularidades que existe no DNIT. E é muita! São trilhões. Hei de provar, Presidente! Hei de provar.

Para encerrar, Presidente, agradeço a sua boa vontade.

Para finalizar, Mão Santa, Senador Jefferson Praia, Senador Tuma, aqueles que estiveram à frente da luta pelos aposentados – estão à frente –, quero aqui dizer aos aposentados deste País que, agora, se acendeu mais uma luz de esperança com a palavra do Presidente da Câmara. Esse vai resolver. Esse me transmitiu seriedade, ao contrário do ex e ao contrário do Ministro da Previdência, José Pimentel.

Ministro, vamos conversar aqui nesta Câmara. Ou V. Ex^a ou alguém do seu gabinete, me escute. Se V. Ex^a não está me vendo, tenho certeza de que algum assessor está. V. Ex^a, Ministro, é um incompetente. V. Ex^a não teve competência, como Ministro da Previdência,

ao sentar com Senadores e Deputados, para fazer o que o Presidente da Câmara fez hoje: bater o martelo, dar prazo e dizer que haverá de encontrar soluções para os problemas dos aposentados. V. Ex^a deveria renunciar ao Ministério da Previdência. Vá ao Presidente Lula e diga a ele que V. Ex^a não tem competência, que V. Ex^a não tem sensibilidade. Um homem que não tem sensibilidade, um homem que não tem coração, um homem que não gosta daqueles que estão sofrendo e morrendo à míngua não deve ser executivo. Deve estar na cozinha da casa, fazendo a comida para sua família, e só. Ou, então, vai para o interior criar pinto. Ou, então, vai para o interior criar pinto.

É isso, Ministro. V. Ex^a, mesmo não querendo, haverá de se curvar para a nossa batalha e para o nosso trabalho. V. Ex^a vai ver que ainda há homens sérios que defendem classes que estão passando miséria. V. Ex^a vai ver que, apesar de todas as críticas deste País, ainda há políticos comprometidos com a sociedade. E nós haveremos de vencer essa guerra.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra, agora, o Senador Jefferson Praia, por ordem de inscrição.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão do Meio Ambiente, presidida pelo nosso ilustre colega Senador Renato Casagrande, aprovou anteontem (terça-feira) requerimento de minha autoria para realização de diligência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

O objetivo da reunião será debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata da regularização fundiária da Amazônia, e, ao mesmo tempo, colher subsídios para o seu aperfeiçoamento. Tão logo a matéria seja enviada pela Câmara dos Deputados, onde, neste momento, o Relator, o ilustre Deputado Asdrúbal Bentes, dá os últimos retoques em seu parecer, caberá ao Senado designar relator-revisor. E, como é de praxe, ele poderá incorporar “sugestões de emendas” submetidas por nós, seus colegas.

Quero aproveitar esse intervalo ouvindo as opiniões abalizadas e sistematizando as recomendações de um amplo e representativo arco do Estado e da sociedade civil, nos níveis federal e estadual, por ocasião daquela diligência.

Para o evento, que será realizado entre o final do corrente mês de março e o início de abril, meu gabinete já começou a enviar convites para uma lista de autoridades e instituições que inclui:

– os Chefes dos três Poderes e do Ministério Público do Estado do Amazonas;

– os titulares de órgãos federais lá baseados, a exemplo do Comando Militar da Amazônia, superintendências do Ministério da Agricultura, Incra, Ibama e Polícia Federal;

– o presidente do Banco da Amazônia (Basa);

– os Secretários Estaduais de Planejamento, Meio Ambiente e Produção Rural;

– os dirigentes de repartições e autarquias estaduais, entre elas os institutos de terras, de proteção ambiental e do desenvolvimento agrário, agências de fomento e de desenvolvimento sustentável;

– a comunidade acadêmico-científica: universidade federal, universidade estadual, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Embrapa, Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa;

– entidades de classe: Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

– a indispensável voz do interior do Amazonas, trazida pela Associação Amazonense de Municípios; e

– o terceiro setor, representado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), entre outros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a MP nº 458/09, entre outras providências, autoriza a transferência sem licitação de terrenos da União com até 1,5 mil hectares, na Amazônia Legal, a quem esteja em sua posse anteriormente a dezembro de 2004. Muito embora seja considerada por alguns um instrumento para o desenvolvimento da região, porque dará segurança jurídica aos investidores, é criticada por outros por “oficializar” a grilagem de terras. Seja como for, a matéria suscita muitas questões polêmicas, a exemplo da fixação da reserva legal ou dos conflitos de jurisdição entre Estados e União sobre boa parte daquelas terras.

O Amazonas se destaca no atual contexto amazônico por haver conseguido manter intactos mais de 95% da sua cobertura vegetal original. Isso graças, Senador Mão Santa – V. Ex^a, que é muito admirado entre meus irmãos do Amazonas –, ao Polo Industrial de Manaus. Daqui algum tempo, farei um convite aos Senadores e Senadoras desta Casa para que possamos fazer uma visita àquele polo e conhecer, na verdade, a nossa galinha dos ovos de ouro, Senador Romeu Tuma, que faz com que a floresta fique preservada e conservada.

Ao mesmo tempo, porém, sua população interiorana, desassistida e isolada na imensidão verde, sobrevive com grande dificuldade, carente de assistência, oportunidades e recursos que lhe permitam trabalhar, estudar, enfim, desenvolver-se, levando uma vida digna, plenamente integrada aos deveres e direitos da cidadania, sem causar devastação ao meio ambiente, nem prejuízo algum àquele imenso e diversificado patrimônio natural.

A diligência pública por mim requerida pretende ser um passo rumo à transformação dessa realidade, ao permitir o confronto entre diferentes pontos de vista e a sistematização de diversas propostas no marco do escrupuloso e simultâneo respeito às exigências da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento socioeconômico local e da legalidade – todas elas igualmente legítimas e relevantes para o futuro do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Parabéns, Senador, e cumprimento V. Ex^a por se referir à Zona Franca de Manaus. Eu conheço bem a luta pelo desenvolvimento e o que ela trouxe em benefício da população amazonense.

Com a palavra Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside esta reunião de quinta-feira 12 de março, Parlamentares presentes na Casa, brasileiros e estrangeiros que nos assistem aqui no plenário ou que estão sintonizados com o sistema de comunicação do Senado da República.

Senador Romeu Tuma, olha, John Lennon – olha o Cícero Lucena ali –, dos *The Beatles*, da nossa geração, ele disse o seguinte: a vida é o que acontece quando nós trabalhamos para realizar um plano, um sonho. Senador Jefferson Praia, a vida é isso. Olha, o que os nossos idosos sonharam... Senador Cícero Lucena, esses sonhos dos idosos do meu Brasil se transformaram no pior pesadelo.

Nós estamos aqui é para ensinar. Se este troço aqui não for para os Pais da Pátria, não tem sentido o Senado da República. Daí uma exigência de idade.

Senador, o nosso Presidente Luiz Inácio precisa de nós, e estamos aqui para ajudá-lo. Primeiro, quero dizer ao nosso Presidente que ele não é o Governo. Ele não é mais o Governo, ele é o Presidente. Teve

60 milhões de votos, mas não é mais aquele governo *L'État c'est moi*. Acabou, Luiz Inácio! O Governo somos nós. Por isso que estamos aqui. Ele é O Presidente da República. Acabou na história do mundo. Foi o povo que acabou e construiu isso. Antigamente, o Governo era o rei, que era como Deus na Terra. Ele era absoluto. O absolutismo. Chegou um deles... Ainda bem que o Luiz Inácio não fala francês, porque chegou um deles e disse: *L'État c'est moi* (O Estado sou eu). Não foi assim, Senador Cícero? Não é mais. O povo, insatisfeito, foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Com esse grito caíram os reis. Senador Jefferson Praia, isso levou cem anos para chegar aqui, mas caíram. E o povo, pela inteligência privilegiada do jurista Montesquieu, a primeira coisa foi dividir o poder. Então, não é mais assim, Luiz Inácio. O Governo, então, foi dividido em três Poderes. Um é o de Vossa Excelência: o Poder Executivo. É seu, é de Vossa Excelência. Vossa Excelência é o nosso Presidente, Luiz Inácio, mas o Governo somos nós.

E a democracia é uma coisa do povo. Ô Tuma! E nós, Luiz Inácio, somos filhos, como V. Ex^a, do voto do povo. Nós somos filhos da democracia. Aliás, baixe a bola, Luiz Inácio. Aqui tem mais voto do que Vossa Excelência.

Quantos votos V. Ex^a teve, Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quase oito milhões.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quase oito milhões. Se nós somarmos aqui, Luiz Inácio, dá mais de oitenta milhões. Eu já fiz isso. Então, essa é a verdade.

Então, são três poderes, que devem ter igualdade. Um freando o outro. Aí é que há democracia. E, agora, em nome desse poder, nascido do povo, posso e digo, como no nascedouro da república democrática aprimorada da Roma, representativa, um Senador dizia, Cícero, ele falava assim: o Senado e o povo de Roma. Nós podemos falar. Eu posso, Luiz Inácio: o Senado e o povo do Brasil, que aqui nós falamos por ele. Quer dizer que queremos acabar com uma nódoa e uma vergonha da nossa democracia. Isso tudo existe porque tem outro Poder a que nos curvamos. É o Poder Judiciário. Tem falhas e muitas, mas ele é divino. Foi Deus que chamou o líder Moisés: “E toma as leis”. Foi o Filho de Deus que foi às montanha e bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Ele é divino, mas é feito por homens. E como erram.. Temos de freá-los, eles nos freiam, eles nos freiam. É nisso que consiste a democracia. Agora, Luiz Inácio, quer queira ou não, o Senado da República lhe dá esse freio, a verdade. Nós demos, nós enterramos aquele imposto nº 76, a CPMF, que escorchava o povo exaurido do

Brasil. Nós lhe demos um freio, bem recente, quando dissemos que esta Casa não podia ser do PT. Não por ódio, não o temos, mas temos competência. Ô Cícero, olha para cá. Não foi por ódio. Foi porque um poder é do PT: o Judiciário. Não estou culpando ninguém, ô Cícero. A Constituinte – V. Ex^a foi constituinte, Romeu Tuma – foi boa. Quem sou eu para criticar aqui Mário Covas, Ulysses, Afonso Arinos, os que fizeram a constituinte? E elas atenderam o povo. O povo brasileiro é presidencialista. Por duas vezes, se fez plebiscito: João Goulart e o último, recente, não é, Jefferson Praia? Então, o povo... Ah, os constituintes deram um poder que não existe no mundo democrático para o Presidente, a bel-prazer, indicar os membros da Corte Suprema. Não existe.

Mas eles não erraram, porque eles deram para quatro anos. De repente, o Presidente passa oito. Luiz Inácio já indicou sete, dois vão se aposentar, nove de onze, alguns com carteirinha do Partido dos Trabalhadores há vinte anos. Então, está muito desigual. Se nós deixássemos o PT assumir aqui, seria voltar, Cícero Lucena, ao Mussolini, ao fascismo, à Itália. Aqui, não. Nós fomos e dividimos esse poder. Está na mão do PMDB. E esta Casa, que já salvou o Brasil muitas vezes, todo mundo sabe que aqui mesmo é o ápice. Ô Cícero Lucena, você é muito jovem, mas você se lembra de Getúlio.

Foi aqui que Afonso Arinos, o Senador, bradou: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o mar de lama?” Porque a comunicação dizia que tudo estava bem. E Getúlio ouviu a voz do Senador, reconheceu e saiu da vida, para entrar para a história.

Mas foi aqui, foi aqui que assumiu o Café Filho. Adoeceu o Presidente da Câmara, Carlos Luz, que quis impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Lembra? Mas foi o Senado, o Presidente do Congresso, Nereu Ramos, Lott militarmente, ele politicamente, lá de Santa Catarina, que garantiu a democracia, e Juscelino tomou posse. É esse equilíbrio.

Então, esta Casa fez justiça aos nossos velhos aposentados. Projetos de lei de um do Partido dos Trabalhadores, Paim. Tem muita gente boa. O Flávio Arns está ali. São trigos do partido, embora tenha muito mais joio no Partido dos Trabalhadores. Mas está ali o Flávio Arns.

Eu fui o relator – Comissão de Economia, Comissão de Justiça, Plenário... O Senado aprovou. Está lá na Câmara. Augusto Botelho também é do Partido dos Trabalhadores. Só está aqui o trigo. O Paim acabou de falar.

E, hoje, tivemos o prazer – estava lá, desde as eleições – de resgatar aquilo que não tem, aquilo que é

imoral. E quero dizer, pessoas que sonharam com uma aposentadoria com a sua velhinha, com a sua esposa, que trabalharam dez, vinte, trinta, quarenta anos, descontaram, pagaram o Governo, para ter uma aposentadoria de dez salários mínimos, mas estão recebendo cinco. Sonharam, pagaram, se sacrificaram – está aí essa extraordinária figura, o nosso Paulo Duque – para ter cinco salários mínimos, mas recebem dois.

Flávio Arns, e o Governo aí maltratando para acabar com a previdência do Governo para irmos para a previdência privada. Trago aqui a imoralidade. Cícero Lucena, se o Governo está enganando, está garfando, está roubando mesmo os aposentados... É um direito. Foi um contrato. Pagaram. Houve um contrato e não vamos para esse negócio de privada, não, Flávio Arns. Está aqui.

Flávio Arns, eu fiz a Aplub, que é um instituto privado. Está aqui. Augusto Botelho, foram nos procurar. Pagaríamos 25 anos. Gosto dessa porque não é aquela, que tem um seguro que a gente morre e a viúva é que fica com o dinheiro. Não. Eu digo que eu quero em vida ficar com esse dinheiro para usufruir com a minha Adalgisinha.

Trabalhei 25 anos. Ô, Romeu Tuma, uma Aplub... Eu fui buscar agora para mostrar. Eu não recebo porque, como médico, posso dizer que isso dá úlcera: perfura, e a gente morre de raiva.

Eu nem sei.... Eu fui ali buscar... Olha a vergonha o que estão fazendo! Cinco salários mínimos... Estou formado há 42 anos e passei 25 anos pagando... Para receber cinco salários mínimos! Oh Deus, oh Deus, se eu não fosse Senador, estava era lascado! Sabe quanto eu recebo, Romeu Tuma? Cadê essa Polícia Federal? Ela era boa quando você estava lá.

A Aplub está aqui! Eu fiz uma correspondência – em 25 de abril de 2008 – para poder mostrar: o valor a ser creditado – no último mês de abril de 2008 – será de R\$161,40.

Luiz Inácio, Luiz Inácio, Luiz Inácio! Padre Antônio Vieira disse que o bem vinha acompanhado de um mal. Se o Governo dá o exemplo de garfar, dá o exemplo de tirar o dinheiro dos aposentados, como é que as privadas não vão fazer?

Está aqui, Luiz Inácio! O mal é acompanhado de outro bem! Flávio Arns, brasileiros e brasileiras, não dá certo esse negócio de previdência privada.

É a Aplub do Rio Grande do Sul, uma instituição de picaretas. Está aqui: *“Recebo R\$161,40; paguei 25 anos para ter uma aposentadoria privada de cinco salários mínimos”*. Este é o Brasil, Romeu Tuma, da injustiça. Para mim, Deus foi bom, e eu estou aqui, não tenho do que reclamar. Mas quantos estão nessa situação?

Então, hoje nós fomos ao Exm^o Sr. Deputado Michel Temer para lhe pedir que ajudasse a Câmara a resgatar seu bom conceito e afastar o estigma que carregam. Luiz Inácio foi Deputado Federal. Ele disse que ali havia trezentos picaretas – hoje tem um samba aí, não é? Não tem um samba? Então, essa é a oportunidade de a Câmara Federal se limpar, resgatando aquilo que é direito dos nossos velhinhos.

Romeu Tuma, V. Ex^a para mim... Hoje, eu tive a satisfação de ver o filho de V. Ex^a na Comissão. Eu quero lhe dizer que árvore boa dá bons frutos. V. Ex^a é um dos homens de mais virtudes neste País, tanto é que V. Ex^a é o Corregedor desta Casa e nunca encontraram um castelo seu.

V. Ex^a tem a felicidade da esposa, da família e tal.

Mas eu quero dizer, então, que os nossos velhinhos... Eu conheci um, e vou usar sua história como exemplo. Só um quadro vale... Sensibilizou o Michel Temer, meu presidente do partido – votei por ele.

E fomos acompanhados de Mário Couto, Geraldo Mesquita, José Nery, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e dos Deputados Cleber Verde, Cida Diogo, Tarcísio Perondi, Nilmar Ruiz, Miro Teixeira, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, dos membros Silberto Raimundo da Silva, do Vice-Presidente e futuro Presidente; do Nelson de Miranda Osório, Diretor-Financeiro, do Marcelo, assessor parlamentar, e do Eunício, Deputado Federal do PTB.

Eu contei a história de um homem que, para mim, era como V. Ex^a. Eu, quando cheguei à minha cidade, Augusto Botelho, fui convidado a entrar no Rotary Clube – o Rotary é um clube de serviço: “Mais se beneficia quem melhor serve; dê de si antes de pensar em si”. É companheirismo. Aquele que nos convida, Romeu Tuma, chamamos de padrinho.

Eu cheguei novo médico, em 69 – pós-graduado, viu, Augusto Botelho? Aí, ficou padrinho, meu padrinho. Aí, eu fui Governador e era: “Meu padrinho”.

Olha, Romeu Tuma, deixe-me compará-lo com V. Ex^a, que é um homem bom, puro e digno. Esse meu padrinho era assim como V. Ex^a, foi Presidente de Sesi e tal.

Chocou-se a nossa cidade. Eu fui ao Rotary Clube fazer uma homenagem. Disse que tinha certeza de que aquele homem estava no céu. Ele se suicidou, Flávio Arns. Ele! E eu digo que Deus, Deus, Deus, Pai bom, não ia julgar por um ato, um instante, um minuto tresloucado, mas por uma vida. E eu tinha certeza da vida do meu padrinho. Mas por que ele se suicidou, Romeu Tuma?

É Zilda a sua esposa. A minha é Adalgisinha. Imagine... Só a comparação... Deus me livre! Deus foi

tão bom para nós... Pois a esposa desse homem, que foi grande, que planejou, que exerceu altas atividades, presidente dessas Fecomércio, a esposa no hospital, Cícero, sessenta anos a esposa, e ele não podia pagar a conta porque era um desses aposentados.

Então, isso, Luiz Inácio, é que eu conto: que há muitos velhinhos e nossos idosos que estão aí. Eles são honrados, são dignos, fizeram compromisso, so-nharam e, de repente, o Governo não cumpre.

Então, nós queremos dar essa esperança aos nossos aposentados. Hoje, sim, o Presidente da Câmara Michel Temer nos recebeu e se comprometeu, logo que se desembarace de umas medidas provisórias, março, abril, a colocar em pauta essas medidas na Câmara Federal. Aí, sim, o povo brasileiro vai esquecer aquela frase de Luiz Inácio: casa de 300 picaretas. Aí o povo brasileiro ficará agradecido por afastarem essa nódoa da nossa sociedade. Não existe, no mundo, fator de redução de aposentadoria, só aqui.

Essas são as nossas palavras de agradecimento. E é como diz o livro *O Velho e o Mar*: é a maior estupidez perdemos a esperança. Então, nós não vamos ser estúpidos. Nós temos certeza de que a Câmara Federal... E quis Deus que estivesse adentrando o plenário o Presidente Sarney – esse que deveria ser o Riche-lieu de Luiz Inácio. Está aí o Presidente Sarney, que, durante todo o seu Governo, pagou os aposentados. A sua mãe, que hoje é Santa Kyola, disse: “Sarney não deixe que persigam os velhinhos”. Deus escreve certo por linhas tortas, trouxe a presença do Presidente Sarney para dar coragem ao nosso povo.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

Como temos alguns minutos antes de começarmos a Ordem do Dia, eu concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, será que, antes – já conversei com o Senador Romeu Tuma –, eu poderia fazer uma questão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com muita satisfação. Tem V. Ex^a a palavra, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me V. Ex^a, mas eu realmente havia até combinado com o Senador

Romeu Tuma. É no sentido de requerer, Sr. Presidente, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste voto de louvor à Pontifícia Universidade Católica do Paraná por ocasião do seu quinquagésimo aniversário a comemorar-se neste sábado, PUC Paraná, no dia 14 de março de 2009.

Lembro – e o Senador Romeu Tuma sabe disso – que a PUC é a maior instituição de ensino privado do Estado do Paraná. É uma instituição de ensino superior que conquistou, através do trabalho sério e dedicado em benefício do ensino superior brasileiro, o merecido reconhecimento por parte da sociedade paranaense, figurando entre as melhores universidades do País.

A PUC Paraná oferece 62 cursos de graduação, 21 programas de pós-graduação *stricto sensu* e mais de 150 cursos de pós-graduação *lato sensu*, distribuídos em seus cinco *campi*. A PUC Paraná mantém convênio com sessenta instituições de ensino superior em treze países, sendo que 80% dos seus docentes são mestres e doutores. Tendo como missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura, a partir de princípios éticos cristãos e maristas, e promover a formação integral e permanente dos cidadãos e profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade, a PUC Paraná serve de exemplo e de modelo de valorização universitária para todas as universidades brasileiras.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando esse requerimento, para que o Senado Federal também possa externar a esta bela instituição brasileira, no caso, a paranaense, a PUC Paraná, que está festejando cinquenta anos de existência a favor do Paraná e do Brasil, votos de congratulações pela data. A PUC Paraná celebrará 50 anos no próximo sábado, 14 de março.

Entrego à Mesa o requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Romeu Tuma, sempre solidário, amigo da área e uma pessoa totalmente preocupada com os valores éticos e sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Conforme tive oportunidade de comunicar, após a minha eleição, nós começaremos a Ordem do Dia na hora prevista pelo Regimento, às quatro horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Estou já pedindo a todos os Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário.

Item 1:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 1, DE 2009***(Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).*

Relator revisor: Senador

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-2-09)

Prazo final prorrogado: 26-4-09

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, que é o Relator revisor da matéria.

Mais uma vez, peço aos Senadores que compareçam ao plenário, porque vamos ter votação da Ordem do Dia. Embora não tenha nenhuma votação nominal, a presença dos Srs. Senadores é importante para a discussão das diversas matérias.

Com a palavra o Senador...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, em nome do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB se posiciona que não há acordo para votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Estou recebendo essa comunicação neste momento, porque, ontem, a Mesa tinha entendido que, em relação a esse assunto, já havia acordo, mas V. Ex^a acaba de comunicar... Evidentemente, vamos ouvir o relatório. Como é clara a ausência de número no plenário, nós não submeteremos a matéria à votação, mas vamos ouvir o relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PR – RR) – Sr. Presidente, estamos fazendo apenas uma alteração...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com perdão a V. Ex^a, quero esclarecer ao Senador Lucena que, ontem, houve um pedido de 24 horas de adiamento dessa matéria. Por isso, nós a estamos submetendo hoje à votação.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sei, Presidente. O pedido de 24 horas foi exatamente na tentativa de se firmar o acordo. Como até o presente não foi feito, por isso fiz o registro, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Perfeitamente. Apenas vamos ouvir o relatório para deixar a matéria em condições de votação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PR – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a é o árbitro. Como não temos a presença no plenário de muitos Senadores e em face do adiamento pedido pelo PSDB, talvez fosse melhor que V. Ex^a lesse seu relatório com o ponto de vista já com a presença daqueles que votarão a matéria. Mas V. Ex^a é o árbitro.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Eu aguardo, Sr. Presidente. Vamos aguardar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Então, adiamos para terça-feira o projeto de lei de conversão.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 1, DE 2009***(Proveniente da Medida Provisória
nº 447, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).*

Relator revisor: Senador

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-2-09)

Prazo final prorrogado: 26-4-09

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do parágrafo único do
art. 353 do Regimento Interno.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc* Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc** Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc** Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

17

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº

2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

Pareceres sob nºs 495, de 2004, e 488, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004): ratificando seu parecer anterior.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presi-

dente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc* Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora *ad hoc* Senadora Ideli Salvatti.

29

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro. Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

30

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc* Senador Virgínio de Carvalho.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº

1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à imple-

mentação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nada mais havendo na Ordem do Dia, vamos voltar à lista de oradores inscritos, concedendo a palavra ao ilustre Senador Romeu Tuma, do Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente

Sarney, vou ser rápido e agradecer a V. Ex^a o fato de conceder-me a palavra como inscrito.

Venho a esta tribuna, Presidente Sarney, porque, hoje pela manhã, ouvi três ex-Chefes de Estado e de Governo sul-americanos que participaram de uma comissão especial sobre os danos causados pelas drogas. Uma das propostas é a descriminalização da maconha. Assusto-me um pouco com essa decisão, que não é apenas orientadora, porque já fui Relator da nova lei antidrogas, em que usuário tem direito a um tratamento, não havendo especificamente o desejo de mantê-lo preso.

Mas a descriminalização trará experiências, como na Holanda e em outros países que hoje estão revendo o seu procedimento de facilitação da venda de drogas. Por quê? Porque o Brasil poderá se tornar um entreposto da venda de maconha ou de outros produtos.

A maconha – se conversarmos com qualquer médico, o Dr. Augusto Botelho está aqui, o Dr. Mão Santa e outros sabem – é uma droga que causa desgaste ao intelecto, à dignidade da pessoa, e às vezes a transforma em criminoso que chega a sacrificar pai, mãe e irmãos para conseguir dinheiro para comprar as drogas. E ela é porta de entrada para drogas mais pesadas.

Lembro quando V. Ex^a, Presidente da República, pediu a uma grande atriz, cujo nome não vou citar aqui, que me procurasse para uma campanha contra o uso de drogas, para convencer os jovens de que a droga faz mal e pode prejudicar o futuro de qualquer cidadão. Nós conversamos a respeito, ela tinha conseguido muito sucesso, e chegamos à conclusão de que a experiência dela provavelmente poderia ser negativa, Senador. Por quê? Porque ela, usuária de drogas, conseguiu sucesso, conseguiu se afastar das drogas – por uma série de problemas de ordem pessoal e familiar – e poderia estimular alguém que quisesse o sucesso dela a usar droga porque acharia que poderia, no meio do caminho, largá-las.

E com outros programas V. Ex^a nos facilitou o trabalho na direção da Polícia Federal, sempre estimulando, dando meios na luta contra o tráfico de drogas, principalmente, e a conscientização do cidadão contra o uso delas.

É claro que temos que ter uma política de recuperação e de prevenção contra o uso, mas o tráfico e o plantio trazem consequências graves para o País, para os cidadãos. Estou dizendo isso porque houve duas coisas conflitantes hoje pelos programas de televisão, no noticiário.

V. Ex^a sabe o que é o Rio de Janeiro e o que tem passado com as drogas. Uma é essa possibilidade de descriminalizar o uso de uma droga que, do ponto

de vista de algumas pessoas, é leve; mas é a chave para a entrada em drogas mais pesadas: quando o organismo se acostuma ao uso, não há mais efeito, passa-se para uma droga mais pesada. A outra é a operação da Polícia Federal no maior aeroporto do Brasil. Em Cumbica, uma estrutura criminosa se formou, composta de policiais, traficantes, funcionários da Receita e funcionários do aeroporto: por nove mil reais, conseguiram-se embarcar para a Europa, pelo comando de dois nigerianos, drogas que chegam sem nenhuma possibilidade de serem identificadas.

Como houve uma estrutura de inteligência da Polícia Federal harmonizada com polícias de outros países, começou a se alcançar, sem dúvida nenhuma, a desestruturação dessa quadrilha com várias prisões, além da apreensão de grandes quantidades de drogas.

Está aqui o Magno Malta, com quem temos lutado na CPI da Pedofilia, que foi também Presidente da CPI do Narcotráfico, e sabe o que representa o uso da droga.

Sei que às vezes as pessoas têm uma proposta e acham que com isso diminuirá a corrupção na área. Mas não podemos nos dar por vencidos numa luta contra a corrupção. Há vários meios de comandar e lutar contra a corrupção. Porque, se nos acovardarmos a cada vez que houver um sucesso do crime organizado e tentarmos minimizar acabando com o crime na legislação, no ordenamento jurídico, estaremos perdendo a guerra.

Pois não, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a traz à tribuna e à discussão um dos temas mais importantes para a vida da Nação hoje. Tenho dito que candidato a Presidente da República hoje que não tiver coragem de discutir de frente e de forma aberta e clara a segurança do cidadão brasileiro, o enfrentamento às drogas e ao discurso fácil do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de liberação de droga (que parece que não conhece o Brasil, não conhece nossas fronteiras, não sabe de quem somos vizinhos), para avaliar um pouco que não temos condição nenhuma de tomar esse posicionamento, para não fazer do nosso País um paraíso de contraventores, as drogas e o abuso de crianças... Aliás, o abuso de crianças!... Hoje, V. Ex^a sabe, para informar, Senador Crivella, hoje tem mais gente usando criança no Brasil do que usando droga. Estamos diante de dois dos mais violentos e mais nefastos crimes da Nação brasileira. E V. Ex^a tem razão: há que se ter coragem, há que se ter sensibilidade para enfrentar a nocividade do crime do tráfico de drogas e do abuso de drogas. E, quando se fala em corrupção – a mídia vendeu isso para a socie-

dade brasileira –, imagina-se só a corrupção em meios políticos. Os cidadãos que facilitam o tráfico de drogas pelos aeroportos e que se vendem para ter dinheiro fácil, numa corrente de corrupção das mais engendradas e mais inteligentes possíveis, são cidadãos comuns. E não podemos perder a guerra (exatamente no endurecimento) com uma legislação que é nosso papel fazer. Estamos aqui para legislar, trazer consciência e fortalecimento da nossa polícia. V. Ex^a fala, quando a Polícia Federal agiu, conjuntamente com outros países, com a Receita, e vai se juntando e fazendo uma força-tarefa num país que tem quase 200 milhões de pessoas igual ao Brasil. Temos um número ínfimo de policiais federais no Brasil diante da demanda. A Argentina tem 32 milhões de pessoas e tem 48 mil homens na Polícia Federal. Não temos nem metade disso. E o crime de pedofilia e o narcotráfico. Aproveito para registrar aqui que, a partir de quarta-feira, dia 18, às 9 horas da manhã, iniciaremos nossas oitavas em Catanduva, São Paulo, com essa operação que envolveu o Gaerco e a CPI, que agora baliza mais claramente a situação da rede, porque as prisões (para informar a V. Ex^a e ao Presidente da Casa), as ramificações já estão em Porto Velho. E realmente há uma quadrilha, existe de fato uma rede de pedofilia naquele lugar. De maneira que o parabênzo. V. Ex^a traz à baila um assunto que conhece, um delegado conhecido, respeitado pela história de enfrentamento ao crime no Brasil. Portanto, todos temos que nos curvar a isso e tão-somente fazer coro com aquilo que V. Ex^a fala.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado, Senador Magno Malta. Vou incorporar ao meu discurso o pronunciamento de V. Ex^a. Eu queria cumprimentá-lo pela orientação de buscar a rede de pedofilia, que hoje se espalha pelo Brasil e é um crime internacional, como falei a V. Ex^a. Interestadual, nem se discute. É internacional, porque a Espanha já entrou em contato, os Estados Unidos já prenderam gente.

Então, com esse mecanismo de interligação que tem sido conseguido pela direção da CPI, nós, sem dúvida nenhuma, alcançaremos uma vitória que trará uma tranquilidade maior às mães de família e às crianças que estão sendo lesionadas física e moralmente por esses criminosos inescrupulosos.

Eu queria também cumprimentar a Polícia Federal por duas outras operações, Senadores Crivella e Mão Santa. Uma diz respeito a milhões de pássaros. Há um ano, a Polícia Federal vem acompanhando. Ontem, estive com o Diretor-Geral da Polícia Federal, que relatou essas três operações. Com sucesso, a Polícia Federal está conseguindo vencer a criminalidade: tráfico de animais e aves de forma inexplicável e terrível, até animais e aves da lista de extinção, que

hoje já estão sendo recuperados com a prisão daqueles que comandam. E também de madeira ilegal que foi para a Europa. Foram localizadas em um país da Europa milhares de toneladas que eram distribuídas por outros países. A Polícia Federal, com a polícia internacional, conseguiu identificar e vem desbaratando essas quadrilhas.

Ouçõ o aparte do Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Romeu Tuma, apenas para trazer a minha contribuição às questões que V. Ex^a aborda, principalmente a das drogas, que é um câncer, e a da pedofilia, outro câncer. Temos aqui o nosso Senador Magno Malta com um trabalho, junto com V. Ex^a, muito grande. O povo brasileiro está percebendo isso. A contribuição que faço é voltada muito ao meu Estado, ao Estado do Amazonas e à Amazônia como um todo. Ou nós trabalhamos políticas públicas voltadas ao interesse da população, no caso da Amazônia, aos jovens da Amazônia, que hoje estão lá sem oportunidades de trabalho, de emprego, sem capacitação nem qualificação profissional, sem condições de contribuir de forma profícua à economia do nosso Estado e, conseqüentemente, à economia do Brasil. A minha preocupação em relação à Amazônia e ao meu Estado (porque o Estado do Amazonas já é hoje um corredor das drogas, infelizmente) é que não possamos conter, quando houver o plantio de drogas no nosso Estado. Portanto, tenho me voltado para ver como posso contribuir aqui no Senado, fazendo sugestões... Inclusive temos feito observação também ao Governo do Estado, que faz a sua parte e precisa intensificá-la no sentido de proporcionar melhores condições de vida à nossa gente. Vamos continuar na luta para combater as drogas no Brasil. E também há este outro câncer – e V. Ex^as estão à frente, Senador Tuma e Senador Magno Malta – que é a pedofilia no nosso País. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador Jefferson, eu queria agradecer, e também, tristemente, informá-lo de que, quando na Polícia Federal, várias operações fizemos na Amazônia, principalmente na região da Cabeça do Cachorro, com o apoio da Aeronáutica e do Exército para a erradicação do epadu, que é a coca brasileira, plantada por algumas comunidades indígenas.

Estive com o Dr. Mauro Sposito, nesta semana, e conversamos sobre a operação de fronteira, que diminuiu praticamente mais de 50 a 60% do efetivo da Polícia Federal naquela região. E descobriram plantio de cocaína...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – ...mesmo em comunidades indígenas. Isso traz uma preocupação muito grande, porque nós estamos na fronteira, como disse o Magno Malta, com países vizinhos que exploram, terrivelmente, o comércio – não é para uso, consumo interno – de exportação numa organização criminosa comercial perfeita.

Então, acho que essa é uma luta intensa e, quanto mais facilitarmos, mais vamos sofrer as consequências, que vão passar para os nossos filhos e nossos netos.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância e peço desculpas pelo abuso do tempo.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. José Sarney, Presidência, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta, do Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que na próxima quarta-feira, atendendo ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Geraldo Mesquita, que pertencem ao Parlamento e não poderão estar no começo da semana, nós iniciaremos as oitivas em Catanduva. Chegaremos no dia 17, à noite, e na quarta-feira, dia 18... Já temos um quórum qualificado em função da operação conjunta que aconteceu ontem do Gaerco, de São Paulo, com a CPI da Pedofilia. Identificações foram feitas. É absolutamente nefasta, dolorida, essa rede de predadores, de abusadores de crianças, levando famílias ao caos emocional, moral, psicológico, Senador Marcelo Crivella.

Milhões de crianças de cinco anos de idade, crianças de três anos de idade, de um ano de idade, crianças de oito anos de idade, de sete, com doença venérea; criança com o clitóris cortado lá, por essa rede. Uma coisa degradante. É a própria degradação da humanidade.

Por isso que há uma convergência nacional, e não somente do Parlamento, com relação a essa CPI. E nós iremos muito mais longe no poder investigatório. Falava o Senador Tuma sobre o enfrentamento corajoso que temos que fazer do crime. Nós estamos terminando para trazer à votação, nesta Casa, o projeto de criação do tipo penal no Código Penal Brasileiro, Senador Marcelo Crivella, para entregar à Nação brasileira. Assim, qualquer abuso de criança, de zero a quatorze anos, importará em trinta anos de reclusão,

sem progressão de regime e rastreamento eletrônico até a morte.

É até uma maneira de proteger a vida deles, porque as pessoas vão matá-los nas ruas. A sociedade brasileira acordou. A sociedade brasileira não quer mais conviver com isso. Os crimes aparecem todo dia, não porque eles foram levantados agora pela CPI; eles já existiam. É porque a sociedade acordou e ganhou a capacidade da denúncia. Ela não quer conviver, ela não quer viver, ela não quer morar ao lado de quem abusa de criança. Ela não quer conviver com predadores que mexem com a honra de crianças neste País.

Fazemos este registro, mais uma vez, parabenizando o Gaerco. Quero também parabenizar a CPI estadual do Pará e dizer que outros casos chegaram à minha mão e estou enviando para lá, de pessoas encorajadas a fazer depoimentos contra o Deputado Estadual Luiz Sefer, seis mandatos, que nós ouvimos. É um médico bem-sucedido, rico, mas infelizmente pesa sobre ele denúncias absolutamente terríveis.

Quero dizer ao Presidente da CPI local que não se esmoreça, não se atemorize com qualquer tipo de pressão. Há que se entender que essa causa é tão nobre que vale até a pena morrer por ela.

De maneira que é a causa da vida, é a causa das crianças, é a causa da família.

Dizia eu, Sr. Presidente, que qualquer candidato a Presidente da República... O entendimento está claro para todos. Os fundamentos da economia brasileira existem. Ninguém vai ter que inventar fundamento. Existem. Por isso, porque temos fundamentos da economia, a crise ainda não nos pegou de frente.

Quanto à inclusão social, o Presidente Lula a tem alavancado com muita força, e o próximo Presidente tem que dar continuidade a esse trabalho e fazer um pouco mais. Então, não tem muita novidade do que se falar. A novidade é que precisamos ter um candidato a Presidente da República que fale de segurança pública, que conheça as nossas fronteiras, que conheça o sofrimento dos que vivem nas ruas e convivem com balas perdidas, que fale da falta de limite de segurança pública no País, do enfrentamento do uso e do abuso das drogas e, o pior, do abuso de criança neste País.

Quero fazer uma visita, e a CPI a fará – registramos isso hoje e vamos votar –, ao Ministro Nelson Jobim e ao Presidente da República para levar a proposta de que o Sivam cubra o Marajó. Infelizmente, o Marajó, Senador Crivella, não tem cobertura do Sivam, e as nossas crianças são levadas para a Guiana Francesa para serem abusadas. São levadas para a Guiana Francesa, para o Suriname. São levadas para abuso, para tráfico de órgãos. Crianças saem daqui com promessa de adoção, mas saem como carro ve-

lho: prontas para o desmanche, para serem desmanchadas lá fora ou para serem entregues a pedófilos. Que o Sivam cubra! Estamos propondo isso ao Presidente da República.

Quero dizer ao Senador da Amazônia que, infelizmente, a sua Amazônia tem mais de duas mil pistas clandestinas para pouso de aeronave de pequeno porte, trazendo drogas e armas para matar e destruir o povo brasileiro. É preciso que tenhamos uma atenção segura com relação a isso, mas, como o meu foco é o combate à pedofilia, queria fazer esse registro.

Quero registrar, e encerro, a presença do ex-Prefeito, e acho que deveria ser o Prefeito de Iconha, no meu Estado, cidade cortada pela BR, muito querida, onde as pessoas param para comer pão com pernil, pão com linguiça, tomar cafezinho, comer pastel de carne, que é a melhor coisa do mundo, diga-se de passagem. Iconha é perto de Cachoeiro do Itapemirim. Ele está visitando esta Casa. Vem buscar os direitos... Ele enfrentou uma eleição, e seus opositores fizeram uma proposta ao povo da roça, do interior. *“Se o Poder Público não fizer a estrada de vocês [dizia o Vice-Prefeito, muito rico], eu faço com o meu dinheiro. Eu tiro o meu dinheiro do bolso e faço!”*

Bravata de rico! A lei diz que você não pode dar um cachorro-quente, quanto mais estrada de asfalto com o seu dinheiro em época de eleição. E entregou um documento assinado aos tolos da roça. E os tolos da roça registraram o documento em cartório. E virou documento.

O TRE do meu Estado cassou!

Não sei qual é a compreensão, porque não houve outra eleição na Paraíba; no Maranhão não vai haver outra eleição – o Tribunal disse que a Senadora Roseana vai assumir – e lá naquele Município foi dito que tem de haver nova eleição. Não tem que haver outra eleição! Cassou, cassou! Ganham uma liminar aqui, e tenho certeza de que o TSE, com a sensibilidade de seus Ministros, com um documento registrado dizendo de que “faço asfalto com o meu dinheiro!...”. É uma prova contundente, uma prova maciça, verdadeira! Não há como fazer um relatório, dizendo que isso não existe, que isso não é verdade, que a lei não diz isso! A lei diz isso e muito mais um pouco.

Tenho a certeza de que o Tribunal tomará uma posição de colocar as coisas em Iconha no seu devido lugar.

Tenho o maior respeito pelo Prefeito atual de Iconha, que é um ex-Prefeito. Eu o respeito e respeito a família dele. O mesmo não posso dizer do Vice-Prefeito. Tenho respeito por ele, mas foi cometido um crime eleitoral, e justiça tem de ser feita em todos os âmbitos. Tiraram o Governador da Paraíba, tiraram o Governador

dor do Maranhão, outros foram cassados. É assim que tem de acontecer em Iconha, no meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Cícero Lucena, que está como orador inscrito, e registramos a sensibilidade do Senador Marcelo Crivella, que tinha prioridade como Líder do seu Partido.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella e a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Senador Romeu Tuma saiu e não me foi possível fazer o aparte. Mas, a Polícia Federal no meu Estado – entre outras atribuições – acaba de concluir um inquérito no período eleitoral, em que o candidato à Prefeitura Municipal de João Pessoa, nos últimos quinze dias que antecederam a eleição, enterrou no aterro sanitário da cidade mais de oito toneladas de feijão, na madrugada, às escondidas, na calada da noite, porque foi identificado, foi flagrado o transporte desse feijão. A Polícia Federal foi acionada. Esse feijão foi apreendido, embora de manhã grande parte dele já tivesse sido encoberto. Mas foi localizado, e eu espero que os responsáveis sejam devidamente punidos com, inclusive, atuante investigação da Polícia Federal.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos acompanhando com muita preocupação os efeitos dessa crise na economia mundial, em especial, na economia brasileira, que foi alcançada de forma tão violenta.

Vários Senadores, Presidente Mão Santa, vêm abordando esse tema nas últimas semanas, mas, a cada dia, novas informações vão surgindo, deixando bastante evidentes as dificuldades que a economia brasileira ainda vai enfrentar, o que acaba nos obrigando a retomar o assunto com frequência.

Assim, quero iniciar este pronunciamento destacando a notícia de que a economia brasileira registrou, no quarto trimestre no ano passado, uma queda de 3,6% em relação ao terceiro trimestre, o que representa o maior recuo da série histórica do PIB, iniciada em 1996 pelo IBGE.

A principal responsável pelo péssimo resultado do PIB no quarto trimestre do ano passado foi a indústria, que apresentou recuo de 7,4%, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Ainda nesta comparação, a agropecuária e serviços também recuaram, respectivamente, 0,5% e 0,4%.

Pelo lado da demanda, a formação bruta de capital fixo apresentou a maior queda do período: -9,8%. Esta foi a maior diminuição de um trimestre para o seguinte

do indicador que representa o volume de investimentos na série do IBGE.

Além disso, outro destaque negativo foi o pífio desempenho industrial em janeiro. Os números divulgados pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, mostram que o faturamento real do setor registrou queda recorde em janeiro, com uma redução de 4,3% em relação a dezembro – já dessazonalizado – e de inéditos 13,4% em comparação ao mesmo mês do ano passado. Foi a primeira vez que a entidade registrou uma diminuição de dois dígitos desde que pesquisa começou a ser feita em 2003.

E a desaceleração atingiu também o emprego. O número de pessoas ocupadas no segmento industrial caiu 0,1%, em comparação com janeiro de 2008, aumentando a ociosidade dos parques industriais brasileiros. Dos 19 setores pesquisados pela CNI, 17 reduziram a utilização da capacidade instalada.

As más notícias, no entanto, não se restringem apenas à queda do PIB e à queda na produção industrial. Somam-se a essas notícias aquelas que já foram aqui tão destacadas por outros Senadores: deterioração das finanças públicas, com um superávit primário que representa 6,53% do PIB, em janeiro de 2007, e 8,2%, em janeiro de 2008, caindo para 2,14% no primeiro mês deste ano.

Aumento das despesas nominais, Sr. Presidente, de 31,6%, em janeiro de 2009, em relação ao mesmo período de 2008.

Queda de 17,2% na produção industrial em janeiro, em relação ao mês equivalente no ano passado. Em comparação, a produção se reduziu em 26 dos 27 setores industriais estudados pelo IBGE e afetou 75% dos 755 produtos pesquisados.

Em termos reais, os gastos aumentaram 15,9%, no mês de janeiro, com destaque para as despesas com pessoal (23,1%), seguro-desemprego (24,2%) e custeio (26%).

O comércio exterior também foi afetado. No ano, até a primeira semana de março, as exportações brasileiras acumularam US\$22,052 bilhões, desempenho 21,3% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. As importações totalizaram, no mesmo período, pouco mais de US\$20 bilhões, valor 22% inferior que o verificado no mesmo período do ano passado.

A arrecadação federal desabou no primeiro bimestre, caindo 12,2% contra igual período no ano anterior, com uma frustração, Senador Crivella, de R\$11 bilhões em apenas dois meses em relação ao que se esperava do Orçamento. O IPI, condicionado pelo ritmo da atividade industrial, diminuiu 21,6%.

Inclusive, quero-me alongar um pouco neste ponto, pois aí os efeitos são sentidos diretamente pelos Municípios e Estados brasileiros. O repasse do terceiro decênio de fevereiro do Fundo de Participação dos Municípios, referente ao volume de arrecadação do dia 10 a 20 do mês – depósito realizado na conta das Prefeituras do último dia 27 de fevereiro – confirmou a previsão da Confederação Nacional dos Municípios de que as receitas federais (notadamente o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produto Industrializados), que servem de base para o cálculo do Fundo, estão numa clara tendência de declínio.

Portanto, a crise da economia já está atingindo as transferências de recursos do Governo Federal às administrações municipais, Senador Mão Santa – o senhor que foi Prefeito sabe o que isso representa. Ao receber os depósitos, os Prefeitos constataram uma queda de 40,08% em relação aos valores do Fundo de Participação dos Municípios de dezembro – 40,08% em relação a dezembro.

Esses números servem para ilustrar o quanto essa crise é real e que já chegou às prefeituras. E mais: de acordo com técnicos do Tesouro Nacional, a previsão para março é uma queda do Fundo de Participação dos Municípios da ordem de 12%. O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski, ainda lembra que, no caso do ICMS, o efeito será mais retardado, mas também seguirá no mesmo sentido.

Tenho aqui alguns dos dados para que possamos ter uma idéia real da grandeza desse problema para os Municípios: cerca de 4.512 Municípios brasileiros têm até 30 mil habitantes. Esses Municípios dependem, fundamentalmente, quase na sua totalidade, da receita do Fundo de Participação. No mês de janeiro, a perda do Fundo de Participação dos Municípios foi de R\$153 milhões. Em fevereiro, agravou-se: foi de R\$510 milhões a perda das Prefeituras no Fundo de Participação, ou seja, a soma dos dois meses foi de R\$653 milhões.

Como ficam, então, os Municípios? Muitos Prefeitos herdaram dos antigos administradores, após a eleição, Municípios onde só houve aumento de despesa e redução de receita.

Portanto, nós estamos falando de um déficit para esses Municípios, sem descontar a inflação de mais de R\$600 milhões, ou seja, algo em torno de 7% da queda da receita desses Municípios nesses dois meses; e em alguns desses Municípios – repito – isso representa a totalidade da receita dos mesmos, acrescido de uma despesa, legítima, que é o aumento do salário mínimo.

No começo desta semana, Sr. Presidente – e aqui também se encontra presente –, recebi o Prefeito Rômulo, da cidade de Pitimbu, no litoral paraibano,...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) –...no limite com o Estado de Pernambuco, que me fez um relato dessa cruel realidade: de R\$266 mil, o crédito do Fundo de Participação, ele teve, só de INSS, retidos R\$70 mil, ou seja, 27% dessa receita. Com os outros descontos em cima dos R\$260 mil, o Prefeito só teve líquidos R\$90 mil.

Eu pergunto: como esse administrador vai pagar a folha do Município? Como vai suplementar o recurso necessário para a saúde do seu povo? Como vai pagar a diferença de salário da educação, imposta por nós, ou dos prestadores de serviços na área de saúde e de outros setores e dos serviços essenciais?

Mas, Presidente, pedindo a sua compreensão e voltando a tratar da crise em linhas mais gerais, quero destacar que, embora o Governo espere um resultado positivo para o PIB em relação ao final de 2008, os dados que hoje nos são apresentados não afastam a possibilidade de uma recessão técnica no Brasil, ou seja, dois trimestres seguidos de retração na economia na comparação com o trimestre anterior.

Infelizmente o governo continua insistindo na tese de que por aqui a crise não é relevante. O governo não se preocupa como deveria com relação a essa situação. Muito pelo contrário: em outras ocasiões, sempre se manifestou confiante ao apresentar estimativas de crescimento na ordem de 4% para este ano.

Com o passar do tempo, suas declarações foram na linha de questionar as previsões do mercado que, por vezes, apostam até em queda do PIB como, por exemplo, a Consultoria Britânica *Economist Intelligent Unit*, que prevê uma queda de 0,5% para o PIB do Brasil em 2009. Senador Crivella, falo 0,5% o crescimento do PIB previsto para 2009. Anteontem, o Ministro Guido Mantega já admitia que “*com esse resultado do quarto trimestre de 2008, ficou muito difícil atingirmos a meta de crescimento de 4% do qual eu vinha falando*”. Como disse o colunista Vinícius Torres Freire em seu blog, “*não ficou difícil, ficou praticamente impossível. Mais provável agora é a economia crescer 0,4%. Um décimo do que ‘vinha falando’ o ministro. O país entrou em 2009 já ‘devendo’ 1,5% do PIB*”. Ou seja, para que o PIB deste ano seja positivo será preciso que a economia se recupere rapidamente, o que parece pouco provável.

E o ministro ainda tratou de afastar veementemente o risco de uma recessão técnica, ou seja, quando há dois trimestres seguidos de queda do PIB.

O próprio Presidente Lula minimizou a queda do PIB brasileiro, afirmando que a queda do quarto trimestre de 2008 era esperada pela equipe econômica e avaliou que “o susto já passou” e que daqui para frente será possível dar a volta por cima.

É bom lembrar que, se considerado apenas o período de outubro a dezembro, a reviravolta sofrida pelo País foi uma das mais agudas do Planeta. Levantamento feito pela **Folha de S.Paulo** com 37 países aponta que apenas cinco, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Indonésia, Estônia, afundaram tão mais rapidamente que o Brasil na onda recessiva detonada a partir de setembro.

Infelizmente, a verdade é que o Governo Federal continua tentando negar o que é inegável, e, como não age adequadamente, está deixando a economia ir para a recessão, mesmo com esse último choque de realidade imposta ontem pelo IBGE. A rigor, o Governo não acreditou na crise e, se acreditou, enganou o povo e entrou nela sem qualquer estratégia. Um exemplo disso foram os reajustes concedidos em série para inúmeras carreiras do serviço público quando já estaria desenhada a ruptura no crédito global.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pretendo me estender ainda mais nesse pronunciamento, até por que é provável que tenha que voltar à tribuna para tratar deste mesmo assunto nos próximos dias em função das novas notícias que deverão surgir.

Ontem, por exemplo, o Comitê de Política Monetária, Copom, seguiu o que projetava o mercado e reduziu em 1,5 ponto percentual a taxa básica de juros da economia, o que pode, pelo menos em tese, aliviar um pouco as contas fiscais do Governo e, de alguma forma, dar algum fôlego para a economia. A despeito disso, o Brasil continua como uma das taxas mais altas do planeta, em termos reais. Continuamos ocupando o topo do *ranking* mundial.

Para concluir, quero destacar que o Governo precisa parar de tratar a crise como algo que não nos afetará. Acho até que poucas medidas tomadas pelo Governo Federal até agora estão na direção correta, mas são tímidas e ainda estão longe das que outros países estão tomando. Então, ainda que estejam na direção correta, são medidas pouco ousadas. Temos mais espaço para avançar.

O Governo precisa se adequar à realidade. É preciso enfrentar essa crise de frente com medidas fortes, que surtam efeitos rapidamente.

Precisamos de mudanças urgentes na estrutura tributária brasileira. É preciso partir para um verdadeiro programa de combate à crise, com cortes efetivos de gastos, aumento do crédito, combate efetivo ao desemprego e uma aceleração verdadeira no ritmo

das obras públicas e não desse PAC, que não passa de um alarde de obras que mal saíram do papel e da inauguração de pedras fundamentais, numa explícita antecipação de propaganda eleitoral.

Se me permite, Sr. Presidente, antes de encerrar, quero fazer uma proposta em forma de apelo: mande o Senhor Presidente Lula uma medida provisória, essa, sim, com urgência e relevância, para garantir às pequenas Prefeituras, que têm como receita praticamente só o FPM,...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – ... garantindo o mesmo valor do ano passado, já que o mesmo reservou bilhões para montadoras de automóveis, reduziu o IPI, para garantir emprego na produção dos carros – parte desse IPI era das prefeituras –, busca ajudar o setor da construção civil e outros setores para garantir emprego. Então, vamos garantir emprego e serviços essenciais nas pequenas cidades. Isso é uma questão de justiça.

Atenda, Presidente Lula. Não é um pedido de um Senador ou de muitos prefeitos, mas de todos os trabalhadores municipais das pequenas cidades. Será mais barato garantir esses empregos por meio da prefeitura do que pagar o seguro-desemprego, além de ser mais justo e de ser mais humano.

Quero encerrar, Sr. Presidente, citando o texto publicado...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Estou abusando da sua paciência porque aprendi com o senhor a me estender no meu discurso.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Cícero Lucena, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em um minuto, Cristo fez o Pai Nosso.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – O senhor diz isso, mas não pratica. Se o senhor me permite, vou passar a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Na verdade, todos nós aprendemos aqui um pouco com o nosso Senador Mão Santa, que, já disse a ele, é um dos Senadores por quem o povo do Amazonas tem uma grande admiração, principalmente as pessoas do interior e dos municípios que tenho visitado. Mas vou ser bem objetivo. Eu gostaria de tratar de um dos pontos que V. Ex^a coloca, que é essa tomada de decisão recente por parte do Banco Central da redução da Selic: 12,75% para 11,5%, portanto, uma redução de 1,5%. Qual o impacto? Nós temos um impacto positivo em relação à dívida pública e, por outro lado, o impacto que as pessoas esperam, nos bancos e nas lojas, não

será tão grande. Aí, Senador, a minha contribuição é dizer que nós temos que enfrentar um grande problema, na verdade, que existe na nossa economia – que é dentro desse contexto que funcionam as taxas de juros – que é uma coisa chamada *spread*, uma palavra em inglês que alguns traduzem como taxa de risco. Mas, no *spread*, está incluso o lucro dos bancos que fica em torno de 20%; as taxas de inadimplência; taxa administrativa e também, os impostos. E para a Selic, mais o *spread*, as taxas de juros ficam lá em cima. E, ao final, quando as pessoas recorrem aos bancos não entendem por que as taxas de juros são tão altas. Portanto, enfrentar essa ...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Portanto, enfrentar essa questão do *spread* é fundamental, ou seja, enfrentarmos aí tudo isso que compõe esse *spread* que faz com que as taxas de juros, no nosso País, sejam extremamente elevadas. Muito obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu que agradeço, Senador, sua contribuição. E dizer que um gesto que pode ocorrer é o próprio governo dando exemplo através dos bancos públicos, estabelecendo uma redução do seu *spread* e, conseqüentemente, provocando que a lei de mercado estabeleça o mesmo para os bancos da iniciativa privada.

E quanto ao reconhecimento do Amazonas ao Senador Mão Santa, se nós, desta Casa, criássemos a figura do Senador eleito pelo País, com certeza, o Senador Mão Santa seria o mais votado pela sua popularidade em todo o País, inclusive, na minha querida Paraíba.

Mas, Sr. Presidente, agora, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB-PI) – Com essa daí, você ganha mais dez minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador. (*Risos.*)

Sr. Presidente, quero encerrar citando texto publicado ontem pela jornalista Míriam Leitão, intitulado “Os erros na crise”:

A crise é externa; veio de fora. Não há dúvida. Mas os erros do governo são: ele subestimou o impacto na economia brasileira; confundiu desejo com a realidade, aposta com análise; tem atuado ao ritmo dos lobbies que aparecem em Brasília; antecipou a disputa eleitoral; ainda não tem uma estratégia para enfrentar a crise. Não há sinal de mudança de atitude.

As crises são implacáveis. Não adianta dizer que elas são externas, porque isso não torna menos concretos os efeitos internos. É esse o recado que os frios números do IBGE estão mandando. As economias estão cada vez mais ligadas. Portanto, o que cabe aos governos nacionais é atuar para mitigar ou abreviar seus efeitos. O governo deve ter consciência das virtudes do país em relação a outros países, da mesma forma que é aconselhável ter noção das fragilidades.

Muito obrigado pela sua compreensão, Sr. Presidente.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos. Realmente o Senador Cícero Lucena, uma das inteligências privilegiadas, foi extraordinário Prefeito, extraordinário Governador, o melhor Ministro do Interior – Ministro da Integração Nacional – deste País, e agora orienta O Presidente da República a ter preocupações e obedecer à Constituição, Crivella. A Constituição é sábia, mas é desobedecida. Diz que o bolo do dinheiro, 53%, é só para O Presidente da República. Ele está com mais de 60%; os Estados, 21,5%; os Municípios, 22,5%; e os Fundos Constitucionais, 3%. Então, eu oriento, como Presidente, que ele obedeça à Constituição.

Com a palavra, pelo tempo que achar conveniente, o Senador Marcelo Crivella, como Líder do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vou me alongar porque aqui há duas senhoras – aliás, dois raros mas, eu diria, concretos exemplos da beleza feminina brasileira [Senadoras Marisa Serrano e Roseana Sarney].

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito bem. Duas belas Senhoras Senadoras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Por favor, que a Taquígrafia anote e passe aos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Sr^{as} e Srs. ouvintes da Rádio Senado, Sr^{as} e Srs. servidores e visitantes que nos honram com a presença neste plenário, saúdo todos e, em especial, os profissionais de biblioteconomia, a quem congratulo pelo transcurso do Dia do Bibliotecário, data escolhida como uma justa homenagem ao também bibliotecário, escritor e poeta Manuel Bastos Tigre, que nasceu em 12 de março de 1882.

Sr. Presidente, o bibliotecário entrou na área da pesquisa, estudo, registro bibliográfico, organização e transferência de informações de documentos, con-

vencionais ou não – e V. Ex^a ama tanto os livros, é devoto aos livros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tanto é verdade que essa homenagem eu já pres-
tei ontem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito bem, Presidente.

Cabe a ele o processamento, gestão ou disse-
minação dessa informação, esteja ela registrada em
livro, revistas, discos, fitas cassetes, filmes, CDs, ví-
deos, etc.

O seu material de trabalho é a informação, in-
dispensável no mundo moderno, seja no processo
de tomada de decisão empresarial, governamental,
parlamentar, jurídica, dentre outras; seja nas diversas
fases da formação escolar; seja na pesquisa científica
ou tecnológica. Trata-se, portanto, de atividade profes-
sional de vital importância.

No caso dos nossos bibliotecários, a trajetória
de sua imprescindível atuação se confunde com a his-
tória do Senado Federal, pois a nossa Biblioteca do
Senado Federal, Senador Mão Santa, foi criada em
18 de maio de 1826 – 18 de maio não tínhamos ainda
Constituição. A Constituição outorgada vem depois
disso. Já existia... Não, perdão, agora me confundi. A
Constituição outorgada é de 1824, dois anos após a
Independência.

Então, dois anos depois, foi criada a nossa Bi-
blioteca e, desde então, vem desempenhando um pa-
pel primordial, seja no fornecimento das informações
necessárias para o bom desenvolvimento da atividade
parlamentar, seja no atendimento direto aos quase 50
mil usuários por ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito embora seja profí-
cuo o elenco das realizações da Biblioteca Acadêmico
Luiz Viana Filho, para não ser fastidioso, quero destacar
alguns mais recentes e que merecem registro.

A Biblioteca do Senado Federal é a responsável
pela edição da Bibliografia Brasileira de Direito desde
1986 e, em 1996, lançou a sua versão em CD-ROM,
aliando as técnicas de biblioteconomia às novas tec-
nologias de informática, colocando à disposição da
sociedade formas mais eficazes de armazenamento
e recuperação de informação.

Em março de 1997, ela lançou sua página no
Portal do Senado Federal, disponibilizando um catálo-
go geral, que inclui livros, revistas, recortes de jornais
e obras raras. No mesmo ano, adquiriu a biblioteca
particular do ex-Senador Luiz Viana, uma das mais
importantes coleções, com dez mil livros de literatura,
história, antropologia, política, economia, sendo que,
desses dez mil volumes, dois mil eram raros.

Em 1998, ampliou e modernizou o seu espaço
físico, que passou de 1.200 m² para mais de 3.000 m²,
Sr. Presidente.

No ano de 1999 foi instalado um novo sistema
de automação da biblioteca, com base de dados mul-
timídia e padrão internacional de catalogação, substi-
tuindo o modelo ultrapassado que nela estava em uso
há quase vinte anos.

No final do ano de 2000 foi lançada a Rede Vir-
tual de Bibliotecas Congresso Nacional, assumindo a
nossa Biblioteca o gerenciamento de um conglomerado
de outras quinze, de órgãos do Legislativo, Executivo
e Judiciário Federais e do Distrito Federal, que hoje
conta com cerca de 1.700.000 registros bibliográficos
disponíveis na Internet.

Em maio de 2001, implanta-se no seu *site* a
primeira versão da Coleção Digital da Biblioteca, ba-
seada em projetos em uso em várias bibliotecas do
mundo, disponibilizando texto completo digitalizado
de várias obras de domínio público, trechos digitali-
zados da coleção de obras raras, além do acesso ao
texto completo de revistas, jornais e bases de dados
disponíveis na Internet.

No ano de 2002, o *Boletim Novas Aquisições* e
o *Sumário Corrente de Periódicos* são criados, divul-
gando uma seleção de novos livros e revistas no *site*
da Biblioteca na Internet.

Em 2004, é iniciada a restauração do acervo
das obras raras em parceria com a UnB. No mesmo
ano é implantado o Banco de Notícias (Bnot), sistema
eletrônico de recortes de artigos de jornais com textos
completos capturados da Internet.

O ano de 2006 propiciou a criação da Biblioteca
Digital do Senado Federal, em parceria com o Proda-
sen, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia e o Superior Tribunal de Justiça. Atualmente,
ele já conta com nove coleções, perfazendo um total de
120 mil documentos em texto completo, com milhares
de acessos registrados na Internet.

Já em 2007, é criada a Sala de Acessibilidade
Digital, com equipamentos sofisticados que permitem
acesso à informação digital a pessoas portadoras de
diversas deficiências, com média anual de quase qua-
tro mil atendimentos.

No ano passado, o trabalho da Assembléia Na-
cional Constituinte ganhou uma homenagem especial.
Durante as comemorações dos 20 anos da Carta Mag-
na, a nossa Biblioteca Digital disponibilizou um acervo
de aproximadamente 13 mil recortes de jornais digita-
lizados, contendo artigos históricos sobre ela.

Aliás, em 2008, a nossa Biblioteca foi palco de
importantes eventos, entre os quais a criação da Co-
missão Comemorativa do Centenário do Senador Luiz

Viana Filho, para a qual foi preparada uma exposição virtual de sua vida, com a divulgação de 12 mil documentos.

Também tivemos o lançamento do projeto de integração das bibliotecas dos legislativos estaduais, sob a coordenação da Biblioteca do Senado Federal e com o apoio do Interlegis e do Prodasen.

Ainda em 2008, houve o aumento do número de assinaturas de serviços de informação por meio de base de dados disponíveis na Internet, que agora conta com 42 bases, permitindo acesso ao texto completo de cerca de 10 mil títulos de revistas estrangeiras e nacionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com este pronunciamento, registro nossa justa homenagem ao bibliotecário, que nesta Casa se encontra muito bem representando pelo excelente corpo técnico da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

O trabalho por eles realizado é fundamental para a nossa tomada de decisões com confiabilidade, constituindo-se no subsídio estratégico à ação parlamentar, provendo informações de qualidade que aumentam a eficácia e a credibilidade do Legislativo junto ao cidadão brasileiro.

Aos profissionais da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho o nosso reconhecimento, o nosso agradecimento e os mais efusivos parabéns. Aqui estão três funcionárias queridas, Simone e suas auxiliares, que têm devotadamente prestado um trabalho extraordinário, ainda que de forma anônima, ao Brasil, aqui na nossa Biblioteca.

Sr. Presidente, não poderia deixar de passar esta data até porque os nossos funcionários estão sendo, de maneira generalizada e injusta, acusados na mídia de diversas faltas. Não podem essas coisas ocasionais, Sr. Presidente, denegrir o trabalho, o denodo, a eficiência, a eficácia desses funcionários que enobrecem e engrandecem o serviço público.

E aqui cito o nome dessas servidoras. Parabéns a vocês! Parabéns ao Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Parabéns a V. Ex^a, que lembrou ontem que todos nós devemos comemorar o Dia do Bibliotecário, principalmente desta extraordinária Biblioteca do Senado.

Concluiria e sintetizaria com Cícero – isto para o Brasil todo –, o grande Senador romano, que disse “casa sem livros é como um corpo sem alma”. Toda casa deve ter uma biblioteca. E o exemplo maior é o grande Presidente Sarney, homem que simboliza a cultura e o saber.

Convidamos para usar da palavra a Senadora Roseana Sarney, que representa o grandioso Estado do Maranhão.

V. Ex^a fique à vontade.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, nesta semana, São Luís do Maranhão, minha terra natal, que é Patrimônio Cultural da Humanidade – V. Ex^a sabe disso –, também recebeu o título de Capital Brasileira da Cultura, concedido pelo Ministério da Cultura e o Bureau Internacional de Capitais Culturais.

O título honroso e justo põe a cidade na rota turística da cultura mundial, capaz de atrair mais visitantes para a bela e histórica capital maranhense, que contém parte substancial da História do Brasil miscigenado de múltiplas culturas, ali registradas no casario, nas manifestações culturais, no artesanato, na literatura, na riqueza musical.

São Luís é única porque sintetiza todas as influências que deram perfil ao Brasil e aos brasileiros. O ludovicense é aguerrido, é cordial, sempre anfitrião, gentil e orgulhoso da sua cidade.

Onde quer que eu vá, levo São Luís no coração. E hoje ocupo esta tribuna para registrar o título recebido e dividir com meus conterrâneos essa alegria, mas também fazer um pequeno e amoroso comercial da capital maranhense. Quem não conhece precisa conhecer. Quem visita volta. Quem lá vive sonha fazê-la cada vez melhor.

São Luís tem manifestações muito fortes como o bumba-meu-boi, festa de tradição afro-indígena que movimenta a cidade nos meses de junho e julho.

São Luís tem o “Tambor de Crioula”, o “Cacuriá”, o “Tambor de Mina”, cultos de tradição afro-brasileira, cujas festas tradicionais são celebradas em junho.

O carnaval de rua também é atração de São Luís, onde nos blocos populares misturam-se brincantes fantasiados de todas as idades e posições sociais. Também temos os tradicionais Blocos, as belas Escolas de Samba, eles completam a festa do Rei Momo da nossa capital, que ainda guarda a ingenuidade e a espontaneidade dos antigos folguedos carnavalescos. No democrático carnaval de São Luís brinca-se apenas pelo prazer de brincar.

Temos teatro, temos cinema, temos *reagge*, temos samba, temos música para todos os gostos. Temos vocação e tradição da poesia e da literatura.

Temos a cultura da praia e do esporte ao ar livre. Temos o lazer e a alegria das noites nos muitos bares

à beira-mar. Temos uma culinária ímpar, onde predominam delícias feitas com frutos do mar.

Temos, principalmente, o precioso Centro Histórico – são 250 hectares com suas 3.500 construções de sobrados, escadas e calçadas da memória do Brasil colonial.

Aqui registro um particular orgulho: em 1997, em meu primeiro governo, depois de dois anos de incansável trabalho, conseguimos o título de Patrimônio Histórico Mundial, concedido pela Unesco. Reformamos e restauramos todo o Centro Histórico de São Luís, quando até os postes de eletricidade foram substituídos por similares de ferro à moda antiga – sem resquícios da fiação.

São Luís, que nos tempos áureos, foi a primeira cidade brasileira a receber uma companhia italiana de ópera, ficou um brinco, onde pulsava o registro forte da História do Brasil. Infelizmente, os que me sucederam não cuidaram de forma adequada da manutenção daquele nosso rico acervo de memória, e o Centro Histórico sofreu deterioração considerável.

Mas hoje, nessa manifestação de orgulho pelo merecido título recebido, faço também uma profissão de fé: a São Luís Capital da Cultura Brasileira vai voltar a merecer dos governantes e de todos os que a amam o carinho e a atenção que ela merece. E vai restaurar-se mais forte e mais bonita do que nunca, para alegria de nós, maranhenses, e o encanto dos milhares de turistas que a visitam anualmente.

Parabéns São Luís! Parabéns meus conterrâneos ludovicenses por mais essa merecida honraria recebida pela nossa capital.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Aí é que o poeta disse:

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) –
Poeta caxiense.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
É. E foi mais:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar!

Senadora Roseana, hoje é o Dia dos Bibliotecários, e a primeira grande biblioteca do Nordeste foi a de São Luís do Maranhão, e eles, vaidosos, diziam que aquilo era a Atenas brasileira.

Convidamos para usar da palavra a outra encantadora Senadora Marisa Serrano, professora, do PSDB, do Estado do Mato Grosso do Sul.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigado Sr. Presidente. Estamos com a Casa cheia hoje. É um prazer receber...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Gostaria que V. Ex^a falasse até o horário do noticiário da Globo, para ganharmos dela, no noticiário, com a sua audiência.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

É um prazer receber tantas pessoas, tantos brasileiros e ter sempre nesta Casa a participação da sociedade.

Quero dizer a todos senhores e senhoras que somos diariamente bombardeados com informações sobre a realidade brasileira e, mesmo assim, não conseguimos enxergar o Brasil verdadeiramente como ele é.

Essa constatação nos leva a pensar que estamos vivendo uma verdadeira era do improvisado.

Em tempos de bonança e de prosperidade avançada à base de crédito fácil, enquanto há consumo e emprego, tudo parece que vai bem. Mas, à medida que as dificuldades começam a aparecer, sinalizando momentos difíceis abrem-se os espaços para um debate público calcado na racionalidade e na inteligência, permitindo que se façam reflexões maduras e equilibradas sobre qual o rumo que se está dando para o País.

Começam a aparecer, em todos os cantos, inquietações e dúvidas sobre as políticas adotadas nos últimos anos pelo Governo, permitindo que separemos avanços reais de conjecturas propagandísticas. Nesse aspecto, momentos de dificuldades como este que estamos vivendo podem ser saudáveis para que possamos dar um mergulho na vida real e, assim, nos fortalecermos como uma Nação moderna e democrática.

Dois exemplos claros sobre as consequências dessa hora que estamos vivendo: ficamos sabendo, esta semana, que o Governo brasileiro devolveu ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um financiamento de US\$57 milhões para as obras de infraestrutura em uma centena de Municípios do País porque, simplesmente, não conseguiu gastar o dinheiro. E também ficamos sabendo que o Brasil está abrindo

mais de 34 embaixadas em diversos pontos do mundo, ao custo de mais de US\$1 milhão mensais.

Obviamente, tem alguma coisa errada com essas decisões.

É claro e evidente que, para ordenar e convergir um conjunto de obras, chamado PAC, que demandarão um investimento, a longo prazo, de mais de R\$500 bilhões, é necessário mais do que uma mãe para fazê-lo.

Na verdade, seria necessária a formação de um gabinete técnico e estratégico de longa duração para dar conta do serviço. Precisamos, então, de mais do que uma mãe, acho que estamos precisando mesmo é de seriedade. Mas eu não sei quem está preocupado com tudo isso.

Com a queda do PIB, que ontem debatemos tanto aqui, das taxas de investimentos privados, com a contenção de crédito, com o aumento das desconfianças dos consumidores, as perspectivas que se desenham no curto e médio prazo requerem menos triunfalismo e mais realismo.

Estou convencida de que o Brasil pode minimizar a crise por ter instrumentos efetivos para fazê-lo. Acredito no Brasil e creio que podemos ultrapassar a crise que aí está. Só não sei se há competência e clareza para utilizar os instrumentos econômicos que o meu Governo, que o Governo do PSDB, deixou para serem utilizados no momento adequado e de maneira adequada, paralelamente aos desafios apresentados. Vamos aguardar.

Vejo que o Brasil continua aumentando o seu passivo social nas áreas da educação, da saúde, da segurança pública, da infraestrutura urbana. Vejo também que a carga tributária continua aumentando. Vejo que o Governo não está tendo a mínima preocupação em conter os gastos de custeio. Não vi nenhuma medida do Governo nesse sentido. Mais grave ainda: o Governo continua gastando mal e dando sinais de desvios incompatíveis com a seriedade que o momento requer.

Acho que está passando da hora de se promover um pacto pela ética, pelo desenvolvimento equilibrado e pela ampliação dos programas que promovam o real e efetivo avanço social. Temos que ser absolutamente sinceros com a sociedade; temos que colocar claramente qual é a agenda prioritária para superar a crise que aí está. Eu quero que o Presidente Lula venha ao País e diga a todos qual é a agenda, qual é o rumo, para onde nós vamos caminhar.

Por isso, não podemos permitir que os interesses do País se confundam com jogadas eleitorais. Não é compatível com os critérios de seriedade e responsabilidade dar encaminhamento de políticas públicas para

manter um ambiente de crescimento, com disputas pelo poder. O Brasil precisa, neste momento, de um estadista, e não de um cabo eleitoral a promover festas e eventos fictícios nos palanques do País.

Veja o caso em torno do anúncio do pacote habitacional do Governo, que pretende construir um milhão de novas casas no País. Sente-se no ar a improvisação. Sente-se a pressa e o desespero com a criação do chamado “fato novo” nos moldes circenses. Sente-se o clima de interesse com os efeitos eleitorais, e não com o real interesse de desenvolver a economia do País.

Acho que chegou a hora de o Governo propor uma agenda positiva que convença pelo senso de realismo. Não dá mais para, em momentos de crise, de racionalidade dos recursos todos, de contenção de despesas, anunciar obras sem planejamento adequado, sem critérios sérios e organizados de gestão. O momento exige competência técnica e gerencial.

Um bom começo seria a intensificação de políticas públicas para o desenvolvimento de pólos regionais que já existem no País. Existe um número muito grande de pólos regionais, de cidades que aglutinam ao redor de si outras cidades. O Governo deveria olhar mais para o que está acontecendo, por exemplo, em cidades como Uberlândia, em Minas Gerais, Porto Velho, Palmas, Belém, São Luís, Campo Grande, Cuiabá, São José do Rio Preto e em inúmeras outras que são polos e que aglutinam inúmeros Municípios.

De pouco adianta fragmentar as ações do Governo. Acho que devemos desenvolver novos pólos, aquelas cidades que estão crescendo, aquelas cidades que estão se desenvolvendo, cidades que estão ajudando outras a crescerem. Assim, acho que vamos fazer uma nova desconcentração e uma nova repolarização do território nacional. Como se faz isso? Ofertando serviços em novas cidades. Aí, acredito que vamos ter uma nova figura e um novo desenho do País.

A participação ativa do Estado nessas regiões – falo do Governo Federal – poderá ser realizada por meio de uma intensificação inicial de investimentos públicos, que, por sua vez, atrairiam novos investimentos privados, gerando novos empregos, renda para toda região e dando suporte ao desenvolvimento econômico de todo o entorno.

O Governo deve voltar mais suas atenções para algumas cidades. Queria elencar algumas cidades que são incríveis e que poderiam crescer muito mais, ajudando outras cidades, se o Governo olhar mais para elas. Falo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; de Chapecó, em Santa Catarina; de Cascavel, no Paraná; Teófilo Otoni e Montes Claros, em Minas Gerais; Vitória da Conquista, na Bahia; Sinop, em Mato Grosso; Cruzeiro do Sul, no Acre; Tabatinga, no Amazonas;

Santarém, Itaituba e Marabá, no Pará; Imperatriz, no Maranhão; Araguaína, em Tocantins; Eliseu Martins, no Piauí, terra aqui do nosso Presidente; Sousa, na Paraíba; e o conjunto de três cidades do Ceará que ficam muito próximas – não sei se todo mundo sabe – e são conhecidas por Crajubar – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Essas são cidades que são polos de desenvolvimento e que poderiam alavancar muito mais o seu entorno se tivessem uma política efetiva do Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar aqui para destacar uma cidade do meu Estado, Mato Grosso do Sul, que está nesse grupo e é pólo de desenvolvimento de uma vasta região chamada de Grande Dourados, que reúne 15 Municípios, cujo entorno todo chega a ter mais de 300 mil pessoas e que, atualmente, vem realizando uma grande mobilização popular em torno de uma única obra, que não está incluída em nenhum programa governamental, em nenhum PAC.

O que está acontecendo na cidade de Dourados, a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, é um exemplo do que vem ocorrendo hoje em centenas de Municípios pólos, irradiadores de progresso em todo o País.

Dourados é o centro produtor mais importante de Mato Grosso do Sul. Só a cidade tem 180 mil habitantes e se situa numa zona de convergência de produção agropecuária e industrial.

O povo douradense está mobilizado em torno de uma única obra, como eu disse aqui, que é a construção de um anel rodoviário que possa desviar o tráfego pesado, que hoje se apresenta como um dos maiores problemas da cidade.

A obra vem sendo reivindicada há mais de 20 anos. Seu custo é estimado em R\$25 milhões. Recentemente, o Governador do meu Estado, André Puccinelli, deu início aos estudos para sua implantação.

Mas vejam, Srs. Senadores, como o Brasil é estranho! O Governo Federal decide executar programas e obras pelo Brasil afora, mas não elenca o que é prioritário em termos de desenvolvimento regional. Dourados foi administrada durante oito anos pelo PT, e nunca o anel rodoviário de Dourados foi incluído em nenhum programa prioritário do Governo Federal. Acho que tem algo errado com isso.

Quero dizer aqui que vou lutar por essa obra em parceria com o Prefeito Ari Artuzi, do PDT, porque sei a importância que o anel rodoviário tem para Dourados e para toda a região. Sei que, retirando o tráfego pesado do centro da cidade, haverá uma melhoria da qualidade de vida da população em todos os sentidos.

Só para se ter uma ideia: os acidentes que ocorrem todos os dias nas ruas de Dourados, por conta da passagem de caminhões que transportam produtos agropecuários para todos os Municípios do Cone Sul do nosso Estado, adicionam despesas de 15% dos gastos do SUS no Município.

A deterioração das vias urbanas demanda gastos da ordem de R\$300 mil dos cofres municipais em serviços de manutenção da malha viária. Ou seja, a implantação desse projeto – um único projeto – permitiria realocar gastos públicos em benefício da população, no sentido da melhoria da qualidade de vida da comunidade douradense.

Estou citando apenas um caso que conheço de perto, mas, se formos percorrer o Brasil, muitos problemas semelhantes vamos encontrar, mostrando como Brasília vive longe das aspirações, às vezes, do Brasil real.

Portanto, Sr. Presidente, acho que chegou o momento de debatermos questões como essas. Acho que temos que redirecionar o planejamento de políticas públicas de maneira propositiva, republicana e voltada aos interesses maiores da Nação brasileira.

Assim, Sr. Presidente, nessa fase em que estamos discutindo os problemas que estamos vivendo no País – e aqui ouvi o Senador Cícero Lucena falar sobre eles –, quero dizer que é possível e é imprescindível que se descubram quais são os pontos nevrálgicos do País, e que o Governo Federal coloque toda sua iniciativa e toda a prioridade para alavancar esses pontos nevrálgicos.

Acredito muito nas cidades-polo de desenvolvimento; acredito muito na cidade do meu Estado, que eu disse que é Dourados, que é uma grande cidade. E ela é, sim, um grande polo de desenvolvimento, mas precisa de apoio. Que adianta ela ser a cidade que é, se não tem a prioridade que precisa ter nas obras do Governo Federal? Quero aqui sempre dar exemplos construtivos, e esse é um exemplo construtivo.

Eu gostaria muito de que, neste momento, o Governo Federal revisse aquilo que está planejando para o País e visse quais são as obras prioritárias; a partir daí, então, começasse uma nova história para o País. São nos momentos de crise, nos piores momentos, que a gente tem que levantar a cabeça, reestruturar nossa vida e começar uma vida nova. Espero que o Brasil recomece agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento.

Convidamos para usar da palavra, como Líder do PMDB, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, conforme eu havia prometido ontem, quero dizer que os produtores agrícolas estão diante de um ambiente de muitas incertezas em função da crise internacional, que provocou aumentos dos custos e queda nos preços de venda dos produtos. A alta vertiginosa dos fertilizantes, transportes e da energia elétrica provocou um aumento dos custos agrícolas, que são, hoje, o maior motivo de preocupação e de desestímulo para se produzir mais e melhor.

Não podemos, Srs. Senadores, permitir que a agricultura, por seu papel estratégico na economia, na balança comercial, entre em crise novamente. Foi por isso que reunimos a Bancada do PMDB com os Ministros Reinhold Stephanes e Edison Lobão.

Aliás, cabe aqui destacar o papel do Senador Valter Pereira, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, e do Senador Gerson Camata, que sugeri o encontro.

Com o Ministro das Minas e Energia, discutimos maneiras de reduzir os custos provocados pela alta da energia elétrica e dos preços do óleo diesel. Não me parece justa, Sr. Presidente, querido Senador Mão Santa, a manutenção do atual patamar de preços do óleo. O valor do barril de petróleo hoje, como se sabe, que chegou a beliscar US\$150, despencou para algo em torno de US\$40. Seria, pois, absolutamente natural e desejável também, neste momento, que houvesse, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma redução para acompanhar a oscilação dos preços do petróleo.

Outro assunto discutido na reunião foi o papel da Petrobras na produção de insumos que aliviem o quadro agrícola, como os fertilizantes.

A Bancada de Senadores, do PMDB – inclusive, V. Ex^a teve, nessa reunião, uma participação destacada – está disposta a colaborar com a criação de um marco regulatório do setor mineral, uma medida que antecederia a discussão do próprio Código Mineral, já que, Sr. Presidente, a gestão das jazidas em território brasileiro depende, exclusivamente, desse dispositivo legal.

Com o Ministro da Agricultura, abordamos as dificuldades atravessadas pelo setor agropecuário. Na agricultura, os insumos e fertilizantes, como sabe V. Ex^a, são os itens que mais encarecem a produção. Por um lado, a maior demanda por adubo faz subir as cotações do fósforo e do fosfato, o que determina, Sr. Presidente, elevação no preço dos grãos. Isso, por sua vez, concorre para a elevação nos preços dos concentrados, utilizados na nutrição animal e nos alimentos de um modo geral.

Tenho recebido relatos de que o aumento dos custos de produção chegou, Sr. Presidente – pasmem! –, a 60% da safra anterior em relação à safra atual. Isso está sendo provocado também pela retração na oferta de crédito para financiar a atividade agrícola diante da crise. Esses fatores foram determinantes, o Senado sabe, para a estimativa de queda de 8,4% da renda agrícola para 2009, divulgada, recentemente, pelo Ministério da Agricultura.

Ouçó, com muita satisfação o Senador Gim Argello, Líder do PTB nesta Casa do Congresso Nacional.

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Primeiramente, quero parabenizar o Senado no dia de hoje, porque começamos logo cedo, às 8h, 8h30 da manhã, já com a Comissão de Infraestrutura trazendo esse debate. V. Ex^a está trazendo o debate da reunião de ontem, do PMDB, quando o Partido de que V. Ex^a é Líder discutiu esse assunto, e V. Ex^a trouxe à baila agora a questão do preço do diesel, que é o item que mais pesa no modal rodoviário do Brasil. Agora, estamos tentando mudar nosso modal, com o Governo Lula, para o modal ferroviário, com a Transnordestina, com a Norte-Sul, dando continuidade à obra do Presidente Sarney. Mas, enquanto nosso modal for o rodoviário, o diesel será um componente que encarecerá muito. Se o preço do petróleo caiu internacionalmente, mais de 70%, não é possível que o preço do óleo diesel no Brasil não possa chegar aos níveis que o PMDB e o PTB desejam, ou seja, um preço do mesmo tamanho que o preço do óleo diesel, que diminuiu lá fora. Que essa queda venha e seja refletida no óleo diesel do Brasil. Mas, mais do que isso, Senador Renan, o senhor está de parabéns. O senhor traz a questão da crise também para o plenário nesta hora, quando, neste exato momento, está reunida a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, também discutindo um problema que aflige todos os brasileiros. Por quê? Porque a preocupação maior do Senado é com a geração de emprego e renda do nosso País. É essa a discussão. Então, todo o Senado está envolvido diretamente, todos os Srs. e os Srs. Senadores estão envolvidos, desde a manhã do dia de ontem até hoje, com a discussão e com as saídas da crise, Senador Mão Santa. Isso é muito importante porque, trazendo essa discussão para esta Casa, aí sim, vamos ajudar o Governo do Presidente Lula a encontrar a solução. Então, quero parabenizar V. Ex^a por isso. Sobre o marco regulatório, o senhor tem toda a razão, porque nós não podemos deixar que as empresas venham e façam reservas das jazidas do nosso patrimônio, durante anos, sem explorar. Neste momento de crise, o Brasil é o País, como todos nós

sabemos, que tem mais condições de sair dessa crise. O País é diferente dos outros países, que estavam com o *subprime* das hipotecas residenciais, onde a pessoa não estava preocupada com a primeira residência, mas já com a terceira ou a quarta residência, com casa de praia, com apartamentos, com casa de campo. Não. A maioria dos brasileiros ainda está preocupada com a primeira residência. V. Ex^a trazer essa preocupação com a crise como um todo, trazer esses assuntos tão importantes para o plenário no dia de hoje, e o Senado trabalhar como está fazendo no dia de hoje são motivos de muita satisfação para mim e para a Bancada do PTB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu agradeço, Senador Gim Argello, o aparte de V. Ex^a. É importante, fundamental, insubstituível que nós ressaltamos o papel do Senado mais do que nunca.

Agora mesmo, V. Ex^a lembrou muito bem, está havendo, Senador Mão Santa, a instalação da Comissão da Crise, que é presidida pelo Senador Francisco Dornelles. É importante construir essa agenda com a participação de todos os Partidos, do PMDB, do PSDB, do PTB, do PT; enfim, é fundamental que todos os Senadores se debruçam sobre as saídas, as alternativas. Mais do que nunca, o Senado precisa cumprir esse papel e sair dessa deblateração eterna.

Eu, com satisfação também, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, ex-Presidente da Casa, quero cumprimentar também V. Ex^a por trazer ao debate, mais uma vez, essa questão da crise e a própria posição do PMDB, debruçando-se sobre esse tema e, naturalmente, somando com todos os Partidos, porque a preocupação é geral. Quero, também, cumprimentar V. Ex^a. Conversamos há pouco tempo sobre a importância de trabalharmos cada vez mais para acabarmos com o fator previdenciário. Sei que essa é sua posição. V. Ex^a tem, inclusive, interagido junto ao Governo no convencimento. Ouvei, há poucos minutos, o próprio Líder do Governo na Câmara, Deputado Henrique Fontana, também falando que o Governo está convencido que tem de acabar com o fator previdenciário. Mas quero, com um único exemplo, mostrar o que se passa, mas pegando a crise. Recebi, aqui, uma delegação da Vale do Rio Doce. Só na Vale do Rio Doce são 700 trabalhadores prontos para se aposentar, mas que não se aposentam na expectativa de que tenhamos uma solução para o tal fator previdenciário. Nesse documento que eles me trouxeram como subsídio para o debate, eles apontam o seguinte: se o fim do fator acontecer na Câmara, como aconteceu no Senado, 700 pessoas sairão, devido à sua aposentadoria...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem dúvida.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – (...) gerando mais 700 vagas ou, no mínimo, serão 700 demissões a menos. Por isso, quero, de público, falar do empenho de V. Ex^a nessa batalha para acabar com o fator previdenciário e garantir um reajuste decente para os aposentados.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu agradeço, também sensibilizado, o aparte de V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Reafirmo a posição do meu Partido, a posição do PMDB, com relação ao fim do fator previdenciário.

Nós precisamos ter um critério para reajustar as aposentadorias. A credibilidade do próprio sistema previdenciário vai depender fundamentalmente disso, e é importante que possamos engajar cada vez mais os setores da sociedade para, claramente, discutir esse assunto, para fazer com que aconteça na Câmara Federal exatamente o que aconteceu aqui, no Senado Federal, graças ao projeto de V. Ex^a.

Eu, com muita satisfação, quero contribuir nesta luta.

Sr. Presidente, já encerro.

Os dados da Conab, Sr. Presidente, mostram que as despesas estão em alta em todos os produtos e praças produtoras.

Os custos da soja, Senador Mão Santa, estão até 34% mais altos do que na safra passada. O mesmo ocorre com os custos do milho: uma alta de 22% com relação à safra passada, também.

É por isso que o papel do Parlamento, eu dizia há pouco, nesta hora, é, mais uma vez, considerado crucial. Esta Casa nunca faltou com o Brasil e esta Casa, os brasileiros tenham certeza, não faltará com o Brasil novamente.

Mais este, eu dizia há pouco num aparte que concedi ao Senador Paulo Paim e ao Senador Gim Argello, não é um desafio exclusivo do PMDB. Depende, fundamentalmente, de todos os partidos e de todas as correntes partidárias. Todas as vezes, Sr. Presidente, que nós avançamos, aqui no Senado Federal, foi porque nós criamos fórmulas que incluíam todos os partidos, inclusive os de oposição.

Num momento de enorme aceleração da crise, o Parlamento pode servir como um pilar fundamental para a segurança política e para a segurança econômica do País.

O Senado vem cumprindo suas funções no combate à crise econômica, tanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, no debate de medidas a serem tomadas, quanto na tramitação de matérias urgentes, urgentís-

simas, como estas matérias que estou colocando aqui, nesta oportunidade.

Aliás, neste momento – o Senador Gim Argello lembrava há pouco –, acontece a primeira reunião da Comissão da Crise. É importante chamar os holofotes do País para essa Comissão, que, eu tenho absoluta convicção, vai sugerir caminhos para o Parlamento Nacional, especificamente para o Senado Federal.

Podemos, Sr. Presidente, afirmar que a crise, embora séria, continuará sendo enfrentada com serenidade, pois nós temos, no Brasil, instituições democráticas sólidas.

O fortalecimento do mercado interno não pode ser desvinculado das políticas sociais, como o Bolsa-Família e a própria expansão do crédito agrícola. Aliás, Srs. Senadores, o crédito rural no Brasil continua enfrentando problemas operacionais que neutralizam todas as iniciativas para torná-lo adequado, torná-lo oportuno e torná-lo suficiente.

Precisamos encontrar maneiras de estender o crédito também a quem aderiu aos programas de renegociação das dívidas e a quem não está, Sr. Presidente, tendo acesso a esse crédito agrícola.

No que tange à macroeconomia, até mesmo a execução de uma política monetária parece reencontrar seu rumo.

A redução de um ponto e meio percentual da taxa básica de juros, de ontem, vai contribuir para criar um ambiente interno mais favorável para a economia real.

O Congresso, Sr. Presidente, portanto, precisa definir, como eu dizia, Senador Gim Argello, uma agenda própria, disciplinar o seu funcionamento, o funcionamento dessa agenda, atravessar os momentos de adversidade e reafirmar a sua legitimidade.

Essa discussão é toda importante, importantíssima, importantíssima. Nós precisamos dar transparência à vida nacional, ao Senado Federal, resolver questões administrativas insuperáveis. Já fizemos isso no passado. É importante dizer isso também nesta hora. O Senado tem feito a sua parte e, mais do que nunca, precisa fazê-la.

Sr. Presidente, no momento em que encerro esta contribuição, que é uma contribuição da Banca do PMDB, é uma contribuição de um Partido que se propõe a dar, a sugerir para o Parlamento nacional saídas responsáveis e afirmativas para o Brasil, eu queria agradecer a V. Ex^a, sobretudo pelo papel que V. Ex^a desempenhou na reunião do PMDB que acabo de relatar desta tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós que queremos cumprimentá-lo. V. Ex^a, como Líder

do Partido, em tão pouco tempo, mostrou sensibilidade e força, trazendo dois importantes Ministros de áreas que diretamente servem à população – refiro-me aos Ministros de Minas e Energia e da Agricultura –, para que se estude a possibilidade de baixar o custo do combustível, do óleo *diesel* principalmente, e dos insumos agrícolas.

Queremos comunicar que, atendendo à orientação de V. Ex^a, acompanhamos o Líder Paulo Paim, hoje, ao gabinete do Presidente da Câmara, Michel Temer, para que a Câmara Federal vote todos aqueles projetos de lei que beneficiam os aposentados, principalmente o fator de redução das aposentadorias.

Convidamos, para usar da palavra, o orador inscrito do Partido dos Trabalhadores Eduardo Suplicy.

Ainda temos, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte orador. Sem revisão do orador.) – Prezado Sr. Presidente, Senador Mão Santa, nesta oportunidade, antes de fazer o pronunciamento para informar à Casa a respeito do Município brasileiro que passará pela experiência piloto da instituição de uma renda básica de cidadania, chamado Santo Antônio do Pinhal, quero cumprimentar algumas dezenas de servidores do Serpro e da Receita Federal que visitam o Senado na tarde de hoje e que justamente aguardam uma decisão nossa a respeito da possibilidade de esses servidores, que há muitos anos trabalham no Serpro e na Receita Federal, possam ter reconhecida e regularizada sua situação. Inclusive isso foi considerado num projeto de emenda à Constituição de autoria do Senador Arthur Virgílio, do qual fui Relator, que reconhecia o esforço de tantos anos desses trabalhadores e, de maneira equitativa, para alguns casos pudessem também permanecer trabalhando, em condições mais adequadas e com direitos assegurados.

A Secretária da Receita Federal, Lina Vieira, tem tido alguns diálogos com representantes desses servidores, e mencionou-lhes que, se o Congresso Nacional encontrar uma solução de natureza política, isso poderá ser encaminhado de maneira adequada.

Eu gostaria até de fazer uma sugestão, porque os servidores do Serpro e da Receita Federal tiveram em Osiris Lopes de Azevedo Filho, que infelizmente nos deixou na semana retrasada, aos 69 anos – ele estava adoentado –, um servidor público notável e exemplar. Foi Secretário da Receita Federal durante o Governo Itamar Franco. Pois bem, ainda hoje, o jornal **Folha de S. Paulo** publica um artigo do Professor Paulo Nogueira Batista Jr., em homenagem ao Osiris Lopes de Azevedo Filho.

Sr. Presidente, quero pedir ao meu gabinete para que encaminhe de pronto esse artigo da **Folha de S. Paulo**, porque quero inseri-lo nos *Anais do Senado*, pedindo que seja transcrito. Eu próprio, na semana passada, fiz aqui uma homenagem – um requerimento de pesar –, assim como também o Senador Pedro Simon falou palavras merecidas em bonita homenagem ao Sr. Osiris Lopes de Azevedo Filho.

Eu gostaria de formular uma sugestão à Sr^a Nina Vieira, em consenso com o Professor Paulo Nogueira Batista, com outros amigos, inclusive o Secretário-Executivo do Ministro Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães. O que desejamos sugerir à Sr^a Lina Vieira – esta também é uma sugestão dos auditores da Receita Federal e do Sindifisco – é que possamos fazer, quem sabe em maio, uma homenagem ao Dr. Osiris. Quero combinar e aqui transmitir publicamente à Sr^a Lina Vieira essa sugestão - que é minha, do Paulo Nogueira Batista, certamente do Senador Pedro Simon, do Samuel Pinheiro Guimarães - de que a própria Receita Federal faça uma sessão de homenagem, que poderá ser no auditório da Receita Federal, obviamente convidando o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a Sr^a Secretária da Receita Federal, para que todos venhamos a refletir sobre as contribuições tão significativas do Professor Osiris Lopes de Azevedo Filho à causa de termos um sistema tributário brasileiro racional, justo e, sobretudo, com grande seriedade na forma de administrá-lo.

O Dr. Osiris, como Secretário da Receita Federal, sem aumentar as taxas, as alíquotas, os impostos, conseguiu, pela eficiência, aumentar a arrecadação. Quando do episódio ocorrido com os jogadores da Seleção Brasileira, que, por terem sido campeões mundiais, trouxeram uma porção de objetos, pensou-se em dispensá-los de pagar a alfândega. O Dr. Osiris disse que não poderia permitir, porque era contra a lei. No entanto, se tivéssemos aprovado uma lei que, por prêmio aos jogadores, não precisariam fazer aquilo que todos os brasileiros fazem, aí seria outra coisa; mas, por causa desse episódio, ele acabou deixando a Secretaria da Receita Federal como um exemplo de seriedade no trato da coisa pública.

Mas, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex^a, que tantas vezes aqui me ouviu falar da proposta da renda básica de cidadania, sabendo que eu tanto acredito nela, sabendo também que já é lei, vai ser instituída por etapas, gradualmente, começando pelos mais necessitados, como o faz o Bolsa Família, está ciente de que as primeiras propostas de garantia de renda mínima, associadas à educação, também chamadas de Bolsa Escola e, hoje, Bolsa Família, se iniciaram em Campinas, no Distrito Federal, em Ribeirão Preto,

em Belém, em Belo Horizonte, Mundo Novo e tantos outros Municípios, portanto foram experiências locais, municipais ou do Distrito Federal. Até que hoje os 5.563 Municípios aplicam o Programa Bolsa Família para todas as famílias com renda até R\$137,00 *per capita* por mês, que recebem de R\$20,00 a R\$182,00 por mês, dando uma média de R\$85,00.

Mas a Lei 10.835, aprovada pelo Congresso Nacional em 2003 e sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004, diz que chegaremos um dia a instituir a renda básica incondicional para todos os brasileiros e brasileiras, inclusive para os estrangeiros que aqui residam há um ano ou mais. Que tal, então, iniciarmos isso por Municípios?

Conhecem os que trabalham na Receita Federal e no Serpro a Serra da Mantiqueira, ali próximo a Campos do Jordão, a São Bento do Sapucaí, de onde se avista a Pedra do Baú? Alguém aqui conhece? Levante a mão. (Pausa.)

Ali conhece. O Senador Mão Santa ainda não esteve lá. Pois eu o convido. Trata-se de um dos lugares mais bonitos do Brasil. Justamente Santo Antônio do Pinhal, ali nas montanhas, a 1.300 metros de altitude, vizinho a Campos do Jordão, vizinho a São Bento do Sapucaí, tem nada menos do que 53 pousadas, somando 1.200 leitos, 32 restaurantes, onde se faz, numa época do ano, o Festival da Truta. Portanto, há restaurantes muito bons. Ali, no centro da cidade...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço se V. Ex^a puder me ceder mais cinco minutos.

Santo Antônio do Pinhal tem sete mil habitantes, 50% na área rural, 50% na área urbana. Pois bem, ela começa a se pontuar como um novo endereço turístico de grande atração. O turista que aqui chega vem em busca de nossas belezas naturais e de tranquilidade, pois hoje podemos nos orgulhar de ter um baixíssimo índice de criminalidade. O índice de homicídios da cidade é zero.

Instância climática e área de preservação ambiental desde 1967, a cidade conta com excelente infraestrutura para receber seus visitantes e se preocupa também com a sustentabilidade e atividade turística, a sua principal fonte de renda. Mas há também pequenos e médios agricultores, há também artesãos em número muito considerável.

Pois bem, o Prefeito dessa cidade se chama José Augusto Guarnieri Pereira. Ele hoje tem 30 anos. Em 2004, ele havia sido eleito com 55% dos votos; nas eleições de 2008, com nada menos que 79,06% dos votos. E ele, já ao longo de 2008, disse aos seus conterrâneos do propósito de ali fazer uma experiência pioneira da renda básica de cidadania.

Hoje, Santo Antônio do Pinhal tem 344, quase 350 famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, que corresponde, portanto, a algo como 1.200 pessoas. Mas deseja o Prefeito, com grande entusiasmo, fazer com que os 7 mil habitantes se tornem beneficiários da primeira experiência da renda básica de cidadania, que se refere ao direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de participar da riqueza daquele Município, daquela comunidade, um dia, do Estado e da Nação brasileira igual para todos.

Pois bem, será no dia 20 de março próximo, sexta-feira, às 20h, na Câmara Municipal de Santo Antonio do Pinhal, que se realizará uma reunião com os vereadores, os proprietários das pousadas, os proprietários de...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ...os agricultores, toda a população convidada, para pensarmos juntos sobre como será essa experiência, como será constituído um fundo que vai gerar os recursos necessários para a renda básica para todos.

E, no dia 21, sábado, a partir das 15h, na Praça do Artesão, ali construída pelos japoneses para comemorar os 100 anos de imigração japonesa, toda a população está convidada para debater, discutir e aprovar... Na medida do possível, todos. Mas vou propor que se faça um referendo formal para sabermos se desejam todos que lá, efetivamente – o Prefeito está muito entusiasmado, assim como muitos dos vereadores –, se faça essa primeira experiência, que acredito depois vai se espalhar por Caxias do Sul, Vacaria, Porto Alegre, Canoas, Parnaíba. Em Parnaíba, já conversei lá quando da minha visita aquela cidade, na própria residência do Senador Mão Santa, que teve a gentileza, com a sua senhora, de me receber. Então, por todo o Piauí e do Oiapoque ao Chui, espero que, em breve, tenhamos essa experiência.

Portanto, convido aqueles que trabalham na Receita Federal também a abraçarem esta causa, porque assim estaremos mais próximos de instituir de verdade, no Brasil, um sistema que garanta um sentimento de solidariedade e a aplicação dos princípios de justiça para todo e qualquer brasileiro. Mas toda a minha força e solidariedade a vocês do Serpro e da Receita Federal, aos brasileiros e, sobretudo, meus cumprimentos ao Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira e à população de Santo Antônio do Pinhal. São convidados os Senadores Mão Santa e Paulo Paim, se desejarem ali conhecer essa experiência e as coisas tão bonitas e agradáveis daquele clima de montanhas de Santo Antônio do Pinhal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento.

Vou ler um expediente e depois passarei, pela ordem, a palavra ao Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

É lida a seguinte:

OF. Nº 92/2009/GLPTB/SF

Brasília, 11 de março de 2009

Senhor Presidente,

Com fundamento no **caput** do art. 81, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança passa a ceder ao Bloco de Apoio ao Governo, com assentamento da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal, a vaga de titular que cabe ao PTB na Comissão Temporária sobre a Transposição do Rio São Francisco.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de efetivo apreço e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Mão Santa, Senador Eduardo Suplicy, vim à tribuna para fazer dois informes rápidos e, por isso, pedi a palavra pela ordem, mas não poderia deixar de registrar aqui minha solidariedade aos trabalhadores da Receita Federal.

Recebi aqui um contato direto do meu gaúcho lá de Camaquã e já lhe disse que fique tranquilo quanto à minha posição. Vamos trabalhar junto ao Partido dos Trabalhadores e à base aliada para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Senador Arthur Virgílio, que é o Líder da Oposição. Esta não é uma questão de Situação ou de Oposição, não é uma questão da Base do Governo ou da Oposição, é uma questão de justiça. Por isso, fiquem tranquilos, porque faremos de tudo para que essa PEC seja aprovada nessa linha. É uma linha de um projeto que não é contra ninguém, mas é a favor de que não haja, conforme me informou rapidamente, duas mil demissões de trabalhadores da área pública da Receita Federal. Contem com nosso apoio! Falei, há pouco tempo, com o Senador Arthur Virgílio, com muita convicção de que esta Casa pode aprovar essa PEC. Meus cumprimentos! Sempre digo que o Congresso Nacional tem de ouvir a batida dos tambores das ruas, ou seja, a mobilização. É o que

você estão fazendo, na defesa de uma causa justa. Meus cumprimentos!

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, faço questão de deixar registrado aqui meus cumprimentos ao Ministro Tarso Genro, que, hoje, nesta Casa, fez uma brilhante exposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Foi uma reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sr. Presidente, confesso a todos que a concessão de refúgio político ao ativista italiano Cesare Battisti, no meu entendimento, é um ato de direitos humanos. A França já tinha feito isso, e o Brasil agora vai na mesma linha. No meu entendimento, o Ministro Tarso teve uma postura estritamente republicana. Conheço o Ministro Tarso Genro há mais de trinta anos. Nós nos conhecemos na caminhada sindical e, depois, passamos a ser companheiros de partido. Em 2002, percorri com S. Ex^a o Rio Grande do Sul, quando S. Ex^a concorreu ao cargo de Governador. O ex-Ministro Miguel Rosseto era seu vice, e eu e a hoje Deputada Emilia Fernandes concorriamos ao Senado. Não ganhamos o governo, mas, naquela oportunidade, elegemos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, valeu à pena a luta, na certeza de que dava para chegar lá. O Ministro Tarso Genro, para mim, honra a história do Rio Grande e de todos os homens e mulheres que construíram aquele Estado e suas fronteiras, como dizemos muito lá, Senador Mão Santa, à ponta de lança e a casco de cavalo.

Senador Mão Santa, o Ministro Tarso Genro demonstrou, mais uma vez, seu compromisso com os direitos humanos. Até confesso que, em certo momento, pelas informações que me chegavam, fiquei preocupado com aquela questão dos cubanos, porque a mim disseram: “Olha, se não fossem negros, não seriam devolvidos”. Para mim, foi bom ouvir hoje todos os esclarecimentos, inclusive o de que os cubanos não ficaram no Brasil por que não quiseram. Li o depoimento hoje e, com toda a precisão, pude ver que eles voltaram para Cuba por que para lá quiseram voltar. Está escrito, em uma declaração que eles deram à Justiça, que gostariam de voltar para seu país de origem, para Cuba no caso, naquela oportunidade.

Por isso, meus cumprimentos, Ministro Tarso Genro! Mais uma vez, comprovou-se que V. Ex^a estava com a razão.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, quero dizer ainda que eu havia assumido o compromisso de, no dia de hoje – por isso, pedi a palavra pela ordem –, falar sobre a situação dos nossos poupadores, que poderão ter um grande prejuízo em suas contas, no seu direito adquirido. Os bancos se apropriaram indevidamente

da poupança, eu diria, de milhões de brasileiros. Por isso, quero fazer aqui este depoimento.

Sr. Presidente, no decurso da primeira semana do mês de março deste ano, toda a imprensa nacional repercutiu largamente a iniciativa da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), que protocolou ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que a Corte considerasse constitucionais os planos econômicos vigentes de 1986 a 1991. Esses planos – cinco deles, para ser mais exato: Plano Cruzado, de 1986; Bresser, de 1988; Verão, de 1989; Collor I, de 1990; e Collor II, de 1991 –, segundo opinião da maioria dos especialistas isentos, demonstram grandes perdas aos titulares das cadernetas de poupança, porque reduziram, por meio de mecanismos os mais variados, o percentual devido e correto da correção monetária a que tinham direito os poupadores.

Na implantação do Plano Verão, por exemplo, uma medida provisória determinou que o rendimento das cadernetas seguisse a remuneração das Letras Financeiras do Tesouro (LFT), não mais, como era devido, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), como era feito até aquele momento. Ora, essa mudança representou efetivamente uma grande perda para os poupadores. Estamos falando, Sr. Presidente, principalmente dos pequenos poupadores, que foram os mais lesados.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor calcula que, nessa ocasião, em janeiro de 1989, a caderneta de poupança teve sua rentabilidade reduzida – olhe bem, Senador Mão Santa! – de 42,2% para 22,35%. Perdeu a metade daquilo a que tinha direito. Foi tal como diz o ditado: de janeiro a janeiro, o dinheiro fica na mão do banqueiro.

Os outros planos impingiram aos depositantes perdas semelhantes, com certeza, a essa, somente variando, é claro, sua dimensão financeira em cada oportunidade. E, para eximir-se da responsabilidade sobre tais prejuízos ao nosso povo, os bancos foram ao STF.

Uma situação dessas, de todo modo, não poderia passar despercebida das organizações de defesa do consumidor ou mesmo do público em geral. Assim, começaram, corretamente, a multiplicar-se, há algum tempo, as ações judiciais propostas pelos poupadores, cobrando das instituições financeiras a diferença, a menor verificada nos índices, que, naquelas ocasiões, remuneraram as cadernetas. Ou seja, pagavam um índice menor, quando o correto seria pagar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). E o valor envolvido, Sr. Presidente, de fato, sobe a uma quantia considerável, constituindo, na verdade, o fator que levou os bancos a se mobilizarem com essa ação.

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) estima que há, hoje, na Justiça, cerca de 550 mil ações

demandando a correção dos índices de remuneração das aplicações em poupança. A mesma organização calcula em R\$170 bilhões o risco potencial dos bancos com essas causas, ou seja, os bancos vão ter de pagar o que devem aos poupadores.

Do lado dos fatos, Sr. Presidente, agravando ainda mais a percepção de risco da banca, a maioria das ações judiciais vem sendo ganha pelos depositantes. Mais ainda: o direito de reclamar as perdas, limitado pela lei a vinte anos, já venceu para os planos decretados no período do Governo que antecedeu o Governo Collor. E estão para vencer os pacotes baixados no período Collor, contribuindo para a multiplicação das demandas judiciais verificadas nos últimos tempos.

A situação, em resumo, configura-se da seguinte forma: se o pedido dos bancos for aceito pelo Supremo, eles ficarão livres do dever de ressarcir os poupadores; caso vençam os correntistas, não somente os bancos verão cair por terra seus argumentos, mas também a decisão fixará entendimento para que sejam julgadas as centenas de milhares de ações que, hoje, correm na Justiça, ainda sem definição de mérito.

Mais uma vez, em nossa história, portanto, está colocado o conflito entre os grandes e os pequenos, entre os poderosos e os sem poder, entre os que lucraram em qualquer circunstância e aqueles que, ao fim e ao cabo, sempre pagam a conta: o povo.

Por isso, Sr. Presidente, fiquei interessado em garimpar e em avaliar as estratégias e os argumentos levantados pelos defensores instalados nos dois lados da questão. E as conclusões a que cheguei não poderiam ser mais claras, nítidas, transparentes e definitivas.

Em primeiro lugar, salta aos olhos do observador menos incauto a retomada de uma tática sempre utilizada por aqueles que devem muito dinheiro ao povo e que não querem pagar: a ficção, dizendo que vai ser uma decisão apocalíptica. O termo – carregado de ironia, é claro – descreve uma palavra de ordem muito batida e desgastada, que sempre repete um mesmo bordão: se essa conta tiver de ser paga mesmo, os bancos, conforme dizem, vão falir, e isso é muito ruim para o País.

Dessa vez, na verdade, há até mesmo uma novidade: o argumento de que, nesta conjuntura de crise financeira internacional, é extremamente perigoso ameaçar os lucros dos bancos, já envolvidos por uma forte onda de descrédito que percorre todo o mundo. Ora, isso tudo é muito questionável, Sr. Presidente, em primeiro lugar por que o sistema bancário brasileiro é considerado saudável, seja em função do vultoso investimento feito pelo Estado no setor, por meio do Proer, no Governo anterior, seja em vista dos lucros

espetaculares que vêm sendo auferidos pelos bancos, desde então.

Sr. Presidente, concedo que R\$170 bilhões até possam ser uma grande quantia de dinheiro – e de fato o são –, em especial para a escala financeira do povo, cujo horizonte habitual não atinge sequer a casa dos milhares. Mas a escala de valor dos bancos é totalmente diversa. Veja alguns dos números setoriais, Sr. Presidente: o valor global dos ativos administrados pelos dez maiores bancos do País – numa conta total que ultrapassa 160 instituições – está estimado – eu falava antes em R\$170 bilhões – em cerca de R\$1,9 trilhão! Numa conta total que ultrapassa 160 instituições, estima-se que eles têm em mão cerca de R\$1,9 trilhão.

Quanto à lucratividade dessas instituições – embora o ponto dispensasse mais comentários, dada a frequência com que o assunto é tratado aqui, neste plenário –, vale a pena entender sua evolução recente. Para tanto, cito dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), constantes de sua Nota Técnica nº 55, de 2007. Diz o Dieese:

Após o impacto do Plano Real, com o fim da receita inflacionária, os bancos passaram a acumular sucessivos recordes de lucratividade, com aumentos expressivos de receitas e redução de custos.

Entre 1994 e 2006, a receita de prestação de serviço global dos onze maiores bancos registrou um aumento real (acima da inflação) de 222% em relação ao Índice Geral de Preços – IGP, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No mesmo período, a despesa total desses bancos caiu 34,6%, o que resultou no aumento real de 611,3% de lucro líquido global.

A informação é clara! E, além de tudo, o percentual de poupadores que entraram com ação contra os bancos ainda é muito pequeno em relação ao total dos que poderiam fazê-lo, embora sua quantidade, como vimos, impressione em termos absolutos.

Nada mais é preciso acrescentar, para deitar por terra as alegações das instituições financeiras.

Nesse caso, aliás, é lícito traçar um paralelo com ação feita pelo Governo Federal – mais precisamente pelo Ministério do Trabalho, então sob a gestão do nobre Senador Francisco Dornelles – no âmbito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A iniciativa, alcinhada com certo exagero como “o maior acordo do mundo”, guarda, apesar de tudo, muitas e preciosas lições para os bancos. Inicialmente, cabe o paralelo, visto tratar o caso de diferenças, a menor, verificadas

nos índices de correção dos saldos do FGTS utilizados na implementação dos Planos Verão e Collor I.

Naquela oportunidade – em vista do acórdão do STF, que entendeu devidos os diferenciais de 16,64%, relativos a janeiro de 1989, e de 44,8%, relativos a abril de 1990 –, o Governo estruturou uma proposta de pagamento aos cotistas do Fundo, formatada em parcelas semestrais, com períodos variados de carência para os valores mais elevados.

Sr. Presidente, não que eu concorde com alguns dos mecanismos utilizados para fechar a conta, como o acréscimo da contribuição das empresas ao FGTS, a utilização de correção monetária parcial na atualização dos valores devidos, o deságio – que trouxe prejuízo aos trabalhadores – de até 15% para os valores mais elevados. Isso, não! Mas é justo ressaltar que o Governo, naquela ocasião, foi decidido, soube se mexer. Foi à luta, encontrou os recursos – o que sabemos ser, inclusive, um problema menos complicado para os bancos – e fez refluir não somente parte expressiva do prejuízo dos trabalhadores, mas também um verdadeiro mar de ações judiciais, que entulhava as varas de Justiça pelo País afora.

Sr. Presidente, ainda numa segunda linha de argumentação, segue os banqueiros alegando – de forma curiosamente contraditória com a primeira – que, se os bancos tiverem de repor a subcorreção da poupança, cobrarão essa conta do Governo Federal, ou seja – dizem eles – do Tesouro Nacional e, em alguma instância, do conjunto do povo brasileiro.

Embora improcedente em sua essência, essa argumentação é maldosamente engenhosa, querendo induzir à conclusão de que, ao fim, ao cabo de tudo, os brasileiros terão de pagar por um benefício concedido ao conjunto, relativamente menor, dos poupadores. É como se os brasileiros fossem culpados de os bancos se apropriarem do dinheiro dos poupadores e, por isso, tivessem de pagar. Ora, é uma proposta absurda, maldosa, com uma inverdade em sua essência, principalmente porque esse pretensão direito não tem sido de fato reconhecido pelo Judiciário. O que há, na verdade, é o contrário: uma significativa série de decisões, todas afastando a hipótese de responsabilidade da União sobre os supostos prejuízos dos banqueiros.

Qual é, então, o caminho legítimo que restou aberto à ação dos bancos? Inicialmente, primeiro, o da coragem de encarar de frente uma situação que, embora não seja apocalíptica, como muitos querem, é decerto um momento de circunspeção para todo o sistema bancário.

Somente com esse tipo de atitude, enfrentando-se o problema, sem negaceios e sem desinformações, será possível alcançar uma solução adequada, como

fizemos com o Fundo de Garantia, para os valores que, hoje, indiscutivelmente, são devidos a uma multidão de aplicadores da caderneta de poupança. Essa multidão, aliás, ainda está lá, ajudando os bancos; ela ainda é cliente do sistema bancário e tem sustentado, até hoje, seus lucros astronômicos e crescentes.

Nada mais justo, portanto, que essa dívida para com o poupador encontre, com muito diálogo, mas também com a maior brevidade possível, os caminhos do acerto de contas, caminhos que conduzam à plena reparação dos lamentáveis “erros cometidos pelos cozinheiros de planos econômicos”.

Finalizo, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a tolerância, deixando uma recomendação e um apelo aos bancos brasileiros – instituições detentoras dos recordes mundiais de lucratividade. A recomendação é esta: assumam suas responsabilidades junto aos poupadores brasileiros; paguem o que eles têm de direito. Eles são os pequenos, os sem-fortuna, os humildes entre os que puderam por pouco escapar à miséria ainda reinante no País. Deem o exemplo e sejam dignos da confiança que os depositantes de pequenas e de grandes quantias ainda concedem aos bancos do nosso País.

O apelo, por sua vez, é mais singelo: movam-se com rapidez em direção às soluções possíveis. Passados vinte anos do advento da era dos planos econômicos, poupadores idosos morrem todos os dias, sem poder usufruir de um direito seu, líquido e certo. Isso não é justo para com uma geração que tanto se sacrificou, para nos legar o Brasil de hoje, o Brasil da estabilidade econômica. Isso não pode prosperar mais.

Sr. Presidente, essa era a minha fala. Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a. Espero que os banqueiros sejam sensíveis e paguem somente o que os poupadores têm de direito. Essa é a expectativa, e, por isso, fiz questão de fazer este pronunciamento nesta tarde.

Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos cumprimentos ao Senador Paulo Paim, em defesa dos poupadores contra os ganhos absurdos dos banqueiros!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me concede só mais um minuto? Enquanto o Senador Flexa Ribeiro está vindo à tribuna – e o Senador Garibaldi já pede a palavra pela ordem –, quero, mais uma vez, enfatizar a importância da reunião hoje com o Presidente Michel Temer, que assegurou a todos – V. Ex^a e todos os Senadores enfatizaram – que quer colocar em votação o fim do fator previdenciário, o reajuste dos aposentados com o mesmo índice de reajuste concedido ao salário mínimo e também o projeto que repõe as perdas o mais rapidamente possível.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, nobre Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, quero dar o testemunho de que V. Ex^a me ligou, dizendo que estava na reunião com o Ministro Tarso Genro – até fiz um comentário aqui – e que, por isso, não estava lá. Fiquei feliz de ver agora, há questão de minutos, uma declaração do Líder do Governo na Câmara, o Deputado Henrique Fontana, dizendo que o Governo está convencido de que temos mesmo de acabar com o fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero fazer um aparte, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex^a já encerrou seu pronunciamento. Para falar pela ordem, V. Ex^a é o próximo inscrito.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero parabenizar o Senador Paim, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex^a está parabenizado por todo o Brasil, e V. Ex^a está incluído entre os brasileiros. A luta pelos aposentados é nossa, é de todos nós.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a não permite que eu faça louvor ao trabalho do Senador Paulo Paim? É lógico que vai permitir. Eu pediria licença ao Senador Garibaldi só para parabenizar o Senador Paim. Sua luta, reconhecida por todos no Brasil, tem nosso apoio, o apoio do Senador Mário Couto, do Senador Mão Santa e do Senador Garibaldi, que, gentilmente, permite esse aparte. Hoje, eu estava na reunião da Comissão de Relações Exteriores com o Ministro Tarso Genro e, preocupado com o compromisso com o Presidente Michel Temer, fiz o contato com V. Ex^a e com o Senador Mário Couto. Quando eu me dirigia à Casa, já tinha concluído a audiência. Mas o Senador Mário Couto fez um pronunciamento da tribuna, relatando, como V. Ex^a, a audiência, que foi auspiciosa. O Presidente Michel Temer reconhece a importância dos projetos de V. Ex^a e se comprometeu a pautá-los tão logo haja a abertura...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da pauta, com as medidas provisórias.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Comprometeu-se a apreciá-los tão logo haja a abertura da pauta com as medidas provisórias, e isso deve ocorrer em abril. Então, era o que V. Ex^a pedia, o que eu pedia, o que o Mário Couto pedia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Era o que todos nós pedíamos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nós todos pedíamos isso. Nós e os Deputados vamos discutir o mérito e votar conforme a consciência de cada um. Como disse o Senador Mário Couto e como V. Ex^a tem dito aqui, o projeto, assim como foi aprovado por unanimidade aqui no Senado Federal, será também, se Deus quiser, aprovado por unanimidade na Câmara, para que possamos fazer justiça com todos aqueles que dedicaram suas vidas ao crescimento do nosso País e que hoje vivem em situação de penúria face o esmagamento da sua aposentadoria ou pensão. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, só digo esta frase: estavam lá presentes Senadores e Deputados de todos os partidos na Câmara e no Senado. Isso é muito bom e mostra unidade em cima de uma causa.

Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito obrigado, Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Garibaldi, que pacientemente aguarda.

Essa é uma virtude que V. Ex^a carrega ao longo dos anos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Eu estava ouvindo, mas não só com paciência, estava ouvindo com alegria essa comunicação do Senador Paulo Paim, que recebeu o aparte do Senador Flexa Ribeiro, a respeito da maneira como foram recebidos hoje por S. Ex^a o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, que se dispõe a votar, na Câmara, os projetos de iniciativa do Senador Paulo Paim em favor dos aposentados, que, no Senado, como sabe muito bem o Senador Mão Santa, foram todos eles aprovados por unanimidade. Inclusive, na época em que eu era Presidente desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a me permite? Aqui, na Presidência, é que seria o lugar ideal para V. Ex^a. É o seguinte: só foi possível esse espaço porque V. Ex^a permitiu que realizássemos as vigílias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu me alegro por saber que essa luta está tendo desdobramento, está tendo continuidade e, sobretudo, está tendo êxito. Eu, que sou muito abordado pelos aposentados no meu Estado, o Rio Grande do Norte, que me perguntam o que será desses projetos, tenho dito a eles dessa perspectiva de que eles possam ser votados e que, principalmente, possamos ter uma solução mais rápida, acredito, mais de imediato, para o chamado fator previdenciário.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu venho fazer um registro rápido porque terminamos agora a reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento da Crise com a Comissão de Assuntos Econômicos. Essas duas Comissões ouviram a palavra do ex-Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega; do professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro José Márcio Camargo; do ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Marcos Lisboa; e do professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro Luiz Schymura na sala da Comissão de Assuntos Econômicos, contando com a presença do Presidente José Sarney, que para lá também se deslocou, tendo feito o encerramento da reunião.

É importante que possamos ter, Sr. Presidente Mão Santa, outras reuniões como aquela que acabou de ser realizada. Tivemos um debate, depois das exposições, entre os Senadores, os professores e os especialistas. Quem não conhece Mailson da Nóbrega, que foi Ministro da Fazenda, inclusive, do Governo de José Sarney? Quem não conhece Marcos Lisboa, que foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda? Todos eles levaram a sua contribuição, a sua experiência, e todos eles reconheceram a gravidade de uma crise que não tem precedentes, nem mesmo com relação à crise de 1929, porque agora nós temos uma crise num mundo globalizado. Ninguém vai ficar de fora dessa crise, essa que é a verdade. Ninguém vai ficar imune a essa crise.

Todos eles foram unânimes em dizer que é, sobretudo, uma crise de crédito; daí por que os governos de todo o mundo estão atacando a mola propulsora do crédito. É uma crise, sobretudo, de recursos para que o desenvolvimento possa voltar a acontecer. Essa desaceleração está acontecendo no mundo inteiro e, com maior intensidade, nos países mais desenvolvidos. Mas os países como o nosso também estão sofrendo as consequências. E a maior consequência é, realmente, a paralisação dos negócios, o desemprego que isso acarreta. E as soluções são essas que estão sendo dadas, que não se constituem em nenhum milagre, mas é esse o receituário com relação à crise, que é, justamente, fazer com que as empresas não parem. E há uma preocupação muito grande de que, na medida em que elas venham a parar, mesmo que não totalmente, o desemprego venha a acontecer.

Eu poderia fazer outras considerações, mas estou sabendo da disposição do Senador Flexa Ribeiro de falar e não quero privá-lo de maneira nenhuma da possibilidade que ele tem, agora, de fazer o seu discurso. Só não me comprometo a ouvi-lo, porque realmente não tenho condições de permanecer aqui no plenário. Peço, portanto, desculpas ao Senador Flexa

Ribeiro. E S. Ex^a já está dizendo que o discurso dele não vai sair por menos de 30 minutos.

Por outro lado, agradeço ao Senador Mão Santa. Ainda voltarei a falar, claro, sobre essa questão da crise.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Garibaldi, V. Ex^a pode dar sequência ao pronunciamento. Eu aguardarei, atento ao pronunciamento brilhante, como sempre, de V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não, mas eu prefiro tratar do assunto numa outra oportunidade, na próxima semana, Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria apenas fazer este registro, aplaudir aqui a iniciativa do Presidente Sarney de criar essa Comissão, aplaudir a condução do Senador Francisco Dornelles, que é o Presidente da Comissão, e dizer que nós, da CAE – essa Comissão integrada por 27 Senadores, da qual sou Presidente –, estamos dispostos a colaborar com essa outra Comissão especial, para que desmistifiquemos essa crise, que é grave, mas que não deve nos levar nem à perplexidade nem ao desespero.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores inscritos...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem, Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores e o Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ... incansável membro desta Mesa Diretora do Senado.

Sr. Presidente, para registrar, e gostaria que fosse dada como lida pela Mesa, por V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – AM) – Eu só pediria permissão para prorrogar, porque regimentalmente terminaria às 18 horas e 30 minutos, por mais meia hora...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...para que V. Ex^a e os outros Senadores se manifestem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é para inserir nos Anais desta Casa, do Senado da República, a coluna deste grande jornalista, articulista, Jânio de Freitas, na **Folha de S. Paulo**, de domingo: “*História à Brasileira*”.

Historiadores à brasileira não sabem que ditaduras vão até onde lhes é vitalmente necessário, e enquanto podem.

Diz a matéria:

Uma vergonha, ao menos uma, o Brasil tem. É um tal de esconder ou falsificar a pró-

pria história, que este vício passa, ele próprio, a ser história. Só agora, passados 70 anos, liberam-se atas de reuniões do Conselho de Segurança Nacional da década de 30, mas depois de extirpar-lhes mais de 400 linhas. As linhas encobertas são os esconderijos das verdades que mais importam para o conhecimento das posições, circunstâncias e decisões do momento em questão.

Na entrega das atas, que vão de 1935 a 88, o seu guardião nos últimos anos, ministro de Segurança Institucional, general Jorge Felix, deu a justificativa oficial para os vetos: “Os povos são muito emocionais. Poderíamos ter constrangimentos com países vizinhos por declarações feitas nos anos 30” [do século passado]. Na prática, desde então são passadas três gerações. Como os demais países, o Brasil atual pode, eventualmente, explicar declarações (no caso, em reuniões fechadas) do passado, pode desautorizá-las, mas não pode responder por elas. Mesmo que expressem, mais do que opiniões pessoais, propósitos hostis. Como foi o caso do ministro da Justiça que propôs, na década de 60, a criação de um episódio bélico com o Paraguai (começava o assunto Itaipu), como pretendo recurso para unir a opinião pública brasileira em torno dos militares.

Os aspectos mais decisivos no desencaixar do golpe de 64 tornam-se progressivamente disponíveis graças à abertura de arquivos dos Estados Unidos. O embaixador Lincoln Gordon, até hoje vendido aqui como pessoa íntegra e bem intencionada em relação ao Brasil, já em seu primeiro encontro com Kennedy, na Casa Branca, propôs um golpe aqui [aqui, Brasil]. Isso se sabe por recentes liberações de documentos nos EUA, onde já o governo Kennedy está escancarado e até material do pequeno Bush começa a estar ao alcance público.

O que já era um cofre inexpugnável da documentação brasileira, ganhou de Fernando Henrique um reforço de obscurantismo estarrecido. O “intelectual príncipe da sociologia” passou a duração do sigilo de documentos oficiais, de 20, 30 anos, para três gerações nos casos mais brandos e, em outros, até a infinidade dos tempos. Já no governo Lula, Fernando Henrique quis explicar-se com a afirmação de que assinou o ato “sem medir as consequências”.

Esquecido do que disse então, Fernando Henrique traz nova narrativa, reproduzida por

Fernanda Krakovics e Luiza Damé no Globo: assinou o decreto como ato “de rotina”, ao recebê-lo “da secretaria que tratava de assuntos militares”, o que caracterizou, “seja um descuido burocrático, seja má-fé de alguém não especificado”.

Não especificado? Pois sim. O tempo não diminuiu a inverdade de Fernando Henrique para livrar a sua face comprometida como nenhuma outra. É grosseiramente claro que nenhum professor de sociologia, história ou afins deixaria de perceber as consequências óbvias da ampliação de sigilos documentais. Nem assinou como ato de “rotina” que, por descuido ou má-fé, o pegou desprevenido.

Tão logo o decreto obscurantista foi divulgado, ex-colegas de Fernando Henrique na universidade e muitos outros, inclusive no exterior, reagiram pelos meios de comunicação. Se vítima de inadvertência, Fernando Henrique teria emitido novo ato, com a correção do anterior, como fez inúmeras vezes.

Pressionado, Lula afinal se dispôs a alterar a regra de Fernando Henrique. Só, porém, para dizer que a alterara, porque até o sigilo infinito permaneceu.

Não é por acaso que um professor universitário de história faça a afirmação, por exemplo, de que “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural”. Deuse no artigo “Ditadura à brasileira”, de Marco Antonio Villa, Folha de 5.mar.09.

Os militares derrubam um governo constitucional, prendem aos milhares pelo país afora, cassam mandatos parlamentares legítimos nas três instâncias legislativas; impõem ao Congresso subjogado a escolha entre três ou quatro generais, para figurar como presidente; governam por ato institucional e decreto-lei; extinguem os partidos; excluem do serviço público, das autarquias e estatais os opositores reais ou supostos, e, para não ir mais longe, instituem a espionagem no país todo. E, fato muito esquecido hoje em dia, iniciam a tortura nos quartéis e os assassinatos. Início bem comprovado, por exemplo, pela foto de Gregório Bezerra puxado por corda no pescoço em Recife. Ou pela celebridade de pessoas como o capitão Zamith, acusado da morte por tortura de um estudante de medicina na Vila Militar do Rio (...), e do sargento Raimundo,

torturado no Exército e jogado no rio em Porto Alegre, morto ou para morrer.

Mas “não é possível chamar de ditadura” ao domínio do país por tal regime. Então só pode ser “a democracia” dos historiadores à brasileira. Até por ter “movimentação político-cultural”, permitida entre 64-68 quando não incomodava o regime, servindo mesmo como válvula de escape, e reprimida com vigor quando incomodava.

Os historiadores à brasileira não sabem que as ditaduras vão até onde lhes é vitalmente necessário, e enquanto podem fazê-lo. A diferença entre elas não é a sua essência, nem a sua prática: é a medida do necessário. (Jornal **Folha de S.Paulo**, domingo, 8 de março de 2009.)

Penso, Sr. Presidente, que essa escrita de Jânio de Freitas é muito importante. Diz respeito a um passado recente da nossa história, e a alguns historiadores que tentam mudar aquilo que foi tão combatido pelos democratas de 64 a 84, Presidente. Esse é um período em relação ao qual nós não podemos tergiversar, é o período da ditadura militar. V. Ex^a, do antigo MDB, V. Ex^a, que lutou pelas liberdades... Nós não podemos – este é o mérito de Jânio de Freitas – minimizar, nós não podemos passar uma borracha num período tão nefasto, um período que sugou, que tolheu a democracia, que tirou um Presidente eleito constitucionalmente.

Então, por isso, li essa matéria, que considero atual, historicamente correta. Fiz questão de lê-la para que o Senado guarde nesta sessão essa história recente do Brasil na visão de um grande jornalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dada a impaciência em que estava o Senador Flexa Ribeiro, eu ouvia pacientemente, porque realmente é importante V. Ex^a chamar o Brasil para que nunca mais ocorra na nossa democracia períodos de exceção. E eu acrescentaria ao historiador e jornalista Jânio Freitas, que V. Ex^a sintetizou, que os brasileiros e as brasileiras devem ler Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, que sintetiza também o mal de uma ditadura, mesmo civil, de Vargas, que era um homem bom e um estadista. E, além desse trabalho de Jânio de Freitas, Elio Gaspari, o grande jornalista, traduziu em vários compêndios a ditadura escancarada, a ditadura decadente. V. Ex^a teve essa oportunidade de mostrar ao Brasil que nunca mais deve ocorrer esse período de exceção da nossa democracia.

Para isso aprendi com Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu a ditadura Vargas e disse que o

preço da liberdade democrática é a eterna vigilância, e este Senado é esta vigilância.

Convidamos para usar da palavra como último orador inscrito e com a sua peculiar capacidade sintética, o representante do Estado do Pará, do PSDB, Flexa Ribeiro.

V. Ex^a desistiu da palavra?

Ansiosamente o Pará e o Brasil aguarda a palavra de V. Ex^a, e eu desejoso de aprender mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, é mais fácil V. Ex^a desistir de presidir as sessões, o que faz com enorme competência, do que eu deixar de me dirigir ao povo do meu querido Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Do Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Do Brasil evidentemente, até porque a matéria a que vou me referir hoje é de interesse nacional, já que o Pará faz parte do meu Brasil. Sem sombra de dúvida, o futuro do nosso País está na Amazônia e na Amazônia está o Pará.

Senador Mão Santa, recorro à matéria publicada, hoje, dia 12 de março, no **jornal Valor Econômico**, assinada pelo jornalista Juliano Basile, para fazer justiça – e V. Ex^a, sem sombra de dúvida, é um defensor da Justiça – com os mentores da privatização das teles no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A decisão é do Juiz Titular da 17^a Vara Federal de Brasília, Dr. Moacir Ferreira Ramos, dez anos depois do início da tramitação do processo – dez anos depois, uma década – que absolveu os integrantes do alto escalão do Governo da acusação de terem privilegiado o Banco Opportunity e outras empresas durante o leilão de venda da Telebrás em 1998.

O relatório exime, explicitamente, o então Ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros de qualquer culpa – dez anos depois.

O caso envolve dois ex-Presidentes do BNDES – André Lara Resende e José Pio Borges – assim como o ex-Presidente da Anatel, Renato Guerreiro, todos igualmente inocentados pela Justiça.

A conclusão, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, é que eles não atuaram para interferir na concorrência, de modo a favorecer alguns participantes do leilão. Segundo o Juiz, o Dr. Moacir Ferreira Ramos, aconteceu justamente o contrário: eles teriam é viabilizado o certame. As empresas também não sofreram qualquer advertência por parte do juiz.

O juiz Ramos fundamentou sua conclusão no Parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisou as denúncias de interferência no leilão da Telebrás. Esse parecer concluiu que os atos praticados pelos réus “não resultaram em dano ao Erário, posto

que não restringiram o caráter competitivo da licitação e tampouco a isonomia do certame”.

Há trechos do relatório do TCU que eximem explicitamente Mendonça de Barros de qualquer culpa. O TCU concluiu que a atuação de Mendonça de Barros teve o objetivo de “favorecer e não frustrar a competição no leilão da Tele Norte Leste”.

“Penso ser importante enfatizar que essa ação foi promovida em decorrência de representação feita por alguns políticos que, à época das privatizações do setor de telefonia, ostentavam notória oposição ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que então administrava o País”, escreveu o juiz.

Não posso deixar de destacar que os integrantes do PT (esse é o Partido dos políticos a que o Juiz faz referência na sua sentença), que entraram com representação para que o Ministério Público ingressasse com a ação – uma lista, Senador Mão Santa, encabeçada pelo Senador Aloizio Mercadante, do PT de São Paulo, e pelo Presidente do Partido, Ricardo Berzoini –, tomaram um puxão de orelhas do Juiz.

Ele considerou que os integrantes do PT poderiam ter contribuído com as investigações quando o Partido assumiu o Governo em 2003. Mas isso não aconteceu. Assim, houve uma dificuldade em produzir novas provas no caso e, daí, a sentença pela improcedência das acusações.

“Ele citou nominalmente: Mercadante, Berzoini, Vicente de Paula da Silva (Deputado pelo PT-SP), João Vaccari Neto (filiado ao PT e Presidente do Sindicato dos Bancários)”. “Sobreveio o Governo do Senhor Luiz Inácio da Silva”, continuou o Juiz. “Ora, se havia a preocupação com a apuração desses fatos, por que esses nobres políticos não interferiram junto ao Governo atual, ao qual tem dado suporte, para que fosse feita, a fundo, a investigação dessas denúncias – sérias, enfatize-se – que apontaram na representação?”, questionou o Juiz.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria que fosse consignado nos Anais da Casa, em nome da Liderança do PSDB, em nome de toda a Bancada do PSDB no Senado Federal, a íntegra da sentença, que passarei à Mesa do Senado para que possa ser incluída nos Anais da Casa. Ao mesmo tempo, encaminho à Mesa requerimento de voto de enaltecimento aos senhores Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Lara Resende, José Pio Borges e Renato Guerreiro pelo resgate da honorabilidade e correção no exercício da função pública. Requeiro também, Sr. Presidente, que esse voto de enaltecimento seja encaminhado aos homenageados.

Dez anos depois de iniciada uma ação, por uma motivação política, pelo Senador Aloizio Mercadante

e outros políticos do PT, a Justiça brasileira dá uma sentença dizendo que o Ministro e os Presidentes do BNDES e da Anatel não tiveram nenhuma ingerência para privilegiar ninguém. Pelo contrário, privilegiaram, sim, a Nação brasileira, permitindo que o Brasil, através de um projeto do saudoso Ministro Sérgio Motta, pudesse, em pouco tempo, resgatar uma dívida no setor de telefonia, que permite aos brasileiros dos rincões mais afastados, como os da minha Amazônia, ter acesso ao serviço de comunicação.

Presidente, V. Ex^a há de me permitir que eu faça aqui um registro da presença de lutadores, guerreiros, eu diria, do Município de Altamira, do Município de Novo Progresso, da região da Santarém-Cuiabá, da Vila de Castelo dos Sonhos, de Cachoeira da Serra, distritos do Município de Altamira.

O Senador Mário Couto, no início da sessão de hoje, fez aqui um brilhante pronunciamento, Senador Mão Santa, eu diria, até com alegria por de ter tido aquela audiência, a que o Senador Paim também fez referência aqui, com o Presidente Michel Temer, da Câmara, em que ele se comprometeu a pautar os projetos de autoria do Senador Paulo Paim que beneficiam, ou melhor, beneficiam não, fazem justiça aos aposentados do Brasil.

O Senador Mário Couto fez referência à presença da Prefeita Odileida, que estava, àquela altura, na Tribuna de Honra do Senado, como também do Prefeito Humberto, de Salvaterra, do arquipélago de Marajó, que também estava aqui. Mas agora quero fazer a apresentação para o Brasil porque o Pará, Altamira e Novo Progresso já os conhecem bastante, conhecem sua luta.

Sabe para que eles estão vindo aqui, Senador Mão Santa? São todos pequenos produtores da região que foi atingida, de forma descabida, por um decreto da Presidência da República, criando a Flona Jamanxim, que engessa, que proíbe a sobrevivência de pessoas como o Sr. Cavalcante. Levante-se, Sr. Cavalcante, fique aí mesmo. Sr. Cavalcante, que o Brasil precisa conhecer, é um pequeno produtor rural lá no eixo da Santarém-Cuiabá, que está atingido pela Flona Jamanxim. Sabe quanto é a propriedade do Sr. Cavalcante, Senador Mão Santa? Sabe qual é a área? Cento e quarenta hectares. Isso, na Amazônia, é quintal. Nesses 140 hectares de terra, o Sr. Cavalcante tira o sustento da sua família. E o Ministério do Meio Ambiente, ao criar a Flona Jamanxim, quer matar de fome, expulsar o Sr. Cavalcante – ele representa aqui milhares de pequenos produtores rurais atendidos pelo Pronaf –, quer expulsá-lo de uma atividade que ele exerce há mais de vinte anos naquela região, ajudando a manter a região para o nosso País.

O Sr. Antonio Cavalcante tem 61 anos de idade, é pai de seis filhos e representa aqui a Associação dos Produtores Rurais da Estrada Vicinal Mutuacá. Sabem onde fica isso? Ele mora na Vila Isol, Km 1000, no Município de Novo Progresso. Sr. Cavalcante representa, como eu disse, milhares de produtores naquela região da Flona Jamanxim. Mas, no caso da Vila Isol, ele representa quarenta produtores – brasileiros, paraenses de coração – que estão impedidos pelo Governo, pela criação da Flona Jamanxim, de darem continuidade ao sustento das suas famílias. A situação é precária na região onde vive.

Seria interessante que esses defensores que não olham para o ser humano conhecessem a situação em que vive o Sr. Cavalcante e os seus outros companheiros. Seria interessante que fossem lá na Vila Isol e vissem que ele não tem acesso às estradas vicinais. As que existem foram construídas e recuperadas pelos próprios moradores. O Incra lá não dá sinal de vida. Nada de auxílio do Governo Federal ou Estadual. Não há energia elétrica, Senador Mão Santa. Telefone nem se fala, ou qualquer tipo de comunicação.

Ainda ontem, no Instituto Chico Mendes, quando nós discutíamos o texto de um TAC que vai permitir, por dois anos, que aqueles que já ocupam aquela área não sejam incomodados pelo Ibama, um técnico do Instituto Chico Mendes dizia que, para fazer a manutenção do pasto, ou a manutenção da estrada vicinal, o Sr. Cavalcante tinha que comunicar primeiro ao Ibama. Aí, foi perguntado ao Dr. Paulo: “Dr. Paulo, como é que o Sr. Cavalcante vai comunicar? Ele não tem telefone, não tem luz elétrica, não tem acesso, pela Internet não dá”. Aí o Dr. Paulo disse: “Não, mas ele tem que se deslocar até a sede do Município”. Mal sabe ele que a sede do Município do Sr. Cavalcante fica a 140 quilômetros de onde ele mora, numa estrada precária, e que ele só vai à sede em caso de extrema necessidade. Mas terá que ir para varrer o seu quintal ou proteger a sua horta, que é uma questão de sobrevivência.

Ele produz, assim como outros brasileiros dessa região, arroz, feijão, macaxeira, abacaxi, leite, basicamente uma agricultura de subsistência. A renda garante apenas os produtos que ele precisa produzir. É quase um escambo, é praticamente um escambo: ele produz sua macaxeira e troca por açúcar, troca por sal, troca por feijão, para poder continuar sobrevivendo.

Não somos contra a criação de flonas; somos a favor do respeito aos brasileiros que habitam aquela região, porque, Senador Mão Santa, a criação de áreas de reservas deve ser precedida de audiências públicas para ouvir a população que lá habita. E, nas audiências públicas feitas na região, em todas elas, em todas elas, colocaram-se contrariamente à cria-

ção da Flona. Em todas, sem exceção. E o Ministério do Meio Ambiente, desconsiderando os brasileiros que lá vivem, fez o Presidente Lula baixar um decreto criando a Flona.

Ora, todos nós – já repetimos aqui – somos a favor da preservação da floresta, somos a favor da preservação do homem também, e queremos o desenvolvimento sustentável daquela região do meu Estado do Pará, que está sofrendo.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como temos aqui dito permanentemente - Senador Mário Couto, eu e o Senador José Nery -, é um desgoverno, um descalabro por parte dessa administração incompetente que se instalou, porque foi enganada no processo eleitoral passado. Hoje, conscientes que estão da situação em que se encontra o Estado, como diriam os petistas, “eles eram felizes e não sabiam”. Estão reconhecendo agora o que realmente pode acontecer por um engano; porque eles não erraram, eles foram enganados.

Quero terminar, Senador Mão Santa, agradecendo a esses brasileiros pela luta deles para que a gente possa continuar desenvolvendo, de forma sustentável, o Pará.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero agradecer a presença da Nelci Rodrigues, “Preta”, Presidente da Associação Vale do Garça; da Edivana Morana, Presidente da Associação das Indústrias de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra; do Luiz Helfenstein, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Gleba Imbaúba e Gorotire. O Sr. Cavalcante estava sem paletó. Tive que providenciar aqui, rapidamente, um paletó para ele, até porque ele gostaria muito de conhecer, Senador Mão Santa, o plenário do Senado Federal, para que pudesse chegar à Vila Isol e dizer que ele esteve no plenário do Senado Federal, junto com os outros companheiros, e foi reconhecido aqui pelo Presidente Mão Santa, foi registrada a presença dele pelo Presidente Mão Santa. Agradeço também a presença do Cristiano Campos Fontoura, Secretário de Meio Ambiente de Novo Progresso, da nossa Prefeita Madalena, do Vice Ricardo, que estão conosco nessa luta para que o Pará...

Novo Progresso, Senador Mão Santa, fica na Santarém-Cuiabá. Para eles saírem de Santarém-Cuiabá, nesta época do ano, têm que sair com uma semana de antecedência ou então de helicóptero. Como eles não têm helicóptero, eles têm que sair retirando os veículos dos atoleiros, porque continua aquele PAC que não deixa de ser para Santarém-Cuiabá, porque ele inexistente lá, um plano de aceleração de campanha, porque de acelera-

ção de crescimento pode ser até que venha a ser e nós queremos que realmente isso se torne realidade.

Agradeço a presença do Marcelo de Castro, que é Vereador da Câmara de Guarantã do Norte. Vamos, Marcelo, criar câmaras técnicas entre Municípios de Mato Grosso e Municípios do Pará, no eixo da Transamazônica; no Pará, Altamira, Novo Progresso, Trairão, Guarantã e outros Municípios de Mato Grosso. Vamos conversar com o Senador Jayme Campos, com o Senador Gilberto Goellner, para que juntos nós possamos também trabalhar aqui – o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Mário Couto –, no sentido de viabilizar essas câmaras técnicas, para que possamos melhorar o atendimento em saúde, a proteção ao meio ambiente e a regularização fundiária dessa região dos Estados do Pará e do Mato Grosso.

Para terminar, quero dizer que está aqui o Ivandro Barchetti, representante da Associação...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...dos Produtores Rurais do Vale do Quinze, que defende – e vamos continuar essa luta, Marcelo e Ivandro – a questão da revisão da Rebio, na nascente da Serra do Cachimbo.

Estamos aqui apoiando a luta de vocês, apoiando a luta de todos os paraenses, de todos os brasileiros que nos ajudam a desenvolver o Pará e o Brasil, para que, dentro do desenvolvimento sustentável, possamos dar melhores condições de vida para essas pessoas que lamentavelmente são esquecidas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do meu Pará, neste momento ambos exercidos pelo Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Meus cumprimentos.

Antes de encerrar, em nome da Mesa Diretora, queria apresentar nossa homenagem ao Dia do Bibliotecário, principalmente aos que fazem a Biblioteca do Senado da República Senador Luiz Viana Filho.

Quero ainda lembrar ao Brasil o que o Senador de Roma Cícero disse: “Uma casa sem livros é como um corpo sem alma”. Não resta dúvida de que a tecnologia mudou, mas traria para o meu País o pensamento de Bill Gates, que inovou. Eu entendo que um computador é uma enciclopédia eletrônica moderna, mas Bill Gates afirmou: “É claro que meus filhos terão computadores, mas antes terão livros”.

Monteiro Lobato, o escritor que educou a nossa geração, Flexa Ribeiro, dizia: “Um país se faz com homens e livros”.

Então, são esses pensamentos que queremos. Queremos que, em todo o nosso País, as famílias te-

nam em suas casas uma biblioteca; que não existam só as bibliotecas gigantes das instituições, como o Senado da República, mas que cada casa possa ter uma biblioteca. E não é apenas ter a biblioteca, mas fazer os filhos, os netos amarem os livros, buscarem os livros.

E iria mais adiante: como Senador da República, diria que bastaria cada casa, cada lar, ter uns cinco livros: *O Pequeno Príncipe*, do filósofo Antoine de Saint-Exupéry; *A Arte de Viver*, de André Malraux, que ensina a arte de pensar, a arte de trabalhar, a arte de comandar, a arte de amar e a arte de envelhecer; a *Bíblia*; *Como fazer Amigos e Influenciar Pessoas*, de Dale Carnegie, e um livro que reputo necessário a todos os jovens do Brasil, principalmente à juventude, porque a minha geração teve possibilidade de prestar serviço militar. Eu cursei o CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. O Governo, atualmente, diminuiu as chances da educação militar aos jovens. Lá se aprende disciplina, civismo, amor à pátria. Então, eu indicaria *A Lei do Triunfo*, de Napoleon Hill.

Entendo que, por meio dos livros, encaminharíamos nossa mocidade a construir o País dos nossos sonhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Gerson Camata, a Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves, os Srs. Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Humor da indústria é o pior desde 99”, publicada pelo jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 28 de janeiro de 2008.

A matéria destaca que a confiança do consumidor brasileiro melhorou no início de 2009, mas o humor do empresário trilhou caminho oposto, mostram pesquisas da Fundação Getúlio Vargas e da Confederação Nacional da Indústria.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SONDAGEM

Humor da indústria é o pior desde 99

REUTERS
SÃO PAULO

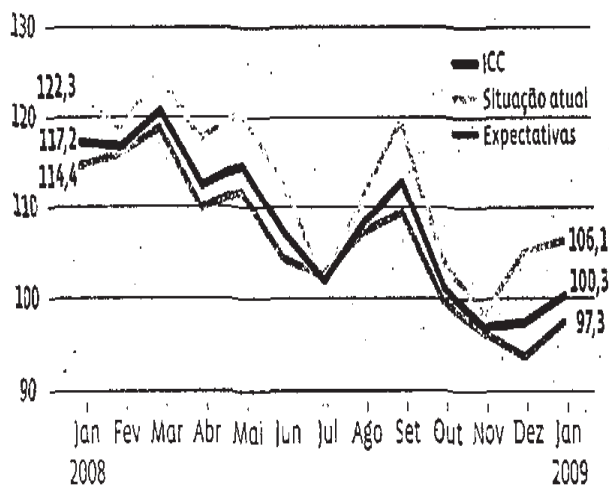
A confiança do consumidor brasileiro melhorou no início de 2009, mas o humor do empresário trilhou caminho oposto, mostraram pesquisas divulgadas ontem. O índice de confiança do consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou alta de 3% entre dezembro e janeiro, atingindo o patamar de 100,3 pontos. Apesar da melhora, a FGV ressaltou que o dado está baixo em termos históricos.

O índice de confiança do empresário industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) caiu 5,1 pontos em janeiro, para 47,4 pontos – o nível mais baixo desde janeiro de 1999. De acordo com a CNI, a perda de confiança é mais intensa entre as empresas de maior porte.

"A pesquisa revela ainda que a falta de confiança afetará negativamente o nível de investimento e a demanda das indústrias por insumos e matérias-primas", acrescentou a CNI. "Com isso, espera-se a manuten-

LEVE RECUPERAÇÃO

Sondagens de expectativa do consumidor (base: set/05 = 100)



Fontes: FGV e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

ção da tendência de desaceleração do ritmo da atividade industrial, bem como da economia brasileira como um todo."

Além da indústria extrativa, 22 dos 27 setores da indústria de transformação pesquisados registraram queda na confiança na comparação com outubro de 2008. Entre os setores com menor confiança destacam-se Veículos automotores e Papel e celulose.

O índice de expectativas do empresário manteve-se pratica-

mente estável frente ao registrado em outubro, em 53,1.

No caso dos consumidores, o quesito que mede o grau de otimismo em relação à situação econômica local nos próximos seis meses – que havia registrado o pior resultado da série histórica em dezembro de 2008 – teve uma leve melhora.

Entre os consultados pela FGV, a parcela dos que disseram esperar melhora da situação econômica ao longo dos próxi-

mos seis meses subiu de 18,3% para 22,5%.

"O índice (de confiança) piorou muito no primeiro momento e foi à lona no último trimestre. Alguns consumidores acham que não pode piorar muito", disse o coordenador da pesquisa, Aloisio Campelo, acrescentando que sempre há melhora do índice no começo de ano. "A sazonalidade dá um impulso forte nesta época do ano. É a filosofia 'ano novo vida nova'."

Ele lembrou que os dados internos da FGV apontam que o indicador de confiança dessazonalizado ficou estável de dezembro para janeiro. "Pode ser que em fevereiro haja um impacto para baixo, pois é mês de IPVA e mensalidades escolares."

A sondagem foi realizada com uma amostra de mais de 2 mil domicílios em sete das principais capitais do país. Os dados foram coletados entre os dias 2 e 22 de janeiro.

A pesquisa da CNI foi feita com 1.407 empresas, entre 5 e 26 de janeiro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasil e Argentina, é preciso reconhecer, são os principais atores do Mercosul. Foram-se os tempos de rivalidade crônica e desconfiança mútua entre os dois países, muitas vezes levadas a extremos.

A convergência entre as nações vizinhas experimentou um período mais intenso na segunda metade da década de 90, época em que, pode-se dizer, o Mercosul atuou como um verdadeiro bloco. Iniciado o novo século, entretanto, passamos a trilhar um caminho inverso. Enquanto, nos encontros de cúpula, os líderes dos países-membros exaltam as virtudes da cooperação, o clima cordial é desmentido na prática pela promoção de políticas inconciliáveis que praticamente inviabilizam as interações econômicas.

Há poucos progressos em assuntos como a criação de mecanismos de solução de controvérsias e das dificuldades para aplicar a zona de livre comércio e a união aduaneira. É óbvio que, para atingir os objetivos do bloco, são necessárias definições e ações políticas em matéria econômica e comercial. Acontece que eliminar assimetrias dessa espécie não é fácil, especialmente quando os governos não cooperam.

Como construir uma união aduaneira de verdade se os integrantes do Mercosul dispõem de inteira liberdade para adotar barreiras tarifárias? Como acabar com a cultura da atitude defensiva se parceiros recorrem ao protecionismo sempre que enxergam no horizonte alguma ameaça, real ou não, aos seus interesses?

Há anos que vivemos às voltas com obstáculos à entrada de mercadorias brasileiras na Argentina. Tornaram-se uma rotina, que enfraquece, quando não inviabiliza, qualquer empenho para o fortalecimento do Mercosul. Já em setembro do ano passado, a Argentina suspendeu as licenças automáticas de importação de mais de 800 produtos, entre os quais se encontravam vários exportados pelo Brasil. As licenças deveriam ser concedidas em até 60 dias, mas empresários brasileiros reclamam que elas podem demorar até 4 meses.

Dez por cento das vendas brasileiras estão sendo afetadas pelas licenças não automáticas de importação, o que daria um valor anualizado de US\$1,500 bilhão, considerando-se o valor das exportações de 2008. Além disso, foram aumentados os preços de referência para 120 tipos de mercadorias, muitas delas brasileiras.

Agora, nossos vizinhos impuseram uma taxa adicional de 413% à importação de talheres de aço fabricados por indústrias do Brasil. A Argentina alega a necessidade de preservação de seu parque industrial e afirma que o Brasil “distorce o comércio”, com os financiamentos concedidos pelo BNDES – financiamentos,

é bom dizer, que não ferem nenhuma norma internacional. Mas, em nome da boa vizinhança, o Governo brasileiro acatou as barreiras ao comércio entre os dois países, e ainda apresentou uma proposta de financiar as exportações da Argentina para o Brasil.

Como bloco econômico, exigimos, em julho do ano passado, o fim do protecionismo dos países desenvolvidos para garantir a liberalização do comércio mundial. Apesar do empenho do governo brasileiro, não conseguimos, em outubro de 2008, fechar um pacto de não adoção de medidas protecionistas entre os países-membros.

Em fevereiro deste ano, o Governo brasileiro enfatizou a necessidade de o Mercosul adotar mecanismos de defesa comercial comum contra eventuais efeitos de medidas protecionistas dos países ricos. Isso numa reunião à qual estava presente o chanceler argentino Jorge Taiana – que, por sua vez, reiterou a permanência das restrições à entrada de produtos brasileiros na Argentina. Podemos exigir dos outros o que não praticamos em casa?

Se está na hora de aprofundar a integração do Mercosul, é preciso que o Brasil deixe de aceitar com passividade o protecionismo argentino. As divergências entre nosso País e a Argentina sobre as formas de planejar sua integração comercial devem ser superadas pela diplomacia, mas com diálogo franco e com firmeza. Protecionismo não é solução para crise de espécie alguma, não importam suas dimensões. É um veneno, que só faz agravar os problemas e cria novos obstáculos ao crescimento econômico. Está, portanto, em completa falta de sintonia com o propósito de fortalecimento do Mercosul.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 12 de março, comemora-se o Dia do Bibliotecário, uma profissão de suma importância, mas por muitos ainda desconhecida.

Poderíamos discorrer por longo tempo falando sobre a importância do trabalho do bibliotecário para a educação de nossos jovens, a cultura e o desenvolvimento de uma nação. Mas fui surpreendida por matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, nesta data, intitulada “O bibliotecário e a era do conhecimento”, de autoria de Vera Lucia Stefavov, bibliotecária, Presidente do Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo e de Levi Bucalem Ferrari, Cientista Político, Presidente da União Brasileira de Escritores, que traduz sobremaneira a importância do trabalho dos bibliotecários brasileiros.

A matéria diz o seguinte:

As civilizações têm como marco inicial a palavra escrita, testemunho mais eloquente de qualquer cultura. Na Antiguidade, bibliotecas foram símbolo do prestígio das cidades que as abrigavam. Zelar por elas era tarefa das mais importantes, atribuída a um segmento nobiliárquico competente. Ainda não se distinguiam os papéis do escriba e os do bibliotecário, como os entendemos hoje, mas o fato é que esses profissionais gozavam de prestígio e respondiam diretamente ao soberano.

A partir da invenção da prensa móvel por Gutenberg, aumenta exponencialmente o número de exemplares por livro e surgem os jornais, os fascículos, as revistas. Logo, as bibliotecas demandaram profissionais especializados, na moderna figura do bibliotecário – que desenvolveram sistemas mais eficazes de catalogação, disposição, conservação etc.

No Brasil, esse marco foi estabelecido pelo engenheiro, bibliotecário, escritor e poeta Manuel Bastos Tigre.

A importância de sua contribuição é reconhecida também pela legislação que apontou a data de seu nascimento – 12 de março – de como o Dia do Bibliotecário no Brasil.

Em 1906, Bastos Tigre viajou para os Estados Unidos, onde conheceu Melvil Dewey, que já havia instituído o sistema de classificação decimal. A partir de 1945, trabalhou na Biblioteca Nacional e, depois, assumiu a direção da Biblioteca Central da Universidade do Brasil.

Fiéis ao espírito pioneiro de seu patrono e aos inúmeros serviços que prestou ao país e ao livro, bibliotecários brasileiros clamam na data de hoje pelo reconhecimento social que, todavia, ainda não lhes faz justiça plena. De fato predomina, entre nós, muito amadorismo na questão. Enquanto o bibliotecário é visto como luxo dispensável, não raro outros profissionais são chamados para quebrar o galho, comprometendo a conservação de acervos importantes, sua disposição racional e sua acessibilidade.

Nas escolas a situação é de calamidade pública. Muitas nem sequer possuem bibliotecas. Não raro, é algum professor que se encarrega de organizar o acervo. Em outras, os livros se atulham sob escadas, corredores ou salas inadequadas. O impacto é extremamente negativo na formação dos alunos. Na idade em que a leitura precisa ser valorizada

para que seu hábito se cristalice, o estudante vê livros tratados como entulho. Nada o convencerá mais tarde do contrário: o livro permanecerá entulho, e sua leitura, um ato despido de sentido.

Quanto ao ensino superior, as informações não são melhores. Boa parte dos grandes complexos educacionais privados costuma adquirir muitos livros. Mas, quantos? Uma centena de exemplares pode impressionar o leigo, mas está longe da suficiência se o número de alunos por curso passa da casa do milhar. Se isso é válido para uma política hipócrita em relação ao livro, imaginemos as proporções bibliotecário/usuário nessas instituições. Seu número é quase sempre insuficiente, como são precárias suas condições de trabalho.

No momento em que governo e sociedade no Brasil se dão conta de nossos vergonhosos níveis de leitura e se mobilizam para superá-los por meio de programas de incentivo, não é mais possível aceitarmos esses descabros. É o momento de convocar o bibliotecário para – ao lado do educador, do escritor, do editor e de outros – traçar os rumos de uma política eficaz e duradoura para os livros e para as bibliotecas.

Entre os novos desafios, o maior vem da tecnologia da informação, que cresce exponencialmente. Ajudar o pesquisador, o profissional e o cidadão a pinçar, entre uma infinidade de informações, aquelas que realmente lhe interessam e que são confiáveis é apenas a ponta do iceberg. De fato, a possibilidade de acesso mais democrático à informação, à literatura e à cultura em geral não permitirá que o bibliotecário se aliene em relação a desafios que trazem em seu bojo a histórica oportunidade de aliança entre cultura e consciência crítica, entre informação e emancipação.

Inicialmente, ele terá de interagir em equipes multidisciplinares, em processos de mútuo aprendizado. Aos poucos, sua formação específica haverá de impor-se como peça-chave de funções socialmente tão relevantes. O bibliotecário se mostrará, assim, indispensável. Quando isso ocorrer, a forma como esse profissional for tratado por empregadores de quaisquer tipos, pela sociedade e legislador representará indicador do grau de civilização que poderemos projetar para nós mesmos.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui esse registro em homenagem a todos

os bibliotecários do nosso País, com o reconhecimento do seu valoroso trabalho.

Muito obrigada!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Trapalhada protecionista”, publicada pela revista *Época*, em sua edição de 02 de fevereiro de 2009.

A matéria destaca aflito com o déficit comercial, o Governo criou e enterrou uma medida anti-importações em 48 horas.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Trapalhada protecionista

Aflito com o *deficit* comercial, o governo criou e enterrou uma medida anti-importações em 48 horas

Murilo Ramos e Isabel Clemente

Contestações às decisões governamentais são corriqueiras. Mas fazia tempo que o Palácio do Planalto não enfrentava tamanho motim. Foi uma crise relâmpago. Começou na segunda-feira 26, quando o governo federal subitamente passou a exigir licenças prévias de importação para cerca de 3 mil produtos comprados por empresas brasileiras, o equivalente a 60% de tudo o que o país importa. A decisão foi revogada em 48 horas, após uma grita geral de empresários e dos parceiros comerciais do Brasil.

O recuo foi decretado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, após uma consulta por telefone com o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, em missão no exterior. No fim, a confusão acabou servindo para duas coisas: deixou os parceiros comerciais do Brasil desconfiados e gerou uma pane no sistema de informática que registra os pedidos de importação. Enquanto durou a medida, importadores com medo de atrasos em seus negócios desencadearam uma enxurrada de pedidos de licença. Em vez das 2 mil requisições por dia, o Ministério do Desenvolvimento recebeu 28 mil na terça-feira passada. Com isso, o sistema travou.

A decisão de conter as importações nasceu da preocupação da equipe econômica com a balança comercial. Nas quatro primeiras semanas deste ano, as importações superaram as exportações em US\$ 645 milhões. Em

2008, o *superavit* em janeiro foi de US\$ 922 milhões (leia o quadro abaixo). Os números pioraram porque os preços dos principais produtos exportados, como soja e minério de ferro, despencaram. Mesmo com importações em queda, o buraco foi inevitável. Aflitos, os ministros partiram para uma solução controversa: dificultar as importações.

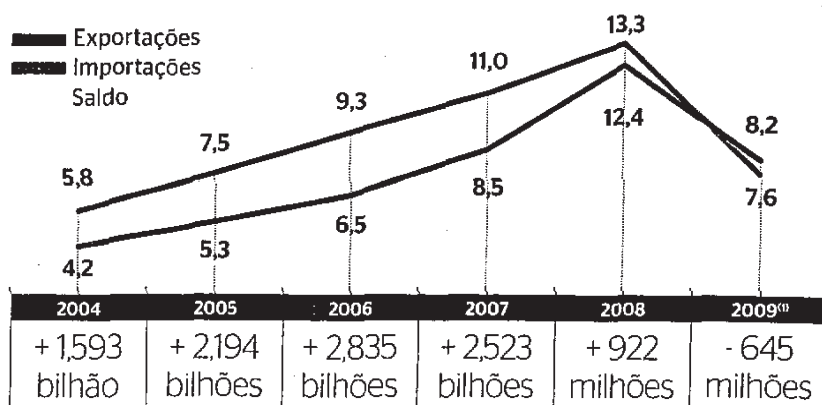
“O que tem de se fazer é o contrário, aumentar o financiamento às exportações e desonerá-las”, diz Armando Monteiro, da Confederação Nacional da Indústria. De acordo com o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José

Augusto de Castro, dificultar compras seria incompatível com o discurso brasileiro de cobrar maior abertura dos outros países. “Foi uma trapalhada, que conseguiu deixar todo mundo alerta em relação a nós.”

Além do mal-estar, a decisão de Mantega e Miguel Jorge expôs um racha entre os ministérios, com trocas de acusações sobre a autoria da ideia. “Se fosse verdade que a culpa é do Desenvolvimento, por que Mantega se envolveu tanto com o assunto?”, diz um técnico do governo. O saldo negativo do episódio, pelo jeito, vai muito além da balança comercial. ♦

Ficou vermelho

Com a crise mundial, as exportações despencaram e o saldo da balança comercial passou a ser negativo (meses de janeiro - em US\$ bilhões)



(1) Informações até a quarta semana de janeiro

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TJ reabre apuração da morte de Toninho do PT”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 28 de janeiro de 2009.

A matéria destaca que o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu reabrir as investigações sobre o assassinato do prefeito de Campinas Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, morto em setembro de 2001. Para a viúva do prefeito de Campinas, houve falhas na primeira investigação, que apontou o suposto assassino.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TJ reabre apuração da morte de Toninho do PT

Para viúva do prefeito de Campinas, houve falhas na 1ª investigação que apontou o suposto assassino

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGENCIA FOLHA, EM CAMPINAS

O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu ontem reabrir as investigações sobre o assassinato do prefeito de Campinas (93 km de SP) Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, morto em setembro de 2001.

O Ministério Público ainda pode recorrer no STJ (Superior Tribunal de Justiça). A assessoria de imprensa da Promotoria disse que os promotores vão aguardar a publicação da decisão para resolver se vão recorrer. O crime deverá ser investigado pela Delegacia Seccional de Campinas, que abrirá um novo inquérito.

Em setembro de 2007, o juiz

José Henrique Torres decidiu –alegando falta de indícios– não aceitar a denúncia contra o sequestrador Wanderson de Paula Lima, o Andinho, acusado pela Promotoria e pela Polícia Civil de ser um dos autores do assassinato do prefeito.

O Ministério Público recorreu dessa decisão ao TJ e ontem os dois desembargadores mantiveram a medida tomada em 1ª instância. Na sentença, o juiz Torres escreveu que o “indício da participação do réu [Andinho] no homicídio somente poderia surgir de provas seguras e nunca de outros indícios, especialmente de indícios frágeis, inseguros, contraditórios e contrariados”.

Decidiram contra o recurso

do Ministério Público os desembargadores José Amado de Faria Souza e Alberto Mariz de Oliveira. Depois dos votos deles, Luiz Pantaleão pediu vista do processo, mas independentemente de seu voto, o recurso no TJ já foi negado.

Segundo a assessoria do TJ, não há prazo para que o desembargador que pediu vista apresente o seu voto. Enquanto isso não ocorrer, a polícia não pode investigar. Os desembargadores não podem voltar atrás no voto já confirmado.

A viúva de Toninho, Roseane Garcia, acompanhou o julgamento e comemorou a decisão. “Foi uma vitória da família. O voto dos desembargadores mostrou que o inquérito foi

mal feito”, disse ela, que agora tentará que a Polícia Federal participe das apurações.

Entenda o caso

Segundo o Ministério Público, Andinho e outros três comparsas foram os autores dos três disparos contra Toninho. Os promotores queriam júri popular para o denunciado.

Dos quatro acusados pelo crime, só Andinho está vivo. Ele está preso e negou à Justiça envolvimento no crime. Os outros três supostos envolvidos foram mortos em duas ações policiais.

A polícia concluiu, em 2002, que Toninho morreu porque atrapalhou a fuga da quadrilha de Andinho. Desde então, o caso teve várias versões.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão de 12 de março de 2009, iniciada às 14 horas e coordenada pelos nossos brilhantes assessores e secretários executivos: a bela Secretária Cláudia Lyra e estes dois jovens, que representam o melhor do funcionário público do nosso País, José Roberto e João Pedro. Cumprimento todos os funcionários que tornaram possível mais esta sessão do Senado da República do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

Ata da 26ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se à Sessão às 9 horas e 14 minutos, e encerra-se às 10 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, 13 de março de 2009.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nesse quórum encontramos a presença do grande líder do Nordeste Jarbas Vasconcelos. E é importante, Senador, a homenagem que V. Exª faz, porque hoje, 13 de março, é o dia maior da história do Piauí, da batalha do Jenipapo, quando nós, nordestinos, em batalha sangrenta, expulsamos os portugueses e garantimos a unidade.

E a nossa luta agora é no Parlamento. Não tem mais a derrama, não tem os portugueses, mas nós temos muitos problemas a enfrentar. E o palco da luta é o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 272/09/SGM/P

Brasília, 12 de março de 2009

Assunto: Aviso nº 153 e 154-GP-TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 102/2009.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia dos Avisos nº 153 e 154-GP/TCU, que encaminha o Acórdão nº 102/2009 acompanhado dos respectivos Relatório e Voto.

Atenciosamente, – **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra o extraordinário Senador Geraldo Mesquita Júnior, que vem do Acre,

esse Estado grandioso, esse Estado que fez luta pela sua liberdade, foi até país. E hoje é representado por Geraldo Mesquita Júnior, bravo membro do PMDB e um homem cujas virtudes de amor ao direito e à justiça muito o aproximam de Rui Barbosa.

Pela ordem, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, estou permutando aqui com o Senador Jarbas, que falará em seguida.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vinha nem a plenário, mas se estabeleceu aí uma polêmica, até por conta desse quadro de obscuridade por que passa o Senado da República com relação ao problema das horas extras.

Segundo consta, o Senado nunca pagou durante o período de recesso esse tipo de remuneração. Este ano foi mandado pagar. E aí se pergunta se é o chefe de gabinete que deve fazer esse levantamento e tal.

Vejo hoje e tenho notícias de que alguns Senadores estão tomando a iniciativa de mandar devolver essas horas extras. Pelo que me consta, nenhum Senador, eu próprio, não determina isso. Quem determina isso é o chefe de gabinete. Isso não quer dizer que se exima a responsabilidade do titular, do Senador da República.

O que deve acontecer nesse caso, V. Exª que, inclusive, em face do seu desempenho, ocupa um lugar na Mesa? Primeiro, a Mesa tornar nulo, inexistente, essa iniciativa da 1ª Secretaria. Anular isso e determinar a devolução. Se vai ser em uma, duas ou três parcelas, isso é uma outra discussão, porque, se formos esperar que cada Senador tome a iniciativa disso, será um Deus nos acuda. Então, é preciso numa decisão uniforme, que a Mesa revogue, anule essa decisão.

E, em sendo anulada essa decisão, fazer com que se determine o ressarcimento desse pagamento feito indevidamente. Isso me parece que é a solução mais racional, mais lógica, mais natural, para evitar... o dano já foi feito. A Casa se encontra já danificada por outros motivos, por outros atos, por outras ações, mas essa há como sanar e há como se resolver. A Mesa

de imediato anular isso, até por que nunca se pagou aqui esse tipo de remuneração e determinar que os gabinetes façam o ressarcimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós agradecemos ao Senador Jarbas Vasconcelos a sua sugestão e o seu pensar como proceder. E o que quero afirmar é que também já passei noite indormida porque sou da Mesa, com o apoio de V. Ex^a, e orgulho-me disso, porque este lugar é do nosso Partido, o PMDB, que tinha 20 membros, e todos os 20 votaram no meu nome. Mas eu quero dizer que tive uma noite aí sem dormir, pensando. E eu tinha pensado que, se tiver que haver, o Senador tem que assinar, ele tem que ser responsável. Mas tem o estrago do passado. Então, sempre nós somos convocados às quintas-feiras, os membros da Mesa, e eu porei em discussão a sugestão de V. Ex^a, cuja coragem e firmeza, passado e presente, de perspectivas invejáveis na democracia que estamos ajudando a construir, é fundamental.

Então, agradecemos a presença, e queríamos convidar, gentilmente, em homenagem ao Piauí e ao 13 de março, o Senador inscrito Geraldo Mesquita, que representa um povo bravo e heróico. O povo acriano se iguala ao do Piauí nas lutas, nas suas conquistas. A história do Acre é de muita bravura. O Acre foi até um país. Mas, hoje, com a inspiração de barão do Rio Branco, passou a ser do Brasil, e uma das partes mais ricas. A natureza, eu sei, é da Amazônia; mas inspiro-me em Sófocles, que disse: “Muitas maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem”. Digo isso, Geraldo Mesquita, porque eu tive o prazer, que Deus me deu, de conviver com V. Ex^a, mas eu já tinha essa formação. Na Medicina, eu não vou dizer que é o maior, mas um nome que muito me inspirou, muito me atraiu – e Deus me permitiu – nos primórdios, no nascedouro da cirurgia cardiovascular, eu ajudar, em 30 cirurgias, a Adib Jatene, no Rio de Janeiro. Era marcada para o Zerbini; Zerbini não pôde, aí compareceu aquele grandão extraordinário. Então, eu já tinha a grandeza de sua gente, simbolizada por aquele que é um dos maiores médicos da história do País. E foi um Ministro de Saúde extraordinário! E eu tenho gratidão, porque ele me ajudou a construir o Pronto-Socorro municipal, anexo ao Getúlio Vargas.

Passo a Presidência ao Geraldo Mesquita, que cedeu-me a palavra em homenagem ao Piauí e ao 13 de março, que é uma data nacional.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, eminente representante do Piauí, Estado que hoje comemora, de fato, uma data histórica: a batalha do Jenipapo.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira, 13 de março de 2009, data do 186º aniversário da batalha do Jenipapo, quis Deus, o Geraldo Mesquita conhece, pois tive o prazer de receber a visita desse ilustre Senador no Piauí, mostrei-lhe os principais pontos e as principais cidades de Teresina ao litoral, e passamos por esse monumento e, pessoalmente, mostrei-lhe o significado.

Primeiro, quero dizer que o motivo de eu estar aqui é porque hoje é o 13 de março. Este Senado, pela primeira vez, realizou uma sessão, há dois dias, em homenagem a essa data, sessão idealizada por esse extraordinário jovem Senador João Vicente Claudino, com a participação minha e a do outro Senador do Piauí, Heráclito Fortes, assim como outros Senadores, e autoridades do Piauí. Realmente, a sessão da qual o Geraldo Mesquita participou, apartando também o nosso pronunciamento, um aparte histórico, é como Shakespeare disse – eu digo que aprendi com o meu cirurgião, Mariano de Andrade –: “A ignorância é audaciosa”. É atrevida. Uma polêmica enorme, porque eu fiz, após as homenagens a todos os presentes, a todas as autoridades, inclusive ao Governador, ao Prefeito de Campo Maior, a todos os Deputados que eu homenageei, dando destaque àqueles que representaram com bravura, que faleceram nesse campo de luta, que é o Parlamento, a Deputada Trindade, do PT, ao Afonso Gil, lembrando a sua participação no combate ao crime organizado, e o nosso Deputado Mussa Demes, que conciliava a nossa Bancada. Então, Shakespeare, Geraldo Mesquita, disse que “Não há bem nem mal; o que vale é a interpretação”. É lógico que há a boa imprensa, os bons jornalistas, mas há aqueles puxa-sacos que disseram que eu quebrei o brilho porque fiz reivindicações. Olha! A ignorância é audaciosa, atrevida, e agora eu digo: burra.

Porque é aqui. Lá, há 186 anos, os nossos antepassados cumpriram a sua missão histórica. Lá, eles. Nós louvamos todos eles, diferentemente do Partido dos Trabalhadores. Eu não vou dizer que vou excomungá-lo – como está aí aquela polêmica, que eu contestei, fui o primeiro a contestar, porque citei aqui a ética médica e o direito que eu vivi; fui o primeiro a dar solidariedade ao médico, e sou cristão. O meu nome é Francisco. Minha mãe era terceira francisca-

na. Contestei a minha Igreja, a base do Direito. Fui o primeiro, porque esta Casa é para isso. Agora, pautar as minhas ações é um atrevimento. Eu sou Senador da República. E fiz porque aqui é o lugar. É aqui. O nosso palco de batalha não é lá em Campo Maior às margens do rio Jenipapo, não. É aqui. É o Parlamento. É aqui a Casa. É aqui o nosso palco de luta. Nós não podemos nos acovardar, principalmente nós, piauienses, que tivemos o exemplo do sacrifício, numa luta desigual, numa luta que perdemos, mas eles lutaram. É aqui. O campo de batalha é aqui. Aprendam, aprendam, aprendam! É aqui que deve haver esse debate político. Aqui, nas assembleias legislativas, nas Câmaras Municipais, como a Câmara Municipal de minha Parnaíba, que se reuniu-se em 19 de outubro e, em ato legislativo, garantiu a independência do Piauí, do Brasil e a unidade. É aqui a luta. Foi da Câmara. Não tem ninguém não. É a ignorância audaciosa e atrevida. Pautar o Senador da República, o que eu devia dizer? Não. É aqui – devia dizer ali.

Tanto é que falaram oradores do Governo, o Sr. Mercadante, embora mal-informado, sem conhecer o Piauí, os seus problemas e as suas cidades. E eu, educadamente, parlamentarmente, deixei. Ele citava, como obra do Governo, a estrada que nós transitamos rumo à Parnaíba. Geraldo Mesquita, aquela estrada foi feita nos anos 70, quando Alberto Silva era Governador do Piauí, no período revolucionário. Aquela estrada. Então, ele lançou, e lançou também um tal de aeroporto lá. Atentai bem! O aeroporto de Parnaíba também é velho, eu estava na inauguração. O aeroporto de Parnaíba é idêntico ao de Teresina, é aquele modelo de arquitetura que parece um caixão.

Niemeyer foi apresentar esses modelos modernos e não foram aceitos. Então, o Governo militar fez dezenas de aeroportos similares. O de Parnaíba é idêntico ao de Teresina. Eu estive na inauguração. Era Governador Alberto Silva e Ministro o parnaibano João Paulo Reis Velloso. Diz ele que isso é obra, mas calei. A minha ética e o meu respeito ao Parlamento... Eu já tinha falado.

Mas se houve também aí uma exacerbação, e com razão, não foi minha; foi do bravo Senador Heráclito Fortes. Porque também um Senador do Governo, o Senador Crivella, na sua defesa, atacou o Governo passado, dizendo que não obedecia à Justiça. Tinha um Procurador-Geral, que ele chamou daqui de engavetador de processo, que não tinha havido nenhum julgamento. E Heráclito, com a bravura dos piauienses, veio e contestou, porque aquilo não devia acontecer, não podia atingir o Governo que ele tinha servido, de que ele tinha sido líder. Mas isso passou. Agora, as reivindicações eu fiz.

Distribuo aqui um folheto da batalha do Jenipapo a todos piauienses. Esse trabalho foi feito lá por um dos Senadores do Piauí, o Senador João Vicente Claudino. Ele me presenteou com alguns exemplares, e eu os passarei aos presentes e principalmente ao povo de Brasília: “*Batalha do Jenipapo, um marco na Independência do Brasil*”. Tem até um poema antigo, de um histórico escritor piauiense, Clodoaldo Freitas, de tradicional família – temos até uma cidade chamada José de Freitas.

Combate do Jenipapo

Parda manhã de março, espessos nevoeiros

Cobrem o campo fatal de flores matizado.

Propaga o eco o som estrídulo e pausado

Das vezes de avançar em carga dos guerreiros.

Sou o clarim marcial num brado agudo e forte,

Os bravos impelindo às fúrias do combate.

O tropel dos corcéis mais brusco torna o embate

Dos férreos batalhões marchando para a morte.

Povo do Piauí, vaqueiros ou soldados,
Quando a pátria te chama, aflita, nesses dias,

Nessas horas fatais de transe desgraçados.

É que sabes mostra-te abnegado e valente

Se Fidié triunfou, tu, ao morrer, sabias
Que a nossa boa terra ficava independente.

Isso traduz, com a inspiração do poeta, a grandeza de nossa batalha.

O Senador Raupp, quando governava o seu Estado, nos visitou e foi homenageado, foi reconhecida sua competência administrativa pela companhia energética, que lhe deu uma comenda pelo interesse que Raupp tinha pela eletrificação do seu Estado e do Brasil. Não fui eu, seu companheiro, não; aliás, eu estou lhe devendo; você merecia. Eu quero dizer que foi por mérito de Raupp.

O que eu teria a dizer do nosso Estado é que o grande mérito dessa batalha surgir aqui foi por que desde 2003 eu tenho gritado para que o Piauí e o Brasil

entendam essa participação. A unidade do Brasil hoje é graças a essa batalha. Ele ia ser dividido em dois. A metade do sul ficava com um filho – negócio de pai para filho – e o norte ficava com D. João VI, ligado a Portugal. Seria um país, Maranhão. Nós acabamos com isso.

Agora, o grande mérito de esta ser hoje uma data nacional nós devemos ao ex-Governador paraibano Alberto Silva. Ele, homem de visão, de futuro, é que fez aquele monumento que V. Ex^a conheceu, Geraldo Mesquita, lembrando lá, onde hoje o Exército nacional comemora. O Presidente Humberto Castello Branco, cearense, cuja família tem origens piauienses, tornou essa uma batalha Nacional.

Hoje é comemorada não a ação do Governador que eu fui, não a do Prefeito, mas a do Exército Nacional. A festividade é organizada pelo Exército. Foi incluída como uma batalha histórica que faz parte da nossa história, como a batalha da Farrroupilha é orgulho de Bento Gonçalves, dos gaúchos e dos lanceiros negros. Não foi vitoriosa também a Guerra dos Farrapos, mas foi fundamental para a liberdade dos negros e para a República. A nossa também. Nós não ganhamos.

Então, foi Alberto Silva que teve aquela visão. E eu tive a minha participação, feliz participação na história do Piauí. Mostrei que a história não se faz em um dia. Mostrei que aquela luta tem três datas importantes e passei a comemorá-las: 19 de outubro, que é na Parnaíba, ato da grandeza da nossa Câmara Municipal; 24 de janeiro, porque quando o português, com o seu batalhão, veio fazer calar e derrotar as forças libertárias do norte, da minha cidade, Parnaíba, o bravo povo de Oeiras tomou o palácio. Por isso que Fidié, vitorioso na batalha, não pôde voltar à capital do Piauí e foi buscar socorro no Estado vizinho, Maranhão, que era aliado de Portugal nessa intenção de D. João VI.

Essa é a verdade. Então, nós – continuando – com a inspiração de Alberto Silva, nós pusemos na história do Piauí a valorização do 19 de outubro, que já tinha sido reconhecido como o Dia do Piauí pelo Deputado Federal José Auto de Abreu. E, no dia 24 de janeiro, outorguei várias comendas quando inaugurava a praça, a prefeitura num prédio tombado e outras com aquele extraordinário líder que é Antônio Tapety Neto. Lembro-me quando lá coloquei, Pedro Simon, no seu peito, em homenagem a 24 de janeiro lá em Oeiras, a comenda maior do Piauí, a Grã-Cruz. Então, nós temos essas três datas.

Essa é a minha participação. Agora, a do PT é triste, Raupp. Eu lamento V. Ex^a não estar aí na Liderança que eu ia lhe pedir como Líder. Sabe o que eles fizeram, apenas? Pintaram lá os portões, o arco, tudo, de vermelho. Isso é molecagem! Isso eu não permito!

Eu não deixo! Pintaram aquilo. Fizeram um arco, uma entrada, de vermelho. Que palhaçada! Presidente Luiz Inácio, ali são aloprados, tresloucados. Pintaram de vermelho a entrada do monumento. Ignorância! Por isso que eu não me junto com essa gente; sou oposição. Raupp, a nossa bandeira é – eu acho – até mais bonita, ô Geraldo Mesquita, do que a do Brasil. Ela tem as mesmas cores, a bandeira do Piauí: o verde, o branco e o azul. É a bandeira do Piauí. Só se diferencia, Raupp, porque tem só uma estrela, e essa estrela é a bravura, é a coragem do homem do Piauí que hoje comemoramos. Essa estrela de coragem foi que levou o povo do Piauí a me fazer Senador. Eu sou filho do povo, do voto do povo. E as nossas cores, ó aloprados, são o verde, o branco, o azul. E mais, Raupp, por isso eu sou PMDB. Eu e Geraldo Mesquita aqui resistimos que não devíamos entregar a Presidência do Senado. Aí, fomos convencendo, convencendo e ganhamos. Teve hora quase de desespero. Geraldo Mesquita estava preocupado, e era só eu: “encosta tua cabecinha no meu ombro”. Mas nós ganhamos. A verdade ganha.

Essa eleição do Senado não foi por nada, não foi por ódio, foi por compreensão sobre a divisão de poder. Nós fizemos isso pelo Brasil, pela democracia. E Sua Excelência Luiz Inácio é o nosso Presidente, é o meu. Não foi preciso McCain ter ensinado a chamar o Obama de Presidente. Eu já tinha essa concepção, e o Geraldo Mesquita, a mesma.

Mas ele tem de aprender – e o Partido dele – que ele não é o Governo. Não é, Luiz Inácio. Não é, Raupp. Ele é o Presidente. O governo absoluto, uno, o povo acabou. Liberdade, igualdade e fraternidade. Caíram os reis e dividiu-se o poder. Aí, o governo não é mais uno, o governo somos nós. Então, é isto: um para frear o outro. Não podia, Raupp. O País nos deve. Nós passamos maus momentos, Geraldo Mesquita, só nós dois, entendendo e querendo. Houve momento no PMDB – V. Ex^a reconhece – que já tinham cedido ao nosso Presidente. O Presidente, num arroubo: vou fazer o Presidente da Câmara, do PMDB e vou dar o Senado para o PT.

Olha, não pode, Raupp. Tenho a satisfação do cumprimento da missão. Eu estou aqui, hoje, em situação difícil, como os heróis do Jenipapo passaram, mas o serviço que nós prestamos...

O Presidente da República já está ali, é do PT. O Judiciário, não sou contra, de maneira nenhuma. Acho que é uma inspiração divina, é mais do que nós. Deus deu as leis para Moisés. O Filho de Cristo: “Bem-aventurados os que têm fome e sede”. Mas a lei é feita por homens. E a nossa, Raupp? Também não vou criticar. Quem sou eu para criticar Afonso

Arinos, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Petrônio Portella, aqueles que foram Constituintes? V. Ex^a foi Constituinte, Raupp? Não vou. Mas eles, sensíveis ao povo, que é presidencialista, botaram um mecanismo que não existe; não existe; não existe. Não foi erro. “O homem é o homem e suas circunstâncias.” Não estou culpando, mas estou me comportando como o pai da Pátria.

O Presidente da República colocar a Corte Suprema a bel-prazer, não existe isso. Não existe, não existe. Está aí o Geraldo Mesquita e eu me curvo ao saber jurídico dele, à cultura dele em Português. Eu sei as minhas limitações, mas procuro estudar história e entender. Mas, Raupp, a Constituição era para quatro anos um Presidente. De repente, passa para oito, e o nosso Presidente, Sua Excelência, o Luiz Inácio, já nomeou sete. Tem gente com carteirinha do PT há mais de 20 anos. E aquilo impregna psicologicamente, eu sei, eu sou médico. E agora haverá duas vagas, vai nomear. São 9 de 11. Então, já está forte. Se déssemos isto aqui, Raupp, ele ficaria com os três Poderes, o PT. Está aí, Deus quis que estivesse um homem do Acre, um homem firmado no Direito, na luta, está aí na Presidência. E como está bonito!

Mas não poderia ser o Tião, porque não era ele, era o PT – entendeu, Raupp? – que ficava com os três. Porque aqui é o símbolo, daí a inveja, as metralhadoras contra o Senado da República. E quando os do Piauí disseram que eu não deveria ter falado e reivindicado pelo Piauí, eles é que não entendem o que é o Senado.

D. Pedro II, estudioso, gostava, curti o Senado, adentrava, mas, antes, ele deixava na antessala a sua coroa e o cetro e sentava num dos assentos a ouvir os pais da Pátria. Essa é a verdade. E essa é fundamental, Geraldo Mesquita.

Vou dizer um fato, Raupp. Essa vitória foi nossa. O PMDB garantiu e aqui é que é. Vou citar um fato muito recente sobre Getúlio Vargas, Presidente. Daqui bradou Afonso Arinos: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?” E Getúlio saiu da vida e entrou para a eternidade. O Presidente Café Filho, ponderado, teve um infarto e internou-se no meu hospital, o Hospital dos Servidores do Estado. Entrou um mineiro, adversário de Juscelino, Carlos Luz. Rapaz, foi Carlos trovão, um relâmpago! Aí fez um movimento nascer aqui para não dar posse a Juscelino Kubitschek. Adentrou no maior navio guerreiro, o Tamandaré. Levou Almirante Pena Boto, o maior perito em artilharia, e os seus. Ia para São Paulo juntar-se com Jânio, para que não fosse permitida a posse de Juscelino Kubitschek. Essa é a grandeza desta Casa.

E quem era o Presidente do Congresso? Nereu Ramos, que estava no lugar do Sarney, saiu daí, tirou Carlos Luz, num ato do Congresso, e assumiu o poder. Chamou Lott, o militar que garantiu o apoio das Forças Armadas e governou este País bem por noventa dias, e assumiu Juscelino Kubitschek. Foi assim. Então, não podíamos entregar.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: entendo, Geraldo Mesquita, que aqui é a Casa do debate. A Assembleia Legislativa é que tem de ser. Entendo que as câmaras municipais é que têm de ter. E o povo de Campo Maior merece muito respeito. Vou-lhe dar um exemplo: João Félix foi Prefeito de uma cidadezinha que eu criei, filhote: Jatobá. Não tinha nada, foi reeleito, saiu de lá e é Prefeito da capital – chamo de capital, porque é a cidade-mãe. Ele ganhou, e esse PT marchou para cima dele. V. Ex^a sabe como é quando o PT marcha: não tem regras, não; não tem leis, não; não tem coisa, não. E ele, reeleito com a bravura, porque, em Campo Maior, o povo é bravo. Aliás, se eu estivesse no lugar dele, largava isso tudinho – não hoje, 13 de março – e seria candidato a Governador do Piauí. Eu saí da Prefeitura de Parnaíba e cheguei. Ele já foi três vezes – a terceira já foi.

Então, as oposições terão candidatos. É isso que eu quero dizer. Política é “*to be or not to be. That's the question*”. Ou é governo ou é oposição. Eu sou oposição. Agora, tenho de entender; e mostro Rui Barbosa. Ô, Raupp, ele foi governo? Foi e gostou de sê-lo. Foi do Deodoro, de Floriano Peixoto. Quando quiseram meter logo outro militar, ele disse: “Tô fora!”. E disseram-lhe: “Rapaz, nós lhe damos de novo o cofre, a chave do cofre, o Ministério”. Ele falou: “Não troco a trouxa das minhas convicções por nenhum Ministério.” E ele foi daí, então, à oposição. Ele foi mais oposição do que governo. E quem serviu mais à política democrática do que Rui Barbosa?

Então, nós somos Oposição. Mas não é pelo mal não. Então eu reivindiquei ao Partido que está no Governo, ao Governador, que é do outro lado, vinte obras inacabadas. É aqui a Casa. Eu vou reivindicar onde? Eu vou para Campo Maior pegar a baladeira, a espingarda, vou para lá lutar? Não. O palco da luta, hoje, é aqui. E eu reivindiquei. Tem vinte obras federais inacabadas. Que ofensa eu fiz ao Governador? A ignorância é audaciosa. Que ofensa? Aí a imprensa, aquela parte, disse que fui grosseiro. E eu fui reivindicar.

Mostre aqui, meu amigo. Este livro – um dos autores botou: “Ao Senador Mão Santa” – é *O Rio São Francisco*. Este livro foi publicado em 1920. Epitácio Pessoa! Epitácio Pessoa, em 1918, mandou o engenheiro, autor desse livro, Souza Bandeira – parece que é até meu parente, Francisco de Souza – estudar

alguns pequenos portos marítimos do norte do Brasil, entre eles o rio São Francisco. Em 1918. Vai fazer um século. Está perto. Cem anos.

Então eu advertia ao Governador esse compromisso. Eu vi o Luiz Inácio tomar banho, dizer que ia terminar. Eu coloquei emendas, todas minhas emendas, há três anos que coloco, a dinheiro, porque uma vez três milhões; outra, dezessete; quarenta. Cortaram pela metade. O Delcídio. Mas tem dinheiro, não tem vontade política.

Quer dizer, desde Epitácio Pessoa tem esse investimento. Com US\$30 milhões se termina isso. Então, foi isso que pedi. Ofendeu? “Em dia de festa, que não era...”! Não era o quê? Aqui é para isso. Só é para isso. O Senado só tem essa razão. Olha, o pai do nosso Governador de Alagoas, o Teotonio, o Senador, o pai dele, moribundo, disse para se compreender o Senado. Só tinha um valor: “resistir falando e falar resistindo”. É o que estou fazendo.

Então, isso aqui traz a estrada de ferro. É planície, é fácil, é simples. Eu ouvi o Luiz Inácio, Sua Excelência, e o Governador do Estado, do PT, e o Prefeito de Parnaíba dizendo que, em dois meses, o trem iria de Parnaíba a Luís Correia, praia, 15 km, e em quatro meses, de Parnaíba e Teresina. Isso eu ouvi há quatro anos. Nenhum dormente foi trocado. A ZPE, Raupp, que Sarney deu a gente, já caducou. Trabalhamos aqui eu e o Heráclito – João Vicente não estava ainda – para prorrogar. Já vai acabar. Nada. Só demagogia.

Tem uma ponte chamada Sesquicentenário, que mostrei para V. Ex^a. Ô Raupp, V. Ex^a foi Prefeitinho e Governadorzão. Eu construí uma ponte no mesmo rio em 87 dias: engenheiro do Piauí, Lourival Parente; construtora do Piauí; operários do Piauí; dinheiro do Piauí. Heráclito, no mesmo rio, em cem dias. Esta está há mais de oito anos. Era para 150 anos, já vamos no rumo de 160.

Nós pedimos aqui, embora o Governador – e eu nem citei em respeito – passou prometendo, Heráclito, cinco hidrelétricas. Mas não, eu disse que nós só tínhamos uma banda da hidrelétrica, e que conseguimos – não disse que ele nem tinha prometido cinco hidrelétricas – que ele terminasse a que foi sonhada por Juscelino, concluída por Castello Branco, a eclusa. O rio Parnaíba era navegável no sul. Então, que ele construísse.

E a Transcerrado. Levamos inúmeros homens do sul para plantar. E eles plantam soja. A Bunge foi nós que levamos. Mas as estradas, a hidrovia acabou, a ferrovia acabou. Pedimos um hospital universitário. Qual a ofensa que foi feita?

Hem Raupp? V. Ex^a participou e eu quero pedir permissão a V. Ex^a porque vou fazer – e eles me de-

ram, e V. Ex^a me permita botar a imagem – um DVD do discurso para dizer a todos. E no fim, nós concluímos todos eles.

Mas lutamos também, porque não admito. Sou do direito, eu não sei. Ô Raupp, você me leva pela convicção. Fui o primeiro a assinar a lista para V. Ex^a ser o Líder do Governo. Podia não ter dado, eu era o primeiro. Eu e Geraldo Mesquita fomos os primeiros a juntos mostrarmos que o PMDB não podia abdicar. Citamos Rui Barbosa: “Quem não luta pelos seus direitos não merece viver”. Então, o que me constrangeu... Que me julguem, mas o líder da minha geração, Che Guevara, Geraldo Mesquita, diz: “Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça, onde houver, és companheiro”. E eu sou companheiro.

Olha, eu estava trêmulo de raiva, mas apenas eu disse que não aceitava. Por isso que eu sou Oposição. O Governo cacareja aí um milhão de casas. Eu fiz 40 mil casas no Piauí, mutirão. Mas tem 100 mil. Este Governo está tomando as casas, e eu, Geraldo, eu quero até... Eu sei as minhas limitações, toda vez eu me curvo para V. Ex^a, Geraldo. Tem uma redação. Você escreve melhor do que eu. Geraldo, o direito, eu vou lhe fazer uma pergunta, mas eu tenho... Proust, Descartes, “se penso, logo existo”. Eu penso. Geraldo, dessas 40 mil casas que eu fiz, umas 20 mil foi regime mutirão. A coisa mais linda, as famílias. Então, o serviço social, que era dirigido... dava o cimento para a obra, o engenheiro da Cohab, mas a família trabalhava. Então, eu sei, pelos cargos que passei – o Raupp é mais engenheiro do que eu – que é mais ou menos, numa construção, 40% a mão de obra, no valor. Está aqui o nosso plenário, 40% foram gastos pagando gente. Foi isso o que eu aprendi nos Governos que tive. Então, Raupp, atentai bem, Geraldo Mesquita, se V. Ex^a disser que eu estou errado, eu recuo.

Então, estão tomando as casas que fizemos em mutirão. E eu pergunto: onde está a Defensoria Pública? Onde está o Ministério? Porque aquela gente que está lá pagou. Como é que vão tomar a casa dela? E a mão-de-obra? Estou pensando. Então, eu disse a esse Governador: eu sou contra, essas casas foram assim. Eu entendo que o Governo poderia até, porque está todo mundo desempregado, está todo mundo lascado...

No Piauí, eu recebi um *e-mail* que fecharam sete fábricas de cachaça, que a indústria de cana está para sair porque lá aumentou o imposto, o ICMS, para 25% – o Serra baixou para 12,5%. Estão tudo falindo. Camarão, tinham catorze; o Ibama foi lá e multou e fechou a maioria. Então, esse povo está com alguma dificuldade. Dizer que é marola?! Marola para nós, Luiz Inácio, que estamos no Governo. Está tudo muito bom para cá, mas para quem ...

Eu ouvi o empresário Joaquim Costa dizer: “Senador, a vida fora está difícil”, Vice-Presidente da Federação das Indústrias. Fora? Ele disse: “Fora do Governo”. É isso.

Então, o Governo está pondo para fora gente que construiu em mutirão. E o seguinte: anuncia um milhão e está tomando dos pobres do Piauí. Que pecado teve o Piauí em votar em Luiz Inácio, acreditar no PT e dar o Governo...? E mais, está aqui: “Sindicato aciona Ministério Público contra o BB”.

É isso! Este Governo é uma mentira. Lá no São Paulo mataram, roubaram, o Luiz Inácio diz, lá no Piauí eles ainda não mataram. Está ouvindo? Eu ainda não soube que eles mataram, mas que roubam, roubam; que mentem, mentem.

Isso aqui foi incorporado ao Banco do Estado, eu o dirigi, acomodava os excedentes na Secretaria de Fazenda, porque são funcionários qualificados. E nós? Eu, Heráclito e João Vicente votamos para ser incorporado, mas assumiram o compromisso de que iam respeitar os funcionários do Banco do Estado. Estão tirando todos os direitos deles. E quem vai denunciar isso?

Eu vou lá para a Batalha do Jenipapo pegar a facção, a foice e brigar? É aqui que estou... Então essas são. É nossa hora de lutarmos pelo Piauí. E eu convoco todos, todos, homens, mulheres, idosos e crianças, a reconquistarmos o Piauí. Os nossos antepassados morreram porque existia uma derrama, eram 20%, um quinto dos infernos que cobravam de impostos, e eles cobram muito mais, eles mentem muito mais e enganam. Então, eles cumpriram o seu dever e a sua história; nós temos que cumprir a nossa. O palco de luta é aqui, é o parlamento, como foi a Câmara Municipal de Parnaíba, como devem ser todas as câmaras municipais, assembleia e aqui.

Era o que eu tinha. Viva o Piauí! E o poeta, no Hino do Piauí, diz, traduzindo tudo: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Pertencem-te o nosso sonho, o nosso amor e a nossa vida. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega”.

Eu cheguei primeiro nessa nova luta.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, convido V. Ex^a a assumir a Presidência da Casa para que este seu companheiro possa usar da palavra.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ofereço ao Senador Geraldo Mesquita um folheto sobre a Batalha do Jenipapo, história tão bela quanto a história do Acre.

Convidamos para usar da palavra, que tinha me cedido, em homenagem ao 13 de março, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, parabéns pela data que o Piauí hoje reverencia a Batalha do Jenipapo, uma data histórica para o seu Estado, o grande Estado do Piauí.

Senador Raupp, quis o destino, inclusive, que V. Ex^a estivesse em plenário hoje, porque vou tratar de um assunto que diz respeito ao Estado que V. Ex^a tão bem representa, Rondônia, àquela parte da nossa Amazônia que compreende Rondônia e Acre.

Para calar a boca daqueles que dizem que, invariavelmente, subimos à tribuna para falar mal do Governo, hoje venho ressaltar uma ação de Governo que reputo da maior importância.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Senador Raupp – V. Ex^a sabe disso –, assinou com a construtora Norberto Odebrecht um acordo inédito de cooperação técnica para treinar e capacitar profissionalmente beneficiários do Bolsa Família e dos demais programas do Ministério, com o objetivo de criar oportunidades de emprego nas obras da empresa no País.

O acordo compreende várias cláusulas. A iniciativa tem ou terá início com a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, no Estado de Rondônia, que, como disse, V. Ex^a representa aqui, nesta Casa. São cláusulas que regulamentam o acordo, que visam proporcionar treinamento, visam capacitar mão-de-obra para a construção daquela grande obra lá.

Mas um aspecto do acordo, Senador Raupp, me chamou absolutamente a atenção, fora o aspecto econômico relevantíssimo. Uma das cláusulas do acordo... Vou ler pausadamente, porque para mim, para nós, para o Senado, para o Brasil isso é de uma importância capital. O acordo prevê também a implementação por parte da empresa de medidas para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes nos canteiros de obra e ações de promoção da segurança alimentar dos trabalhadores.

Senador Raupp, vou contar como esse documento chegou às minhas mãos, para comentar acerca dessa cláusula, desse acordo que me chamou profundamente a atenção e que faço questão absoluta de trazer à público.

Vivemos, como não podemos desconhecer, uma grave crise. Desde o ano passado, em reunião com trabalhadores lá no meu Estado, que, desde o final do ano passado, começaram a se ressentir, eu fui procurado

para conversar com eles acerca dessa obra fantástica, grandiosa que ocorre e será feita no Estado de V. Ex^a, uma grande hidroelétrica, por sinal, obra complexa, de grande vulto.

Os trabalhadores me davam informes: Senador, soubemos que as empresas responsáveis por essas obras estão recrutando gente, porque a obra demandará uma quantidade de trabalhadores muito grande. A gente queria saber, a gente está aqui meio desorientado, sem trabalho, sem emprego, gostaríamos que V. Ex^a se informasse para que alguma coisa pudesse ser feita no sentido também de nos colocarmos. Eu entrei em contato com a direção da Odebrecht.

Quero esclarecer, inicialmente, que nunca tive, jamais tive qualquer relação. Sabendo que era a empresa responsável, entrei em contato com a empresa e pedi informação, porque a informação era de que havia, no canteiro de obra dessa empresa, um programa de capacitação. Estava lá treinando, capacitando mão-de-obra exatamente para ser utilizada na construção dessa... E recebi da empresa informações acerca desse programa. Por sinal, o nome é muito interessante: Acreditar. O Acre aqui está presente também. Acreditar.

Recebi o informe. Eu acho que é pertinente que a gente fale.

Desculpe, Senador Raupp, V. Ex^a está aí sinalizando o pedido de um aparte. Concedo com muito prazer.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Geraldo Mesquita, eu o parabeno pela sinceridade da fala neste momento, elogiando esses programas no meu Estado, Rondônia. E V. Ex^a é um homem justo, um homem correto e está, neste momento, fazendo justiça. Eu estive ontem no meu Estado, Rondônia, com o Presidente da República, Presidente Lula, e lá eu pude ver de perto esse programa, o Programa Acreditar. Serão mais de 10 mil trabalhadores capacitados, treinados, que saem com diploma para serem operadores; mulheres sendo operadoras de máquina, mulheres operando máquinas, rolos compactadores, pás carregadeiras, caminhões. Mulheres e homens, é claro, mas é muito raro você ver mulheres sendo treinadas para trabalhar em funções que, até pouco tempo, só homem ocupavam. E eu vi lá também mulheres devolvendo o cartão do Bolsa Família porque elas tinham sido capacitadas e já estavam empregadas nas empresas. E, na mesma linha, a Odebrecht; estavam lá o Dr. Emílio Odebrecht e o Marcelo Odebrecht, que foram homenageados. Eles estão sendo indutores desse programa, para que outras empresas possam fazer a mesma coisa. E eu estive lá, no outro canteiro de obras, da Jirau, e no de outras empresas: da Camargo Corrêa, da Suez, da Eletrosul. E, lá, eles

vão treinar também mais 10 mil trabalhadores – talvez chegue até a mais. Sei que estão levando trabalhadores até de fora de Rondônia e do Acre, porque algumas áreas não têm ainda essa capacitação. Sei que o Acre pode ser beneficiado também com essas grandes obras. As maiores obras que estão acontecendo no País hoje são essa do meu Estado, a Usina de Santo Antonio e Jirau, e a linha de transmissão que vai sair de Rondônia para o Estado de São Paulo. São programas inovadores, programas que estão tirando as pessoas da linha de pobreza e passando para o emprego, o que varia de R\$500,00 até aproximadamente R\$1.000,00, dependendo da função. E o mais importante: dando espaço, permitindo que essas pessoas que estavam recebendo uma pequena quantia do Bolsa Família passassem a receber um salário três, quatro vezes maior do que o que estavam recebendo; e com mais dignidade. Acho que o Bolsa Família é um programa importante, mas as pessoas não se sentem com dignidade, porque estão recebendo uma coisa de graça. As pessoas se sentem dignas quando estão sustentando suas famílias com seu próprio suor. Então, vi, ontem, lá, a alegria daquele povo de Porto Velho. Primeiro, fomos ao canteiro da Jirau, que ainda não tem esse programa; está iniciando agora o programa de capacitação. Mas a Odebrecht já está, creio, há mais de um ano. Ela alugou salas de uma faculdade, da Uniron, Faculdade Interamericana de Porto Velho, para dar esse treinamento. Construiu um barracão grande, para dar os cursos técnicos nessa área de mecânica, de pedreiros, de auxiliares de pedreiros, de operadores de máquina, de motoristas. Sem dúvida, acho que esse é um dos melhores programas hoje. O Sesi e o Senai estão juntos, em parceria, colaborando também com a empresa Odebrecht. Então, eu o parabeno por estar falando dessa inovação da Odebrecht e dessas empresas que estão trabalhando no Estado de Rondônia. Parabéns, Senador!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Raupp. Tenho certeza de que essa grande obra é do seu agrado e se insere na perspectiva de desenvolvimento do seu Estado. E V. Ex^a já detalhou, por estar presente ontem, em uma solenidade, o assunto sobre a construção dessas grandes obras. V. Ex^a estava presente no seu Estado e já nos brindou aqui com informações preciosas que constam desse pequeno informe que recebi e que estou repassando aos meus conterrâneos no Acre, para que a gente, quem sabe em contato com os organizadores desse programa, possa capacitar alguns conterrâneos, alguns acreanos, para que eles possam também participar desse grande esforço, que não é só de Rondônia, não é do Acre, é do Brasil inteiro.

A empresa informa que já cerca de 5 mil trabalhadores receberam diploma nesse programa de qualificação profissional e que 2 mil já foram alocados, já foram empregados. A perspectiva é de que, ao longo da obra, sejam aproveitados 10 mil trabalhadores; a outra, de igual tamanho. Enfim, é um movimento significativo que ocorre na nossa região, Senador Raupp.

Por que trago essa informação e esse assunto? Primeiro, pelo interesse dos trabalhadores acreanos, que querem também participar desse esforço. E, segundo, por aquele aspecto que destaquei; por aquela cláusula que me chamou profundamente a atenção. Vou repetir, para destacar a importância que dou ao assunto.

Uma grande empresa, que é nacional, mas atua em várias partes do mundo, inclusive, com o Governo brasileiro, firma um acordo de capacitação de mão-de-obra. Com esse acordo, fica estabelecido que a empresa adotará medidas para coibir a exploração sexual de crianças e de adolescentes nos canteiros de obras e que ações serão promovidas por essa empresa.

Senador Raupp, fico imaginando se esse tipo de providência é adotada por grandes, pequenas e médias empresas no nosso País!

Para que as pessoas entendam, Senador Raupp, o que representa um canteiro de obras como esse, que aloca 10 mil operários, normalmente afastado da cidade, os trabalhadores ficam, Senador Mão Santa, grande parte do tempo ali, confinados. E vamos ser francos: é natural que aqui e acolá aconteça visita, assédio etc., nesse tipo de acampamento. E o Governo Federal, juntamente com essa empresa, que constrói a usina hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira, preventivamente já adota medidas de combate ao abuso, à violência sexual contra crianças e adolescentes. Isso aqui é uma coisa que tem que pegar, Senador Raupp; isso aqui é uma coisa que tem que pegar!

Quero parabenizar o Ministério do Desenvolvimento Social e, portanto, o Governo Federal; quero parabenizar a direção da empresa pela iniciativa. Isso aqui é absolutamente significativo para as crianças do Brasil, Senador Mão Santa; isso aqui é absolutamente significativo. Isso aqui deveria estar sendo reverberado pelos quatro cantos do País como iniciativa preciosa no combate à pedofilia no nosso País, no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e de adolescentes. As empresas brasileiras deveriam ter isso como norma; as empresas brasileiras, Senador Mão Santa! Já imaginou providência idêntica sendo adotada por todas as empresas nacionais?

Tenho certeza absoluta que avançaríamos significativamente no combate a esse crime bárbaro, que marginais perpetram contra nossas crianças no nosso País.

Pedi à minha assessoria, Senador Raupp – o Inácio providenciou – dados de apenas alguns dias para cá.

Tenho dito desta tribuna que todo o dia você abre os jornais e vê na televisão casos de abuso sexual contra crianças. É algo assustador! E é por isso que destaco essa medida adotada pelo Governo Federal e pela empresa que construirá e que constrói a usina hidrelétrica de Santo Antonio.

No dia 7 de março, o jornal *O Globo*: “Menina de 9 anos estuprada pelo padrasto é submetida a um aborto” – fato já conhecido no País; Belo Horizonte: “Duas irmãs, uma de 14 e a outra de apenas 6 anos, eram molestadas pelo próprio pai de 36 anos”; dia 8 de março, jornal *O Estado de S. Paulo*: “No Hospital Pérola Byington, onde existe um serviço de atendimento a vítimas de violência sexual, o objetivo era assistir principalmente mulheres adultas e adolescentes. Mas, há cerca de três anos, o perfil dos pacientes começou a mudar, e, hoje, mais de 50% dos atendimentos são a crianças com menos de 14 anos”; em Minas Gerais: “Meninas de Caxambu seguem expostas à prostituição.

Cinco anos se passaram, desde o escândalo de pedofilia envolvendo um ex-prefeito, três vereadores, comerciantes, aposentados, a mãe, o padrasto e dois irmãos de quatro meninas com idade entre 8 e 14 anos, abusadas e prostituídas em Caxambu. Até hoje, nenhum dos 17 acusados foi julgado e dois até já morreram.

Dia 9 de março, jornal *Tribuna da Bahia*: na Bahia, advogado preso em flagrante em Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador, por abusar sexualmente de duas meninas, uma de 11 e outra de 13 anos. O advogado mantinha relações sexuais com as garotas em motéis na capital e pagava R\$20,00 a cada uma pelo programa. Metade do valor ficava com a mãe, que gerenciava as próprias filhas.

Notícia do mesmo dia, 9 de março, **Jornal do Brasil**: Goiás. Novo caso de padrasto pedófilo choca sociedade.

Dá o nome aqui da pessoa, que está foragida. Na delegacia, a menina de apenas 11 anos, que está grávida, contou que teve mais de quinze relações sexuais com o padrasto.

Dia 10 de março de 2009, jornal *O Globo*. Oferece aqui uma estatística para o Brasil se estarrecer: Crime de pedofilia na Internet cresceu 149% em 2008, ano com registro recorde desse tipo de crime, segundo relatório divulgado pela empresa responsável pelo levantamento.

Dia 11 de março de 2009, jornal **Correio Brasileiro**: Rio de Janeiro. Identificado e detido suspeito de estuprar e assassinar uma criança de 5 anos em Jacarepaguá.

Folha Online. Catanduva – Justiça encontra mais 4 vítimas de pedofilia em Catanduva. Agora já são 40 crianças que podem ter sido abusadas sexualmente pelos nove suspeitos apontados pela investigação.

G1 Portal de Notícias. São Paulo, mesma data. Homem de 30 anos é preso acusado de abusar sexualmente de um menino de 11 anos em uma igreja.

Dia 12 de março, Senador Mão Santa. **Jornal Correio Braziliense.** Mais uma vez, Catanduva. Duas pessoas presas acusadas de fazerem parte de uma rede de pedofilia em Catanduva. Fato já do conhecimento da população brasileira.

G1 Portal de Notícias. Tenente Portela, Rio Grande do Sul. Uma garota de 11 anos deu à luz uma menina ontem. A jovem mãe teria sido violentada pelo padrasto de 51 anos.

E, por fim, jornal **A Tarde**, da Bahia. Um homem de 42 anos foi preso na tarde desta quarta-feira em Guaratinga, acusado de estupro a filha de 12 anos.

Ninguém gosta de escutar essas coisas e eu estou aqui repetindo exaustivamente para que a gente resolva se indignar, Senador Mão Santa, Senador Raupp. Há necessidade de a gente fazer crescer cada vez mais a nossa indignação, para que o combate a esse crime nefasto se faça cada vez mais eficaz, mais eficiente, para que a gente encoste cada vez mais esses criminosos na parede, para que nossas crianças sejam cada vez mais protegidas. É por isso que volto ao início do meu pronunciamento. É por isso que achei excepcional, eu diria, medida de justiça, medida que deve sensibilizar empresas nacionais, grandes e médias empresas nacionais, para que, nos seus programas de capacitação, nos seus programas de reciclagem, nos seus acampamentos, enfim, esse assunto seja objeto de reflexão, de análise, porque, nas empresas brasileiras, Senador Raupp, circulam milhares, milhões de trabalhadores e, como eu digo, precisamos, no País, fazer com que esse assunto saia das gavetas e entre nas cabeças, nos corações. A gente precisa discutir, a gente precisa fazer isso, mesmo imbuído de toda a indignação, e até por isso tentar encontrar caminhos, formas de dar combate mais efetivo a essa praga.

Portanto, trago, mais uma vez, esse assunto. É um assunto que incomoda. Eu não estou nem aí para o incômodo, Senador Mão Santa. Eu quero incomodar de fato. Eu quero incomodar! Se eu puder falar todo dia sobre esse assunto aqui, eu vou falar. A gente precisa se mexer. Eu disse, da última vez que falei, que a gente precisa inclusive rasgar a hipocrisia. Criança é patrimônio nacional. Desde quando, aqui, no Brasil? É preciso que a gente faça com que isso seja uma verdade. E só se faz com ação concreta, Senador Mão Santa. Só se faz com ação concreta. Não se faz

com que a criança seja patrimônio nacional, abrindo o jornal, lendo uma notícia dessa, fechando o jornal e esquecendo o assunto. Assim, ela continuará sendo patrimônio nacional dos pedófilos.

Por isso, a gente precisa reagir, acuar esses criminosos de qualquer forma e em qualquer circunstância, cortar a corda deles, cortar as pontes que ligam esses marginais às nossas crianças. O Governo Federal e a empresa Odebrecht acharam um dos caminhos mais sólidos para que isso possa acontecer: conscientização, medidas concretas, um grande acampamento, dez mil homens e mulheres, que todos estejam compenetrados de que explorar e abusar de criança e adolescente é crime, devendo ser punido, afastado e evitado de qualquer forma em nosso País.

Portanto, Senador Mão Santa, ao lado de um fato econômico da maior relevância, uma obra de grande importância não só para Rondônia como para toda aquela região da Amazônia, a gente tem, no mesmo grau de valor, dentro desse contexto, dentro desse complexo econômico, uma medida de cunho social e humanitário da maior importância em nosso País, que deve servir de exemplo.

Em nosso País, é comum a gente assistir, ler, ouvir, ver e até repetir coisas ruins que acontecem por aí, maus exemplos. Eu acho que esses exemplos bons aqui deveriam ganhar a mídia nacional, porque só assim a gente consegue fazer com que toda a sociedade brasileira se mobilize. São exemplos como esses aqui que podem fazer com que a sociedade brasileira enfim resolva, de uma vez por todas, colocar o pé nessa estrada.

É uma estrada que traz dor, sofrimento. Descobrimos coisas que deixam o coração partido, Senador Raupp, mas é necessário. É necessário a gente colocar o pé nessa estrada. E está aqui: o Governo Federal, a empresa Odebrecht, ambos dando exemplo para o País de medidas concretas que podem levar a um combate eficaz a esse crime.

Era o que eu tinha para trazer no dia de hoje, e agradeço ao Senador Mão Santa, que preside a Casa, a tolerância pelo tempo que me concedeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após corajoso e contundente pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Acre, mostrando suas preocupações contra a vergonhosa pedofilia – o Senado da República tem uma CPI de combate, dirigida pelo Senador Magno Malta, que tem como companheiro Geraldo Mesquita, que estão, sem dúvida nenhuma, escrevendo, Senador Raupp, uma das páginas mais belas, de coragem, deste Senado de contribuição à sociedade: o combate à pedofilia.

Para sintetizar a importância disso, bastaria lembrar Cristo, que, quando andou no mundo, disse: “Vinde a mim as criancinhas”. Mais adiante, o próprio Cristo disse: “Ai daquele que escandalizar uma criança; é melhor amarrar uma pedra no pescoço e se lançar ao fundo do mar”. Então, esse combate real a essa mais vergonhosa página da sociedade brasileira, a pedofilia, está sendo travado galhardamente pelo Senado da República, e Geraldo Mesquita traduziu aqui nossas ações e nossas preocupações.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Valdir Raupp, que é do PMDB. Foi Prefeito, Governador do Acre e um extraordinário líder do PMDB. Esse crescimento extraordinário do nosso partido, que ontem fez um belo programa de televisão, muito se deve a sua maneira de ser e de liderar todos nós.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

V. Ex^a estava tão atento ao pronunciamento do nobre Senador Geraldo Mesquita, do Estado do Acre, que falou que já fui Governador do Estado do Acre. Quem sabe um dia! Seria uma honra muito grande poder governar o Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São irmãos de luta e da bravura. Eu os aproximei.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside neste momento o Senado Federal, Senador Geraldo Mesquita, que acaba de deixar a tribuna após fazer um grande pronunciamento, falando do Brasil, em especial do Acre e do Estado de Rondônia, foi com muita satisfação que, como Líder do PMDB, no ano passado, a pedido do Senador Magno Malta, ajudei a instalar a CPI da Pedofilia.

Estive com Magno Malta num evento grandioso na capital do meu Estado, com pastores, tratando dessa matéria, tentando fazer com que a Justiça coloque na cadeia os criminosos da pedofilia e também tentando prevenir, intimidar aqueles que ainda não foram descobertos. Esse ato juntou mais de dez mil pessoas na capital do meu Estado, Porto Velho. E lá estava o Magno Malta, bravamente tratando dessa questão. Então, parabéns ao Senador Magno Malta e ao Senador Geraldo Mesquita, que tem também se envolvido ativamente com essa questão. Espero que a Justiça puna com mais rigor esse tipo de crime, já que, lamentavelmente, não se ouve falar que os pedófilos estejam sendo presos e condenados. Acho que quem abusa de uma criança deveria ser punido com prisão perpétua, a pedofilia deveria ser considerada um crime hediondo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coincidentemente venho à tribuna também, Senador Geraldo Mesquita, para falar das usinas do rio Madeira, dos empreendimentos do meu Estado, o Estado de Rondônia.

Ontem nós saímos de Brasília às 8 horas da manhã, junto com o Presidente da República, com o Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, Ministro do meu partido, com o Ministro das Cidades Márcio Fortes, com o Ministro Patrus Ananias, que lá assinou esse convênio com a Odebrecht e com as demais empresas do consórcio, com o Ministro Lupi, do Trabalho, com o Ministro Franklin Martins, da Comunicação Institucional, com o Presidente da Funasa Dr. Danilo Forte, com o Presidente da Eletrobrás José Antonio Muniz, com o Presidente da Eletronorte Jorge Palmeira, com o Presidente da Eletrosul e com a maioria dos diretores das elétricas do País, de Furnas e das demais empresas, que foram ao Estado de Rondônia visitar os canteiros de obras das usinas de Jirau e Santo Antônio.

É uma coisa nunca vista no Norte do Brasil! Acho que é o maior empreendimento com que o Norte é contemplado depois da construção e instalação do Pólo Industrial de Manaus, que gera hoje mais de 400 mil empregos e que tem também em torno de 400 mil indústrias – foi levantada uma metrópole na selva amazônica; a Zona Franca de Manaus tem ajudado muito a nossa região. Vai distribuir energia para o Brasil inteiro esse empreendimento das usinas do rio Madeira, esse complexo Jirau e Santo Antônio, mais a linha de transmissão que sai de Porto Velho e vai até o Estado de São Paulo, até Araraquara, com mais de 2.350 km de rede – a maior rede de transmissão de energia elétrica do mundo é esta linha de transmissão que sai das usinas de Jirau e Santo Antônio, vai até o Estado de São Paulo, que é o centro industrial do País, e, de lá, vai distribuir energia para todo o Brasil.

Para se ter uma idéia, a energia gerada nas usinas de Santo Antônio e Jirau poderia abastecer 50% das residências do Brasil – as indústrias consomem muita energia, as residências consomem um pouco menos, principalmente agora, com as novas tecnologias, com geladeiras que consomem menos energia, com eletrodomésticos que consomem cada vez menos energia. Então, as usinas do rio Madeira poderiam abastecer 50% de todas as residências do Brasil.

Mas o mais impressionante nessas obras, Senador Geraldo – e V. Ex^a já falou nisso –, é a forma de treinar, de qualificar a mão de obra para essas usinas. A Odebrecht é pioneira, é verdade, pois ela começou há mais de um ano a treinar, capacitar os trabalhadores, homens e mulheres que, como já falamos, estão devolvendo os cartões do Bolsa-Família porque já estão empregados. Mais de duas mil pessoas já estão empregadas ali, na Usina de Santo Antônio, e já deve haver quase duas mil – acho que 1.800 ou algo próximo de duas mil pessoas – empregadas também na Usina de Jirau. A tendência é passar de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras com contratos diretos nessas duas obras, fora os empregos indiretos que serão gerados. Estima-se que possamos

chegar a mais ou menos 50 mil empregos com essas duas obras, entre empregos diretos e indiretos.

Só na vila habitacional da Usina de Jirau, vão ser construídas mais de três mil casas, casas de alvenaria, com telha de barro, com banheiros, moradias dignas para os trabalhadores da Usina de Jirau. Para a Usina de Santo Antônio, não vai ser necessário construir a vila habitacional porque ela fica a seis quilômetros da cidade. Inclusive, o transporte coletivo urbano de Porto Velho está atendendo o transporte dos trabalhadores da Usina de Santo Antônio. Eles vão residir nas suas próprias casas, em Porto Velho.

É claro que há um programa também de construção. Aliás, eu ouvi ontem o depoimento de uma senhora, que já estava empregada na Odebrecht – acho que o marido também já tinha conseguido emprego –, que disse que o sonho dela estava muito próximo de se realizar, já que ela mesma e seu marido iriam construir sua casa: eles tinham feito o treinamento para pedreiros. Ela já é pedreira e, junto com o marido, iriam construir a própria casa com o dinheiro que iriam ganhar. Foram depoimentos muito bonitos que nós ouvimos ontem, especialmente em Porto Velho, na concentração que foi feita para a visita à obra de Santo Antônio.

Quero parabenizar essas duas empresas pela inovação que estão fazendo no Estado de Rondônia, nessas obras lá no Estado de Rondônia, obras em que sempre acreditei. Quando era Governador, em 1997, eu encomendei um estudo para uma empresa chamada Panel, para levantar o potencial dessas cachoeiras, de Jirau e Santo Antônio, exatamente nas duas cachoeiras onde estão sendo construídas hoje as duas usinas. Essa empresa já tinha concessão da Aneel e autorização da Secretaria de Meio Ambiente do Estado para fazer todos os estudos. Naquele momento, talvez o Brasil ainda não estivesse tão necessitado de energia elétrica: ela acabou desistindo do projeto. Mas os estudos foram feitos – eu os tenho na minha mesa, no meu gabinete –, o potencial das usinas foi levantado, potencial que praticamente coincide com o que vai ser instalado agora.

Depois vieram a Odebrecht e Furnas, que deram prosseguimento a esse projeto que culmina agora com a sua execução.

Então, eu acreditei, já muito antes de a Odebrecht, de Furnas entrar no rio Madeira, nesses empreendimentos, nesse complexo energético do rio Madeira, que hoje está nos orgulhando, porque, além de empregar direta e indiretamente em torno de 50 mil pessoas, vamos fornecer energia para o Brasil. Rondônia e Acre, que já estão interligados, talvez consumam menos de 1.000 *megawatts* dessa energia. Então, mais de 5 mil, porque são mais de 6 mil *megawatts* gerados nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, serão exportados de Rondônia, vão para o centro consumidor de energia,

que é o Estado de São Paulo e, de lá, se precisar, será distribuído para outras regiões do Brasil.

Então, quero aqui agradecer imensamente ao Governo do Presidente Lula, que esteve ontem o dia todo – S. Ex^a chegou de manhã e saiu à noite do último evento. Primeiro, fomos à Usina de Jirau, onde foi realizada uma solenidade. Posteriormente, na Usina de Santo Antônio. Logo em seguida – o almoço foi suprimido, não almoçamos ontem, porque ia atrasar tudo se fôssemos almoçar, e, tendo em vista que esses eventos sempre atrasam, o Presidente Lula mandou suspender o almoço e só comemos lanche nos canteiros das obras das usinas –, fomos para a cidade, onde, num pavilhão, foi assinado esse convênio do Acreditar, esse grande programa, esse grande projeto que está capacitando, qualificando mais de 10 mil pessoas. Já foram mais de duas mil e serão mais de 10 mil pessoas somente na Usina de Santo Antônio. Foi lá que ouvimos esses depoimentos maravilhosos de pessoas que estavam entregando – a coisa mais bonita do mundo – o cartão do Bolsa-Família porque já estavam contratadas, recebendo o cheque de seu salário, digno de um trabalhador brasileiro.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Raupp, era só para destacar um outro aspecto que não comentei. Realçar, de fato, a importância do Programa Acreditar – olha o Acre aí: “Acre”ditar –, levado a efeito pela empresa Odebrecht, para que as pessoas entendam o quanto é importante uma empresa dessa chegar a um Estado como o nosso, Rondônia, e utilizar a mão de obra local. Do que eles precisam? De profissionais capacitados. A rigor, Senador Raupp, essas pessoas estariam vindo do Paraná, de São Paulo, do Rio, etc., mas a empresa fez uma opção clara: capacitar, treinar as pessoas lá de Rondônia. Para que as pessoas entendam a importância disso. Já imaginou – eu não digo 10 mil – cinco mil, seis mil pessoas vindo de fora para construir uma hidrelétrica dessa? Isso seria a impossibilidade de cinco mil, seis mil pessoas que moram em Rondônia, no Acre, ali por perto, terem um emprego, uma formação. Portanto, é um aspecto que a gente precisa destacar porque é de fundamental importância. A empresa não estaria obrigada, a rigor, a instituir esse programa, capacitar essas pessoas ali. E olha que isso já vem há mais de um ano. A empresa não estaria forçada nem obrigada a isso. Poderia trazer mão de obra. Olha aí a crise. Há gente desempregada por todo o País. A empresa poderia trazer gente já formada, capacitada para essa iniciativa e, no entanto, fez uma opção clara por priorizar a mão de obra local do Estado de Rondônia. E espero que os conterrâneos do Acre possam ser alocados também nesse grande esforço, nesse grande empreendimento levado a efeito no seu Estado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com certeza, nobre Senador Geraldo, o Acre é um Estado irmão, vizinho, e os acreanos serão bem-vindos no Estado de Rondônia.

Lembro que um dia, quando Prefeito da minha cidade, Rolim de Moura, no primeiro mandato, levei um *campus* da universidade federal, comprei o terreno, construí os primeiros blocos de sala de aula, destinava 3% do Orçamento da Prefeitura para auxiliar no pagamento de professores e, hoje, nós temos um *campus* já bem instalado, inclusive com o curso de agronomia e engenharia florestal.

Eu, um dia, saindo de Rolim de Moura para Ji-Paraná, alguns alunos em frente à universidade pediram carona, e nós demos carona. Eu perguntava de onde eles eram. Tinha uma aluna que fazia agronomia em Rolim de Moura, na universidade federal, que era de Boca do Acre. Então, lá do Acre... Que agora é Acre, não é? Não. Boca do Acre não passou agora para o Estado do Acre? Ainda não? A informação que eu tive é que já tinham decidido esses limites aí e que Boca do Acre tinha ficado agora para o Estado do Acre, o que seria justo, porque até o nome Boca do Acre tinha que ser do Estado do Acre. De forma que o Estado do Acre e Rondônia estão muito ligados em limites. Só falta, para melhorar essa ligação, construir a ponte do rio Madeira, lá em Abunã, que é a única balsa que vai ter na rodovia do Pacífico, em 2010. Se não construir essa ponte até lá, porque eu percorri a rodovia do Pacífico, do Acre até o Peru, e não tem nem uma balsa. Até o Porto de Ilo, no Pacífico, não encontrei uma balsa, a não ser essa lá do Estado de Rondônia.

Então nós precisamos, urgentemente, construir essa ponte que vai entrar no PAC, o projeto está sendo terminado, para melhorar ainda nossa relação com o Estado do Acre.

Por isso eu quero parabenizar, mais uma vez, o Presidente Lula e toda a sua equipe, a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa, a Suez, todas as empresas que estão nesses dois consórcios lá do rio Madeira, como também as nossas empresas estatais federais de energia elétrica.

Mas, continuando, depois desse terceiro evento na cidade de Porto Velho, onde foi assinado esse convênio, com centenas de trabalhadores, nós nos dirigimos aos bairros da periferia de Porto Velho. Houve lá uma grande solenidade com mais de 10 mil pessoas. Fecharam algumas ruas e lá houve essa concentração, na qual estavam o Prefeito Roberto Sobrinho, que tem aliança com o PMDB, e o vice Emerson Castro, também do PMDB – na última eleição nós fizemos uma aliança na capital do nosso Estado e tivemos quase 60% dos votos no primeiro turno. Então, o Roberto está com amplo programa de regularização fundiária urbana, regularização urbana. Já está chegando a quase 40 mil escrituras de terra, e só ontem foram distribuídas

2,5 mil escrituras de casas, de lotes urbanos. O Presidente Lula lá esteve e anunciou outros programas, como a regularização fundiária rural, que nós precisamos agora atacar com muita força.

Seguindo o mesmo exemplo de Porto Velho, nós precisamos que o Incra e o Ministério da Reforma Agrária trabalhem com afinco, com dedicação. Nós temos lá em torno de 60 mil, 70 mil propriedades rurais sem documento, o que traz sério transtorno à população rural do Estado de Rondônia.

O Incra, lamentavelmente, nos últimos anos, não tem feito sua parte. Agora o MDA está entrando lá por meio de uma medida provisória que o Presidente Lula assinou recentemente.

Espero que os dois em conjunto, agora, o Incra e o MDA, possam empreender, assim como o Prefeito Roberto está empreendendo em Porto Velho, esse programa de regularização fundiária, que a gente possa fazer também na área rural do Estado de Rondônia, diminuindo as angústias, os transtornos que têm sido causados aos nossos produtores rurais. Hoje não se consegue fazer um financiamento, não se consegue tirar uma licença ambiental porque o proprietário de nome apenas, mas, de direito, não tem o documento, a escritura da sua propriedade.

Tenho batido isso há muito. Entrei até com um projeto de lei aqui no Senado para regularização fundiária, dando um prazo de três anos para que aqueles que não têm o documento possam regularizar, mas que não sofram nenhum tipo de pressão do Ibama, que não sofram nenhum tipo de restrição ao crédito do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, porque estou muito preocupado com a crise no campo. A crise ainda está chegando mais na cidade do que no campo. Mas estou preocupado com a crise no campo, sobretudo lá no Estado de Rondônia, onde não temos o documento das terras. Espero que o Brasil possa resistir, como vem resistindo até agora a essa crise mundial. É claro que seria muito difícil uma crise de tamanha proporção não chegar ao Brasil, ela está chegando. Mas acredito que com as nossas instituições financeiras sólidas, como se encontravam quando a crise chegou, com o Governo também com as suas reservas um tanto robustas, com mais de 207 bilhões de dólares de reservas cambiais, com a inflação sob controle, os juros agora já com uma tendência de queda forte, eu acredito e espero que continuem caindo para que as nossas indústrias, o nosso comércio continuem gerando emprego e renda no nosso Estado.

Sr. Presidente, encerro aqui a minha fala, mais uma vez enaltecendo e agradecendo ao Presidente da República, por haver destinado volumes substanciais de recursos para o meu Estado de Rondônia. Além dos aproximadamente R\$30 bilhões para investimento nas duas usinas e na linha de transmissão, gerando mais de 30 mil empregos diretos e 50 mil empregos indiretos

tos, nós recebemos, só em Porto Velho, nossa capital, mais de R\$700 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento para fazer frente ao saneamento básico: água, esgoto, drenagem, asfalto, habitação, para sustentar o crescimento que esses dois empreendimentos das usinas do rio Madeira estão trazendo.

Espero que não só Rondônia, mas que todo o País, e o seu Estado, Senador Mão Santa, o Piauí – e V. Ex^a tanto tem cobrado isso desta tribuna – possa receber também, assim como o Estado do Acre, que já recebeu muito, no passado, mesmo quando a administração era do PT, e o Governo Federal era do PSDB, tinha uma boa relação e recebeu muitos investimentos.

Eu espero que, da mesma forma que o Acre recebeu e continua recebendo, assim como o Estado de Rondônia está recebendo hoje, também o Estado do Piauí, o querido Estado do Piauí, dos heróis da Batalha de Jenipapo, possa receber os investimentos necessários para a geração de emprego e renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senado Federal, 13 de março de 2009, Expediente: com referência aos **Requerimentos nºs 211 e 212, de 2009**, lidos em sessão anterior, a Presidência, tendo em vista que a próxima Sessão Deliberativa do Senado está prevista para o próximo dia 17, defere os referidos requerimentos, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua última visita ao Espírito Santo, no final da semana passada, o presidente Lula inaugurou a segunda fase da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, situada no município de Linhares, o maior em área territorial do Estado. É um acontecimento merecedor de destaque, pois representa a consolidação do território capixaba como um dos mais importantes agentes no cenário energético brasileiro.

Talvez poucos saibam que, com a conclusão das obras da terceira fase, que está prevista para o segundo semestre de 2009, o Pólo de Cacimbas poderá processar até 18 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural e 34 mil barris de óleo associado ao gás, o chamado condensado de petróleo. É uma contribuição de porte considerável à produção brasileira.

Desde o ano passado, o Polo de Cacimbas fornece gás para o Espírito Santo e o Rio de Janeiro,

por meio do Gasene, o Gasoduto Sudeste-Nordeste. A partir deste mês, estará capacitado para processar 11 milhões de metros cúbicos diários de gás e 15 mil barris de condensado de petróleo.

Quando estiver concluído, e os campos de gás de Canapu e Camarupim iniciarem sua produção, o pólo processará gás natural dos campos situados em terras do Norte do Estado e também dos campos marítimos, entre os quais, além de Canapu e Camarupim, estão os de Peroá, Congoá e Golfinho.

O gasoduto Sul-Norte, cuja construção está prevista nos planos da Petrobras, permitirá que o Pólo de Cacimbas processe ainda o gás natural do Parque das Baleias, localizado no litoral Sul. Além disso, uma vez concluído o trecho do Gasene que vai de Cacimbas a Catu, na Bahia, o gás capixaba poderá suprir parte da demanda da região Nordeste.

A dimensão dos investimentos programados para Cacimbas é plenamente justificada por sua importância estratégica para a matriz energética do País. Nelles está prevista a construção de duas termelétricas e ainda da infra-estrutura para a produção de GLP, o gás de cozinha, e condensado de petróleo.

Uma vez terminado o Pólo de Cacimbas fornecerá 700 toneladas por dia de GLP, combustível para o qual ainda dependemos de fornecimento do Exterior. No ano passado, precisamos importar 1 milhão de toneladas para atender ao consumo interno.

Essas 700 toneladas diárias reduzirão a dependência, e poderão ser exportadas para outros Estados, tornando mais próxima a perspectiva de que o Brasil se transforme em exportador do produto, talvez até mesmo no ano que vem.

Os recursos explorados pela Petrobras em território capixaba também representam a antecipação de projetos de suprimento de gás natural que possibilitarão reduzir nossa dependência da Bolívia – que, como já demonstrou a experiência recente, deve merecer prioridade nos planos energéticos do País.

O Brasil não pode ficar dependente de um único fornecedor externo do combustível, e a crise provocada pela nacionalização das reservas de petróleo e gás do país vizinho foi a prova que faltava de que é preciso adotar medidas capazes de reverter esse quadro. Para resolver o problema, as reservas do Espírito Santo são uma das saídas e, sem dúvida, a mais rápida e econômica. Vai longe a época em que investimentos como o realizado em Linhares não eram compensadores. Hoje, são vitais para o futuro do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esta sessão de sexta-feira é uma sessão não deliberativa. E por aqui passam Senadores que queiram fazer pronunciamentos e suas teses em defesa da democracia.

Passaram por aqui, desde as 9 horas da manhã, o Senador Jarbas Vasconcelos. Ele é do PMDB do Estado de Pernambuco, um dos currículos mais bonitos da democracia. Ele foi Prefeito daquele Estado, Governador, e é Senador da República; também foi Presidente Nacional do PMDB. Jarbas Vasconcelos aqui se manifestou mostrando as suas preocupações quanto à austeridade da Casa.

Em segundo lugar, cederam-me a palavra, e eu falei mostrando a importância, hoje, do dia 13 de março, a Batalha do Jenipapo, a primeira batalha sangrenta na história do País, que redundou na expulsão dos portugueses.

O Brasil era para ser dividido entre dois: o Sul, ficaria com o filho, e o Norte, com o pai, D. João VI. Essa reação partiu do Piauí, numa batalha sangrenta. E hoje comemoramos 186 anos da Batalha do Jenipapo.

O terceiro orador foi o Geraldo Mesquita Júnior. Ele representa o Estado do Acre e o PMDB. Ele, aqui, mostrou as ações deste Senado, através da CPI, contra a Pedofilia. O Senador fez as prestações de contas e as preocupações para com a pedofilia, uma das mais vergonhosas nódoas de nossa civilização.

E, por último, Valdir Raupp, que também é do PMDB. Foi Prefeito da sua cidade e foi Governador brilhante daquele Estado, hoje Senador da República e Líder do PMDB nesta Casa. A ele muito devemos o crescimento do PMDB. Ele mostrou suas ações, o seu trabalho e a utilização de suas lideranças para fazer desenvolver o seu Estado de Rondônia.

Esta sessão, que se está encerrando, é muito bem coordenada pelos nossos assessores: a Secretária-Executiva do Senado, Dr^a Cláudia Lyra; e os dois Secretários-Executivos, os competentes José Roberto e João Pedro. Agradecemos a todos os servidores

públicos desta Casa pelo seu funcionamento. Quero crer e dizer da nossa gratidão.

O Senado é esta Instituição que há 183 anos salvaguarda a democracia deste País. Eu nasci quando este País enfrentava uma ditadura: a ditadura civil de Vargas. Quero crer que o livro *Memórias de um Cárcere*, de Graciliano Ramos, traduz que uma ditadura não é boa, mesmo tratando-se de um ditador estadista como foi Vargas. Depois, tivemos outra ditadura militar, que vivemos e que Elio Gaspari também disserta, em seus livros, dizendo que ela é cruel.

Quero dizer, então, que aprendi, na minha infância, que um líder democrático deste País, que combateu a ditadura Vargas, Líder da UDN, candidato à Presidência da República por duas vezes, não conseguiu a eleição – como também Rui Barbosa, por duas vezes, não a conseguiu –, mas, sem dúvida nenhuma, foram homens que muito contribuíram para o aprimoramento da democracia. E esse líder, que combateu a ditadura Vargas, Eduardo Gomes, que traduz o melhor dos militares da nossa Pátria, disse: “A democracia tem um preço caro: a eterna vigilância”. E essa vigilância da democracia, no Brasil, é feita pelo nosso Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão de sexta-feira, dia 13 de março de 2009. Treze de março passou a ser uma data importante no calendário nacional por tratar-se da batalha sangrenta, realizada nos solos piauienses, e reconhecida pelo Governador piauiense Alberto Silva, que fez um monumento, e pelo Presidente Humberto Castello Branco. Então, esta batalha é comemorada pelo Exército Nacional.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 57 minutos.)

Ata da 27ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Papaléo Paes e Mário Couto

(Inicia-se à Sessão às 14 horas e 5 minutos, e encerra-se às 17 horas e 47 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vigésima sétima sessão não deliberativa de segunda-feira, 16 de março de 2009, 14h05m, no plenário do Senado Federal.

A sessão de hoje é não deliberativa.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 40, DE 2009

(Nº 154, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 13 a 17 de março de 2009 em visita oficial aos Estados Unidos da América.

Brasília, 12 de março de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 150 – C. Civil.

Em 12 de março de 2009

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretária Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 13 a 17 de março de 2009 em visita oficial aos Estados Unidos da América.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 1, de 2009, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 19/2009

Volta Redonda, 20 de fevereiro de 2009

À Subseção de Coordenação Legislativa do Senado

Assunto: PLS nº 177/2007

Ilmº Sr.

Solicitamos informar quais são as perspectivas do PLS Nº 177/2007 do Senador Paulo Paim, que veda a dispensa do empregado sindicalizado que seja membro ou candidato de Conselho Fiscal, ser levado à votação no Plenário ainda este ano.

No dia 22-1-2009 tivemos o dissabor de vermos, mais uma vez, um membro do nosso Conselho Fiscal ser demitido sem justa causa pela Companhia Siderúrgica Nacional. Na 1ª vez, em 2004, foram todos os conselheiros fiscais demitidos (6) pela mesma empresa. Certo é que 5 dos conselheiros foram reintegrados por decisão judicial.

Como se pode constatar, urge preservar o direito da livre organização sindical, não só dos outros membros do nosso Conselho Fiscal, bem como de tantos outros sindicatos ameaçados permanentemente com a perda de tão importante prerrogativa.

Atenciosamente, – **João Thomaz Araújo Ferreira da Costa**, Presidente do SENGE-VR.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2007, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 129/09/PS-GSE

Brasília, 12 de março de 2009

Assunto: Comunica envio de PL à sanção.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.292, de 2000, do Senado Federal (PLS nº 427/99 na Casa de Origem), o qual “Altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 1999, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 130/09/PS-GSE

Brasília, 12 de março de 2009

Assunto: Comunico envio de PL à sanção.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.687, de 2000, do Senado Federal (PLS nº 131/00 na Casa de Origem), o qual “Denomina “Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho” trecho da BR-401, no Estado de Roraima.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2000, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 131/09/PS-GSE

Brasília, 12 de março de 2009

Assunto: Comunica envio de PL à sanção.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.455, de 2001, do Senado Federal (PLS nº 76/01 na Casa de Origem), o qual “Denomina Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias, o edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2001, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 132/09/PS-GSE

Brasília, 12 de março de 2009

Assunto: Comunica envio de PL à sanção.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.824, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 22/04 na Casa de Origem), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal o trecho rodoviário compreendido entre as localidades de Pedro Canário – ES e Nanuque – MG.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 157/2009**, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, manifestando-se sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009 (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

O expediente será juntado ao processado da matéria e encaminhado, em cópia, ao Relator revisor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 56/2009 – GLDBAG

Brasília, 16 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Serys Slhessarenko como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e cidadania – CCJ, em substituição ao Senador Paulo Paim, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2009

Senhor Presidente,

Como membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e indicado que fui para participar da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias **15 a 18 de março de 2009**, na cidade de **Montevideu, Uruguai**, venho solicitar, nos termos do inciso II, “a”, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Esclareço, por oportuno, que estarei dessa forma, ausente dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 16 e 18 do mês corrente.

Sala das Sessões, 16 de março de 2009. – Senador **Neuto de Conto**, PMDB/SC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 2/2009-CI

Brasília, 12 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em Decisão Terminativa, na reunião realizada no dia 12 de março do ano em curso, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, que “Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

A matéria irá a Turno Suplementar na próxima reunião da Comissão, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal

Respeitosamente, – **Senador Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido pelo Senador Papaléo Paes, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tendo em vista a Resolução nº 4, de 2008-CN, que “Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC”, a Presidência, de acordo com as indicações que recebeu do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Palocci (PT)	Fernando Ferro (PT)
Colbert Martins (PMDB)	Flávio Bezerra (PMDB)
Homero Pereira (PR)	Iriny Lopes (PT)
José Guimarães (PT)	José Otávio Germano (PP)
Paulo Piau (PMDB)	Lúcio Vale (PR)
Rebecca Garcia (PP)	Luiz Bittencourt (PMDB)

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB) Luiz Carreira (DEM)
 Arnaldo Jardim (PPS) Rômulo Gouveia (PSDB)
 Jorge Khoury (DEM) (vago)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Rodrigo Rollemberg (PSB) (vago)
 Vanessa Grazziotin (PCdoB) (vago)

(*) PV

Sarney Filho Fernando Gabeira

Os membros do Senado Federal já tinham sido indicados e os nomes lidos neste plenário.

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-C

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Convidamos, para usar da palavra, o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Mão Santa, Exm^o Sr. Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores que nos escutam, quero dizer que hoje, com muita alegria e satisfação, vou registrar a minha presença num grande evento que se realizou em Laranjal do Jari, cuja programação foi de responsabilidade da Assembléia Legislativa do Estado, por intermédio do seu Presidente, Deputado Jorge Amanajás, que fez uma sessão itinerante em Laranjal do Jari em consequência da aprovação de um requerimento do Deputado Estadual Mandi.

Lá estiveram, claro, o Senador Gilvam, eu e o Deputado Bala como membros do Congresso Nacional, e os Deputados Estaduais Jorge Amanajás, Eider Pena, Joel Banha, Camilo Capiberibe, Francisca Favacho, Meire Serrão, Michel JK, Alexandre Barcellos, Ruy Smith, Isaac Alcolumbre e Mandi.

Eu quero fazer um apanhado da nossa presença, principalmente da minha presença lá, porque eu fiz uma programação que fugiu um pouquinho da dos outros que tiveram a sua programação própria.

Ao chegar a Laranjal do Jari, nós fizemos imediatamente uma visita à Rádio e TV Marco Zero e lá fomos muito bem recepcionados pelo Isaac Alcolumbre, o Valtinho, que é o diretor da rádio, e o radialista Nato Lima. Tivemos a oportunidade de dar uma longa entrevista, eu e o Deputado Dalto Martins, que não referi no início, mas estou registrando agora, o Deputado Bala e a Deputada Francisca Favacho, além de Meire Serrão. Então, fizemos esse contato lá. Foi muito bom, muito produtivo.

Naquele momento, tomamos conhecimento do acontecido relacionado à saúde no Laranjal do Jari. No dia anterior, uma criança de oito anos de idade, o Bruno, sofreu um traumatismo craniano; foi solicitado um avião para transportá-lo para Macapá, porque lá não tinha condições de fazer tratamento clínico, principalmente neurológico. Por problemas técnicos do aparelho não adequado para transporte, o piloto desse avião, que é pago pelo Governo do Estado, teria dito que não poderia tirar as cadeiras porque a Anac iria multá-lo. Ficamos nos perguntando o que vale mais: uma vida ou uma multa executada pela Anac? Mas o importante é que realmente a população ficou indignada e principalmente livrou de qualquer responsabilidade os dedicados médicos que servem à unidade de saúde lá no Laranjal do Jari.

Depois, fizemos uma visita ao hospital, e lá o Dr. Chada – colega que estudou comigo, fizemos juntos faculdade de Medicina – e o Dr. Picanço nos deram a situação da saúde pública no Estado do Amapá. Queremos agradecer a atenção deles, dos enfermeiros e de todos.

Depois, fomos à Câmara dos Vereadores, onde tivemos uma reunião com os Vereadores Walber Queiroga (PDT), que é o Bode, Presidente da Câmara; o Manoel Carvalho (Bacurau), que é o Vice-Presidente (DEM); o Secretário Manoel Pereira (PP), que é o Zeca Madeireiro; a Vereadora Benedita Moreira, que é a Professora Beta (PR); o Vereador Airton Nobre (PDT); o Vereador Antonio Enfermeiro (PSL); o Vereador Edvaldo Pena dos Santos (PSDB); o Vereador Lemoel Birimbal (PMDB); e o Vereador Erivan Gomes (PTdoB). Esses vereadores nos receberam, fizeram suas reivindicações; lá estava presente o Presidente da Assembléia e outros deputados estaduais. Enfim, foi uma visita muito produtiva.

Depois fomos até a Prefeitura ver a sua situação, principalmente as questões relacionadas às emendas parlamentares, que deixam alguma preocupação conosco. Daqui a pouco, vou elencar as emendas que já destinei a Laranjal do Jari, que coloquei no Orçamento, e vou dizer os motivos pelos quais algumas não foram liberadas.

Mas a visita que muito me deixou sensibilizado e feliz, pela boa aplicação do dinheiro público, foi que fizemos à Apae. Está de parabéns a Professora Lourdes e de parabéns estão todos aqueles que servem à Apae. A Apae em Laranjal do Jari é muito bem equipada, Senador Mão Santa. Toda limpinha, tem piscinas, elevador para cadeirante. Em Laranjal do Jari! O prédio é feito de madeira, mas o acabamento é de primeira, e os profissionais são muito bem preparados e dedicados. Basta entrar, conhecer e ver o quão

importante é para uma instituição quando pessoas se dedicam a ela.

Às 5 horas da tarde, iniciou-se a audiência pública lá em Laranjal do Jari; terminou quase às 2 horas da manhã. Ouvimos 60 oradores, a população teve acesso à fala, foi aberta a palavra para a população, todos os deputados e vereadores se pronunciaram, a Sr^a Prefeita do Município de Laranjal do Jari, o Sr. Vice-Prefeito, o Vice-Prefeito de Vitória do Jari, o Vice-Prefeito de Almerim. Enfim, em Laranjal do Jari, vimos muitas coisas importantes para conhecermos e sempre nos atualizarmos para termos conseqüências positivas.

Quero também registrar que, desde 2004, faço destinação de emendas individuais para Laranjal do Jari. Vou explicar: nós parlamentares fazemos as indicações. Mas os prefeitos têm uma série de providências a tomar junto às prefeituras, o que, às vezes, por dificuldades técnicas das próprias prefeituras, impedem que tenhamos êxito.

Em 2004, destinei ao apoio e manutenção da saúde R\$100 mil – esse foi cancelado porque estava sem projeto, em Laranjal do Jari; para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde, R\$50 mil – também foi cancelado porque estava sem projeto; para implantação ou melhoria de obras e infraestrutura urbana – também cancelado por não ter projeto. Mas, enfim, o item “c”, que é a mecanização e aquisição da patrulha mecanizada, R\$85 mil, foi aprovado e foi pago esse recurso.

Em 2005, através do Calha Norte, foram destinados R\$120 mil.

Em 2006, para aquisição de transporte escolar, foram R\$100 mil – foi cancelado, sem projeto.

Em 2007, construção do prédio da Farmácia Popular, R\$200 mil – foi cancelado porque não tinha projeto.

E, em 2008, a situação era a seguinte: R\$200 mil, aguardando o cadastro das prefeituras no Siscom para o empenho.

Mas tenho uma boa notícia para Laranjal do Jari, da minha emenda, para sair este ano. Destinaremos – já foi conversado até com a Sr^a Prefeita e, desde sexta-feira, aguardávamos, mas hoje pela manhã foi concretizado – R\$400 mil para a Prefeitura de Laranjal do Jari construir uma creche, por meio do Calha Norte, a qual a Prefeitura se compromete a equipar, na área de informática, em consequência dessa nossa decisão, a Apae. Então essa é a boa notícia que estou dando para a Professora Lourdes e para todos aqueles que trabalham na Apae e para toda a população do Laranjal do Jari.

Senador Mão Santa, Laranjal do Jari é uma cidade que, durante muitos anos, ficou muito isolada de

Macapá. Há vinte, quinze, até dez anos, as pessoas lá, sofriam a falta de comunicação com o Município. Até eu, como um dos médicos mais conhecidos em Macapá e no Amapá, podia ir lá e poucas pessoas me reconheciam por falta de comunicação. Hoje temos rádios, que são importantes para levar à população as informações; temos televisão. Depois disso, sim, esse afastamento começou a diminuir bastante. Laranjal do Jari é uma cidade dormitório.

Ela é separada pelo Rio Jari do Estado do Pará, do Município Monte Dourado, onde havia o projeto Jari. Esse projeto empregava muitas pessoas e, hoje, claro, ele desapareceu, desempregou, abandonou um hospital que era de primeiríssima qualidade. O hospital está lá sem resolver seus problemas. Isso está sobrecarregando o Estado do Amapá.

Além disso, para completar, a empresa que explora o caulim, que é do nosso lado, do Amapá, pega toda a matéria-prima e a beneficia do lado do Pará, gerando os impostos para lá, demitiu 1,3 mil pessoas. Agora, imagine o que é demitir 1,3 mil pessoas. É um verdadeiro caos!

Essa consequência vai toda para Laranjal do Jari e não para Monte Dourado. Esse desemprego é um abalo significativo no comércio local. São consequências sociais de difícil solução e que, realmente, estão acompanhando a crise mundial, mas vejo que há precipitação. Por ser uma empresa privada, ela procura se precaver sem ter dó nem piedade dos pais de família. Por isso, o povo de Laranjal do Jari está passando por uma situação muito difícil. Nós, Parlamentares que lá comparecemos, sempre dissemos que fomos ouvir a população.

Ouvimos a população e – veja a importância –, só de constatar a boa qualidade do trabalho da Apae, eu me entusiasmei bastante, o que me fez tomar a decisão, que já citei, de encaminhar recursos para construir uma creche por intermédio da prefeitura, que poderia fornecer os equipamentos de informática para a Apae, que já dispõe das condições necessárias para receber esses equipamentos. Então, quero agradecer muito a Laranjal do Jari. Muitas pessoas nos receberam – posso dizer com relação a mim –, com muito amor, muito carinho e muito respeito. Então, quero fazer esse agradecimento.

Senador Mão Santa, quero lhe informar, também, que V. Ex^a é muito lembrado lá no Laranjal do Jari.

Eles assistem à TV Senado. Isso lhes deu condições de me conhecerem melhor, porque é difícil ir até lá; precisa ter uma estrutura razoável. Aquelas pessoas entendem a forma de fazermos política, da mesma forma que V. Ex^a faz. É com muita dificuldade. Mas tenho certeza de que retribuimos sempre os vo-

tos, com dedicação e com responsabilidade. Então, muito obrigado a Laranjal do Jari.

Sr. Presidente, eu vou tocar num tema – inclusive, foi citado agora Laranjal do Jari –, que é a crise econômica. Sr. Presidente, não há hoje, no mundo, assunto mais candente que a crise econômica que nos castiga desde a segunda metade do ano passado. De norte a sul, em todos os quadrantes, as graves dificuldades econômicas que vivemos têm ocupado as mentes de governantes, políticos, empresários e da população em geral, que vê minguar seus empregos e, portanto, sua fonte de sustento.

A redução do número de empregos é, sem dúvida, o aspecto mais dramático dessa e de qualquer outra crise econômica. Por trás das frias estatísticas que mostram o paulatino aumento do desemprego, existe a trágica realidade das famílias lançadas a condições de vida degradantes.

No Brasil, ainda que estejamos numa situação um pouco melhor que a de vários outros países, os números começam a piorar e o fantasma do desemprego já ronda os lares brasileiros.

Tem havido redução no consumo, que movimentava a roda da economia e isso retroalimenta o ciclo.

Se não há consumo, cai a produção e, em consequência, o número de empregos.

É momento, Sr. Presidente, portanto, de pensar em ações que, concretamente, possam contribuir para a geração de emprego. O Governo do Presidente Lula, que tem se mostrado preocupado em combater a crise, poderia começar a pensar, por exemplo, na redução dos encargos trabalhistas incidentes sobre os salários. Além de auxiliar na geração de emprego, essa providência pode melhorar a qualidade do emprego no País, aumentar a competitividade das empresas brasileiras e a arrecadação previdenciária.

Há argumentos para demonstrar isso. O primeiro deles é que empregar alguém no Brasil, hoje, custa o salário previsto em contrato e mais de 103% desse valor, a serem pagos em encargos sociais os mais diversos, de acordo com a informação do Professor José Pastore, especialista de renome nessa matéria.

Esse percentual elevado dificulta a contratação formal, ao menos para as microempresas que são 95% das empresas nacionais. Em outros países, esse custo é menor: na França, chega a 80%; no Japão, 12% e, nos Estados Unidos, representa apenas 9% do valor do salário. E, vejam, no Brasil, 103%, segundo dados do próprio Professor Pastore. Para ele, a despesa de contratação no Brasil é tão alta que induz à informalidade, ao desemprego, à automação, à sonegação na área previdenciária, que ainda é muito grande entre nós.

Os números oficiais confirmam o que diz o especialista. Segundo dados do IBGE, 60% dos trabalhadores brasileiros atuam na informalidade, o que corresponde a 46 milhões de pessoas. Toda essa população não tem qualquer proteção de caráter previdenciário e, em contrapartida, também não contribui para a manutenção do sistema.

Trata-se, portanto, de garantir direitos mínimos a quem ainda não os tem; não de tirar direito dos trabalhadores, como alegam muitos dos defensores das regras atuais. O excesso de proteção acaba por desproteger a maioria, porque poucas empresas são capazes de vencer a burocracia e arcar com despesas e contratar legalmente.

O receio que as microempresas têm de não ter dinheiro para indenizar os empregados no momento da dispensa, uma vez que esse valor aumenta com o tempo do vínculo empregatício, faz com que a rotatividade de empregados seja alta nesse segmento empresarial. Essa ruptura precoce tem como consequência o excesso de ações na justiça trabalhista, de acordo com Pastore. São dois milhões de ações em tramitação no Brasil, contra menos de três mil no Japão. É o exemplo que nós queremos dar.

Não menos grave são os efeitos do excesso de encargos trabalhistas sobre a empregabilidade dos jovens. De acordo com dados de estudo recente do Ipea, 46,6% dos desempregados têm entre 15 e 24 anos de idade. Esse índice é o maior entre os dez países pesquisados pelo Ipea. No México, segundo colocado, ele atinge 40,4%; na Alemanha – vejam só – é 16,3%.

Nessa faixa etária, cerca de 19% dos brasileiros estão desempregados, número 3,5 vezes maior do que os desempregados entre a população adulta, segundo o Ipea. Esse número saltou de 11% a 19%, entre 1995 e 2005, e os que trabalham, nessa faixa, estão envolvidos em atividades de curta duração e de baixa manutenção.

Aqui, novamente, os encargos trabalhistas excessivos exercem papel deletério. O custo para contratar um jovem é o mesmo que o de contratação de adulto experiente e, nesse caso, as empresas optam por quem lhe trará melhores resultados rapidamente.

A redução de encargos é, portanto, uma solução também nesse caso. Países como a Alemanha e Espanha adotam um contrato de experiências em que as empresas pagam menos tributos por contratarem empregados menos experientes. Embora o Ipea afirme que, em todo o mundo, o desemprego é maior entre os jovens, o professor José Pastore argumenta que, nos países que adotam o regime de contrato de experiência, o desemprego entre os jovens é de, no máximo, duas vezes o que ocorre entre os adultos.

A redução desse desemprego é naturalmente apenas um dos passos necessários para aumentar o nível de emprego, melhorar as relações trabalhistas e competitividade das empresas brasileiras, além de dar aos trabalhadores proteção previdenciária e aumentar a receita da Previdência.

Outra medida importante é a promoção de uma reforma da legislação trabalhista, que permita mais negociação e acordos entre patrões e empregados.

Ainda, Sr. Presidente, de acordo com Pastore, a introdução dos direitos trabalhistas na Constituição de 1988 praticamente inviabilizou a negociação. Em sua opinião, só salários e participação nos lucros podem ser livremente negociados no Brasil, em razão de uma legislação extremamente detalhista. Empresários e trabalhadores não têm segurança porque, após uma negociação amistosa, o seu resultado pode ser questionado na Justiça.

Como se vê, Sr. Presidente e Senador Gilvam Borges, o momento parece propício para que se comece a discutir, de forma madura e equilibrada, as relações e os encargos trabalhistas em nosso País. Foi assim, abrindo mão de alguns direitos, que os trabalhadores alemães evitaram que grandes indústrias daquele país se mudassem para a China, onde os custos de mão-de-obra são infinitamente menores.

Penso que o Governo pode e deve dar o primeiro passo. No Congresso, Senador Mário Couto, com a participação de empresários e trabalhadores, faríamos o grande debate que um assunto dessa magnitude requer. Com isso, creio, estaríamos avançando em direção a um futuro melhor, com mais e melhores empregos para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador do Amapá Papaléo Paes...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria me inscrever, Presidente, para falar pela Liderança da Minoria, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito pela Secretária Executiva, Dr^a Cláudia Lyra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, então, para usar da palavra, o orador inscrito,

também do Amapá – o Amapá está presente, e o Senador Sarney é o Presidente –, Gilvam Borges, do PMDB.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Mão Santa, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores, estivemos, juntamente com o Senador Papaléo Paes, Deputado Sebastião Rocha e integrantes da Banca da Federal com assento aqui no Congresso Nacional, em uma grande audiência pública lá no extremo sul do Estado, em Laranjal do Jari, onde fomos muito bem acolhidos. Muitas ideias e reivindicações foram processadas na fala de mais de sessenta oradores em uma longa audiência que durou das 6 da tarde às 2 da manhã.

Minhas congratulações ao Presidente Jorge Amajás, que, juntamente com grandes lideranças, legisladores da Assembleia Legislativa, Deputados Estaduais Eider Pena, Manoel Brasil, Manoel Mandi, autor da indicação que levou esse grande colegiado ao Laranjal do Jari, Meire Serrão, Dalto Martins, Michel JK, Alexandre Barcellos, Francisca Favacho, Camilo Capiberibe, Ruy Smith, Isaac Alcolumbre, Joel Banha, esse elenco de Deputados Estaduais fez uma brilhante festa democrática de audiência pública lá em Laranjal do Jari.

Quero dizer a todo aquele povo, como sabem todos os dias, que estamos integrados nas grandes ações aqui, com a liberação de recursos federais. Em certas situações, temos muitas dificuldades. Nem sempre cabe ao congressistas a execução – na verdade, o tempo todo. Por isso é que existem os Prefeitos, os Governadores, o Presidente da República, que são do Poder Executivo. E nós acreditamos que ainda este final de mês, no mais tardar na primeira quinzena de abril, nós estaremos retomando a grande construção da ponte sobre o rio Jari, que é uma ponte de indicação do Presidente José Sarney, apoiado por toda a Bancada federal. É uma emenda de bancada e acredito que, neste verão, nós teremos condições de concluir já esta ponte, porque já temos 50%.

Estamos destravando os processos burocráticos e estaremos trabalhando também com possibilidades grandes de iniciar no verão, também, a retomada, ou melhor, o início do trecho sul da BR-156.

O Ministro Alfredo Nascimento, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Sarney, e todos nós já estamos discutindo a possibilidade de trazermos a empresa e de conscientizá-la da execução desse trecho. Deve-se continuar Calçoene a Oiapoque, mas também já iniciar o trecho sul, diretamente saindo de Laranjal do Jari. É uma região extremamente importante, onde estaremos, em 2011, recebendo o Linhão de Tucuruí, que virá pelo sul do Estado. Realmente, o

desenvolvimento chegará de forma bem trabalhada, será um desenvolvimento assegurado.

Portanto, ao povo de Laranjal do Jari, foi muito oportuna e feliz a ideia e a disposição do Presidente da Assembléia, Jorge Amanajás, de seus Deputados e de várias Lideranças – indicação do Deputado Mandi. Nós todos estamos aqui trabalhando diuturnamente pelo desenvolvimento do Estado do Amapá, priorizando o extremo sul do Estado, região riquíssima que precisa das obras estruturantes para que haja perenidade no processo de desenvolvimento do Estado do Amapá.

Agradeço ao Presidente Lula, que, corajosamente, mandou licitar esse Linhão do Tucuruí, juntamente com a Ministra Dilma, que tem se destacado pela capacidade operadora, técnica e administrativa e por ser uma política que realmente vem se destacando no País, com as grandes obras do PAC, sendo, sem sombra de dúvida, uma excelente e decisiva liderança no auxílio e no em apoio, através do seu Ministério, ao grande, estimado e popular Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem a aprovação da maioria dos brasileiros, conforme pesquisas de opinião pública divulgadas pelos institutos de maior reputação no País. Há quem tente macular e provar o contrário, mas a simpatia do Presidente, os fatos e o reconhecimento pelo seu trabalho justificam tamanha popularidade.

Sr. Presidente, eu vim aqui para, além de divulgar as ações nas quais todos estamos trabalhando, citar nosso Projeto de Lei nº 487, que apresentamos, sobre segurança pública e pedir agilidade na avaliação desse projeto. Eu me preocupo muito com a segurança, até porque tem sido, nesses últimos dez anos, pauta nacional. A sociedade, a mídia e os políticos em todo o País, dos Municípios aos Estados e à União, tem-se empenhado nessa discussão. Precisamos de legislação. E assim colaboramos, sempre que oportunamente, e sempre que bem estudados, com projetos que possam contribuir.

Nos estádios de futebol e logradouros públicos, muitas vezes, temos acompanhado acidentes, principalmente nos estádios, onde há exposição tanto dos policiais como da população. É uma coisa que podemos corrigir. Tomamos como exemplo um fato recente que ocorreu no Gama. No tumulto, em disputa de torcidas organizadas, houve um terrível acidente fatal. Um policial entrou em pânico – embora, na verdade, não fosse sua intenção matar – e, como a situação obrigava e estava ao seu alcance uma arma de fogo, lançou mão instintivamente da arma, provocando o acidente. Policiais expostos e um grande contingente de pessoas expostas.

Então, em nome da segurança desses servidores e agentes públicos e também do grande público que

está em concentrações, viemos propor esse projeto de lei para que haja a proibição de uso de armas de fogo nesses grandes conglomerados e eventos públicos.

E o Poder Público, Sr. Presidente – que agora lê o jornal com muita atenção, Senador Mão Santa, e que agora observa este orador que anunciou com muito entusiasmo –, tem o dever de garantir a segurança pública nos eventos que reúnem grandes contingentes de pessoas, entre os quais, os esportivos, os religiosos e os recreativos. Para bem cumprir com esse dever, é necessário o profissionalismo, o bom preparo dos agentes públicos. Sabemos que também são imprescindíveis a energia e a firmeza que possam controlar a ação de desordeiros, assim como o comportamento desgovernado das multidões em situação de tumulto.

No exercício do dever de manutenção da ordem, nem sempre é fácil permanecer em uma linha de equilíbrio que garanta a segurança coletiva sem que se incorra em qualquer excesso ou abuso de autoridade. Como já mencionamos, o preparo e o profissionalismo dos agentes policiais devem ajudar a alcançar esse equilíbrio. Contudo, pela própria natureza dos seres humanos, é certo que haverá ocasionalmente erros, mesmo de policiais experientes.

Ora, Sr. Presidente, erros fazem parte da vida de cada dia e, com frequência, podem ser sanados e corrigidos. Mas os erros com armas letais podem redundar, como indica o próprio nome, em morte, o mais irremediável dos males, ou em outros seriíssimos acidentes.

Em uma situação de tensão, típica de distúrbios em meio a multidões, é possível que venham ocorrer erros dos agentes responsáveis por controlá-los. Se esses policiais contam, nessas ocasiões, com armas de fogo muniçadas, os riscos de acidentes graves nas operações de manutenção da ordem tornam-se muito maiores.

Foi um lamentável acidente desse tipo, como falei anteriormente, como se recordam as Sr^{as} e os Srs. Senadores, que vimos acontecer há pouco tempo, como falei, na cidade do Gama, aqui no Distrito Federal. Pouco antes de se iniciar a partida final do Campeonato Brasileiro de Futebol, ainda do lado de fora do estádio Bezerrão, um torcedor foi atingido por uma arma em posse de um policial. Esse tiro levou o rapaz, de 26 anos, ao coma cerebral e, após alguns dias, à morte.

Quem pôde assistir ao vídeo que documenta essa desastrada ação policial verificou que não foi intencional o disparo, que não foi, de maneira nenhuma, embora tenha ficado claro seu inaceitável excesso repressivo. A ausência de dolo não impediu que uma bala atingisse um jovem cidadão, o qual, mesmo que

estivesse eventualmente participando de distúrbios, não poderia, em qualquer hipótese, ser submetido a tal risco por parte de um agente público.

Pensando em aumentar a segurança das cidadãs e dos cidadãos que afluem a esses eventos públicos, decidi apresentar esse projeto de lei que proíbe o porte de armas letais pelo policiamento ostensivo em eventos públicos, esportivos, religiosos, recreativos e afins.

Quer esses eventos ocorram em ambientes fechados, quer em ambientes abertos, a proibição se estende pela área adjacente a eles, em um raio de trezentos metros de distância.

Respondem pela infração a essa determinação legal tanto o agente que porte ou use arma de fogo, quanto o comandante da operação de policiamento, exceto no caso de desconhecimento pelo comandante dessa conduta de seu subordinado. A pena prevista em nosso projeto é a de detenção de um a três anos.

Além do dano inaceitável à integridade física e à vida dos cidadãos, episódios desse tipo produzem péssima repercussão no exterior, prejudicando a pretensão de que o Brasil se torne sede de eventos internacionais.

Certamente, já está garantida a realização da almejada Copa do Mundo de Futebol de 2014 em nosso País e temos a convicção de que poderemos evitar que nela ocorram quaisquer incidentes de maior grau de violência, de onde quer que possam partir. A proposição que ora apresentamos (na verdade, já apresentada) pode, sem dúvida, contribuir para que se alcance esse objetivo.

De fato, Sr. Presidente, o policiamento ostensivo de eventos públicos pode ser feito com toda eficiência e eficácia, contando apenas com a utilização de cacetetes, de armas muniçadas com balas de festim ou de borracha, com bombas de efeito moral e com escudos, além da possibilidade de se acionar a polícia montada.

Deixemos as balas de poder letal para serem utilizadas pelos agentes policiais contra os verdadeiros criminosos, nas situações em que isso se mostre imprescindível, mormente as de legítima defesa da vida própria e alheia.

Em suma, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida que propomos à apreciação do Congresso Nacional trará maior segurança e tranquilidade aos cidadãos comuns que participam de grandes eventos públicos, e também os agentes policiais levados, por vezes, em tais situações a ações desprovidas do necessário controle emocional. Peço, assim, aos nobres Senadores e Senadoras que votem por sua aprovação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é complexa a atividade parlamentar, o Congressista se

divide e se posiciona sempre na tribuna desta Casa, nos pronunciamentos, defendendo grandes temas e também com sua função específica garantida, que é a de legislar. Sempre estamos aqui, não só legislando, interpretando, buscando as aspirações desse povo como trabalhando de forma intensa nas obras importantes para o desenvolvimento do nosso Estado, fazendo política, Sr. Presidente, de resultados. Muitas vezes nós lançamos a pedra em telhados, muitas vezes somos o telhado.

Como a democracia nos dá sempre a capacidade da compreensão, da tolerância e do respeito mútuo das variadas matrizes ideológicas e dos comportamentos, nós estamos sempre muito atentos para fazer uma grande gestão como a que o Congresso Nacional faz.

Vejo com muita apreensão – e estava falando há pouco – que agora estamos sem uma pauta definitiva, embora já alinhavada pelo Presidente Sarney, e os temas caíram no igapó. Agora dia e noite se fala em hora extra para funcionários, aqui se fala o tema nacional da vida privada e particular das pessoas. Sem dúvida, em certas situações, precisamos abordar, mas o País tem necessidade e urgência em implementar as grandes reformas como o Presidente Sarney e toda a Mesa que compõe o Senado Federal estão prontos e preparados para fazer. Estamos nos organizando para efetivamente iniciarmos as discussões da grande reforma política de que este País necessita.

E, por esse motivo, vou conceder um aparte ao Senador Mão Santa que, pela sua manifestação corporal e o seu olhar, já manifestou desejo quando empunhou e levantou, da sua tribuna, o seu microfone para me apartear.

Ouçó V. Ex^a, por gentileza.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a tem lutado muito pelo seu Estado. E quero dizer, quando V. Ex^a fez, em rápidos pensamentos, uma análise da luta política. E queria dar meu testemunho de que este Senado da República tem um extraordinário presidente, que é um estadista. E um estadista não se faz da noite para o dia, não. Quero deixar o testemunho de que fui o primeiro que saí pedindo voto para o Senador José Sarney ser o presidente. V. Ex^a é testemunha. Pedi o meu e o dele. Pedi até à Roseana: quero dois votos: um para o seu pai e o outro para mim. Mas a admiração que tenho por ele, queria dar o testemunho. Adoro São Luís do Maranhão; meus avós são de lá, meu pai é de lá e passava férias lá. Papaléo, eu não entendi de repente, o senador renuncia, o suplente de senador renuncia a mando do Governador, então eleição fora de época no Maranhão para eleger Assis Chateaubriand. Olha, eu quero lhe dar testemunho porque estava lá, acho que botaram dois

suplentes agora para dificultar. Mas foi fora de época e eu assistia. Olha, o Sarney era bem novinho, parecia um artista, o Gary Cooper, aqueles artistas,

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a tem quantos anos, Senador Mão Santa?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu tenho 66, não nego, não, meu filho, é 66 mesmo. Mas eu quero lhe dizer que, naquele tempo, Assis Chateaubriand é que tinha o sistema de comunicação, os *Diários Associados*, o Sarney foi contra, ajudou uma candidata mulher, ajudou os estudantes, e, lógico, ... mas é uma vida tumultuosa. E quero lhe dizer o seguinte... e também passava as minhas férias quando ele foi, muito cedo, depois de jovem, primeiro foi suplente, deputado federal, governador do Maranhão. Olha, foi uma administração empolgante, professor de Direito, que ele era, brilhante, e aquela ponte que vai lá para a Ponta d'Areia, tudo, tudo foi imaginação dele. Então a luta é muito grande. E eu quero lhe dizer, quando ele deixou a presidência... O Aristóteles disse, Gilvam, Aristóteles: o homem é um animal político. O Presidente Sarney é um animal político. Então, Papaléo, eu era chegando, médico, como você, aí jantei algumas vezes em Parnaíba, na minha cidade, com o Presidente Sarney porque ele ia fazer campanha para deputado federal. Tinha um grande amigo, empresário de cera de carnaúba, Sebastião Furtado, que o hospedava. Então, ele ia, novinho, Deputado Federal, pegar aquelas canoas ali: Totóia, Barro Duro, e dormia lá desde aí. Mas quis Deus que, quando ele terminou o prefeito, eu fosse prefeito de Parnaíba. Eu peguei ele, peguei o Collor e o Itamar como prefeito. Ninguém teve tanta sensibilidade como ele. Aquele programa do leite é a coisa mais bela. E a todos os prefeitos pagamos 13º pela acessibilidade dele, era o acessível. Mas o que me impressionou mais, Gilvam, é que ele tinha deixado a Presidência da República. E olha que foi o Presidente do momento mais difícil dessa história. Estudamos história, vimos na televisão. Fazer aquela transição sem uma morte, sem uma truculência... Foi muita paciência, muita tolerância. Mas o que me surpreendeu foi que eu era o prefeito e ele, quando chegou lá, eu fui buscá-lo e acompanhá-lo. Ele ia para uma cidade do Maranhão, Barro Duro, Araióse. Olhem, saindo da Presidência da República, ele entregou... Olhem o espírito democrático. O Fernando Collor, que tinha sido contra ele. E, Papaléo, eu fui. Ele chegou à área portuária, no Porto de Parnaíba, para acompanhar a inauguraçãozinha de calçamento, de grupo. Quer dizer, o homem sobe e desce com a mesma grandeza e dignidade. Eu mesmo imaginei: olha, o ex-presidente aqui, na areia, acompanhando... Então, no Amapá, ele deve ter feito – vocês sabem – outra história. O que quero dizer é que este Senado

vive um grande momento. Não poderíamos... E ele não teve nenhum. Eu acho que nenhum Senado do mundo tem um estadista da grandeza do Presidente. Agora, a inveja e a mágoa corrompem os corações.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ele é uma espécie de um Leonardo Da Vinci, porque o Leonardo Da Vinci era engenheiro, artista, pintor, engenheiro militar. Construiu muitas cidades, fez a transposição do rio Reno, construiu um Milano; e era artista. E o Sarney é dotado assim. Que ele é escritor todos nós sabemos. Um livro que eu gosto demais dele é **Saraminda**. É uma história passada lá nas bandas do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu sei.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sabe? Ele tem muitos livros, mas eu acho bom esse **Saraminda**. Mas um dia Álvaro Pacheco me convidou – está ouvindo, ô, Papaléo? – para ir na residência, no Rio de Janeiro. Então, na casa, quando entrei, vi uns quadros de pintura. Eu fiquei olhando. Quem é esse aí? Como é? “Foi o Presidente Sarney quem pintou”. Então, ele é um homem desse. É um estadista superdotado. A inveja e a mágoa corrompem os corações. Mas ele merece os aplausos, porque tudo o que prometeu está cumprindo. A reforma política. Ele já chamou o Michel Temer e instalaram uma comissão de alto nível para acompanhar os problemas econômicos. E prometeu, sobretudo, uma austeridade, que é notória. Ele mandou cortar 10% de todas as despesas. E uma reforma fiscal. Então, este Senado vive este momento. É um grande comandante. Eu acho que, no mundo todo, nenhum Senado tem um Presidente como nós temos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Oportuno, Ex^a, Senador Mão Santa. Eu aproveito até o aparte de V. Ex^a para ratificar o nosso compromisso político de amizade, de lealdade, de escudeiros, de correligionários do Presidente José Sarney. Somos com muito orgulho, porque sabemos o que o Presidente José Sarney representa para este País. É um dos últimos dos maiores líderes que nós temos. Com a geração que se foi, de Tancredo, Ulysses e tantos outros que partiram, o Presidente José Sarney foi o grande responsável pela transição democrática. Um homem no local certo e na hora certa. Duas mil e setecentas greves enfrentadas. Por aí se tem uma idéia da capacidade política e administrativa do Presidente José Sarney.

Sem dúvida, ele já alinhavou, já costurou o grande entendimento para que a tão esperada e sonhada reforma política, que é a cabeça da sociedade, possa ocorrer. Ele traz a sua condição moral, a sua experiência, associada com o grande prestígio do nosso

estimado Presidente Lula, e o nosso Presidente Michel Temer. Isso é coisa grande! O que não podemos aceitar é que as querelas, as futricas, as coisas pequenas possam estar em pauta nacional. Com isso aí nós temos que ter muita paciência. Mas agora – eu acredito que em 20, 30 dias –, o Congresso Nacional deverá entrar nas entranhas e já com a pauta definitiva das reformas que precisam se fazer. Da reforma fiscal, para organizar e adaptar as finanças do Estado e da sociedade, de um modo geral, nós precisamos. Este é o Estado de maiores impostos e do maior número de brasileiros que deixam de contribuir. Nós temos que organizar isso para aumentar e melhorar a arrecadação. O que tem de brasileiros que sonégam, por não poderem pagar; que fecham as portas por não poderem se manter estabelecidos... E o grande problema da reforma política...

Esse será o legado do Presidente Sarney, pós década de 2009. Nós estamos entrando numa reta final, numa fase em que o País terá a complementação das grandes reformas. Tivemos o legado do Presidente Fernando Henrique; estamos tendo o legado do Presidente Lula, que realmente mostrou uma grande capacidade político-administrativa, se cercando de pessoas como a Ministra Dilma e tantos outros; conseguiu costurar uma grande aliança e estará concluindo o seu segundo mandato. Eu sempre comparo muito a relação dos *impeachments* que tivemos no passado com a relação da estabilidade, da presença e do equilíbrio em que estamos, neste processo de uma sociedade globalizada.

Portanto, nós temos a consciência de que o Amapá, com a presença do Presidente Sarney, nós entramos num processo de desenvolvimento. Ele é uma pessoa muito querida e estimada, e há um orgulho muito grande do Amapá por tê-lo na sua Bancada. E nós sempre firmamos isso, porque sabemos, Senador Mão Santa, do valor do líder. Ele não é construído do dia para a noite, ele é forjado no sofrimento, na pesquisa, no estudo, nos embates. E um homem, quando chega na idade que está o Presidente, com toda a vitalidade, com toda a disposição, e, depois, vêm as mesquinhas, as incompreensões, retaliações fúteis, retaliações pequenas, mas o Presidente sabe que não é preciso se preocupar com essas coisinhas. Nós temos que estar no eixo da grandeza de dar essa contribuição das grandes reformas.

E, para encerrar, Sr. Presidente: dinheiro na conta, que é o mais importante, ouviu, Mão Santa? O pessoal fica esperando lá no Amapá.

Ordem Bancária nº 2009OB801766. Banco do Brasil. Conta 267694.

Hoje tem pouco, mas do pouco é que se faz o muito: R\$162.000,00. Melhorias sanitárias domiciliares, Fundação Nacional de Saúde, para a Prefeitura de Pedra Branca do Amapari.

Estaremos retornando para anunciar.

Então, é isso aí.

Senador que legisla, que bate nos Ministérios, Senador que luta, que briga, que bota as sandálias nos pés para poder defender esse grande povo, esse grande Estado do Amapá e o País.

Portanto, viva o Presidente Sarney! Viva o Amapá! Viva o Senador Mão Santa, o Mário Couto e o Senador Papaléo! Viva o Brasil! Que Deus nos mantenha na linha e que o ódio, a mágoa sejam diluídos nos rios da compreensão e da bonança.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, como Líder da Minoria.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mão Santa, como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto à tribuna, na tarde de hoje, para cumprir a minha obrigação de Senador. Volto aqui para falar do meu Estado, Senador Mão Santa. Volto aqui para denunciar. Volto aqui para alertar a sociedade e as autoridades do meu País e do meu Pará.

Inicialmente, Presidente, quero aqui me congratular com a TV Record por ter feito uma reportagem ampla, acredito que em torno de uma hora, na quinta ou na sexta-feira, sobre o Marajó, meu querido Marajó, terra onde nasci, mostrando à população brasileira o potencial turístico da Ilha, mas, em vários momentos, mostrando a pobreza e a dificuldade de sobrevivência daquele povo.

Quantas vezes, Presidente, estive aqui nesta tribuna para pedir às autoridades que olhem para aquele povo sofrido! Quantas vezes estive aqui alertando a Governadora do meu Estado para que ela se sensibilize com os problemas do Estado e de Marajó!

Vimos na reportagem um pobre cego da minha terra natal, chamado Damasceno, a mergulhar nos igarapés e rios marajoaras para pegar peixe com a mão para sobreviver. Com muita humildade, ao ser entrevistado, ele disse que era melhor fazer aquilo do que praticar atos ilícitos. Deu exemplo a todos nós bra-

sileiros, a todos nós, principalmente aos políticos corruptos! E aquele político que com certeza tem o peso na consciência por roubar, lesar a sociedade deve ter entendido o recado daquele pobre pescador, daquele humilde homem cego que vai ao mangal. Mesmo sendo cego, completamente cego, vai sozinho ao mangal, vai ao rio para buscar o alimento dos seus filhos, da sua família com dignidade. E vemos neste País a corrupção dos políticos, dos homens públicos que são votados, que recebem um voto de confiança do povo, para representar o povo, para criar melhores condições de vida para o povo, ao assumirem as suas atribuições, lesam os cofres públicos. Muitos deles são pegos, mas muitos ficam ricos. E muitos estão ricos.

Que sirva de exemplo, Sr. Presidente, aquela frase daquele homem pobre, humilde; que sensibilize a nossa Governadora; que mostre a nossa Governadora, como a TV Record mostrou, a dificuldade em que vive aquele povo, sem transporte, com uma saúde precária, com a malária tomando conta da cidade de Anajás quase todo ano – Anajás, cidade-centro da Ilha de Marajós. Quando chegam as chuvas, chuvas fortes, chuvas de três dias seguidos na Ilha, aqueles pobres marajoaras – muitos, muitos deles! – passam fome. Muitos sofrem de dor de dente, porque não têm dentista! Muitos tomam andiroba e copaíba, uma castanha que dá um óleo medicinal, porque não há remédio. Esse é o remédio do marajoara.

A Governadora, Senador Papaléo, foi muito bem votada naquela ilha... Quando eu vi a Governadora passar, Mão Santa, fazendo a propaganda naquela ilha, eu pensei que se tratava de uma pessoa séria! Quando ela falava, Presidente – e muitos políticos, quase todos, falam –, nesta tal frase de diminuir a desigualdade social: “quando eu estiver no poder, eu vou diminuir a desigualdade social...” Como eu ouvi da Governadora isso! Como ouvi! O que está se vendo hoje é o aumento dessa desigualdade. Quando vi a Governadora, por muitas vezes, chegar de carro ou chegar de barco em determinados locais, eu pensava: “essa governadora é capaz de dar certo; essa governadora é humilde; essa governadora vai de barco, vai de carro”. Virou burguesa. Aquela que era humilde, que era simples para o povo, agora é uma burguesa!

Para mim, Senador – e eu não tenho receio nenhum de dizer isso –, a burguesia fede. Para mim, Senador Mão Santa, a burguesia fede! Não sou capaz de dizer que tenho ódio da burguesia, mas quero distância dela. A nossa Senadora, há pouco aqui neste plenário, hoje governadora do Estado do Pará, não anda mais de carro, só de helicóptero. Até para passar um final de semana numa cidade próxima de Belém, chamada Salinópolis, bem pertinho, a 260Km de Belém,

a burguesa, outrora uma pessoa que se disfarçava e dizia a todos que era humilde, hoje burguesa, vai de helicóptero, vai de avião passar um fim de semana. E a população na miséria, a população sem médico, a população sem dentista.

Agora mesmo, outra reportagem sobre o Estado do Pará, e quantas e quantas e quantas reportagens? Magoa! Dói num paraense ouvir os colegas daqui do Senado, vários Senadores, me perguntarem: “Em que situação se encontra o Estado do Pará, Mário Couto?”. É uma situação de decadência terrível. É uma situação deplorável. É uma situação que faz com que os investidores abandonem o Estado. A burguesa não quer nem saber.

Todos nós entendemos um pouco de economia. Até aqueles mais leigos entendem um pouco de economia. Cada pai de família sabe o que tem de fazer de economia dentro da sua casa, economia familiar. Cada pai de família sabe que só deve gastar aquilo que ganha; não deve gastar mais do que aquilo, porque fica endividado.

A Governadora não entende. A Governadora não sabe. A Governadora não contém a corrupção no seu Estado.

Quarenta e sete milhões de *kits* escolares sem concorrência pública, Brasil! Sem concorrência pública, Brasil! Dados a uma empresa, na cara-de-pau, R\$47 milhões, Brasil! Um superfaturamento dobrado, Brasil! É Governadora! Pega nada! Ah, se fosse aquele que, com fome, pulasse a cerca para tirar uma galinha para comer no quintal da vizinha! Ah, se fosse aquele! Estava preso. Mas é a Governadora. São R\$47 milhões, o dobro, duas vezes mais caro do que em qualquer loja em que se vende *kit* escolar.

Mais ainda: a burguesa mandou colocar sua foto. É império, é decisivo: *Eu mando, eu quero, coloquem nas bolsas escolares a minha foto*. É a foto da Ana Júlia bonitinha na bolsa escolar. Determinou, é ordem. Foi colocada, foi cumprida a ordem. Em cada *kit* escolar, em cada mochila, a foto com uma mensagem da Governadora. É lógico. É inconstitucional, Presidente. É lógico que não pode. É inconstitucional.

Mão Santa, esse é o meu Estado, um Estado em que os empresários vivem sem a menor condição psicológica de investir! Os empresários do Estado do Pará vivem hoje sem a menor condição de investir naquele Estado.

Aqueles que pensam em investir no meu Estado, lamentavelmente – e eu espero que não demore isso, senão o Estado quebra de uma vez –, têm medo. Disse-me um empresário, semana passada, Senador: eu invisto em qualquer Estado deste Brasil, Senador Mário, em qualquer um, menos no seu Estado. Por

quê? Perguntei eu. Lá não tem lei; no seu Estado não tem lei. No seu Estado, se invade, a Justiça manda reintegrar e não reintegra ninguém, porque a Governadora não quer.

Por que a Governadora não quer? É uma pergunta que deixo para o Ministério Público do meu Estado responder. É uma pergunta que eu deixo para a Assembléia Legislativa do meu Estado responder. Por quê? São mais de 111 reintegrações de posse. Mais de 111! Não é uma, não são duas, não são três, Senador Papaléo, são mais de 111 reintegrações de posse. E ela não reintegra, não reintegra. E as invasões continuam. E as invasões continuam.

Nunca houve, na história do meu Estado, tanta invasão e tanta desordem. A calamidade pública é tão grande no meu Estado que agora pediram a intervenção nele. Nada mais, nada menos que uma Senadora deste Congresso Nacional, deste Senado, pediu a intervenção no meu Estado.

O caos é tão grande, paraenses, que a cada dia tombam três paraenses mortos nas ruas da capital do Pará; o interior é uma lástima. Mais de cinco cidades – atente para este fato, Presidente – mais de cinco cidades do Estado do Pará, Municípios do Estado do Pará, foram invadidas por bandidos. Olha, Brasil, isso é fato consumado, isso é fato real, isso é fato concreto. Se eu estiver faltando com a verdade, aqui, me denunciem. Eles invadiram as cinco cidades – não de uma vez –, renderam o delegado, pegaram os PMs, que ficaram sob o controle deles.

Tomaram as cidades – tomaram as cidades! – e praticaram o crime que quiseram praticar. Onde V. Ex^a já viu isso? No seu Amapá já aconteceu isso? Duvido! No seu Piauí já aconteceu isso? Sei que o Governo lá não é bom também. Mas não se chegou a esse extremo, Mão Santa, de tomarem Municípios e fazerem o que quiserem com a população do Município. Na capital, de oito em oito horas, tomba um paraense na rua. De oito em oito horas!

Espero, Presidente, que o Ministério Público do meu Estado – aliás, já mandei os ofícios necessários para abertura de inquéritos, para apuração dos fatos, tanto ao Ministério Público Estadual quanto ao Ministério Público Federal.

Sabe, Governadora, sinceramente, vamos conversar, Governadora. Sei que tem alguém do seu gabinete me escutando. Sei também que a senhora me detesta, me detesta! Sei disso. Não me leve a mal, Governadora. Não fique com tanto ódio de mim. Tire o ódio do seu coração. Sei que agora mesmo o Ministério Público mandou uma notificação à minha pessoa, pelo meu estilo de oposição, pelo meu estilo de ser, pelo meu estilo de combater, pelo meu estilo de não

ter medo de falar. E eu não mudarei jamais! Acho que alguém estava planejando a minha morte e o Ministério Público mandou me avisar. Pedi segurança ao Senado, e o Senado pediu segurança à Governadora. Eu até estranhei. Ela me deu três policiais. Quando os policiais estavam prestes a colocar a mão naqueles que planejavam a minha morte, a Governadora, com ódio, mandou tirar essa segurança.

Não preciso, Governadora. Não quero segurança, não. Quem me deu foi o Senado. Não exige segurança para mim; eu não faço mal para ninguém. Assumo a minha responsabilidade, Governadora. Eu não engano o povo. Eu não engano o povo, Governadora. Por isso, jamais serei penalizado. E pena, Governadora, quem vai me penalizar aqui nesta terra é Cristo, é o meu Deus Todo-Poderoso. Não é V. Ex^a, Governadora. Tenho contas a prestar com Ele, com a minha padroeira Nossa Senhora de Nazaré, com a minha querida Santa Filomena. Não é com V. Ex^a, não, Governadora. V. Ex^a é raivosa. V. Ex^a tem de tirar a raiva desse seu coração. V. Ex^a tem de nos escutar. V. Ex^a tem de entender que o estamos fazendo aqui é obrigação nossa, é a defesa de um povo que clama, que cai morto na rua dia a dia, hora a hora, e V. Ex^a não toma providências. V. Ex^a, sim, Governadora.

Olhe, Governadora, aqueles que estão vendo o sofrimento dos outros, aqueles que sabem do sofrimento alheio, aqueles que prometeram trazer bem-estar social e não trouxeram, ao contrário, trouxeram desgraça ao povo, irão prestar contas, Governadora. Aqueles irão prestar contas, Governadora.

Se V. Ex^a tivesse pelo menos senso de compreensão, deveria refletir à noite antes de dormir – acho que V. Ex^a reza. Pense, Governadora, do seu governo para cá, quantos já morreram assassinados, violentados no meu Estado? Quantos? Se a cada dia morrem 3, multiplique por 365 e veja quantos tombam nas ruas do Pará. Será que a senhora não tem nenhum sentimento em relação a isso, Governadora? “Ah, não é culpa minha.” É, sim! É, sim; não tente transferir a sua culpa. A culpa é de V. Ex^a, que foi a palanque dizer que ia acabar com a violência no Estado do Pará. Ao contrário, não acabou, piorou. A culpa é do Poder Público que não toma providências. V. Ex^a já está há mais de dois anos no governo; V. Ex^a agora só tem um ano e meio de mandato.

No início, Presidente – já vou descer –, quando cheguei aqui e falei que a violência estava tomando conta de todo o Estado do Pará, alguns defensores do PT nesta Casa vieram me questionar, Senador. Pense comigo, Sr. Presidente: de lá para cá quantos já morreram? Se aqueles que me questionaram quando entrei aqui tivessem me apoiado, tivessem ido com

a Governadora, porque são do mesmo Partido, e a incentivado a ir até o Presidente, que também é do mesmo Partido, quem sabe se muitas vidas não teriam sido salvas? Quem sabe? Mas se preocuparam em me criticar, preocuparam-se em dizer que eu estava fazendo política.

Não sou candidato a nada, não sou candidato a nada. Se ainda vier a ser em 2014: “é porque ele quer ser candidato, porque quer a reeleição”. Não sou candidato a nada; estava apenas defendendo o meu Estado. Quero que digam hoje, quero que falem hoje. Falem, digam se tenho ou não tenho razão; falem, digam se eu tinha ou não tinha razão quando aqui falei, quando aqui clamei, quando aqui pedi para que vidas fossem salvas, inclusive a de um dos maiores médicos do meu Estado, que era o meu médico. Quem tem culpa da morte dele, que foi ao banco tirar dinheiro para pagar funcionários do seu hospital e foi metralhado pelos bandidos? Quem tem culpa? O Poder Público. O Poder Público é o verdadeiro culpado, que não tem políticas públicas para diminuir a violência no Estado do Pará.

Meu Presidente, não vou me cansar de falar, não vou me cansar de acionar o Ministério Público. Falarei aqui até que as coisas mudem. Virei todos os dias. Tanto que, havendo uma vaga para falar, o Mário Couto estará aqui defendendo o seu Estado. Sei que temos problemas graves na saúde; sei que temos problemas graves na educação; sei que as estradas estão abandonadas; sei das pontes criminosas no meu Estado, a Transamazônica, que tanto prometeram; sei, Senador Mão Santa, que sobre tudo isso era preciso que se viesse falar aqui nesta tribuna, diariamente. Mas uma coisa me dói mais: ver os paraenses tombarem, assassinados, violentados. Isso me dói muito, Senador Mão Santa. Muito! E eu aqui não posso ficar calado.

Vi a reportagem daquela moça que não foi atendida numa balsa e morreu numa rede. Aquilo é apenas uma filmagem. Aquilo é apenas uma filmagem. Vá ao meu Marajó. Faça um levantamento de quantos marajoaras morrem por falta de assistência médica. Vá a Tucuruí. Vá a Redenção. Vá a Tailândia. Vá a Goianésia. Vá a Soure, a Salvaterra, a qualquer Município do Estado do Pará. Veja como sofrem as pessoas por falta de saúde. E o Estado não dá a menor cobertura.

O Presidente Lula, em vez de ajudar os prefeitos, pelo menos para que possam retocar o erro da Governadora – o que muitos fazem, outros, não; mas muitos fazem –, agora baixa aquilo que é devido a cada Município, que é o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, de cada Município. Municípios que caíram até 40%; e passam os Municípios a dependerem do Governo do Estado, que nada faz. Essa é a situação do meu Estado!

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, mais uma vez, dizendo que não faço aqui absolutamente nada com ódio. Não guardo ódio no meu coração. Sou cristão! Faço o bem. Tenho certeza que nunca cometi o mal e, por isso, vivo na tranquilidade da minha vida. Não faço por interesse político, não sou candidato – teimam em dizer isso! Faço porque vejo um povo sofrer; faço porque vi uma Governadora prometer e não cumprir; faço porque vi uma Governadora mentir para o seu povo; faço porque não gosto de político mentiroso; faço porque não gosto da burguesia; faço porque eu quero o bem da minha terra; faço porque eu quero o bem-estar do meu povo; faço porque eu tenho um compromisso com o meu povo; faço porque prometi honrar o compromisso com o meu povo, e assim farei até o fim do meu mandato aqui nesta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Após as palavras de S. Ex^a, pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão do Senado, segunda-feira, dia 16 de março; Parlamentares na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, pela televisão, pelas rádios AM, FM, e que vão nos acompanhar pelo **Jornal do Senado**; Senador Mário Couto, é uma lástima o Governo do Estado de V. Ex^a. É do PT, não é? Também no Piauí. A violência não é privilégio do seu Pará, não; é do Brasil. E o Pará está no Brasil; o Piauí está no Brasil. É uma barbárie que nós vivemos, não é sociedade. E o nosso Presidente Luiz Inácio sabe disso. Ele tem viajado muito.

Eu acho que nós deveríamos ter um Senador como na Itália, que eles chamam vitalícios; são convidados por mérito. Um dos mais importantes foi Norberto Bobbio, que morreu há um ano, professor de Direito. Papaléo, Norberto Bobbio diz que o mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade, à propriedade. Isso é o mínimo, segundo o maior estadista contemporâneo.

O nosso Luiz Inácio não gosta de ler. Ele implica com leitura. Mas eu vi o Presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso, citar muito Norberto Bobbio, e eu passei a ler. Mas só isso eu dou de Presidente ao Presidente Luiz Inácio. Resumindo, ele diz que o mínimo que o governo tem que dar é uma segurança à vida, à liberdade, à propriedade. Então, respondam, brasi-

leiras e brasileiros: nós temos essa segurança aqui? Não. Isto é uma barbárie. Não existe sociedade, não. É uma barbárie.

E eu não iria citar, ô Mário Couto, país do Primeiro Mundo, Suíça, Holanda, França, Inglaterra, não, Papaléo. Você pode ir bem aí no Uruguai, que eles são civilizados. Você pode ir bem aí na Argentina, que eles são civilizados. No Chile, nem se fala. Eles são orgulhosos. O primeiro impacto, Papaléo – ô Mário Couto, você tem ido ao Chile? –, que você pega é na rua. Aí o povo diz: “A Polícia daqui não é corrupta”. É o povo. É o povo bem aí no Chile.

Papaléo, eu gosto de ir a Buenos Aires – está ouvindo Mário Couto? –, porque Buenos Aires é a Paris nossa. Lá as coisas são baratas. À França, só esse povo do PT que pode ir, que tem Mensalão, que tem vantagens, pode ir. É muito caro esse negócio do euro. Então, vamos bem aí.

Mas, Papaléo, vou mostrar o quadro. É uma barbárie o Luiz Inácio e esse sistema de mídia comprado, pago. Hoje a audiência é aqui, é aqui, pelo número de e-mails, porque é verdade. É muito raro um jornal, uma televisão do Brasil ser livre. É muito raro. Mas tem. O Mário Couto, de vez em quando, traz ali um. Eu vou trazer um. A gente conta nos dedos.

Então, “uma mentira repetida se torna verdade”. Que este Governo é bom não é. Papaléo, cadê a segurança? Pegou pau no Norberto Bobbio. A segurança, Mário Couto, retraiu. Olha aí, é em tudo. Na minha cidade, dei pêssames a uma família. Uma mocinha linda, quarto ano de Medicina, pegaram ela no carro e tacaram um tiro na cabeça para roubar um diabo de um som. Linda! Lá na minha cidade. E a mãe dizia: “Senador Mão Santa, pode ser que a Adalgisa goste mais de você do que a minha filha que morreu, porque ela sabia todos os seus...” – estudante universitária. Então, disse tudo.

Está todo o mundo... Ninguém tem mais coragem.

Em Teresina não se faz mais nem sentinela. Era uma tradição; era uma cultura do povo. É aquele velório. Morreu à tarde, o velório dura a noite toda, rezando e tal. Papaléo, outro dia, cheguei, soube que um amigo morreu. Eu disse à Adalgisa: “Vamos lá à noite”. Morreu às cinco da tarde, fomos lá. Ao chegar: “Não, nós enterramos”. Morreu às 5h, às 6h já estava enterrado; por quê? Porque o vizinho fez velório, entraram lá e roubaram o defunto. Levaram sapato, relógio e tudo. Então, não tem mais velório. Morreu, enterram logo com medo. Quer dizer, isso não é privativo do seu Pará, é do Brasil.

Diria só um quadro simples. Não vou falar, não. Eu vou muito a Buenos Aires. Eu gosto. Por quê? Quando

eu estudei Medicina, eu me formei em 1966, o Brasil tinha poucos livros de Medicina bons em português. Eram muito poucos. E em espanhol tinha na livraria El Ateneu, dos países espanhóis, da Espanha. Então, desde o início da minha profissão, eu ia comprar livro em Buenos Aires na livraria El Ateneu, que conheço e gosto.

Papaléo, preste atenção aí. Tem uma Calle Corriente, que eles dizem que é a *calle* que não dorme. Olhe aí. Mas eu já sei. Sábado, eu estou com Adalgisa, vou a um teatro, no segundo andar, a uma casa de show, que é até simples, Papaléo. Mas o espetáculo é a uma hora da manhã. Então, quando chega um fim de semana, eu digo: “Vou lá no...” Parece um espetáculo como um circo. Eu acho que o empresário bota esse horário, porque o daqueles teatros todos é às nove horas da noite; quando termina o espetáculo, ele leva para lá. É animado, mas é a uma hora da manhã, sábado. E eu vou lá. Sábado eu já estou lá: “Vamos embora lá, eu já sei o local lá”. Ali é um espetáculo, como se fosse um circo. Começa a uma hora, dá duas horas de espetáculo. Papaléo, eu saio com Adalgisa de mãos dadas, namorando, três horas, quatro horas da manhã. Tu consegue fazer isso lá no teu Marajó, ou eu lá em Teresina? Eu duvido. Ninguém tem coragem, está com neurose, está todo mundo com medo, está todo mundo apavorado.

Eu fui na minha cidade e não conheci mais. É tudo com muro alto, com aqueles fios. Os pobres colocam caco de vidro, e os ricos, aquela rede elétrica. E aqui, cidade cristã, pacífica... Foi de agora. Não tinha isso, não. Foi de agora.

O Padre Antônio Vieira disse que palavra sem exemplo é como um tiro sem bala. O exemplo arrasta, e o exemplo da malandragem, da corrupção parte de cima para baixo. Ora, se vê uma roubalheira doida nos grandes, que são para dar exemplo, como é que o pequeno vai? O mau exemplo... Não era assim, não. O Brasil não era assim.

Mas vamos aqui. Este jornal é um dos poucos, raros... **Diário do Povo**. É raro no Brasil ter jornal, imprensa livre, independente... Bote bem grandão aí! Faz de conta que é o Mercadante, do Partido dos Trabalhadores. “Ex-servidores do BEP pedem socorro”. Começa logo assim. Nós aprovamos aqui... E o Heráclito está ali e vai falar já, já. E o Senador João Vicente também. Esse PT dizia que era contra a privatização... O Banco do Estado sempre funcionou, nós administramos... Ele foi incorporado, nessa lei, pelo Banco do Brasil. Olha, eles nos mentiram que iam amparar os funcionários! Os funcionários estão todos lascados! Ex-funcionários do BEP pedem socorro. Quer dizer, eles mentem! Nós votamos e acabamos aceitando. Eles se compromete-

ram. Este é o Governo da mentira, da enganação, da farsa. “Ex-servidores do BEP pedem socorro”. Tiraram os direitos, as garantias, foram tudo para ao Banco do Brasil e estão lascados! Está aqui!

Zózimo Tavares. É um jornalista bom. O Piauí tem essa história. Carlos Castelo Branco foi o maior jornalista deste País na ditadura. De coragem. Esse Zózimo Tavares é danado: “*A Cepisa anuncia a suspensão dos serviços do Luz Para Todos em 92 Municípios, logo que o Governador orienta aceleração das obras no Piauí*”.

O Governador mente por brincadeira. Está aqui, é o Zózimo. Tudo parado, esse programa Luz para Todos. No início parou porque o Governador foi gravar 17 vezes com o engenheiro da Gautama. É do PT, abafa. O negócio é ser do Partido dos Trabalhadores, que é um manto protetor. Sim. Mas aí nós vamos.

O Globo mostra o abandono das escolas. Este é o Governo do PT. Mas é o seguinte. Olha a reportagem dos servidores do BEP, que pedem socorro contra a redução dos salários no Banco do Brasil. Compraram o Banco do Estado e caparam os salários todos dos funcionários do Banco.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte, Senador Papaléo: hoje é uma data... O Piauí é feliz porque não precisa buscar os exemplos noutros Estados, noutra história. Hoje, este jornal, por intermédio desse jornalista Zózimo Tavares... “*Trinta anos sem Dirceu Arcoverde*”. Quero lamentar aqui. Os exemplos estão aqui. Nós somos felizes. Dirceu Arcoverde foi um Senador da República, médico, Secretário de Saúde e Governador de Estado.

Senador Papaléo, ele tombou aqui no primeiro discurso nesta tribuna. Aliás eu me candidatei a Deputado Estadual para ajudar o Dirceu a ser eleito. E no primeiro discurso ele tombou. A legislação determinava para tomar posse o segundo mais votado, que foi o seu adversário Alberto Silva, e que tomou posse. Então, Mário Couto, você já fez tão bem... O Dirceu também.

Mas é uma vida de exemplo, tanto é que esse extraordinário jornalista e este jornal prestam essa homenagem. Ele tombou nesta tribuna no primeiro discurso que fez. Dirceu Arcoverde. E o jornalista escreveu: “*Senador morreu após sofrer um AVC, quando fazia o seu discurso de estreia na tribuna do Congresso Nacional*”. Há vários livros sobre ele. Eu queria dizer o seguinte: ele nasceu em 1925, no Dia da Pátria, 7 de Setembro. É um desses homens honrados. Eu tinha intimidade com ele, ô Papaléo, porque ele era médico-cirurgião, e foi um dos criadores, com Zenon Rocha, da primeira Faculdade de Medicina do Piauí. E eu estudava no Ceará. Esse negócio de faculdade no Piauí existiu mesmo

depois do meu Governo. Nós criamos 400 faculdades no Piauí e 36 *campi* avançados. A UFPI ficou entre as três maiores faculdades públicas do Brasil.

Eu me lembro que eu era estudante de Medicina, e ele ia lá se inspirar na Universidade Federal do Ceará, o Dirceu. Daí eu ter uma íntima relação com ele. Fui candidato a Deputado Estadual sem desejar, sem querer, só para ajudá-lo, porque eu moro no litoral, e o meu mundo era Fortaleza, Rio de Janeiro e comprar livro em Buenos Aires.

Então, de repente, fiquei órfão, porque trabalhei para o Senador. E vocês sabem que órfão começa a saber andar, de tal maneira que chegamos à tribuna; e Deus tirou-o daqui para levar para o céu. “*Há um homem honrado*”. Aqui, há uma fotografia dele com o Presidente Geisel. Aqui diz: “*Teve oito irmãos, um deles foi Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde*”. Eu, quando Prefeito da minha cidade, consegui um hospital federal em parceria e investi. Mas o nome do melhor hospital da minha cidade é Dirceu Arcoverde, uma homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Já que V. Ex^a está fazendo um discurso que envolve o sistema de comunicação, eu quero registrar que a Rádio Senado e a TV Senado estão recebendo hoje a visita de jornalistas da *Deutsche Welle*, emissora de rádio e de televisão da Alemanha, que estão aqui [na galeria]. Quero agradecer, em nome da Casa, a presença dos senhores e das senhoras e dizer que essa empresa é uma antiga parceira dos veículos de comunicação do Senado, que reproduz programas e boletins jornalísticos sobre assuntos de interesse do Brasil e promove cursos na área de comunicação para jornalistas brasileiros.

Os jornalistas são: Laís Kalka, chefe da redação **on line** para a América Latina, Andrea Hugemann e Rodrigo Abdelmalack.

E quero registrar com muita honra, com muito prazer, a presença desses profissionais e agradecer tudo o que fazem pelo nosso País no exterior. Muito obrigado. E o apoio que dão a esta Casa também.

Então, Senador Mão Santa, eu quero que V. Ex^a entenda que mais do que justa foi essa homenagem, uma homenagem muito bonita porque está interrompendo exatamente o seu discurso, que todos gostam de ouvir.

Muito obrigado e desculpe.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo, então o Dirceu era daqueles médicos que fizeram da ciência médica a mais humana das ciências e foi um

benfeitor da humanidade. Ele, professor universitário de Anatomia, foi rotariano e Secretário de Saúde.

Interessante é que lá, nesse Governo do PT, Mário Couto, outro dia veio esse debate, porque quando saímos nos jornais do Sul é cada vez nos desgastando: que tinha setenta e tantas cidades no Piauí sem médico. Quando ele governou, ele tinha só 114. Mas o Dirceu fez um programa para todo Município ter essa equipe-família. Ele localizava um médico, em geral um clínico geral, uma enfermeira e um odontólogo e fazia parceria com o Governo Federal, o estadual e o municipal.

Então eu dizia que bastava o Governador, que está sem médico em quase 100 cidades do Piauí, se inspirar no trabalho e na ação desse governante capaz. Vamos dizer, foi uma das suas metas.

Ele fez muitas obras no Piauí: construiu o Centro de Convenções de Teresina, primeira etapa do Centro Administrativo, a Penitenciária Agrícola Major César Oliveira (modelo nacional), a Ceasa, a sede da Cohab e o Verdão, além de dezenas centros sociais urbanos nos Municípios e da Colônia de Férias do Iapep, em Luís Correia.

Fez 290 viagens ao interior do Piauí quando só tinha 114 Municípios. Discreto, tímido e retraído – um exemplo. Deixou três filhos, que enriquecem a sociedade piauiense: Dirceu Mendes Arcoverde Filho, Aluísio e Júlio. Um é engenheiro, o outro administrador e o outro médico.

Então, queremos nos associar. É oportuna essa homenagem que partiu do **Diário do Povo**, da pena de Zózimo Tavares, porque é muito importante para esse momento em que falta ética, em que falta decência, em que falta dignidade. O Piauí não precisa buscar esse exemplo na história de outro Estado, não; está aqui um exemplo de grandeza e dignidade.

Queríamos dizer o seguinte: o PT não aceita oposição, não. Esse jornal, que é livre e independente, tem outro grande jornalista: Mário Rogério. Ele faz um artigo longo, um artigo de grande conteúdo analisando...

Tempo de oposição... Ele diz que a oposição é uma necessidade da democracia. E tece a coragem ao Senador Mão Santa, Heráclito e agora a um bravo jovem que assumiu a Câmara dos Deputados.

A Câmara Federal, toda, é competente, é lutadora, e principalmente temos que lamentar que três morreram. Uma, foi do Partido dos Trabalhadores. A melhor estrela que eles tinham foi para o céu, decepcionada com as ações do seu partido, quando tiraram, vamos dizer, aqueles salários dos velhinhos aposentados: a Deputada Trindade. Afonso Gil – era do PCdoB –, que nos ajudou a combater o crime organizado, a prender o coronel comandante do crime organizado,

que era o Correia Lima. E o Deputado Mussa Demes, que conciliava e era um líder de toda a Bancada. Mas ele foi substituído, Mussa Demes, por Mainha, que é um rapaz de muito valor, de perspectivas invejáveis na política do Piauí e do Brasil.

O Mainha entrou e já fez um pronunciamento brilhante. Já está em destaque no jornal da Câmara Federal. E quero dar o testemunho – ele é do Democratas: ele foi duas vezes Prefeito, um extraordinário Prefeito da sua cidade, Itainópolis; foi duas vezes presidente da Associação de Prefeitos – acho que um dos melhores em toda a sua história. Ele adota...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Exato. Então, o Mainha é dessa geração nova do Democratas, como o seu Presidente Rodrigo Maia. Ele já é o Vice-Presidente da Comissão de Anistia e já entra aí defendendo a unificação das eleições para garantir funcionamento do País e faz um belo pronunciamento, reivindica duas dezenas de obras paradas que tem no Piauí pelo Governo Federal. De tal maneira, sem dúvida nenhuma, nasce e consolida-se aquilo que estava faltando no Piauí: uma oposição.

Sei que a porta larga do Governo seduz, mas tem que haver oposição. Então, fortalecem as oposições piauienses, que buscam uma alternância de poder, sem dúvida nenhuma com a presença do Mainha. Ele foi destaque aqui nos jornais e mostra aqui a sua independência e diz:

O Deputado informou ainda que exercerá o mandato com a independência de quem não faz conchavo, podendo criticar o Governo e fazer reivindicações. “Sou de um partido de oposição da Casa, atenderei ao comando do DEM sem querer, de forma alguma, criar dificuldades, atrapalhar ou fazer oposição sistemática ao governo federal” afirmou.

Então, sem dúvida nenhuma, entendo que o Mainha representará, com muita grandeza, na Câmara Federal, o Piauí, embora tenha que substituir o valoroso Mussa Demes, reconhecido por todos nós.

Eu queria dizer que o PT se acostumou a exigir que não tenha oposição. Mário Couto, anunciei vinte obras inacabadas no Piauí, V. Ex^a já fez questão de elencar as obras inacabadas do Pará? Eu apenas citei. Rapaz... Mas aí não podia... que aqui eu não podia fazer isso! Era o dia da Batalha do Jenipapo. Mário Couto, os que combateram na Batalha de Jenipapo fizeram a missão deles. O problema era que os portugueses queriam ficar com o norte e fazer um país. Eles cumpriram a 186. A nossa batalha, o nosso campo de batalha, é aqui. É aqui. Seria ridículo eu ir para a Batalha

do Jenipapo e levar uma foice ou espingarda, como lutaram. O nosso campo de batalha é aqui. É aqui que eu tenho que reivindicar, nesta Casa de debate, a conclusão das vinte obras inacabadas do Piauí.

Olha, a verdade dói! Ficaram loucos, mas recebi centenas de e-mails e tem um muito interessante do Sr. Emmanuel Araripe, que faz comentário em apoio ao Senador Mão Santa, porque eu quebrei o brilho. O brilho da festa foi quebrado, ô Senador Mário Couto, quando aqueles aloprados... Tem um monumento, que foi construído por Alberto Silva. Essa festividade é comemorada desde o Presidente Castello Branco pelo Governo Federal. Agora, vergonhoso foram os aloprados pintarem a entrada, o arco da entrada de vermelho, de vermelho, Senadora Ciarlini, Rosalba. O que o Piauí tem a ver com vermelho? A bandeira do Piauí, Mário Couto, tem as mesmas cores da bandeira do Brasil. Eu acho até a bandeira mais bonita porque só tem uma estrela, aqui é um monte. Mas é do verde, é o amarelo... E eles pintaram lá tudo de vermelho. Isso é que é vergonhoso. E o que é que nós temos? Eu não tenho nada contra o vermelho, pelo contrário, eu sou é cirurgião, eu vi o que significa a cor vermelha, o sangue bravo da gente. Mas pintaram e foram mais, todos os colégios lá eles estão pintando de vermelho. Não é a nossa tradição.

Mas o que diz o Emmanuel Araripe, sintetizando isso?

Emmanuel Araripe faz comentário em apoio a senador Mão Santa. Emanuel Araripe, leitor do blog e ouvinte do programa Revista da Manhã...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...que apresento diariamente, de 7h às 8h na Rádio Teresina FM, manda e-mail parabenizando o senador Mão Santa pelo pronunciamento na tribuna do Senado mesmo em dia de sessão solene.

No seu entendimento, somente desta forma o parlamentar conseguiu se fazer ouvido por todos os presentes, tendo em vista que os ideais dos independentes da Batalha do Jenipapo eram a conquista da liberdade.

O senador exerceu o seu direito de continuar falando a verdade, [ênfatisa Araripe] acrescentando: ele é o único que fala a verdade e aponta os desmandos existentes na...

Mas o pior é o seguinte, que continua.

Eu fui a um aniversário de um prefeito de uma cidade, Joca Marques, fundada por mim.

Criei 78 novas cidades no Piauí, e essa era uma delas. O prefeito me convidou, era uma festa muito bonita. É do lado, ela é filha de Luzilândia, que, va-

mos dizer, é a cidade-mãe de Joca Marques. Mas a prefeita de Luzilândia foi duas vezes prefeita de Joca Marques, Janaína Marques, tão empreendedora. Olha, ela foi eleita na cidade-mãe e já foi reeleita, e o pai. Mas, chegando lá, tem uma ponte em Luzilândia, federal, parada. Foi só o que eles pediram. Senador, tinha do Maranhão, tinha o Prefeito Heráclito... Lutamos pela ponte de Luzilândia, mas ela está parada. Aliás, estavam sentindo a sua falta lá, Heráclito. Você é muito querido lá, eu vi algumas pesquisas. Então, o que elas me pediram? Aquela Luzilândia, onde já lutamos, já botamos os recursos. É isso, tem vinte obras federais. Eu citei as vinte, enumerei. É uma lástima! Agora, espero que o Presidente da República atenda o povo do Piauí. Quero dizer que estavam lá o Deputado Mainha, o Deputado Leal Júnior, o Senador João Vicente Claudino.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um aparte ao Senador Heráclito Fortes, o líder municipalista mais forte do Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero contar com a colaboração do grande Presidente Mário Couto. Senador Mão Santa, o Governo do Piauí está vivendo um clube de falsa felicidade. Essa história de anunciar...V. Ex^a cita um exemplo que é a Ponte de Luzilândia. Eu luto por essa ponte há dez anos, oito anos. E o Governador resolveu começar a botar placa como se a ponte fosse dele. Parece que a partir daí virou uma caveira de burro. Desde que o Governador resolveu assumir a história da ponte, ela nunca mais andou. Está aí parada. Agora, eu quero chamar a atenção para episódios que V. Ex^a conhece, que são o Porto de Luís Correia, anunciado para ser inaugurado agora, no final do ano, e o Aeroporto de Parnaíba. O processo de internacionalização do Aeroporto de Parnaíba vai demorar pelo menos quatro anos. O Governador fica anunciando a internacionalização do Aeroporto de São Raimundo Nonato. Existe organismo internacional – esses aloprados precisam saber disso – que confere categoria internacional aos aeroportos. Nunca se entrou com um protocolo de internacionalização do Aeroporto de São Raimundo Nonato. Mas essa semana passada teve uma engraçada. O Prefeito de São Raimundo Nonato, Herculano Negreiros, aquele que mentiu para a Justiça, dizendo que passou quatro anos num mosteiro, quando, na realidade, vivia lá no Piauí, fazendo política – mas isso é uma outra questão –, disse que queria respeito pela posição adotada por mim com relação à ida do Governador do Piauí àquele encontro lá de Portugal. Senador Mão Santa, o Governador foi discutir arqueologia em Portugal. É um grande entendedor da matéria. Agora,

vamos fazer o seguinte: o Governador do Piauí sai, Senadora Rosalba, para Portugal, com uma grande comitiva para discutir arqueologia. É um evento internacional. Os jornais mais importantes de Portugal são: **Público**, **Diário de Notícias** e **Correio da Manhã**. Herculano Negreiros, ex-padre, traga-me uma nota, uma matéria de um jornal português sobre esse evento, para eu fazer uma sopa, uma sopinha de letras. Quando eu faço um alerta, eu o faço com seriedade e tenho o cuidado de saber o que estou afirmando. O que eu disse é que, nesse encontro, o Brasil estaria muito bem representado pela arqueóloga Niède Guidon. O Governador foi pra lá passear, em Monção, no interior de Portugal. Agora, uma nota diz que é um encontro internacional e que, em julho, teremos o mundo inteiro curvando-se para São Raimundo Nonato para esse encontro. Seria uma maravilha! Agora, não vamos ter aeroporto, não vamos ter estrutura, mas vamos improvisar e vamos fazer. O que eu quero é que me mostrem um destaque dos jornais portugueses para esse evento que o Governador canta em prosa e verso em terras piauienses. Balela, Senador Mário Couto, balela. Ele foi para lá descansar, estafado. De quê? De fazer muito pouco. O que está fazendo agora é campanha, o que está fazendo agora é palanque, visitando Município por Município. Há quatro candidatos, só da base dele, para escolher um ao Governo do Estado. De forma que V. Ex^a tem razão, como sempre oportuno, e eu parabeno V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, eu quero dizer que me senti com muita euforia, quando vi umas pesquisas na região. O povo do Piauí sabe diferenciar o joio do trigo.

Mas os pedidos das Lideranças, tanto do Piauí, como do Maranhão, eram para a ponte inacabada. Aonde a gente vai, são obras inacabadas. Tem uma lá, em Teresina, que é para os 150 anos de Teresina, no Rio Poti. Teresina vai fazer 158. No mesmo rio, eu fiz uma em 90 dias, com dinheiro do Piauí, com engenheiro do Piauí, operário do Piauí. O Heráclito fez, no mesmo rio, em cem dias. Este Governo está há oito anos. Então, se sentiram ofendidos.

Mas esse bravo jornalista desse bravo e independente jornal, o Mário Rogério, Heráclito Fortes, faz uma análise. Ele se ofende com a Oposição, mas como vai acabar com o Heráclito, com o Mão Santa e com o Mainha? Isso é natural e é salutar. A Oposição é uma necessidade da democracia. Ele termina o seu artigo assim.

Então, nós queremos isto: que Sua Excelência o Presidente da República, o Líder dele, o Mercadante, peguem as vinte obras citadas, inacabadas, e tenham um final feliz.

Era o que tinha a dizer. Agradecido pelo tempo.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Convido V. Ex^a, Senador Mão Santa, para assumir os trabalhos desta tarde.

O Sr. Mário Couto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está inscrito o Senador Heráclito Fortes, que cedeu a vez democraticamente, delicadamente, porque é do Democratistas, para a Líder, mulher democrática, Rosalba Ciarlini. Ela é ex-Prefeita de Mossoró por três vezes, extraordinária ex-Prefeita, Senadora da República, médica pediatra respeitada.

V. Ex^a use a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside mais uma vez os trabalhos.

Eu gostaria, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, de dizer da nossa tristeza hoje, no Rio Grande do Norte, pelo falecimento de um grande seridoense, um grande potiguar, um homem que, com certeza, não somente conhecedor da nossa história, mas que fez história no Seridó e no Rio Grande do Norte.

Falo do Dr. Ulisses Potiguar, grande médico. Foi Prefeito da sua cidades, Parelhas, desenvolveu um brilhante trabalho, reconhecido pelo seu povo, pelos seus conterrâneos e por todo o Seridó e Rio Grande do Norte. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Era, com certeza, uma das maiores reservas morais da política do nosso Rio Grande do Norte. Foi Presidente também do Instituto de Previdência do Estado.

O Dr. Ulisses Potiguar, por quem sempre tive grande respeito e afeição, com quem aprendemos muitas lições de cidadania, de democracia, hoje partiu. Na realidade, ele partiu ontem, à noite, deixando três filhos – Ulisses Filho, Uélcio e Ulisséia –, fruto do casamento com a Sr^a Lizete Montenegro Bezerra. Aos filhos, netos, a toda a família de Ulisses Potiguar, a seus amigos e aos seus conterrâneos, quero levar o meu pesar, a nossa solidariedade neste momento difícil, pedindo que Deus dê forças a todos para superar este momento de grande saudade. A dor da saudade hoje é bem maior, mas ele ficará sempre na lembrança de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo,

de conviver com ele, de combater o bom combate ao lado de Ulisses Potiguar, este homem que, com certeza, deu a sua contribuição para engrandecer o nosso Rio Grande do Norte.

Quero aqui, Sr. Presidente, deixar registrado o voto de pesar e pedir que, com aprovação da Mesa, seja encaminhado aos seus familiares.

Minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria também de relatar uma audiência que tivemos na quinta-feira passada, com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, mais uma vez, sobre a estrada do cajueiro, a BR-226, que liga a cidade de Mossoró, passando por uma região importante que leva até o Vale do Jaguaribe, ao Ceará. Na realidade, ela foi federalizada. Essa estrada, há muitos e muitos anos, nós sonhamos que seja construída, porque vai trazer uma integração maior entre o Vale do Jaguaribe e a nossa região, a cidade de Mossoró, a região oeste. Então, ela é de vital importância para o desenvolvimento da nossa região, do nosso Estado, aliás, dos dois Estados, tanto do Ceará como do Rio Grande do Norte.

Desde quando Prefeita, sempre reivindicamos essa estrada. Agora estamos nos unindo aos esforços do Senador Garibaldi, do Senador Agripino, do Deputado Betinho Rosado, que é da região e foi o autor do projeto de lei que conseguiu a federalização, e do Deputado Felipe Maia.

Estivemos com o Ministro nesta quinta-feira, mais uma vez, tratando dessa questão, pois anteriormente ele tinha nos garantido que seria dado andamento a esse assunto. Com relação ao projeto da estrada, o Dnit, avaliando esse projeto, considerou algumas alterações necessárias e as encaminhou à empresa, que ainda não as devolveu.

E o Ministro deu o ultimato de que, até o início de abril, em 45 dias, ele quer receber o projeto pronto e acabado, para que possamos dar-lhe encaminhamento, já que até recursos de emendas dos Parlamentares já foram colocados para execução dessa obra.

Então, fica aqui mais uma vez o nosso apelo, a nossa reivindicação e a prestação de contas ao povo do Rio Grande do Norte do trabalho, do interesse, da vontade que temos de ver a Estrada do Cajueiro realmente se transformar em realidade, Senador Mão Santa.

São obras como estas que nós conhecemos. E o senhor sempre diz, Senador Mão Santa, que nós quando chegamos aqui tendo sido prefeitos – e eu fui uma prefeita três vezes da cidade – a gente vem trazendo o sentimento de quem conhece mais os problemas do dia-a-dia e sabe o que é bom para impulsionar o desenvolvimento.

Eu quero que o Governo Federal saiba que essa nossa reivindicação, que é a reivindicação também do Senador Garibaldi, do Senador José Agripino, do Deputado Betinho, do Deputado Felipe, que fizemos mais uma vez, na quinta-feira passada, ao Ministro é uma reivindicação daquele povo e da necessidade que tem para o desenvolvimento. Nós sabemos, sim, quais são as ações mais importantes, mais necessárias, mais urgentes para promover o desenvolvimento da nossa região, dos nossos Estados, da nossa região, que é pobre, mas que tem um potencial muito grande, um povo muito forte com idéias que podem, com certeza, promover algumas transformações, porque muitas vezes são levadas algumas ações e, quando nós nos colocamos, dando a nossa opinião, muitas vezes, dizem: "Ah, a Senadora está contra, porque essa ação não foi reivindicada por eles. É para ser contra por ser contra o Governo". Não! Bem melhor que fazer o presídio federal que foi feito na cidade de Mossoró – ele está lá pronto e ainda nem foi inaugurado, mas acredito que o Presidente deve inaugurá-lo com a Governadora, que fez questão de realizar aquele presídio naquela cidade... Todos aqueles milhões poderiam ter sido utilizados numa estrada que promove empregos. Emprego, sim, é que combate as desigualdades sociais e diminui a marginalidade e a insegurança.

Então, por isso, estamos aqui, levantando a nossa voz. Não vamos nos calar! Não vamos nos acomodar! Vamos continuar reivindicando o que é certo, o que é bom e o que vai promover o desenvolvimento. A Estrada do Cajueiro, sim, promove desenvolvimento, porque ela é impulsionadora de emprego, de renda, de oportunidades para o nosso Estado e o Estado do Ceará.

Também aproveitamos para, mais uma vez, levantar a questão da BR-110, no trecho da cidade de Mossoró, dando continuidade ao trecho que vem da cidade de Areia Branca, chegando até a cidade de Upanema e a cidade de Campo Grande. Essa obra é também fundamental que seja concluída. Apenas esse trecho, que tem em torno de setenta quilômetros que precisam ser concluídos, realmente trará mais desenvolvimento e fará com que essas cidades possam ter uma ligação ainda mais forte, e que realmente promovam uma vida melhor a seus moradores. É importantíssima a BR-110. É um sonho de muitos anos. Essa luta pela complementação do trecho da 110 vem há mais de trinta anos e precisa que o Governo Federal entenda que uma obra tão importante como a BR-110, um trecho que vai dar mais condições ao desenvolvimento de uma região onde existe fruticultura, onde existe petróleo, e onde, com certeza, muitas outras atividades poderão se desenvolver.

Pois bem, falando de estrada, quero aqui lembrar, mais uma vez, antecipadamente já solicitar que o Governo já comece a se preocupar com o inverno que começou. Na nossa região, Senador Jayme Campos – o senhor que conhece tão bem essa realidade – no ano passado, nós tivemos uma cheia. O Nordeste, que tanto clama por chuva, no ano passado, as chuvas vieram, num determinado período, muito fortes, e nós tivemos uma cheia. Essa cheia atingiu principalmente a região do Vale do Açu e a região do Médio Oeste, no Vale do Apodi, na Chapada do Apodi, principalmente nessas duas regiões, passando, é claro, por Mossoró, por Governador, por onde passam o rio Mossoró e o rio Piranhas. Até hoje, para o senhor ter uma ideia, até hoje, os recursos que nós aprovamos... Eu sei que o senhor lembra que o Senador Agripino, a Senadora Rosalba, o Senador Garibaldi, todos aqui disseram que, apesar de sermos contra as medidas provisórias, aquela, sim, era uma medida provisória urgente e necessária, porque era a aprovação de recursos para socorrer os norterio-grandenses; não somente os norterio-grandenses mas de outros Estados nordestinos, como a Paraíba e o Piauí, que estavam sofrendo os efeitos da cheia.

A MP foi aprovada, mas o senhor acredita que os recursos ainda não chegaram para consertar as estradas? Ainda há ponte caída, estrada interditada, como a que liga a cidade de Riacho da Cruz à cidade de Itaú; como a que liga Caraúbas à cidade de Apodi. Trechos interrompidos, realmente em situação de calamidade. Ainda existem famílias desabrigadas. Na cidade de Açu – eu estive com o Prefeito –, ele disse que ainda há 23 famílias que perderam as casas. E até hoje não chegou nada!

E o pior: os efeitos na economia foram muito danosos. No Vale do Açu, que é uma região tipicamente do agronegócio, da carcinicultura, mais de mil pessoas perderam os seus empregos, e as empresas não tiveram condição de reabilitá-los, porque faltou o apoio necessário para superar aquele momento difícil.

Pois bem, Senador Mão Santa, essa situação aconteceu no ano passado e, até hoje, ainda estamos nessa calamidade. Começa outro inverno, que realmente é um inverno bom. Mas como as barragens, os rios, já estavam com bastante água, todos estão preocupados, porque já começam a prever inundações, tanto que as comportas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e da Barragem Santa Cruz já foram abertas para diminuir o volume de água e poder suportar as águas que estão chegando. Então, meu Deus do Céu, se estamos sabendo que o inverno vai ser bom; se já existe muita água e está chegando mais – consequentemente poderá haver cheias –, por que o Governo não

começa agora a criar condições para – espero que não aconteça, mas, se vier a acontecer, como no ano passado – dar, na hora, suporte aos Municípios? Até porque os Municípios, neste ano, estão em situação muito mais difícil do que no ano passado! Os Prefeitos já estão com as mãos na cabeça em razão da queda vertiginosa no FPM, Senador Jayme Campos, que está sendo prejudicado da seguinte forma: o Governo Federal, para fazer medidas que venham a apoiar a indústria automobilística e outras indústrias, está fazendo isenção do IPI. O que acontece? Na hora em que o IPI diminui, cai também o FPM. Há Municípios que estão perdendo cerca de 40%. A queda já chega a isso nos recursos arrecadados.

Então, veja, minha gente, se, no ano passado, já foi tão difícil eles darem assistência aos seus municípios, agora, já se anunciando, as cidades se preparando e o homem do campo, que é sábio e conhece seus rios, riachos e açudes – a esta altura, já existe muito açude sangrando e muito riacho cheio –, já está dizendo: “Vamos ter outra cheia”. Por que o Governo não se antecipa, não chega logo dando condições aos Municípios de apoiar seus moradores?

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senadora Rosalba, V. Ex^a toca num assunto pertinente, naturalmente, em relação a essas medidas provisórias que o Governo Federal têm encaminhado ao Congresso Nacional. Entretanto, de coisa concreta, quase nada tem acontecido, na medida em que V. Ex^a acabou de dizer que nós aprovamos, no ano passado, aquela medida provisória e os recursos, lamentavelmente, não chegaram ao seu Estado do Rio Grande do Norte. Essa é quase uma prática do Governo Federal. O que se vê hoje é o dinheiro indo para o ralo, já que as obras federais, as obras do PAC, que são anunciadas, todos os dias pelo Governo Federal, também não estão acontecendo. O que se vê agora são apenas os gastos, de forma exacerbada, de forma irresponsável, com os cartões corporativos. V. Ex^a deve ter tido oportunidade de ler os jornais de hoje, que anunciam que o Governo já gastou, nos primeiros três meses deste ano de 2009, quase mais do que em seis meses do ano de 2008, ou seja, o segundo semestre me parece que já perdeu para os três primeiros meses em recursos gastos com cartões corporativos. Eu fico muito preocupado quando V. Ex^a diz aqui que, de concreto, em relação às estradas, às habitações prometidas, às pontes – não é privilégio do Rio Grande do Norte apenas, também ocorre no meu Estado do Mato Grosso –, lamentavelmente nada está acontecendo em termos de obras do Governo, de obras que possam dar mais dignidade

aos munícipes que moram nos mais longínquos Municípios do Brasil. V. Ex^a fala aqui do empobrecimento dos Municípios. É verdade. Caiu a receita e eu imagino que tem Município que não sabe o que vai fazer a partir do mês de abril agora. Tem alguns Municípios em Mato Grosso onde já caiu de 35% a 40% a arrecadação. Eu pergunto: como é que ele vai executar algo de concreto, sobretudo mantendo o custeio da máquina administrativa nas áreas de educação, de saúde, de políticas sociais, ainda mais que o Governo Federal dá a entender que não tem nenhum compromisso? Está fazendo cortesia com o chapéu dos outros quando reduz o IPI dos automóveis. Ninguém é contra, mas ele não pode, em hipótese alguma, tirar dos Municípios e dos Estados. Nesse caso, particularmente, eu tenho certeza absoluta de que algo tem que ser feito. Caso contrário, a maioria dos Municípios brasileiros estarão inviabilizados a partir do mês de junho, ilustre Senadora Rosalba. Portanto, V. Ex^a está de parabéns quando vem aqui pedir socorro para que naturalmente as obras do Governo Federal cheguem a esses Municípios que foram atingidos lá no ano passado e a resposta, nada em concreto, aconteceu em prol daquela comunidade que certamente aguarda muito do Governo Federal em relação aos investimentos para a melhoria das suas condições de vida. Parabéns, Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Essa é a realidade. Veja o seguinte: se estamos vivenciando uma crise, reduzem-se os recursos para os Municípios, esses Municípios não são somente o Prefeito, a Prefeitura em si, a administração pública, a cidade como um todo passa a ter um imenso prejuízo. Nós, que fomos Prefeitos, sabemos disso, porque, quando os recursos diminuem, o comércio também começa a sentir, os investimentos caem, o emprego cai.

Meu Deus do Céu, da mesma forma que está acontecendo no meu Estado, que está acontecendo no Estado do Mato Grosso, Senador Jayme Campos, é preciso que o Governo veja que se ele não apoiar, não der condições, não der compensações para que as prefeituras possam ter mais condições de enfrentar os seus problemas do dia-a-dia, o Brasil vai sofrer como um todo, porque o cidadão vive no Município, é lá que tem direito a ter uma saúde digna, a ter uma escola de qualidade, a ter uma assistência social, a ter condições de promoção de emprego, de renda.

E outra coisa: não é somente o Fundo de Participação, não. É mais ainda. O que está deixando os Municípios angustiados são as cobranças. A cobrança e a retenção nas parcelas do FPM, dos recursos de pagamento de dívidas do INSS.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senadora.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Mário Couto. Só vou concluir essa questão da dívida do INSS e concedo-lhe o aparte.

Porque as dívidas do INSS, que muitos Prefeitos que assumiram agora encontraram – e foi anunciada a medida provisória, inclusive foi anunciada pelo Presidente naquele grande encontro com todos os Prefeitos, mas os Prefeitos estão dizendo que até agora não foi possível fazer o parcelamento em função da falta de orientação por parte dos órgãos competentes. Não era hora, neste momento de crise, de suspender essa cobrança por 30, 60, 90, 120 dias, para dar condições aos Municípios para que eles pudessem respirar? E o Governo trouxesse, além da não cobrança por um período definido, até que todos os parcelamentos estivessem feitos, ele desse também uma compensação pelo que os Municípios estão perdendo em função da queda da arrecadação do IPI?

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Minha Senadora, primeiro quero-lhe parabenizar por tão importante tema, que traz imensos prejuízos à população brasileira que vive principalmente no interior dos nossos Estados. Ora, Senadora, o Presidente tenta combater a crise com o dinheiro das prefeituras. É exatamente isso que está acontecendo. Poxa, isso é maltratar o povo brasileiro. Porque, se a senhora falou, e isso é uma grande realidade para quem conhece os interiores deste País. Na sua maioria, 70% são interiores pobres, pobres. No meu Estado, então, dos 143 Municípios, 70% são médios, pequenos, pobres, que vivem com dificuldade. O Prefeito tem aquele orçamento totalmente programado; quando vem o mês seguinte, vai ao banco e tem 40% a menos da sua receita. A única receita é essa, a única receita que os Prefeitos médios e pequenos têm é exatamente o FPM. Não têm outra receita. Então, chega ao banco e vê 40% a menos na sua programação de receita, e ele fica pensando o que fazer. Presidente Lula, é preciso ter mais consciência. Há coisas que a gente sabe que o Presidente sabe. O Presidente sabe disso. Eu duvido que o Presidente Lula não tenha conhecimento das dificuldades que vivem os interiores deste País. Eu duvido que não tenha. Ele fala em sã consciência. Isso não é possível. Onde está o INSS, o parcelamento do INSS que ia ser feito aos Prefeitos? Os Prefeitos estão dizendo que não vai sair. Não são nem os Prefeitos que estão dizendo, nós, Senadora. Não chegou ainda a medida provisória. Há medida provisória para crédito extraordinário e não há medida provisória para salvar os Municípios

deste País. Faça uma ideia: se o País está sentindo a crise, e os Municípios pobres deste País como não estão? Parabéns pelo oportuno pronunciamento que faz na tarde de hoje.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Mário Couto, mas é exatamente isso. A sua preocupação é a minha, é a nossa preocupação com os Municípios pequenos, pobres.

Como, então, se vai combater a mortalidade infantil se o Município está tendo as maiores dificuldades? Como, então, combater a mortalidade materna? Como, então, combater as epidemias, as endemias, se o Município fica sem condições de honrar os seus compromissos, de demandar ações, de iniciar outras necessárias, importantes?

Se quer combater a crise, tem de lembrar que, neste País, existem milhões e milhões de trabalhadores que dependem de um Município ter condições de ser bem administrado, de caminhar bem, porque não se administra bem sem recursos. Você precisa ter recursos para que as ações possam acontecer. Então, se falta recurso, falta tudo.

Não se admite que, num momento de crise, não se tenha também um programa específico para atender aos pequenos empresários, que são milhares neste País. Só se pensa nas exceções para os maiores, para os grandes, enquanto o emprego no Brasil está, com certeza, na sua grande maioria, ligado aos milhões de pequenos empresários, de micro, de médias, de atividades muitas vezes informais, mas que estão nas cidades, nos Municípios. Então, é isto o que queremos: um apoio maior para que os Municípios possam também enfrentar a crise, possam também dar a sua colaboração, mas isso passa pela atenção, passa pela responsabilidade de um programa que, em vez de retirar dos Municípios, dê melhores condições para que as prefeituras possam impulsionar as ações dos seus Municípios.

E é isto que estou cobrando: a sensibilidade do Sr. Presidente, que é ele que conhece o Brasil, mas conhece o Nordeste, porque conhece de perto as nossas dificuldades, as nossas carências. Presidente, veja como chegar aos Municípios para trazer mais ações, para dar mais condições, para compensar o que estão perdendo e suspender por um período para que todos possam se estruturar para o parcelamento e a cobrança das dívidas. Nós não estamos dizendo que queremos que os Municípios deixem de pagar as dívidas; nós queremos que se deem condições fraternas, solidárias ao povo brasileiro, porque, na hora em que se retira do FPM para o pagamento das dívidas do INSS sem que os Municípios tenham se estruturado com um parcelamento que eles possam honrar, está-se tirando do povo mais simples,

que mais precisa neste Brasil, que é quem precisa de Governo. Rico não precisa de Governo, quem precisa de Governo é pobre. E é por eles que nós estamos aqui, lutando para que eles possam ter mais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria, então, para finalizar aqui, de dizer que estive no meu Estado mais uma vez, esse final de semana, visitando alguns Municípios, a cidade de Natal, participando de mais uma inauguração, ao lado da Prefeita Micarla, de uma praça em homenagem a um grande desportista da cidade de Natal, o professor Carlão. Foi um momento realmente de reconhecimento dessa figura tão importante para os desportistas da cidade de Natal.

E também tive a oportunidade, Senador, de participar de um encontro, para o qual fui convidada, de suplentes de Vereadores. Eles continuam na sua luta pela PEC 20, que nós aprovamos. E me pediram para que fizesse esse esclarecimento que ouvi de todos eles, com muita segurança. O que eles querem é apenas a oportunidade de que haja uma divisão mais justa entre os representantes, nas câmaras municipais das diversas cidades.

A gente sabe que há cidades com mais de 250 mil habitantes, como é o caso da cidade de Mossoró, que tem 13 representantes na Câmara, enquanto a cidade vizinha, com 50 mil habitantes, tem 11. Realmente, há alguma coisa que precisa ser ordenada, que precisa ser feita.

Há algo que eles dizem com toda propriedade e que é justo que a gente aqui esclareça. Parece que, para a opinião pública, ficou sempre aquela ideia de que, se fosse aumentar o número de Vereadores, iríamos aumentar também as despesas. Não é assim. Tudo deverá ser feito de forma a que não haja nenhum aumento de despesa. Daí por que, nessa condição, sem aumento de despesa, mas dando maior representatividade ao povo, para que no Brasil todo possamos ter maior representação e a democracia seja mais forte, somos favoráveis exatamente a que se chegue, tendo em vista que a Casa já aprovou, que o projeto foi enviado à Câmara, que houve aquelas dificuldades todas, a um final satisfatório, que só venha favorecer a democracia e o povo brasileiro.

Muito obrigada, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após contundente pronunciamento da Senadora Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte, mostrando as suas preocupações quanto ao Governo Federal no que se refere ao esvaziamento da economia dos Municípios, ela que tem longa experiência como administradora municipal, convidamos para usar da palavra o orador inscrito Gilberto Goellner, do Democratas, do Estado do Mato Grosso.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que trago aqui diz respeito à crise que está ocorrendo nos frigoríficos brasileiros.

Dias atrás, Srs. Senadores, o mercado foi surpreendido pela inesperada decisão do Frigorífico Independência de suspender, por tempo indeterminado, o abate de bovinos em todas as suas instalações no País. Esse frigorífico, com atuação em sete Estados da Federação brasileira e uma planta industrial no Paraguai, tem capacidade instalada para abater 11.800 bovinos por dia e figurava – até então – como um dos cinco maiores exportadores de carne bovina do País.

Segundo a imprensa, o motivo alegado pela empresa foi a “falta de fluxo de caixa”, situação que vinha se agravando e gerando atrasos sistemáticos no pagamento aos pecuaristas.

A preocupação que trago aqui não é apenas em relação ao Frigorífico Independência, mas à repercussão que a sua paralisação está trazendo à economia do agronegócio brasileiro e ao seu impacto negativo no emprego e na renda do País. Cerca de 11 mil funcionários do Frigorífico Independência estão aguardando, em seus lares, o desenrolar dessa crise.

Em Mato Grosso, foram fechadas cinco unidades: uma em Colíder, outra em Confresa, a terceira em Juína, uma em Nova Xavantina e outra em Pontes e Lacerda. Além do desemprego, o fechamento dessas unidades em Mato Grosso deverá repercutir negativamente nas exportações do Estado. Mato Grosso é o segundo maior exportador de carne bovina no Brasil, participando com 13,4% das receitas das exportações. Em 2008, o Estado do Mato Grosso obteve US\$700 milhões com receitas de exportação de carne.

A minha preocupação de homem público é verificar se esse episódio do Frigorífico Independência é um caso isolado ou se há risco sistêmico na indústria frigorífica nacional.

Para discussão desse tema, protocolizei, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requerimento de audiência pública para discutir os impactos da crise financeira internacional na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária bovina de corte.

Para essa audiência pública, marcada para o dia de amanhã, foram convidados o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério da Fazenda; o Presidente do Frigorífico Independência, Sr. Roberto Graziano Russo; o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Sr. Giannetti da Fonseca; o Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Sr. Péricles Salazar; a Presidente da CNA (Confederação Nacional

da Agricultura), Senadora Kátia Abreu; bem como o Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto.

O que desejo com essa audiência pública é verificar se a nossa indústria frigorífica está preparada para enfrentar a crise financeira internacional que motivou a redução das exportações do mês de janeiro de 2009 em 26%, se comparado com janeiro de 2008. No caso específico da carne bovina *in natura*, a queda na receita de exportações foi ainda mais expressiva, com redução de 53,8%, ou seja, em janeiro de 2008, foram obtidos US\$364 milhões com exportações de carne bovina, e essa receita foi reduzida para apenas US\$168 milhões no mês de janeiro de 2009. Essa redução deveu-se a queda de 38,4% no volume exportado e redução de 25% nos preços por tonelada.

Destaco, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina, em valor e em volume. Em 2008, o País exportou 2,2 milhões de toneladas de carne bovina, faturando US\$5,3 bilhões. Foram mais de 180 mercados que compraram a nossa carne bovina, de excelente qualidade.

O caso do Frigorífico Independência e a queda das receitas com exportações em janeiro deste ano pode ser o prenúncio de um ano difícil para a pecuária nacional. Vale ressaltar, Srs. Senadores, que o ano passado foi um ano em que houve crescimento de 20% da receita das exportações em relação a 2007, com melhoria dos preços médios praticados, que compensaram a queda de 15% do volume exportado.

O Frigorífico Independência faturou, nos primeiros nove meses de 2008, R\$1,4 bilhão, o que o coloca entre um dos cinco principais frigoríficos do País. A empresa vinha operando com ociosidade de cerca de 40%, ou seja, a capacidade de abate de bovinos, que era de 11,8 mil bovinos por dia, tinha caído para 7 mil bovinos por dia.

A trajetória de crescimento do Frigorífico Independência é surpreendente para quem começou em 1977 com uma pequena charqueada em Santana do Parnaíba, no Estado de São Paulo, e conta atualmente com 19 unidades, sendo uma no Paraguai. O Independência vinha ampliando a sua participação no mercado frigorífico. Em 2007 adquiriu 100% do capital da Goiás Carne S.A., que era o maior frigorífico do Estado de Goiás. Em 2008, continuando o seu processo de expansão, o Frigorífico Independência adquiriu o Frigorífico Guarani S.A., do vizinho Paraguai, por US\$14 milhões, com capacidade instalada de abater 500 bovinos/dia, o que representa 10% do abate total do Paraguai.

Dando sinal de que recuou do processo de crescimento, o Independência, no início de fevereiro, suspendeu as atividades de sua planta localizada em Campo

Grande, capital do Mato Grosso do Sul. A alegação do fechamento dessa unidade, segundo a empresa, o Grupo Independência, era para ajustar a sua produção de carne e a disponibilidade de animais. Sabemos agora, com o fechamento de todas as unidades no País, que o problema era muito mais grave.

Vale ressaltar que o Grupo Independência negou, junto à imprensa, que o atraso da liberação da parcela no valor de R\$270 milhões, referente a um financiamento total de R\$460 milhões junto ao BNDES, tenha sido um dos motivos que agravou o fluxo de caixa do frigorífico. Acredito que, embora o frigorífico tenha um crescimento em termos de novas unidades em 2007 e 2008, o problema de fluxo de caixa certamente já vinha há algum tempo, o que exige uma explicação pormenorizada do BNDES na concessão do empréstimo de R\$460 milhões ao Frigorífico Independência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fechamento do Frigorífico Independência requer uma discussão muito mais ampla da indústria frigorífica nacional. A crise financeira internacional está repercutindo negativamente na demanda da carne brasileira, e os primeiros sintomas foram significativos na redução das exportações em janeiro deste ano, como já relatei anteriormente.

É fácil, em um mundo de expansão de comércio, postergar discussões de questões importantes e urgentes para a indústria frigorífica e para a pecuária nacional. Restrições sanitárias nos impedem de exportarmos a carne bovina para os maiores mercados importadores de carne e que respondem por cerca de 60% das importações mundiais. Precisamos resolver essa questão para podermos exportar para os Estados Unidos, o Canadá, o México, o Japão e a Coreia.

O aumento da concentração de mercado, com o fechamento do Frigorífico Independência, é prejudicial ao livre mercado, reduz o número de compradores de bovinos com efeitos negativos na renda dos pecuaristas. O mercado atacadista poderá aumentar a sua margem de comercialização, com redução do preço pago ao pecuarista e aumento do preço no varejo, com aumento do preço pago pelo consumidor final.

É essa a grande questão, uma questão que também está contribuindo para a concentração do mercado e que exige um tratamento adequado de desoneração tributária, como a questão do PIS, da Cofins e do crédito presumido na compra de bovinos dos pecuaristas pessoa física. O tratamento tributário diferenciado entre pessoa física e pessoa jurídica e o crédito presumido criam disfunções competitivas entre os frigoríficos exportadores e os que atuam preponderantemente no mercado interno. Explicar essa disfunção e a razão pela qual o Governo ainda não a resolveu é o motivo

pelo que solicitamos, por intermédio de uma audiência pública, a presença também de S. Ex^a, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, amanhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

São essas preocupações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que motivaram este meu pronunciamento e a convocação de uma audiência pública que acontecerá amanhã, às 9 horas e 30 minutos, na sala de comissões temáticas da Comissão de Agricultura. Espero que possamos contribuir com o debate para a solução dos problemas apontados.

Antes de concluir, eu gostaria de trazer o que nos surpreendeu hoje, positivamente: que o Governo já prepara um pacote de ajuda aos frigoríficos. Eu diria que é uma operação de salvamento dos frigoríficos brasileiros. É uma notícia alvissareira e, como já havíamos marcado essa audiência pública, nós vamos ter oportunidade de avaliar esses aportes, como se darão, como será a saída para a estocagem de carne do País, que necessita hoje de um atendimento específico para os frigoríficos, a fim de que, realmente, haja uma solução para essa importante atividade, à qual se dedicam milhares de brasileiros que produzem carne neste País e que têm dúvida sobre o que pode sistematicamente acontecer com outras empresas, apesar de sabermos que há excelentes empresas frigoríficas nacionais com grande capital que, preponderantemente, operam toda essa atividade. Mas esperamos que, com essas medidas que o Governo irá enunciar e pormenorizar, amanhã, quem sabe, possamos ouvir das pessoas convidadas para essa audiência pública informações mais precisas para que toda a cadeia produtiva não fique ameaçada nem pequenos produtores em todo o País se coloquem em risco dentro desta que é uma das maiores fontes de superávit da balança comercial brasileira: a carne bovina.

Esperamos também que, em relação às empresas que recorrem à recuperação judicial – como é o caso do Grupo Independência –, se esclareça se elas podem ou não receber do BNDES a continuidade dos aportes necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Então, vejo que esse assunto foi momentâneo, oportuno. Essa audiência foi marcada de forma oportuna e vai permitir que se discuta o assunto amanhã, com todos os membros dessa Comissão e com os demais Senadores também convidados a participar da reunião, para que se coloque às claras toda essa nossa preocupação de não ver todo esse segmento produtivo nacional sofrer um revés.

Eu gostaria de comparar aqui a crise, que, nos Estados Unidos, é diferente. Nos Estados Unidos é socorro aos bancos. Essa é a grande preocupação do Presidente

Obama, e aqui no País o socorro é ao setor produtivo. Essa é a grande diferença da crise internacional.

Nós precisamos aqui socorrer o setor produtivo, os trabalhadores, conservando a viabilidade de manter seus empregos e atendendo, então, aos trabalhadores, às indústrias e ao setor produtivo nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante análise do Senador Gilberto Goellner, do Mato Grosso, mostrando suas preocupações com a pecuária, a comercialização da carne e o apoio que o Governo Federal deve dar aos produtores do seu Estado, vemos que seria bom que se inspirasse em Franklin Delano Roosevelt, que disse: “As cidades podem ser destruídas, elas ressurgirão do campo; mas, se o campo for destruído e não for apoiado, as cidades serão destruídas de fome”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – De acordo com as indicações recebidas das lideranças partidárias e nos termos dos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, designo para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os Senhores:

SENADORES

TITULARES SUPLENTE

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB)

Efraim Moraes (DEM)	Rosalba Ciarlini (DEM)
Jayne Campos (DEM)	Heráclito Fortes (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	Sérgio Guerra (PSDB)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP)

Francisco Dornelles (PP)	Romero Jucá (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	Lobão Filho (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	(vago)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PCdoB)

João Ribeiro (PR)	Renato Casagrande (PSB)
Augusto Botelho (PT)	Marcelo Crivella (PRB)

PTB

João Vicente Claudino	Sérgio Zambiasi
-----------------------	-----------------

PDT

Cristovam Buarque	(vago)
-------------------	--------

*PSOL

José Nery	(vago)
-----------	--------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTE

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antônio Andrade (PMDB)	Alex Canziani (PTB)
Darcísio Perondi (PMDB)	Assis do Couto (PT)
Eduardo Valverde (PT)	Eunício Oliveira (PMDB)
Geraldo Resende (PMDB)	José Airton Cirilo (PT)
Gorete Pereira (PR)	Leo Alcântara (PR)
Jilmar Tatto (PT)	Nelson Meurer (PP)
João Carlos Bacelar (PR)	Paulo Pimenta (PT)
João Leão (PP)	Pedro Chaves (PMDB)
José Chaves (PTB)	Ratinho Junior (PSC)
Magela (PT)	Ricardo Barros (PP)
Márcio Reinaldo Moreira (PP)	Rubens Otoni (PT)
Miguel Corrêa (PT)	Vital do Rêgo Filho (PMDB)
Pedro Eugênio (PT)	Walter Pinheiro (PT)
Pedro Novais (PMDB)	Wellington Roberto (PR)
Rose de Freitas (PMDB)	(vago)
Zé Geraldo (PT)	(vago)

PSDB/DEM/PPS

Carlos Melles (DEM)	Alexandre Silveira (PPS)
Claudio Cajado (DEM)	Andreia Zito (PSDB)
Duarte Nogueira (PSDB)	Arolde de Oliveira (DEM)
Edson Aparecido (PSDB)	Bruno Rodrigues (PSDB)
Humberto Souto (PPS)	Professor Ruy Pauletti (PSDB)
José Carlos Machado (DEM)	Rodrigo de Castro (PSDB)
Narcio Rodrigues (PSDB)	Vitor Penido (DEM)
Otavio Leite (PSDB)	Walter Ithoshi (DEM)
Vic Pires Franco (DEM)	(vago)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

João Dado (PDT)	Evandro Milhomen (PCdoB)
Laurez Moreira (PSB)	Gonzaga Patriota (PSB)
Márcio França (PSB)	Paulo Rubem Santiago (PDT)
Osmar Júnior (PCdoB)	Valtenir Pereira (PSB)

PV

José Fernando Aparecido de Oliveira	Dr. Nechar
-------------------------------------	------------

*PRB

Cleber Verde	Léo Vivas
--------------	-----------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador José Agripino que é líder do DEM.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse como líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

Anuncio, com muita honra, a presença do ex-Senador João França Alves que representou com grandeza o Estado de Roraima, em 91 e 99, e pertence ao PMDB.

Estava aqui presente o Heráclito, que falaria como orador inscrito. Mas S. Ex^a não está presente agora.

Com a palavra o Senador José Agripino, líder do Democratas, que representa com grandeza o Rio Grande do Norte, o Nordeste e o Brasil. É um dos nomes mais ilustres da democracia brasileira e fala como líder do seu Partido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mário Couto, finalmente o Governo baixa a taxa de juros. Tantas vezes falamos aqui sobre isso. Tantas vezes V. Ex^a me aparteou sobre isso. Tantas vezes V. Ex^a falou sobre isso. Finalmente, a taxa de juros no Brasil – continua a ser a maior taxa de juros reais do mundo – baixou, em uma sentada só, 1,5 pontos percentuais. Antes tarde do que nunca. E aplaudo a iniciativa. Só que preciso fazer umas considerações que estão me preocupando muitíssimo, porque são preocupações permanentes.

Senador Mão Santa, V. Ex^a já foi Governador de Estado e já foi Prefeito. V. Ex^a sabe que, no exercício do comando de um Estado, V. Ex^a tem a obrigação de ter presente nas suas preocupações o manejo do orçamento. O orçamento é a pedra de toque da gestão de um Estado, de um Município ou de uma República. E V. Ex^a sabe que, no orçamento, existem rubricas que se podem remanejar, existem rubricas que se podem contingenciar e existem rubricas em que não se pode mexer. São as despesas que, feitas, ficam eternas. São as despesas de pessoal.

Digo isso, Senador Mão Santa, porque o Brasil teve grandes oportunidades, nesses últimos três anos, de construir uma bela infraestrutura com o crescimento do mundo que nos chegou e nós pegamos as sobras dele, tive oportunidade de fazer a reforma política e a reforma tributária, que votamos aqui no Senado e essas matérias se encontram na Câmara por inação do Governo que não colocou a sua base para votar, porque não entra em bola dividida. Se não há consenso, o Governo retira-se do debate e faz com que um conflito do PTB com o PMDB e o PT em torno da reforma tributária, previdenciária ou política não redunde em prejuízos políticos para ele Governo.

Por essa razão, votamos aqui no Senado a reforma política, a reforma tributária e isso tudo parou na Câmara. O Governo perdeu a oportunidade até agora de aprovar as reformas de base. A sindical e a reforma trabalhista que o Governo prometeu nem fala mais, por quê? Porque a proposta que convém ao País conflita com os parceiros do Governo e para não entrar em rota de colisão com os parceiros o Governo se retira da discussão.

Se é para pagar o preço de perder suporte político, o Governo deixa o interesse do País fora e fica com o seu interesse. O seu interesse é navegar, é deitar em berço esplêndido, ir em frente, fazer aquilo que convém a ele e é o que o Governo tem feito, aquilo que convém a ele.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe que este País teve algumas conquistas em matéria de controles de contas públicas, controles exercidos por uma Lei de Responsabilidade Fiscal que contingencia despesas a governadores e prefeitos, que só podem fazer despesas dentro de limites e dentro do período de sua administração e não pode deixar mais débitos para seus sucessores.

É o aperfeiçoamento do regime democrático pelo contingenciamento de gastos, pelo disciplinamento de gastos, uma conquista da qual me orgulho de ter participado porque presidia a Comissão de Constituição e Justiça e pude agilizar a discussão, a aprovação e em seguida a aprovação no Senado dessa importante iniciativa legislativa que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro controle importante, o limite de 13% de comprometimento das receitas dos Estados com o pagamento da dívida pública. Nem mais nem menos. O estabelecimento de limites para o endividamento de Estados e municípios. Tudo isso foram iniciativas legislativas, foram leis aprovadas em parceria do Executivo com o Legislativo de Fernando Henrique para trás e que deram o mínimo de organicidade às finanças públicas dos entes federados do Brasil.

Senador Mão Santa, Senador Mário Couto, tivemos uma belíssima oportunidade, V. Ex^a é testemunha, ano passado, na discussão do orçamento, discutimos sobre a necessidade imperiosa de se estabelecer o valor da folha de pagamento, assim como a folha de pagamento dos Estados e dos municípios não pode exceder a um valor, a um percentual sob pena de você incorrer em punição, você ficar passível de punição, assim como os Estados e os municípios estão contingenciados a um percentual de sua receita para comprometimento com a folha de pessoal, queríamos estabelecer um percentual, na folha de pagamento da União, relativo ao PIB, ao Produto Interno Bruto,

com, inclusive, previsão de acréscimos ao longo do tempo, acréscimos justos, dividir o crescimento da riqueza brasileira com os funcionários, um percentual do PIB seria atribuído aos funcionários, mas o Governo não concordou. Queríamos atrelar os gastos da Previdência igualmente a um percentual do PIB para que aquilo que a União gasta e concede de reajustes, que tem imediata consequência sobre a Previdência, ficasse contingenciada ao crescimento da riqueza do país através do PIB. Tivemos essa maravilhosa oportunidade de debate, de discussão, de votação, e não foi feito, assim como não se fez a Reforma Tributária, a Sindical, a Trabalhista, porque o Governo não quis e não se fez também esse contingenciamento, como existe para Estados e Municípios relativo à folha de pagamento.

O juro real do Brasil continua a ser o maior do mundo, mas caiu 1,5%. Por que só agora? Essa é a indagação que me faço – e tenho uma explicação. Fiz esse preâmbulo, Senador Mão Santa, digníssimo Presidente desta sessão, para fazer uma constatação: o Governo, finalmente, reconheceu a crise. Quando os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Alemanha, a China, que não tem grandes índices de transparência nas ações de governo, até o governo chinês, na abertura do parlamento chinês, reconheceu que iriam viver em 2009 talvez o ano mais difícil da história recente da China. Todos reconhecem, todos reconheciam a crise, mas o Brasil insistia em falar em “marolinha”. Caiu no Tsunami. Reconheceu finalmente a crise. Mas, entre reconhecer a crise e tomar atitudes consistentes, há uma diferença monumental.

Os juros caíram. Agora, por que caíram? Senador Mão Santa, deixa eu fazer aqui algumas constatações para V. Ex^a e para aqueles que nos vêem. V. Ex^a sabe quantos servidores o Governo Lula contratou? O Governo Lula é estatizante, quer o Estado grande, gordo, pesado. Sabe quantos servidores o Governo Lula contratou de quando começou até agora? Foram 298.232 servidores, perto de 300 mil servidores.

Sabe quanto isso significa de despesa por ano? São R\$17,2 bilhões. Dezesete bilhões de reais. Eu faço uma pergunta a V. Ex^a: a Administração Pública do Brasil melhorou ao longo do Governo Lula? Eu não quero falar dos benefícios do Bolsa Família. É uma coisa boa, sim. Eu não quero falar do índice de emprego que ia bem em função de tudo aquilo que foi feito antes do Governo Lula e da bonança internacional. Eu estou me referindo à eficiência do Governo no que diz respeito à qualidade da educação, da saúde, da assistência social à criança.

Eu pergunto se esses R\$17 bilhões que o Governo paga por ano a mais, por ter contratado perto de 300

mil servidores, melhoraram a vida do povo do Brasil. A contratação dessas pessoas melhorou a vida do povo do Brasil? Na minha opinião, não. O Brasil melhorou por outras razões, mas não porque se tenha contratado 300 mil pessoas.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já, com o maior prazer.

Trezentas mil pessoas significam 17 bilhões por ano, que se justificariam se a saúde do Brasil tivesse melhorado, e muito; se a educação tivesse melhorado, e muito; se os serviços públicos do Brasil tivessem melhorado, e muito. Mas não melhoraram.

Eu ouço com muito prazer o Senador Mário Couto, antes de continuar colocando para este plenário as minhas preocupações, que não param aqui.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Parabéns, Senador, por mais um brilhante pronunciamento de V. Ex^a. Na tarde de hoje, a preocupação de V. Ex^a, tenha certeza, é a da maioria dos brasileiros. Senador, funcionários públicos, contratações. Quantas vezes o Senador Mário Couto veio à tribuna e chamou a atenção da Nação para isso? Pior, Senador. Olhe pra mim: DAS. Sabe o que é isso? DAS. Procure ver quantos correligionários do Presidente Lula estão no Governo assumindo os cargos de DAS, até R\$10 mil por mês, por mês. Gastos correntes. Vi os números do mês passado em diárias, recorde absoluto de todos os Governos brasileiros. Diárias. Viagens. E, aí, eu me lembro do primeiro Senador preocupado com a crise que esteve nessa tribuna, assim, igual V. Ex^a hoje. Eu, atentamente, escutava aquele Senador falando, dizendo assim: “não consumam!”, e o Governo dizia: “consumam! Consumam!” E o Mão Santa a me perguntar sobre quem estaria certo o Senador ou o Governo. O Senador veio e disse: “não consumam, não caia na tolice de consumir, povo brasileiro!”. E o Governo dizia: “consumam, consumam o máximo que puderem! Consumam!” Hoje se vê que o Senador estava certo e que o Governo estava errado. A crise está aí, a população brasileira, cada vez mais endividada, e o Senador Tasso Jereissati, lembro-me como se fosse hoje, logo no início da crise, quando o Governo dizia que era “marolinha”, que não havia crise, que ia baixar os gastos públicos, que os gastos correntes iam diminuir, que não era preciso baixar os juros... Tudo isso, Senador! Ainda nada havia acontecido, quando o Senador alertou dessa tribuna que a crise era real, que o povo brasileiro tivesse cuidado com o consumo. Tudo o que V. Ex^a está falando foi alertado dessa tribuna pelo competente e inteligente Senador Tasso Jereissati. De vez em quando, fico a me lembrar: o Tasso tinha razão, o Governo não queria

dizer que estava errado, mas sabia, naquela ocasião, que estava. Parabéns, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Mário Couto, muito obrigado pelas suas considerações e pela recuperação da memória do que aqui a Oposição vem falando, no sentido de alertar. Não é torcer pelo “quanto pior melhor”. Ao contrário, é alertar! Quantas vezes nós falamos desta tribuna sobre os gastos de diárias de viagem e passagens da Funasa, gastando mais em diária e em passagem aérea do que em investimentos em saúde pública? Quantas vezes falamos sobre gastos com cartões corporativos?

Senador Mário Couto, está publicada hoje uma notícia que é inacreditável. Em plena crise, entre janeiro e fevereiro, a arrecadação da União deu a menos do que a expectativa R\$20 bilhões; vinte bilhões de reais! E o Governo, em cartão corporativo, enquanto a arrecadação despenca, ele está assistindo o despencar dessa arrecadação, o Governo poderia poupar, poderia não gastar com passagem, com diária, mas tinha a obrigação de não gastar com cartão corporativo.

Eu anotei os números, Senador Mário Couto. No ano passado inteiro, gastou-se com cartão corporativo R\$4,250 milhões. De janeiro a fevereiro de 2009 até o dia 11 de março, gastou-se R\$2,786 milhões, quase R\$3 milhões. Em dois meses e meio, gastou-se quase o que se gastou no ano passado inteiro. Em tempo de crise, parece que a ordem é gastar e gastar mal com cartão corporativo. Na pisada que vai, invés dos R\$4,250 milhões, de 2008, vão gastar R\$14 milhões. Isso é emblemático. Isso gera ganância irresponsável. Não que R\$14 milhões quebre o País, mas isso geral o mau exemplo. As pessoas se julgam no direito de gastar mal. Se os chefes gastam muito mais em tempo de crise do que no ano passado com gasto de viagem, de cartão corporativo, por que ele não pode também gastar à larga? Quem dá exemplo em Administração Pública é o gestor, é o chefe, é ele quem tem que rasgar na própria carne.

Eu volto à preocupação do meu discurso, Senador Gilberto Goellner. Eu vou repetir: o Governo Lula contratou – ele é estatizante, ele gosta de Estado gordo, pesado, agora, cheio de petistas, dos deles... É como o Senador Mário Couto colocou. Ele gosta dos deles: os DAS, os apadrinhados. Foram R\$300 mil até agora com os gastos dos R\$17 bilhões, por ano, a mais. Na minha opinião, desnecessários.

Vamos ver como é que estão as coisas. V. Ex^a se lembra que, aqui, no ano passado, quando se votou uma medida provisória que concedia reajuste e adequação de carreiras, eu perguntei quatro vezes ao Líder do Governo, se o Governo tinha dinheiro para pagar aquilo. Eu disse: “Só voto se ouvir a resposta, porque

eu não quero cometer nenhuma irregularidade”. E, por quatro vezes, o Líder do Governo disse: “Tem direito sim, senhor”. Sabe o que significa? Este ano vão contratar mais 30.879 servidores, acrescentando às despesas de pessoal R\$1,8 bilhão. Acrescentou, não sai nunca mais, porque contratou, está contratado, e essa despesa é permanente, não tem como cortar. Você corta emenda, corta investimento, corta isso, corta aquilo, mas a despesa de previdência, despesa de salário, contratou, acabou: o Estado ficou pesado para o resto da vida. Está previsto, dentro da crise, em 2009, se contratarem mais 30.879 servidores. E o Governo insiste em contratar.

Em 2008, mesmo já com a crise em curso, muito embora o Governo falasse em “marolinha”, a reestruturação dos cargos e das carreiras custou R\$30,5 bilhões. Voto se o Governo disser que tem dinheiro para pagar, porque quem tem a responsabilidade de pagar é o Governo. Voto se o Governo disser que tem dinheiro para pagar. São R\$30,5 bilhões que o Governo disse que tinha. E agora eu vou fazer a constatação de que não tinha, não.

Antes de chegar ao ponto, Senador Gilberto, eu queria transmitir dois informes penosos, mas verdadeiros. O comprometimento dos gastos da Previdência no Governo Lula cresceram de 5,9% do PIB para 7,2 pontos percentuais do PIB. Os gastos com salários cresceram de 4,2 pontos percentuais para 5,0% do PIB. Isso é uma monstruosidade! O PIB do Brasil está beirando os R\$3 trilhões! Zero vírgula oito por cento! De 4,2% para 5% em despesa de pessoal; 0,8% de 3 trilhões é dinheiro muito! Se fosse dinheiro muito com consequência positiva, com melhoria do desempenho da Administração Pública, da qualidade do serviço público, eu não estaria fazendo este discurso. Mas o fato é que o Governo estatizante do Presidente Lula está levando o País a uma situação de (eu diria) perplexidade, porque eu não sei o que vai nos acontecer. O primeiro fato já aconteceu.

Senador Mário Couto, V. Ex^a sabe que nós clamamos aqui por baixa de juros, meses e meses. Agora resolveram. No dia seguinte ao anúncio dos 3,6 pontos percentuais de queda do PIB, eles não esperaram nem as informações sobre o que veio junto. Eles já sabiam que em janeiro e fevereiro havia uma queda de R\$10 bilhões na receita. Eles já sabiam que 800 mil postos de trabalho foram perdidos entre novembro e janeiro no Brasil e que só em São Paulo, na Fiesp, 235 mil postos de trabalho foram perdidos de outubro a fevereiro.

Lamentavelmente nós estamos entrando em recessão. Sabe por que os juros caíram e só agora? Não foi pela inflação, não foi para reter cambial. Foi porque o Governo está contingenciado e sabe que se

não baixar (e muito!) as despesas com o serviço da dívida interna do Brasil não vai ter como pagar nem aquilo que ele criou como despesa permanente, que é o pagamento dos contratados do serviço público, a folha de pessoal.

Dinheiro para investimento vai existir por arranjos. Mas a razão fundamental, eu não tenho dúvida alguma, a razão fundamental da queda dos juros não foi para reaquecer a economia. Se isso tivesse acontecido há oito meses, sim, isso poderia reaquecer a economia, poderia ter havido uma guerra aos *spreads*, e a queda de 1,5% já poderia ter baixado o juro para o consumidor. Isso vai demorar uma eternidade. O que eles querem na verdade é sobra de dinheiro para pagar pessoal, para a despesa que eles criaram. Não vai ter saída, Senador Gilberto Goellner, não vai ter saída se exemplos como este dos cartões corporativos continuarem. Vamos ficar nesta tribuna batalhando...

A saída da crise para o Brasil tem duas vertentes: uma delas, ainda que tardia e que deve continuar, é a queda da taxa de juros, que vai produzir resultados positivos para a economia daqui a seis meses; não agora. Mas a segunda, que é imediata, é a melhoria da qualidade do gasto público. Todavia, o que nós estamos vendo é o reverso. Em vez de melhorar a qualidade do gasto público o que está se vendo é este escândalo do cartão corporativo! Num tempo de crise monumental, dispara o gasto com cartão corporativo e dispara o gasto com contratação (na minha opinião desnecessária) de pessoal.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador José Agripino, como será que as pessoas que o ouvem, neste momento, imaginam que serão feitos os investimentos importantes em várias áreas: educação, saúde, logística, infraestrutura? Nesse final de semana eu tive a oportunidade de falar com o presidente de dois assentamentos que estão ilhados, não porque estão longe de localidades, mas estão ilhados porque não têm a recuperação de uma pequena ponte para transitar, não conseguem hoje receber os aportes de Pronaf, de custeio, de investimento para fazer a sua pequena atividade agrícola, pois não têm estradas. Então, eles pediram socorro e querem uma ajuda do Inbra para isso. Eu imagino o seguinte: são as prioridades. Acho que o que V. Ex^a está questionando são as prioridades. Em que se gasta? Contratação de pessoal. A pergunta é: para quê? Esse pessoal vai contribuir para a melhoria da situação? Sobre as estradas: andei mais de mil quilômetros nesse final de semana em estrada asfaltada, mas cheia de buracos! Trinta e cinco anos sem recuperação, sem duplicação. Só se fala em du-

plicação, mas hoje já teríamos de fazer a triplicação das mesmas, dado o grande afluxo de caminhões e automóveis que cruzam diariamente as rodovias do Estado de Mato Grosso. São mais de dez mil veículos/dia transportando a produção do Estado. Os motoristas todos reclamam pequenos consertos, pequenas melhorias. Esses investimentos programados para o PAC devem ser prioritários. O senhor questiona hoje aqui a questão de prioridades. Nesse sentido, eu o apartei para dizer: como fica a cabeça do brasileiro, vendo que tantas outras áreas necessitam de recursos, e os recursos sendo aplicados, como o senhor questiona aí, em aumento de pessoal (mais de 32 mil servidores novos), quando toda a Nação precisa de melhorias? Era essa a nossa contribuição. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a é sempre muito preciso, muito pragmático, cabeça de empresário com espírito público que tem assento neste Senado.

Senador Gilberto Goellner, em tempo de crise não se vai dizer que não há a quem vender. Há; há menos, mas ainda há a quem vender. O mundo vai continuar a comprar, a China menos, mas vai continuar a comprar; a Inglaterra, a França, a Alemanha, o Japão, os países do Mercosul... Agora, vai vender quem for competitivo. Em tempo de crise, nós tínhamos que ter, por antecipação, nos tornado competitivos. Nós tínhamos que ter feito a reforma sindical, a reforma trabalhista, a reforma tributária, completado a reforma previdenciária e a reforma política, que é a mãe delas todas. E nós tínhamos que ter competitividade pela via da logística. Tínhamos que ter sido eficientes na execução de obras de infraestrutura, de aeroportos, portos, rodovias; na geração de energia elétrica, na modernidade tecnológica. Em vez disso, nós gastamos ou criamos despesas mensais de R\$17 bilhões em pessoal. Dezessete bilhões de reais por mês com pessoal sem ter gasto esse dinheiro na melhoria da infraestrutura, que teria deixado o Brasil hoje mais competitivo para, em tempo de crise, conseguir vender para Alemanha, competindo com produtos da França ou da Indochina! E não o fizemos. Em vez disso, estamos vendo, perplexos, esses dados que nos envergonham. Isto é um escândalo realmente: os cartões corporativos; a insistência do Governo em contratar mais 30 mil servidores neste ano de 2009; a elevação permanente do gasto com pessoal, e a postura do Governo, inflexível!

Na hora em que se propõe vincular a folha de salário a um percentual do PIB, o Governo desconversa, passa por cima e não aceita, porque não quer se arrumar, não quer ser moderno. É isso, Senador Gilberto Goellner, que me faz vir à tribuna com a indignação com que falo a V. Ex^{as}.

Quero, Senador Mão Santa, que o meu País, que é o seu País, que é o País do Presidente Lula, avance, melhore. Agora, melhorar desse jeito, com esses elementos, com esses dados, com essas constatações? Nunca! Então, a minha obrigação, como Líder de um Partido de Oposição, é vir à tribuna e falar; falar e propor; propor e agir. Vamos ficar vigilantes o tempo todo, porque, a cada discurso que se faz, o Governo pensa duas, três vezes, antes de praticar esses delitos, como são delitos esses gastos desarrastados com cartão corporativo e outros gastos que a República vem fazendo a troco de nada.

A produção industrial brasileira caiu 17%. Oitocentos mil empregos a menos no Brasil até fevereiro; quase 300 mil só na região de São Paulo.

Senador Mão Santa, Senador Gilvam, ou a gente dá um basta na ganância, ou a gente não vai chegar lá. Nós vamos involuir, vamos caminhar para trás. E, antes que seja tarde, estamos aqui na tribuna denunciando esses fatos à Nação.

Eu queria também, ao encerrar as minhas palavras, comunicar, com muita tristeza, à Casa, o falecimento de um ex-Parlamentar, meu conterrâneo: o Dr. Ulisses Bezerra Potiguar.

Ele foi meu companheiro político a vida inteira; foi Deputado Federal; era médico e foi meu auxiliar quando fui Governador. Ele tinha uma característica que é a que eu mais aprecio entre os políticos: era um homem de caráter e não convivia com a improbidade. Ele era um homem sério, um homem com conceito, que fez com que, no Município de Parelhas, nesta hora, todos, adversários e correligionários, do campo e da cidade, estejam se dirigindo para o velório desse grande potiguar que foi Ulisses Bezerra Potiguar, a quem homenageio como Senador, como amigo e como norte-rio-grandense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Líder do DEM, José Agripino, advertindo o Governo Federal... Essa é a razão do Senado. Aqui, estão os pais da Pátria. José Agripino, com a sua autoridade de extraordinário Prefeito de Natal, de extraordinário Governador, de extraordinário Senador, adverte o Presidente da República em virtude da nomeação de 300 mil servidores, gastando por mês R\$17 bilhões a mais, e o uso em farra dos cartões corporativos. Esse é um importante apoio que V. Ex^a está dando ao Governo Federal – essa advertência.

O Senador Heráclito não está.

Antes de terminar eu desejo dizer que nós, que representamos o Piauí, recebemos, nesta semana, centenas de *e-mails*, e a minha equipe, comandada

por Doca Lustosa, enumerou vinte pontos – obras e ações – em que o Governo Federal está a prejudicar o Estado do Piauí.

São obras e ações inacabadas:

1. Porto de Luís Correia;
2. Estrada-de-Ferro Central do Piauí;
3. ZPE;
4. Ponte de Luzilândia;
5. Ponte de Teresina. Essa ponte é uma vergonha, pois ela está há oito anos sendo construída pelo Governo Federal. Eu fiz, no mesmo rio, uma ponte em 87 dias. Heráclito Fortes fez, no mesmo rio, uma ponte em 100 dias.
6. Ponte de Santa Filomena–Alto Parnaíba, que liga o Piauí ao Maranhão.
7. Metrô de superfície de Teresina;
8. Eclusa Hidroelétrica de Guadalupe. Terminaria então a primeira hidroelétrica que teríamos, facilitando a navegação do rio Parnaíba.
9. Estrada do Transcerrado;
10. Estrada Transnordestina;
11. Hospital Universitário;
12. Universidade do Delta, em Parnaíba;
13. Programa de aftosa, que é de risco desconhecido, reduzindo a comercialização da pecuária e da caprinocultura a um terço, em desvantagem em relação a outros Estados.
14. Carcinicultura. Praticamente foram desativadas 14 fazendas de cultivo de camarão, baixando de US\$40 milhões a exportação para US\$4 milhões. Esse é o Governo do PT.
15. Aeroporto de Parnaíba. No Aeroporto de Parnaíba, que dizem ser internacional, José Agripino, não pousa nem um teco-teco há muito tempo e na mídia internacional... No de São Raimundo Nonato eu vi dois jumentos na pista.
16. A companhia energética é tida hoje como a que está falida e na pior situação do Brasil.
17. O banco do Estado foi incorporado pelo Banco do Brasil, e os funcionários foram todos prejudicados. Fizemos um acordo, mas todos os antigos funcionários do banco do Estado foram prejudicados. Esse é o PT.
18. A modernização do Aeroporto de Teresina que não aconteceu, e os Batalhões de Engenharia de Construção que eram dois estão totalmente, praticamente, desativados neste Governo.

Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma retificação a um dado que pronunciei. Como eu só procuro dizer a verdade, inclusive os números, eu queria fazer uma retificação: o Governo Lula contratou realmente 298 mil e tantos funcionários e os gastos podem ser considerados 17,2 bilhões, não ao mês mas ao ano. É uma retificação que quero fazer a bem da verdade e a bem da firmeza das palavras que sempre procuro levar deste plenário ao povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é um homem de muita competência e tudo que V. Ex^a tem dito aqui – é quase um profeta – acontece.

Lembro-me da mamona, quando V. Ex^a disse claramente que não havia economicidade naquele processo, e foi aquele drama no Piauí. Aconteceu aquilo que V. Ex^a previa há três anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a onda de invasões, depredações e outros atos violentos desencadeada pelo MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e entidades a ele associadas, prossegue desde o mês passado, e ganhou novo ímpeto esta semana.

Foi a vez da chamada Via Campesina – que, assim como o MST, não tem registro formal, é uma entidade à margem da lei – prestar sua contribuição à baderna, promovendo uma série de ações em oito Estados e no Distrito Federal, com a participação de 6 mil e 500 militantes, a maioria mulheres.

Sob o pretexto de “protestar contra o agronegócio”, foram invadidos o Ministério da Agricultura, em Brasília, e um escritório do Instituto de Terras de São Paulo, em Presidente Prudente, além de fazendas, uma usina e duas empresas de celulose.

No Espírito Santo, 14 ônibus conduziram cerca de 450 manifestantes até o porto da Aracruz Celulose, em Barra do Riacho, no Norte do Estado, na manhã de segunda-feira. Quase 2 mil toneladas de celulose foram danificadas com tinta, gasolina, querosene e cupins. Pelo menos 50 caminhões preparados para embarcar o produto ficaram parados, e a operação do porto, que operava a plena capacidade no momento da invasão, teve que ser paralisada por 5 horas. O prejuízo é calculado em 2 milhões de reais.

O terminal de Barra do Riacho é o único do Brasil especializado em embarque de celulose. Preparado

para receber navios continuamente, pode embarcar 7 milhões e 500 mil toneladas anuais. É um dos mais modernos terminais do tipo em todo o mundo, fundamental para a geração de renda, empregos, tributos, divisas com exportação e para o desenvolvimento do Norte do Espírito Santo.

Indagada sobre os danos causados ao patrimônio da empresa, uma integrante da coordenação nacional da Via Campesina qualificou-os como uma “forma de manifestação”. É a mesma alegação sem fundamento empregada por seus colegas de Pernambuco, que mataram dias atrás, com requintes de crueldade, 4 seguranças que defendiam uma fazenda alvo de repetidas invasões.

Métodos idênticos aos usados no Espírito Santo foram empregados em Alagoas, onde os sem-terra invadiram uma fazenda e cortaram parte do canal para erguer barracas e plantar sementes. E em Candiota, no Rio Grande do Sul, onde os invasores de uma fazenda do Grupo Votorantim, integrantes da Via Campesina, destruíram cercas e cortaram mil e 600 eucaliptos. No Ministério da Agricultura, vidraças foram quebradas e um segurança ficou ferido. Em Barra Bonita, a 300 quilômetros de São Paulo, mais de 600 integrantes da Via Campesina, armados com foices e facões e com os rostos cobertos por lenços, tomaram a Usina da Barra, de processamento de cana.

Todos esses atos de vandalismo, desrespeito à lei e demonstração flagrante de desprezo pela democracia foram praticados em meio a uma série de denúncias contra o MST e organizações filiadas, divulgadas esta semana pelos principais jornais do País, a começar pelo O Globo.

De acordo com o noticiário, auditorias do TCU, o Tribunal de Contas da União, constataram uma infinidade de irregularidades nos convênios entre o governo federal e entidades ligadas ao MST. Os auditores verificaram que não houve o menor controle do dinheiro repassado por 15 ministérios e secretarias, que ninguém fez prestação de contas dos recursos recebidos, e que praticamente todas as verbas foram desviadas para finalidades diferentes daquelas que eram previstas nos contratos.

Os desvios de dinheiro, de acordo com cálculos do Tribunal, chegam a mais de 20 milhões de reais, apenas no período compreendido entre 1998 e 2004. O Poder Executivo repassou, na época, a essas entidades 42 milhões e 700 mil reais, mais da metade deles à Anca, Associação Nacional de Cooperação Agrícola, uma das muitas criadas com a finalidade específica de servirem de meras repassadoras de dinheiro para o MST. Em 2005, a Anca tinha apenas oito funcionários e duas faxineiras.

Apesar dessa estrutura precária, firmou 63 convênios, entre os quais um com o Ministério do Trabalho, no valor de 500 mil reais, para a capacitação de 1.500 trabalhadores rurais assentados. Além de o convênio ser impreciso, com uma vaga descrição de metas e do currículo dos cursos a serem ministrados, um detalhe é impressionante: os trabalhadores seriam capacitados em apenas 15 dias, em dezembro de 1998.

Seria cômico, caso não se tratasse de recursos públicos. Como preparar trabalhadores rurais para cuidar de suas terras num prazo tão pequeno? Com um curso intensivo, de 24 horas diárias?

Outra organização de fachada, também criada com a finalidade de captar dinheiro para o MST, é Concrab, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Ela firmou convênio com o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para a realização de um obscuro “Plano de Desenvolvimento Agrário”. Até mesmo um servidor do Incra, em parecer técnico, discordou do financiamento desse Plano, mas foi ignorado. E o convênio ainda recebeu uma complementação de 230 mil reais.

Em outro acordo, a Concrab ganhou dinheiro para executar uma Campanha Nacional de Documentação, mas usou os recursos para confeccionar cartilhas, cartazes e outros materiais de divulgação do MST, além de editar um livro que prega a luta de classes.

A lista de desvios do dinheiro público praticados pelos “laranjas” do MST é extensa. Inclui 3 milhões e 800 mil reais recebidos pela Anca, em 2004, para a formação de 2 mil alfabetizadores e a alfabetização de 30 mil adultos. Nada disso foi feito – quase todos os recursos foram distribuídos entre as secretarias estaduais do MST, e 159 mil reais utilizados no pagamento de diárias aos participantes de um “seminário nacional de avaliação”.

Em Goiás, o Ifas, Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar, com sede numa pequena casa na periferia de Goiânia, era usado, segundo o Ministério Público Federal, para repassar dinheiro à Fetraf, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Embora não tivesse as condições mínimas para realizar qualquer tipo de projeto, o Ifas assinou em 2006 um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para ministrar cursos de capacitação a quase 9.500 agricultores familiares em 256 assentamentos, situados em 12 Estados. Incluindo aditivos, recebeu 6 milhões e 300 mil reais em repasses. Com a quebra do sigilo bancário, foi possível constatar que todo o

dinheiro era repassado à Fetraf, que na época estava impedida de receber recursos públicos.

Na região do Pontal do Paranapanema, um dos alvos preferidos do MST quando planeja atos de vandalismo, seis ONGs ligadas ao movimento firmaram convênios com o Governo Federal que podem chegar ao valor total de 22 milhões e 500 mil reais. Quase todo o dinheiro, 10 milhões de reais, foi parar nos cofres de duas ONGs presididas por um político condenado, em novembro de 2005, a um ano de prisão em regime semi-aberto, por invasões de terras, juntamente com o líder sem-terra José Rainha Júnior.

É no mínimo significativo que as duas ONGs tenham sido criadas no segundo semestre de 2006, pouco antes de firmarem convênios que lhes garantiram 5 milhões e 300 mil reais do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E é surpreendente que o estatuto de uma delas, a Associação Amigos de Teodoro Sampaio, sequer mencione a questão agrária entre os objetos de seu interesse. Do quadro de fundadores, fazem parte vendedores, cabeleireiros, mecânicos – e nem um só agricultor...

Trata-se de uma trama que só agora começa a ser desvendada em toda a sua dimensão, e não é pequena. Já sabemos, contudo, que o artifício empregado pelo MST pode ser reduzido a um esquema condizente com o de quadrilhas que se formam para subtrair o dinheiro proveniente dos impostos pagos pelos contribuintes para financiar suas atividades criminosas.

As entidades-fantasmas que o MST criou, espalhadas pelo País inteiro, não dispõem de pessoal, preparo técnico ou qualquer condição que as capacite a cumprir os convênios que firmam com Ministérios e órgãos governamentais. E nem necessitam de tais requisitos. Elas têm a mera finalidade de canalizar para organizações ilegais, como o MST e a Via Campesina, o dinheiro que obtêm, utilizando como pretexto supostos programas de apoio ao homem do campo, e declarando objetivos que não têm a menor intenção de alcançar. O Estado não pode, de maneira alguma, ser cúmplice de baderneiros, fraudadores e assassinos, fornecendo-lhes os recursos necessários à prática do banditismo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 17, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que específica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador Augusto Botelho

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.02.2009)

Prazo final prorrogado: 26.04.2009

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acres-

centa parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta)

Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal,*

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.*

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.*

Pareceres sob nºs 495, de 2004, e 488, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004): ratificando seu parecer anterior.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presi-

dente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

31

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito *¿ Desmanche*, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras*

providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de*

dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva

legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos atoprodutores de energia elétrica.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão do dia 16 de março de 2009.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 47 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽⁴⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido
RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008
Designação: 01/07/2008
Prazo final: 20/02/2009
Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA
EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (38)	2. Renato Casagrande (PSB) (28)
Aloizio Mercadante (PT) (37)	3. João Pedro (PT) (11,29)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (40,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. Expedito Júnior (PR) (4,36)
César Borges (PR) (30)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (53,56)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (58,67)	2. Gilvam Borges (PMDB) (55,62)
Gerson Camata (PMDB) (59,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,57)
Valdir Raupp (PMDB) (54)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,57)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,64,68)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,69,70)
Pedro Simon (PMDB) (61,66)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,57)
VAGO (65)	7. VAGO (65)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,47)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,42)
Efraim Morais (DEM) (45)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (47)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,44)	5. Kátia Abreu (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (13,43)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (19,23)
Sérgio Guerra (PSDB) (26)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (24)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Papaléo Paes (PSDB) (27)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
28. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
29. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
38. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
47. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
55. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,18,28)	1. Fátima Cleide (PT) (26)
Augusto Botelho (PT) (29)	2. César Borges (PR) (32)
Paulo Paim (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (27)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (34)	5. Ideli Salvatti (PT) (33,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (35,60)	6. VAGO (35)
Marina Silva (PT) (35,59)	7. VAGO (35)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,55)	2. Romero Jucá (PMDB) (49)
Paulo Duque (PMDB) (6,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (50)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (56)
Mão Santa (PMDB) (53)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (52)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (46)	1. Heráclito Fortes (DEM) (43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (37)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,45)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (40)	4. José Agripino (DEM) (4,44)
Lúcia Vânia (PSDB) (22,42)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (23)
Marisa Serrano (PSDB) (20)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (24,41)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (17,47)	1. VAGO (19)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
28. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

43. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Majoria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA
SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (35)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,37)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (35)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (36)	4. Marina Silva (PT) (16,17,38)
Ideli Salvatti (PT) (35)	5. César Borges (PR) (39,41)
Expedito Júnior (PR) (30,41)	6. Paulo Paim (PT) (19,32)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (60,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,67)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,63)
Gilvam Borges (PMDB) (62,67)	3. Renan Calheiros (PMDB) (59,69)
Francisco Dornelles (PP) (56,67)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (5,65)
Valter Pereira (PMDB) (3,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,55,68)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,57,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,67)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Arthur Virgílio (PSDB) (26)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (25)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (26)	8. Mário Couto (PSDB) (28)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (27)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (11,13,23)	1. Patrícia Saboya (12,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Flávio Arns (PT) (35)	1. João Pedro (PT) (1,36)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. Ideli Salvatti (PT) (38)
Fátima Cleide (PT) (35)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (35,45,65)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (31,66)
Marina Silva (PT) (30)	6. VAGO (31)
Expedito Júnior (PR) (34)	7. VAGO (31)
Majoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (59)	1. Romero Jucá (PMDB) (57)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (8,16,60)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (57)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (57)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	4. Neuto De Conto (PMDB) (61)
Gerson Camata (PMDB) (63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (58)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,56)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,53)
VAGO (55,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (62)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,46)	1. Gilberto Goellner (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (49)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,40)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,47)	3. Jayme Campos (DEM) (51)
Heráclito Fortes (DEM) (39)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,50)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,42)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,52)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Eduardo Azeredo (PSDB) (29)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,48)	1. João Vicente Claudino (48)
Romeu Tuma (48)	2. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

39. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾
Marina Silva (PT) ^(7,26)	2. César Borges (PR) ⁽²⁴⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁸⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁸⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁴⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³¹⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,35)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³³⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,27)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³²⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,14)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,28)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁸⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque ^(12,37,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
Majoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,25)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. VAGO (24)
José Nery (PSOL) (21)	5. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (37)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (40)
Gilvam Borges (PMDB) (42)	4. Mão Santa (PMDB) (41)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,35)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,31)	1. Heráclito Fortes (DEM) (28)
Rosalba Ciarlini (DEM) (26)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
Gilberto Goellner (DEM) (8)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. Lúcia Vânia (PSDB) (16)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(39,70)
Renato Casagrande (PSB) ⁽⁴⁵⁾	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴³⁾
João Ribeiro (PR) ^(42,68)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁶⁾
João Pedro (PT) ⁽³⁸⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴⁷⁾
Tião Viana (PT) ^(44,55,66)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,40,54,69)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,64)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁶⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶²⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
VAGO ^(3,67)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,50)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵³⁾
João Tenório (PSDB) ^(35,71)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³⁵⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,33,72)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁷⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
34. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
35. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
43. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. Nº 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 188/2008-CRE).

6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3.4.6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PT) (25)
Paulo Paim (PT) (17,27)	2. Delcídio Amaral (PT) (16,27)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (23)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (22)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (53)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,52)
Gilvam Borges (PMDB) (43)	2. Lobão Filho (PMDB) (32,44)
Paulo Duque (PMDB) (51)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,50)
Mão Santa (PMDB) (5,9,45)	4. Valter Pereira (PMDB) (49)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (46)	5. Francisco Dornelles (PP) (54)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (28)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (38)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Arthur Virgílio (PSDB) (42)	7. João Tenório (PSDB) (15)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Mário Couto (PSDB) (14)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
28. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br**

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br**

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,47)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,46)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. VAGO ^(48,49)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽¹⁸⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,17)
Augusto Botelho (PT) ^(20,26,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²¹⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Majoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(41,47)
Neuto De Conto (PMDB) ^(35,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,38)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(43,46)
Valter Pereira (PMDB) ^(42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(40,45)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁴⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,31)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽³²⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,27)	1. Sérgio Zambiasi ^(27,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Majoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (18)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (18)
Magno Malta (PR) (21)	3. VAGO (19)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,40)	4. VAGO (19)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	1. Valter Pereira (PMDB) (39)
Lobão Filho (PMDB) (37)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Valdir Raupp (PMDB) (8,9,33)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (34)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (41)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Demóstenes Torres (DEM) (3,30)	2. Eliseu Resende (DEM) (26)
José Agripino (DEM) (6,12,25)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (28)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,27)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,27)	6. Marisa Serrano (PSDB) (15)
Papaléo Paes (PSDB) (16)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (11,14)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (24)	1. Fernando Collor (24)
PDT	
Patrícia Saboya (13,31)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
28. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
41. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 4ª Eleição Geral: 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 5ª Eleição Geral: 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO) (1)

PTB

VAGO (2)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

Notas:

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.	
ADELMIR SANTANA				
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.....	14			
Apoio ao discurso da Senadora Marisa Serrano, que critica o Governo Federal por não alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano.....	48	Requerimento nº 215, de 2009, que requer retirada de tramitação do RQS Nº 799, de 2008, de autoria de Sua Excelência, que “Requerem, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Governo do Reino da Espanha por sua política de imigração discriminatória e incompatível com as convenções internacionais relativas à proteção dos direitos humanos fundamentais”.....	170	
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	101	ALVARO DIAS		
ALOIZIO MERCADANTE				
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.....	18	Requerimento nº 221, de 2009, que requer que o Senado Federal manifeste Voto de Louvor à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por ocasião de seu quinquagésimo aniversário, a comemorar-se no dia 14 de março de 2009.....	172	
Projeto de Lei do Senado nº 77 – Complementar – de 2009, que dispõe sobre requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade fechada de previdência complementar patrocinada por autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública e outras entidades públicas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e dá outras providências.....	28	ANTONIO CARLOS JUNIOR		
Requerimento nº 204, de 2009, que requer licença para ausência dos trabalhos da casa, entre os dias 15 e 17 de março de 2009, para participar da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.....	45	Pedido de respeito aos oradores inscritos para que o debate seja conduzido respeitando as normas da Casa.	125	
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	100	Registro de aumento dos casos de dengue em vários Estados, com destaque para Bahia, que teve aumento de 200% dos casos em relação ao mesmo período de 2008, segundo relatório divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde.....	134	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
Registro do debate realizado no Senado Federal dos Estados Unidos com o Presidente do Banco Central para falar sobre a crise econômica do País e relato de que a crise tem invadido o Brasil.....				128
ARTHUR VIRGÍLIO				
Registro de participação de Sua Excelência na Frente Parlamentar Cooperativista sobre distri-				

	Pág.		Pág.
buição de riquezas, de organização da sociedade e criação de novos empreendedores no País.	71	cursos e contratações realizados pelo Poder Executivo a partir de 2003.....	364
Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.....	81	CÍCERO LUCENA	
Requerimento nº 217, de 2009, que requer Voto de Aplauso para o jurista Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, pela homenagem recebida no lançamento do livro “Transação e Arbitragem no Âmbito Tributário”.....	171	Considerações sobre o flagrante em um candidato à Prefeitura Municipal de João Pessoa, que enterrou no aterro sanitário mais de oito toneladas de feijão, nos últimos quinze dias que antecederam às eleições.....	407
Requerimento nº 218, de 2009, que requer Voto de Aplauso para Luiz Carlos Trabuco Cappi, executivo que assumiu, no dia 10 de março de 2009, a presidência executiva do Banco Bradesco.	171	Preocupação com os efeitos da crise na economia mundial e, em especial, na economia brasileira.....	407
Requerimento nº 219, de 2009, que requer Voto de Aplauso para a FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL, localizada em Manaus, pela iniciativa de pesquisar casos de epidemias causadas pelos vírus Mayaro e Oropouche, que causam doenças com sintomas parecidos com os da dengue e malária.....	171	CRISTOVAM BUARQUE	
Registro de matéria intitulada “Humor da indústria é o pior desde 99”, publicada pelo jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de 28 de janeiro de 2008...	430	Parabenização ao Senador Jayme Campos pela iniciativa de construir uma Universidade Federal na Barra do Garças – Unibarças. Aparte ao Senador Jayme Campos.	146
AUGUSTO BOTELHO		Alerta para a existência, além da crise econômica, de crises social, ecológica e de ideias, que terão que de ser enfrentadas.....	146
Preocupação com a informação dada pelo Diretor do Detran de Roraima, Cícero Batista, ao jornal <i>Folha de Boa Vista</i> , que ratifica que Roraima é o terceiro Estado com maior número de acidentes de trânsito no Brasil.....	64	DELCÍDIO AMARAL	
Apelo ao discurso do Senador Neuto de Conto sobre a legislação do meio ambiente em consonância com os trabalhadores rurais. Aparte ao Senador Neuto de Conto.....	377	Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2009, que outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.....	368
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	380	EDUARDO AZEREDO	
Elogios à Marinha do Brasil pela realização de atendimento médico e odontológico às populações ribeirinhas de Roraima e de toda Região Amazônica.....	387	Requerimento nº 211, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 23 a 26 de março de 2009, para participar do “Fórum para Líderes de Governo – Américas”, a realizar-se na cidade de Washington DC – Estados Unidos da América, nos dias 24 a 26 de março de 2009 e por oportuno visitar em caráter oficial o Parlamento do Canadá em Ottawa, no dia 23 de março de 2009.	169
CÉSAR BORGES		EDUARDO SUPPLY	
Parecer nº 34, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.488, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca de con-		Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.....	125

	Pág.	III	Pág.
Comentários a respeito de requerimentos de audiências públicas aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos.	125	vários Estados e pedido de avaliação às autoridades nos três níveis, para que coordenem melhor suas ações de prevenção. Aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior.....	136
Apoio ao discurso do Senador Antonio Carlos Júnior, sobre o aumento dos casos de dengue em vários Estados e pedido de avaliação às autoridades nos três níveis, para que coordenem melhor suas ações de prevenção. Aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior.....	136	Comentário sobre a queda da taxa de juros chamada Selic do Banco Central em 1,5%.	141
Anúncio da adoção da renda básica da cidadania, pelo Município de Santo Antonio do Pinhal, em São Paulo.	418	Parecer nº 29, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo.	346
Pedido de transcrição de artigo em homenagem a Osiris Lopes Filho, do Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 12 de março de 2009.	418	Apresentação do requerimento de Voto de Louvor pelo transcurso do quinquagésimo aniversário da Pontifícia Universidade Católica - PUC do Paraná.	395
EFRAIM MORAIS		FLEXA RIBEIRO	
Requerimento nº 210, de 2009, o qual requer que seja concedida licença dos trabalhos da Casa para participar da 16ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu – Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009.	45	Registro de voto favorável à indicação da diretora, Maria Cecília Brito, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.	118
Críticas ao Governo Federal, destacando as matérias intituladas “União devolve ao BID US\$ 57 milhões de saneamento” e “Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de março de 2009.....	65	Defesa de que Belém seja uma das cidades escolhidas para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.....	153
FÁTIMA CLEIDE		Requerimento nº 220, de 2009, que requer Voto de Enaltecimento ao ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, aos ex-presidentes do BNDES, André Lara Rezende e José Pio Borges, e ao ex-presidente da Anatel, Renato Guerreiro, pelo resgate de suas honorabilidades e a correção no exercício da função pública.	172
Requerimento nº 212, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 de 2009, para representar o Senador Federal no Fórum Mundial da Água, que será realizado na cidade Istambul, Turquia.....	169	Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	424
FLÁVIO ARNS		Manifestação sobre matéria intitulada “Justiça absolve mentores da privatização das teles no Governo FHC”, do Jornalista Juliano Basile, publicada pelo jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 12 de março de 2009.	427
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	100	Relato das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais da Floresta Nacional Jamanxim.	427
Apoio ao discurso do Senador Renato Casagrande, sobre a crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil e discute a necessidade de reduzir os juros no País Aparte ao Senador Renato Casagrande.	122	Homenagem ao Dia do Bibliotecário, ocorrido em 12 de março de 2009.....	427
Apoio ao discurso do Senador Antonio Carlos Júnior, sobre o aumento dos casos de dengue em		Registro de matéria intitulada “TJ reabre apuração da morte de Toninho do PT”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , de 28 de janeiro de 2009.....	435
		GARIBALDI ALVES FILHO	
		Projeto de Resolução nº 9, de 2009, que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do	

	Pág.		Pág.
comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.....	38	GILBERTO GOELLNER	
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas.	424	Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira.	53
Registro do término da reunião entre a Comissão de Acompanhamento da Crise e a Comissão de Assuntos Econômicos, acerca dos efeitos da crise econômica mundial.	424	Considerações sobre a necessidade de substituição do diesel por fontes renováveis.	61
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		Preocupação com a decisão do Frigorífico Independência, de suspender o abate de bovinos em todas as suas instalações no País, e comunicado de requerimento para realização de audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de discutir os impactos da crise financeira internacional na indústria frigorífica nacional.	475
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Aparte ao Senador Mão Santa.....	11	Apoio ao discurso do Senador José Agripino, sobre a crítica ao excesso de gastos do Governo Federal e preocupação com os investimentos importantes que devem ser realizados no País, na área da educação e da saúde. Aparte ao Senador José Agripino.	481
Requerimento nº 206, de 2009, que requer a necessária autorização para participar da Sessão do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009.....	45	GILVAM BORGES	
Elogios ao acordo firmado entre o Governo Federal e a Construtora Odebrecht, que prevê a capacitação profissional, a prevenção da exploração sexual nos canteiros de obra e a promoção da segurança alimentar dos trabalhadores.....	443	Defesa do projeto da autoria de Sua Excelência, que dispõe sobre a criação do programa Bolsa-Ecologia para a Amazônia Legal, como mecanismo de controle da devastação da Amazônia.....	58
Comentários sobre a importância da assinatura do convênio com a Odebrecht para o Estado de Rondônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	448	Registro da presença de Sua Excelência no evento que se realizou em Laranjal do Jarí, juntamente com o Senador Papaléo Paes, com participação nas programações elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado.....	458
GERSON CAMATA		Pedido de agilidade no Projeto de Lei nº 487, que trata sobre segurança pública.....	458
Parecer nº 30, de 2009 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo.	350	GIM ARGELLO	
Parecer nº 33, de 2009 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.....	361	Preocupação com o problema da crise internacional, que aflige muitos brasileiros. Aparte ao Senador Renan Calheiros.	416
Considerações sobre a necessidade de que o Brasil deixe de aceitar com passividade o protecionismo argentino.....	432	HÉLIO COSTA	
Registro de inauguração da segunda fase da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, situada no município de Linhares, o maior em área territorial do Estado.....	450	Parecer nº 31, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.	353
Comentários sobre as matérias publicadas na imprensa a respeito de irregularidades nos convênios entre o Governo Federal e entidades ligadas ao Movimento Sem Terra - MST.....	483		

	Pág.	V	Pág.
HERÁCLITO FORTES			
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.	16		
Intranquilidade por parte de Sua Excelência, sobre a aprovação dos requerimentos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos para que haja audiências públicas. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	127		
Críticas ao Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Aparte ao Senador Mão Santa. ..	469		
IDELI SALVATTI			
Ratificação da crise econômica do País, mas com a ressalva de que o crescimento relativo da economia brasileira em 2008 foi o segundo maior entre todos os países do mundo.	50		
Satisfação com a aprovação do Projeto de iniciativa do Senador Lobão Filho, que reabre o prazo para que os demitidos da época Collor possam novamente ter mais prazo de requerer sua reintegração no serviço público.	50		
INÁCIO ARRUDA			
Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2009, que altera altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre coação moral.	35		
Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2009, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e institui o Cadastro Nacional de Proteção contra a coação moral no emprego.	36		
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	102		
Apoio ao discurso do Senador Renato Casagrande, sobre a crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil e discute a necessidade de reduzir os juros no País. Aparte ao Senador Renato Casagrande.	121		
JARBAS VASCONCELOS			
Questionamento sobre o pagamento das horas extras e defesa de que a Mesa anule a decisão e determine que se faça o ressarcimento.		437	
JAYME CAMPOS			
Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – promovido pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Efraim Morais.		67	
Defesa da importância de se investir mais em educação como forma de redução de desigualdades sociais.		145	
Comentários acerca do discurso da Senadora Rosalba Ciarlini, que trata da falta de recursos dos Municípios do Rio Grande do Norte para enfrentar o período das enchentes. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.		472	
JEFFERSON PRAIA			
Apoio ao discurso do Senador Gilvam Borges, que diz respeito ao programa Bolsa-Ecologia para a Amazônia Legal, garantindo uma melhor qualidade de vida à população que vive na região e diminuindo o percentual de desmatamento. Aparte ao Senador Gilvam Borges.		59	
Registro da visita do Príncipe Charles, herdeiro do trono da Inglaterra, ao País, com o objetivo de falar sobre a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia e alertar para os perigos que mudanças climáticas representam para o mundo.		60	
Registro de aprovação do requerimento de autoria de Sua Excelência, que visa a realização de diligência pública na Assembléia Legislativa do Amazonas.		391	
Contribuição ao discurso do Senador Romeu Tuma, que trata da descriminalização da maconha, voltada para o Estado do Amazonas. Aparte ao Senador Romeu Tuma.		405	
Comentário sobre a queda da taxa de juros chamada Sistema Especial de Liquidação de Custódia - Selic - do Banco Central em 1,5%. Aparte ao Senador Cícero Lucena.		409	
JOÃO PEDRO			
Requerimento nº 208, de 2009, o qual requer que sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre a situação dos adolescentes e jovens indígenas			

	Pág.		Pág.
do Alto Rio Negro, onde os mesmos apresentam altos índices de alcoolismo, consumo de drogas e suicídios entre os povos indígenas, segundo informações veiculadas no jornal <i>Diário do Amazonas</i> do dia 10 de março de 2009, página 11.....	45		
Requerimento nº 209, de 2009, o qual requer que sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, sobre as irregularidades no atendimento aos passageiros das companhias áreas GOL e TAM, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus-AM. Segundo informações da Portaria nº 15, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Diário da Justiça em 6 de março de 2009, os passageiros chegaram a aguardar até três horas pelo atendimento, sem cadeiras, com sistema “fora do ar”, poucos atendentes e espaços dos guichês reduzidos, conforme relato do jornal <i>Diário do Amazonas</i> do dia 9 de março de 2009, página 4.....	45		
Pedidos de reflexão ao Senador Efraim Moraes quanto o mérito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – considerando os benefícios do mesmo para a população. Aparte ao Senador Efraim Moraes.....	68		
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	101		
Solicitação à Polícia Federal para que adote providências sobre o esclarecimento do episódio que envolve ameaça de assassinato à Juíza Federal, Jaiza Fraxe.....	143		
Pedido ao Senador Cristovam Buarque para que apresente sugestões ecologicamente corretas e socialmente dignas, para a comissão de Senadores no intuito de enfrentar a crise. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	149		
Registro de matéria intitulada “História à Brasileira”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 8 de março de 2009.....	425		
JOÃO TENÓRIO			
Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.....	83		
Preocupação com a crise econômica mundial e os gastos do Governo Federal.....	110		
		JOÃO VICENTE CLAUDINO	
		Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.....	1
		Pedido de inserção em ata de Voto de Lembrança ao Senhor Vicente Favella de Macêdo.	43
		Requerimento nº 202, de 2009, que requer a inserção em ata, de Voto de Lembrança ao Senhor Vicente Favella de Macêdo, que, caso estivesse vivo, completaria, no dia 11 de março de 2009, 100 anos de vida.	43
		Considerações sobre a necessidade de agilização do processo burocrático, para que comecem as obras de infra-estrutura na periferia de Teresina, Piauí.....	155
		Requerimento nº 214, de 2009, que requer que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento e, por seu intermédio, ao Senhor Luiz Antonio Pagot, Presidente do DNIT, as informações anexas.....	169
		JOSÉ AGRIPINO	
		Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.....	82
		Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	101
		Satisfação quanto a decisão do Governo Federal por ter diminuído a taxa de juros em 1,5 %..	478
		Críticas ao excesso de gastos do Governo Federal.....	478
		JOSÉ NERY	
		Ratificação da solicitação feita à Polícia Federal pelo Senador João Pedro, para que adote providências sobre o esclarecimento do episódio que envolve ameaça de assassinato à Juíza Federal, Jaiza Fraxe e pedido ao Ministério da Justiça para que proteja sua vida. Aparte ao Senador João Pedro.	144
		Registro de realização do X Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, instalado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, onde serão discutidas as alternativas propostas pelos pequenos agricultores, relativas ao desenvolvimento no campo.....	151

	Pág.		VII Pág.
Registro de visita da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI ao Estado do Pará, para apurar denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes.....	151	nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pedofilia.	405
JOSÉ SARNEY			
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.	3	Parecer nº 32, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.	358
LEOMAR QUINTANILHA			
Requerimento nº 205, de 2009, que tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no “V Fórum Mundial das Águas”, a realizar-se na cidade de Istambul, Turquia, entre os dias 16 e 22 de março de 2009, requer licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 de 2009, para desempenhar a referida missão.	45	MÃO SANTA	
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.			
			65
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.			
			150
Críticas pela falta de atenção do Governo com os aposentados e pensionistas brasileiros.			
			392
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.....			
			438
Relato da luta política e parabenização ao Senador José Sarney pela sua postura como Presidente do Senado Federal. Aparte ao Senador Gilvam Borges.			
			460
Preocupação com a segurança pública no Estado do Piauí.			
			465
Homenagem a Dirceu Arcoverde, médico, Secretário de Saúde.			
			465
MARCELO CRIVELLA			
Homenagem aos cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, no dia 13 de março de 1823.....			
			11
Homenagem ao Dia do Bibliotecário, ocorrido em 12 de março de 2009.....			
			410
MARCONI PERILLO			
Pedido de atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.			
			99
MARIA DO CARMO ALVES			
Homenagem ao Dia do Bibliotecário, destacando a matéria “O bibliotecário e a Era do conheci-			

VIII

	Pág.		Pág.
mento”, de Vera Lúcia Stefavon, Presidente do Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo e Levi Bucalem Ferrari, Cientista Político, Presidente da União Brasileira de Escritores.	432		
MÁRIO COUTO			
Preocupação em alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano.	47		
Preocupação com o Estado do Pará por causa da crise econômica do País.	56		
Elogios ao Senador Paulo Paim pela luta em prol dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Paulo Paim.	379		
Satisfação quanto à postura do Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, na audiência que trata da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados.	388		
Críticas à Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, na questão das obras da Transamazônica.	388		
Registro de matéria intitulada “Trapalhada protecionista”, publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 2 de fevereiro de 2009.	434		
Congratulações à Rede Record de Televisão por realizar ampla reportagem sobre o Estado do Pará e a cidade de Marajó.	462		
Críticas à Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, pelas péssimas condições de vida da maioria do povo que vive na região.	462		
Comentários acerca do discurso da Senadora Rosalba Ciarlini, que trata da falta de recursos dos Municípios do Rio Grande do Norte para enfrentar o período das enchentes. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.	473		
Apoio ao discurso do Senador José Agripino, sobre a crítica ao excesso de gastos do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.	479		
MARISA SERRANO			
Requerimento nº 203, de 2009, o qual requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) do Governo Federal.	43		
Críticas ao Governo Federal por sua gestão da crise econômica, em face da expressiva queda do Produto Interno Bruto – PIB – no quarto trimestre de 2008, com destaque para matérias de jornais com conteúdos sobre o assunto abordado.	46		
		Requerimento nº 216, de 2009, que requer que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, as informações anexas referentes à utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).	170
		Críticas ao Governo Federal por sua gestão da crise econômica, em face da expressiva queda do Produto Interno Bruto - PIB no quarto trimestre de 2008.	413
NEUTO DE CONTO			
		Preocupação com a grave situação em que se encontra o planejamento agropecuário do País diante das inconsistências da legislação ambiental brasileira.	376
		Requerimento nº 222, de 2009, que solicita licença para participar da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 15 a 18 de março de 2009.	454
OSMAR DIAS			
		Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2009, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a duração dos estágios de estudantes.	34
		Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira.	54
		Homenagem pelo transcurso dos cinquenta anos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC.	60
PAPALÉO PAES			
		Apoio ao discurso da Senadora Marisa Serrano, que critica o Governo Federal, responsabilizando-o por não alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano.	47
		Preocupação com a falta de segurança postal brasileira, e pedidos de fiscalização mais rigorosa de acordo com a Lei nº 6.538, que dispõe que a Emenda Brasileira de Correios não deva aceitar nem entregar objeto contendo substâncias explosivas ou outras substâncias de uso proibido.	158

	Pág.		Pág.
Registro da presença de Sua Excelência no evento que se realizou em Laranjal do Jarí, com participação nas programações elaboradas pela Assembleia Legislativa do Estado.	455		
Propostas de modificações na legislação trabalhista brasileira, como forma de combater o desemprego.....	455		
PAULO PAIM		PEDRO SIMON	
Encaminhamento à Mesa de dois pronunciamentos que tratam da importância do voto secreto e o outro para comunicar que o Deputado Michel Temer receberá a comissão de Senadores para falar sobre a votação, na Câmara dos Deputados, sobre os projetos que beneficiam aos aposentados.	130	Questionamento sobre o pagamento de hora extra no Senado Federal, referente ao mês de janeiro.	123
Apelo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Demóstenes Torres, para que dê atenção ao projeto de autoria de Sua Excelência (PLS nº 209/2005), que trata da importância de acabar com a possibilidade de pagamento de fiança ou decretação de liberdade provisória para os crimes de corrupção ativa e passiva.....	130	RAIMUNDO COLOMBO	
Apoio ao discurso do Senador Neuto de Conto sobre a legislação do meio ambiente em consonância com os trabalhadores rurais. Aparte ao Senador Neuto de Conto.....	377	Cumprimento ao Senador Valter Pereira pela sua participação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que objetivou na análise da situação da agropecuária brasileira mostrando os projetos e suas prioridades. Aparte ao Senador Valter Pereira.	54
Registro de que Sua Excelência tomou iniciativa de pedir aos funcionários de seu gabinete, que façam a devida devolução das horas extras referente ao mês de janeiro.....	378	Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2009, que cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.....	369
Registro de audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que trata da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados.	378	Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2009, que altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números.....	370
Ratificação do discurso do Senador Renan Calheiros, que trata da crise internacional que aflige muitos brasileiros. Aparte ao Senador Renan Calheiros.....	417	Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009, que estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.....	371
Solidariedade aos servidores do Senado Federal.....	420	Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2009, que estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada e dá outras providências.....	372
Elogios ao Ministro Tarso Genro, por sua brilhante exposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	420	Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2009, que acrescenta parágrafos à Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito.	372
Comentários acerca do pedido de constitucionalidade da Confederação Nacional de Sistema Financeiro - CONSIF, para os planos econômicos vigentes de 1986 a 1991.	420	RENAN CALHEIROS	
Considerações sobre a importância da audiência realizada com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, para tratar de votações de matérias de interesse dos aposentados.....	420	Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	100
		Registro de reunião da bancada do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - no Senado com os ministros Edison Lobão e Reinhold Stephanes, para debater sobre a crise econômica.	118
		Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2009, que acrescenta o § 4º ao art. 1º da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.....	373

	Pág.		Pág.
Preocupação com a situação por que pas- sam os produtores agrícolas em função da crise internacional.	416	Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	102
RENATO CASAGRANDE		Comentário da reportagem destacada na revista <i>Época</i> , sobre um jogo de computador que simula estupro de mulheres, produzido pela Ilusion, empresa japonesa especializada em fazer jogos pornográficos.	122
Requerimento nº 207, de 2009, que requer autorização para ausentar-se autorização para au- sentar-se do País, no período de 16 a 22 de março de 2009, para participar do 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul, Turquia, como representante do Senado Federal e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	45	Elogios aos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, com enfoque para o último pela iniciativa de registrar a cerimônia realizada em Brasília, para ratificar o compromisso do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul com a gestão do Instituto do Coração - INCOR-DF, em substituição à Fundação Zerbini. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	386
Discussão sobre o Parecer nº 27, de 2009, o qual trata da Medida Provisória nº 445, que dis- pensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.	82	Comentário favorável ao discurso do Senador Mário Couto, a respeito da defesa aos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.	389
Preocupação quanto à crise econômica in- ternacional e seus reflexos no Brasil.	119	Manifestação contrária à proposta de descri- minalização da maconha.	403
Necessidade de haver um controle sobre as horas de entrada e saída dos servidores do Sena- do Federal, respeitando a legislação vigente para remuneração de pagamento de hora extra.	124	ROSALBA CIARLINI	
ROMERO JUCÁ		Parecer nº 26, de 2009, (da Comissão de As- suntos Sociais), sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), do Presidente da Repúbli- ca, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.	40
Parecer nº 27, de 2009 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, à Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital pró- prio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Pro- visória nº 2.185 –35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e dá outras providências.	72	Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília Brito, por ter sido indicada para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade.	100
Pedido de aprovação da Medida Provisória nº 445, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinado, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.	83	Apoio ao discurso da Senadora Serys Slhes- sarenko, sobre o registro das solenidades reali- zadas no país, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	133
Elogios ao Serviço Social do Comércio – SESC, pelo trabalho em favor do engrandecimen- to do Turismo Social no País e pela publicação do Relatório sobre “Turismo Social e sua Trajetória de Sucesso”.	159	Apoio ao discurso do Senador Antonio Carlos Júnior, sobre o aumento dos casos de dengue em vários Estados e ressalta que a melhor maneira de controlar e reduzir esse problema é a prevenção, o trabalho ininterrupto e preventivo. Aparte ao Sena- dor Antonio Carlos Júnior.	135
ROMEU TUMA		Agradecimento à Câmara Municipal de Natal, por meio do Vereador Ney Lopes, que possibilitou a apresentação da emenda para beneficiar a cidade de Natal, que pretende ajudar o trabalho da Prefeita Micarla, de drenagem e saneamento.	137
Apoio ao discurso do Senador Marconi Perillo, no sentido de pedir atenção à Doutora Maria Cecília		Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Ulisses Potiguar, no Rio Grande do Norte.	470

	Pág.		Pág.
Relato da audiência realizada com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.....	470	necessários à estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara que seguem em anexo.....	169
Preocupação com o período das enchentes e com a falta de recursos dos Municípios do Rio Grande do Norte para enfrentá-las.....	470		
ROSEANA SARNEY		TASSO JEREISSATI	
Registro de comemoração pelo título de Capital Brasileira da Cultura concedido pelo Ministério da Cultura e o Bureau Internacional de Capitais Mundiais, à cidade de São Luís do Maranhão.....	412	Apoio ao discurso do Senador Renato Casagrande, sobre a crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil. Aparte ao Senador Renato Casagrande.	119
SÉRGIO ZAMBIASI		VALDIR RAUPP	
Registro de audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que trata da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados.....	384	Parabenização ao discurso do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que elogia o Estado de Rondônia com destaque para o Programa Acreditar, que beneficiará mais de 10 mil trabalhadores. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	444
Registro de cerimônia realizada em Brasília, para ratificar o compromisso do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul com a gestão do Instituto do Coração - INCOR-DF, em substituição à Fundação Zerbini.....	384	Parabenização aos Senadores Magno Malta e Geraldo Mesquita Júnior, nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pedofilia...	447
SERYS SLHESSARENKO		Satisfação com a assinatura do convênio com a Odebrecht, que trata dos empreendimentos do Estado de Rondônia.	447
Parecer nº 28, de 2009, (da Comissão Diretora), que diz respeito à redação final de emendas de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008).....	112	VALTER PEREIRA	
Leitura de manifesto elaborado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, em favor da aprovação do projeto de lei que trata da reserva de vagas nas universidades públicas para alunos de escolas públicas.....	131	Apoio ao discurso da Senadora Marisa Serrano, que critica o Governo Federal por não alertar à população sobre a crise econômica do País. Aparte à Senadora Marisa Serrano.....	48
Registro das solenidades realizadas no país, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher.....	131	Registro da participação de Sua Excelência pela primeira vez como Presidente, na reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ressaltando a importância do trabalho dessa Comissão para a economia brasileira.	52
Requerimento nº 213, de 2009, que requer o desamparamento do Projeto de Lei do Senado nº 100 de 2006, que “dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores,		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
		Relato de que Sua Excelência e seus funcionários trabalharam no mês de janeiro.	123